



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2024

Segunda-feira - 27 de Junho de 2016

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	2	Guaraciaba.....	160	Paraíso.....	262
Alto Bela Vista.....	7	Guaramirim.....	161	Penha.....	263
Antônio Carlos.....	10	Guarujá do Sul.....	165	Petrolândia.....	271
Arabutã.....	11	Herval d'Oeste.....	166	Pinheiro Preto.....	272
Arroio Trinta.....	19	Ibiam.....	171	Pomerode.....	273
Atalanta.....	31	Ilhota.....	172	Ponte Serrada.....	275
Balneário Piçarras.....	33	Imbituba.....	174	Porto Belo.....	276
Balneário Rincão.....	34	Indaial.....	176	Porto União.....	277
Barra Bonita.....	35	Ipumirim.....	177	Presidente Castello Branco.....	293
Barra Velha.....	41	Irineópolis.....	183	Presidente Nereu.....	294
Bela Vista do Toldo.....	43	Itá.....	185	Princesa.....	298
Biguaçu.....	44	Itapema.....	186	Rio do Sul.....	299
Blumenau.....	46	Itapiranga.....	191	Santa Rosa do Sul.....	308
Botuvera.....	50	Itapoá.....	192	Santiago do Sul.....	309
Brunópolis.....	52	Ituporanga.....	194	São Bento do Sul.....	311
Brusque.....	53	Jaraguá do Sul.....	195	São Domingos.....	314
Caçador.....	58	Joaçaba.....	206	São João do Oeste.....	315
Camboriú.....	66	Lacerdópolis.....	220	São Joaquim.....	316
Campo Alegre.....	67	Lages.....	221	São José.....	317
Campos Novos.....	84	Laguna.....	222	São José do Cedro.....	320
Canoinhas.....	90	Lauro Muller.....	223	São Lourenço do Oeste.....	332
Capinzal.....	102	Lebon Regis.....	224	São Miguel do Oeste.....	335
Catanduvas.....	103	Lindóia do Sul.....	226	São Pedro de Alcântara.....	336
Chapadão do Lageado.....	104	Luzerna.....	229	Schroeder.....	338
Cocal do Sul.....	110	Mafra.....	230	Seara.....	346
Concórdia.....	111	Maracajá.....	231	Serra Alta.....	348
Correia Pinto.....	113	Massaranduba.....	232	Sul Brasil.....	357
Corupá.....	114	Meleiro.....	237	Tigrinhos.....	358
Curitibanos.....	116	Modelo.....	240	Timbó.....	360
Dionísio Cerqueira.....	125	Mondai.....	244	Treze Tilias.....	363
Doutor Pedrinho.....	127	Morro da Fumaça.....	245	Tunápolis.....	403
Faxinal dos Guedes.....	130	Navegantes.....	246	União do Oeste.....	406
Forquilha.....	132	Nova Trento.....	249	Urussanga.....	410
Fraiburgo.....	134	Orleans.....	250	Vidal Ramos.....	411
Frei Rogério.....	137	Ouro Verde.....	251	Videira.....	412
Galvão.....	138	Palhoça.....	254	Xanxerê.....	421
Garopaba.....	152	Palmitos.....	259	Xavantina.....	423
Gaspar.....	153	Papanduva.....	260	Xaxim.....	426

Associações

AMUREL.....	429
-------------	-----

Consórcios

CIMCATARINA.....	430
CIMVI.....	430
CIS Nordeste.....	431
CPIMMOC.....	432

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

Água Doce

PREFEITURA

PORTARIA 167/2016

PORTARIA Nº 167/2016 de 24 de junho de 2016

"CONCEDE LICENÇA REMUNERADA AO SERVIDOR QUE MENCIONA"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder licença remunerada por motivo de doença em pessoa da família a funcionária JUCIANA SOUZA DE ARAUJO SOARES, inscrita sob CPF nº 016.393.309-09, conforme requerimento e atestados em anexo, a referida licença passa a contar da data de 23/05/2016 a 21/06/2016

Artigo 2º Prorroga a referida licença por mais trinta dias no período de 22/06/2016 a 21/07/2016 conforme requerimento e atestados em anexo.

Artigo 3º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 4º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 23/05/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 24 de junho de 2016

Novelli Sganzerla

Camila Raquel Macagnan

Prefeito

Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 01 DE 24 DE JUNHO DE 2016

PORTARIA Nº 01 DE 24 DE JUNHO DE 2016

Aprova o Regimento Interno do Grupo Técnico de Procedimentos Contábeis do Município de Água Doce.

A COORDENADORA DO GTCON/ÁGUA DOCE, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº , de

Resolve:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno do GRUPO TÉCNICO DE PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS - G-CON/ÁGUA DOCE.

Art. 2º esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

JOSELI APARECIDA DOS SANTOS MOURA ROSA TRENTO
Coordenadora do GTCON/Água Doce

REGIME INTERNO DO GRUPO TÉCNICO DE PADRONIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS – GTCON/ÁGUA DOCE

REGIME INTERNO DO GRUPO TÉCNICO DE PADRONIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS – GTCON/ÁGUA DOCE

CAPÍTULO I

DA NATUREZA E FINALIDADE

Art. 1º - O Grupo Técnico de Padronização de Procedimentos

Contábeis – GTCON/Água Doce, instituído através do Decreto Municipal 55/2014, para implantar as Novas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor público possui as seguintes atribuições:

- I. analisar e elaborar diagnósticos e estudos, visando à padronização de procedimentos contábeis no âmbito municipal;
- II. identificar a necessidade de treinamentos objetivando o nivelamento entre os técnicos do GTCON e demais servidores que atuem direta ou indiretamente no processo de aplicação dos conceitos contábeis na Administração Municipal;
- III. estudar e aplicar, no âmbito municipal, os Manuais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – MCASP, elaborados pelo órgão central do Sistema de Contabilidade Federal;
- IV. elaborar minutas de normas com vistas a atualizar e adequar os procedimentos adotados pelo município em virtude das alterações provocadas pela mudança de práticas contábeis, e;
- V. desenvolver outras funções relacionadas a harmonização de conceitos e procedimentos contábeis que lhe sejam designadas pelo Coordenador do GTCON.

CAPÍTULO II

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 2º - O GTCON tem caráter técnico, deliberativo e consultivo, manifestando-se através de recomendações consignadas em atas, e deve nortear-se pelo diálogo permanente, tendente a reduzir divergências e duplicidades, em benefícios da transparência de gestão contábil, da racionalização de custos no âmbito e do controle social.

CAPÍTULO III

DA COMPOSIÇÃO, ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Seção I

Da Composição

Art. 3º O pleno do GTCON é composto por representantes vinculados às seguintes Unidades Municipais:

- I. 01 (um) representante da Controladoria Geral do Município;
- II. 01 (um) representante da Secretária de Administração e Fazenda;
- III. 01 (um) representante da Contadoria;
- IV. 01 (um) representante da Assessoria Jurídica;
- V. 01 (um) representante do Fundo Municipal de Saúde;
- VI. 01 (um) representante da Câmara Municipal.

§ 1º Todos os membros titulares e suplentes que representam as Unidades Municipais no GTCON, deverão ser indicados dentre os servidores públicos municipais.

§ 2º Os membros titulares e suplentes serão indicados no Art. 1º do Decreto 64/2014 poderão ser substituídos por servidores, com perfil similar, da mesma secretária da qual estão lotados mediante comunicação oficial e a ser encaminhado à coordenação do GTCON com antecedência mínima de 15 (quinze) dias de cada reunião;

§ 3º As substituições feitas pelas secretarias representadas no GTCON deverão acompanhar justificativa para saída do membro a qual deverá constar do controle dos referidos membros.

4§ Poderão participar do GTCON, com intuito de colaborar com os debates e sem direito a voto, ainda que não guardem qualquer vínculo empregatício ou prestem serviço por meio de entidades privadas para os entes da Federação das três esferas de governo:

- I. Assessores técnicos, desde que indicados pelas Secretarias e

membros do GTCON com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, respeitada a capacidade do local da reunião;

II. Especialistas de outras instituições não mencionadas anteriormente, desde que autorizados pelo Coordenador(a) do GTCON ou por quem este delegar tal atribuição;

Art. 4º - Este regimento interno deverá ser submetido a votação dos representantes presentes das secretarias mencionadas no Art. 1º do Decreto 64/2014, admitida a abstenção.

Seção II Da Organização

Art. 5º Compete ao coordenador(a) do GTCON:

- I. convocar e coordenar as reuniões do GTCON;
- II. elaborar e distribuir a pauta aos membros do GTCON, até 08 (oito) dias antes de cada reunião e receber sugestões de assuntos para discussão até 10 (dez) dias antes de cada reunião;
- III. disponibilizar a lista de convidados até 02 (dois) dias antes de cada reunião;
- IV. elaborar e manter em arquivos as atas respectivas;
- V. providenciar a divulgação, em meio eletrônico de amplo acesso público, das atas das reuniões e dos demais documentos discutidos no GTCON;
- VI. subsidiar os membros com informações, estudos e dados técnicos referente a matéria a ser apreciada;
- VII. promover os trabalhos administrativos necessários ao funcionamento do GTCON; e
- VIII. receber, preparar, dar tramitação, expedir e arquivar documentação relativa ao GTCON.

Art. 6º - Compete aos representantes titulares e suplentes em exercício do GTCON:

- I. participar do GTCON para o qual foram designados, manifestando-se a respeito de matérias em discussão;
- II. requerer aprovação de matéria em regime de urgência;
- III. desempenhar outras incumbências que lhe foram atribuídas pelo GTCON;
- IV. propor criação de subgrupos;
- V. deliberar sobre as propostas, pareceres e recomendações emitidas pelo GTCON;
- VI. apresentar proposições sobre assuntos do interesse do GTCON.

Seção III

Do Funcionamento

Art. 7º - O GTCON estabelecerá o cronograma de reuniões ordinárias, que deverão realizar-se, bimestralmente.

§ 1º O GTCON reunir-se-á, extraordinariamente, mediante convocação de seu coordenador(a) ou da maioria absoluta de seus membros, observando, em ambos os casos, o prazo mínimo de 05 (cinco) dias para a realização de cada reunião.

Art. 8º - O posicionamento técnico do GTCON, de caráter consultivo, será registrado mediante contagem dos votos dos titulares ou, na sua ausência, dos suplentes.

Art. 9º - Os membros, titulares e suplentes poderão participar conjuntamente da reunião.

Art. 10º - As reuniões do GTCON desenvolver-se-ão na seguinte ordem:

- I. verificação do quorum mínimo da maioria absoluta dos representantes para instalação dos trabalhos;
- II. discussão sobre a inclusão na pauta de matéria em regime de urgência;
- III. aprovação da ata da reunião anterior;
- IV. assuntos de ordem geral;
- V. discussão das matérias constante da pauta da reunião.

Parágrafo Único – O coordenador(a) poderá chamar os trabalhos à ordem ou suspender a sessão, quando julgar necessário.

Art. 11º - As recomendações do GTCON serão registradas na ata da respectiva reunião.

§ 1º Qualquer representante do GTCON poderá solicitar a inversão

da ordem de discussão de matéria constante da pauta ou solicitar a retirada da pauta para apresentar, de forma exclusiva ou em conjunto com outros representantes, estudos mais aprofundados sobre a matéria.

§ 2º A matéria retirada da pauta pelos motivos do parágrafo anterior terá sua discussão transferida para a subsequente reunião do GTCON.

§ 3º É vedado a qualquer representante do GTCON solicitar a retirada da pauta de matéria que já tenha sido objeto de idêntica solicitação.

CAPÍTULO IV Das Atribuições

Art. 12º Ao coordenador do GTCON incumbe:

- I. coordenar as reuniões do GTCON;
- II. promover os trabalhos administrativos necessários ao funcionamento do GTCON;
- III. receber, preparar, dar tramitação, expedir e arquivar documentação relativa ao GTCON;
- IV. elaborar as atas das reuniões do GTCON;
- V. registrar os debates das reuniões do GTCON, procedendo a sua revisão, e manter arquivo das recomendações do GTCON;
- VI. distribuir aos representantes do GTCON, com antecedência de, no mínimo, 05 (cinco) dias, a ata da reunião anterior, a ser submetida a discussão e aprovação
- VII. dos representantes e convidados participantes, bem como a pauta das reuniões, acompanhada do respectivo resumo técnico;
- VIII. providenciar a divulgação, na internet ou por outro meio de acesso público, das recomendações do GTCON;
- IX. subsidiar os representantes do GTCON com informações, estudos e dados técnicos referentes a matéria a ser apreciada;
- X. avaliar e encaminhar assuntos apreciados no âmbito do GTCON e que guardem relação de pertinência e conteúdo a outros grupos ou entidades existentes ou que venham ser criados.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 13º - Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno serão dirimidos pelo GTCON e, se urgentes, por deliberação do seu coordenador(a).

Art. 14º - O presente regimento entrará em vigor na data de sua aprovação, só podendo ser modificando por quórum qualificado de dois terços de seus representantes.

Água Doce, 21 de Junho de 2016

JOSELI APARECIDA DOS SANTOS MOURA ROSA TRENTO
COORDENADORA

TANIA CARON DOS SANTOS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

CARMEN LÚCIA PICOLLI NICHETTI
CONTROLADORA INTERNA

SCHEILA CORSO GIORDANI
ASSESSORIA JURÍDICA

NEUSA MARIA CORRÊA DA SILVA BISSANI
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

NILZA APARECIDA MENDES
CÂMARA MUNICIPAL

BALANCETE FINANCEIRO FMA MAIO/2016
ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNIC. DE ASSISTENCIA DE AGUA DOCE

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Maio
Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	72.016,62	ORÇAMENTÁRIAS	62.998,90
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	29.784,40	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	62.998,90
RECEITA PATRIMONIAL	21.251,26	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	57.901,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.706,18	INVESTIMENTOS	5.097,90
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	16.274,78		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	120.996,28	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	116.231,54
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	34,91	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	30,15
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	62.998,90	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	57.962,47
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	57.962,47	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	58.238,92
SALDOS ANTERIORES	2.063.290,52	SALDOS ATUAIS	2.077.072,98
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	2.000.000,00	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	2.010.000,00
BANCO C/ MOVIMENTO	63.290,52	BANCO C/ MOVIMENTO	67.072,98
TOTAL	2.256.303,42	TOTAL	2.256.303,42

AGUA DOCE, 31/05/2016

ELIAS VIECELI
Presidente do SIMA

NEUSA M. C. S. BISSANI
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

BALANCETE FINANCEIRO FMAS MAIO/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE AGUA DOCE

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Maio

Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	14.393,28	ORÇAMENTÁRIAS	19.755,12
RECEITA PATRIMONIAL	755,35	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	19.755,12
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	13.607,13	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.030,81
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	30,80	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.528,51
		INVESTIMENTOS	10.195,80
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	14.000,00		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	14.000,00		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	33.852,41	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	27.917,30
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	434,28	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	434,28
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	19.755,12	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	13.663,01
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	13.663,01	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	13.820,01
SALDOS ANTERIORES	98.687,50	SALDOS ATUAIS	113.260,77
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	67.314,39	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	104.897,82
BANCO C/ MOVIMENTO	31.373,11	BANCO C/ MOVIMENTO	8.362,95
TOTAL	160.933,19	TOTAL	160.933,19

AGUA DOCE, 31/05/2016

ORLANDO FÁVERO

Titular da Unidade

NEUSA M. C. S. BISSANI

CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

BALANCETE FINANCEIRO FMS MAIO/2016

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Maio
Página: 1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE
Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	137.066,26	ORÇAMENTÁRIAS	93.154,79
RECEITA TRIBUTÁRIA	922,31	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	90.388,39
RECEITA PATRIMONIAL	9.879,36	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	212.219,89
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	120.391,25	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-185.174,50
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	873,34	INVESTIMENTOS	63.343,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5.000,00	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2.766,40
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.766,40
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	258.207,35		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	258.207,35		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.020.905,74	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.412.794,25
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	50.481,45	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	50.091,39
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	431.843,76	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	871.617,54
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	538.580,53	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	485.101,07
		RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	5.984,25
SALDOS ANTERIORES	1.456.486,53	SALDOS ATUAIS	1.366.716,84
BANCO C/ MOVIMENTO	1.456.486,53	BANCO C/ MOVIMENTO	1.366.716,84
TOTAL	2.872.665,88	TOTAL	2.872.665,88

AGUA DOCE, 31/05/2016

ORLANDO FAVERO
Titular da Unidade

NEUSA M. C. S. BISSANI
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

Alto Bela Vista

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.208 DE 20 DE JUNHO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

Decreto nº 2208, de 20 de Junho de 2016.

NOMEIA COMISSÃO MUNICIPAL PARA ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS DE ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DECENAL DOS DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente, instituída pela Lei n.º 8.069/90;

Considerando que o fato de o adolescente se encontrar em conflito com a Lei não restringe a aplicação do princípio constitucional da prioridade absoluta, competindo ao Estado, à sociedade e à família dedicar a máxima atenção a estes adolescentes;

Considerando a necessidade de definição do Plano Municipal Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.

DECRETA:

Art. 1º Fica criada a Comissão Municipal para organização dos trabalhos de elaboração do Plano Municipal Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, do Município de Alto Bela Vista, que será composta pelas seguintes membros:

a) Representando a Diretoria Municipal de Assistência Social:

- Fabíola Prudente Spricigo;
- Camila Seibt de Oliveira;
- Cleide Maria Nilson Bourckhardt.

b) Representando a Gerência Municipal de Educação e Esportes:

- Janaína Schneider.

c) Representando a Gerência de Saúde:

- Eduarda Julia Nicolli Miotto;

- Giliard Link.

d) Representando a Gerência de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico:

- Fatima Lorete Klein da Silva.

e) Representando o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

- Ivoni Schneider Kaplan.

f) Representando o Conselho Tutelar:

- Alice Hoffmann Maltauro;
- Idene Weber Gossenheimer;
- Ivo Manfé;
- Kely Maria da Silva;
- Tatiane dos Santos.

Art. 2º A Comissão nomeada por este Decreto terá até o dia 01 de Dezembro de 2016, para apresentação do Plano Municipal.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 20 de Junho de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável pelas Publicações

DECRETO Nº 2.212 DE 21 DE JUNHO DE 2016

DEFINE EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO E EXECUÇÃO DO PROGRAMA FAMÍLIA ACOLHEDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal, de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente a Lei Complementar n.º 081, de 22 de Abril de 2016;

DECRETA:

Art. 1º - Fica criada a Equipe técnica responsável pelo acompanhamento e execução do programa família acolhedora deste Município.

Art. 2º - A Equipe Técnica terá sua composição obedecendo ao disposto no artigo 17 da Lei Complementar n.º 081, de 22 de Abril de 2016, constituída por:

- CLEIDE MARIA NILSON BOURCKHARDT, que será a Coordenadora;

- FABÍOLA PRUDENTE SPRICIGO, Assistente Social;

- GILLIARD LINK, Psicólogo;

- JUSSARA RETTORE REKSHAUSE, Pedagoga;

Art. 3º - As competências da Equipe Técnica ora nomeada são aquelas definidas na Lei Complementar n.º 081, de 22 de Abril de 2016,

Art. 4º - Para o desempenho de suas funções os membros da Equipe Técnica, nomeados por este decreto, não receberão qualquer espécie de remuneração ou gratificação, por desempenharem função de relevante importância de interesse social.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, SC,
21 de Junho de 2016.
CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável pelas Publicações

LEI MUNICIPAL N 698 DE 24 DE JUNHO DE 2016

DISPÕE SOBRE A AQUISIÇÃO POR DESAPROPRIAÇÃO AMIGAVEL DO IMÓVEL TERRITORIAL RURAL QUE IDENTIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a aquisição, por desapropriação amigável do seguinte imóvel territorial rural: Parte do lote rural nº 293, da Colônia Rio Uruguai, com área de 100.000,00m² (cem mil metros quadrados), sem benfeitorias, sito no município de Alto Bela Vista – SC, com as seguintes confrontações;

AO NORTE: com um travessão terras pertencentes a Albino Neumann;

AO SUL: com outro travessão;

AO LESTE: com terras do mesmo lote / nº 293 pertencente a Alberto Lohmann;

AO OESTE: com os lotes nº 294 e 296 pertencentes a Sirio Albino Lohmann. Matrícula nº 1.691, do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Concórdia/SC.

Art. 2º A aquisição do imóvel identificado no art. 1º desta Lei, destina-se à concessão a empreendimentos industriais.

Art. 3º A aquisição do imóvel identificado no art. 1º desta Lei, será precedida de prévia avaliação e se formalizará à luz das disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e, se for o caso, do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, observadas, ainda as disposições pertinentes da Lei Orgânica do Município.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei estão contempladas na legislação orçamentária vigente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 24 de Junho de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Fatima Lorete Clein da Silva
Responsável Pelas Publicações

PORTARIA Nº 074 DE 22 DE JUNHO DE 2016

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do art. 82 da Lei Complementar n.º 011, de 10 de janeiro de 2005 e suas alterações e ao constante do requerimento protocolado com o nº 217/2015,

Considerando: o requerimento protocolado sob o nº 148/2016;

Considerando: o comunicado de decisão do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) da recuperação de capacidade laboral em 21/06/2016.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 30 dias de Licença Prêmio a Servidora Pública Municipal, DULCI SCHEIDER, ocupante do cargo efetivo de MERENDEIRA, matrícula 80, lotada na Gerência de Educação e Esportes.

Art. 2º Período aquisitivo de 23/08/2010 a 22/08/2015, período de gozo de 22 de junho a 21 de julho de 2016.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão

consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 22 de junho de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável pelas publicações

PORTARIA Nº 075 DE 23 DE JUNHO DE 2016

PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 83, 84, Parágrafo Único Seção II, da lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Considerando: o comunicado de decisão do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) da incapacidade laboral até 22/12/2016.

RESOLVE

Art. 1º Prorrogar Licença para tratamento de saúde ao Servidor Público Municipal, JONES JOSÉ GASTMANN, ocupante do Cargo de Provimento em Comissão de GERENTE DE URBANISMO E HABITAÇÃO, até 22/12/2016, conforme comunicado de decisão do INSS.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria ficarão a cargo da Previdência Social (INSS).0

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, 23 de junho de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável Pelas Publicações

PORTARIA Nº 076 DE 23 DE JUNHO DE 2016

INSTITUI PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, DESIGNA MEMBROS PARA SUA COMPOSIÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC no uso das atribuições conferidas por Lei;

Considerando: a aplicação de advertência verbal em fevereiro deste ano pelo não cumprimento da jornada de trabalho;

Considerando: as comunicações de ofícios da Gerência de Saúde e Assistência Social relatando novo descumprimento da jornada de trabalho;

Considerando: a comunicação nº 0687/2016/GEPES/DIAF/SSP da Gerência de Gestão de Pessoas do Estado de Santa Catarina; e

Considerando: os termos do Ofício TCE/DAP nº 8476/2016, do Tribunal de Contas de Santa Catarina, solicitando que sejam apuradas, no âmbito da Administração Municipal de Alto Bela Vista, possível acumulação de cargos, empregos e funções públicas.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica instaurado Processo Administrativo Disciplinar e nomeados os servidores nominados no art. 2º para compor a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, destinado a apurar fatos irregulares atribuídos ao servidor ALEX SANDRO VERGARA BORGES, consistentes na cumulação de cargos, empregos e funções públicas e no descumprimento de sua jornada de trabalho, por violação aos incisos XVI e XVII, do art. 37 e ao § 6º, do art. 40, ambos da Constituição Federal, aos Prejulgados 1644 e 1778 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, ao inciso X, do art. 119, ao inciso I, do art. 120, e ao art. 121 e parágrafo único, todos do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Alto Bela Vista, estando sujeito as sanções previstas nos incisos I, II e III, do art. 130, do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Alto Bela Vista.

Art. 2º Ficam designados os servidores Cassiano Martinazzo - Diretor de Administração, Tarcisio Gosenheimer – Controlador Interno, Tania Catarina Nilson – Auxiliar Administrativo e Franciane Carina Zis – Contadora, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar instituída no artigo anterior.

Art. 3º A Comissão deverá apresentar suas conclusões no prazo de 60 dias, podendo haver prorrogação de prazo, pelo mesmo período, desde que devidamente justificado.

Art. 4º. As atribuições e responsabilidades dos membros da Comissão de Sindicância, são aquelas definidas nos arts. 147 e seguintes da Lei Complementar nº 011/2005.

Art. 5º. Pelo desempenho do presente mandato, os servidores designados não receberão qualquer gratificação ou adicional nos respectivos vencimentos.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 23 de junho de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável pelas Publicações

Antônio Carlos

PREFEITURA

DECRETO N 048/2016

DECRETO Nº 000048/16 de 23 de Junho de 2016

Abre crédito adicional -suplementar -originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001494/15 de 15 de Dezembro de 2015.

DE CRE TA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 171.074,19 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.365.0004.1.002-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 171.074,19

Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Superávit financeiro 171.074,19

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 23 de Junho de 2016

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Arabutã

PREFEITURA

ADITIVO DE CONTRATO ACT 049/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº. 049/2016

Primeiro termo aditivo ao contrato de trabalho temporário que entre si fazem, de um lado, o MUNICÍPIO DE ARABUTÃ e de outro lado, DANIELI ALVES BORGES, celebrado em 04 de março de 2016.

Pelo presente termo aditivo, o MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Lauro Muller, 210, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o nº 95.995.221/0001-53, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JACKSON LUIZ PATZLAFF, brasileiro, convivente, do comércio, inscrito no CPF sob o nº. 844.823.549-53, residente e domiciliado na Avenida dos Imigrantes, 250, neste Município, adiante identificado apenas como MUNICÍPIO e de outra parte o Senhor DANIELI ALVES BORGES, inscrito no CPF/MF sob o nº. 090.190.719-71, doravante denominado CONTRATADO têm justos e contratados as seguintes alterações do contrato primitivamente celebrado:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Na Cláusula Segunda: Da Vigência, fica prorrogado a vigência contratual até o dia 23 de agosto de 2016.

CLAUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas e condições do contrato permanecem inalteradas.

Por estarem, assim, justas e contratadas, as partes firmam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Arabutã/SC, 24 de junho de 2016.

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ

Jackson Luiz Patzlaff – Prefeito

CONTRATADO

Danieli Alves Borges

Testemunhas:

Leandra Christina Coldebella

CPF/MF nº. 039.438.689-23

Dulci Driemeier

CPF/MF nº. 009.112.609-60

AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 42/2016

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 42/2016, PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2016.

O Município de Arabutã/SC torna público para conhecimento dos interessados que estará realizando Processo Licitatório para o "Registro de preço de nitrogênio líquido e luvas plásticas para o Programa de Inseminação Artificial, conforme identificação constante do Formulário-Proposta no anexo I do Edital". O recebimento dos envelopes e demais documentos exigidos no Edital será realizado até às 13h30 do dia 11 de julho de 2016, sendo que na mesma data, às 14h em sessão pública, ocorrerá a abertura e julgamento dos mesmos. Íntegra do Edital e maiores informações poderão ser obtidas junto à Diretoria de Administração e Fazenda ou pelo telefone: (49)3448-0048 e-mail: administracao@arabuta.sc.gov.br e pelo site: www.arabuta.sc.gov.br. Arabutã/SC, 24 de junho de 2016.

JACKSON LUIZ PATZLAFF

Prefeito

EXTRATOS CONTRATUAIS – PERÍODO DE 01/05/2016 A 24/06/2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA e FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATOS CONTRATUAIS – PERÍODO DE 01/05/2016 A 24/06/2016.

Aditivo Nº : 18/2014 adt8 - Contrato Nº: 18/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA

Contratada...: DARCI FINGER & CIA LTDA - ME

Valor : 3.737,00 (três mil setecentos e trinta e sete reais)

Vigência : Início: 02/05/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2014

Objeto : Na cláusula primeira – Do objeto, fica alterada a linha, do contrato celebrado primitivamente, conforme descrição abaixo:



a) LINHA 05 - L^a UNIDOS

Antes do meio dia – Parte do Pré-Escolar Cinderela, passando pela Creche Municipal, Grupo Escolar Paulo Freire segue em direção a L^a Capitão entrando até o pesque pague de Sergio Schmidt, retorna, passando pela Escola de Educação Básica Arabutã, segue pelo asfalto em direção a L^a Aurora até a propriedade de Daiane Deuner, retorna até a ponte do rio Jacutinga que dá acesso a L^a Unidos seguindo em direção a L^a Crescêncio, até o Bar do Dalpizol, passando pela propriedade de Weruck, entrando e passando pela propriedade de Valmir Grosser, seguindo até a propriedade de Anisio usinger, retorna em direção ao centro de Arabutã, passando pela Escola de Educação Básica Arabutã seguindo sentido L^a Paraíso, entrando na propriedade de Rudimar Potratz, retornando pela propriedade de Inácio Fassbinder, saindo ao lado do cemitério retornando até a escola Pré-Escolar Cinderela, Creche Municipal encerrando o itinerário no Grupo Escolar Paulo Freire.

Aditivo de 6.4 km.

Total da Linha: 96,2 km.

Aditivo Nº : 047/2014 adt03 - Contrato Nº: 47/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA

Contratada...: DIGIMAQ MULTIMARQUAS COM. DE MAQ. E SUPRIM. LTDA

Vigência : Início: 02/05/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 25/2014

Objeto : Na Cláusula II: Do Preço e Forma de Pagamento, por conta da prestação dos serviços ora contratados, a CONTRATADA cobrará do CONTRATANTE, o valor de R\$ 0,05 (cinco centavos), mediante a certificação do número de cópias verificadas da leitura a ser realizados em todos os equipamentos, a seguir relacionados:

MODELO 02 - DESCRIÇÃO DA IMPRESSORA	QTD/UND	SETOR
Locação de Multifuncional Laser mono A4 – impressora, copiadora, scanner fax.	02 impressoras	Secretaria Municipal de Saúde

MODELO 03 - DESCRIÇÃO DA IMPRESSORA	QTD/UND	SETOR
Locação de Multifuncional, copiadora, impressora, scanner e fax a Laser Digital, nova ou com no máximo dois anos de uso.	01 impressora	01 impressora no Gabinete do Prefeito – Bombeiros Militares

Aditivo Nº : 005/2016 adt01 - Contrato Nº: 005/2016

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA

Contratada...: COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL

Valor : 562,50 (quinhentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)

Vigência : Início: 02/05/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : Outras Modalidades Nº.: 1/2016

Objeto : Na Cláusula Segunda e Nona – Do objeto e do Pagamento, do contrato primitivamente celebrado entre as partes fica aditado a seguinte quantidade, conforme comunicado da Secretaria Municipal de Educação e Cultura:

Item	Qtd	Unid	Especificações Detalhadas dos Gêneros Alimentícios	Marca	Valor unt. R\$	Valor Total R\$
27	225	Lt	Leite UHT Integral – Longa Vida, composição: Leite Fluído Integral e estabilizante citrato de sódio; Embalagem: Tetra park com capacidade para 1litro; validade: 04 meses; devendo constar na embalagem a data de fabricação, o prazo de validade e o lote, com registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	COOPERTIVA IRATI	2,50	562,50

Aditivo Nº : 55/2015 adt 03 - Contrato Nº: 55/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA

Contratada...: EXATTA ENGENHARIA LTDA - ME

Vigência : Início: 01/05/2016 Término: 30/06/2016

Licitação : Convite p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 6/2015

Objeto : Na Cláusula vigésima segunda - Dos prazos, do contrato primitivamente celebrado entre as partes fica prorrogada a execução dos projetos, conforme comunicado da empresa em anexo, tendo em vista demora do tramite interno pelo Corpo de Bombeiros Militares: I - VIGÊNCIA: até 30 de junho de 2016, acréscimo de 180 (cento e oitenta) dias.

Aditivo Nº : 19/2014 adt09 - Contrato Nº: 19/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA

Contratada...: ANTONINHO ZANETTI ME

Vigência : Início: 16/05/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2014

Objeto : Na cláusula primeira - Do objeto, fica alterada as linhas, do contrato celebrado primitivamente, conforme descrição abaixo, que passa a ser na seguinte redação, em vista de novo traçado das linhas, com a incorporação de parte da Linha Paraíso e da Linha Pintado:

a) LINHA 08 - L^a AURORA E L^a CAPITÃO

Pela manhã: parte da Escola de Educação Básica Arabutã, segue em direção a L^a Aurora até o acesso a propriedade de Antoninho Zanetti,

retorna em direção ao centro seguindo até L^a Paraíso, entrando em direção a L^a Pintado (estrada ao lado da propriedade de Clademir Adamy) entrando na propriedade de Marcio Schramell, retorna e passando pelas propriedades de Laury Schramell, Gabriel Wilske seguindo até a encruzilhada antes da subestação, segue em direção a L^a Capitão até a propriedade de Alecir Dressel, Genésio Nied (casa nova), retorna, segue até o acesso da propriedade de Claudir Lamb, retornando até a encruzilhada da subestação em direção a propriedade de Gerson Hein, até a escola Pré-Escolar Cinderela, Escola de Educação Infantil e Creche Municipal, Grupo Escolar Paulo Freire, segue em direção ao centro até a Escola de Educação.

Total da manhã - 31,70 km

Antes do meio dia: Parte da Escola de Educação Básica Arabutã, em direção ao Bairro Nicolau Petry, passando pelas escolas Pré-Escolar Cinderela, Escola de Educação Infantil e Escola de Educação infantil e Creche Municipal, Grupo Escolar Paulo Freire, segue em direção a L^a Capitão passando pela propriedade de Gerson Hein, em direção a subestação, entrando até a propriedade de Alecir Dressel, até a residência de Genésio Nied (casa nova) retorna até a propriedade de Gerson Metz, até entrada de Claudir Lamb retornando seguindo em direção a L^a Pintado, passando pelas propriedades de Wilske, Juliano Weber, Dalbello, retornando para L^a Capitão em direção ao asfalto até L^a Aurora seguindo até a propriedade de Irineu Usinger, retornando o clube de L^a Aurora, seguindo até a propriedade de Ivo Coldebela, retornando até a Escola de Educação Básica Arabutã, seguindo até as escolas Pré-Escolar Cinderela, Escola de Educação Infantil e Creche Municipal, Grupo Escolar Paulo Freire, retornando até a Escola de Educação Básica Arabutã.

Total antes do meio dia - 31,8 km.

Final da tarde: Parte da Escola de Educação Básica Arabutã, em direção ao Bairro Nicolau Petry, passando pelas escolas Pré-Escolar Cinderela, Escola de Educação Infantil e Creche Municipal, Grupo Escolar Paulo Freire, segue em direção a L^a Paraíso, entrando em direção a L^a Pintado (estrada ao lado da propriedade de Clademir Adamy) entrando na propriedade de Marcio Schramell, retorna e passando pelas propriedades de Laury Schramell, entrando no acesso as propriedades de Juliano Weber até a propriedade de Dalbello, retorna passando pela propriedade de Gilberto Wilske seguindo até a encruzilhada antes da subestação, segue em direção a L^a Capitão até a propriedade de Alecir Dressel, Genésio Nied (casa nova), retorna para L^a Capitão em direção ao asfalto até L^a Aurora seguindo até a propriedade de Irineu Usinger, retornando o clube de L^a Aurora, seguindo até a propriedade de Ivo Coldebela, retornando até a Escola de Educação Básica Arabutã.

Total antes da noite - 36,8 km

Total da linha - 100,3 km

Contrato Nº.: 24/2016

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA

Contratada....: CONECT TURBO PROVEDOR DE INTERNET LTDA - ME

Valor : 640,00 (seiscentos e quarenta reais)

Vigência : Início: 02/05/2016 Término: 31/12/2016

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de acesso a internet banda larga, no Pré-Escolar Cinderela, com velocidade de 02 (dois) megabytes - Mb., pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Contrato Nº.: 25/2016

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA

Contratada....: CONECT TURBO PROVEDOR DE INTERNET LTDA - ME

Valor : 600,00 (seiscentos reais)

Vigência : Início: 16/05/2016 Término: 31/12/2016

Objeto : Cláusula primeira. Este contrato tem por objeto:

Contratação de empresa para prestação de serviços de acesso a internet banda larga, para a sede do Conselho Tutelar, com velocidade de 02 (dois) megabytes - Mb.

Contrato Nº.: 26/2016

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA

Contratada....: MAIKON JECKSON KIEKOW

Valor : 3.000,00 (três mil reais)

Vigência : Início: 23/05/2016 Término: 31/12/2016

Objeto : Este contrato tem por objeto: Locação de imóvel, situado na Rua Victor Basei, 59, centro, Arabutã/SC, inscrição imobiliária nº. 01.01.004.0011.001.1, com suas benfeitorias e instalações, para servir de sede do Conselho Tutelar.

Contrato Nº.: 27/2016

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA

Contratada....: F SIGMA CONSTRUTORA EIRELI - EPP

Valor : 126.274,35 (cento e vinte e seis mil duzentos e setenta e quatro reais e trinta e cinco centavos)

Vigência : Início: 06/06/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : Convite p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 3/2016

Objeto : Contratação da execução de forma indireta, empreitada por preço unitário (material e mão de obra), para execução da restauração da casa onde será instalada a "Casa da Memória do Município de Arabutã", em conformidade com este contrato e as especificações e quantidades contidas no memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro, das plantas dos projetos de engenharia e a proposta da CONTRATADA.

Contrato Nº.: 28/2016

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA

Contratada....: MAGA ENGENHARIA LTDA - ME

Valor : 7.975,00 (sete mil novecentos e setenta e cinco reais)

Vigência : Início: 16/06/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 2/2016

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços para elaboração parcial e adaptação de projetos engenharia da obra

denominada "Centro de Eventos", conforme detalhamento a seguir:

- a) Adaptação do Projeto Arquitetônico da parte frontal da Edificação (Varanda Principal, hall de acesso ao Auditório frontal, Auditório frontal e todo pavimento inferior ao auditório frontal);
- b) Adaptação do Projeto Elétrico e Entrada de Energia;
- c) Adaptação do Projeto de Alarme/CFTV;
- d) Adaptação do Projeto de Climatização (somente esperas/fiação e drenagem);
- e) Adaptação do Projeto Hidrossanitário;
- f) Elaboração de projeto de sistema de Tratamento de Efluentes para atender somente esta etapa, incluindo aprovação junto a Vigilância;
- g) Adaptação do Memorial Descritivo da etapa;
- h) Levantamento Quantitativo e Financeiro dos itens da etapa, compatibilizando com recurso disponibilizado;
- i) Plotagens em 02 vias impressas e em meio digital PDF/DWF.

Contrato Nº.: 29/2016

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA

Contratada.: MARAVIMAQUINAS COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA

Valor : 41.117,00 (quarenta e um mil cento e dezessete reais)

Vigência : Início: 16/06/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 26/2016

Recursos : Dotação: 2.065.3.3.90.00.00.00.00 (131) Saldo: 54.162,78

Objeto : Contratação de empresa para o fornecimento de peças e mão de obra para recuperação do trator de esteiras D-51, ano 2011, observada as especificações e condições estabelecidas nos Anexos I do Edital.

Contrato Nº.: 30/2016

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA

Contratada.: BALBINOT CONSTRUÇOES EIRELI - EPP

Valor : 147.235,19 (cento e quarenta e sete mil duzentos e trinta e cinco reais e dezenove centavos)

Vigência : Início: 24/06/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : Convite p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 4/2016

Recursos : Dotação: 1.058.4.4.90.00.00.00.00 (171), 1.058.4.4.90.00.00.00.00 (172)

Objeto : Contratação da execução de forma indireta, empreitada por preço unitário (material e mão de obra), para execução da reforma e ampliação do Centro de Convivência dos Idosos, em conformidade com as demais características constantes nos anexos que integram o Edital.

Aditivo Nº : 23/2016 adt01 - Contrato Nº: 23/2016

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA

Contratada.: VANDERLEI DEITOS - ME

Valor : 10.469,32 (dez mil quatrocentos e sessenta e nove reais e trinta e dois centavos)

Vigência : Início: 06/06/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 3/2016

Objeto : Do objeto, do contrato primitivamente celebrado entre as partes ficam aditados e excluídos os serviços e materiais, conforme Comunicado da Engenharia Civil do Município, responsável pela fiscalização da obra, nos termos seguintes:

- a) Item 2.2, 3.1.1, 3.1.2 e 5.5: A alvenaria do mezanino, projetada até o teto, foi reduzida para 1,20m, já que se trata de espaço para depósito e a mesma prejudica a colocação dos materiais, implicando inclusive em prejuízo da ventilação;
- b) Item 2.5 e 2.7: Foram reduzidas vergas ao longo das janelas, pois a parede está com 5,50m de altura sem viga intermediária. Como isso poderá resultar em trincas, foi suprimido o item vergas nas janelas e incluída uma viga de 15x30 em toda extensão da alvenaria;
- c) Item 2.6: Não estava previsto no projeto e orçamento as vigas de baldrame, abaixo das alvenarias de copa/ cozinha e banheiros. Serviço aditado;
- d) Item 4.1.2, 4.1.8 e 4.2.6: Foi solicitada a colocação de uma porta para os fundos, onde será construída futura casa de manipulação de carnes e churrasqueira. Solicitada ainda uma janela da cozinha para a passagem dos alimentos para o público, com balcão;
- e) Item 6.11, 06.18 e 6.12: As lâmpadas incandescentes foram descontadas, pois estão fora de norma e não há mais fornecimento das mesmas, e juntamente com essas, descontadas as luminárias de globo leitoso. Em seu lugar foram acrescidas as lâmpadas econômicas, com luminárias simples, de plástico.
- f) Item 6.13 e 6.19: Foram excluídas as luminárias tipo calha, pois são inadequadas para quadra e colocados refletores de LED, pela praticidade e economia de energia.
- g) O balcão de granito da janela da copa será substituído por balcão de madeira aparelhada, lixada e encerada, com largura de 40 cm, sendo colocado do mesmo tipo na cozinha, sem acréscimo de custo e sem crédito para a Contratante.

Aditivo Nº : 25/2014 adt07 - Contrato Nº: 25/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA

Contratada.: BETHA SISTEMAS LTDA

Valor : 11.400,00 (onze mil quatrocentos reais)

Vigência : Início: 06/06/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 6/2014

Objeto : Na Cláusula Primeira – Do Objeto do contrato primitivamente celebrado entre as partes fica aditada a quantidade do item "20 – Assistência Técnica, após implantação dos sistemas, quando solicitado" e reduz-se o seu valor conforme descrito abaixo objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato:

(...)

Lote 01 - Locação de Sistemas e Serviços Técnicos

ITEM	QTD	UN	DESCRIÇÃO	USUÁRIOS	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$
20	100	Horas	Assistência Técnica, após implantação dos sistemas, quando solicitado.	---	114,00	11.400,00

Aditivo Nº : 004/2016 adt 02 - Contrato Nº: 004/2016

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA

Contratada...: COOPERATIVA DE PRODUCAO E CONSUMO AGROINDUSTRIAL F

Valor : 550,00 (quinhentos e cinquenta reais)

Vigência : Início: 06/06/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : Outras Modalidades Nº.: 1/2016

Objeto : Na Cláusula Segunda e Nona – Do objeto e do Pagamento, do contrato primitivamente celebrado entre as partes fica aditado a seguinte quantidade, conforme comunicado da Secretaria Municipal de Educação e Cultura:

Item	Qtd	Unid.	Especificações Detalhadas dos Gêneros Alimentícios	Marca	Valor unt. R\$	Valor total R\$
01	75	Peças	Alface Verde, nova, de 1ª qualidade, folhas sãs, sem rupturas, limpas.	ARTIDOR PE-REIRA	2,00	150,00
20	50	Unid.	Cucas diversos recheios, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno original do fabricante, resistente, com especificações do produto, informações sobre o fabricante, data de fabricação, data de fabricação e prazo de validade, sem corantes artificiais. A cuca deverá ser fabricada a partir de matérias primas sãs e limpas, isentas de matérias terrosas, parasitos, livre de umidade, fragmentos estranhos e em perfeito estado de conservação, serão rejeitados os que apresentarem dureza, caracteres organolépticos anormais, quebradiços. Embalagem primária em pacotes impermeáveis lacrados com peso líquido de no mínimo 900g, na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, prazo de validade e lote. Produto dentro das normas da Vigilância Sanitária.	ROSELI SCHU-MANN	8,00	400,00

EXTRATOS DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS – PERÍODO DE 01/05/2016 A 24/06/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA e FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATOS DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS – PERÍODO DE 01/05/2016 A 24/06/2016

Aditivo Nº : Ata 59/2016 adt1 - Contrato Nº: Ata 59/2016

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA

Contratada...: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

Vigência : Início: 16/05/2016 Término: 16/02/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2016

Objeto : Na clausula primeira – Do Objeto, fica retificada a marca do item abaixo mencionado, tendo em vista erro material constatado, pois a marca constante na Ata de Registro de Preços nº. 59/2016 não coincide com a marca da proposta da empresa no referido certame, conforme documentos presentes no Caderno Licitatório:

Item	Qtd	Med.	Especificações Detalhadas dos Gêneros Alimentícios	Marca	Valor Unit. R\$	Valor total R\$
84	20	Pctes de 1kg	Cereal Matinal Tipo Granola, de procedência nacional, composição básica: aveia em flocos, açúcar mascavo, açúcar cristal, farinha de aveia, mel, flocos de milho, flocos de arroz, melado de cana, uva passa, coco ralado, gérmen de trigo, gergelim, castanha do pará, corantes naturais sabor caramelo e urucum. Isento de mofo, substâncias nocivas, odores ou sabor diferentes da sua composição normal. Embalado em plástico atóxico. Embalagem primária termoselada, de 1kg contendo declaração da marca, nome e endereço do fabricante, lote e prazo de validade.	4866 NATURALE	7,90	158,00

Aditivo Nº : Ata 72/2016 adt1 - Contrato Nº: Ata 72/2016

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA

Contratada...: COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO CONCÓRDIA

Vigência : Início: 16/05/2016 Término: 29/03/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 17/2016

Objeto : Na clausula primeira – Do Objeto, fica retificado o valor unitário do item abaixo mencionado, tendo em vista erro material constatado, pois o valor constante na Ata de Registro de Preços nº. 72/2016 não coincide com o valor constante da proposta comercial da empresa no referido certame, conforme documentos presentes no Caderno Licitatório.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	MARCA/ VARIEDADE	PREÇO POR SACO R\$	PREÇO TOTAL R\$
01	Semente de aveia preta fiscalizada S2	250 sacos de 40 kg	Embrapa 139	66,40	16.600,00
VALOR TOTAL					16.600,00

Aditivo Nº : Ata 049/2016 adt - Contrato Nº: Ata 049/2016

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA

Contratada...: ALTERMED-MAT. MED.HOSPITALARES LTDA

Vigência : Início: 05/05/2016 Término: 10/02/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 45/2015

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA

Objeto : Com amparo na cláusula nona, da Ata de Registro de Preços nº. 049/2016 e art. 79 II, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações e diante das justificativas apresentadas pela CONTRATADA em documento protocolado em 26 de abril de 2016, que fica fazendo parte integrante do presente aditivo, os integrantes do contrato resolvem proceder à rescisão amigável do item abaixo relacionado, eximindo-se cada uma das partes das responsabilidades assumidas na contratação primitivamente entabulada, nada mais tendo a reclamar uma da outra.

Item	Qtd	Und	Especificação	Marca
97	1000	FR	Soro Fisiológico 0,9%: solução de cloreto de sódio, frasco de 240 ml, com tampa de rosca amarela e bico fino.	FARMAX

Contrato Nº.: Ata 78/2016

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA

Contratada...: DIMASTER COM. DE PROD. HOSP. LTDA

Valor : 6.623,00 (seis mil seiscentos e vinte e três reais)

Vigência : Início: 06/05/2016 Término: 06/05/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 18/2016

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA

Objeto : Registro de preço de medicamentos e materiais de consumo usados nas ações e serviços das Unidades de Básica de Saúde, conforme identificação constante do Formulário-Proposta no anexo I do Edital.

Contrato Nº.: Ata 79/2016

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA

Contratada...: DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA EPP

Valor : 52.640,40 (cinquenta e dois mil seiscentos e quarenta reais e quarenta centavos)

Vigência : Início: 06/05/2016 Término: 06/05/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 18/2016

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA

Objeto : Registro de preço de medicamentos e materiais de consumo usados nas ações e serviços das Unidades de Básica de Saúde, conforme identificação constante do Formulário-Proposta no anexo I do Edital.

Contrato Nº.: Ata 80/2016

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA

Contratada...: DR-V COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.

Valor : 7.990,00 (sete mil novecentos e noventa reais)

Vigência : Início: 06/05/2016 Término: 06/05/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 18/2016

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA

Objeto : Registro de preço de medicamentos e materiais de consumo usados nas ações e serviços das Unidades de Básica de Saúde, conforme identificação constante do Formulário-Proposta no anexo I do Edital.

Contrato Nº.: Ata 81/2016

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA

Contratada...: INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

Valor : 20.541,00 (vinte mil quinhentos e quarenta e um reais)

Vigência : Início: 06/05/2016 Término: 06/05/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 18/2016

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA

Objeto : Registro de preço de medicamentos e materiais de consumo usados nas ações e serviços das Unidades de Básica de Saúde, conforme identificação constante do Formulário-Proposta no anexo I do Edital.

Contrato Nº.: Ata 82/2016

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA

Contratada...: MAXI DISTRIB. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Valor : 4.420,00 (quatro mil quatrocentos e vinte reais)

Vigência : Início: 06/05/2016 Término: 06/05/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 18/2016

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA

Objeto : Registro de preço de medicamentos e materiais de consumo usados nas ações e serviços das Unidades de Básica de Saúde, conforme identificação constante do Formulário-Proposta no anexo I do Edital.

Contrato Nº.: Ata 83/2016

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA

Contratada...: METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

Valor : 1.337,70 (um mil trezentos e trinta e sete reais e setenta centavos)

Vigência : Início: 06/05/2016 Término: 06/05/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 18/2016

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA

Objeto : Registro de preço de medicamentos e materiais de consumo usados nas ações e serviços das Unidades de Básica de Saúde, conforme identificação constante do Formulário-Proposta no anexo I do Edital.

Contrato Nº.: Ata 84/2016

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA

Contratada...: S & R DISTRIBUIDORA LTDA

Valor : 25.966,38 (vinte e cinco mil novecentos e sessenta e seis reais e trinta e oito centavos)

Vigência : Início: 06/05/2016 Término: 06/05/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 18/2016

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA

Objeto : Registro de preço de medicamentos e materiais de consumo usados nas ações e serviços das Unidades de Básica de Saúde, conforme identificação constante do Formulário-Proposta no anexo I do Edital.

Contrato Nº.: Ata 85/2016

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA

Contratada...: A G KIENEN & CIA LTDA

Valor : 5.318,96 (cinco mil trezentos e dezoito reais e noventa e seis centavos)

Vigência : Início: 06/05/2016 Término: 06/05/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 18/2016

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA

Objeto : Registro de preço de medicamentos e materiais de consumo usados nas ações e serviços das Unidades de Básica de Saúde, conforme identificação constante do Formulário-Proposta no anexo I do Edital.

Contrato Nº.: Ata 86/2016

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA

Contratada...: AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME

Valor : 35.964,76 (trinta e cinco mil novecentos e sessenta e quatro reais e setenta e seis centavos)

Vigência : Início: 06/05/2016 Término: 06/05/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 18/2016

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA

Objeto : Registro de preço de medicamentos e materiais de consumo usados nas ações e serviços das Unidades de Básica de Saúde, conforme identificação constante do Formulário-Proposta no anexo I do Edital.

Contrato Nº.: Ata 87/2016

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA

Contratada...: ALTERMED-MAT. MED.HOSPITALARES LTDA

Valor : 18.435,21 (dezoito mil quatrocentos e trinta e cinco reais e vinte e um centavos)

Vigência : Início: 06/05/2016 Término: 06/05/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 18/2016

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA

Objeto : Registro de preço de medicamentos e materiais de consumo usados nas ações e serviços das Unidades de Básica de Saúde, conforme identificação constante do Formulário-Proposta no anexo I do Edital.

Contrato Nº.: Ata 88/2016

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA

Contratada...: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PROD. HOSP. LTDA

Valor : 29.535,00 (vinte e nove mil quinhentos e trinta e cinco reais)

Vigência : Início: 06/05/2016 Término: 06/05/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 18/2016

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA

Objeto : Registro de preço de medicamentos e materiais de consumo usados nas ações e serviços das Unidades de Básica de Saúde, conforme identificação constante do Formulário-Proposta no anexo I do Edital.

Contrato Nº.: Ata 89/2016

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA

Contratada...: JE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - EPP

Valor : 56.540,00 (cinquenta e seis mil quinhentos e quarenta reais)

Vigência : Início: 06/05/2016 Término: 06/05/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 21/2016

Objeto : Registro de preços para aquisição de tubos de concreto para utilização na manutenção da malha viária municipal, conforme identificação constante do Formulário-Proposta em anexo I, do Edital.

Contrato Nº.: Ata 90/2016

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA

Contratada...: CONCORDIA MONITORAMENTO LTDA - ME

Valor : 33.907,68 (trinta e três mil novecentos e sete reais e sessenta e oito centavos)

Vigência : Início: 06/05/2016 Término: 06/05/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 20/2016

Objeto : Registro de preço para fornecimento de câmeras de monitoramento, incluído fonte, gravador, conversor e cabo de rede, conforme identificação constante do Formulário-Proposta no anexo I do Edital.

Contrato Nº.: Ata 91/2016

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA

Contratada...: NOVA PRINT GRAFICA E EDITORA LTDA - ME

Valor : 4.161,00 (quatro mil cento e sessenta e um reais)

Vigência : Início: 30/05/2016 Término: 30/05/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 24/2016

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA

Objeto : Registro de preço de medicamentos e materiais de consumo usados nas ações e serviços das Unidades de Básica de Saúde, conforme identificação constante do Formulário-Proposta no anexo I do Edital.

Contrato Nº.: Ata 92/2016

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA

Contratada...: CONSTRUTORA UNIAO LTDA

Valor : 396.000,00 (trezentos e noventa e seis mil reais)

Vigência : Início: 16/06/2016 Término: 16/07/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 25/2016

Objeto : Registro de preços para prestação de serviços Registro de preços para prestação de serviços de horas máquinas, conforme itens do Formulário Proposta, anexo I.

Arroio Trinta

PREFEITURA

CONTRATO Nº 0034 2016 - AMPLIAÇÃO CENTRO BARRA DO VELOSO - EMPRESA: ANDRESSA DE OLIVIERA - ME

TERMO DE CONTRATO Nº 0034/2016, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AMPLIAÇÃO DO SALÃO DE FESTAS DA LINHA BARRA DO VELOSO QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA – SC E A EMPRESA ANDRESSA DE OLIVEIRA ME.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0033/2016.

TOMADA DE PREÇO Nº 0006/2016.

1ª CONTRATANTE:

O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, entidade jurídica de direito público interno, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 82.826.462/0001-27, com sede na Rua VX de Novembro 26, nesta cidade de ARROIO TRINTA, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e Carteira de Identidade nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua XV de Novembro s/n, Centro, Município de Arroio Trinta – Santa Catarina, e de ora diante denominada simplesmente CONTRATANTE;

2ª CONTRATADA:

ANDRESSA DE OLIVEIRA - ME pessoa jurídica de direito privado, inscrita no C.P.N.J. sob o nº 17.300.869/0001-54 com sede na Rua Saul Brandalise 1300, na cidade de Videira, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pela Senhora ANDRESSA DE OLIVEIRA, portadora do CPF sob nº 054.059.089-40 e Carteira de Identidade nº 4784291, residente e domiciliada no Município de Videira – Santa Catarina, e de ora diante denominada simplesmente CONTRATADA;

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS nº 0006/2016, homologado em 15 de junho de 2016, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A Contratada efetuará o seguinte objeto, conforme processo licitatório:

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário	Valor total
1	24153 - Ampliação do Centro Comunitário da Linha Barra do Veloso. Construção de churrasqueira, banheiros, cozinha e salgador no Centro Esportivo Comunitário da Comunidade Linha Barra do Veloso, com área de 520 m², de acordo com projeto, memorial descritivo e demais documentos inerentes ao processo licitatório.	Un	1	119.642,21	119.642,21
Total					119.642,21

§ 1º - Toda e qualquer despesa com transporte ou deslocamento do material, bem como: combustíveis, peças e quaisquer outros necessários à realização do serviço, correrá por conta da Contratada.

§ 2º - Todo e qualquer serviço relacionado na Cláusula Primeira deste Contrato, só poderá ser executado com autorização do Município de Arroio Trinta.

CLÁUSULA SEGUNDA - O objeto deste contrato será realizado na Linha Santo Antônio, Interior do Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, conforme Edital de Tomada de Preços nº 0006/2016.

A correta realização dos serviços será fiscalizada pela Comissão Permanente de Fiscalização, nomeada pelo Decreto nº 1755 de 08/06/2016, podendo impor multas e aplicação de penalidades, em conformidade com o que dispõe a Lei 8.666/93, quais sejam:

I - advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

§ 1º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

§ 2º As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 3º A sanção estabelecida no inciso IV deste artigo é de competência exclusiva do Ministro de Estado, do Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

As sanções previstas nos incisos III e IV do artigo anterior poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta Lei:

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

III - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

Tudo em caso de desvio de finalidade ou qualquer outra forma de irregularidades observadas na prestação dos serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA - O valor total do presente contrato é de R\$119.642,21(CENTO E DEZENOVE MIL SEISCENTOS E QUARENTA E DOIS REAIS E VINTE E UM CENTAVOS).

§ 1º - Os pagamentos serão efetuados conforme liberação dos recursos pelo Governo Federal e conforme cronograma físico financeiro, mediante apresentação dos Boletins de Medição, nota fiscal e apresentação das negativas de débitos junto ao INSS e FGTS atualizadas.

§ 2º - A empresa vencedora, deverá apresentar também as guias de recolhimento do INSS e FGTS dos funcionários que estarão trabalhando na obra.

§ 3º - Os valores constantes no presente Contrato não sofrerão alterações em virtude de fretes, impostos, transportes ou quaisquer outras despesas.

CLÁUSULA QUARTA - O prazo para a execução do presente Contrato é de 60(SESENTA) DIAS, da emissão da ordem de serviço.

Parágrafo único - O prazo para a execução do Objeto do presente Edital será em até 60 (sessenta dias) consecutivos, após emissão da ORDEM DE SERVIÇO, expedida pela Prefeitura Municipal e poderá ser alterado nos casos previstos no Artigo 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93, ou prorrogado através de Termo Aditivo.

A correta realização dos serviços será fiscalizada pela Comissão Permanente de Fiscalização (Decreto nº 1755 de 08/06/2016), juntamente com o engenheiro responsável pela obra.

CLÁUSULA QUINTA - A Despesa deste Contrato correrá por conta do seguinte elemento de despesa:

191 - 1 . 2005 . 27 . 812 . 24 . 1.8 . 1 . 449000 Aplicações Diretas

CLÁUSULA SEXTA - A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela contratante.

Parágrafo único - A existência e a atuação da fiscalização do Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne ao serviço contratado, e as suas consequências e implicações próximas ou remotas.

CLÁUSULA SÉTIMA - O descumprimento total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecida sujeitará a Contratada as sanções previstas na Lei garantida prévia e ampla defesa em processo administrativo.

CLÁUSULA OITAVA - A multa aplicada no caso do não cumprimento do Contrato será de 5% (cinco por cento) do valor global contratado.

CLÁUSULA NONA - O Contratante poderá rescindir administrativamente o presente contrato nas hipóteses previstas na Lei de licitações, sem que caiba a Contratada direito de qualquer indenização, sem prejuízos das penalidades pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA - O presente Contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - A Contratada assume como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes do fornecimento do serviço discriminado, necessário à boa e perfeita entrega do mesmo. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a Terceiros.

§ 1.º - Os danos e os prejuízos serão ressarcidos a Contratante no prazo Máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da notificação administrativa a Contratada sob pena de multa.

§ 2.º - A Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente a Contratada.

§ 3.º - A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por qualquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

§ 4.º - A Contratada manterá durante toda a execução do Contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

Cláusula Décima Segunda - Constituir encargo exclusivo da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste Contrato e da execução de seu objeto.

Cláusula Décima Terceira – O presente contrato tem garantia de 5 (cinco) anos consoante dispõe o Artigo 618 do Código Civil Brasileiro, quando houver vícios ocultos ou defeitos, ficando a licitante vencedora responsável pela solidez e segurança da obra durante este prazo.

Cláusula Décima Quarta - O Foro do presente Contrato será o da Comarca de Videira - SC, excluído qualquer outro.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente em 03 cópias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, e assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta - SC, 15 de junho de 2016.

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA
CNPJ 82.826.462/0001-24
ALCIDIR FELCHILCHER
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

ANDRESSA DE OLIVEIRA - ME
CNPJ Nº 17.300.869/0001-54
ANDRESSA DE OLIVEIRA
CPF nº 054.059.089-40
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

RONIVAN BRANDALISE
CPF: 027.783.989-02

MICHEL JÚNIOR SERIGHELLI
CPF: 000.077.349-21

CONTRATO Nº 0034/2016
CONTRATADO: ANDRESSA DE OLIVEIRA - ME
OBJETO: AMPLIAÇÃO DO CENTRO COMUNITÁRIO DA LINHA BARRA DO VELOSO
VALOR: R\$119.642,21

CONTRATO Nº 0035 2016 - AMPLIAÇÃO CENTRO SANTO ANTÔNIO - EMPRESA: SEP ENGENHARIA EIRELI - ME

TERMO DE CONTRATO Nº 0035/2016, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AMPLIAÇÃO DO SALÃO DE FESTAS DA LINHA SANTO ANTÔNIO QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA – SC E A EMPRESA SEP – ENGENHARIA EIRELI - ME.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0034/2016.

TOMADA DE PREÇO Nº 0005/2016.

1ª CONTRATANTE:

O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, entidade jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.826.462/0001-27, com sede na Rua VX de Novembro 26, nesta cidade de ARROIO TRINTA, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e Carteira de Identidade nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua XV de Novembro s/n, Centro, Município de Arroio Trinta – Santa Catarina, e de ora diante denominada simplesmente CONTRATANTE;

2ª CONTRATADA:

SEP – ENGENHARIA EIRELI - ME pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 24.818.418/0001-79 com sede na Rua Orlando Zardo 148, na cidade de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Senhor SINVAL LEGNANI, portador do CPF sob nº 049.148.479-81 e Carteira de Identidade nº 3.535.541, residente e domiciliado no Município de Arroio Trinta – Santa Catarina, e de ora diante denominada simplesmente CONTRATADA;

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS nº 0005/2016, homologado em 15 de junho de 2016, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A Contratada efetuará o seguinte objeto, conforme processo licitatório:

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário	Valor total
1	24154 - Ampliação do Centro Esportivo Comunitário de Linha Santo Antônio. Construção de churrasqueira, banheiros, e salgador no Centro Esportivo Comunitário da Comunidade de Linha Santo Antônio, numa área total de 36,80 m².	Un	1	66.403,59	66.403,59
Total					66.403,59

§ 1º - Toda e qualquer despesa com transporte ou deslocamento do material, bem como: combustíveis, peças e quaisquer outros necessários à realização do serviço, correrá por conta da Contratada.

§ 2º - Todo e qualquer serviço relacionado na Cláusula Primeira deste Contrato, só poderá ser executado com autorização do Município de Arroio Trinta.

CLÁUSULA SEGUNDA - O objeto deste contrato será realizado na Linha Santo Antônio, Interior do Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, conforme Edital de Tomada de Preços nº 0005/2016.

A correta realização dos serviços será fiscalizada pela Comissão Permanente de Fiscalização, nomeada pelo Decreto nº 1755 de 08/06/2016, podendo impor multas e aplicação de penalidades, em conformidade com o que dispõe a Lei 8.666/93, quais sejam:

I - advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

§ 1º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

§ 2º As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 3º A sanção estabelecida no inciso IV deste artigo é de competência exclusiva do Ministro de Estado, do Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

As sanções previstas nos incisos III e IV do artigo anterior poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta Lei:

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

III - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

Tudo em caso de desvio de finalidade ou qualquer outra forma de irregularidades observadas na prestação dos serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA - O valor total do presente contrato é de R\$66.403,59(SESSENTA E SEIS MIL QUATROCENTOS E TRÊS REAIS E CINQUENTA E NOVE CENTAVOS).

§ 1º - Os pagamentos serão efetuados conforme liberação dos recursos pelo Governo Federal e conforme cronograma físico financeiro, mediante apresentação dos Boletins de Medição, nota fiscal e apresentação das negativas de débitos junto ao INSS e FGTS atualizadas.

§ 2º - A empresa vencedora, deverá apresentar também as guias de recolhimento do INSS e FGTS dos funcionários que estarão trabalhando na obra.

§ 3º - Os valores constantes no presente Contrato não sofrerão alterações em virtude de fretes, impostos, transportes ou quaisquer outras despesas.

CLÁUSULA QUARTA - O prazo para a execução do presente Contrato é de 60(SESSENTA) DIAS, da emissão da ordem de serviço.

Parágrafo único - O prazo para a execução do Objeto do presente Edital será em até 60 (sessenta dias) consecutivos, após emissão da ORDEM DE SERVIÇO, expedida pela Prefeitura Municipal e poderá ser alterado nos casos previstos no Artigo 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93, ou prorrogado através de Termo Aditivo.

A correta realização dos serviços será fiscalizada pela Comissão Permanente de Fiscalização (Decreto nº 1755 de 08/06/2016), juntamente com o engenheiro responsável pela obra.

CLÁUSULA QUINTA - A Despesa deste Contrato correrá por conta do seguinte elemento de despesa:

191 - 1 . 2005 . 27 . 812 . 24 . 1.8 . 1 . 449000 Aplicações Diretas

CLÁUSULA SEXTA - A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela contratante.

Parágrafo único - A existência e a atuação da fiscalização do Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne ao serviço contratado, e as suas consequências e implicações próximas ou remotas.

CLÁUSULA SÉTIMA - O descumprimento total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecida sujeitará a Contratada as sanções previstas na Lei garantida prévia e ampla defesa em processo administrativo.

CLÁUSULA OITAVA - A multa aplicada no caso do não cumprimento do Contrato será de 5% (cinco por cento) do valor global contratado.

CLÁUSULA NONA - O Contratante poderá rescindir administrativamente o presente contrato nas hipóteses previstas na Lei de licitações, sem que caiba a Contratada direito de qualquer indenização, sem prejuízos das penalidades pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA - O presente Contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - A Contratada assume como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes do fornecimento do serviço discriminado, necessário à boa e perfeita entrega do mesmo. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a Terceiros.

§ 1.º - Os danos e os prejuízos serão ressarcidos a Contratante no prazo Máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da notificação administrativa a Contratada sob pena de multa.

§ 2.º - A Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária

ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente a Contratada.

§ 3.º - A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por qualquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

§ 4.º - A Contratada manterá durante toda a execução do Contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

Cláusula Décima Segunda - Constituir encargo exclusivo da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste Contrato e da execução de seu objeto.

Cláusula Décima Terceira – O presente contrato tem garantia de 5 (cinco) anos consoante dispõe o Artigo 618 do Código Civil Brasileiro, quando houver vícios ocultos ou defeitos, ficando a licitante vencedora responsável pela solidez e segurança da obra durante este prazo.

Cláusula Décima Quarta - O Foro do presente Contrato será o da Comarca de Videira - SC, excluído qualquer outro.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente em 03 cópias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, e assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta - SC, 15 de junho de 2016.

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA
CNPJ 82.826.462/0001-24
ALCIDIR FELCHILCHER
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

SEP – ENGENHARIA EIRELI - ME
CNPJ Nº 24.818.418/0001-79
SINVAL LEGNANI
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

RONIVAN BRANDALISE
CPF: 027.783.989-02

MICHEL JÚNIOR SERIGHELLI
CPF: 000.077.349-21

CONTRATO Nº 0035/2016
CONTRATADO: SEP ENGENHARIA EIRELI ME
OBJETO: AMPLIAÇÃO DO CENTRO COMUNITÁRIO DA LINHA SANTO ANTÔNIO
VALOR: R\$66.403,59

CONTRATO Nº 0036 2016 - CONSTRUÇÃO DE ARQUIBANCADA - EMPRESA: VITE SERVIÇOS LTDA ME

TERMO DE CONTRATO Nº 0036/2016, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE ARQUIBANCADA PRÓXIMO AO ESTÁDIO MUNICIPAL QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA – SC E A EMPRESA VITE SERVIÇOS E SOLUÇÕES LTDA ME.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0032/2016.

TOMADA DE PREÇO Nº 0003/2016.

1ª CONTRATANTE:

O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, entidade jurídica de direito público interno, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 82.826.462/0001-27, com sede na Rua XV de Novembro 26, nesta cidade de ARROIO TRINTA, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e Carteira de Identidade nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua XV de Novembro s/n, Centro, Município de Arroio Trinta – Santa Catarina, e de ora diante denominada simplesmente CONTRATANTE;

2ª CONTRATADA:

VITE SERVIÇOS E SOLUÇÕES LTDA ME pessoa jurídica de direito privado, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 23.865.817/0001-28 com sede na Rua Iomerê, 1270, Bairro Universitário, na cidade de Videira, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Senhor IVAIR BIANCHIN, portador do CPF sob nº 005.867.809-39 e Carteira de Identidade nº 3.782.826, residente e domiciliada no Município de Videira – Santa Catarina, e de ora diante denominada simplesmente CONTRATADA;

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS nº 0003/2016, homologado em 16 de junho de 2016, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A Contratada efetuará o seguinte objeto, conforme processo licitatório:

Item	Material/Serviço	Un. Med.	Qtd.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
1	Arquibancada Coberta para o Estádio Municipal de Futebol de Campo Construção de ARQUIBANCADA em Concreto Armado com 7 degraus com altura de 44 cm, 7 degraus com altura de 22 cm, com volume total de 37,90 m³. Ainda terá cobertura com telhas de aço zincado trapezoidal 0,5mm apoiada em Pilares de Concreto, com área total de 64,20 m² dispostos, em terreno de propriedade da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, localizado próximo ao Campo de Futebol Municipal e à Quadra de Grama Sintética, à Rua Wanderlei José Rotta, no Município de Arroio Trinta.	Un	1	113.200,50	113.200,50
Total					113.200,50

§ 1º - Toda e qualquer despesa com transporte ou deslocamento do material, bem como: combustíveis, peças e quaisquer outros necessários à realização do serviço, correrá por conta da Contratada.

§ 2º - Todo e qualquer serviço relacionado na Cláusula Primeira deste Contrato, só poderá ser executado com autorização do Município de Arroio Trinta.

CLÁUSULA SEGUNDA - O objeto deste contrato será realizado na Rua Francisco Nava, próximo ao Cemitério Municipal, centro do Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, conforme Edital de Tomada de Preços nº 0003/2016.

A correta realização dos serviços será fiscalizada pela Comissão Permanente de Fiscalização, nomeada pelo Decreto nº 1755 de 08/06/2016, podendo impor multas e aplicação de penalidades, em conformidade com o que dispõe a Lei 8.666/93, quais sejam:

I - advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

§ 1º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

§ 2º As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 3º A sanção estabelecida no inciso IV deste artigo é de competência exclusiva do Ministro de Estado, do Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

As sanções previstas nos incisos III e IV do artigo anterior poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta Lei:

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

III - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

Tudo em caso de desvio de finalidade ou qualquer outra forma de irregularidades observadas na prestação dos serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA - O valor total do presente contrato é de R\$113.200,50(CENTO E TREZE MIL DUZENTOS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).

§ 1º - Os pagamentos serão efetuados conforme liberação dos recursos pelo Governo Federal e conforme cronograma físico financeiro, mediante apresentação dos Boletins de Medição, nota fiscal e apresentação das negativas de débitos junto ao INSS e FGTS atualizadas.

§ 2º - A empresa vencedora, deverá apresentar também as guias de recolhimento do INSS e FGTS dos funcionários que estarão trabalhando na obra.

§ 3º - Os valores constantes no presente Contrato não sofrerão alterações em virtude de fretes, impostos, transportes ou quaisquer outras despesas.

CLÁUSULA QUARTA - O prazo para a execução do Objeto do presente Edital DEVERÁ SER EM CONFORMIDADE COM O CRONOGRAMA, anexo ao Processo, após emissão da ORDEM DE SERVIÇO, expedida pela Prefeitura Municipal e poderá ser alterado nos casos previstos no Artigo 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93, ou prorrogado através de Termo Aditivo.

A correta realização dos serviços será fiscalizada pela Comissão Permanente de Fiscalização (Decreto nº 1755 de 08/06/2016), juntamente com o engenheiro responsável pela obra.

CLÁUSULA QUINTA - A Despesa deste Contrato correrá por conta do seguinte elemento de despesa:

191 - 1 . 2005 . 27 . 812 . 24 . 1.8 . 1 . 449000 Aplicações Diretas

158 - 1 . 2005 . 27 . 812 . 24 . 1.8 . 1 . 449000 Aplicações Diretas

CLÁUSULA SEXTA - A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela contratante.

Parágrafo único - A existência e a atuação da fiscalização do Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne ao serviço contratado, e as suas consequências e implicações próximas ou remotas.

CLÁUSULA SÉTIMA - O descumprimento total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecida sujeitará a Contratada as sanções previstas na Lei garantida prévia e ampla defesa em processo administrativo.

CLÁUSULA OITAVA - A multa aplicada no caso do não cumprimento do Contrato será de 5% (cinco por cento) do valor global contratado.

CLÁUSULA NONA - O Contratante poderá rescindir administrativamente o presente contrato nas hipóteses previstas na Lei de licitações, sem que caiba a Contratada direito de qualquer indenização, sem prejuízos das penalidades pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA - O presente Contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - A Contratada assume como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes do fornecimento do serviço discriminado, necessário à boa e perfeita entrega do mesmo. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a Terceiros.

§ 1.º - Os danos e os prejuízos serão ressarcidos a Contratante no prazo Máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da notificação administrativa a Contratada sob pena de multa.

§ 2.º - A Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente a Contratada.

§ 3.º - A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por qualquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

§ 4.º - A Contratada manterá durante toda a execução do Contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

Cláusula Décima Segunda - Constituir encargo exclusivo da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste Contrato e da execução de seu objeto.

Cláusula Décima Terceira – O presente contrato tem garantia de 5 (cinco) anos consoante dispõe o Artigo 618 do Código Civil Brasileiro, quando houver vícios ocultos ou defeitos, ficando a licitante vencedora responsável pela solidez e segurança da obra durante este prazo.

Cláusula Décima Quarta - O Foro do presente Contrato será o da Comarca de Videira - SC, excluído qualquer outro.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente em 03 cópias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, e assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta - SC, 16 de junho de 2016.

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA
CNPJ 82.826.462/0001-24
ALCIDIR FELCHILCHER
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

VITE SERVIÇOS E SOLUÇÕES LTDA
CNPJ Nº 23.865.817/0001-28
IVAIR BIANCHIN
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:
RONIVAN BRANDALISE
CPF: 027.783.989-02

MICHEL JÚNIOR SERIGHELLI
CPF: 000.077.349-21

CONTRATO Nº 0036/2016
CONTRATADO: VITE SERVIÇOS E SOLUÇÕES LTDA
OBJETO: CONSTRUÇÃO DE ARQUIBANCADAS
VALOR: R\$113.200,50

CONTRATO Nº 0037 2016 - AMPLIAÇÃO CASA MORTUÁRIA - EMPRESA: ANDRESSA DE OLIVIERA - ME
TERMO DE CONTRATO Nº 0037/2016, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AMPLIAÇÃO DA CASA MORTUÁRIA QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA – SC E A EMPRESA ANDRESSA DE OLIVEIRA ME.
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0035/2016.
TOMADA DE PREÇO Nº 0004/2016.

1ª CONTRATANTE:

O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, entidade jurídica de direito público interno, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 82.826.462/0001-27, com sede na Rua VX de Novembro 26, nesta cidade de ARROIO TRINTA, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e Carteira de Identidade nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua XV de Novembro s/n, Centro, Município de Arroio Trinta – Santa Catarina, e de ora diante denominada simplesmente CONTRATANTE;

2ª CONTRATADA:

ANDRESSA DE OLIVEIRA - ME pessoa jurídica de direito privado, inscrita no C.P.N.J. sob o nº 17.300.869/0001-54 com sede na Rua Saul Brandalise 1300, na cidade de Videira, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pela Senhora ANDRESSA DE OLIVEIRA, portadora do CPF sob nº 054.059.089-40 e Carteira de Identidade nº 4784291, residente e domiciliada no Município de Videira – Santa Catarina, e de ora diante denominada simplesmente CONTRATADA;

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS nº 0004/2016, homologado em 17 de junho de 2016, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A Contratada efetuará o seguinte objeto, conforme processo licitatório:

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário	Valor total
1	Contratação de Empresa especializada visando a execução de obra sob o regime de empreitada global, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra para ampliação da Capela mortuária, conforme projeto, memorial descritivo e planilha de orçamento.	Un	1	49.986,31	49.986,31
Total					49.986,31

§ 1º - Toda e qualquer despesa com transporte ou deslocamento do material, bem como: combustíveis, peças e quaisquer outros necessários à realização do serviço, correrá por conta da Contratada.

§ 2º - Todo e qualquer serviço relacionado na Cláusula Primeira deste Contrato, só poderá ser executado com autorização do Município de Arroio Trinta.

CLÁUSULA SEGUNDA - O objeto deste contrato será realizado na Linha Santo Antônio, Interior do Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, conforme Edital de Tomada de Preços nº 0004/2016.

A correta realização dos serviços será fiscalizada pela Comissão Permanente de Fiscalização, nomeada pelo Decreto nº 1755 de 08/06/2016, podendo impor multas e aplicação de penalidades, em conformidade com o que dispõe a Lei 8.666/93, quais sejam:

I - advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

§ 1º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

§ 2º As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 3º A sanção estabelecida no inciso IV deste artigo é de competência exclusiva do Ministro de Estado, do Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

As sanções previstas nos incisos III e IV do artigo anterior poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta Lei:

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

III - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

Tudo em caso de desvio de finalidade ou qualquer outra forma de irregularidades observadas na prestação dos serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA - O valor total do presente contrato é de R\$49.986,31(quarenta e nove mil, novecentos e oitenta e seis reais e trinta e um centavos).

§ 1º - Os pagamentos serão efetuados conforme liberação dos recursos pelo Governo Estadual e conforme cronograma físico financeiro, mediante apresentação dos Boletins de Medição, nota fiscal e apresentação das negativas de débitos junto ao INSS e FGTS atualizadas.

§ 2º - A empresa vencedora, deverá apresentar também as guias de recolhimento do INSS e FGTS dos funcionários que estarão trabalhando na obra.

§ 3º - Os valores constantes no presente Contrato não sofrerão alterações em virtude de fretes, impostos, transportes ou quaisquer outras despesas.

CLÁUSULA QUARTA - O prazo para a execução do presente Contrato é de 60(sessenta) dias consecutivos, após a emissão da ordem de serviço.

Parágrafo único - O prazo para a execução do Objeto do presente Edital será em até 60 (sessenta dias) consecutivos, após emissão da ORDEM DE SERVIÇO, expedida pela Prefeitura Municipal e poderá ser alterado nos casos previstos no Artigo 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93, ou prorrogado através de Termo Aditivo.

A correta realização dos serviços será fiscalizada pela Comissão Permanente de Fiscalização (Decreto nº 1755 de 08/06/2016), juntamente com o engenheiro responsável pela obra.

CLÁUSULA QUINTA - A Despesa deste Contrato correrá por conta do seguinte elemento de despesa:

191 - 1 . 2005 . 27 . 812 . 24 . 1.8 . 1 . 449000 Aplicações Diretas

CLÁUSULA SEXTA - A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela contratante.

Parágrafo único - A existência e a atuação da fiscalização do Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne ao serviço contratado, e as suas consequências e implicações próximas ou remotas.

CLÁUSULA SÉTIMA - O descumprimento total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecida sujeitará a Contratada as sanções previstas na Lei garantida prévia e ampla defesa em processo administrativo.

CLÁUSULA OITAVA - A multa aplicada no caso do não cumprimento do Contrato será de 5% (cinco por cento) do valor global contratado.

CLÁUSULA NONA - O Contratante poderá rescindir administrativamente o presente contrato nas hipóteses previstas na Lei de licitações, sem que caiba a Contratada direito de qualquer indenização, sem prejuízos das penalidades pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA - O presente Contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - A Contratada assume como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes do fornecimento do serviço discriminado, necessário à boa e perfeita entrega do mesmo. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a Terceiros.

§ 1.º - Os danos e os prejuízos serão ressarcidos a Contratante no prazo Máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da notificação administrativa a Contratada sob pena de multa.

§ 2.º - A Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente a Contratada.

§ 3.º - A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por qualquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

§ 4.º - A Contratada manterá durante toda a execução do Contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

Cláusula Décima Segunda - Constituir encargo exclusivo da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste Contrato e da execução de seu objeto.

Cláusula Décima Terceira – O presente contrato tem garantia de 5 (cinco) anos consoante dispõe o Artigo 618 do Código Civil Brasileiro, quando houver vícios ocultos ou defeitos, ficando a licitante vencedora responsável pela solidez e segurança da obra durante este prazo.

Cláusula Décima Quarta - O Foro do presente Contrato será o da Comarca de Videira - SC, excluído qualquer outro.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente em 03 cópias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, e assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta - SC, 17 de junho de 2016.

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

CNPJ 82.826.462/0001-24

ALCIDIR FELCHILCHER

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

ANDRESSA DE OLIVEIRA - ME

CNPJ Nº 17.300.869/0001-54

ANDRESSA DE OLIVEIRA
CPF nº 054.059.089-40
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

RONIVAN BRANDALISE
CPF: 027.783.989-02

MICHEL JÚNIOR SERIGHELLI
CPF: 000.077.349-21

CONTRATO Nº 0037/2016
CONTRATADO: ANDRESSA DE OLIVEIRA - ME
OBJETO: AMPLIAÇÃO DA CAPELA MORTUÁRIA
VALOR: R\$49.986,31

DECRETO Nº 1757

DECRETO Nº 1757, de 24 de junho de 2016.
Autoriza Desmembramento de Área que Especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o dispositivo no artigo 100, Inciso VII da Lei Orgânica do Município, e demais normas legais aplicáveis à matéria,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover o desmembramento de uma área urbana com área total de 36.378,15m², localizado na Rua Angelo Rovaris, centro, nesta cidade de Arroio Trinta, de propriedade do senhor PAULINO ZAMBONI, inscrito no CPF nº 551.996.749-00, objeto da matrícula RG nº 29.665 do Cartório de Registro de Imóveis, Comarca de Videira – SC.

Parágrafo único. O referido desmembramento será de: área 1 com 14.033,835m², área 2 com 21.072,703m² e área 3 com 1.271,615m², conforme o Mapa e o Memorial Descritivo apresentado.

Art. 2º este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 24 de junho de 2016.
Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

ERRATA Nº 0002 AO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 0007/2016

ERRATA Nº 0002 AO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 0007/2016

A Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, com sede na Rua XV de Novembro, nº 26, Centro, no Município de Arroio Trinta, inscrita no CNPJ sob nº 82.826.462/0001-27, no uso das suas atribuições, vem a público RETIFICAR O EDITAL 0007/2016, tendo como objeto AQUISIÇÃO DE SÊMEN BOVINO, LUVAS E BAINHAS PARA UTILIZAÇÃO NAS INSEMINAÇÕES ARTIFICIAIS NAS PROPRIEDADES RURAIS DO INTERIOR DO MUNICÍPIO, PROPORCIONANDO O MELHORAMENTO DO REBANHO MUNICIPAL DE GADOS DE LEITE E DE CORTE, conforme segue:

ONDE SE LÊ

AQUISIÇÃO DE SÊMEN BOVINO, LUVAS E BAINHAS PARA UTILIZAÇÃO NAS INSEMINAÇÕES ARTIFICIAIS NAS PROPRIEDADES RURAIS DO INTERIOR DO MUNICÍPIO, PROPORCIONANDO O MELHORAMENTO DO REBANHO MUNICIPAL DE GADOS DE LEITE E DE CORTE.

ITEM	DESCRIÇÃO
1	Sêmen de touro da Raça Holandesa Preto e Branco Importado. Provado, com prova não inferior a abril de 2016, que atenda às seguintes características mínimas conforme prova oficial na base americana ou com conversão pela interbull. PTA (Capacidade prevista de transmissão) leite positivo, igual ou acima de 1800 libras, com no mínimo 90% de confiabilidade. PTA para tipo positivo, igual ou acima de 1,30. Composto de úbere ou sistema mamário igual ou maior que 1.20;. Dificuldade de parto/touro menor ou igual a 6 %. Contagem de célula somática menor ou igual que 2.80; Força leiteira igual ou maior que 0.03.

2	Sêmen de touro da Raça Gir Leiteiro Nacional. Lactação de sua mãe igual ou acima de 10.500 kg de leite e que seu pai seja provado pela PMGZ, com validade para 2016, com PTA leite positivo igual ou acima de 600 kg. Dificuldade de parto 7,0.
3	Sêmen de touro da Raça Jersey Provado, com prova não inferior a Abril de 2016. Com prova que atendas características mínimas conforme prova oficial na base americana ou com conversão pela interbull. Confiabilidade produtiva igual ou maior que 95%; PTA Leite igual ou maior que 900 libras; PTA Tipo igual ou maior que 1.7; PTA Proteína % igual ou maior que 1.1; Altura igual ou maior que 0.20; Score de célula somática igual ou maior que 3.00; Vida Produtiva igual ou maior que 3.5. Estatura positiva e composto úbere positivo.
4	Sêmen de touro da Raça Red Angus. Provado, na Associação Americana de Red Angus com prova válida para 2016. Que apresente as seguintes características: maciez igual ou maior 0,35; gordura igual ou maior que 2; marmoreio igual ou maior 70; quality grade igual ou maior 28; prenhes novilhas igual ou maior 14; parto materna igual ou maior 5; longevidade igual ou maior 9; peso médio diário igual ou maior 240. Que apresente o seguinte ponderal: peso ao nascimento igual ou maior 30, com DEP igual ou maior 0,50kg; peso na desmama igual ou maior 140 kg e dep igual ou maior 2,5 kg; e peso final igual ou maior 350 kg com DEP superior a 10. Facilidade de parto ter dep ced igual ou menor que 8 que equivale ser igual ou menor que top 30%
5	Sêmen de touro da Raça Charolês Aprovado na American Internacional Charolais Association, válida para 2016. Que apresente as seguintes características: maciez igual ou menor 0,5; gordura igual ou maior 3; marmoreio igual ou maior 53; quality grade igual ou maior 21; prenhes novilhas igual ou maior 10; parto materna igual ou maior 6; longevidade igual ou maior 9; peso médio diário igual ou maior 110. DEP Nasc. igual ou maior 0,5KG; DEP Desm. igual ou maior 14,1; DEP Final igual ou maior 9,4; PN igual ou maior 45; P205d igual ou maior 364,8 kg; p410d igual ou maior 550,9 kg. Índice de nascimento negativo. Prova válida para 2016.
6	Sêmen de touro da Raça Bovina Holandês Friesian Com base: Dairy NZ Statistics com base na prova em 05/2015. Especificações: Mérito econômico não inferior a 189, produção leiteira acima de 1000 kg (2200 libras), Gordura mínima não inferior a 4.5, Proteína mínima não inferior a 3.7, CCS não inferior a 0,14, Fertilidade mínima não inferior a 3.6, Longevidade mínima de 300 dias, Amplitude de anca ≥ 0.52 , Suporte de úbere ≥ 0.13 , Úbere anterior ≥ 0.07 , Úbere posterior ≥ -0.14 , conformação leiteira acima de 0.06.
7	Sêmen de touro da Raça Bovina Jersey Neozelandês, Com base: Dairy NZ Statistics com base na prova em 05/2015 com as seguintes especificações: Mérito econômico não inferior a 250, confiabilidade não inferior de 63 %, com produção leiteira 576 kg (1260 libras), Gordura mínima não inferior a 5.4, Proteína mínima não inferior a 4.1, CCS mínima não inferior a -0.15, Fertilidade não inferior a .04, Longevidade mínima de 235 dias, Dificuldade de parto mínima não inferior a -3.2.
8	Sêmen de touro da Raça sintética cruzada (Holandês Frísio X Jersey Neozelandês), chamado de Kiwicrosscom oriundos da Nova Zelândia. Com base: Dairy NZ Statistics com base na prova em 05/2015 Especificações: Mérito econômico não inferior a 202, confiabilidade não inferior de 96 %, com produção leiteira 114 kg (250 libras), Gordura mínima não inferior a 5.2, Proteína mínima não inferior a 4.0, CCS não inferior a 0.16, Fertilidade não inferior a -3.5, Longevidade mínima de 303 dias, Dificuldade de parto mínimo não inferior a -2, Filhas provadas e avaliadas acima de 1.000, Suporte de úbere ≥ 0.68 , Úbere anterior ≥ 0.78 , Úbere posterior ≥ 0.69 e conformação leiteira acima de 0.27.

LEIA –SE

ANEXO IV

TOMADA DE PREÇOS Nº 0007/2016

PROPOSTA DE PREÇOS

(Apresentar dentro do envelope Proposta de Preços)

AQUISIÇÃO DE SÊMEN BOVINO, LUVAS E BAINHAS PARA UTILIZAÇÃO NAS INSEMINAÇÕES ARTIFICIAIS NAS PROPRIEDADES RURAIS DO INTERIOR DO MUNICÍPIO, PROPORCIONANDO O MELHORAMENTO DO REBANHO MUNICIPAL DE GADOS DE LEITE E DE CORTE.

Item	Descrição	Un. Med.	Qtd.
01	Sêmen de touro da Raça Holandesa Preto e Branco. Registrado no MAPA (Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento). Provado, com prova não inferior a abril de 2016, com base americana ou com conversão pela interbull. PTA (Capacidade prevista de transmissão) leite positivo, igual ou acima de 1300 libras, com no mínimo 90% de confiabilidade. PTA para tipo positivo, igual ou acima de 0,5. Composto de úbere ou sistema mamário igual ou maior que 1.00. Dificuldade de parto/touro menor ou igual a 7 %.	Doses	900
02	Sêmen de touro da Raça Gir Leiteiro Nacional. Lactação de sua mãe igual ou acima de 10.500 kg de leite e que seu pai seja provado pela PMGZ, com validade para 2016, com PTA leite positivo igual ou acima de 600 kg. Dificuldade de parto menor ou igual 7,0.	Doses	150
03	Sêmen de touro da Raça Jersey registrado no MAPA (Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento) Prova não inferior a abril de 2016, com base americana ou com conversão pela interbull. Confiabilidade produtiva igual ou maior que 95%; PTA Leite igual ou maior que 1100 libras; PTA Tipo igual ou maior que 0.2; PTA Proteína % igual ou maior que 1.1; Estatura positiva e composto úbere positivo.	Doses	200

04	Sêmen de touro da Raça Red Angus. Registrado no MAPA (Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento). Provado, na Associação Americana de Red Angus com prova válida para 2016. Que apresente as seguintes características: maciez igual ou maior 0,35; gordura igual ou maior que 2; marmoreio igual ou maior 70; quality grade igual ou maior 28; prenhes novilhas igual ou maior 14; parto materna igual ou maior 5; longevidade igual ou maior 9; peso médio diário igual ou maior 240. Que apresente o seguinte ponderal: peso ao nascimento igual ou maior 30, com DEP igual ou maior 0,50kg; peso na desmama igual ou maior 140 kg e dep igual ou maior 2,5 kg; e peso final igual ou maior 350 kg com DEP superior a 10.	Doses	500
05	Sêmen de touro da Raça Charolês registrado no MAPA (Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento), Aprovado na American Internacional Charolais Association, válida para 2016. Que apresente as seguintes características: maciez igual ou menor 0,5; gordura igual ou maior 3; marmoreio igual ou maior 53; quality grade igual ou maior 21; prenhes novilhas igual ou maior 10; parto materna igual ou maior 6; longevidade igual ou maior 9; peso médio diário igual ou maior 110. DEP Nasc. igual ou maior 0,5KG; DEP Desm. igual ou maior 14,1; DEP Final igual ou maior 9,4; PN igual ou maior 45; P205d igual ou maior 364,8 kg; p410d igual ou maior 550,9 kg.	Doses	200
06	Sêmen de touro da Raça Bovina Holandês Friesian Registrado no MAPA (Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento), Com base: Dairy NZ Statistics com base na prova em 05/2015. Especificações: Mérito econômico não inferior a 189, produção leiteira acima de 1000 kg (2200 libras), Gordura mínima não inferior a 4.5, Proteína mínima não inferior a 3.7, CCS não inferior a 0,14, Fertilidade mínima não inferior a 3.6, Longevidade mínima de 300 dias, Amplitude de anca ≥ 0.52 , Suporte de úbere ≥ 0.13 , Úbere anterior ≥ 0.07 , Úbere posterior ≥ -0.14 , conformação leiteira acima de 0.06.	Doses	100
07	Sêmen de touro da Raça Bovina Jersey Neozelandês, Registrado no MAPA (Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento), Com base: Dairy NZ Statistics com base na prova em 05/2015 com as seguintes especificações: Mérito econômico não inferior a 250, confiabilidade não inferior de 63 %, com produção leiteira 576 kg (1260 libras), Gordura mínima não inferior a 5.4, Proteína mínima não inferior a 4.1, CCS mínima não inferior a -0.15, Fertilidade não inferior a .04, Longevidade mínima de 235 dias, Dificuldade de parto mínima não inferior a -3.2.	Doses	100
08	Sêmen de touro da Raça sintética cruzada (Holandês Frísio X Jersey Neozelandês), chamado de Kiwicross-com oriundos da Nova Zelândia. Registrado no MAPA (Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento), Com base: Dairy NZ Statistics com base na prova em 05/2015 Especificações: Mérito econômico não inferior a 202, confiabilidade não inferior de 96 %, com produção leiteira 114 kg (250 libras), Gordura mínima não inferior a 5.2, Proteína mínima não inferior a 4.0, CCS não inferior a 0.16, Fertilidade não inferior a -3.5, Longevidade mínima de 303 dias, Dificuldade de parto mínimo não inferior a -2, Filhas provadas e avaliadas acima de 1.000, Suporte de úbere ≥ 0.68 , Úbere anterior ≥ 0.78 , Úbere posterior ≥ 0.69 e conformação leiteira acima de 0.27.	Doses	200
09	Luvas 05 dedos para inseminação artificial, caixa com 100 unidades	Caixas	50
10	Bainha Universal para inseminação artificial, pacote com 50 unidades	Pacotes	50

NOVA DATA PARA A ABERTURA DO PROCESSO LICITATÓRIO

Os documentos para credenciamento e os envelopes de habilitação e proposta deverão ser entregues no Setor de Protocolo da Prefeitura até às 09h:00 do dia 14/07/2016 ou do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data, para abertura no mesmo dia às 09h:30min.

Ficam mantidas as demais condições do edital e seus anexos integrantes.

O Edital completo poderá ser obtido através do site: www.arroioTrinta.sc.gov.br.

Arroio Trinta (SC), 24 de junho de 2016.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

Atalanta

PREFEITURA

PORTARIA Nº 056/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 056/2016

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o artigo 13 da Lei Complementar nº 005/2011 de 01 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Nomear por Concurso Público CATIUCIA KELI SIEVERS, para exercer o Cargo de Engenheira Civil, 20hs, conforme anexo I, II e III da Lei Complementar nº 014//2013 de 18 de setembro de 2013, a partir de 01 de junho de 2016.

Prefeitura Municipal de Atalanta
01 de junho de 2016.
TARCISIO POLASTRI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 057/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 057/2016

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o artigo 65 Inciso IX da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Cessar efeito da Portaria 085/2010, que designa MARCO ANTONIO PADILHA NETO, a ocupar FEC-3 e pela mesma designa ocupar FEC-1, a partir de 01 de junho de 2016

Prefeitura Municipal de Atalanta
01 de junho de 2016
TARCISIO POLASTRI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 058/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 058/2016

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o artigo 65 Inciso IX da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Cessar efeito da Portaria 092/2013, que designa JONAS DE OLIVEIRA, a ocupar FEC-2 e pela mesma designa ocupar FEC-1, a partir de 01 de junho de 2016

Prefeitura Municipal de Atalanta
01 de junho de 2016
TARCISIO POLASTRI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 059/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 059/2016

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o artigo 65 Inciso IX da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Cessar efeito da Portaria 016/2016, que designa TOMAS PEREIRA, a ocupar FEC-4, a partir de 01 de junho de 2016.

Prefeitura Municipal de Atalanta
01 de junho de 2016
TARCISIO POLASTRI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 060/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 060/2016

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o artigo 65 Inciso IX da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Cessar efeito da Portaria 093/2013, que designa INGO SIEVES, a ocupar FEC-2 e pela mesma designa ocupar FEC-1, a partir de 01 de junho de 2016

Prefeitura Municipal de Atalanta
01 de junho de 2016
TARCISIO POLASTRI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 061/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 061/2016

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o artigo 65 Inciso IX da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Cessar efeito da Portaria 095/2013, que designa EGUND KRAUSE, a ocupar FEC-2 e pela mesma designa ocupar FEC-1, a partir de 01 de junho de 2016

Prefeitura Municipal de Atalanta
01 de junho de 2016
TARCISIO POLASTRI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 062/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 062/2016

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o artigo 65 Inciso IX da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Cessar efeito da Portaria 115/2015, que designa DIEGO DE SOUZA, a ocupar FEC-5 e pela mesma designa ocupar FEC-3, a partir de 01 de junho de 2016

Prefeitura Municipal de Atalanta
01 de junho de 2016
TARCISIO POLASTRI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 063/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 063/2016

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o artigo 65 Inciso IX da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Cessar efeito da Portaria 169/2014, que designa ADEMIR GEMBRO, a ocupar FEC-3 e pela mesma designa ocupar FEC-2, a partir de 01 de junho de 2016

Prefeitura Municipal de Atalanta
01 de junho de 2016
TARCISIO POLASTRI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 064/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 064/2016

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o artigo 65 Inciso IX da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Cessar efeito da Portaria 079/2014, que designa SILVIA MARIA MACIEL, a ocupar FEC-3 e pela mesma designa ocupar FEC-2, a partir de 01 de junho de 2016

Prefeitura Municipal de Atalanta
01 de junho de 2016
TARCISIO POLASTRI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 065/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 065/2016

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o artigo 65 Inciso IX da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Cessar efeito da Portaria 089/2014, que designa ALESSANDRA ZANELATO TAVARES, a ocupar FEC-3 e pela mesma designa ocupar FEC-2, a partir de 01 de junho de 2016

Prefeitura Municipal de Atalanta
01 de junho de 2016
TARCISIO POLASTRI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 066/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 066/2016

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o artigo 65 Inciso IX da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Cessar efeito da Portaria 078/2014, que designa JAIME SENEM, a ocupar FEC-4 e pela mesma designa ocupar FEC-1, a partir de 01 de junho de 2016

Prefeitura Municipal de Atalanta
01 de junho de 2016
TARCISIO POLASTRI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 067/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 067/2016

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o artigo 65 Inciso IX da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Cessar efeito da Portaria 069/2015, que designa ZENI SOLANGE DORPMULLER STAROSKI, a ocupar FEC-3 e pela mesma designa ocupar FEC-2, a partir de 01 de junho de 2016

Prefeitura Municipal de Atalanta
01 de junho de 2016
TARCISIO POLASTRI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 068/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 068/2016

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o artigo 65 Inciso IX da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Cessar efeito da Portaria 009/2014, que designa ELIANE SIEVES SCHARF, a ocupar FEC-5 e pela mesma designa ocupar FEC-4, a partir de 01 de junho de 2016

Prefeitura Municipal de Atalanta
01 de junho de 2016
TARCISIO POLASTRI
Prefeito Municipal

Balneário Piçarras

PREFEITURA

ATA PREGÃO 01/2016FMT

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 008/2016 - FMT

PREGÃO PRESENCIAL N° 001/2016 – FMT

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Este instrumento tem por objeto o Registro de Preço para Aquisição de material gráfico de divulgação de ações e eventos, atendendo solicitação da Secretaria Municipal de Turismo, não obrigando o ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Art. 7º do Decreto Municipal nº 029/2005-ljm, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

Empresa habilitadas

GRAFICA GUARAMIRIM LTDA Total do Fornecedor: R\$20.790,00 ata 01/2016

LIARTE VENDAS E SERVIÇOS LTDA ME Total do Fornecedor: R\$4.389,00 ata 02/2016

Balneário Piçarras/SC, 1º de junho de 2016. Susan Corrêa - Secretaria de Turismo.

CONTRATO 17/2016 FMC

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 017/2016-FMC

Inexigibilidade de Licitação N° 015/2016-FMC

Contrato 017/2016 - FMC

A Fundação Municipal de Cultura, com fundamento na Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, e suas alterações, torna público que fará realizar a Inexigibilidade de Licitação para contratação de PAPAS DA LINGA - GRUPO MUSICAL LTDA EPP, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 06.064.807/0001-74, para apresentação de show no dia 09 de julho de 2016, no evento Piçarraíá. Valor do Contrato: R\$ 38.000,00 (trinta e oito mil reais). Vigência: 09/08/2016. Balneário Piçarras/SC, 23 de junho de 2016. Susan Corrêa – Gestora da Fundação Municipal de Cultura

CONTRATO 28/2016 PMBP

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

CONTRATO N° 28/2016/PMBP

REF. ORDEM DE COMPRA N° 408/2016/PMBP

O presente contrato tem como finalidade estabelecer o acesso da CONTRATANTE às informações constantes no Sistema Procob, desenvolvido pela CONTRATADA, através de consultas específicas, via WEB.

O presente contrato possibilitará a realização de consultas pela CONTRATANTE nas seguintes categorias de informações: a) localização de pessoas; b) restrições comerciais; c) consultas sobre veículos; d) envio de SMS.

INFOSENSE – INFORMAÇÕES CADASTRAIS E ANTI-FRAUDE EIRELI ME - R\$7.600,00

Balneário Piçarras(SC), 16 de junho de 2016.

Leonel José Martins – Prefeito Municipal

Balneário Rincão

PREFEITURA

DECRETO Nº. 401/2016

DECRETO Nº. 401/2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO DE 2016.

O Prefeito Municipal de Balneário Rincão, DÉCIO GOMES GÓES, no uso de suas atribuições legais e especialmente das que lhe são conferidas pelo inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Nº. 000247/15:

DECRETA:

Artigo 1º - Abre Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento da Prefeitura Municipal de Balneário Rincão do Exercício de 2016 e do Fundo Municipal de Saúde na importância de R\$ 106.250,00 (Cento e Seis Mil Duzentos e Cinquenta Reais) para o Orçamento da Prefeitura e R\$ 123.600,00 (Cento e Vinte e Três Mil e Seiscentos Reais) para o Fundo Municipal de Saúde, nas Dotações Orçamentárias abaixo discriminadas:

Órgão 07: SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.02: DEPARTAMENTOS DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Modalidade de Aplicação: 07.02.26.782.0007.2.031-3.3.90.00.00.00.00.00(95) – Aplicações Diretas R\$ 106.250,00

Órgão 09: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

09.01: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Modalidade de Aplicação: 09.01.10.301.0009.2.050-4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 123.600,00.

Artigo 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes dos seguintes Convênios:

Convenio Nº. 2016TR000538, firmada entre o Município de Balneário Rincão e a Secretaria de Estado da Saúde, e

Proposta de Transferência Nº. 0000018176 – Programa de Transferência Nº. 2016006257, firmada entre o Município de Balneário Rincão e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional – Criciúma.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se às disposições em contrário.

Balneário Rincão, 17 de Junho de 2016.

DÉCIO GOMES GÓES

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 17 de Junho de 2016.

Barra Bonita

PREFEITURA

DECRETO Nº 864/2016 CRIA COMISSÃO E NOMEIA SEUS MEMBROS.

DECRETO Nº 864/2016

CRIA COMISSÃO E NOMEIA SEUS MEMBROS.

Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Lei Orgânica Municipal, promulgada em 11 de dezembro de 1997,

Considerando solicitação formal do Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Barra Bonita, através de ofício 051/2016/CV Barra Bonita, solicitando suporte de comissão para análise e abertura do Processo Seletivo Simplificado 002/2016 da câmara de Vereadores para o dia 27/06/2016 as 14:00hs nas dependências da Câmara

DECRETA:

Art.1º. Fica criada Comissão Especial composta por: ROBERTO FRANCISCO GIONGO, DELCIRA GUBERT E TAIS DERES, todos funcionários públicos municipais, para sob a Presidência do primeiro, comporem a Comissão Municipal do Edital referente ao Processo Seletivo nº002/2016 da Câmara Municipal de Vereadores, que terá por objetivo e finalidade o auxílio à Câmara Municipal de Vereadores para organizar, coordenar, fiscalizar os atos do processo, instaurado através do Edital de Processo Seletivo Nº. 002/2016.

Art. 2º. Compete a Comissão: avaliar as inscrições dos candidatos, prova de títulos e verificar quanto à publicidade dos atos, acompanhar e fiscalizar a realização das provas executadas pelos candidatos, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital. A Comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalações necessárias para concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art. 3º. Fica vedada a inscrição de parentes no referido processo seletivo, das pessoas acima nomeadas para a comissão do processo seletivo.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução do presente Ato, correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 5º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA BONITA, ESTADO DE SANTA CATARINA, 24 de junho de 2016.

DARCI JOÃO FRIZON
Prefeito Municipal

ERRATA EDITAL PREGÃO Nº34/2016

MUNICIPIO DE BARRA BONITA-SC
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34/2016
EDITAL DE PREGÃO REGISTRO PREÇO Nº 34/2016
Errata

O Município de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, torna público que se encontra aberto Edital de Pregão para Registro de Preço, objetivando Prestação de serviço com fornecimento de peças para manutenção do Sistema de Abastecimento de Água no interior do município. Os envelopes contendo documentação e

propostas serão aceitos até as 08:30 horas do dia 08 de julho de 2016. Informações poderão ser obtidas nesta Prefeitura, no horário comercial, junto a Av.Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 3649-0004, no Departamento de Compras. Ou no site Oficial da Prefeitura. Barra Bonita, em 24 de junho de 2016.

DARCI JOÃO FRIZON
Prefeito

PORTARIA Nº 185, DE 24 DE JUNHO DE 2016. "CONCEDE DIÁRIA, ADIANTAMENTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

PORTARIA Nº 185, de 24 de junho de 2016.

"Concede diária, adiantamento e da outras providências"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.
Resolve.

Art.1º- Conceder 1,5 (uma e meia) diária ao Senhor Maximino da Silva Dias, Matrícula nº 177203, ocupante do cargo de Motorista, no valor de R\$ 202,50 (duzentos e dois reais e cinquenta centavos), para realizar transporte de pacientes em tratamento de saúde fora do domicílio em Florianópolis/SC, conforme Memorando Nº036/2016 e Roteiro de Viagem nº015/2016 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º.Conceder ADIANTAMENTO ao servidor acima citado na importância de R\$ 300,00 (trezentos reais), para conduzir pacientes em tratamento de saúde até a cidade de Florianópolis/SC, conforme Memorando nº037/2016, da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 24 de junho de 2016.
Darci João Frizon
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

CÂMARA MUNICIPAL**CONTRATO 003.2016**

CONTRATO Nº. 03/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2016

PREGÃO Nº 01/2016

Pelo presente instrumento de contrato, a CÂMARA DE VEREADORES DE BARRA BONITA, Estado de Santa Catarina, estabelecido na Avenida Buenos Aires, 600 – Centro- Barra Bonita (SC), inscrita no CNPJ sob Nº. 09.301.902/0001-32 neste ato representado pelo Sr. JOACIR RALDI, Presidente da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Barra Bonita, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa ALTERNATIVE CONCURSOS EIRELI ME, estabelecida na avenida Padre Antônio, 590, sala 02, centro, na cidade de Maravilha/SC CEP: 89.874-000, devidamente registrada na Junta Comercial de SC, NIRE nº. 42204742646, inscrita no CNPJ sob o nº. 14.239.541/0001-81, neste ato representado por DANIEL BREDÁ, brasileiro, solteiro, empresário, nascido em 29/01/1985, portador do RG nº. 6.400.824, inscrito no CPF sob o nº. 044.678.649-70, residente e domiciliado na avenida Padre Antônio, 590, apto 01, centro, Maravilha/SC, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato em decorrência do Processo Licitatório Nº. 02/2016, Modalidade de Pregão Tipo Menor Preço, Nº. 01/2016, data de abertura das propostas dia 14/06/2016, às 14:30 horas, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – do objeto

1.1- Realização de CONCURSO PÚBLICO para o preenchimento de vagas de provimento efetivo e formação de cadastro de reserva no quadro de servidores da Câmara de Vereadores de Barra Bonita (SC), sendo: dois cargos de nível superior, um de nível médio, e um de nível fundamental, totalizando quatro cargos.

1.2 - A prova objetiva deverá conter 40 questões, divididas em conhecimentos gerais e conhecimentos específicos.

1.3 - Faz parte do presente contrato, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado.

CLÁUSULA SEGUNDA – do regime de execução e do prazo

2.1 - O objeto deste Contrato será executado de forma indireta, consoante o art. 10, inciso II, alínea "e", da Lei 8.666/93, e conforme proposta da contratada.

2.2 - O objeto deverá ser concluído/entregue em 90 dias, com prazo para entrega contados da data da assinatura do respectivo Contrato.

2.3 - A contagem do prazo deste Contrato terá início no dia da assinatura e término previsto para 30 de setembro de 2016.

2.4 – O prazo descrito no item 2.2 só poderá ser prorrogado mediante justificativa fundamentada e aceita pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA – do preço e condições de pagamento

3.1 – A CONTRATADA compromete-se a realizar todas as atividades descritas no contrato e na proposta para a realização do objeto pelo preço de R\$ 4.990,00 (quatro mil, novecentos e noventa reais).

3.2 - O pagamento será efetuado em uma única parcela.

3.3 - Os valores recolhidos a título de inscrição pertencerão aos cofres municipais.

CLÁUSULA QUARTA – do reajuste

4.1 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei Nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA - dos recursos orçamentários

5.1 - As despesas decorrentes do presente Processo Licitatório Nº 02/2016, para o ano de 2016, correrão por conta dos recursos orçamentários vigentes:

- 01-CÂMARA DE VEREADORES
- 01.01.0-CAMARA DE VEREADORES
- 01.01.01-Legislativa
- 01.01.01.031-Ação Legislativa
- 01.01.01.031.0001-PROCESSO LEGISLATIVO
- 3.3.90.00.00.00.00-Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

CLÁUSULA SEXTA – dos direitos e das responsabilidades das partes

6.1 - Constituem obrigações do CONTRATANTE:

- a) Efetuar o pagamento acordado após a entrega do objeto;
- b) Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato, promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços contratados, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada;
- c) Fornecer informações úteis, boas e necessárias para a perfeita entrega dos produtos com vistas à execução do objeto deste Contrato.

6.2 - Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) Cumprir todas as exigências de maneira a atender as necessidades;
- b) Assumir integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução dos serviços;
- c) Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo;
- d) Cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei Nº

8666/93;

e) Entregar o produto descrito no objeto, bem como por quaisquer danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros;

f) Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, bem como eventuais substituição de pessoal que se fizerem necessárias por qualquer motivo.

CLÁUSULA SÉTIMA – das penalidades

7.1 – A inexecução total ou parcial do contrato a CONTRATADA poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério do Pregoeiro e da Equipe de Apoio:

a) Advertência;

b) Multa de 10% sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois 2,0(dois) anos;

d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Câmara de Vereadores pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.

e) Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza a Contratada.

7.2 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei Nº 10.520/02, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 5,0 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA OITAVA – da fiscalização

8.1 - A CONTRATADA declara aceitar integralmente todos os métodos e formas de fiscalização feita pela contratante, bem como inspeção de rotina e fiscalização da forma de execução dos serviços ora contratados;

8.2 - A existência e atuação da fiscalização feita pela CONTRATANTE em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada, no que concerne ao objeto contratado e a suas consequências e implicações presentes ou futuras;

8.3 - O acompanhamento de fiscalização será exercida pelo Departamento de Contratos e Licitações da Câmara de Vereadores, supervisionado pela Assessoria Jurídica

CLÁUSULA NONA – da alteração contratual

9.1 - Este Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no art. 65 da Lei Federal Nº 8.666/93, atualizada, sempre através de Termo Aditivo, numerado sempre em ordem crescente.

CLÁUSULA DÉCIMA – da rescisão

10.1 – A rescisão do contrato poderá ser:

a) Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a VIII, XII e XVII, do art. 78, da Lei 8.666/93;

b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE;

c) Judicial, nos termos da legislação vigente.

10.2 - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – da vinculação ao edital

11.1 - Este Contrato está vinculado ao Pregão Presencial Nº01/2016, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei Federal nº8.666/93, na Lei nº 10.520/02 e Decreto Municipal Nº.285/05.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – das disposições finais e gerais

12.1 - Este Contrato é intransferível, não podendo a CONTRATADA, de forma alguma, sem anuência do contratante, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiro.

12.2 – Os anexos I, II, III e IV integram do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – do foro

13.1 - Fica eleito o foro da Comarca de São Miguel do Oeste - SC, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal.

E por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Barra Bonita/SC, 21 de junho de 2016.

JOACIR RALDI

Presidente da Mesa Diretora

Contratante

ALTERNATIVE CONCURSOS

Contratada

Testemunhas:

Nome:

CPF nº.:

Nome:

CPF nº.:

ANEXO I

CONTRATO Nº. 03/2016
PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS/ VAGAS OFERECIDAS

CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VENCIMENTOS	HABILITAÇÃO
Advogado	01 + CR	20h	R\$ 2.625,10	Diploma ou certificado, devidamente reconhecido pelo MEC, de bacharel em Direito e estar devidamente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.
Contador	*CR	16h	R\$ 2.165,70	Diploma ou certificado, devidamente reconhecido pelo MEC, de bacharel em Ciências Contábeis e estar regularmente inscrito no Conselho Regional de Contabilidade – CRC.
Agente Legislativo	*CR	40h	R\$ 2.589,30	Certificado ou Diploma de conclusão de ensino médio.
Servente	01 + CR	40h	R\$ 1.073,89	Certificado ou Diploma de conclusão de ensino fundamental.

*Cadastro reserva.

Barra Bonita/SC, 21 de junho de 2016.
JOACIR RALDI ALTERNATIVE CONCURSOS
Presidente da Mesa Diretora Contratada
Contratante

ANEXO II

CONTRATO Nº. 03/2016
ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

ADVOGADO

Descrição Sintética: Coordenar e executar as funções que destinam a prestar assistência e representação de natureza jurídica, judicial e extrajudicial da Câmara Municipal.

Atribuições Específicas: Assessorar a Presidência, a Mesa Diretora e as Comissões Permanentes e Temporárias e aos Vereadores em assuntos de natureza jurídica e administrativa; exercer a coordenação e a execução das atividades jurídicas do Poder Legislativo; fixar a interpretação da Constituição, das leis, dos trabalhos e dos demais atos normativos a ser uniformemente seguida em suas áreas de atuação e coordenação, quando não houver orientação do Procurador-geral do Município; elaborar estudo e preparar informações, por solicitação da Presidência, da Mesa Diretora e das Comissões Permanentes e Temporárias; assessorar o Presidente no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem por ele praticados ou já efetivados e daqueles oriundos de órgão sob sua coordenação jurídica; examinar, prévia e conclusivamente, no âmbito no Poder Legislativo: os textos de editais de licitações, bem como os respectivos contratos, ou instrumentos congêneres, a serem publicados e celebrados e os atos pelos quais se vá reconhecer a inexigibilidade; decidir a dispensa de licitação; as propostas, estudos, projetos, anteprojetos e minutas de atos normativos de interesse do Legislativo Municipal; os processos e documentos que envolvam matérias referentes a assuntos de cunho administrativo ou judicial; e a declaração de nulidade de ato administrativo praticado no âmbito do Poder Legislativo; fornecer subsídios para a defesa dos direitos e interesses do Poder Legislativo em âmbito administrativo e Judicial, e presta informações solicitadas pelo Poder Judiciário e Ministério Público; examinar ordens e sentenças judiciais e orientar as autoridades do Poder Legislativo quanto ao seu exato cumprimento; coordenar a elaboração de relatórios referentes às atividades de quaisquer comissões; providenciar a anotação e controle de livros que digam respeito às Comissões; adotar as medidas cabíveis a fim de que se promovam as publicações dos atos praticados; redigir minuta de projeto de lei, de resolução, de requerimento, de indicação, e auxiliar na elaboração de quaisquer atos administrativos originados nas Comissões Permanentes ou Temporárias; acompanhamentos dos processos legislativos e documentação sob à guarda das Comissões e/ou de seu interesse; auxiliar sobre a tramitação das proposições; executar quaisquer outras tarefas de interesse das Comissões Permanentes ou Temporárias.

CONTADOR

Descrição Sintética: Organizar e dirigir os trabalhos ligados a contabilidade de órgãos governamentais e outras instituições públicas, planejamento, supervisionando, orientando sua execução e participação, de acordo com as exigências legais e administrativas, para apurar os elementos necessários à elaboração orçamentária e o controle da situação patrimonial e financeira da instituição.

Atribuições Específicas: Atividade de execução qualificadas, abrangendo serviços relativos a contabilidade financeira e patrimonial, compreendendo a elaboração de balanços, registros e demonstrações contábeis e outras atividades correlatas, entre outras; planejar o sistema de registro e operações, atendendo às necessidades administrativas e as exigências legais para possibilitar controle contábil e orçamentário; supervisionar e executar os trabalhos de contabilização de documentos, analisando-os, orientando e adotando os procedimentos mais adequado ao seu processamento para assegurar a observâncias do plano de contras adotado e a fidelidade dos registros; supervisionar e executar os cálculos e registros patrimoniais, inclusive as incorporações e alienações; organizar e assinar balancetes, balanços e demonstrativos de contras e outras demonstrações contábeis, aplicando as normas para apresentar resultados parciais de gestão e resultados parciais e gerais da situação patrimonial, econômica e financeira de instituição; elaboração e execução do orçamento do Poder Legislativo; emissão de empenhos das despesas do legislativo; controle do patrimônio pertencente ao legislativo, sendo responsável pelo lançamento e fichamentos; elaboração e execução de todo e qualquer documentos ou atos referentes a compras e licitações, bem como fornecer todas as informações e documentos às comissões de licitações ou aquém regularmente solicitar; desempenhas todas as atividades referentes a

Tesouraria do Poder Legislativo, especialmente: efetuar registros de movimentação bancária e orçamentaria, elaborar guias de recolhimento e ordens de pagamento, relacionar notas de empenho, subempenhos e anulações emitidos no mês, classificar receita e despesas, operar aparelho de processamento de dados e outros equipamentos atinentes à função, registrar bens móveis e imóveis e manter atualizado o cadastro do órgão, efetuar registro de cálculos de natureza simples nas diversas etapas de análise, operações e lançamentos, promover o depósito do numerário e emitir seu respectivo comprovante referentes às operações de pagamento e de recolhimento, com base nos documentos geradores de despesas, assinar e emitir cheques e ordem de pagamento juntamente com o Presidente, acompanhar a efetivação das despesas, organizar e dirigir os serviços contábeis e, ao final do exercício, apresentar a prestação de contas, lançar e controlar valores financeiros em fichas, relações, mapas e demonstrativos financeiros, controlar a liberação de verba destinada as despesas miúdas de pronto pagamento e preencher qualquer documentos relacionado com tais atividades; realizar e ser responsável por todas as demais pertinentes aos cargo na forma da lei.

AGENTE LEGISLATIVO

Atribuições Específicas: Atender as funções relacionadas de assessoramento, coordenação dos expedientes do Corpo Legislativo; organizar e atender as tarefas do Legislativo; atender às demais unidades administrativas, no que lhe for solicitado; coordenar os serviços gerais do legislativo; realizar apoio técnico de âmbito administrativo; realizar estudos de caráter geral; atuar no desenvolvimento das funções de modernização administrativa, implantação de qualidade, liderança, direção e articulação, fomento de políticas e diretrizes, controle de programas e projetos, planejamento, gestão estratégica, sendo ainda responsável pela direção administrativa do legislativo, no que diz respeito ao seu cargo e demais atividades necessárias ao desempenho do cargo; realizar todas as atribuições de Recursos Humanos como: recebimento e protocolo de documentos no Departamento de Pessoal do Poder Legislativo; cadastro dos servidores junto ao INSS; solicitar documentos ao servidor para fins de admissão e exoneração; preenchimento do Livro ou Fichas de Registro de Servidores; emissão da opção pelo vale-transporte, quando houver; cálculos e emissão da folha de pagamento dos servidores; calculo dos tributos sobre a folha – INSS, IRPF, e contribuições sindicais, emissão da GPS de recolhimento do INSS dos servidores; emissão do DARF de recolhimento do IRPF na folha de pagamento; emissão das GR contribuições sindicais dos servidores; emissão de recibos de pagamento dos vencimentos; emissão do resumo da folha de pagamentos mensal; controle dos vencimentos de férias; emissão dos avisos e recibos de férias; cálculos dos recibos de férias normais e/ou com abono pecuniário; atualização das férias no livro ficha de registro dos servidores; emissão de CAT – comunicado de acidentes de trabalho; controle de retorno ao trabalho de servidor; emissão do termo de rescisão do contrato de trabalho; atendimento e orientações ao servidor na área de recursos humanos; auxiliar no planejamento para a aplicação de técnicas de trabalho visando a qualidade dos serviços prestados no setor de sua atuação; emitir boletins, relatório e pareceres sobre assunto do próprio cargo, quando solicitado; auxiliar no treinamento e aperfeiçoamento das servidores; alimentar o Site Oficial, o Portal da Transparência e futuros programas eletrônicos de armazenamento de dados/protocolos do Poder Legislativo Municipal/ organizar e repassar aos meios de comunicação informativos dos trabalhos legislativos; demais atividades de cunho administrativo inerentes ao cargo.

SERVENTE

Descrição Sintética: Executar as funções de limpeza e higienização das instalações, móveis e equipamentos da Câmara Municipal e preparação de alimentos.

Atribuições Específicas: Preparar café ou outro alimento, por determinação do Presidente, para servir aos servidores, Vereadores, visitantes e convidados do Poder Legislativo; servir água e café nos gabinetes dos Vereadores, aos seus convidados e visitantes, mediante solicitação do Vereador; servir água e café durante os trabalhos legislativos, sessões e audiências realizadas pela Câmara Municipal; exercer outras atribuições atinentes a sua profissão; demais atividades necessárias ao desempenho do cargo.

Barra Bonita/SC, 21 de junho de 2016.

JOACIR RALDI

Presidente da Mesa Diretora

Contratante

ALTERNATIVE CONCURSOS

Contratada

ANEXO III

CONTRATO Nº. 03/2016

LOCAL PARA REALIZAÇÃO DA PROVA

Escola De Educação Básica Professora Cecília Lotin

Travessa Itamarati, nº. 87, centro, Barra Bonita/SC.

CEP: 89909-000

Data sugestiva para a aplicação da prova: 28 de agosto de 2016, no período matutino.

Barra Bonita(SC), 21 de junho de 2016.

JOACIR RALDI

Presidente da Mesa Diretora

Contratante

ALTERNATIVE CONCURSOS

Contratada

ANEXO IV

CONTRATO Nº. 03/2016

VALORES DAS INSCRIÇÕES E CONTA BANCÁRIA PARA RECEBIMENTO

CARGO	VALOR
ADVOGADO	R\$ 120,00
CONTADOR	R\$ 120,00
AGENTE LEGISLATIVO	R\$ 100,00
SERVENTE	R\$ 80,00

*Haverá isenção aos candidatos amparados pela Lei n. 10.567/97 (doadores de sangue).

Estabelecimento bancário: Banco do Brasil.

Agência: 5237-X

Conta Corrente: 34504-0

Barra Bonita(SC), 21 de junho de 2016.

JOACIR RALDI

Presidente da Mesa Diretora

Contratante

ALTERNATIVE CONCURSOS

Contratada

Barra Velha

PREFEITURA

PP 009/2016 FMS

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 014/2016 - Pregão Presencial nº 009/2016 FMS

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço global por ITEM para Aquisição de cadeiras odontológicas, autoclaves e compressores para consultório odontológico das novas Unidades Básicas de Saúde do Centro, Itajuba e Quinta dos Açorianos. Conforme especificações detalhadas do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 12/07/2016 às 08:30 horas. Data da Sessão Pública: 12/07/2016 às 08:45 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Pregoeiro Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 8:00 às 12:00 horas e 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br. Barra Velha, 24 de junho de 2016.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO – Prefeito.

PP 010/2016 FMS

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 015/2016 - Pregão Presencial nº 010/2016 FMS

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço global por LOTE para Aquisição de móveis e aparelhos de ar condicionado para as unidades de Saúde existentes e para as novas Unidades Básicas de Saúde do Centro, Itajuba e Quinta dos Açorianos. Conforme especificações detalhadas do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 12/07/2016 às 14:00 horas. Data da Sessão Pública: 12/07/2016 às 14:15 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Pregoeiro Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 8:00 às 12:00 horas e 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 24 de junho de 2016.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO – Prefeito.

PP 011/2016 FUMTEC

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 024/2016 - Pregão Presencial nº 011/2016

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço global por LOTE para Aquisição de 02 (duas) academias de ginástica ao ar livre incluindo serviço de instalação, equipamentos a serem instalados nas Ruas Max Peixoto Bertemes no Bairro São Cristóvão e Francisco Domingos da Silva no Bairro Itajuba. PROPOSTA DE TRANSFERENCIA 0000017615 ENTRE O ESTADO DE SANTA CATARINA POR MEIO DA AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE JOINVILLI E A PREFEITURA DE BARRA VELHA. Conforme especificações detalhadas do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 08/07/2016 às 08:30 horas. Data da Sessão Pública: 08/07/2016 às 08:45 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Pregoeiro Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 8:00 às 12:00 horas e 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 24 de junho de 2016.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO – Prefeito.

TP 001/2016 FUMTEC

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 025/2016

Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia nº 001/2016 O Prefeito de Barra Velha, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, Torna Público que fará realizar Licitação na modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia, tipo menor preço global, para execução de posta de skate na Rua Paraná em estrita observância aos memoriais, planilhas e projetos anexos ao Processo. PROPOSTA DE TRANSFERENCIA 0000017854 ENTRE O ESTADO DE SANTA CATARINA POR MEIO DA AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE JOINVILLI E A PREFEITURA DE BARRA VELHA Cadastro na Prefeitura: até 12/07/2016. Data/horário recebimento envelopes: 18/07/2016 até 08:30 horas. Data/horário abertura envelopes: 20/06/2016 às 08:45 horas, nesta Prefeitura, na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados na Secretaria de Administração, no endereço supra, no horário das 8:00 às 12:00h e 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 24 de julho de 2016.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO – Prefeito

TP 007/2016 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 057/2016

Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia nº 007/2016

O Prefeito de Barra Velha, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, Torna Público que fará realizar Licitação na modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia, tipo menor preço global, para instalação de conjunto de fossa séptica, filtro anaeróbio, clorador e inspeção para o CEI Areia Branca em estrita observância aos memoriais, planilhas e projetos anexos ao Processo. Cadastro na Prefeitura: até 09/07/2016. Data/horário recebimento envelopes: 15/07/2016 até 08:30 horas. Data/horário abertura envelopes: 15/07/2016 às 08:45 horas, nesta Prefeitura, na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados na Secretaria de Administração, no endereço supra, no horário das 8:00 às 12:00h e 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 24 de junho de 2016.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO – Prefeito

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA N 23/2016

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA
MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC
PROCESSO LICITATÓRIO 023/2016
CARTA CONVITE Nº 009/2016

A Comissão Permanente de Licitação do Município de Bela Vista do Toldo/SC, torna público e para conhecimento de quem interessar possa, que a licitação supramencionada, tendo como objeto a EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DO PARQUE INFANTIL NO NÚCLEO ESCOLAR MUNICIPAL JOÃO PEDRO ALBERTI, LOCALIDADE RIO DA AREIA DE CIMA, DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC, contando com o fornecimento de todo o material e mão de obra necessária, conforme projetos, memorial descritivo, orçamento e cronograma de obra em anexo, de acordo com o que se encontra definido na especificação e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, com data de abertura para o dia 23/06/2016 às 09:00 horas, foi considerada FRACASSADA, face a ausência de três habilitados de interessados. Bela Vista do Toldo, 23 de Junho de 2016. GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA - Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO 005/2016

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS) DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO

RESOLUÇÃO Nº 05

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) de Bela Vista do Toldo

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 23 de junho de 2016, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 1.095, de 12 de junho de 2015, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Bela Vista do Toldo – CMAS, e

CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípua dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano de Trabalho que contempla a partilha de recursos, provenientes do FEAS, para o cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Básica, a ser transferido para o FMAS, no valor total de , referente ao ano de 2016, a ser executado conforme o percentual estabelecido no referido Plano.

Art. 2º Os recursos serão destinados aos serviços ofertados pelo município e elencados no Plano de Trabalho do Cofinanciamento, no âmbito da Proteção Social Básica, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009).

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Bela Vista do Toldo, 23 de junho de 2016

Maria Janete Machado de Souza
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social.

Biguaçu

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO Nº 10.078/2016 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 28/2016 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.078/2016
Processo: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 28/2016 – FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE FILMES DE RX PARA A UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS.

Fornecedor: IBF INDUSTRIA BRASILEIRA DE FILMES S/A

Valor: R\$ 9.400,00 (nove mil e quatrocentos reais).

Vigência: 23/06/2016 a 31/12/2016

GABRIEL ARTHUR LOEFF
Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 1693/2016

PORTARIA Nº 1393/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), SEBASTIAO PAULO BAHIA, ocupante do Cargo efetivo de VIGIA – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 4323/2016 em anexo no período de 28/04/2016 a 28/07/2016.

Biguaçu, 05 de maio de 2016.

WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1694/2016

PORTARIA nº 1694 de 24 de junho de 2016

Concede licença para atividade política, nos termos do art. 123, caput da Lei Complementar nº 53/2012, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para atividade política ao(a) servidor(a) Maria Angélica do Nascimento, detentor (a) do cargo de provimento efetivo de Professor II, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, inscrito(a) na matrícula funcional nº 13017-1, nos termos do art. 123, caput da Lei Complementar nº 53/2012, e dá outras providências.

Art. 2º O período de concessão da licença política é de 02/07/2016 a 02/10/2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 02/07/2016.

Biguaçu, 24 de junho de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1695/2016

PORTARIA nº 1695 de 24 de junho de 2016

Concede licença para atividade política, nos termos do art. 123, caput da Lei Complementar nº 53/2012, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para atividade política ao(a) servidor(a) Fábio Souza, detentor (a) do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Mecânico, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, inscrito(a) na matrícula funcional nº 8058-1, nos termos do art. 123, caput da Lei Complementar nº 53/2012, e dá outras providências.

Art. 2º O período de concessão da licença política é de 02/07/2016 a 02/10/2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 02/07/2016.

Biguaçu, 24 de junho de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1696/2016

PORTARIA nº 1696 de 24 de junho de 2016

Concede licença para atividade política, nos termos do art. 123, caput da Lei Complementar nº 53/2012, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para atividade política ao(a) servidor(a) João Batista Soares, detentor (a) do cargo de provimento efetivo de Motorista Geral, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, inscrito(a) na matrícula funcional nº 155-1, nos termos do art. 123, caput da Lei Complementar nº 53/2012, e dá outras providências.

Art. 2º O período de concessão da licença política é de 02/07/2016 a 02/10/2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 02/07/2016.

Biguaçu, 24 de junho de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1697/2016

PORTARIA nº 1697 de 24 de junho de 2016

Concede licença para atividade política, nos termos do art. 123, caput da Lei Complementar nº 53/2012, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para atividade política ao(a) servidor(a) Valdoir Pedro Alves Junior, detentor (a) do cargo de provimento efetivo de Almoxarife, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, inscrito(a) na matrícula funcional nº 7454-1, nos termos do art. 123, caput da Lei Complementar nº 53/2012, e dá outras providências.

Art. 2º O período de concessão da licença política é de 02/07/2016 a 02/10/2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 02/07/2016.

Biguaçu, 24 de junho de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1698/2016

PORTARIA nº 1698 de 24 de junho de 2016

Concede licença para atividade política, nos termos do art. 123, caput da Lei Complementar nº 53/2012, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para atividade política ao(a) servidor(a) Francisco de França Neto, detentor (a) do cargo de provimento efetivo de Motorista I, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, inscrito(a) na matrícula funcional nº 8022-1, nos termos do art. 123, caput da Lei Complementar nº 53/2012, e dá outras providências.

Art. 2º O período de concessão da licença política é de 02/07/2016 a 02/10/2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 02/07/2016.

Biguaçu, 24 de junho de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1699/2016

PORTARIA nº 1699 de 24 de junho de 2016

Concede licença para atividade política, nos termos do art. 123, caput da Lei Complementar nº 53/2012, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para atividade política ao(a) servidor(a) Robson Tragibo de Campos, detentor (a) do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados, com jornada de 40 horas semanais, na Fundação Municipal do Meio Ambiente, inscrito(a) na matrícula funcional nº 7279-3, nos termos do art. 123, caput da Lei Complementar nº 53/2012, e dá outras providências.

Art. 2º O período de concessão da licença política é de 02/07/2016 a 02/10/2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 02/07/2016.

Biguaçu, 24 de junho de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1700/2016

PORTARIA nº 1700 de 24 de junho de 2016

Concede licença para atividade política, nos termos do art. 123, caput da Lei Complementar nº 53/2012, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para atividade política ao(a) servidor(a) Elson João da Silva, detentor (a) do cargo de provimento efetivo de Operador de Roçadeira Costal, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Aquicultura, inscrito(a) na matrícula funcional nº 7790-1, nos termos do art. 123, caput da Lei Complementar nº 53/2012, e dá outras providências.

Art. 2º O período de concessão da licença política é de 02/07/2016 a 02/10/2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 02/07/2016.

Biguaçu, 24 de junho de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON
Secretária Municipal de Administração

Blumenau

PREFEITURA

PORTARIA SEDEAD Nº 30.388/2016

PORTARIA SEDEAD Nº 30.388/2016

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 8.615, de 01 de fevereiro de 2008, resolve:

CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, com base nos termos do artigo 137, "caput", da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo indicados:

Cadastro	Nome	Lotação	Processo	Período	
				Início	Fim
21874-0	MARLEI APARECIDA DA SILVA	SEMUS	2016/427	29.03.2016	27.05.2016
21071-4	ZENAIDE RAMOS	SEMED	2016/393	05.04.2016	29.04.2016
19957-5	MARIA DE LOURDES SOUZA SANTOS	SEMUS	2016/579	16.05.2016	14.07.2016
20405-6	ROSITA PAGELKOPF	SEMED	2016/570	18.05.2016	16.07.2016
19179-5	LUCIANA FLORENCIO	SEMED	2016/591	16.05.2016	14.06.2016
22851-9	MARIA CRISTINA MARQUEZ	SEMED	2016/572	23.05.2016	01.07.2016
17650-8	MARIA MERCIA RICARDO ALMEIDA	SEMED	2016/577	24.05.2016	22.07.2016
22333-6	IVONETE DA SILVA	SEMUS	2016/560	24.05.2016	22.07.2016
22918-0	LUCIANA WEISE	SEMED	2016/550	19.05.2016	17.07.2016
19116-7	DEBORA GUIMARAES PEREIRA MOLIN	SEMED	2016/585	29.05.2016	27.07.2016
23067-0	CAROLINA DE FARIA	SEMUDES	2016/544	11.05.2016	09.06.2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 20 de junho de 2016.

ANDERSON ROSA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 30.407/2016

PORTARIA SEDEAD Nº 30.407/2016

CEDE O(A) SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL ANDREIA CINIRA WEITGENANT GRAMKOW AO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA – 89ª ZONA ELEITORAL.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 10.175, de 13 de novembro de 2013, resolve:

CEDER

mediante CONVOCAÇÃO e com ônus para o Município, o(a) servidor(a) público(a) municipal ANDREIA CINIRA WEITGENANT GRAMKOW, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado(a) na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD, ao Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina – 89ª Zona Eleitoral, pelo período de 27 de junho de 2016 a 15 de julho de 2016, de acordo com o Processo Administrativo nº 2016/06/005854.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 24 de junho de 2016.

ANDERSON ROSA

Secretário Municipal de Administração

HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 062/2016

Homologação do pregão presencial n.º 062/2016 – Data da Homologação: 20 de junho de 2016

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de óculos, lentes e armações para os Usuários do Sistema Único de Saúde atendidos pela Rede Básica Municipal de Saúde, pelo período de 01 ano. - FMS/SEMUS. Critério de Julgamento: MENOR PREÇO ITEM.

AUTHENTIKA RELOJOARIA E ÓTICA LTDA - Valor Total - R\$ 28.470,40 (vinte e oito mil, quatrocentos e setenta reais e quarenta centavos).

Base Legal: Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2.002, que regulamenta a modalidade Pregão, Decreto Municipal nº 7.732/04, Lei Complementar 123/06 alterada pela Lei Complementar 147/14, subsidiariamente a Lei nº 8.666/93 e alterações.

RESOLUÇÃO Nº 20/2016

Resolução nº. 20/2016

INFORMA OS VALORES DESTINADOS AO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DA ADOLESCENTE - FIA POR PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS ÀS ENTIDADES QUE MENCIONA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Municipal Complementar nº. 411, de 01 de agosto de 2003, e com base no seu Regimento Interno, aprovado através de Decreto Municipal nº. 7.556 de 24 de novembro de 2003 e em Plenária realizada no dia 19 de maio de 2016,

Considerando:

- a Resolução nº 137, de 21 de janeiro de 2010, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), que dispõe sobre os parâmetros para a criação e o funcionamento dos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências;
 - a competência do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de deliberar sobre a política de captação e aplicação de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA;
 - a resolução CMDCA nº 71/2014 que estabelece procedimentos para captação de recursos por Organizações Governamentais e Não Governamentais destinados ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA, doados por pessoas físicas e jurídicas;
 - a necessidade de consolidar os valores arrecadados para instruir o edital de chamamento a ser publicado para a utilização dos referidos recursos,
- Resolve:

Art. 1º. Informar os valores destinados ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e da Adolescente por pessoas físicas e jurídicas às Entidades abaixo mencionadas:

- a) Associação Blumenauense de Amigos dos Deficientes Auditivos – ABADA, valor de R\$ 7.029,79 (sete mil, vinte e nove reais e setenta e nove centavos);
- b) Associação Blumenauense de Amparo aos Menores – ABAM, valor de R\$ 97.197,96 (noventa e sete mil, cento e noventa e sete reais e noventa e seis centavos);
- c) Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, valor de R\$ 69.858,94 (sessenta e nove mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e noventa e quatro centavos);
- d) Associação Assistencial Bom Samaritano, valor de R\$ 345,00 (trezentos e quarenta e cinco reais);
- e) Sociedade Casa da Esperança, valor de R\$ 58.071,57 (cinquenta e oito mil, setenta e um reais e cinquenta e sete centavos)
- f) Centro de Recuperação Nova Esperança – CERENE, valor de R\$ 61.154,02 (sessenta e um mil, cento e cinquenta e quatro reais e dois centavos);
- g) Cruz Azul no Brasil, valor de R\$ 108.599,04 (cento e oito mil, quinhentos e noventa e nove reais e quatro centavos);
- h) Associação Pedagógica Eurípides Barsanulfo, valor de R\$ 164.399,70 (cento e sessenta e quatro mil, trezentos e noventa e nove reais e setenta centavos);
- i) Associação Assistencial Lar Betânia, valor de R\$ 18.974,60 (Dezoito mil, novecentos e setenta e quatro reais e sessenta centavos);
- j) Associação de Educação Complementar Puro Amor, valor de R\$ 10.400,00 (dez mil e quatrocentos reais);
- k) ONG São Roque, no valor de R\$ 76.189,36 (Setenta e seis mil, cento e oitenta e nove reais e trinta e seis centavos);

Art. 2º. Os valores referidos no artigo antecedente foram apurados até a presente data;

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 19 de maio de 2016.

Marcelo Althoff
Coordenadora Geral do Conselho Municipal
dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 021/2016

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 021/2016

DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE PROJETOS PARA O EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA SELEÇÃO DE PROJETOS COM RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Municipal Complementar nº 411, de 01 de agosto de 2003, com base no seu Regimento Interno, aprovado através de Decreto Municipal nº 7.556, de 24 de novembro de 2003 e na Plenária Ordinária realizada em 19 de maio 2016 e,

CONSIDERANDO:

- a Lei Municipal Complementar nº 411, de 01 de agosto de 2003, que dispõe sobre os princípios da Política dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Conselho Tutelar, e dá outras providências;
- o chamamento público para a recepção e seleção de projetos de entidades não-governamentais sem fins lucrativos, cujas atividades e finalidades específicas sejam voltadas à criança e ao adolescente, estando previstas em estatuto social da proponente e se relacionem diretamente às características das ações aos quais concorrerão, visando o estabelecimento de Termo de Parceria voltado à política de

atendimento, promoção, defesa, orientação e proteção integral da criança e do adolescente para financiamento pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os seguintes Conselheiros para compor a Comissão de Avaliação de Projetos:

I- Marcelo Althoff (Titular) e Vanessa Raquel Cardoso (Suplente), representando a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMUDES;

II- Anelize Termann Schlosser (Titular) e Rosana Clarice C. Wanderlich (Suplente), representando a Secretaria Municipal de Educação – SEMED;

III- Angelina Pfau Mandel (Titular) e Felicitas Lanser (Suplente), representando o Grupo de Estudo e Apoio a Adoção - GEAB.

Art. 2º A Comissão emitirá parecer da análise dos projetos e encaminhará ao CMDCA para apreciação e deliberação;

Art. 3º Os casos omissos no Edital de Chamamento, serão resolvidos pela comissão ora designada;

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 19 de maio de 2016.

Marcelo Althoff

Coordenador Geral do Conselho Municipal
dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA

EXTRATO Nº 170/2016 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 170/2016

Dispensa de Licitação nº. 101/2016

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 24, II, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para a contratação de serviços de avaliação, com geração de laudos, dos imóveis localizados na Rua São Paulo, nº 3320 e 3326, destinados à desapropriação pelo município de Blumenau, para a Universidade. Contratada: Norton Pino e Perfil Prestadora de Serviços Ltda ME. Forma de Pagamento: O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias consecutivos após a efetiva entrega dos laudos e seus anexos, desde que sejam aprovados pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e siga acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e). Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa: \$ 1.950,00 (mil novecentos e cinquenta reais)/01.09.12.364.0076.2009 (Pró-Reitoria de Administração)/3.3.90.36./3.3.90.39.

Blumenau, 21 de junho de 2016.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado

Reitor da FURB

EXTRATO Nº 171/2016 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 171/2016

Dispensa de Licitação nº. 100/2016

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 24, II, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para a aquisição de aparelho de Raio-X odontológico para o Departamento de Odontologia (DO) da Universidade. Contratada: Dental Tedesco Comércio de Equipamentos Odontológicos EIRELI – ME. Forma de Pagamento: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias consecutivos após o efetivo fornecimento do aparelho, desde que o mesmo seja aprovado pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e siga acompanhado da(s) respectiva(s) Nota(s) Fiscal(is) Eletrônica(s) (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e). Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa: R\$ 5.690,00 (cinco mil, seiscentos e noventa reais)/01.14.12.364.0076.2014 (Centro de Ciências da Saúde)/4.4.90.52.00.

Blumenau, 24 de junho de 2016.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado

Reitor da FURB

EXTRATO Nº 172/2016 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 172/2016

Dispensa de Licitação nº. 121/2016

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 24, II, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para a contratação de serviços de instalação, com fornecimento de materiais, de rodapé hospitalar para o Hospital Universitário (HU), localizado no Campus V da Universidade. Contratada: Decor House Decorações LTDA. – ME. Forma de Pagamento: O pagamento será efetuado em até 5 (cinco) dias úteis após a efetiva conclusão dos serviços, desde que o local onde os mesmos foram prestados esteja em perfeitas condições de uso, a execução dos trabalhos seja aprovada pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e siga acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e). Valor Total/Programa de Trabalho/Elementos de Despesa: R\$ 3.390,00 (três mil, trezentos e noventa reais)/01.19.12.364.0076.2009 (Pró Reitoria de Administração)/3.3.90.39.00/3.3.90.30.00.

Blumenau, 24 de junho de 2016.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado

Reitor da FURB

EXTRATO Nº 173/2016 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 173/2016

Dispensa de Licitação nº. 132/2016

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 24, II, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para a aquisição de ingressos personalizados, com itens e dispositivos de segurança, para utilização nos eventos organizados pela Universidade. Contratada: Brapix Indústria e Comércio de Etiquetas LTDA. – EPP. Forma de Pagamento: O pagamento será efetuado em até 5 (cinco) dias úteis após a efetiva entrega dos ingressos, desde que os mesmos estejam em perfeitas condições de uso, sejam aprovados pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e sigam acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e). Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa: R\$ 2.622,00 (dois mil, seiscentos e vinte e dois reais)/01.28.12.364.0076.2028 (Coordenadoria de Comunicação e Marketing)/3.3.90.30.00.

Blumenau, 24 de junho de 2016.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado

Reitor da FURB

Botuvera**PREFEITURA****DECRETO Nº 1.905/2016**

DECRETO Nº 1.905/2016

“Determina proibição da modalidade “Convite de Preços” no uso de licitações do Município de Botuverá e dá outras providências”.

JOSÉ LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições, com base no artigo 73 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica proibido o uso da modalidade de “CONVITE DE PREÇOS”, nas licitações municipais.

Art. 2º - A Comissão Municipal de Licitações deverá adotar as medidas necessárias para o fiel cumprimento deste Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Mun. De Botuverá, 24 de Junho de 2016.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1.906/2016

DECRETO Nº 1.906/2016

“AUTORIZA A SUPRIMIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2016”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere a Lei nº 1.332/2016 de 18 de maio de 2016.

Decreta:

Art. 1º - Fica suprimido o credito suplementar por anulação na despesa autorizada pelo decreto 1.894/2016 conforme abaixo especificado:

06.00	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
06.03	Divisão de Saneamento
17-512-0110-2.23	Manutenção, Operação e Implantação de Redes Comunitárias de Agua
4.4.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.64(320)	Recursos Ordinários R\$ 70.000,00

Art. 2º - Os recursos do crédito especificado no Art. 1º deste decreto retornarão ao crédito de origem abaixo especificado:

08.00	Secretaria de Agricultura
08.01	Divisão de Agricultura
20-606-155.2.43	Assistencia e Apoio e Fomento a Agricultura Familiar
4.4.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.64(42)	Recursos Ordinários R\$ 70.000,00

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeito retroativo desde 24/06/2016.

Botuverá, 24 de Junho de 2016.

José Luiz Colombi

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1.907/2016

DECRETO Nº 1.907/2016

“Autoriza a Abrir Crédito Suplementar por excesso de arrecadação no Orçamento do Exercício de 2016”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art. 6º, inciso V da Lei nº 1.320/2015, de 17 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art.1º - Fica aberto o Crédito Suplementar por excesso de arrecadação no valor de R\$ 550.568,45 (quinhentos e cinquenta mil, quinhentos e sessenta e oito reais e quarenta e cinco centavos), conforme abaixo especificado:

06.00	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
06.01	Divisão de Obras e Serviços Urbanos
26-782-0125-2.35	Manutenção e Restauração de Rodovias Municipais e Logradouros Públicos
4.4.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.64(163)	Transferências de convênios do EstadoR\$ 150.000,00
08.00	Secretaria de Agricultura
08.01	Divisão de Agricultura
20-606-155.2.43	Assistencia e Apoio e Fomento a Agricultura Familiar
4.4.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.64(42)	Transferências de convênios do Estado R\$ 400.568,45

Art. 2º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeito retroativo desde 24/06/2016.

Botuverá, 24 de junho de 2016.

José Luiz Colombi

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 078/2016

PORTARIA Nº 078/2016

“Nomeia membros para a Comissão de acompanhamento e fiscalização de obras públicas em curso e concluídas, dos contratos administrativos existentes e a serem firmados, do Município de Botuverá e dá Outras Providências”.

JOSÉ LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições, com base no artigo 73 da Lei Orgânica Municipal, resolve:

Art. 1º - Nomear comissão de acompanhamento e fiscalização de obras públicas em curso e concluídas (construções, ampliações e reformas), dos contratos administrativos existentes e a serem firmados, do Município de Botuverá.

Art. 2º - A Comissão será composta pelos seguintes membros:

- 1) Ana Cláudia Victorino
- 2) Angelo Luiz Venzon
- 3) Arno Wilbert
- 4) João Kennedy Paulini
- 5) Vilson José Giancesini
- 6)

Art. 3º - A Comissão de que trata esta Portaria terá autonomia para requisitar documentos referentes as obras para auxiliá-los na fiscalização, bem como realizar visitas in loco para as devidas averiguações para conformidade com os projetos técnicos e normas de regência.

Art. 4º - Nenhuma medição de obra em execução poderá ser paga sem o devido aval da Comissão de que trata a presente Portaria.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 01/2016.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Botuverá, 24 de Junho de 2016.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

Brunópolis

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 26/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS

Processo Licitatório nº 32/2016 - Edital de Convite nº 01/2016

Objeto: Paisagismo do Centro Administrativo Municipal e Plantio de Mudas na Avenida Palmares. Data e horário: o recebimento dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será até às 11h00min do dia 01/07/2016, sendo que a abertura e julgamento do processo licitatório será no mesmo dia e horário. Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Brunópolis, Rua Armino Leobet, 441, Centro, Brunópolis/SC, CEP 89634-000. A íntegra do edital está disponível no endereço eletrônico na Internet www.brunopolis.sc.gov.br. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3556-0019/3556-0020 ou no endereço citado.

Ademil Antonio da Rosa - Prefeito Municipal.

Brusque

PREFEITURA

PORTARIA Nº 10.981, 09 DE JUNHO DE 2016

PORTARIA nº 10.981, 09 DE JUNHO DE 2016.

Exonera servidor do cargo em comissão de Chefe, lotado no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações, Anexo V-E e art. 1º da Lei Complementar nº 112, de 18 de julho de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, Osvaldino da Cunha do cargo em comissão, Padrão CC-VI, Chefe, lotado no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 09 de junho de 2016.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 09 de junho de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

JULIANO PEREIRA

Respondendo pela Diretoria do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE

PORTARIA Nº 11.021, 22 DE JUNHO DE 2016

PORTARIA nº 11.021, 22 DE JUNHO DE 2016.

Declara vacância do cargo de provimento efetivo de Biólogo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea a da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Declarar a vacância do cargo de Biólogo, ocupado pela servidora Ana Kelly Pitlovanciv, por motivo de posse em outro cargo inacumulável, nos termos do art. 41, inciso V da Lei Complementar nº 147/09 e alterações.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 27 de junho de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 22 de junho de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/

SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.015, 22 DE JUNHO DE 2016

PORTARIA nº 11.015, 22 DE JUNHO DE 2016.

Cria e nomeia membros para compor Comissão de Verificação de Regularidade de Constituição de Despesa, relativa a prestação de serviços de acolhimento de idosos, período dezembro/2015 a abril/2016, afeta à empresa Casa de Assistência Dilony Ltda. - ME, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea c do art. 111 da Lei Orgânica do Município, e considerando o exposto no Memorando nº 364/2016/SASH, expedido pela Secretaria de Assistência Social e Habitação,

RESOLVE:

Art. 1º Criar COMISSÃO DE VERIFICAÇÃO DE REGULARIDADE DE CONSTITUIÇÃO DE DESPESA, relativa a prestação de serviços de acolhimento de idosos, no período de dezembro/2015 a abril/2016, no valor de R\$ 157.402,40 (cento e cinquenta e sete mil, quatrocentos e dois reais e quarenta centavos), afeta à empresa Casa de Assistência Dilony Ltda.-ME, C.N.P.J. nº 95.766.598/0001-30, localizada na Avenida Getúlio Vargas, nº 140, Centro, Brusque – SC, CEP 88353-000.

Parágrafo único. A Comissão de que trata este artigo tem por finalidade acompanhar e propor ações para pagamento da despesa de que trata o caput deste artigo.

Art. 2º A Comissão criada será composta pelos seguintes servidores, lotados na Secretaria de Assistência Social e Habitação:

- Ana Janaína Medeiros de Souza,

- Angelo Segatta, e

- Juliane Cristina Zandonai do Amaral.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 22 de junho de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.019, 22 DE JUNHO DE 2016

PORTARIA nº 11.019, 22 DE JUNHO DE 2016.

Nomeia servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações, Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Ademir José Moraes para ocupar o cargo em comissão de Diretor, Símbolo CC-IV, lotado na Secretaria de Turismo.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06/06/2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 22 de junho de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.025, 24 DE JUNHO DE 2016

PORTARIA nº 11.025, 24 DE JUNHO DE 2016.

Nomeia Agente Político.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do artigo 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei nº 3248/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Rolf Kaestner para ocupar o cargo de Agente Político, Símbolo AP, como Secretário de Turismo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 27 de junho de 2016.

Art. 3º Revogam-se às disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 24 de junho de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 7.820, 22 DE JUNHO DE 2016

DECRETO nº 7.820, 22 DE JUNHO DE 2016.

Altera o endereço do Centro de Educação Infantil “HILDA ANNA ECCEL”, conforme especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IV do art. 82 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o endereço do Centro de Educação Infantil “HILDA ANNA ECCEL”, criado por meio do Decreto nº 6.204, de 27 de janeiro de 2010, para Rua Doutor Olímpio de Souza Pitanga, nº 04, bairro Jardim Maluche, nesta cidade.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 22 de junho de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

EDITAL Nº 0013/2016 INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS-

Edital nº 0013/2016

INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS- PROCESSO SELETIVO N. 0013/2016

O Diretor de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, PUBLICA AS INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS do Processo Seletivo para o cargo de MÉDICO, conforme segue:

INSCRIÇÃO	CANDIDATO
01	JAQUELINE MAFFEZZOLLI DA LUZ
02	LOUISE HEIL ZENDRON
03	ISADORA MARQUEZI MARTINEZ SONI
04	LUIZA HAENDCHEN BENTO
05	MARIA JULIA PARCIAS DO ROSARIO
06	RAFAEL AMARO JULIANI
07	JAIME RIBEIRO FREITAS
08	THIAGO FUMAGALLI
09	CARLOS ROGERIO CANDIDO MAIA
10	SUELEM ARRUDA SILVA
11	GABRIEL RIBEIRO PEROTONI
12	THUANI CARDOSO DUARTE
13	VITOR AUGUSTO MENDES GASPAR THOMÉ
14	ROBERTA ZANATTA WEBSTER
15	RAFAEL ABUJAMRA ALVES PINTO
16	YAN DALEFFI ROZOLEM
17	YVES GALLI NETO
18	RENATA MENDONÇA DE BARROS
19	ANDRES MARCONCINI MEES
20	DIEGO CAPPELLESSO
21	FELIPE CADORE KLABUNDE
22	LUCAS TRAMUJAS
23	ANDRÉA CAROLINA MACHADO DRULLA
24	TANIA CRISTINE HADAS
25	JULIANA CUCHI
26	BRUNO PRIORI
27	CELDER RESENDE DE FREITAS
28	FLAVIO AUGUSTO DORILEO DA SILVA

Brusque, 24 de junho de 2016.

JOEL CESAR SCHWAMBERGER
Diretor de Recursos Humanos

EDITAL Nº 012/2016 HOMOLOGAÇÃO

EDITAL Nº 012/2016

HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO SELETIVO N. 012/2016

1. O Diretor de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Decreto nº 7.055/2013, considerando a relação final de classificados do Edital do Processo Seletivo n. 012/2016, publicado no diário oficial dos municípios, site e mural da Prefeitura Municipal de Brusque, torna público aos interessados:

2. A Homologação do resultado final do Processo Seletivo nº 012/2016 da Prefeitura Municipal de Brusque, com a relação dos candidatos classificados publicados na data de 23 de junho de 2016, no site da Prefeitura Municipal da Brusque.

3. As vagas existentes no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, ou as que vierem a existir no prazo de validade do presente Processo Seletivo, serão preenchidos, conforme a necessidade e a possibilidade financeira, respeitando-se rigorosamente a ordem de classificação dos candidatos.

4. HOMOLOGO o Resultado Final do Processo Seletivo n. 012/2016, da Prefeitura Municipal de Brusque.

Brusque, 24 de junho de 2016.
JOEL CESAR SCHWAMBERGER
Diretor de Recursos Humanos

EDITAL Nº 013/2016 RETIFICAÇÃO Nº 01/2016 RETIFICAÇÃO Nº 01/2016 DO EDITAL Nº 013/2016

O Secretário Municipal de Governo e Gestão estratégica, no uso de suas atribuições legais, considerando no rol dos documentos para a contratação do edital 013/2016

Resolve:

Retificar o Edital nº 013/2016, nos seguintes termos:

ONDE SE LÊ:

2- DOS REQUISITOS ESPECÍFICOS PARA O DESEMPENHO DA FUNÇÃO

MÉDICO
Formação em nível de graduação em medicina e registro no órgão fiscalizador do exercício profissional. Carteira nacional de habilitação AB.

LEIA-SE:

2- DOS REQUISITOS ESPECÍFICOS PARA O DESEMPENHO DA FUNÇÃO

MÉDICO
Formação em nível de graduação em medicina e registro no órgão fiscalizador do exercício profissional. Carteira nacional de habilitação.

Brusque, 23 de junho de 2016.

1. ROGÉRIO ADILSON LANA
Secretário de Governo e Gestão Estratégica

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 03/2016

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO nº 03/2016 CELEBRADO ENTRE A FUNDAÇÃO CULTURAL DE BRUSQUE E O MUSEU ARQUIDIOCESANO DOM JOAQUIM. Objeto: cooperação financeira para fins de manutenção do Museu Arquidiocesano Dom Joaquim. Valor: R\$46.000,00. Prazo de vigência: Início em 20/06/2016 e término em 31/12/2016. Pela Fundação Cultural de Brusque, Suzana Mafra, respondendo pela superintendência da FCB. Pelo Museu Arquidiocesano Dom Joaquim, Padre Pedro Schlichting, Diretor. Data: 20 de junho de 2016.

EXTRATO DO CONTRATO 085/2016 SAMAE EXTRATO DO CONTRATO 085/2016

ESPÉCIE: serviço de caminhão tanque. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 028/2016 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.002.17.512.301.2293.33903999000 0.6000000; VIGÊNCIA: até 31/12/2016. DATA DA ASSINATURA: 23/06/2016; VALOR: R\$ 9.000,00. CONTRATADA: Terraplanagem Nh Ltda Epp. Diretor do SAMAE.

Brusque, 23 de junho de 2016.

PUBLIQUE-SE

Juliano Pereira
Diretor Geral
SAMAE - Brusque

EXTRATO DO CONTRATO 086/2016 SAMAE EXTRATO DO CONTRATO 086/2016

ESPÉCIE: fornecimento de areia. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 028/2016 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.002.17.512.301.2293.33903099000 0.6000000; VIGÊNCIA: até 31/12/2016. DATA DA ASSINATURA: 23/06/2016; VALOR: R\$ 137.500,00. CONTRATADA: Comércio e Extração de Areia NH Ltda EPP. Diretor do SAMAE.

Brusque, 23 de junho de 2016.

PUBLIQUE-SE

Juliano Pereira
Diretor Geral
SAMAE - Brusque

EXTRATO DO CONTRATO 087/2016 SAMAE EXTRATO DO CONTRATO 087/2016

ESPÉCIE: fornecimento de pedras. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 028/2016 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.002.17.512.301.2293.33903099000 0.6000000; VIGÊNCIA: até 31/12/2016. DATA DA ASSINATURA: 23/06/2016; VALOR: R\$ 47.875,00. CONTRATADA: Terraplenagem Kohler Ltda. Diretor do SAMAE.

Brusque, 23 de junho de 2016.

PUBLIQUE-SE

Juliano Pereira
Diretor Geral
SAMAE - Brusque

EXTRATO DO CONTRATO Nº 050/2016 EXTRATO DO CONTRATO Nº050/2016

Espécie: Contrato. Signatários: O Município de Brusque e LUCAS DA SILVA GALASSINI, em 09/06/2016. Objeto: Realização de estágio de estudantes de ensino médio, sem vínculo empregatício. Fundamento Legal: Nos termos da Lei nº 11.788/2008, Lei Ordinária Municipal nº 3.222, de 17 de junho de 2009. E alterações. Valor:

R\$ 393,26. Vigência: 01/06/2016 a 01/06/2018, desde que mantido o vínculo estudantil com a instituição de ensino .

EXTRATO DO CONTRATO Nº 051/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº051/2016

Espécie: Contrato. Signatários: O Município de Brusque e ALTAMIRO BRANDES NETO SKLAR, em 25/04/2016. Objeto: Realização de estágio de estudantes de ensino superior, sem vínculo empregatício. Fundamento Legal: Nos termos da Lei nº 11.788/2008, Lei Ordinária Municipal nº 3.222, de 17 de junho de 2009. E alterações. Valor: R\$ 561,80. Vigência: 26/04/2016 a 26/04/2018, desde que mantido o vínculo estudantil com a instituição de ensino .

EXTRATO DO CONTRATO Nº 052/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº052/2016

Espécie: Contrato. Signatários: O Município de Brusque e MATEUS VICTOR CASSOL FRONZA, em 30/05/2016. Objeto: Realização de estágio de estudantes de ensino superior, sem vínculo empregatício. Fundamento Legal: Nos termos da Lei nº 11.788/2008, Lei Ordinária Municipal nº 3.222, de 17 de junho de 2009. E alterações. Valor: R\$ 561,80. Vigência: 01/06/2016 a 01/06/2018, desde que mantido o vínculo estudantil com a instituição de ensino .

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 032/2016 SAMAE

PROCESSO LICITATÓRIO 032/2016

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 032/2016, na modalidade de Pregão Presencial, para fornecimento de raspador hidráulico para adutora de água bruta da ETA do SAMAE. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 12 de julho de 2016, às 08:30 horas.

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: www.samaebru.com.br

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Roberto Bolognini
Diretor Presidente
SAMAE – Brusque

PORTARIA Nº 11.018, 22 DE JUNHO DE 2016

PORTARIA nº 11.018, 22 DE JUNHO DE 2016.

Cria e nomeia membros para compor Comissão de Verificação de Regularidade de Constituição de Despesa, relativa a prestação de serviços de acolhimento de pessoas adultas com deficiência, período dezembro/2015 a abril/2016, afeta à empresa Cagerê Casa Assistencial Eireli – EPP, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea c do art. 111 da Lei Orgânica do Município, e considerando o exposto no Memorando nº 421/2016/SASH, expedido pela Secretaria de Assistência Social e Habitação,

RESOLVE:

Art. 1º Criar COMISSÃO DE VERIFICAÇÃO DE REGULARIDADE DE CONSTITUIÇÃO DE DESPESA, relativa a prestação de serviços de acolhimento de pessoas adultas com deficiência, no período de dezembro/2015 a abril/2016, no valor de R\$ 224.266,00

(duzentos e vinte e quatro mil, duzentos e sessenta e seis reais), afeta à empresa Cagerê Casa Assistencial Eireli – EPP, C.N.P.J. nº 19.354.317/0001-54, localizada na Rua Francisco Debatin, 100 – Centro 1, Brusque – SC, CEP 88353-145.

Parágrafo único. A Comissão de que trata este artigo tem por finalidade acompanhar e propor ações para pagamento da despesa de que trata o caput deste artigo.

Art. 2º A Comissão criada será composta pelos seguintes servidores, lotados na Secretaria de Assistência Social e Habitação:

- Ana Janaína Medeiros de Souza,
- Angelo Segatta, e
- Juliane Cristina Zandonai do Amaral.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 22 de junho de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.020, 22 DE JUNHO DE 2016

PORTARIA nº 11.020, 22 DE JUNHO DE 2016.

Exonera servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações, Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Marcos Andre Maestri do cargo em comissão de Diretor, Símbolo CC-IV, lotado na Secretaria de Saúde do Município.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16/06/2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 22 de junho de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.024, 24 DE JUNHO DE 2016

PORTARIA nº 11.024, 24 DE JUNHO DE 2016.

Nomeia Agente Político.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do artigo 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei nº 3248/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Carlos Henrique Beuting para ocupar o cargo de Agente Político, Símbolo AP, como Secretário de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15 de junho de 2016.

Art. 3º Revogam-se às disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 24 de junho de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

Caçador

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.826

DECRETO Nº 6.826, de 24 de junho de 2016.

Nomeia Conselho da Cidade de Caçador.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, Lei Municipal nº 2.408, de 29/12/2006 e suas alterações,

DECRETA :

Art. 1º Ficam nomeados os cidadãos abaixo relacionados, para comporem o Conselho da Cidade de Caçador, pelo prazo de dois anos, de acordo com a Lei Municipal nº 2.408, de 29/12/2006 e suas alterações:

I - um representante do Ministério Público Federal:
Sem representação

II - dois representantes do Poder Público Estadual, sendo:
a) um representante da Fundação do Meio Ambiente- FATMA:
Eng. Clésio Leonel Hossa
b) um representante da Agência do Desenvolvimento Regional de Caçador- ADR:
Eng. Newton Marçal Santos

III - seis representantes do Poder Público Municipal, sendo:
a) um representante do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Caçador- IPPUC:
Arq. Walmir Rigo
b) um representante da Procuradoria Geral do Município:
Dr. João Paulo Debarba
c) um representante da Fundação Municipal do Meio Ambiente – FUNDEMA:
André Tozzo Marafon
d) um representante da Secretaria de Infraestrutura:
Gustavo Alves Weber
e) um representante da Secretaria de Educação:
Prof. Paulo Roberto Gonçalves
f) um representante da Defesa Civil:
Sérgio Eloy Bisotto

IV - um representante da União das Associações de Moradores de Caçador- UAMC:
Sirlei Maria Martins Braghini

V - 03 representantes das entidades empresariais, sendo:
a) 01 representante da Associação Empresarial de Caçador – ACIC:
Eng.º Everton Seleme
b) 01 representante da Associação das Micros e Pequenas Empresas – AMPE:
Caren Catarina Fendt Jacovaz
c) 01 representante da Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL:
Valtair José Cardoso de Vargas

VI - 02 representantes das entidades profissionais, sendo:
a) 01 representante da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB - Subseção de Caçador:
Dr. Araújo Stélio Fávero
b) 01 representante do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina – CRC/SC – Delegacia Regional de Caçador:

Alberto Wilson Zir

VII - 03 representantes das associações de classe, sendo:
a) 01 representante do Conselho Regional de Corretores de Imóveis – CRECI:
Ramon Delano Schumann
b) 01 representante da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Caçador – ADEAC:
Arq. Tiago Borga
c) 01 representante de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina- CAU/SC:
Karina Pompermayer

VIII - 02 representantes da Classe dos Trabalhadores:
Donizete Alves dos Santos
Nadir da Silva Ribeiro

IX - 01 representante da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP:
Fabielei Spessato

X - 02 representantes das organizações não governamentais:
Ana Maria de Souza Baron – OnG Associação dos Amigos dos Bichos de Casa
Mariana Soares Philippi – OnG Gato do Mato

XI - um representante da Associação de Serviços Sociais Voluntários de Caçador:
1º SubComandante José Ricardo dos Santos Denardi

XII - um representante da Polícia Ambiental:
Cabo PM Giovanni Bernart

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 24 de junho de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.827

DECRETO Nº 6.827, de 24 de junho de 2016.

Nomeia Comissão da 5ª Conferência Municipal das Cidades do Município de Caçador.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das atribuições legais no termo do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, mais o previsto no Decreto nº 6.678, de 03 de maio de 2016,

DECRETA :

Art. 1º Fica nomeada a Comissão Preparatória Municipal da 6ª Conferência Municipal das Cidades do Município de Caçador, que realizar-se-á no dia 30 de junho de 2016, no Plenário Joaquim Scolaro da Câmara Municipal de Caçador, conforme segue:

I – DO PODER PÚBLICO

Câmara Municipal

Titular: Valmor de Paula

Suplente: Neri Vezaro

Gabinete do Prefeito

Titular: Leonardo Antunes

Suplente: Mario Luiz Cachinski

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Caçador - IPPUC

Titular: Thaelys Varaschin Olsen Peruzzolo

Suplente: Carine Marcon

Secretaria da Infraestrutura

Titular: Gustavo Alves Weber

Suplente: Pedro Henrique Pino Garcia

Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil

Titular: Sérgio Eloy Bisotto

Suplente: Emerson Schmidt

Secretaria da Assistência Social – Dep. Habitação

Titular: Beatriz Ribeiro dos Santos

Suplente: Elizete Farias

Fundação Municipal do Meio Ambiente – FUNDEMA

Titular: Andréa Tozzo Marafon

Suplente: Denise Chiarello Hartmann

II – DOS MOVIMENTOS POPULARES

União das Associações de Moradores

Titular: Sirlei Maria Martins Braghini

Suplente: João Prestes

Associação das Micro e Pequenas Empresas do Alto Vale do Contestado - AMPE.

Titular: Caren Catarina Fendt Jacovas

Suplente: Odelir Neves

III – DAS ENTIDADES SINDICAIS

Titular: Donizete Alves dos Santos

Suplente: Nadir da Silva Ribeiro

IV – DAS ENTIDADES EMPRESARIAIS

Associação Comercial e Industrial de Caçador - ACIC

Titular: Everton Seleme

Suplente: Cristiane Brusco Schwartz

V – DAS ENTIDADES PROFISSIONAIS

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina – CREA/SC

Titular: Taíse Teodózio

Suplente: Rômulo Machado de Souza

VI – DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

OnG de Defesa da Natureza Gato do Mato

Titular: Mariana Soares Philippi

Suplente: Anderson Copini

OnG Associação dos Amigos dos Bichos de Casa

Titular: Ana Maria de Souza Baron

Suplente: Cristiane Menegazzo

Art. 2º Fica designada para as atividades de Coordenadora Geral, responsável pelo melhor desenvolvimento das atividades da Comissão Preparatória Municipal a Servidora Pública Municipal THAELYS VARASCHIN OLSEN PERUZZOLO, Presidente do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Caçador - IPPUC.

Art. 3º As atividades da Comissão, instituída por este Decreto, terão duração até o mês de dezembro de 2016.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito de Caçador, em 24 de junho de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

LEI Nº 3.307

LEI Nº 3.307, de 23 de junho de 2016.

Altera dispositivos do art. 4º da Lei Municipal nº 2.408, de 29 de dezembro de 2006, que cria o Conselho da Cidade de Caçador e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI :

Art. 1º Ficam alterados dispositivos do art. 4º da Lei nº 2.408, de 29 de dezembro de 2006, que cria o Conselho da Cidade de Caçador e dá outras providências, que passam vigorar com as seguintes redações:

“Art. 4º

.....

I -

.....

II -

.....

a)

.....

b) 01 (um) representante da Agência de Estado do Desenvolvimento Regional de Caçador - ADR.

III -

.....

a)

.....

.....

.....

c) 01 (um) representante da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA;

VII -

.....

a)

.....

.....

.....

c) 01 (um) representante do Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU;

IX - 01 (um) representante da Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP, da área de Arquitetura (NR);”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 23 de junho de 2016.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.974

PORTARIA Nº 26.974, de 31 de maio de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 3º do Decreto nº 3.035 de 13 de agosto de 2004,

RESOLVE:

CESSAR os efeitos da Portaria nº 22.792, de 04 de julho de 2013, que designou para auxiliar nos serviços seccionais da Coordenadoria do Sistema de Controle Interno Municipal, a Servidora Pública Municipal LUCIMAR APARECIDA APPI, matrícula 10539, ocupante do cargo de Secretário Escolar, lotada na Secretaria Municipal da Educação, com efeitos a contar de 05 de fevereiro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 31 de maio de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves – SECRETARIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 26.975

PORTARIA Nº 26.975, de 31 de maio de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 3º do Decreto nº 3.035 de 13 de agosto de 2004,

RESOLVE:

DESIGNAR a Servidora Pública Municipal ELISABETE APARECIDA MARINI BORTOLINI, ocupante do cargo de Professor Ensino Fundamental I, lotada na Secretaria Municipal da Educação, para auxiliar nos serviços seccionais da Coordenadoria do Sistema de Controle Interno Municipal, ficando responsável pela coleta e repasse de informações, verificação e emissão de pareceres referentes aos atos de pessoal da Secretaria da Educação, sem prejuízo de suas funções no órgão ao qual está vinculada, a contar de 02 de maio de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 31 de maio de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves – SECRETARIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 26.976

PORTARIA Nº 26.976, de 31 de maio de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 286, de 16/12/2014, e ainda na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

RESOLVE:

CONTRATAR, por tempo determinado, os cidadãos, a seguir relacionados, para atuar junto à Secretaria Municipal da Educação, especificando: nome, cargo, referência, carga horária, local de atuação, motivo e período da contratação, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref.	C.H.	Local de Atuação	Motivo da Contratação	Período
Cláudia Aparecida Ramos	Especialista em Assuntos Educacionais	1/A	40	EMEB Esperança	Vaga Transitória – para atuar no Projeto Mais Educação	09/05/2016 a 22/12/2016

Cleusa Aparecida dos Santos	Merendeira	1.5/A	44	CMEI Gladis Vargas Roesch	Vaga Vinculada – Neivair Xavier de Oliveira Teles de Lima, licença maternidade	16/05/2016 a 04/11/2016
Cristiane dos Santos Marchesan Dobner	Especialista em Assuntos Educacionais	1/A	40	EMEB Alcides Tombini	Vaga Transitória – para atuar no Projeto Mais Educação	02/05/2016 a 22/12/2016
Francis Lee Figueiredo da Silva	Professor de Ensino Fundamental II	1/A	20	CESMAR	Vaga Transitória	09/05/2016 a 22/12/2016
Gisele Fenili de Broba	Professor de Ensino Fundamental II	1/A	20	EMEB Irmão Venâncio José e EMEB Tabajara	Vaga Transitória	02/05/2016 a 22/12/2016
Itamira Gonçalves	Merendeira	1.5/A	44	CMEI Gladis Vargas Roesch	Vaga Transitória	02/05/2016 a 22/12/2016
Lucimar dos Santos	Professor de Ensino Fundamental II	1/A	20	FMC	Vaga Transitória	03/05/2016 a 22/12/2016
Mário Bandiera	Professor de Ensino Fundamental I	1/A	40	SME	Vaga Transitória	02/05/2016 a 31/05/2016
Rosângela Fátima de Paula	Especialista em Assuntos Educacionais	1/A	40	EMEB Ulysses Guimarães	Vaga Transitória – para atuar no Projeto Mais Educação	02/05/2016 a 22/12/2016
Saulo Soares Carlin	Professor de Ensino Fundamental II	1/A	40	FMC	Vaga Transitória	09/05/2016 a 22/12/2016
Sibele Baldicera	Especialista em Assuntos Educacionais	1/A	40	EMEB Tabajara	Vaga Transitória – para atuar no Projeto Mais Educação	02/05/2016 a 22/12/2016
Silmara Aparecida Alves do Prado Porfírio	Especialista em Assuntos Educacionais	1/A	40	EMEB Hilda Granemann de Souza	Vaga Transitória – para atuar no Projeto Mais Educação	02/05/2016 a 22/12/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 31 de maio de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves – SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 26.977

PORTARIA Nº 26.977, de 31 de maio de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 286, de 16/12/2014, e ainda na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

RESOLVE:

CONTRATAR, por tempo determinado, os cidadãos, a seguir relacionados, para atuarem junto às Unidades de Ensino da Secretaria Municipal da Educação, de acordo com classificação em Processo Seletivo, conforme o Edital SME 03/2015, especificando nome, cargo, referência, carga horária, local de atuação, motivo e período da contratação, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref	CH	Local de Atuação	Motivo da Contratação	Período
Adriana Batista Gomes de Oliveira Godinho	Professor de Ensino Fundamental I	1/A	20	EMEB Henrique Júlio Berger	Vaga Transitória – para atuar no projeto de Aceleração	13/05/2016 a 22/12/2016
Adriano de Jesus Gaissler	Professor de Ensino Fundamental II	1/A	10	EMEB Henrique Júlio Berger	Vaga Vinculada – Nelson Molinski, à disposição no projeto de Aceleração	16/05/2016 a 22/12/2016
Anzero Giovani de Oliveira	Professor de Ensino Fundamental II	1/A	20	CESMAR	Vaga Transitória	09/05/2016 a 22/12/2016
Brasilton Neves do Nascimento	Professor de Ensino Fundamental II	1/A	10	EMEB Henrique Júlio Berger	Vaga Vinculada – Carlinho José Bazei, SME	24/05/2016 a 22/12/2016
Cimara Becegatto	Professor de Ensino Fundamental I	1/A	20	EMEB Padre José Chamot	Vaga Vinculada – Luciani-ta Furlaneto, FMR	19/05/2016 a 22/12/2016

Cleuzeni Farias Lopes	Professor de Educação Infantil	1/A	20	EMEB Tabajara	Vaga Vinculada – Jucelaine Terezinha Pereira, lic. trat. saúde	11/05/2016 a 25/05/2016
Cristiane Batista de Silva	Professor de Ensino Fundamental II	1/A	20	EMEB Henrique Júlio Berger	Vaga Vinculada – Carlinho José Bazzei, SME	24/05/2016 a 22/12/2016
Derli Ferreira dos Santos	Professor de Ensino Fundamental I	1/A	20	EMEB Alto Bonito	Vaga Transitória	17/05/2016 a 22/12/2016
Eliz Regina de Lima	Professor de Ensino Fundamental II	1/A	10	EMEB Pierina Santin Perret	Vaga Vinculada – Ana Bortolon, FMC	17/05/2016 a 22/12/2016
Ivanilde Alves de Gois Dallariva	Professor de Educação Infantil	1/A	40	CMEI Sininho	Vaga Vinculada – Luciane Catarina Carneiro, licença tratamento saúde	02/05/2016 a 28/05/2016
Joel Caetano	Professor de Ensino Fundamental II	1/A	10	CRAS	Vaga Transitória	02/05/2016 a 22/12/2016
Keilin Luana Bueno	Professor de Ensino Fundamental II	1/A	20	EMEB Irmão Venâncio José EMEB Alcides Tombini	Vaga Vinculada – Aldonir Ancutti, PMC e vaga excedente	16/05/2016 a 22/12/2016
Ligiane Scolari Ribeiro dos Santos	Professor de Ensino Fundamental I	1/A	20	EMEB Hilda Granemann de Souza	Vaga Excedente	10/05/2016 a 22/12/2016
Maria Cristina Mafessoni	Especialista em Assuntos Educacionais	1/A	40	EMEB Henrique Júlio Berger	Vaga Transitória	02/05/2016 a 22/12/2016
Marieli Zago	Professor de Ensino Fundamental II	1/A	20	EMEB Professora Maria Luiza Martins Barbosa e EMEB Morada do Sol	Vaga Transitória – para atuar no projeto de Aceleração	13/05/2016 a 22/12/2016
Marisa Martins	Professor de Ensino Fundamental II	1/A	20	EMEB Alto Bonito e EMEB Professora Maria Luiza Martins Barbosa	Vaga Vinculada – Janaína Demin, SME Vaga Vinculada – Luciane Tramontina, licença sem ônus	03/05/2016 a 22/12/2016
Regina Aparecida Daneluz	Professor de Educação Infantil	1/A	20	EMEB Professora Maria Luiza Martins Barbosa	Vaga Transitória	11/05/2016 a 22/12/2016
Roseli Maria Baseggio	Professor de Ensino Fundamental I	1/A	20	EMEB Professora Maria Luiza Martins Barbosa	Vaga Vinculada – Vera Muchinski, atribuição	09/05/2016 a 22/12/2016
Rosete Vebber da Silva Ferlin	Professor de Ensino Fundamental II	1/A	30	EMEB Morada do Sol e EMEB Hilda Granemann de Souza	Vaga Transitória – para atuar no projeto de Aceleração	13/05/2016 a 22/12/2016
Saete de Matos Pereira	Especialista em Assuntos Educacionais	1/A	20	EMEB Pierina Santin Perret	Vaga Vinculada – Janete Tarniowicz, SME	02/05/2016 a 22/12/2016
Silvia de Oliveira	Professor de Ensino Fundamental II	1/A	20	EMEB Professora Maria Luiza Martins Barbosa e EMEB Morada do Sol	Vaga Transitória – para atuar no projeto de Aceleração	13/05/2016 a 22/12/2016
Tatiane da Silva Pessole Frederick	Professor de Ensino Fundamental II	1/A	10	EMEB Alcides Tombini e EMEB Rodolfo Nickel	Vaga Excedente	09/05/2016 a 22/12/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 31 de maio de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves – SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 26.981

PORTARIA Nº 26.981, de 01 de junho de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 122, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER O RETORNO da Licença Sem Vencimentos, concedida ao Servidor Público Municipal CELSO OLIVEIRA DA SILVA, matrícula nº 2506, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Agrícolas e Florestais, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, 44 (quarenta e quatro) horas semanais, através da Portaria nº 26.479, de 02 de fevereiro de 2016, com efeitos a contar desta data.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 01 de junho de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.014

PORTARIA Nº 27.014, de 22 de junho de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso XI, do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 135, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, e ainda, o que prevê a alínea "I", inciso II, art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18/05/2009,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, afastamento por 03 (três) meses para concorrerem a cargo eletivo, especificando matrícula, nome, secretaria, cargo e período de afastamento:

Matrícula	Nome	Sec.	Cargo	Período de Afastamento
3382	Anderson José de Oliveira	003	Eletricista	02/07/16 a 02/10/16
565	Carlinho José Bazzei	030	Professor Ensino Fundamental II	02/07/16 a 02/10/16
14195	Cláudia Aparecida Soares Bromer	016	Especialista em Assuntos Educacionais	02/07/16 a 02/10/16
14362	Cláudia Aparecida Soares Bromer	016	Professor Ensino Fundamental I	02/07/16 a 02/10/16
399	Cláudio Altair Cordeiro	016	Professor Ensino Fundamental II	02/07/16 a 02/10/16
205	Fernando Scolaro	002	Técnico Tributário	02/07/16 a 02/10/16
3297	Mari Aparecida Ceolla Biella	016	Professor Ensino Fundamental II	02/07/16 a 02/10/16
14238	Noemi de Melo	005	Professor Ensino Fundamental I	02/07/16 a 02/10/16
10097	Vinícius Marcelino Piccoli	008	Auxiliar de Serviços e Obras Públicas	02/07/16 a 02/10/16

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 22 de junho de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.015

PORTARIA Nº 27.015, de 22 de junho de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 31, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

COLOCAR à disposição do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, o Servidor Público Municipal MOACIR PASCOAL DE LIMA, matrícula 310, ocupante do cargo efetivo de Mecânico, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, para o fim de auxiliar como 1º Tesoureiro, em razão do afastamento do Servidor Fernando Scolaro para concorrer a cargo eletivo, com efeitos a contar de 01 de junho de 2016, com ônus para o Município de Caçador.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 22 de junho de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.025

PORTARIA Nº 27.025, de 24 de junho de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 286, de 16/12/2014, e ainda na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

RESOLVE:

CONTRATAR, por tempo determinado, os cidadãos, a seguir relacionados, para atuar junto à Secretaria Municipal da Educação, especificando: nome, cargo, referência, carga horária, local de atuação, motivo e período da contratação, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref.	C.H.	Local de Atuação	Motivo da Contratação	Período
Cátia Maria dos Santos	Professor de Ensino Fundamental II	1/A	10	EMEB Pierina Santin Perret	Vaga Vinculada – Ana Cristina Correa, licença maternidade	07/06/2016 a 07/11/2016
Luana Machado Lussi	Auxiliar de Biblioteca	1/A	40	Bolsa Família – Assistência Social	Vaga Transitória	13/06/2016 a 22/12/2016
Marilene de Freitas	Merendeira	1.5/A	44	EMEB Ulysses Guimarães	Vaga Transitória – Projeto Mais Educação	01/06/2016 a 22/12/2016
Michele Branco Stona	Professor de Ensino Fundamental I	1/A	40	EMEB Morada do Sol	VV Márcia Mello, licença tratamento de saúde	06/06/2016 a 22/12/2016
Nívea Aparecida Rosa	Professor de Ensino Fundamental II	1/A	10	EMEB Castelhana e EMEB Irmão Venâncio José (extensão Dante Mosconi)	Vaga Transitória	16/06/2016 a 22/12/2016
Silvana Fátima Píram Zanella	Merendeira	1.5/A	44	Assistência Social	Vaga Transitória	06/06/2016 a 22/12/2016
Soleni Keli Vieira	Telefonista		40	SME	Vaga Vinculada – Regina Villwock, licença maternidade	06/06/2016 a 01/12/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 24 de junho de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves – SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 27.026

PORTARIA Nº 27.026, de 24 de junho de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 286, de 16/12/2014, e ainda na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

RESOLVE:

CONTRATAR, por tempo determinado, os cidadãos, a seguir relacionados, para atuarem junto às Unidades de Ensino da Secretaria Municipal da Educação, de acordo com classificação em Processo Seletivo, conforme o Edital SME 03/2015, especificando nome, cargo, referência, carga horária, local de atuação, motivo e período da contratação, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref	CH	Local de Atuação	Motivo da Contratação	Período
Cleuzeni Farias Lopes	Professor de Educação Infantil	1/A	20	EMEB Henrique Júlio Berger	Vaga Vinculada – Gislaine Jakobin, licença maternidade	01/06/2016 a 22/11/2016
Felipe Aloísio Cruz	Professor de Ensino Fundamental II	1/A	20	EMEB Padre José Chamot (extensão Graciosa e Santo Damo) e EMEB Nossa Senhora da Salete	Vaga Transitória	01/06/2016 a 22/12/2016
Franciane Maceno	Professor de Ensino Fundamental I	1/A	40	EMEB Tabajara	Vaga Vinculada – Jane Fogaça, licença tratamento de saúde	06/06/2016 a 20/06/2016

Franciane Maceno	Professor de Ensino Fundamental I	1/A	20	EMEB Irmão Venâncio José	Vaga Vinculada – Marlene Baziuk, licença tratamento de saúde	20/06/2016 a 22/12/2016
Iraci Pereira da Cruz	Professor de Educação Infantil	1/A	20	EMEB Hilda Granemann de Souza	Vaga Vinculada – Micheli Castelani, licença tratamento de saúde	01/06/2016 a 13/06/2016
Keila Aparecida Bronner	Professor de Educação Infantil	1/A	40	CMEI Pierina Adami	Vaga Vinculada – Maria de Lourdes Sicka, licença tratamento de saúde	01/06/2016 a 25/11/2016
Marilene Coradin Roso	Professor de Ensino Fundamental I	1/A	20	EMEB Professora Maria Luiza Martins Barbosa	Vaga Vinculada – Vera Muchinski, atribuição	01/06/2016 a 22/12/2016
Rejane Cristina Cordeiro	Professor de Ensino Fundamental I	1/A	20	EMEB Pierina Santin Perret e EMEB Alcides Tombini	Vaga Vinculada – Aldonir Anciuti, PMC e vaga excedente	01/06/2016 a 22/12/2016
Rodrigo Costa	Professor de Ensino Fundamental II	1/A	20	EMEB Tabajara	Vaga Vinculada – Ana Mara Rotta, licença tratamento de saúde	02/06/2016 a 29/06/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 24 de junho de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves – SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA 38-2016

PORTARIA nº 038, de 21 de junho de 2016.

Autoriza a conversão de 1/3 de férias em pecúnia à servidora Ilvaita Baron.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR – SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 39, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, conforme art. 16, VIII, do Regimento Interno e com fundamento no art. 90 e seguintes da Lei Complementar nº 56, de 20 de dezembro de 2004
RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar a conversão de 1/3 de férias em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo de 22/08/2012 a 21/08/2013, à servidora Ilvaita Maria Faoro Baron, ocupante do cargo de contadora, com pagamento em até 05 dias úteis da data do requerimento.
Art. 2º - Esta Portaria entra vigor nesta data, condicionada sua eficácia à publicação no DOM.

Gabinete da Presidência, 21 de junho de 2016.
Valmor de Paula,
PRESIDENTE

Fernando Scolaro,
VICE-PRESIDENTE

Glaci Aparecida dos Santos Pereira
1º SECRETÁRIA

Adilberto Santos de Oliveira
2º SECRETÁRIO.

PORTARIA 39-2016

PORTARIA nº 039, de 23 de junho de 2016.

Autoriza a conversão de 1/3 de férias em pecúnia à servidora Drieli Roier Pereira.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR – SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 39, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, conforme art. 16, VIII, do Regimento Interno e com fundamento no art. 90 e seguintes da Lei Complementar nº 56, de 20 de dezembro de 2004
RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar a conversão de 1/3 de férias em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo de 05/06/2015 a 04/06/2016, à servidora Drieli Roier Pereira, ocupante do cargo de Assessora Parlamentar de Gabinete, com pagamento para dia 27/06/2016, conforme requerimento.
Art. 2º - Esta Portaria entra vigor nesta data, condicionada sua eficácia à publicação no DOM.

Gabinete da Presidência, 23 de junho de 2016.
Valmor de Paula,
PRESIDENTE

Fernando Scolaro,
VICE-PRESIDENTE

Glaci Aparecida dos Santos Pereira
1º SECRETÁRIA

Adilberto Santos de Oliveira
2º SECRETÁRIO.

Camboriú

PREFEITURA

DL 004/16 - FMAS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

DISPENSA LICITATÓRIA Nº. 004/2016 – FMAS

Data: 27/06/2016

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CUMPRIR DETERMINAÇÃO JUDICIAL REFERENTE AO ACOLHIMENTO DE CRIANÇA NA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO LAR OLINDINA KAMMER, EM VIRTUDE DE NÃO HAVER VAGA DISPONÍVEL NO LAR PADRE ANTÔNIO DIAS, SENDO NECESSÁRIO O PAGAMENTO DE VAGA EXCEDIDA.

Valor total: R\$ 10.236,00 (Dez Mil e Duzentos e Trinta e Seis Reais).

Secretaria: Secretaria Municipal de Assistência Social.

Contratada: LAR OLINDINA KAMMER

Embasamento legal: artigo 24, inciso "IV" da lei Federal 8666/1993.

Camboriú SC, 27 de Junho de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

PREFEITA MUNICIPAL

PR 026/2016 - FMS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 026/2016-FMS

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NO PRONTO ATENDIMENTO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE CAMBORIÚ: CONSULTAS DE URGÊNCIA/EMERGÊNCIA PARA USUÁRIOS DO SUS QUE BUSCAM O ATENDIMENTO HOSPITALAR, SENDO DE CLIENTELA REFERENCIADA E DE DEMANDA ESPONTÂNEA, COM MANUTENÇÃO DE PLANTÃO MÉDICO 24 HORAS/DIA, 7 DIAS POR SEMANA, ININTERRUPTAMENTE, COM ESCALA DE 1 PROFISSIONAL MÉDICO POR TURNO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DA MINUTA CONTRATUAL .

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 13:00 horas do dia 11 (Onze) de Julho de 2016, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 24 de Junho de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

PR 027/2016 - FMS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 027/2016-FMS - EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS NECESSÁRIOS PARA O DEVIDO ATENDIMENTO AOS PACIENTES NOS CONSULTÓRIOS DE ODONTOLOGIA DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 13:00 horas do dia 12 (Doze) de Julho de 2016, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú 24 de Junho de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA

ATA PREGÃO ELETRÔNICO 13/2016 FMS

RESUMO DA ATA

(Pregão Eletrônico nº 13/2016 FMS)

Às 10h do dia 29/04/2016, reuniu-se a Pregoeira deste órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados por Ato Legal, para em atendimento às disposições contidas em Decreto realizar os procedimentos relativos ao presente Pregão, cujo objeto é a aquisição de equipamentos/material permanente para as unidades de Saúde do Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre - SC.

A ata completa está disponível no site Cidade Compras (<http://www.cidadecompras.com.br/1/>), administradora dos processos licitatórios, modalidade Pregão Eletrônico, do município de Campo Alegre - SC e pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico: <http://goo.gl/nWhzho>.

Pregoeira e Equipe de Apoio

CONVOCAÇÃO Nº 101/2016

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2016

CONVOCAÇÃO Nº 101/2016

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. GISELI HIRT FERREIRA, inscrita no CPF/MF sob nº 005.739.339-79, aprovada em 21º lugar no Processo Seletivo nº 001/2016-/PMCA, para o Cargo Público de PROFESSOR I, na Função de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS, para assumir o cargo de PROFESSOR VII - GEOGRAFIA. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 28 de Junho de 2016, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada.

Campo Alegre/SC., 24 de junho de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 9.845 DE 23 DE JUNHO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.845 DE 23 DE JUNHO DE 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE ELEMENTO DE DESPESA DA SEGUINTE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.435 de 16 de dezembro de 2015; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 3.613,94 (três mil, seiscentos e treze reais, noventa e quatro centavos), na seguinte Dotação do Orçamento vigente.

13.00 -	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.		
13.01 -	Serviço de Saneamento Ambiental.		
17.512.0077.2.123 -	Pessoal da Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.		
300000.00.766 -	Despesas Correntes		
310000.00.766 -	Pessoal e Encargos Sociais		
319000.00.766 -	Aplicações Diretas		
319016.00.766 -	Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	R\$ 3.613,94	

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação Parcial de Elemento de Despesa da seguinte Dotação do Orçamento vigente.

13.00 -	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.		
13.01 -	Serviço de Saneamento Ambiental.		
17.512.0077.2.123 -	Pessoal da Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.		
300000.00.766 -	Despesas Correntes		

310000.00.766 -	Pessoal e Encargos Sociais		
319000.00.766 -	Aplicações Diretas		
319094.00.766 -	Indenizações e Restituições Trabalhistas	R\$	3.613,94

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
23 de junho de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 27/06/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.846 DE 27 DE JUNHO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.846 DE 27 DE JUNHO DE 2016
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 91; Decreta:

Art.1º) Exonerar a pedido do Quadro de Pessoal efetivo do Poder Executivo Municipal, o Servidor Público Municipal LUIZ ERNANDES WESCHE, Matrícula Funcional nº 000569, Registro no Sistema sob nº 954726, do Cargo Público e na Função de Agente Administrativo II, lotado na Secretaria Municipal de Administração, declarando vacância no respectivo Cargo Público, a partir de 27 de junho de 2016.

Parágrafo único: A exoneração de que trata o Caput deste Artigo em atenção ao requerimento devidamente assinado pelo Servidor Público Municipal protocolado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal sob nº 2682 em data de 06 de junho de 2016.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
27 de junho de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 27/06/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO 87/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 87/2016

Objeto: Fornecimento de material e mão de obra para execução de obra de pavimentação asfáltica nas seguintes ruas: Rua Ipê e Rua das Flores, localizadas no bairro Cascatas e Rua Horst Walter, localizada no bairro Belo Horizonte, neste Município, descrito na Cláusula Primeira, de acordo com o processo licitatório, modalidade Tomada de Preços, nº 52/2016.

Dotação orçamentária:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	08.00	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras
Unidade	08.03	Serviço de Obras e Serviços Públicos
Função	15	Urbanismo

Subfunção	452	Serviços Urbanos
Programa	45	Manutenção de Vias Públicas e Conservação de Logradouros
Projeto	1.017	Pavimentação Asfáltica e Calçamento das Vias Urbanas
Elemento de Despesa	4.4.90.51.00.00	Obras e Instalações
Recurso	938	Convênio com Estado – Pavimentação de Ruas

§ Recursos provenientes do Convênio 2016TR000950, firmado com o Estado de Santa Catarina através da Agência de Desenvolvimento Regional de Mafra – SC.

Vigência: 24/06/2016 a 22/10/2016

Do valor total: R\$ 415.300,00 (quatrocentos e quinze mil e trezentos reais)

Contratada: BRACOR CORRETORA DE SEGUROS LTDA – CNPJ: 76.601.053/0001-20.

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 13.112 DE 24 DE JUNHO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.112 DE 24 DE JUNHO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo IV da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Secretária Municipal de Finanças, MARIA ELIANE FRIEDRICH, Registro no Sistema sob nº 955184, referente ao período aquisitivo: 01 de janeiro de 2015 á 31 de dezembro de 2015.

Art.2º) A Secretária gozará férias no período de 27 de junho de 2016 á 26 de agosto de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal, devidamente protocolada pelo Serviço de Protocolo em data de 20 de junho de 2016 sob o nº 3176.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
23 de junho de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 27/06/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - RGF 1º QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO 2016

 <div>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</div> <div>TESOURO NACIONAL</div>	Relatório de Gestão Fiscal
	Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2016
	Período de referência: 1º trimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal | Padrao

Despesa com Pessoal	Despesa Executada com Pessoal	
	Despesas Executadas - Últimos 12 Meses	
	DESPESAS LIQUIDADAS (a)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
Despesa com Pessoal (Últimos 12 Meses)	-	-
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	19.075.822,25	0,00
Pessoal Ativo	16.968.234,55	
Pessoal Inativo e Pensionistas	2.107.587,70	
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	2.107.587,70	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração		
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração		
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.107.587,70	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	16.968.234,55	0,00

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal | Padrao

DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
	Valor	% sobre a RCL
DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	34.128.489,91	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	16.968.234,55	49,72
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	20.477.093,95	60,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	19.453.239,25	57,00
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	18.429.384,56	54,00

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2016
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

 <div>Sistema de Informações Contábeis e Financeiras do Setor Público Brasileiro</div>	<div>Relatório de Gestão Fiscal</div> <div>Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)</div> <div>Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social</div> <div>CNPJ:</div> <div>Exercício: 2016</div> <div>Período de referência: 1º quadrimestre</div>
---	--

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal | Padrao

[illegible]



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ:

Exercício: 2016

Período de referência: 1º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2016
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2016
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.4 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Ente Consorciado | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2016
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

<div><div><div><div><div><div></div><div>siconfi</div></div></div><div><div><div></div><div>TESOURO NACIONAL</div></div></div></div><div><div>Sistema de Informações Contábeis e Financeiras do Setor Público Brasileiro</div></div></div></div>	<div>Relatório de Gestão Fiscal</div> <div>Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)</div> <div>Orcamentos Fiscal e da Seguridade Social</div> <div>CNPJ:</div> <div>Exercício: 2016</div> <div>Período de referência: 1º quadrimestre</div>
--	--

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios | Padrao

Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida				
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	Cálculo da Dívida Consolidada Líquida		
		SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Dívida Consolidada	-	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	1.804.275,58	1.732.053,34	0,00	0,00
Dívida Mobiliária				
Dívida Contratual	1.804.275,58	1.732.053,34	0,00	0,00
Interna	1.804.275,58	1.732.053,34		
Externa				
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 Vencidos e Não Pagos				
Outras Dívidas				
DEDUÇÕES (II)	2.556.707,41	3.828.687,37	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.639.830,39	3.987.550,60		
Demais Haveres Financeiros		58,32		
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	83.122,98	138.941,55		
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-752.431,83	-2.096.614,03	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	32.356.875,89	34.128.489,91	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL (II/RCL)	5,58	5,08		
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	-2,33	-6,14		
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	38.828.251,07	40.954.187,89		
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	34.945.425,96	36.858.769,10		
Detalhamento da Dívida Contratual	-	-	-	-
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	1.804.275,58	1.732.053,34	0,00	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)				
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	261.884,29	261.884,29	0,00	0,00
De Tributos				
De Contribuições Sociais	261.884,29	261.884,29	0,00	0,00
Previdenciárias	261.884,29	261.884,29		
Demais Contribuições Sociais				
Do FGTS				
Com Instituição Não Financeira				
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna				
Externa				
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	1.542.391,29	1.470.169,05		
Outros Valores Não Integrantes da DC	-	-	-	-
Precatórios Anteriores a 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
Insuficiência Financeira				
Depósitos	2.895,34	25.099,37	0,00	0,00
RP Não-Processados de Exercícios Anteriores	2.881.565,26	8.924.402,01	0,00	0,00
Antecipações de Receita Orçamentária - ARO				
Dívida Consolidada Previdenciária	-	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00

 Sistema de Informações Contábeis e Financeiras do Setor Público Brasileiro	Relatório de Gestão Fiscal
	Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2016
	Período de referência: 1º quadrimestre

Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida				Cálculo da Dívida Consolidada Líquida		
		SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR		SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre	
	Passivo Atuarial		0,00	0,00	0,00	0,00
	Demaís Dívidas		0,00	0,00	0,00	0,00
	DEDUÇÕES (X)		23.477.005,26	25.754.235,70	0,00	0,00
	Disponibilidade de Caixa Bruta		3.288,23	76.435,48	0,00	0,00
	Investimentos		23.473.717,03	25.677.800,22	0,00	0,00
	Demaís Haveres Financeiros		0,00	0,00	0,00	0,00
	(-) Restos a Pagar Processados		0,00	0,00	0,00	0,00
	Obrigações Não Integrantes da Dívida Consolidada		5.357,81	40.774,88		
	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (X) = (IX - X)		-23.477.005,26	-25.754.235,70	0,00	0,00



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal**Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)****Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social****CNPJ:****Exercício: 2016****Período de referência: 1º quadrimestre****RGF-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios | Padrao**

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2016
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Sistema de Informações
Contábeis e Financeiras
do Setor Público Brasileiro

siconfi

TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 1º quadrimestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.1 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios | Padrao

Tabela 2.1 - Trájetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida	Exercício em que Excedeu o Limite		Trájetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida			
	Quadrimestre em que Excedeu o Limite		Exercício do primeiro período seguinte		Exercício do segundo período seguinte	
	Limite Máximo (a)	% DCL (b)	Limite (c) = (a) x % Excedente (1 - (b - a))	Redutor mínimo de 25% do Excedente (d) = (2 - b) x c	Limite (e) = (b - d)	% DCL (f)
Trájetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida						
Valores Percentuais						



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal**Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)****Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social****CNPJ:****Exercício: 2016****Período de referência: 1º quadrimestre****RGF-Anexo 02 | Tabela 2.1 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios | Padrão**

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2016
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Financeiras do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Relatório de Gestão Fiscal
	Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)
	Orcamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2016
Período de referência: 1º quadrimestre	

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.2 - Trajetória de Ajuste da Dívida Consolidada Líquida em cada Exercício Financeiro - Estados, DF e Municípios | Padrão

[illegible]



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal**Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)****Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social****CNPJ:****Exercício: 2016****Período de referência: 1º quadrimestre****RGF-Anexo 02 | Tabela 2.2 - Trajetória de Ajuste da Dívida Consolidada Líquida em cada Exercício Financeiro - Estados, DF e Municípios | Padrão**

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2016
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	



Relatório de Gestão Fiscal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social


CNPJ:

Exercício: 2016

Período de referência: 1º quadrimestre

RGF-Anexo 03 | Tabela 3.0 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores | Padrao

Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	Saldos das Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas		
		SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Garantias Concedidas				
Garantias Concedidas				
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	-	-	-	-
Outras Garantias nos Termos da LRF		0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em Operações de Crédito		0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF				
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)		0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	32.356.875,89	34.128.489,91		
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL (III/IV)				
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	7.118.512,70	7.508.267,78		
LIMITE DE ALERTA (inciso II § 1º do art. 59 da LRF)	6.406.661,43	6.757.441,00		
Contragarantias Recebidas				
Contragarantias Recebidas				
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	-	-	-	-
Outras Garantias nos Termos da LRF		0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em Operações de Crédito		0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF				
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V + VI)		0,00	0,00	0,00

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Relatório de Gestão Fiscal
	Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2016
	Período de referência: 1º quadrimestre

RGF-Anexo 03 | Tabela 3.0 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2016
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Estados, DF e Municípios | Padrao

Operações de Crédito	Valor Realizado no Período	
	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Operações de Crédito	-	-
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)		
Mobiliária	0,00	0,00
Interna		
Externa		
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito		
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP		
Demais Aquisições Financiadas		
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços		
Demais Antecipações de Receita		
Assunção Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)		
Outras Operações de Crédito		
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito		
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro		
Outras Operações de Crédito		
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos		
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias		
Demais Contribuições Sociais		
Do FGTS		
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal Financeira e Patrimonial		
Programa de Iluminação Pública - RELUZ		
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite		

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Estados, DF e Municípios | Padrao

Apuração do Cumprimento dos Limites	Apuração do Cumprimento dos Limites	
	VALOR	% SOBRE A RCL
Apuração do Cumprimento dos Limites	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	34.128.489,91	
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	
Do Período de Referência (III)		
De Períodos Anteriores ao de Referência		
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)		
Limite Geral Definido por Resolução do Senado Federal para as Operações de Crédito Internas e Externas	5.460.558,39	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	4.914.502,55	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal para as Operações de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária	2.388.994,29	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)		

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Estados, DF e Municípios | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2016
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal | Padrao

Receita Corrente Líquida	Valor Até o Bimestre/Semestre	
	Valor até o Bimestre/Semestre	
Receita Corrente Líquida	-	
Receita Corrente Líquida		34.128.489,91

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal | Padrao



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ:

Exercício: 2016

Período de referência: 1º quadrimestre

Resumo dos Limites	Valor Realizado no Período	
	VALOR	% SOBRE A RCL
Resumo dos Limites	-	-
Despesa com Pessoal	-	-
Despesa com Pessoal	-	-
Despesa Total com Pessoal - DTP	16.968.234,55	49,72
Limite Máximo (incisos I, II e III art. 20 da LRF) - <%>	20.477.093,95	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único art. 22 da LRF) - <%>	19.453.239,25	57,00
Dívida Consolidada	-	-
Dívida Consolidada	-	-
Dívida Consolidada Líquida	-2.096.614,03	-6,14
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	40.954.187,89	120,00
Garantias de Valores	-	-
Garantias de Valores	-	-
Total das Garantias Concedidas	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	7.508.267,78	22,00
Operações de Crédito	-	-
Operações de Crédito	-	-
Operações de Crédito Internas e Externas	-	-
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	5.460.558,39	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	2.388.994,29	7,00

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal | Padrao

Restos a Pagar	Restos a Pagar e Disponibilidade de Caixa	
	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Restos a Pagar	-	-
Restos a Pagar	-	-
Restos a Pagar	-	-
Valor Total	7.273.562,15	2.152.506,71

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2016
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	-

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1

Digitally signed by LUANA TALITA ROCHA:04854775998
Date: 2016.06.17 14:11:58 BRT
Perfil: Contador Responsável
Instituição: Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC

Assinatura: 2

Digitally signed by RUBENS BLASZKOWSKI:37951548987
Date: 2016.06.20 16:46:41 BRT
Perfil: Titular do Poder Executivo
Instituição: Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC

Assinatura: 3

Assinatura: 4

Assinatura: 5

Assinatura: 6

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO PREGÃO 31_16 PEÇAS E CHAPEAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2016

O MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 82.939.232/0001-74, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Nelson Cruz, no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, tendo como objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS, ÔNIBUS E CAMINHÕES PERTENCENTES AS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO E CULTURA E SECRETARIA DE OBRAS DO MUNICÍPIO. CONFORME ESPECIFICAÇÕES.

Forma de Julgamento: Menor Preço por item.

Recebimento das Propostas: Até às 13h45min do dia 07 de julho de 2016.

Abertura das Propostas: Às 14 horas do dia 07 de julho de 2016.

Local: Prefeitura Municipal de Campos Novos, sita à Rua Expedicionário João Batista de Almeida, 323, Centro, Campos Novos/SC. Contato: Telefone: (49) 3541-6200 / E-mail: compras@camposnovos.sc.gov.br

O início da sessão pública do pregão para a abertura dos envelopes, contendo um a PROPOSTA DE PREÇOS e o outro a DOCUMENTAÇÃO será às 13:45 horas, do dia 01 de julho de 2016 na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Campos Novos.

Área Responsável: Departamento de Compras e Licitações.

Área Requisitante: Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo, Secretaria de Educação e Cultura e Secretaria de Administração.

A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, CONSOANTE AS CONDIÇÕES ESTATUÍDAS NESTE Edital, será regida pela Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto 5411/2005 e subsidiariamente com a Lei 8.666/93 com suas modificações.

ESTE EXEMPLAR DE EDITAL É TRANSCRIÇÃO FIEL DO ORIGINAL ARQUIVADO NO PROCESSO DO PRESENTE PREGÃO.

1. OBJETO

0.1 Este edital refere-se ao REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS, SERVIÇOS E MATERIAL ELÉTRICO PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS (KOMBİ, SAVEIRO, PRISMA E MASTER) DA FROTA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO (BORA, GOL 1.0, AMAROK CS 4X4, SAVEIRO 1.6., KOMBİ, VOYAGE 1.6). CONFORME ESPECIFICAÇÃO.

2. DA ENTREGA

2.1. As entregas deverão ocorrer em até 03 (três) dias úteis após o envio da autorização de fornecimento.

2.2. Os custos para entrega do objeto, carga e descarga do material no local solicitado serão de responsabilidade da licitante vencedora.

3. DA ESTIMATIVA DE CONSUMO.

3.1. Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo, é a que consta no Anexo VI.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. No dia, hora e local estipulados no preâmbulo deste edital, as Proponentes deverão estar representadas por agentes credenciados, com poderes para formular lances, negociar preços e praticar todos os atos inerentes ao certame, inclusive interpor e desistir de recursos em todas as fases licitatórias.

4.2. Os documentos exigidos para o credenciamento são obrigatoriamente os seguintes:

4.2.1. Se a empresa for representada por sócio ou dirigente da Proponente:

a. Cópia da Carteira de identidade do representante, acompanhada da original se a mesma não estiver autenticada.

b. Declaração de Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação, conforme modelo (ANEXO VI). Se for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte – EPP com problemas na habilitação, fazer constar tal ressalva.

c. Cópia autenticada do Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor no qual estejam expressos os seus poderes (documento essencial para a participação da empresa na fase de lances) e sua última alteração, se houver;

4.2.2. Se a empresa for representada por procurador:

a. Cópia da Carteira de identidade do representante, acompanhada da original se a mesma não estiver autenticada.

b. Declaração de Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação, conforme modelo (ANEXO VI). Se for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte – EPP com problemas na habilitação, fazer constar tal ressalva.

c. Procuração pública ou particular, em original ou cópia autenticada, a ser entregue juntamente com a respectiva cédula de identidade ou documento equivalente. Ou também através de formulário autenticado cujo modelo constitui o Anexo 05 deste edital.

d. Cópia autenticada do Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor no qual estejam expressos os seus poderes e suas últimas alterações, se houver;

4.3. A comissão poderá realizar cópias de documentos essenciais ao credenciamento, declarações e autenticá-los no momento do credenciamento, respeitando o princípio da livre concorrência e participação no certame.

4.4. Cada credenciado poderá representar apenas uma empresa.

4.5. Os documentos de credenciamento serão retidos pela equipe deste Pregão e juntados ao respectivo processo.

4.6. Havendo remessa via postal dos envelopes ou defeito no credenciamento pela ausência de algum dos documentos tratados nos itens 4.2.1 e 4.2.2, a licitante não poderá participar da fase de lances, permanecendo com sua proposta fixa, bem como não poderá se manifestar acerca da interposição de recurso quando declarado o vencedor.

4.6.1. A proponente que enviar os envelopes via postal sem a remessa da Declaração de Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação, ficará automaticamente excluída do certame pela ausência de documento essencial.

4.7. Os documentos devem apresentar prazo de validade, conforme o caso, e poderão ser entregues em original ou por processo de cópia devidamente autenticada.

4.8. Na condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte deverá ser apresentada a Certidão Simplificada (atualizada) para efeito de tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006.

4.9. Os documentos de credenciamento deverão vir FORA DOS ENVELOPES de documentação e proposta e ficarão retidos nos autos.

5. DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1. A proposta deverá ser entregue em envelope fechado,

contendo a seguinte indicação:

MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS/SC

PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2016

(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE)

ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA DE PREÇO 5.2. A proposta necessariamente deverá preencher os seguintes requisitos:

- a) Ser apresentada no formulário ANEXO II ou segundo seu modelo ou ainda pelo Betha Auto Cotação, com prazo de validade mínima de 60 (sessenta) dias, contendo especificação detalhada dos materiais segundo as exigências mínimas apresentadas neste Edital. Não serão permitidas alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas.
- b) Conter o nome do proponente, endereço, o nº. do CNPJ e da Inscrição Estadual ou Municipal;
- c) Suas folhas devem estar assinadas e rubricadas pelo seu representante legal;
- d) Conter declaração de que os preços apresentados compreendem todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas, fretes e seguros;
- e) Conter discriminados em moeda corrente nacional os preços dos itens limitados a 02 (duas) casas decimais para os centavos;
- f) Conter discriminado o prazo de entrega contado a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento;
- g) O valor de cada ITEM não poderá ultrapassar o máximo especificado no ANEXO V.

5.3. Na omissão de prazo de validade da proposta e do prazo de entrega, prevalecerá o constante no edital;

5.4. Serão motivos para desclassificação das propostas, as que:

- a) Não estiverem assinadas pelo proprietário e o representante legal não conter poderes para assina-la no momento;
- b) Contiverem preços ilegíveis, ou seja, quando o preço unitário e o preço total não forem passíveis de leitura e entendimento (desclassificação do item);
- c) As propostas que estiverem acima do valor máximo estabelecido no edital;
- d) Não contiverem marca do produto cotado;

5.5. Poderão ser também desclassificadas as propostas elaboradas em desacordo com o modelo constante no Anexo 02, se tal circunstância impedir o seu julgamento com observância do princípio da isonomia, por alterar qualquer das condições constantes do edital.

5.6. Havendo proposta com valores considerados inexeqüíveis, o Pregoeiro poderá solicitar justificativa de tais valores para avaliação da capacidade de realização do fornecimento, através de documentação que comprove que os custos são coerentes com o mercado.

5.7. Havendo propostas com preços contendo mais de duas casas decimais, serão consideradas apenas duas, desprezando-se as demais.

5.8. As empresas que não se fizerem representadas deverão apresentar juntamente com a proposta documento que comprove que a pessoa que assinou a proposta possua poderes para representar a empresa licitante, sob pena de desclassificação.

5.9. A desclassificação da proposta do licitante importa preclusão do seu direito de participar da fase de lances verbais.

5.10. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta, e havendo divergências entre os valores unitário e total, prevalecerá o unitário, e na divergência entre o valor unitário por extenso e o valor numérico, prevalecerá o menor.

6. DA HABILITAÇÃO

6.1. Toda a documentação de habilitação deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS/SC

PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2016

(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE)

ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTAÇÃO 6.2. Para habilitação na presente licitação será exigida a entrega dos seguintes documentos:

6.2.1. Documentação de Qualificação Econômico-Financeira:

- a. Certidão Negativa de Pedido de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor da sede da Proponente, com data não superior

a 60 (sessenta) dias da data limite para entrega das propostas da presente licitação;

- a.1. Caso na certidão conste qualquer ação judicial distribuída, deverão ser apresentados os comprovantes de quitação dos débitos ou certidão explicativa que aponte a situação da demanda judicial;
- a.2. A certidão do distribuidor que contiver a observação "Esta certidão só tem validade no seu original" também será aceita nas formas indicadas no item 7.1 do edital.

6.2.2. Documentação de Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ/MF;
- b. Certidão Negativa de Débitos Relativos todos os Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (conforme portaria MF nº 358 de 05 de setembro de 2014);
- c. Certidão Negativa de Débitos Estadual;
- d. Certidão Negativa de Débitos Municipal - do domicílio ou sede da Proponente;
- e. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- f. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

6.2.3. Documentação de Habilitação Jurídica

- a. Registro civil (no caso de sociedade simples, acompanhada de prova da eleição da atual Diretoria), ato constitutivo, estatuto ou contrato social, em vigor e suas últimas alterações (devidamente registrados no Registro Público de Empresas Mercantis, no caso de empresa individual e sociedades empresariais e, em se tratando de sociedades por ações, acompanhadas de documentos que comprovem a eleição de seus administradores);

Obs.: Fica dispensada a apresentação deste documento no envelope de documentação caso o mesmo já tenha sido apresentado na fase de credenciamento.

6.2.4. Documentação de Qualificação Técnica

Para a qualificação técnica será exigida a apresentação de documentos que comprovem as seguintes exigências:

- a. Apresentação de atestado de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que o licitante forneceu ou vem fornecendo, com qualidade e pontualidade, produto (s) compatíveis em características e quantidades com objeto licitado.

6.2.5. Documentação Complementar

- a. Declaração da Proponente, assinada por seus representantes legais, de que não emprega menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos. Segue como modelo para preenchimento desta declaração o Anexo 03 deste edital.

6.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte também deverão apresentar no envelope de Habilitação os documentos referentes à regularidade fiscal. Todavia, apresentada a documentação constante do item 6.2.2 acima, eventual restrição poderá ser sanada no prazo de 04 (quatro) dias úteis após a lavratura da Ata, como condição para a assinatura do contrato, na forma da Lei Complementar nº 123/06.

6.3.1. A não regularização da documentação no prazo previsto acima implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

6.4. Os documentos devem apresentar prazo de validade, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada. Não serão aceitas cópias de documentos obtidas por meio de aparelho fac-símile (FAX). Não serão aceitas cópias de documentos ilegíveis;

6.4.1. Não constando no documento seu prazo de validade, será

aceito documento emitido até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de sua apresentação.

6.5. Os documentos de que trata o item 6.2.2 poderão ser substituídos pelo Certificado de Registro Cadastral no Município de Campos Novos, atualizado.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

7.1. Será de responsabilidade da licitante vencedora:

- a) Fornecer o objeto desta Ata, de acordo com as especificações exigidas no Edital;
- b) Fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais e dentro do prazo determinado;
- c) Manter, durante toda execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- d) Responsabilizar-se pelo transporte, carga e descarga dos equipamentos.

8. DO RECEBIMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1. No dia, hora e local designados no Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o Pregoeiro, juntamente com a Equipe de Apoio, executará a rotina de credenciamento, conforme edital.

8.2. Em nenhuma hipótese serão recebidos envelopes contendo proposta e os documentos de habilitação fora do prazo estabelecido neste Edital.

8.3. Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas de preços, ocasião em que será procedida à verificação da conformidade das mesmas com os requisitos estabelecidos neste instrumento, com exceção do preço, desclassificando-se as incompatíveis.

8.4. No curso da sessão, dentre as propostas que atenderem às exigências constantes do Edital, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços de até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes.

8.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecerem lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

8.6. Nas licitações, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

8.6.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

8.7. Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

8.7.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

8.7.2. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem 8.7.1, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 8.7.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

8.7.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos no subitem 8.7.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.8. Na hipótese da não contratação nos termos previstos no item 8.7, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

8.9. O disposto no item 8.8 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

8.10. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

8.11. A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços;

8.12. Dos lances ofertados não caberá retratação.

8.13. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da fase de lances e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante.

8.14. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

8.15. Finalizada a fase de lances e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a compatibilidade dos preços ofertados com os praticados no mercado, desclassificando as propostas dos licitantes que apresentarem preço excessivo, assim considerados aqueles acima do preço de mercado.

8.16. O Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente que apresentou o menor preço para que seja obtido preço ainda melhor.

8.17. Será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que tiver formulado a proposta de menor preço, para confirmação das suas condições habilitatórias.

8.18. No caso de inabilitação do proponente que tiver apresentado a melhor oferta, serão analisados os documentos habilitatórios do licitante da proposta de segundo menor preço, e assim sucessivamente, até que um licitante atenda às condições fixadas neste instrumento convocatório.

8.19. Verificado o atendimento das exigências habilitatórias, será declarada a ordem de classificação dos licitantes, por ITEM.

8.20. Será declarado vencedor o licitante que ocupar o primeiro lugar no ITEM. Serão registrados os fornecedores na ordem de sua classificação, para fins de convocação remanescente na forma do art. 64, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

8.21. O Pregoeiro somente manterá em seu poder os envelopes com a documentação dos licitantes perdedores quando houver manifestação de recurso previsto no item 12.1 deste Edital;

8.22. Da sessão pública será lavrada Ata circunstanciada, devendo esta ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todos os licitantes presentes.

8.23. Todos os documentos e as propostas deverão ser rubricados pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos representantes das licitantes que estiverem presentes.

9. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

9.1- A homologação desta licitação não obriga a Administração à aquisição do objeto licitado.

10. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

10.1. Decairá do direito de impugnar os termos do Edital aquele que não o fizer até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a realização do Pregão, apontando de forma clara e objetiva as falhas e/ou irregularidades que entende viciarem o mesmo.

10.1.1. Não será admitida a Impugnação do Edital por intermédio de fac-símile ou via e-mail, devendo a referida peça ser protocolada junto ao município ou diretamente no Departamento de Compras e Licitações.

10.2. Caberá o Pregoeiro decidir, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sobre a Impugnação interposta.

10.3. Se procedente e acolhida a Impugnação do Edital, seus vícios serão sanados, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto, quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. As obrigações decorrentes do fornecimento dos objetos, constantes no Registro de Preços a serem firmadas entre a

Administração e o Fornecedor serão formalizadas através da Ata de Registro de Preços, sendo que o prazo de validade do Registro de Preços será 12 meses a partir da data de homologação.

11.1.2. O fornecedor classificado em 1º (primeiro) lugar nos preços registrados, será convocado a firmar a Ata de Registro de Preços no prazo de 03 (três) dias úteis após a homologação, devendo o proponente manter-se nas mesmas condições da habilitação quanto à regularidade fiscal.

11.3. O licitante que, convocado para assinar a Ata, deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluído.

11.4. Na hipótese do fornecedor primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar, não aceitar ou não retirar o contrato no prazo e condições estabelecidas, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação.

11.5. Observados os critérios e condições estabelecidas neste Edital e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

11.6. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

12. DOS PREÇOS REGISTRADOS

12.1. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações ou de redução dos preços praticados no mercado.

12.2. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

12.3. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, os fornecedores registrados serão convocados pela Administração para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

13. DOS RECURSOS E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

13.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contra razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

13.2. Não sendo interpostos recursos, será adjudicado o objeto do certame à(s) empresa(s) declarada(s) vencedora(s), sendo submetido este resultado ao Prefeito Municipal para homologação.

13.3. O(s) recurso(s), porventura interposto(s), não terá(ão) efeito suspensivo e será(ão) dirigido(s) ao Exmo. Prefeito Municipal, por intermédio do Pregoeiro, a qual poderá reconsiderar sua decisão, em 05 (cinco) dias úteis ou, nesse período, encaminhá-lo(s) ao Prefeito Municipal, devidamente informado(s), para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

13.4. Decididos os recursos eventualmente interpostos, será o resultado da licitação submetido ao Exmo. Prefeito Municipal para o procedimento de homologação com a devida adjudicação do objeto desta licitação à(s) vencedora(s).

13.5. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de 03 (três) dias a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

13.6. Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada

pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), a Prefeitura Municipal de Campos Novos, poderá aplicar ao (s) FORNECEDOR (ES) as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) Por atraso superior a 05 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;

c) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

13.7. De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº. 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

13.8. Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, o licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14. DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.

14.1.1. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo a Prefeitura Municipal de Campos Novos da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

14.1.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado a Prefeitura Municipal de Campos Novos deverá:

I – convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II – frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

III – convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

14.1.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Prefeitura Municipal de Campos Novos poderá:

I – liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II – convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

14.1.4. Não havendo êxito nas negociações, a Prefeitura Municipal de Campos Novos deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

15. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

15.1. O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

I - descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

II - recusar-se a celebrar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este

se tornar superior àqueles praticados no mercado;
IV - tiver presentes razões de interesse público;
V - for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
VI - for impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.
15.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, serão formalizados por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.
15.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

16. DA DOTAÇÃO

16.1. As despesas decorrentes da aquisição do objeto do presente certame correrão as contas de dotação específica da Secretaria Transportes Obras e Urbanismo, Secretaria de Educação e Cultura e Secretaria de Administração no orçamento do exercício de 2016 e 2017.

17. DO PAGAMENTO

17.1. O pagamento pela aquisição do objeto da presente licitação será feito em favor da licitante vencedora, mediante depósito bancário em sua conta corrente.
17.2. O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação;
17.3. O pagamento será efetuado 30 dias após a entrega da Nota Fiscal eletrônica;
17.4. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.
18.2. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por quaisquer autarquias, fundações e órgãos da administração pública municipal de Campos Novos/SC que não tenham participado do certame licitatório, mediante prévia consulta a Prefeitura Municipal de Campos Novos, desde que devidamente comprovada a vantagem.
18.2.1. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao Órgão Gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecidos a ordem de classificação.
18.2.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.
19.2.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.
19.3. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.
18.4. O resultado desta licitação estará à disposição dos interessados, na sala do Setor de Compras e Licitações, logo após sua homologação.
19.5. Detalhes não citados referentes a prestação dos serviços,

mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.

18.6. O Prefeito Municipal poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

18.7. O Pregoeiro e a Equipe de Apoio prestarão os esclarecimentos necessários, bem como irão dirimir as dúvidas suscitadas, de segunda a sexta-feira, das 13h30min às 18h30min, através do telefone (49) 3541-6200, ou pessoalmente na Expedição João Batista de Almeida, 323, centro de Campos Novos, ou por e-mail: compras@camposnovos.sc.gov.br.

18.8. São partes integrantes deste Edital os seguintes ANEXOS:

ANEXO I – Procuração;

ANEXO II – Proposta de Preços;

ANEXO III – Dados Bancários e Dados do Representante Legal;

ANEXO IV – Declaração de Cumprimento Pleno aos Requisitos de Habilitação;

ANEXO V – Descrição dos itens, estimativa de consumo e preço máximo.

Campos Novos, 20 de junho de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

ANEXO I

PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2016

PROCURAÇÃO

<RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO COMPLETO>, por meio de <NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL, RG, CPF E QUALIFICAÇÃO NA EMPRESA>, constitui como suficiente PROCURADOR o Sr. <NOME COMPLETO, RG, CPF>, outorgando-lhe poderes gerais para representar a referida empresa na Licitação <MODALIDADE, NÚMERO/ANO>, outorgando ainda poderes específicos para efetuar lances, interpor recursos, assinar contratos e praticar todos os demais atos necessários a este procedimento licitatório.

<Cidade/Estado>, <Dia> de <Mês> de 2016.

<nome completo do representante legal e qualificação na empresa>

OBS: Com assinatura do Outorgante reconhecida em Cartório.

ANEXO II

PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2016

PROPOSTA DE PREÇOS

1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA:

Razão Social: _____

Nome Fantasia _____

Endereço: _____

Bairro: _____ Município: _____

Estado: _____ CEP: _____

Fone/Fax: _____

Inscrição Estadual: _____

Inscrição Municipal _____

2. CONDIÇÕES DA PROPOSTA:

Prazo de validade da proposta: (Mínimo de 60 dias,

verificar edital)

Prazo de entrega do objeto: ____ dias contados do recebimento da Autorização.

3. DECLARAÇÃO:

Declaramos, para os devidos fins, que nesta proposta estão incluídos todos os custos, impostos, taxas, fretes, seguros e encargos sociais e trabalhistas.

Assinatura do Representante da legal da empresa
(Carimbo da empresa – com CNPJ)

ANEXO III

PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2016

1. DADOS BANCÁRIOS:

NOME DO BANCO (PREFERENCIALMENTE BANCO DO BRASIL):
CIDADE:
Nº. DA AGÊNCIA:
Nº DA CONTA CORRENTE DA EMPRESA:

2. DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME COMPLETO:
CARGO OU FUNÇÃO:
IDENTIDADE Nº. :
CPF/MF Nº.:

ANEXO IV

PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2016

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

<RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA>, CNPJ nº <NÚMERO CNPJ>, sediada em <ENDEREÇO COMERCIAL>, declara, sob as penas da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no presente processo licitatório.

OBS – Se for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte – EPP com problemas na habilitação, fazer constar tal ressalva.

Campos Novos(SC), <DIA> de <MÊS> de 2016.

Assinatura do representante legal da empresa
Carimbo da empresa

Carimbo do CNPJ:

ANEXO V

PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2016 RELAÇÃO DOS ITENS

Relação dos itens por lote em arquivo anexo.

Para maior comodidade o Município disponibilizará também em anexo o arquivo formulário proposta, para preenchimento através do software "Compras-Auto Cotação", disponível para download no site <http://download.betha.com.br>.

Depois de preenchidos os valores e as marcas no software referido no item anterior, o licitante deverá imprimir sua proposta, a qual deverá ser assinada pelo representante legal da empresa e apresentada no respectivo envelope, acompanhada do pen drive. Ressaltamos que no caso de divergência de dados entre a proposta escrita e a contida no dispositivo eletrônico, prevalecerá sempre a escrita.

Canoinhas

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 569/2016

PORTARIA Nº. 569/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei Complementar nº 054/2016; resolve:

NOMEAR COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO ELEITORAL

Art. 1º - Fica nomeada a Comissão de Organização Eleitoral para a escolha dos membros do Conselho de Administração e membros do Conselho Fiscal do Instituto Canoinhense de Previdência – ICPREV, abaixo relacionados conforme Comunicação Interna nº 292/SMA-FO/2016:

1. Luís Gustavo Vieira de Britto;
2. Thiago Kuchler;
3. Zenilda Lemos de Souza.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de junho de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 16/06/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 570/2016

PORTARIA Nº. 570/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

ALTERAR COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Art. 1º - Fica alterada a Comissão de Licitação em suas diversas modalidades, visando aquisições e contratações provenientes da Prefeitura do Município de Canoinhas, Fundações e Fundos Municipais, a qual deverá vigorar a partir de Junho/2016, conforme abaixo relacionados:

Presidente:
Paulo César Safanelli;

Secretária:
Cibele Neudorf Batista;

Membro Titular:
Claudio Henrique Mathias;

Membros Suplentes:

Tayná Machado;
Vanessa Langer;
Cleison Tarcísio Fuck.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Fica revogada a Portaria nº 063/2016.

Canoinhas/SC, 16 de junho de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 16/06/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 571/2016

PORTARIA Nº. 571/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990; resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias à servidora CARLA DO ROCIO ALVES, efetiva no cargo de Servente, junto à Secretaria Municipal de Planejamento, referente ao período aquisitivo 2015/2016, a desfrutar no período de 20/06/2016 a 19/07/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de junho de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 16/06/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 572/2016

PORTARIA Nº. 572/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Complementar nº 038/2011, de acordo com a Lei nº 4.851/2011 de acordo com a Lei Municipal nº 5.528/2015; CONSIDERANDO; o Edital de Processo Seletivo nº 007/2015/SME; CONSIDERANDO; a expansão das instituições de ensino; CONSIDERANDO; a existência de servidor em Licença Maternidade;

CONSIDERANDO; a existência de servidor em Licença para Tratamento de Saúde;
CONSIDERANDO; a existência de servidor ocupando cargo de Direção;
CONSIDERANDO: que a educação é serviço público essencial, resolve:

CONTRATAR

Art. 1º - Fica contratada a profissional SORAIA MARIA ZIERHUT HAAG KARPEN, na função de Professor de Anos Finais, na disciplina de Arte, MAG I, 20 horas semanais, 20 aulas ministradas, 04 aulas excedentes e 15% de regência, para atuar na EBM Guilhermina Maria Veiga Ferreira, no período de 20/06/2016 a 22/12/2016. Considerando a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, Parágrafo 1º, inciso III, na vaga vinculada da professora Eliane Carvalho, a qual ocupa o cargo de diretora na EBM Guilhermina Maria Veiga Ferreira. Anteriormente estava na referida vaga a profissional Cleunice Urbanek Cordeiro de Souza a qual pediu demissão, conforme Comunicação Interna nº 182/SME/2016.

Art. 2º - Fica contratada a profissional OLGA CORREIA DA SILVA, na função de Professor de Anos Finais, na disciplina de Matemática, MAG I, 10 horas semanais, 15% de regência, para atuar na EBM José Grosskopf, no período de 20/06/2016 a 22/12/2016. Considerando a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, inciso IV, admissão de profissionais da educação. Anteriormente estava na referida vaga Carla Adriana Gan Stafin, conforme Comunicação Interna nº 182/SME/2016.

Art. 3º - Fica contratado o profissional EMERSON LUIZ DOS SANTOS VEIGA, na função de Professor de Anos Finais, na disciplina de Matemática, MAG I, 20 horas semanais, 20 aulas ministradas, 04 aulas excedentes, 15% de regência, para atuar na EBM Benedito Therézio de Carvalho, no período de 20/06/2016 a 22/12/2016. Considerando a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, parágrafo 1º, inciso II, na vaga vinculada da professora Cecília Aparecida da Silva Ludka, a qual está em licença maternidade, conforme Comunicação Interna nº 182/SME/2016.

Art. 4º - Fica contratada a profissional LUANY VEIGA, na função de Professor de Anos Finais, na disciplina de Inglês, MAG I, 10 horas semanais, 15% de regência, para atuar na EBM Achilles Pazda, no período de 20/06/2016 a 22/12/2016. Considerando a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, inciso IV, admissão de profissionais da educação, conforme Comunicação Interna nº 182/SME/2016.

Art. 5º - Fica contratada a profissional LEDIANE CORRÊA VILCHER, na função de Professor de Anos Finais, na disciplina de Língua Portuguesa, MAG II, 40 horas semanais, 15% de regência, para atuar na EBM Presidente Castelo Branco, no período de 20/06/2016 a 22/12/2016. Considerando a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, inciso IV, admissão de profissionais da educação, conforme Comunicação Interna nº 182/SME/2016.

Art. 6º - Fica contratada a profissional ELIETE NERES DE MEIRA BARBOSA, na função de Professor de Educação Infantil, MAG I, 40 horas semanais, 25% de regência, para atuar na EBM Severo de Andrade, no período de 20/06/2016 a 17/07/2016. Considerando a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, Parágrafo 1º, inciso II, na vaga vinculada da professora Rosemari Schiessl dos Passos, a qual está em licença tratamento de saúde, conforme Comunicação Interna nº 182/SME/2016.

Art. 7º - Fica contratada a profissional SIMONE APARECIDA MAY GIRALDI, na função de Professor de Educação Infantil, MAG I, 20 horas semanais, 25% de regência, para atuar no CEI Fernando Pessoa, no período de 20/06/2016 a 22/12/2016. Considerando a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, parágrafo 1º, inciso II, na

vaga vinculada da professora Josiane Maria Gonçalves de Lima, a qual está em licença maternidade, conforme Comunicação Interna nº 182/SME/2016.

Art. 8º - Fica contratada a profissional ANA RITA DA ROCHA SCHINDLER, na função de Servente Feminino, Ensino Fundamental, 40 horas semanais, para atuar no Pólo da UFSC, no período de 20/06/2016 a 22/12/2016. Considerando a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, inciso V, admissão de profissional para suprir demanda decorrente da expansão das instituições municipais. Anteriormente estava na referida vaga Franciele Busko, a qual pediu demissão, conforme Comunicação Interna nº 182/SME/2016.

Art. 9º - Fica contratada a profissional DANIELLI MARTINS PUSCA, na função de Professor de Educação Infantil, MAG I, 40 horas semanais, 25% de regência para atuar na Extensão do CEI Rodolfo Linzmeier Localidade de Felipe Schmidt, no período de 20/06/2016 a 22/12/2016. Considerando a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, Parágrafo 1º, inciso V, admissão de professor para suprir demanda decorrente da expansão das instituições municipais, conforme Comunicação Interna nº 181/SME/2016.

Art. 10 - Fica contratada a profissional ELAINE MARIA DE ALMEIDA, na função de Monitor de Educação Infantil, Ensino Médio, 30 horas semanais, para atuar na Extensão do CEI Rodolfo Linzmeier na Localidade de Felipe Schmidt, no período de 20/06/2016 a 22/12/2016. Considerando a Lei nº 5.528 de 25/03/2015 art. 2º Parágrafo 1º inciso V, admissão de professor para suprir demanda decorrente da expansão das instituições municipais, conforme Comunicação Interna nº 181/SME/2016.

Art. 11 - Fica contratada a profissional ARACELI FARIAS ROSA OLISKOWSKI, na função de Monitor de Educação Infantil, Ensino Médio, 30 horas semanais, para atuar na Extensão do CEI Rodolfo Linzmeier na Localidade de Felipe Schmidt, no período de 20/06/2016 a 22/12/2016. Considerando a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, Parágrafo 1º, inciso V, admissão de professor para suprir demanda decorrente da expansão das instituições municipais, conforme Comunicação Interna nº 181/SME/2016.

Art. 12 - Fica contratada a profissional PATRÍCIA CAMILO, na função de Servente Feminino, Ensino Fundamental, 40 horas semanais, para atuar na Extensão do CEI Rodolfo Linzmeier na Localidade de Felipe Schmidt, no período de 20/06/2016 a 22/12/2016. Considerando a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, Parágrafo 1º, inciso V, admissão de professor para suprir demanda decorrente da expansão das instituições municipais, conforme Comunicação Interna nº 181/SME/2016.

Art. 13 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14 - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de junho de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 16/06/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 573/2016

PORTARIA Nº. 573/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei Municipal nº 2.830/1997;
CONSIDERANDO; a necessidade das alterações; resolve:

ALTERAR

Art. 1º - Fica alterado o local de trabalho, da profissional LILIAN KUROLI, efetiva no cargo de Monitor de Educação Especial, para atuar 20 horas semanais no período matutino no GEM Reinaldo Krüger e 20 horas semanais no período vespertino no CEI Jacob Bernard Fuck Júnior, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 20/06/2016, conforme Comunicação Interna nº 186/SME/2016.

Art. 2º - Fica alterado o local de trabalho, da profissional SILVANE DE SOUZA LEITE, contratada na função de Professor de Educação Física, Projeto Mais Conhecimento, para atuar 10 horas semanais na EBM Alberto Wardenski e 10 horas semanais na EBM Guilhermina Maria Veiga Ferreira, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 20/06/2016, conforme Comunicação Interna nº 187/SME/2016.

Art. 3º - Fica alterado o local de trabalho, da profissional CLAUDETE RODRIGUES GRAVI GONÇALVES, contratada na função de Professor de Arte, Projeto Mais Conhecimento, para atuar 10 horas semanais na EBM Alberto Wardenski e 20 horas semanais na EBM José Grosskopf e 10 horas semanais na EBM Presidente Castelo Branco, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 20/06/2016, conforme Comunicação Interna nº 186/SME/2016.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de junho de 2016.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 16/06/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 574/2016

PORTARIA Nº. 574/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, bem como, da Lei nº 2.305 de 03/07/1990:

CONSIDERANDO, que a autoridade que tiver ciência de irregularidades no serviço público é obrigada a promover a sua imediata apuração, mediante a instauração de sindicância ou processo disciplinar, consoante disposição do artigo 163 da Lei Municipal 2.305/90;
CONSIDERANDO o disposto nas Leis nº 5.556/2015, 5.574/2015 e 5.819/2016, que instituem a comissão permanente de sindicâncias e processos administrativos; resolve:

ALTERAR COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

Art. 1º - Nos termos dos artigos 1º, §3º e 3º, ambos da Lei nº 5.556/2015, fica alterada a COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, conforme abaixo relacionados:

1. ANDRÉIA CORREIA DA SILVA FONTANA KAUVA
2. FRANCIELI JOANA BIALESKI
3. MARINA NISHIMORI OLESCOWICZ
4. VANESSA LANGER
5. NELSON VARELA DE OLIVEIRA
6. ROSELI DOBROSHINSKEI
7. FABRICIO JOSNEI PEREIRA
8. IARA LÚCIA ARTNER LEANDRO LEITE
9. RITA ROSÉLIS SCHULKA VICENTE DE SOUZA
10. SIMONE MARIA WENDT
11. DANIELLE LUDKA
12. CARINNE CORREA CHAVES

Art. 2º - Nos termos do §4º do artigo 1º da Lei nº 5.556/2015, caberá aos participantes da comissão de sindicância e processos administrativos a escolha do presidente e secretário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de junho de 2016.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 17/06/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 575/2016

PORTARIA Nº. 575/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 106 da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO

Art. 1º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Licença Prêmio à servidora ANA MARIA CRESTANI, efetiva no cargo de Técnico em Enfermagem, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 1995/2000, a desfrutar no período de 20/06/2016 a 29/06/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de junho de 2016.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA
Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 17/06/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 576/2016

PORTARIA Nº. 576/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município; resolve:

REVOGAR

Art. 1º - Fica revogado o Art. 3º da Portaria nº 516/2016, que concedeu 20 (vinte) dias de Férias à servidora TERESINHA MARIA SCHU, efetiva no cargo de Servente Feminino, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2013/2014, a desfrutar no período de 20/06/2016 a 09/07/2016, conforme Comunicação Interna nº 301/DP/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de junho de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA
Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 17/06/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 577/2016

PORTARIA Nº. 577/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, bem como, da Lei nº 2.305 de 03/07/1990:

CONSIDERANDO, que a autoridade que tiver ciência de irregularidades no serviço público é obrigada a promover a sua imediata apuração, mediante a instauração de sindicância ou processo disciplinar, consoante disposição do artigo 163 da Lei Municipal 2.305/90, resolve:

ALTERAR COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

Art. 1º - Nos termos dos artigos 163 e seguintes da lei 2.305 de 03/07/1990, fica alterada COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, instaurada pela Portaria nº 477/2016, e, composta pelos servidores públicos municipais designados pela Portaria nº 574/2016, de acordo com a Lei nº 5.556/2015 e 5.574/2015, passando a vigorar da seguinte:

1. RITA ROSÉLIS SCHULKA VICENTE DE SOUZA
2. IARA LÚCIA ARTNER LEANDRO LEITE
3. FABRICIO JOSNEI PEREIRA

Art. 2º - A referida comissão deverá apurar os fatos descritos na Comunicação Interna Nº 316/Setor de Transportes/2016 e respectivos documentos em anexo.

Art. 3º - A Comissão nomeada pela presente Portaria, nos termos do art. 135, incisos I, II e III do supra mencionado dispositivo legal, deverá emitir parecer conclusivo no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período se as circunstâncias o exigirem.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 20 de junho de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 20/06/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 578/2016

PORTARIA Nº. 578/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, art. 89 da Lei 2.305 de 03/07/1990, Lei Municipal 3.135 de 31/03/2000 e Lei Federal 8.213/1991, resolve:

DETERMINAR RETORNO ÀS ATIVIDADES FUNCIONAIS

Art. 1º - Fica determinado o retorno às atividades funcionais da profissional CLEUSA DE FÁTIMA PIECHONTCOSKI MONTEIRO, efetiva no cargo de Professor 2, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 18/06/2016, conforme Comunicação Interna nº 302/DP/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 20 de junho de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 20/06/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 579/2016

PORTARIA Nº. 579/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei nº 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias à servidora JANETE SPAKI COLAÇO, efetiva no cargo de Monitor de Educação Infantil, 30 horas semanais, no CEI Machado de Assis, junto à Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de

2014/2015, a desfrutar no período de 01/07/2016 a 30/07/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 20 de junho de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 20/06/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 580/2016

PORTARIA Nº. 580/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município; resolve:

EXONERAR

Art. 1º - Fica exonerado FREDERICO VALDIR ECKER, Servidor Público Municipal efetivo no cargo de Auxiliar de Contabilidade, e, comissionado no cargo de Supervisor I, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, a partir de 15/06/2016, por motivo de falecimento ocorrido no dia 15/06/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 20 de junho de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 20/06/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 581/2016

PORTARIA Nº. 581/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990; resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Férias ao servidor ILSON ROBERTO GAI, efetivo no cargo de Motorista, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo 2015/2016, a desfrutar no período de 21/07/2016 a 30/07/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 20 de junho de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 20/06/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 582/2016

PORTARIA Nº. 582/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias à servidora PATRÍCIA CARLA DE SOUZA, efetiva no cargo de Monitor de Educação Infantil, 30 horas semanais, no CEI Nathan Zugmann, junto à Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a desfrutar no período de 04/07/2016 a 02/08/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias à servidora TAÍS LISCOSKI, efetiva no cargo de Monitor de Educação Infantil, no CEI Cecília Meireles, junto à Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a desfrutar no período de 01/07/2016 a 30/07/2016, conforme Requerimento.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 20 de junho de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 20/06/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 583/2016

PORTARIA Nº. 583/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e artigo 92 da Lei 2.305 de 03/07/90 e Lei n.º. 4.398 de 24/03/2009; resolve:

CONCEDER LICENÇA GESTAÇÃO

Art. 1º - Fica concedida Licença Gestação à servidora EDNA ALMEIRINDA BUSKO, efetiva no cargo de Professor, MAG III, Educação

Infantil, 30 horas semanais no CEI Pedro Bandeira e 10 horas semanais no CEI Landi Ama Neppel junto à Secretaria Municipal de Educação, cuja licença será gozada no período de 16/06/2016 a 13/10/2016, conforme Atestado Médico anexo ao Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 21 de junho de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 21/06/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 07/2016

CONCORRÊNCIA Nº 7/16

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 88/16

HOMOLOGAÇÃO: 23/06/16

CONTRATADO: CAZAMUSA CONSTRUCAO CIVIL EIRELI CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, RECURSO BADESC, DA RUA RODOLFO SCHEIDE NO TRECHO ENTRE AS RUAS HENRIQUE SORG E EMÍLIO SCHOLTZ, COM A EXTENSÃO DE 1.029, 07 METROS, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL

DESCRIPTIVO E ORÇAMENTO EM ANEXO.

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.126.544,49 (um milhão cento e vinte e seis mil quinhentos e quarenta e quatro reais e quarenta e nove centavos)

DATA: 24/06/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DA TOMADA DE PREÇO Nº PMC 13/2016

TOMADA DE PREÇO Nº 13/16

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 102/16

HOMOLOGAÇÃO: 24/06/16

CONTRATADO: ADRIANA L. K. WILPERT - ME

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA RELATIVA A CONSTRUÇÃO DO MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL, COM ÁREA DE 556,85 M², NA RUA PAUL HARRIS, CENTRO, NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS - CONTRATO DE REPASSE 818049/2015 - PROCESSO 1.025.521-08/2015, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIO.

VALOR DA DESPESA: R\$ 489.225,71 (quatrocentos e oitenta e nove mil duzentos e vinte e cinco reais e setenta e um centavos)

DATA: 24/06/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº FMC 76/2016 (ELETRONICO)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 76/16

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 112/16

HOMOLOGAÇÃO: 24/06/16

CONTRATADO: BALLOTIN MÁQUINAS LTDA

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 GRADE ARADORA, 05 DISTRIBUIDORES DE CALCÁRIO, 05 PLAINAS AGRÍCOLAS TRASEIRAS REVERSÍVEIS E 05 CONCHAS TRASEIRAS, DESTINADAS A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE CANOINHAS - PROPOSTA SIGEF Nº 16436/2016.

VALOR DA DESPESA: R\$ 334.000,00 (trezentos e trinta e quatro mil reais)

DATA: 24/06/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 76/16

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 112/16

HOMOLOGAÇÃO: 24/06/16

CONTRATADO: NORMA SEIBERT - ME

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 GRADE ARADORA, 05 DISTRIBUIDORES DE CALCÁRIO, 05 PLAINAS AGRÍCOLAS TRASEIRAS REVERSÍVEIS E 05 CONCHAS TRASEIRAS, DESTINADAS A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE CANOINHAS - PROPOSTA SIGEF Nº 16436/2016.

VALOR DA DESPESA: R\$ 118.905,00 (cento e dezoito mil novecentos e cinco reais)

DATA: 24/06/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº FMS 22/2016 (ELETRONICO)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/16

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 27/16

HOMOLOGAÇÃO: 24/06/16

CONTRATADO: THOR CONCESSIONARIA DE VEICULOS LTDA CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) AMBULÂNCIA, ANO 2016, ZERO KM, EQUIPADA CONFORME DESCRITO NO ANEXO I, DESTINADO AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

VALOR DA DESPESA: R\$ 126.000,00 (cento e vinte e seis mil reais)

DATA: 24/06/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº PMC 127/2016

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 127/2016

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 127/2016. Data de assinatura: 24/06/2016. Contratada: ADRIANA L. K. WILPERT, CNPJ sob 15.312.387/0001-99. Objeto Contratado: EXECUÇÃO DE OBRA RELATIVA A CONSTRUÇÃO DO MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL, COM ÁREA DE 556,85 M², NA RUA PAUL HARRIS, CENTRO, NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS – CONTRATO DE REPASSE 818049/2015 – PROCESSO 1.025.521-08/2015, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 489.225,71 (quatrocentos e oitenta e nove mil duzentos e vinte e cinco reais e setenta e um centavos).

Vigência: 31/12/2016. Processo de Licitação nº 102/2016, Tomada de Preço nº 13/2016.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 07/2016

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 88/2016		Processo Administrativo:	Total dos Itens Vencedores: 1.126.544,49					
Licitação.....:	7/2016 - CC							
Modalidade....:	Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia							
Objeto.....:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, RECURSO BADESC, DA RUA RODOLFO SCHEIDE NO TRECHO ENTRE AS RUAS HENRIQUE SORG E EMÍLIO SCHOLTZ, COM A EXTENSÃO DE 1.029, 07 METROS, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO EM ANEXO.							
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação

Item.....: 1	- 411046797	- PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA RUA RODOLFO SCHEIDE - TRECHO ENTRE AS - Unidade: UN						
6403	CAZAMUSA CONSTRUCAO CIVIL EIRELI		1,000	0,0000	1.126.544,4900	1.126.544,49	Venceu	1 *****
13004	VOLPESA LOCAÇÕES E TRANSPORTES LTDA		1,000	0,0000	1.171.026,4500	1.171.026,45	Perdeu	2
12622	PAVIPLAN PAVIMENTACAO LTDA		1,000	0,0000	1.171.026,4700	1.171.026,47	Perdeu	3

Canoinhas, Em/...../.....
PAULO CESAR SAFANELLI -	Presidente da Comissão
CLEISON TARCISIO FUCK -	MEMBRO SUPLENTE
JOSÉ MARCOS CARVALHO -	MEMBRO SUPLENTE
JOSÉ CARLOS HERBEST -	MEMBRO SUPLENTE
CLÁUDIO HENRIQUE MATHIAS -	MEMBRO TITULAR
CIBELE NEUDORF BATISTA -	SECRETÁRIO
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO -	28.754/SC
VANESSA LANGER -	CRC/SC 028524/O-0

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DA TOMADA DE PREÇO Nº PMC 13/2016

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 102/2016		Processo Administrativo:	Total dos Itens Vencedores: 489.225,71					
Licitação.....: 13/2016 - TP								
Modalidade.....: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia								
Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA RELATIVA A CONSTRUÇÃO DO MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL, COM ÁREA DE 556,85 M², NA RUA PAUL HARRIS, CENTRO, NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS - CONTRATO DE REPASSE 818049/2015 - PROCESSO 1.025.521-08/2015, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIO.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1 - 411047030 - CONSTRUÇÃO DO MERCADO PUBLICO MUNICIPAL - Unidade: UN								
17121	ADRIANA L. K. WILPERT - ME		1,000	0,0000	489.225,7100	489.225,71	Venceu	1 *****
16253	IMPLANTEST CONSTRUTORA LTDA ME		1,000	0,0000	524.674,5200	524.674,52	Perdeu	2
17120	PLANOTEC CONTRUÇÕES LTDA - ME		1,000	0,0000	536.085,6600	536.085,66	Perdeu	3
15841	J.LUMA CONSTRUTORA LTDA-ME		1,000	0,0000	547.891,3100	547.891,31	Perdeu	4
11828	KONKRETA CANOINHAS- CONSTRUTORA LTDA - ME		1,000	0,0000	583.314,8200	583.314,82	Perdeu	5
<div>Canoinhas, Em/...../.....</div> <div>PAULO CESAR SAFANELLI - - Presidente da Comissão CLEISON TARCISIO FUCK - - MEMBRO SUPLENTE JOSÉ MARCOS CARVALHO - - MEMBRO SUPLENTE JOSÉ CARLOS HERBEST - - MEMBRO SUPLENTE CLÁUDIO HENRIQUE MATHIAS - - MEMBRO TITULAR CIBELE NEUDORF BATISTA - - SECRETÁRIO DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO - - 28.754/SC VANESSA LANGER - - CRC/SC 028524/O-0</div>								

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO Nº FMS 22/2016 (ELETRONICO)

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS
Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano:
Licitação.....: 22/2016 - PE
Modalidade.....: PREGÃO ELETRÔNICO
Objeto.....: AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) AMBULÂNCIA; ANO 2016, ZERO KM, EQUIPADA CONFORME DESCRITO NO ANEXO I, DESTINADO AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Processo Administrativo:
1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Total dos Itens Vencedores: 126.000,00

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	- 48455	- VEICULO TIPO FURGÃO/AMBULÂNCIA - Unidade: UN						
17145	THOR CONCESSIONARIA DE VEICULOS LTDA	RENAULT MASTER	1,000	0,0000	126.000,00000	126.000,00	Venceu	1 *****

Canoinhas,	Em/...../.....
PAULO CESAR SAFANELLI -	Pregoeiro(a)	
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHECK -	SUPLENTE	
MARCIANO FERNANDES CORREA -	EQUIPE DE APOIO	
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS -	EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE	
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO -	28.754/SC	
TAYNÁ MACHADO -	CRC/SC 037083-03	

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO Nº PMC 76/2016 (ELETRONICO)

Página: 1/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS
Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 112/2016
Licitação.....: 76/2016 - PE
Modalidade.....: PREGÃO ELETRÔNICO
Objeto.....: AQUISIÇÃO DE 01 GRADE ARADORA, 05 DISTRIBUIDORES DE CALCÁRIO, 05 PLAINAS AGRÍCOLAS TRASEIRAS REVERSÍVEIS E 05 CONCHAS TRASEIRAS, DESTINADAS A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE CANOINHAS - PROPOSTA SIGEF Nº 16436/2016.

Processo Administrativo: 452.905,00
Total dos Itens Vencedores:

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1 - 411047169 - GRADE ARADORA 16 DISCOS - Unidade: UN								
17147	NORMA SEIBERT - ME	METAL FREITAS	1,000	0,0000	13.640,0000	13.640,00	Venceu	1 *****
17146	BALLOTIN MÁQUINAS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 2 - 6706 - DISTRIBUIDOR DE CALCÁRIO E ADUBO - Unidade: UN								
17146	BALLOTIN MÁQUINAS LTDA	FATRITOL	5,000	0,0000	66.800,0000	334.000,00	Venceu	1 *****
17147	NORMA SEIBERT - ME		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 3 - 411047170 - PLAINA AGRÍCOLA TRASEIRA REVERSE - Unidade: UN								
17147	NORMA SEIBERT - ME	METAL FREITAS	5,000	0,0000	12.903,0000	64.515,00	Venceu	1 *****
17146	BALLOTIN MÁQUINAS LTDA		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 4 - 6710 - CAÇAMBA CARREGADEIRA TRASEIRA PARA TRATOR. - Unidade: UN								
17147	NORMA SEIBERT - ME	METAL FREITAS	5,000	0,0000	8.150,0000	40.750,00	Venceu	1 *****

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 112/2016

Licitação.....: 76/2016 - PE

Modalidade....: PREGÃO ELETRÔNICO

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE 01 GRADE ARADORA, 05 DISTRIBUIDORES DE CALCÁRIO, 05 PLAINAS AGRÍCOLAS TRASEIRAS REVERSÍVEIS E 05 CONCHAS TRASEIRAS, DESTINADAS A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE CANOINHAS - PROPOSTA SIGEF Nº 16436/2016.

Processo Administrativo: 452.905,00

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 4	-	6710	-	CAÇAMBA CARREGADEIRA TRASEIRA PARA TRATOR.	-	Unidade: UN		
17146	BALLOTIN MÁQUINAS LTDA		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Canoinhas, Em	Pregoeiro(a)
PAULO CESAR SAFANELLI -	MEMBRO SUPLENTE
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS -	MEMBRO SUPLENTE
MARCIANO FERNANDES CORREA -	MEMBRO SUPLENTE
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO -	28.754/SC
VANESSA LANGER -	CRC/SC 028524/O-0

Capinzal

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° CAO/25/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N° CAO/25/2016

PROCESSO LICITATÓRIO N° CAO/0228/2016

OBJETO DA LICITAÇÃO: Contratação de empresa para confecção e instalação de móveis sob medida para a nova sede administrativa do SIMAE.

TIPO: Menor Preço Global

PRAZO PARA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES: Até às 14:00 horas, do dia 07 de julho de 2016.

LOCAL: Escritório do SIMAE, sito a Rua Domingos Omizollo, n° 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000.

O edital poderá ser retirado no escritório do SIMAE, com a comissão de licitação, solicitado pelo e-mail francieli@simaecao.sc.gov.br material@simaecao.sc.gov.br ou pelo site do SIMAE www.simaecao.sc.gov.br.

Maiores esclarecimentos poderão ser prestados no escritório do SIMAE, sito à Rua Domingos Omizollo, n° 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000, ou pelo fone (049) 3555-1107, com a comissão de licitação das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas.

Capinzal/SC, 27 de junho de 2016.

Francieli A. da Rosa
Pregoeira

Catanduvas

PREFEITURA

AVISO DE REVOGAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO N° 0069/2016 - PREGÃO N° 0047/2016 AVISO DE REVOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 0069/2016
PREGÃO N° 0047/2016

A Prefeita do Município de Catanduvas, Estado de Santa Catarina, Exma. Sra. Gisa Aparecida Giacomini, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e;

TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, que o Processo Licitatório nº 0069/2016 foi revogada conforme o parecer jurídico anexo a este processo, conforme item 12.3 deste edital e por interesse administrativo.

Catanduvas - SC, 24 de junho de 2016.
GISA APARECIDA GIACOMINI
Prefeita Municipal

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

DECRETO Nº 053, DE 23.06.2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

DECRETO Nº 053, DE 23.06.2016

Anula e suplementa dotações orçamentárias e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º, V, da Lei nº 0650, de 22.12.2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado a importância de R\$ 69.648,00, (sessenta e nove mil, seiscientos e quarenta e oito reais), das seguintes dotações do orçamento vigente:

07 – Secretaria da Agricultura
01 – Divisão de Agricultura
20 – Agricultura
606 – Extensão Rural
14 – Agricultura Sustentável
90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais
4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
2.063 - Manutenção/Pessoal da Secretaria, c/ Veículos p/ Assistência Técnica R\$ 2.000,00

07 – Secretaria da Agricultura
01 – Divisão de Agricultura
20 – Agricultura
606 – Extensão Rural
14 – Agricultura Sustentável
90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais
4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
2.074 - Manutenção de Máquinas, Equipamentos, Implementos Agrícolas e Veículos de Transporte de Carga R\$ 3.150,00

07 – Secretaria da Agricultura
01 – Divisão de Agricultura
20 – Agricultura
606 – Extensão Rural
14 – Agricultura Sustentável
90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais
4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
2.085 - Fomento a Diversificação das Propriedades Rurais R\$ 5.000,00

08 – Secretaria dos Transportes, Obras e serviços
03 – Divisão de Obras
15 – Urbanismo
451 – Infra Estrutura Urbana
13 – Urbanismo
112 – Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública
3.3.50.00.00.00.00.00 – Transferência para Instituição Privada sem Fins Lucrativos
2044 – Manutenção e Ampliação dos Serviços de Iluminação Pública R\$ 1.000,00

08 – Secretaria dos Transportes, Obras e serviços
03 – Divisão de Obras
15 – Urbanismo
451 – Infra Estrutura Urbana
13 – Urbanismo
112 – Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública
4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
2044 – Manutenção e Ampliação dos Serviços de Iluminação Pública R\$ 5.000,00

08 – Secretaria dos Transportes, Obras e serviços
03 – Divisão de Obras
15 – Urbanismo
452 – Serviços Urbanos
13 – Urbanismo
90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais
4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
2092 – Manutenção/Pessoal da Sec Transportes, Obras e Serviços Urbanos R\$ 10.000,00

09 – Fundo de Assistência Social
01 – Divisão do Fundo de Assistência Social
08 – Assistência Social
244 – Assistência Comunitária
10 – Desenvolvimento Social
90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais
4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
2028 - Manutenção/Pessoal da Secretaria de Assistência Social R\$ 3.000,00

09 – Fundo de Assistência Social
01 – Divisão do Fundo de Assistência Social
08 – Assistência Social
244 – Assistência Comunitária
10 – Desenvolvimento Social
117 – Outras Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social
4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
2028 - Manutenção/Pessoal da Secretaria de Assistência Social R\$ 3.000,00

09 – Fundo de Assistência Social
01 – Divisão do Fundo de Assistência Social
08 – Assistência Social
244 – Assistência Comunitária
10 – Desenvolvimento Social
117 – Outras Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social
4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
2029 - Manutenção dos Programas e Ações do Crás R\$ 18.000,00

09 – Fundo de Assistência Social
01 – Divisão do Fundo de Assistência Social
08 – Assistência Social
244 – Assistência Comunitária
10 – Desenvolvimento Social
90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais
4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
2029 - Manutenção dos Programas e Ações do Crás R\$ 2.500,00

09 – Fundo de Assistência Social
 03 – Divisão do Fundo da Infância e Adolescência
 14 – Direitos da Cidadania
 243 – Assistência à Criança e ao Adolescente
 10 – Desenvolvimento Social
 90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais
 3.1.71.00.00.00.00.00 – Transferência a Consórcios Públicos
 2012 - Manutenção Pessoal Desenvolvimento Social
 R\$ 999,00

09 – Fundo de Assistência Social
 03 – Divisão do Fundo da Infância e Adolescência
 14 – Direitos da Cidadania
 243 – Assistência à Criança e ao Adolescente
 10 – Desenvolvimento Social
 90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais
 3.3.71.00.00.00.00.00 – Transferência a Consórcios Públicos
 2012 - Manutenção Pessoal Desenvolvimento Social
 R\$ 1.000,00

10 – Secretaria de Meio Ambiente e Turismo
 01 – Divisão do Meio Ambiente
 18 – Gestão Ambiental
 541 – Preservação e Conservação Ambiental
 11 – Gestão Ambiental
 90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais
 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
 2076 - Manutenção/Pessoal Secretaria Meio Ambiente Turismo
 R\$ 5.000,00

10 – Secretaria de Meio Ambiente e Turismo
 02 – Divisão de Turismo
 18 – Gestão Ambiental
 695 – Turismo
 11 – Gestão Ambiental
 90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais
 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
 1032 - Incentivo a Empreendimentos Turísticos
 R\$ 4.000,00

10 – Secretaria de Meio Ambiente e Turismo
 03 – Fundo Municipal de Saneamento
 17 – Saneamento
 512 – Saneamento Urbano
 11 – Gestão Ambiental
 90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais
 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
 2050 - Manutenção / Pessoal
 R\$ 999,00

12 – Gabinete do Prefeito e Vice
 02 – Gabinete do Prefeito e Vice
 04 – Administração
 122 – Administração Geral
 03 – Gestão Administrativa Superior
 90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais
 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
 2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice
 R\$ 5.000,00

Art. 2º Por conta dos recursos constantes do art. 1º, no valor de R\$ 69.648,00, (sessenta e nove mil seiscentos e quarenta e oito reais), fica aberto um crédito suplementar nas seguintes dotações do Orçamento Vigente:

07 – Secretaria da Agricultura
 01 – Divisão de Agricultura
 20 – Agricultura

606 – Extensão Rural
 14 – Agricultura Sustentável
 90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais
 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
 2.063 - Manutenção/Pessoal da Secretaria, c/ Veículos p/ Assistência Técnica R\$ 2.000,00

07 – Secretaria da Agricultura
 01 – Divisão de Agricultura
 20 – Agricultura
 606 – Extensão Rural
 14 – Agricultura Sustentável
 90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais
 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
 2.074 - Manutenção de Máquinas, Equipamentos, Implementos Agrícolas e Veículos de Transporte de Carga
 R\$ 3.150,00

07 – Secretaria da Agricultura
 01 – Divisão de Agricultura
 20 – Agricultura
 606 – Extensão Rural
 14 – Agricultura Sustentável
 90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais
 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
 2.085 - Fomento a Diversificação das Propriedades Rurais
 R\$ 5.000,00

08 – Secretaria dos Transportes, Obras e serviços
 03 – Divisão de Obras
 15 – Urbanismo
 451 – Infra Estrutura Urbana
 13 – Urbanismo
 112 – Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública
 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
 2044 – Manutenção e Ampliação dos Serviços de Iluminação Pública
 R\$ 6.000,00

08 – Secretaria dos Transportes, Obras e serviços
 03 – Divisão de Obras
 15 – Urbanismo
 452 – Serviços Urbanos
 13 – Urbanismo
 90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais
 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
 2092 – Manutenção/Pessoal da Sec Transportes, Obras e Serviços Urbanos
 R\$ 10.000,00

09 – Fundo de Assistência Social
 01 – Divisão do Fundo de Assistência Social
 08 – Assistência Social
 244 – Assistência Comunitária
 10 – Desenvolvimento Social
 90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais
 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
 2028 - Manutenção/Pessoal da Secretaria de Assistência Social
 R\$ 3.000,00

09 – Fundo de Assistência Social
 01 – Divisão do Fundo de Assistência Social
 08 – Assistência Social
 244 – Assistência Comunitária
 10 – Desenvolvimento Social
 117 – Outras Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social
 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
 2028 - Manutenção/Pessoal da Secretaria de Assistência Social

..... R\$ 3.000,00

09 – Fundo de Assistência Social

01 – Divisão do Fundo de Assistência Social

08 – Assistência Social

244 – Assistência Comunitária

10 – Desenvolvimento Social

117 – Outras Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social

3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

2029 - Manutenção dos Programas e Ações do Crás

..... R\$ 18.000,00

09 – Fundo de Assistência Social

01 – Divisão do Fundo de Assistência Social

08 – Assistência Social

244 – Assistência Comunitária

10 – Desenvolvimento Social

90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais

3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

2029 - Manutenção dos Programas e Ações do Crás

..... R\$ 2.500,00

09 – Fundo de Assistência Social

03 – Divisão do Fundo da Infância e Adolescência

14 – Direitos da Cidadania

243 – Assistência à Criança e ao Adolescente

10 – Desenvolvimento Social

90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais

3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

2012 - Manutenção Pessoal Desenvolvimento Social

..... R\$ 1.999,00

10 – Secretaria de Meio Ambiente e Turismo

01 – Divisão do Meio Ambiente

18 – Gestão Ambiental

541 – Preservação e Conservação Ambiental

11 – Gestão Ambiental

90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais

3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

2076 - Manutenção/Pessoal Secretaria Meio Ambiente Turismo

..... R\$ 5.000,00

10 – Secretaria de Meio Ambiente e Turismo

02 – Divisão de Turismo

18 – Gestão Ambiental

695 – Turismo

11 – Gestão Ambiental

90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais

3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

1032 - Incentivo a Empreendimentos Turísticos

..... R\$ 4.000,00

10 – Secretaria de Meio Ambiente e Turismo

03 – Fundo Municipal de Saneamento

17 – Saneamento

512 – Saneamento Urbano

11 – Gestão Ambiental

90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais

3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

2050 - Manutenção / Pessoal R\$ 999,00

12 – Gabinete do Prefeito e Vice

02 – Gabinete do Prefeito e Vice

04 – Administração

122 – Administração Geral

03 – Gestão Administrativa Superior

90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais

3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice
..... R\$ 5.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 23 de junho de 2016.

José Bráulio Inácio

Prefeito Municipal

EDITAL Nº 04/2016 - SMECE

estado de santa catarina

município de chapadão do lageado

EDITAL Nº 04/2016 – SMECE

JOSÉ BRAULIO INÁCIO, Prefeito Municipal de Chapadão do Lageado, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista o que dispõe o artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, Lei Municipal nº 085/99 e alterações posteriores, Lei Complementar Municipal nº 040/2009 e Decreto nº 075/2009, torna público pelo presente Edital, as normas para Chamada Pública, em razão de esgotamento da listagem de classificados no Processo Seletivo Nº 01/2015/SMECE.

A chamada para admissão em caráter temporário (ACT), havendo esgotamento da lista de classificados no processo seletivo Edital nº 01/2015/SMECE será feita mediante Chamada Pública, a ser expedida pela Secretaria da Educação, Cultura e Esportes, que deverá ser amplamente divulgada, utilizando-se dos meios disponíveis (site oficial da Prefeitura, mural público, escolas, entre outros).

A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES divulgará o quadro de vagas, a carga horária, o local de trabalho e o motivo da contratação.

A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, no mesmo ato, expedirá Chamada Pública, convocando os candidatos que manifestarem interesse em assumir as vagas disponíveis, dentro de suas habilitações, respeitados todos os critérios e pré-requisitos no Edital.

A Comissão Especial designada pela Portaria nº 400/2015, responsável pela operacionalização do Edital nº 01/2015 - SMECE deverá proceder à chamada Pública das vagas remanescentes após esgotarem-se todas as possibilidades de oferta das aulas aos professores efetivos e aos professores ACTs que já escolheram vaga.

Os candidatos interessados deverão dirigir-se à sede da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, no dia 29.06.2016 (quarta-feira) às 09h00min, munidos de documentos pessoais, comprovação de sua habilitação, comprovante de tempo de serviço no município (se houver) e/ou comprovante de tempo de atuação na disciplina da vaga pleiteada, emitido pela Diretoria de Recursos Humanos da Prefeitura.

Havendo dois ou mais candidatos para a mesma vaga, a classificação destes candidatos obedecerá aos seguintes critérios:

PARA A FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ARTES:

Habilitado Nível Superior/ 1ª listagem: Licenciatura em Artes.

Não Habilitado/ 2ª listagem: Ensino médio e obrigatoriamente cursando a partir da primeira fase de licenciatura em Artes.

Não Habilitado/ 3ª listagem: Ensino médio e obrigatoriamente cursando nível superior.

Havendo dois ou mais candidatos classificados em um mesmo item acima, serão considerados os seguintes critérios de desempate:

- a) Maior tempo de serviço na área de atuação e/ ou disciplina da vaga (mediante apresentação do respectivo comprovante);
- b) Maior tempo de serviço no Município de Chapadão do Lageado (mediante apresentação do respectivo comprovante);
- c) Maior idade.

Maiores esclarecimentos serão fornecidos pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Chapadão do Lageado, 23 de junho e 2016.

José Braulio Inácio

Prefeito Municipal

CHAMADA PÚBLICA ACTS/2016

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

QUADRO DE VAGAS

FUNÇÃO	LOCAL DE TRABALHO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	MOTIVO DA CONTRATAÇÃO
PROFESSOR DE ARTES	Escola Municipal	10 horas	Falta de candidato classificado no processo seletivo.

Comunicamos aos candidatos interessados que a chamada pública será realizada na data, horário e local abaixo informado:

Data: 29.06.2016 (quarta-feira)

Horário: às 09h00min

Local: Sede da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Município de Chapadão do Lageado, situada na Rua Alan Regis Inácio, Centro. (atrás da Prefeitura)

Chapadão do Lageado, 24 de junho de 2016.

Secretário de Educação, Cultura e Esportes

Portaria 257/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA N° 257/2016

- CONSIDERANDO, o recebimento da Comunicação de Decisão do Benefício n. 614.432.842-8;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art. 64, I, e §2º, da LC n° 008/99:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde a Servidora CLAUDIA LOPES SYPRIANI, pelo período de 19.05.2016 a 24.06.2016, conforme Comunicação de Decisão referida, a ser remunerada pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado-SC, 24 de junho de 2016.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

Portaria 258/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA N° 258/2016

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar n° 006, de 23.12.99, e conforme art.16 inciso I da Lei n° 0085 de 30.06.99.

RESOLVE:

Art. 1º Fazer cessar os efeitos da Portaria n° 075 de 19.02.2016, que admiti em caráter temporário à servidora, CLAUDIA LOPES SYPRIANI,

professora ACT- 20 horas, a partir de 24.06.2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 24 de junho de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Portaria 259/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA N° 259/2016

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar nº 008 de 23.12.1999 e de acordo com o Anexo Único da Lei Complementar nº 047 de 01.12.2010,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear CLAUDIA LOPES SYPRIANI, para ocupar o cargo de Secretária Municipal da Educação Cultura e Esportes, da Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado, na condição de agente política, a partir de 27.06.2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do município de chapadão do Lageado, 24 de junho de 2016.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

Portaria 260/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA N° 260/2016

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 50, inciso VII, da Lei Orgânica do município, c/c o art.78, caput, da Lei Complementar nº 008/99,

RESOLVE:

Art.1º Conceder e autorizar o servidor JOELSIO MACHADO, ocupante do cargo efetivo de Contador, em exercício na Secretaria Municipal da Fazenda, a gozar o período remanescente das férias regulamentares, acrescidas de 1/3 do abono constitucional, conforme art.78, da LC nº 008, de 23/12/99, relativas ao período aquisitivo de 07.01.2014 a 06.01.2015, para serem gozadas de 27.06.2016 à 16.07.2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 24 de junho de 2016.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

Portaria 261/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA N° 261/2016

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar N° 007, de 23.12.99, Lei Complementar N°. 008, de 23.12.99 e Lei Complementar N ° 047 de 01.12.2010,

RESOLVE:

Art.1º. Exonerar MARIA ZENAIDE SENEM SOUZA, ocupante do cargo em Comissão Diretora nível II, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, nomeada pela portaria nº 061 de 07.02.2016, a partir de 27.06.2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 22 de junho de 2016.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA N.º012-2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº012/2016 de 27/06/2016.

ANDRÉ SEBOLD, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regimentais de acordo com o que dispõe a lei nº0294 30.03.2006, lei n.º508 de 27.05.2011.

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder progressão funcional por tempo de serviço ao funcionário DIRCEU PEREIRA, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo Parlamentar, Código 2.1.2 do Nível VII para o Nível VIII, a partir do mês de junho de 2016, conforme dispõe o anexo VI da Lei nº508 de 27.05.2011, art. 10 da lei nº0294 de 30.03.2006.

Art.2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Chapadão do Lageado 27 de junho de 2016.

ANDRÉ SEBOLD

Presidente

PORTARIA N.º013-2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº013/2016 de 27/06/2016.

ANDRÉ SEBOLD, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regimentais de acordo com o que dispõe a lei nº0294 30.03.2006, lei n.º508 de 27.05.2011.

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder progressão funcional por tempo de serviço a funcionária LENIR RAMOS DA CRUZ MICHELS, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais, Código 3.3.02 do Nível VII para o Nível VIII, a partir do mês de junho de 2016, conforme dispõe o anexo VI da Lei nº508 de 27.05.2011, art. 10 da Lei 0294 de 30.03.2006.

Art. 2.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Chapadão do Lageado 27 de junho de 2016.

ANDRÉ SEBOLD

Presidente

Cocal do Sul

PREFEITURA

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS 47/PMCS/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 47/2016

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

DETENTORA DA ATA: RARIDADE INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA – ME.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 32/PMCS/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/PMCS/2016

Objeto: Registro de preços de Material de Limpeza e afins, para uso no município de Cocal do Sul..

Assinatura: 03/06/2016

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 37.687,00 (trinta e sete mil seiscentos e oitenta e sete reais)

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

EXTRATO DO CONTRATO 04/FMS/2016

CONTRATO Nº: 04/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

CONTRATADA: VIP CAR VEÍCULOS LTDA.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 06/FMS/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/FMS/2016

Objeto: Aquisição de 02 (dois) Veículos zero KM, tipo populares, no atendimento ao Fundo Municipal de Saúde de Cocal do Sul, por meio da proposta nº 10423.151000/1140-01 firmado entre o Município de Cocal do Sul e o Ministério da Saúde.

Assinatura: 14/06/2016

Vigência: Início: 14/06/2016 Término: 31/12/2016

Valor: R\$ 67.000,00 (sessenta e sete mil reais)

Dotação Orçamentária:

Dotação	Cód. Reduzido	Descrição da Atividade
11.01.1.020.4.4.90.00.00.00.00	63	Constr. Aquis. Veículos e Equipamentos

EXTRATO DO CONTRATO 29/PMCS/2016

CONTRATO Nº: 29/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

CONTRATADA: ADENIR ANTÔNIO MENEGON - EPP.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 45/PMCS/2016

TOMADA DE PREÇOS Nº 05/PMCS/2016

Objeto: Constitui objeto do presente contrato a contratação de empresa para fornecimento de material e prestação de serviços de pavimentação com lajotas da Rua Italino Carboni e Rua Izaltina Búrigo Correa, Bairro União, Rua Silvestre Bortulatto e Rua Adolfo Carrer, bairro Jardim Itália e Rua Zeferino Euclides Furlan, Linha Braço Cocal, no Município de Cocal do Sul, através do convênio nº 2016TR001411, firmado entre o Município de Cocal do Sul e o Estado de Santa Catarina.

Assinatura: 23/06/2016

Vigência: Início: 23/06/2016 Término: 31/12/2016

Valor: R\$ 226.387,08 (duzentos e vinte e seis mil trezentos e oitenta e sete reais e oito centavos)

Dotação Orçamentária: 09.02.1.022.4.4.90 (162); 09.02.1.022.4.4.90 (163).

TERMO ADITIVO N. 06/16

TERMO ADITIVO Nº 06/2016, DE 20 DE JUNHO DE 2016.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº. 05/2015, DE 30 DE MARÇO DE 2015, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL, E A ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA COCAL DO SUL.

Pelo Primeiro Termo Aditivo ao Convênio de repasse de recursos financeiros, nós abaixo assinados, de um lado o MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL, estabelecido na Av. Dr. Polidoro Santiago, 519 – C.P. 01, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 95.778.056/0001-88, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. ADEMIR MAGAGNIN, e de outro lado, a ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA COCAL DO SUL, com sede na Rua Dr. Polidoro Santiago, s/n, Centro, Cocal do Sul/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 95.778.676/0001-17, temos justo e conveniado o que a seguir se descreve.

CLAUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

Fica prorrogado para até 31 de dezembro de 2016, o prazo de vigência do Convênio nº. 05/15, de 30 de março de 2015, referente repasse de recursos financeiros a ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA COCAL DO SUL.

CLAUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO REPASSE

O Município repassará à Entidade o valor de R\$ 30.000,00(trinta mil reais), pagos em 03(três) parcelas, sendo a primeira em julho/2016 no valor de R\$ 20.000,00(vinte mil reais), a segunda em agosto/2016 no valor de R\$ 5.000,00(cinco mil reais) e a terceira em setembro/2016 no valor de R\$ 5.000,00(cinco mil reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As demais cláusulas do Convênio nº. 05/2015, de 30 de março de 2015, permanecem inalteradas.

E, por estarem de acordo, assinam o presente Contrato para que produza os efeitos do direito, em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas idôneas.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 20 de junho de 2016.

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas:

_____;

_____.

Concórdia

PREFEITURA

ADENDO 01 AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 77/2016-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

ADENDO 01 AO EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 77/2016 PMC

O MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, por intermédio do Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de licitação em referência, cujo objeto é: Contratação de empresa para locação de lona tipo piramidal, banheiros químicos, mesas e cadeiras em PVC para utilização durante a Festa Nacional de Leitura Assado – FENAL 2016, no dia 31 de julho de 2016, conforme especificações constantes nos anexos “A” e “B” do edital, foi alterado, sendo que o prazo para protocolo dos envelopes, contendo as propostas de preços e documentação para habilitação, fica alterada para dia 08 de julho 2016, até às 10:00 horas, sendo que a sessão de abertura da licitação, fica para o dia 08 de julho de 2016 às 14h00min.

Informações complementares: o Edital e a alteração em questão, em inteiro teor, estão à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link “Licitações”. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª à 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 24 de junho de 2016.

LEONIR GRIGOLLO

Secretário Municipal de Agricultura,
Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

BOLSA FAMÍLIA- IGD 1ª PARCELA 2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio – FMAS/IGD-BF, repasse no valor de R\$ 3.381,02 (três mil e trezentos e oitenta e um reais e dois centavos) referente Índice de Gestão Descentralizada-IGD-BF.

Concórdia SC, 24 de junho de 2016.

Neusa Aparecida Dahmer

Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE CONTRATO CONCORRÊNCIA Nº 2/2016-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

CONCORRÊNCIA Nº 2/2016 – PMC

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE CONTRATO

O MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA vem por meio desta, convocar o representante legal da empresa BALBINOT CONSTRUÇÕES EIRELLI EPP, com sede na Rua Marcelino Ramos, 681, bairro Imperial, neste município e inscrita no CNPJ sob nº 13.923.607/0001-95, para

comparecer junto a Diretoria de Compras, situada à Rua Leonel Mosele, 62, 1º andar, Centro, Concórdia –SC, para assinatura do Contrato originado através da licitação em referência.

Como requisito indispensável para a assinatura do Contrato, a Contratada deverá comprovar a prestação de garantia contratual no valor de 5% (cinco inteiros por cento) do valor total do Contrato, devendo optar por uma das seguintes modalidades, conforme prevista no subitem 5.1 “m” e no artigo 56, caput da Lei Federal 8.666/1993:

- a) caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- b) seguro-garantia;
- c) fiança bancária.

O não comparecimento dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar desta publicação, conforme previsto no Item 15.6 do edital acarretará na aplicação das penas prevista no item 18 do Edital.

Concórdia, SC, 23 de junho de 2016.

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 51/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 51/2016

A Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação, torna público que ratificou o ato da Senhora Noeli Woloszyn, Diretora de Ação Social, que declarou Dispensável a Licitação, nos termos do inciso II, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, homologada em 22 de junho de 2016, referente à Aquisição de almoços para os idosos participantes dos Jogos de Integração dos Idosos promovido pela AMAUC no dia 25 de junho de 2016, no município de Ipira, com recursos próprios, a favor da empresa: NATIANE CRISTINE DIESEL ROSA ME, no valor total de R\$ 1.215,00 (um mil, duzentos e quinze reais).

NEUSA APARECIDA DAHMER

Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

EXTRATO DO CONTRATO Nº 178/2016-PMC

Contrato Nº : 178/2016

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : BALBINOT CONSTRUÇÕES EIRELLI EPP

Licitação : Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 2/2016

Objeto : Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada global (material e mão de obra), para execução de uma edificação para abrigar o Centro Municipal de Educação Infantil para atender ao Bairro Petrópolis e região, com recursos oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e recursos próprios, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto.

Vigência : Início: 23/06/2016 Término: 22/12/2017

Assinatura : 23/06/2016

Valor R\$: 1.404.114,66 (Um Milhão, Quatrocentos e Quatro Mil, Cento e Quatorze Reais e Sessenta e Seis Centavos)

Dotação : 66 - 06.004.1007.344905198000000.01370004

Dotação : 345 - 06.004.1007.344905198000000.03370004

Dotação : 372 - 06.004.1007.344905198000000.03010000

PAIF BASICA 7ª PARCELAS 2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio – FMAS PBFI/CRAS, no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

Concórdia SC, 24 de junho de 2016.

Neusa Aparecida Dahmer
Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

Correia Pinto**PREFEITURA****EXTRATO DE CONTRATO - ADITIVO DE TEMPO - PROCESSO 30/2011 PMCP**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
EXTRATO DE CONTRATO – ADITIVO DE TEMPO
PROCESSO LICITATÓRIO - Nº 30/2011 PMCP - DOM

Objeto: Fica prorrogado o prazo de vigência descrito na Cláusula Segunda do Contrato Administrativo nº 0485, de 09 de junho de 2011, ficando ampliado o prazo inicialmente estabelecido, mantido o mesmo contratado e respeitadas as condições anteriormente ajustadas, conforme previsão legal.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa ADM SISTEMAS LTDA.

Empresa: ADM Sistemas.
CNPJ: 07.568.886/0001-13
Instrumento: Contrato nº 0469/2016 PMCP

Vigência: 09/06/2016 à 31/12/2016.

Correia Pinto/SC 24 de junho de 2016.
VÂNIO FORSTER
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO 04/2016 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO LICITATÓRIO - Nº 04/2016 FMS - DOM

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ALIMENTAÇÃO ESPECIAL PARA OS GRUPOS EDUCATIVOS DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE.

Vigência: 15/06/2016 à 31/12/2016.
Partes: Município de Correia Pinto/SC e as empresas:

VILMA MORAES DE SOUZA ME
CNPJ: 07.493.633/0001-28
Instrumento: Contrato nº 0474/2016 FMS
Valor total: 51.813,00

PANIFICADORA BALDESSAR LTDA EPP
CNPJ: 79.833.950/0001-57
Instrumento: Contrato nº 0475/2016 FMS
Valor total: 41.775,75

Correia Pinto/SC 15 de junho de 2016.
VÂNIO FORSTER
Prefeito Municipal

Corupá

PREFEITURA

DECRETO Nº 1071/16

DECRETO Nº 1071/16

AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CORUPÁ – CORUPÁ FM, A FAZER USO DO ESPAÇO PÚBLICO NA PRAÇA MUNICIPAL ARTUR MÜLLER.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o artigo 152 e 155 da Lei Complementar Municipal nº 010/2009, de 29 de setembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado o uso do espaço público da Praça Artur Müller, no dia 25 de junho de 2016, das 08 às 13 horas, para a realização de evento de interatividade, tendo como responsável a Associação Rádio Comunitária Corupá – Corupá FM.

Art. 2º - Toda a limpeza (principalmente dos banheiros), segurança, zelo e integridade do patrimônio público, relativamente ao local da realização do evento, fica sob inteira responsabilidade da Associação Rádio Comunitária Corupá – Corupá FM.

Art. 3º - A autorização para uso do espaço público não acarreta em prejuízo a necessidade de observância aos ditames do Código de Posturas e demais Leis, inclusive no tocante a vedação ao consumo de bebidas alcoólicas em espaços públicos e vedação ao embarço a fluidez regular do trânsito.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
23 de junho de 2016.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 08/2016

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 08/2016

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições legais, com fundamento no que lhe faculta a Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009, resolve tornar público:

Ficam convocados os aprovados no concurso público de que trata o Edital de Concurso Público nº 001/2015, conforme os cargos constantes do Anexo I, parte integrante do presente Edital para a realização dos exames médicos pré-admissionais.

Os candidatos convocados por este Edital deverão comparecer na Clínica Henry Ey Ltda. - Humana, sito à Rua Vidal Ramos, nº 222, Bairro Centro, próximo a Escola de Educação Básica Teresa Ramos, nesta cidade, no dia e horário conforme estabelecido no Anexo I, munido do documento oficial de identidade, carteira profissional, carteira de vacinação original e cópia.

O não comparecimento do candidato no dia e horário determinado, importará na sua eliminação do Concurso Público, no qual será tido como desistente.

A avaliação médica terá caráter eliminatório, sendo o candidato considerado apto ou inapto.

Gabinete do Prefeito do Município de Corupá, Estado de Santa Catarina, aos 23 dias do mês de maio de 2016.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

ANEXO I

CONVOCAÇÃO POR ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Ordem	Nome	Data	Horário
8º	Denis Roger Gonçalves Ribeiro	29/06/2016	09:10

CARGO: AUXILIAR DE SETOR

Ordem	Nome	Data	Horário
25º	Juana da Cruz Signoreli Marquardt	29/06/2016	09:20
26º	Ana Lucia David de Lima	29/06/2016	09:30
27º	Eliane Pereira	29/06/2016	09:40
28º	Adriane kister Vetterlein	29/06/2016	09:50

CARGO: MERENDEIRA

Ordem	Nome	Data	Horário
6º	Silvana da Rosa	29/06/2016	10:00
7º	Rizolete Caetano da Silva	29/06/2016	10:20

CARGO: PROFESSOR II – ARTES

Ordem	Nome	Data	Horário
3º	Fabiola Aparecida Jansen	29/06/2016	10:30
4º	Mara Regiane Barbosa dos Santos Luiz	29/06/2016	10:40

PORTARIA Nº 3737/16.

PORTARIA Nº 3737/16.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO ESPECIAL DO PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO DE EDIFICAÇÕES – PRE NO MUNICÍPIO DE CORUPÁ.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66 e na Lei Municipal nº 014/09.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os servidores, PETTER ALEXANDER KINTZEL, ÉDERSON CLEITON MAHS e MAURI EDGAR PADILHA DE LIMA, como membros, para compor a Comissão Especial do Programa de Regularização de Edificações – PRE, no município de Corupá, conforme Lei Complementar nº 032/11

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Corupá, 01 de abril de 2016.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 165/14

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Tomada de Preço nº 004/15

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 165/14 MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

A empresa ROCHA EMPREENDIMENTOS LTDA estabelecida na cidade de Canoinhas, estado de Santa Catarina, na Rodovia BR-280, 4517, Bairro Boa Vista, CEP 89460-000.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA VIABILIZAR A EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, DE CONSTRUÇÃO DE POSTO DE SAÚDE, SITO À RUA DR. NEREU RAMOS – BAIRRO CENTRO (COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS), ABRANGENDO UMA ÁREA TOTAL DE 561,70M2, NO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA DE QUANTITATIVOS E DEMAIS ANEXOS QUE FAZEM PARTE INTEGRANTE DESTES PROCESSOS, A OBRA SERÁ REALIZADA COM RECURSOS PROVENIENTE DO FUNDAM, PAC2 E RECURSOS PRÓPRIOS

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO ACRÉSCIMO

Conforme disposto na Cláusula Quarta do Contrato firmado, realiza-se ACRÉSCIMO ao valor total do presente contrato, no valor de R\$ 47.273,58 (Quarenta e sete mil duzentos e setenta e três reais e cinquenta e oito centavos) em virtude de adequações exigidas pela Vigilância Sanitária do Município de Corupá, referente à necessidade de tornar as paredes da UBS impermeáveis e laváveis, conforme Declaração emitida pela Vigilância Sanitária em 17 de junho de 2016, como também a necessidade de reconstrução do muro de uma das divisas danificadas na demolição do prédio antigo, ficando o valor final do contrato em R\$ 672.777,11 (Seiscentos e setenta e dois mil setecentos e setenta e sete reais e onze centavos).

Data da Assinatura: 20/06/2016

Data da Vigência: 19/12/2016

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Curitibanos

PREFEITURA

CONTRATO Nº 233/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
EXTRATO CONTRATUAL

CONTRATO Nº 233/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CONTRATADA: CONSTRURIO EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA LTDA – EPP

VALOR: R\$ 945.607,31 (NOVECIENTOS E QUARENTA E CINCO MIL E SEISCENTOS E SETE REAIS E TRINTA E UM CENTAVOS)

VIGÊNCIA: INÍCIO: 24/06/2016 TÉRMINO: 24/12/2016

LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇO P/ OBRAS E SERV. ENGENHARIA Nº 111/2016

DOTAÇÃO: 1.029.4.4.90.00.00.00.00.00 (94), 1.029.4.4.90.00.00.00.00.00 (114), 1.029.4.4.90.00.00.00.00.00 (126)

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE PAVILHÃO DE EVENTOS LOCALIZADO NO PARQUE POUSO DO TROPEIRO, BAIRRO ÁGUA SANTA EM CURITIBANOS - SC, COM ÁREA TOTAL DE 2.095,94². CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETOS EM ANEXO.

CURITIBANOS, 24 DE JUNHO DE 2016.

CONTRATO Nº 234/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
EXTRATO CONTRATUAL

CONTRATO Nº 234/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CONTRATADA: FOCUS SERVIÇOS EIRELI – EPP

VALOR: R\$ 837.483,40 (OITOCENTOS E TRINTA E SETE MIL E QUATROCENTOS E OITENTA E TRÊS REAIS E QUARENTA CENTAVOS)

VIGÊNCIA: INÍCIO: 24/06/2016 TÉRMINO: 24/11/2016

LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇO P/ OBRAS E SERV. ENGENHARIA Nº 121/2016

DOTAÇÃO: 1.016.4.4.90.00.00.00.00.00 (69), 1.016.4.4.90.00.00.00.00.00 (115),

OBJETO: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA - CONCRETO BETUMINOSO A QUENTE (CBUQ) DA RUA CAPITÃO POTIGUARA, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA - CONCRETO BETUMINOSO A QUENTE (CBUQ) DA RUA POSSIDÔNIO P. DE CAMARGO, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 818933/2015 E 824660/2015, FIRMADO ENTRE O MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA E A PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, CONFORME DESCRIÇÃO DETALHADA NO MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

CURITIBANOS, 24 DE JUNHO DE 2016.

DECRETO Nº 4.765/2016

DECRETO Nº 4.765/2016

FIXA VALOR DA TARIFA DO TRANSPORTE COLETIVO

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos :

DECRETA

Art. 1º. Fica fixado em R\$ 2,90 (dois reais e noventa centavos) o valor da tarifa do transporte Coletivo Urbano de passageiros do Município de Curitibanos, conforme decisão proferida no requerimento n. 3733/2016 e da Comissão designada pela Portaria n. 704/2016.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 24 de junho de 2016.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos vinte e quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis, na secretaria e no mural da Prefeitura Municipal.

Amaury Silva

Secretário Municipal de Administração e Finanças

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS NR . 70/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS CNPJ: 83.754.044/0001-34 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 111/2016 - TP Processo Administrativo: 111/2016 Processo de Licitação: 111/2016 Data do Processo: 30/05/2016
Folha: 1/2	

OBJETO DA LICITAÇÃO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE PAVILHÃO DE EVENTOS LOCALIZADO NO PARQUE POUSO DO TROPEIRO, BAIRRO ÁGUA SANTA EM CURITIBANOS - SC, COM ÁREA TOTAL DE 2.095,94². CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETOS EM ANEXO.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 70/2016 (Sequência: 4)

Ao(s) 24 de Junho de 2016, às 09:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 1415/2014, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 111/2016, Licitação nº 111/2016 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: A EMPRESA ESTRUTURAR CONSTRUÇÃO CIVIL FOI DESCLASSIFICADA POR NÃO APRESENTAR CRONOGRAMA DA OBRA CONFORME EXIGÊNCIA DO ITEM 7.3 DO EDITAL, E POR NÃO APRESENTAR VALOR TOTAL "SEPARADO" DE MATERIAL E MÃO DE OBRA CONFORME EXIGÊNCIA DO ITEM 7.2 DO EDITAL. AS DEMAIS EMPRESAS HABILITADAS APRESENTARAM PROPOSTAS EM CONFORMIDADE COM O EDITAL. SENDO CONSIDERADAS CLASSIFICADAS, CONFORME VALORES QUE SEGUE: CONSTRUTORA EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA EPP R\$ 945.607,31; METAL BRASIL CONSTRUÇÕES LTDA - ME R\$ 968.313,42; DALVEMAR ENGENHARIA LTDA - EPP R\$ 984.840,00; SERRA SUL R\$ 984.840,00; SERRA SUL ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA EPP R\$ 998.983,27; KURTZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - EPP R\$ 1.024.086,26; FORPLAN ENGENHARIA LTDA - EPP R\$ 1.049.097,50; COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES E EMPREITEIRA DE OBRAS GARCIA LTDA R\$ 1.071.830,74. SENDO ASSIM, CONSIDERADA VENCEDORA DO CERTAME A EMPRESA CONSTRUTORA EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA - EPP. AS EMPRESAS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES E EMPREITEIRA DE OBRAS GARCIA LTDA E CONSTRUTORA EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA - EPP MANIFESTARAM QUE RENUNCIAM RECURSO QUANTO A DECISÃO DA CPL, FICA ASSIM APRAZADO 5 (CINCO) DIAS ÚTEIS PARA MANIFESTAR RECURSO QUANTO À DECISÃO DA CPL.

Participante: 335960 - CONSTRUTORA EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA - EPP

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	CONSTRUÇÃO DE PAVILHÃO DE EVENTOS LOCALIZADO NO PARQUE POUSO DO TROPEIRO, BAIRRO ÁGUA SANTA EM CURITIBANOS - SC, COM ÁREA TOTAL DE 2.095,94². CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETOS EM ANEXO.	%	100,00		0,0000	9.456,0731	945.607,31

Total do Participante -----> 945.607,31

Total Geral -----> 945.607,31

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Curitiba, 24 de Junho de 2016

COMISSÃO:

DIEGO SEBEM WORDELL - - Presidente da Comissão de Licitação

CRISTINA MELO MENEGOTTO - - SECRETÁRIA

TALITA DAIANE SCHWINDEN CORRÊA - - 1º MEMBRO

MÁRCIA DOMINSKI PENTEADO - - 2º MEMBRO

DANIELE CRISTINA POZZO DA SILVA - - 3º MEMBRO

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS****CNPJ:** 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860
C.E.P: 89520-000 - Curitiba - SC**TOMADA DE PREÇO
Nr.: 111/2016 - TP****Processo Administrativo:** 111/2016
Processo de Licitação: 111/2016
Data do Processo: 30/05/2016

Folha: 2/2

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

DAVID ALENCAR DA SILVA - - Representante

VALDECI GARCIA - - Representante

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS NR . 71/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS	TOMADA DE PREÇO Nr.: 121/2016 - TP
CNPJ: 83.754.044/0001-34 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC	Processo Administrativo: 121/2016 Processo de Licitação: 121/2016 Data do Processo: 06/06/2016
	Folha: 1/1

OBJETO DA LICITAÇÃO:

PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA - CONCRETO BETUMINOSO A QUENTE (CBUQ) DA RUA CAPITÃO POTIGUARA, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA - CONCRETO BETUMINOSO A QUENTE (CBUQ) DA RUA POSSIDÔNIO P. DE CAMARGO, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 818933/2015 E 824660/2015, FIRMADO ENTRE O MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA E A PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, CONFORME DESCRIÇÃO DETALHADA NO MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 71/2016 (Sequência: 4)

Ao(s) 24 de Junho de 2016, às 14:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 1415/2014, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 121/2016, Licitação nº 121/2016 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: A EMPRESA VIGA PAVIMENTAÇÕES E OBRAS LTDA APRESENTOU PROPOSTA COM VALOR GLOBAL SUPERIOR AO MÁXIMO ESTIPULADO EM EDITAL, SENDO ASSIM CONSIDERADA DESCLASSIFICADA. AS DEMAIS EMPRESAS HABILITADAS APRESENTARAM PROPOSTAS EM CONFORMIDADE COM O EDITAL, SENDO CONSIDERADAS CLASSIFICADAS, SEGUE VALOR GLOBAL DAS PROPOSTAS: VIGA PAVIMENTAÇÕES E OBRAS LTDA R\$ 890.906,12; LZK CONSTRUTORA LTDA R\$ 873.076,54; FOCUS SERVIÇOS EIRELI - ME R\$ 847.263,52; SETEP CONSTRUÇÕES S.A. R\$ 837.512,74; CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA R\$ 843.374,04; SENDO ASSIM ENCAMINHADO PARA PARECER TÉCNICO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO. FICA ABERTO PRAZO PARA RECURSO CONFORME LEI 8.666/93. AS EMPRESAS CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA E LZK CONSTRUTORA LTDA INFORMARAM QUE RENUNCIAM RECURSO. FICA APRAZADO 24 (VINTE E QUATRO) HORAS PARA A EMPRESA FOCUS SERVIÇOS EIRELI - ME MANIFESTAR INTERESSE E APRESENTAR NOVA PROPOSTA, CONFORME LC 123/2016.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Curitiba, 24 de Junho de 2016

COMISSÃO:

DIEGO SEBEM WORDELL	- - Presidente da Comissão de Licitação
CRISTINA MELO MENEGOTTO	- - SECRETÁRIA
TALITA DAIANE SCHWINDEN CORRÊA	- - 1º MEMBRO
MÁRCIA DOMINSKI PENTEADO	- - 2º MEMBRO
DANIELE CRISTINA POZZO DA SILVA	- - 3º MEMBRO

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

MARCIO JULIANO SUCHARA DO NASCIMENTO	- - Representante
MARCOS CRISTOFOLINI	- - Representante

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS NR . 72/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS	TOMADA DE PREÇO Nr.: 121/2016 - TP
CNPJ: 83.754.044/0001-34 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC	Processo Administrativo: 121/2016 Processo de Licitação: 121/2016 Data do Processo: 06/06/2016
	Folha: 1/1

OBJETO DA LICITAÇÃO:

PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA - CONCRETO BETUMINOSO A QUENTE (CBUQ) DA RUA CAPITÃO POTIGUARA, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA - CONCRETO BETUMINOSO A QUENTE (CBUQ) DA RUA POSSIDÔNIO P. DE CAMARGO, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 818933/2015 E 824660/2015, FIRMADO ENTRE O MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA E A PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, CONFORME DESCRIÇÃO DETALHADA NO MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 72/2016 (Sequência: 5)

Ao(s) 24 de Junho de 2016, às 17:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 1415/2014, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 121/2016, Licitação nº 121/2016 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: A EMPRESA FOCUS SERVIÇOS EIRELI - ME APRESENTOU NOVA PROPOSTA DENTRO DO APRAZADO, CONFORME ATA SEQUÊNCIA DO JULGAMENTO N. 4, NO VALOR GLOBAL DE R\$ 837.483,40, SENDO R\$ 339.439,39 REFERENTE AO ITEM Nº 01 RUA CAPITÃO POTIGUARA, E R\$ 498.044,01 REFERENTE AO ITEM Nº 02 RUA POSSIDÔNIO PEREIRA DE CAMARGO, SENDO ASSIM, UTILIZANDO O BENEFÍCIO DA LC 123/2006, FICA A EMPRESA FOCUS SERVIÇOS EIRELI - ME CONSIDERADA VENCEDORA DO CERTAME, SENDO ENCAMINHADO PROCESSO PARA PARECER TÉCNICO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO.

Participante: 337361 - FOCUS SERVIÇOS EIRELI ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA CAPITÃO POTIGUARA, CONCRETO BETUMINOSO A QUENTE (CBUQ), EXTENSÃO TOTAL 332,00 M, ÁREA PAVIMENTADA 2635,00 M².	%	100,00		0,0000	3.394,3939	339.439,39
2	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA POSSIDÔNIO P. DE CAMARGO, CONCRETO BETUMINOSO A QUENTE (CBUQ), EXTENSÃO TOTAL 467,85 M, ÁREA PAVIMENTADA 4377,00 M².	%	100,00		0,0000	4.980,4401	498.044,01
Total do Participante —————>							837.483,40
Total Geral —————>							837.483,40

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Curitiba, 24 de Junho de 2016

COMISSÃO:

DIEGO SEBEM WORDELL - - Presidente da Comissão de Licitação

CRISTINA MELO MENEGOTTO - - SECRETÁRIA

TALITA DAIANE SCHWINDEN CORRÊA - - 1º MEMBRO

MÁRCIA DOMINSKI PENTEADO - - 2º MEMBRO

DANIELE CRISTINA POZZO DA SILVA - - 3º MEMBRO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO 111/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS	TOMADA DE PREÇO Nr.: 111/2016 - TP
CNPJ: 83.754.044/0001-34 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC	Processo Administrativo: 111/2016 Processo de Licitação: 111/2016 Data do Processo: 30/05/2016
	Folha: 1/1

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, JOSÉ ANTÔNIO GUIDI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 111/2016
b) Licitação Nr.: 111/2016-TP
c) Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
d) Data Homologação: 24/06/2016
e) Data da Adjudicação: 24/06/2016 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE PAVILHÃO DE EVENTOS LOCALIZADO NO PARQUE POUSO DO TROPEIRO, BAIRRO ÁGUA SANTA EM CURITIBANOS - SC, COM ÁREA TOTAL DE 2.095,94². CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETOS EM ANEXO.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	Qtde de Itens	Média Descto (%)	(em Reais R\$) Total dos Itens
- 335960 - CONSTRURIO EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA LTDA -	1 1	0,0000	945.607,31 945.607,31

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.029.4.4.90.00.00.00.00 (94), 1.029.4.4.90.00.00.00.00 (114), 1.029.4.4.90.00.00.00.00 (126)

Curitiba, 24 de Junho de 2016.

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO 121/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS	TOMADA DE PREÇO Nr.: 121/2016 - TP
CNPJ: 83.754.044/0001-34 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC	Processo Administrativo: 121/2016 Processo de Licitação: 121/2016 Data do Processo: 06/06/2016
	Folha: 1/1

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, JOSÉ ANTÔNIO GUIDI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 121/2016
b) Licitação Nr.: 121/2016-TP
c) Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
d) Data Homologação: 24/06/2016
e) Data da Adjudicação: 24/06/2016 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA - CONCRETO BETUMINOSO A QUENTE (CBUQ) DA RUA CAPITÃO POTIGUARA, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA - CONCRETO BETUMINOSO A QUENTE (CBUQ) DA RUA POSSIDÔNIO P. DE CAMARGO, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 818933/2015 E 824660/2015, FIRMADO ENTRE O MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA E A PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, CONFORME DESCRIÇÃO DETALHADA NO MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	Qtde de Itens	Média Descto (%)	(em Reais R\$) Total dos Itens
- 337361 - FOCUS SERVIÇOS EIRELI ME	2	0,0000	837.483,40
	2		837.483,40

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.016.4.4.90.00.00.00.00 (69), 1.016.4.4.90.00.00.00.00 (115)

Curitiba, 24 de Junho de 2016.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO 111/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS	TOMADA DE PREÇO Nr.: 111/2016 - TP
CNPJ: 83.754.044/0001-34 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC	Processo Administrativo: 111/2016 Processo de Licitação: 111/2016 Data do Processo: 30/05/2016
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, JOSÉ ANTÔNIO GUIDI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 111/2016
b) Licitação Nr.: 111/2016-TP
c) Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
d) Data Homologação: 24/06/2016
e) Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE PAVILHÃO DE EVENTOS LOCALIZADO NO PARQUE POUSO DO TROPEIRO, BAIRRO ÁGUA SANTA EM CURITIBANOS - SC, COM ÁREA TOTAL DE 2.095,94². CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETOS EM ANEXO.

			(em Reais R\$)
f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto. (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 335960 - CONSTRUIR EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA LTDA -	<u>1</u>	0,0000	945.607,31
	1		945.607,31

Curitiba, 24 de Junho de 2016.

JOSÉ ANTÔNIO GUIDI
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO 121/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS	TOMADA DE PREÇO Nr.: 121/2016 - TP
CNPJ: 83.754.044/0001-34 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC	Processo Administrativo: 121/2016 Processo de Licitação: 121/2016 Data do Processo: 06/06/2016
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, JOSÉ ANTÔNIO GUIDI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 121/2016
b) Licitação Nr.: 121/2016-TP
c) Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
d) Data Homologação: 24/06/2016
e) Objeto da Licitação: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA - CONCRETO BETUMINOSO A QUENTE (CBUQ) DA RUA CAPITÃO POTIGUARA, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA - CONCRETO BETUMINOSO A QUENTE (CBUQ) DA RUA POSSIDÔNIO P. DE CAMARGO, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 818933/2015 E 824660/2015, FIRMADO ENTRE O MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA E A PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, CONFORME DESCRIÇÃO DETALHADA NO MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

			(em Reais R\$)
f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto. (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 337361 - FOCUS SERVIÇOS EIRELI ME	<u>2</u>	0,0000	837.483,40
	2		837.483,40

Curitiba, 24 de Junho de 2016.

JOSÉ ANTÔNIO GUIDI
PREFEITO MUNICIPAL

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÕES 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Processo Licitatório 077/2016 Pregão 077/2016 PMDC, Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de imunização de insetos, desratização e limpeza de cisternas para a Secretaria de Educação. Vencedor: Claiton Eberhardt Valor R\$ 8.614,80. Vigência: 23/06/16 à 31/12/2016.

Dionísio Cerqueira -- 24/06/2016.

Altair Rittes – Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Processo Licitatório 079/2016 Tomada de Preço 079/2016 PMDC, Objeto: Prestação de serviços com o fornecimento de materiais para pavimentação com pedras poliédricas, meio fio e drenagem pluvial nas ruas 01,02,03,04,05 e Prefeito Adelino Mangini.. Vencedor: VSL Empreiteira de Mão de Obra Ltda Valor R\$ 271.427,03 Vigência: 24/06/16 à 31/12/2016.

Dionísio Cerqueira -- 24/06/2016.

Altair Rittes – Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Processo Licitatório 090/2016 Tomada de Preço 090/2016 PMDC, Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de pavimentação asfaltamento em CBUQ, drenagem pluvial e sinalização viária nas ruas Visconde de Taunay, Saldanha da Gama e Navalho Dossena em Dionísio Cerqueira. Vencedores: Pavimar Construtora de Obra Ltda - Valor R\$ 230.713,44 - Rosinho O. Ferreira –Eirelli –ME - Valor R\$ 14.317,87 Vigência: 24/06/16 à 31/12/2016. Dionísio Cerqueira -- 24/06/2016.

Altair Rittes – Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Processo Licitatório 091/2016 Tomada de Preço 091/2016 PMDC - Objeto: Contratação de empresa para pavimentação com pedras poliédrica, meio fio e drenagem pluvial e calçadas na ruas Leoberto Leal, Santos Dumont, Saldanha da Gama e Fiorelo Verona. Vencedores: VSL Empreiteira de Mão de Obra Ltda Valor R\$ 172.908,61 - Rosinho O. Ferreira – Eirelli –ME - Valor R\$ 98.336,20 Vigência: 24/06/16 à 31/12/2016.

Dionísio Cerqueira -- 24/06/2016.

Altair Rittes – Prefeito Municipal.

CONTRATOS 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

CONTRATO: 076/2016.

Contratante: Prefeitura Municipal Dionísio Cerqueira

Contratado: Claiton Eberhardt -MEI.

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de imunização de insetos, desratização e limpeza de cisternas para a Secretaria de Educação.. Origem: : Processo Licitatório 077/2016 – Pregão 077/2016 PMDC Valor R\$ 8.614,80. - Vigência: 23/06/16 à 31/12/2016. Dionísio Cerqueira -- 23/06/2016.

Altair Rittes – Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

CONTRATO: 077/2016.

Contratante: Prefeitura Municipal Dionísio Cerqueira

Contratado: VSL Empreiteira de Mão de Obra Ltda.

Objeto: Prestação de serviços com o fornecimento de materiais para pavimentação com pedras poliédricas, meio fio e drenagem pluvial nas ruas 01,02,03,04,05 e Prefeito Adelino Mangini... Origem: : Processo Licitatório 079/2016 Tomada de Preço 079/2016 PMDC, Valor R\$ 271.427,03. - Vigência: 24/06/16 à 31/12/2016.

Dionísio Cerqueira -- 24/06/2016.

Altair Rittes – Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

CONTRATO: 078/2016.

Contratante: Prefeitura Municipal Dionísio Cerqueira

Contratado: Pavimar Construtora de Obra Ltda.

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de pavimentação asfaltamento em CBUQ, drenagem pluvial e sinalização viária nas ruas Visconde de Taunay, Saldanha da Gama e Navalho Dossena em Dionísio Cerqueira Origem: : Processo Licitatório 090/2016 Tomada de Preço 090/2016 PMDC, Valor R\$ 230.713,44 Vigência: 24/06/16 à 31/12/2016.

Dionísio Cerqueira -- 24/06/2016.

Altair Rittes – Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

CONTRATO: 079/2016.

Contratante: Prefeitura Municipal Dionísio Cerqueira

Contratado: Rosinho O. Ferreira –Eirelli -ME

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de Execução de calçada em Paver na rua Navalho Dossena em Dionísio Cerqueira Origem: : Processo Licitatório 090/2016 Tomada de Preço 090/2016 PMDC, Valor R\$ 14.317,87 Vigência: 24/06/16 à 31/12/2016. Dionísio Cerqueira -- 24/06/2016.

Altair Rittes – Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

CONTRATO: 080/2016.

Contratante: Prefeitura Municipal Dionísio Cerqueira

Contratado: VSL Empreiteira de Mão de Obra Ltda

Objeto: Contratação de empresa para pavimentação com pedras poliédrica, meio fio e drenagem pluvial e calçadas na Ruas Leoberto Leal, Santos Dumont, Saldanha da Gama e Fiorelo Verona.Origem: : Processo Licitatório: 091/2016 Tomada de Preço: nº 091/2016. PMDC, Valor R\$ 172.908,61 Vigência: 24/06/16 à 31/12/2016.

Dionísio Cerqueira -- 24/06/2016.

Altair Rittes – Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

CONTRATO: 081/2016.

Contratante: Prefeitura Municipal Dionísio Cerqueira

Contratado: Rosinho O. Ferreira – Eirelli –ME.

Objeto: Contratação de empresa para pavimentação com pedras poliédrica, meio fio e drenagem pluvial e calçadas na ruas Leoberto Leal, Santos Dumont, Saldanha da Gama e Fiorelo Verona. Origem:

Processo Licitatório nº 091/2016 Tomada de Preço 091/2016 PMDC,
Valor R\$ 98.336,20 - Vigência: 24/06/16 à 31/12/2016.
Dionísio Cerqueira -- 24/06/2016.
Altair Rittes – Prefeito Municipal.

Doutor Pedrinho

PREFEITURA

DECISÃO SOBRE IMPUGNAÇÃO - LICITAÇÃO P.P. Nº 22/2016

LICITAÇÃO Nº 22/2016 – PREGÃO PRESENCIAL

Assunto: IMPUGNAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

Interessados: MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A e PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Vistos, etc.

Reunidos a Pregoeira e os membros da Equipe de Apoio, sob convocação especial para análise dos pedidos de impugnação do Instrumento Convocatório apresentados pelas Interessadas acima identificadas, passou-se a seguinte deliberação:

I – DA LICITAÇÃO:

a) Objeto: CONTRATAÇÃO DE SEGURO PARA VEICULOS DA FROTA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE DOUTOR PEDRINHO/SC (UNIDADES ADMINISTRATIVAS E FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE), conforme Anexo I do Edital.

b) Dados:

- Recebimento dos envelopes de proposta e habilitação: Data: 24/06/2016 (09:00hs);
- Prazo limite para impugnação ao edital: Até 03 (três) dias úteis antes da abertura das propostas;
- Sessão Pública de abertura dos envelopes: Data: 24/06/2016 (09:30hs).

II - DO RELATÓRIO:

2.1 - Trata-se de IMPUGNAÇÕES AO ATO CONVOCATÓRIO sob o pálio do § 2º do art. 41 da Lei nº 8.666/93, as quais foram recebidas nesta municipalidade com data de 03/06/2016 e 06/06/2016, ou seja, na observância do prazo legalmente estabelecido, merecendo seu CONHECIMENTO diante de sua TEMPESTIVIDADE.

2.2 - Todavia, primando-se pelo regular trâmite do processo em epígrafe a Pregoeira e Equipe de Apoio solicitaram previamente a manifestação da Assessoria Jurídica da municipalidade, cujo parecer repousa nos autos.

2.3 – Além disso, registra-se que antes da análise do mérito destas impugnações, a Administração promoveu alteração no Edital de Licitação, conforme publicação levada a efeito em 10/06/2015 na página 555 da edição nº 2013 do DOM/SC, e no site da municipalidade (www.doutorpedrinho.sc.gov.br).

2.4 – Relativamente ao conteúdo das impugnações, tem-se que, em síntese, tanto a Companhia MAPFRE quanto a Companhia PORTO SEGURO alegam basicamente que o Edital apresenta restrição a competitividade ao estabelecer cobertura securitária de vidros sem cobrança de franquia para os sub-itens 1, 2, 6, 9-11, 13, 16-18, 28 e 29, bem como que a Administração deveria possibilitar a separação de parte do objeto em lote próprio para cobertura de responsabilidade civil aos itens 4, 5, 9 e 15, ampliando a concorrência no certame para escolha da proposta mais vantajosa.

2.5 - Arrematam, solicitando a revisão e modificação do Instrumento Convocatório, com posterior reabertura dos prazos do Edital.

III - DO MÉRITO:

3.1 - Sabe-se que o Instrumento Convocatório está primando pela CONTRATAÇÃO DE SEGURO PARA VEICULOS DA FROTA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE DOUTOR PEDRINHO/SC (UNIDADES ADMINISTRATIVAS E FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE), donde inicialmente tanto o Edital quanto seu Anexo I exigia que uma mesma Companhia atendesse integralmente as coberturas securitárias previstas, conforme consta das impugnações.

3.2 – Contudo, a própria Administração mudou tal cenário ao promover alterações no edital, prevendo a existência de franquia para cobertura securitária de vidros nos sub-itens contidos no número 1 do Inciso II do Anexo I do Edital, bem como ao prever a possibilidade de divisão do objeto em dois produtos diferentes, entre dois licitantes associados, com atendimento integral das coberturas securitárias exigidas.

3.3 – Neste contexto, as impugnações perdem parcialmente seu objeto, visto que as novas condições são providas de razoabilidade e visam assegurar efetivamente a garantia de contratação de prestador(es) de serviço capacitado(s) para atendimento das necessidades da municipalidade. Ademais, a escolha de determinados critérios de cobertura securitária necessários ao atendimento de eventuais sinistros nos veículos relacionados, encontra fundamento no poder discricionário, que confere ao administrador certa esfera de liberdade, a ser preenchida mediante juízo de oportunidade e conveniência.

3.4 – Portanto, afastadas as exigências taxadas como incomuns ao mercado com a alteração promovida no Edital, cabe à administração exercer juízo discricionário para gabaritar as exigências a serem estabelecidas no instrumento convocatório, de acordo com o interesse público ex lege.

3.5 – Com efeito, é imperativo que a Administração zele pelas suas contratações, a fim de que estas atendam integralmente a necessidade pública que fundamenta a abertura do certame e os princípios jurídicos basilares.

3.6 – In casu, as alterações promovidas no Edital alteram o cenário avaliado pelas Impugnantes, sendo que agora as exigências não afastam a competitividade do certame, mesmo mantendo o julgamento pelo menor preço global. Com efeito, os atuais critérios adotados não restringem o caráter competitivo da licitação, tampouco afrontam o princípio da isonomia e/ou legalidade da licitação, pois foram fixados requisitos razoáveis e necessários à execução contratual, pertinentes e compatíveis com o objeto licitado e com a legislação de regência, ou seja, o instrumento convocatório viabiliza a segurança da contratação e, ao mesmo tempo, a possibilidade de concorrência entre diversos prestadores de serviço, de acordo com a legislação.

3.7 - Torna-se claro que, pelos critérios de conveniência e oportunidade, que regem os atos administrativos, sempre visando ao melhor atendimento do interesse público, não se mostra conveniente proceder novas alterações no Edital.

3.8 – Do mesmo modo, o parecer jurídico anexo, exarado pelo profissional que aprovou o Instrumento Convocatório e sua posterior alteração, analisou o conteúdo das impugnações, entendendo que houve perda significativa do seu objeto, de forma que orienta pelo

conhecimento e desprovimento destas, levando-nos a concluir que as novas exigências existentes são razoáveis e que o município está cumprindo a legislação.

IV - DA RECOMENDAÇÃO:

4.1 - Ante o exposto, a Pregoeira e a Equipe de Apoio, acatando orientação contida no Parecer Jurídico juntado aos autos, observando a uniformidade procedimental e o Bem Comum, considerando os Princípios da Legalidade, da Isonomia do Julgamento Objetivo e da Finalidade: DECIDEM Ad Cautelam, RECOMENDAR O CONHECIMENTO DAS IMPUGNAÇÕES ora interpostas pelas empresas MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A e PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, frente a sua tempestividade, opinando no mérito NEGAR PROVIMENTO ÀS IMPUGNAÇÕES AO ATO CONVOCATÓRIO DA LICITAÇÃO Nº 22/2016 – PREGÃO PRESENCIAL, pela perda parcial de objeto e pelas demais razões acima expostas.

4.2 - Para os fins e efeitos legais, determinam o imediato encaminhamento dos autos para Autoridade Superior para que profira sua decisão e deliberam pela manutenção da data prevista para recebimento dos envelopes de proposta e habilitação e da sessão de abertura dos envelopes para LICITAÇÃO Nº 22/2016 – PREGÃO PRESENCIAL, qual seja o dia 24 de junho de 2016, às 09:00 e 09:30 horas, respectivamente. Ressalte-se que a decisão da Autoridade Superior deve ser encaminhada imediatamente via e-mail para as impugnantes, sendo publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC e ficando disponível no setor de Licitação, conforme endereço constante no Instrumento Convocatório.

Doutor Pedrinho - SC, em 21 de Junho de 2016.

Tassina Ouriques Becker	-----
Pregoeira	Equipe de Apoio

V – DO JULGAMENTO DAS IMPUGNAÇÕES:

5.1 – Considerando-se a perda parcial do objeto das impugnações, as justificativas e os argumentos de fato e de direito acima elencados, bem como a plausibilidade das atuais exigências editalícias, ACATAMOS o PARECER JURÍDICO e a MANIFESTAÇÃO da Pregoeira e Equipe de Apoio em relação às Impugnações ao Instrumento Convocatório da Licitação nº 22/2016 – Pregão Presencial, conhecendo-se das mesmas em face de sua tempestividade, e, no mérito, negando-lhes provimento, considerando-se a perda parcial do objeto e a improcedência dos argumentos remanescentes, bem como determinando-se o prosseguimento da licitação com as alterações promovidas.

P.R.I.

Doutor Pedrinho - SC, em 22 de Junho de 2016.
HARTWIG PERSUHN
Prefeito Municipal.

PARECER SOBRE IMPUGNAÇÃO - LICITAÇÃO P.P. Nº 22/2016

LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL nº 22/2016

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SEGURO PARA VEICULOS DA FROTA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE DOUTOR PEDRINHO/SC (UNIDADES ADMINISTRATIVAS E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE).

Análise de impugnações ao Instrumento Convocatório:

PARECER JURÍDICO

DO RELATÓRIO:

Em 23/05/2016, o Município de Doutor Pedrinho lançou licitação na modalidade de Pregão Presencial sob nº 22/2016, com previsão de abertura dos envelopes de propostas na data de 20/06/2016, e objeto assim definido:

CONTRATAÇÃO DE SEGURO PARA VEICULOS DA FROTA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE DOUTOR PEDRINHO/SC (UNIDADES ADMINISTRATIVAS E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE), conforme Anexo I do Edital.

Em 02/06/2016 promoveu correção no Edital, retificando o número informado como do CNPJ do Fundo Municipal de Saúde para Licitação nº 22/2016.

Divulgado o edital no site da municipalidade, as empresas MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A e PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS apresentaram IMPUGNAÇÕES AO ATO CONVOCATÓRIO, as quais foram recebidas nesta municipalidade com data de 03/06/2016 e 06/06/2016.

Referidas impugnações, em síntese, combatem o Edital sob o argumento que o mesmo apresenta restrições a competitividade ao estabelecer cobertura securitária de vidros sem cobrança de franquia para os sub-itens 1, 2, 6, 9-11, 13, 16-18, 28 e 29, bem como que a Administração deveria possibilitar a separação de parte do objeto em lote próprio para cobertura de responsabilidade civil aos itens 4, 5, 9 e 15, ampliando a concorrência no certame para escolha da proposta mais vantajosa.

No entanto, a publicação do extrato do edital no Diário Oficial dos Municípios ocorreu apenas em 06/06/2016 (DOM/SC – edição nº 2009 – pág. 351), sendo que, posteriormente, a Administração resolveu promover alteração no edital, fixando nova data para abertura da licitação (24/06/2016) e descrevendo novas condições para as coberturas securitárias previstas em alguns sub-itens e para participação no certame, conforme extrato publicado na página 555 da edição nº 2013 do DOM/SC, de 10/06/2016.

Referida alteração contempla mudança nos pontos questionados pelas empresas impugnantes, motivo pelo qual torna-se desnecessário eventual efeito suspensivo para as impugnações, além de fazer com que as mesmas tenham esvaziado seu objeto.

Diante disso, admitindo-se o processamento das impugnações, pois atendido ao disposto no § 2º do art. 41 da Lei nº 8.666/93 e item 4.1 do Edital, esta Assessoria confronta os argumentos de mérito que sustentam os pedidos de impugnação às exigências do Instrumento Convocatório, para orientar a decisão da Autoridade Superior da Administração.

DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS:

O edital foi aprovado pela Assessoria Jurídica da municipalidade, e as exigências combatidas pelas impugnantes não enfrentaram óbice quando desta análise, pois aplicado a técnica da proporcionalidade (razoabilidade) com vistas à sustentabilidade e segurança da prestação de serviço pretendida e ao atendimento do interesse público.

Segundo Marçal Justen Filho:

“Não cabe isolar algum princípio específico e determinado para promover a sua aplicação como critério único de solução jurídica. Promover a concretização de princípios jurídicos é uma atividade de ponderação e de avaliação dos diversos aspectos e interesses envolvidos”. Ademais, “Como ensina Michael Kohl, ‘a proporcionalidade de uma medida é estabelecida pela satisfação de um teste de

três estágios: 1) a medida deve ser apropriada para o atingimento do objetivo (elemento de idoneidade ou adequação); 2) a medida deve ser necessária, no sentido de que nenhuma outra medida disponível será menos restritiva (elemento de necessidade); 3) as restrições produzidas pela medida não devem ser desproporcionadas ao objetivo buscado (elemento de proporcionalidade stricto sensu).”.

Ademais, a Administração se pautou em orçamentos fornecidos por profissionais do mercado, entendendo-se que tais elementos atenderiam integralmente o art. 6º do Código de Defesa do Consumidor, em especial quanto a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços.

Porém, com a divulgação inicial do edital, notou-se questionamentos que traziam informações adicionais sobre o mercado de seguros, motivando um debate maior sobre a necessidade de mudanças nas condições originalmente estabelecidas, exatamente com vistas a adequação dos produtos buscados pela Administração com o que se mostra usual ou comumente praticado pela maioria dos fornecedores.

Neste aspecto, com as alterações promovidas pela Administração, conforme extrato publicado na página 555 da edição nº 2013 do DOM/SC de 10/06/2016, donde foi estabelecido nova data para abertura da licitação (24/06/2016) e alterado a descrição de exigências para as coberturas securitárias previstas em alguns sub-itens (fixando valor de franquia para cobertura de vidros), bem como oportunizado que as licitantes possam apresentar proposta conjunta fracionando o atendimento do objeto em produtos distintos (separando a cobertura de responsabilidade civil das demais coberturas, se for o caso), porém sem alterar o critério de julgamento pelo menor preço global para o objeto.

Assim, a alteração promovida de ofício no Edital e a ausência de qualquer aditamento nas impugnações apresentadas, afastam eventual afronta aos dispositivos invocados pelos interessados e acarretam a perda parcial do objeto das impugnações.

Por outro lado, verifica-se que eventual fracionamento do objeto em lotes distintos não atende ao interesse público, na medida em que possibilita o atendimento parcial do objeto, impede a fixação de limite global para o objeto, mitiga a economia de escala e afasta a possibilidade de escolha da proposta efetivamente mais vantajosa para Administração.

Com efeito, nota-se que nos Municípios onde houve tal fracionamento aumentou a despesa final com a contratação, além de não se verificar efetiva concorrência no certame (cada licitante apresentou proposta apenas para o lote de sua preferência).

Portanto, é natural e recomendável que a municipalidade busque a racionalidade e economicidade, bem como a segurança na prestação de serviço pretendida, pois relevante, do ponto de vista operacional e fiscal, para manutenção e melhoria dos serviços públicos colocados à disposição da comunidade.

Inclusive, é pertinente ressaltar que a opção de julgamento/contratação/execução com base no preço global está expressamente ressaltada na legislação de regência (Lei nº 8.666/93), como segue:

Art. 8º - A execução das obras e dos serviços deve programar-se, sempre, em sua totalidade, previstos seus custos atual e final e considerados os prazos de sua execução.

.....

Art. 10. As obras e serviços poderão ser executados nas seguintes formas:

.....

II - execução indireta, nos seguintes regimes:

a) empreitada por preço global;

.....

Art. 45. O julgamento das propostas será objetivo, devendo a Comissão de licitação ou o responsável pelo convite realizá-lo em conformidade com os tipos de licitação, os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle.

§ 1º Para os efeitos deste artigo, constituem tipos de licitação, exceto na modalidade concurso:

I - a de menor preço - quando o critério de seleção da proposta mais vantajosa para a Administração determinar que será vencedor o licitante que apresentar a proposta de acordo com as especificações do edital ou convite e ofertar o menor preço;

.....

Art. 47. Nas licitações para a execução de obras e serviços, quando for adotada a modalidade de execução de empreitada por preço global, a Administração deverá fornecer obrigatoriamente, junto com o edital, todos os elementos e informações necessários para que os licitantes possam elaborar suas propostas de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação.

.....

Desta forma, vê-se que as atuais exigências são providas de razoabilidade, pois visam assegurar efetivamente a garantia da contratação, em atendimento as necessidades da municipalidade. Ademais, a escolha de critérios de julgamento das propostas encontra fundamento no poder discricionário, que confere ao administrador certa esfera de liberdade, a ser preenchida mediante juízo de oportunidade e conveniência.

Além disso, entendemos que os critérios ora adotados não restringem o caráter competitivo da licitação, tampouco afrontam o princípio da isonomia e/ou legalidade da licitação, pois foram fixados requisitos razoáveis e necessários à execução contratual, pertinentes e compatíveis com o objeto licitado e com a legislação vigente, ou seja, o Instrumento Convocatório viabiliza a possibilidade de concorrência entre diversos prestadores de serviços, de acordo com a legislação.

Por fim, pelos critérios de conveniência e oportunidade que regem os atos administrativos e buscando preservar a economicidade da contratação, sempre visando ao melhor atendimento do interesse público, entendemos que também não merecem provimento os pedidos formulados nas impugnações manejadas para fracionamento do objeto.

DA CONCLUSÃO:

Ante o exposto, orientamos pelo conhecimento da impugnação, frente a sua tempestividade, porém com seu indeferimento, pela perda parcial de objeto (acarretado pelas alterações promovidas de ofício pela Administração) e diante das razões de fato e de direito delineadas neste parecer, mantendo-se incólume os atuais termos do Instrumento Convocatório.

Este parecer é meramente opinativo, estando sujeito a análise e decisão final da Autoridade competente desta municipalidade.

Doutor Pedrinho - SC, aos 20 de Junho de 2016.

LUIZ CLAUDIO KADES
OAB/SC nº 17692

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

CONTRATO 00722016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 0072/2016

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Faxinal dos Guedes

Contratado: Laboratório de próteses Vital Dente Ltda Me.

Objeto: Registro de preços para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de confecção, conserto e reembasamento de próteses dentárias para o F.M.S..

Valor: R\$ 72.000,00 (setenta mil reais)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0035/2016, na Modalidade Pregão Presencial nº 0015/2016..

Faxinal dos Guedes, SC, em 24 de junho de 2016.

ANGELA CRISTINA TRINDADE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE PÚBLICA

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: FM Pneus Ltda.

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços, de forma parcelada, para recapagem e recauchutagem de pneus.

Valor: R\$ 28.010,00 (vinte e oito mil e dez reais)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0035/2016, na Modalidade Pregão Presencial nº 0023/2016.

Faxinal dos Guedes, SC, em 24 de junho de 2016.

DERLY JOSÉ TAFFAREL

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0095/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Giaretta Pneus Ltda Epp.

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços, de forma parcelada, para recapagem e recauchutagem de pneus.

Valor: R\$ 28.200,00 (vinte e oito mil e duzentos reais)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0035/2016, na Modalidade Pregão Presencial nº 0023/2016.

Faxinal dos Guedes, SC, em 24 de junho de 2016.

DERLY JOSÉ TAFFAREL

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0096/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Recauchutadora de Pneus Neri Ltda Epp.

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços, de forma parcelada, para recapagem e recauchutagem de pneus.

Valor: R\$ 108.200,00 (cento e oito mil e duzentos reais)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0035/2016, na Modalidade Pregão Presencial nº 0023/2016.

Faxinal dos Guedes, SC, em 24 de junho de 2016.

DERLY JOSÉ TAFFAREL

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0097/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Recauchutadora Roda Ltda.

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços, de forma parcelada, para recapagem e recauchutagem de pneus.

Valor: R\$ 62.000,00 (sessenta e dois mil reais)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0035/2016, na Modalidade Pregão Presencial nº 0023/2016.

Faxinal dos Guedes, SC, em 24 de junho de 2016.

DERLY JOSÉ TAFFAREL

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

CONTRATOS DIVERSOS_1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0092/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Borilli Pneus Ltda.

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços, de forma parcelada, para recapagem e recauchutagem de pneus.

Valor: R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0035/2016, na Modalidade Pregão Presencial nº 0023/2016.

Faxinal dos Guedes, SC, em 24 de junho de 2016.

DERLY JOSÉ TAFFAREL

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0093/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: F. Vachileski & Cia Ltda.

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços, de forma parcelada, para recapagem e recauchutagem de pneus.

Valor: R\$ 20.040,00 (vinte mil e quarenta reais)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0035/2016, na Modalidade Pregão Presencial nº 0023/2016.

Faxinal dos Guedes, SC, em 24 de junho de 2016.

DERLY JOSÉ TAFFAREL

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0094/2016

EDITAL 00372016

Estado de Santa Catarina

Município de Faxinal dos Guedes

AVISO DE LICITAÇÃO**REGISTRO DE PREÇOS**

Modalidade: Pregão Presencial nº: 0025/2016

Processo licitatório nº: 0037/2016

Objeto: Registro de preços para aquisição de forma parcelada de material esportivo destinados a secretaria de educação.

Data do Recebimento: 07/07/2016 as 09h00 min.

Data da abertura: 07/07/2016 às 09h15 min.

Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a

Sexta feira em horário comercial no depto de Compras e

Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida

Rio Grande do Sul, 458 – Centro – fone (49) 3436 – 4300.

Amparo legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações.

Faxinal dos Guedes, SC, em 24 de junho de 2016

ODYMAR OLIVO BOMBASSARO

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Forquilha

PREFEITURA

DECRETO Nº 118, DE 25 DE MAIO DE 2016. (REPUBLICADO)

DECRETO Nº 118, DE 25 DE MAIO DE 2016.

INSTAURA SINDICÂNCIA E CONSTITUI COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 51 da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, de conformidade com a Lei Municipal nº 487, de 02 de dezembro de 1998,

CONSIDERANDO o recebimento de denuncia que a servidora Cleusa Espindola Ramos, matrícula nº 4507, ocupante do cargo de Auxiliar de Educação, teria ofendido fisicamente uma criança e, verbalmente, uma Coordenadora de Ensino;

CONSIDERANDO os atos da servidora, tem tese, afrontam os deveres dos servidores públicos, conforme dispõe o art. 88 da Lei n. 487/98, como as de: I - exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo; III - observância das normas legais e regulamentares; IV - cumprimento às ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; V - atender com presteza: a) ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo; IX - manter conduta compatível com a moralidade administrativa; XI - tratar com urbanidade as pessoas, que de acordo com art. 97 da Lei n. 487/98 ensejam a aplicação da pena de demissão: V - incontinência pública e conduta escandalosa; VI - insubordinação grave em serviço; VII - ofensa física, em serviço, a servidor ou particular, salvo em legítima defesa própria, de outrem ou do patrimônio;

RESOLVE:

Art. 1º É instaurada sindicância para a apuração do fato descrito acima.

Parágrafo único. A Comissão de Sindicância será integrada pelos seguintes membros:

I - MICHELA ANDRADE FERREIRA, servidora pública efetiva, ocupante do cargo de Agente Administrativo, matrícula nº 4761;

II - SILVANA GOULART PADOIN, servidora pública efetiva, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, matrícula nº 2439;

III - IGORVANI LUIZ PEDROSO, servidor público efetiva, ocupante do cargo de Agente Administrativo, matrícula nº 1995.

Art. 2º A Presidência dos trabalhos competirá à servidora indicada no inciso I do artigo anterior, a quem competirá designar a servidora encarregada de secretariar os trabalhos da referida Comissão.

Art. 3º Os membros da Comissão poderão reportar-se aos Órgãos e Entidades da Administração Pública, bem como a seus dirigentes para solicitar providências, informações e diligências necessárias à instrução processual.

Art. 4º A Comissão Especial apresentará relatório conclusivo da apuração, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste Decreto, encaminhando-o ao Chefe do Poder Executivo para as demais providências necessárias.

Art. 5º As funções desempenhadas pelos integrantes da Comissão não são remuneradas, sendo consideradas como serviço relevante prestado ao Município.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 25 de maio de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 25 de maio de 2016.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 127 DE 23 DE JUNHO DE 2016.

DECRETO Nº. 127 DE 23 DE JUNHO DE 2016.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o artigo 13, incisos I e V da Lei Municipal nº 2.140 de 30 de novembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da entidade Prefeitura Municipal de Forquilha, do exercício de 2016, no valor de R\$ 179.441,13 (cento e setenta e nove mil, quatrocentos e quarenta e um reais, treze centavos), distribuídos na seguinte conta:

Órgão 04 – Secretaria de Administração e Finanças

2.010 – Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

259 – 3190.00.03.00 – Aplicações Diretas
.....R\$ 129.441,13

Órgão 05 – Secretaria de Educação

2.013 – Manutenção Centros de Educação Infantil

068 – 3390.00.01.62 – Aplicações Diretas
.....R\$ 35.000,00

073 – 4490.00.01.62 – Aplicações Diretas
.....R\$ 15.000,00

TOTAL
.....R\$ 179.441,13

Art. 2º - Para atender aos créditos de que trata o art. 1º, segue descrição das fontes abaixo:

. na despesa 259 será utilizado como fonte de recursos o superávit financeiro do exercício de 2015, conforme saldo da conta nº 19.905-2 do Banco do Brasil;

. nas despesas 068 e 073 será utilizado como fonte de recursos parte do excesso de arrecadação lançada na rubrica 1.7.2.1.35.99.00.00 – Outras Transferências Diretas do FNDE, referente ao recurso Brasil Carinhoso, creditas na conta nº 27.925-0, no exercício de 2016.

TOTAL
.....R\$ 179.441,13

Art. 3º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da

entidade Fundo Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Forquilha, do exercício de 2016, no valor de R\$ 12.400,00 (doze mil e quatrocentos reais) distribuídos na seguinte conta:

Órgão 17 – Fundo Municipal de Agricultura e Meio Ambiente - Forquilha

2.071 – Aquisição Máquinas, Implementação, Incentivo ao desenvolvimento Agropecuário, Artesanal Agricultura Familiar/Psicultura
024 – 4490.00.02.95 – Aplicações Diretas
.....R\$ 12.400,00

TOTAL
.....R\$ 12.400,00

Art. 4º - Para atender aos créditos de que trata o art. 5º, será utilizado como fonte de recursos o crédito referente ao Convênio nº 2016TR0076, firmado junto ao Estado de Santa Catarina, na conta nº 29.592-2 do Banco do Brasil;

TOTAL
.....R\$ 12.400,00

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 24 de junho de 2016.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 24 de junho de 2016.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 38/2016

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 38/2016

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHA

CONTRADADO – CONSTRUTORA NEUGUI LTDA

OBJETO – contratação de empresa especializada para construção de unidade de atenção especializada em saúde, com área total de 444,73m², na Rua 350, bairro Centro, no Município de Forquilha/SC, conforme contrato 1022315-01/2014 firmado entre Ministério da Saúde e a Prefeitura Municipal de Forquilha, através do Fundo Municipal de Saúde e repasse de recursos por meio da Secretária de Saúde do Estado de Santa Catarina, através do BADESC.

VALOR – R\$ 634.893,83 (seiscentos e trinta e quatro mil oitocentos e noventa e três reais e oitenta e três centavos). (Redação alterada pela errata do contrato publicada em 24/06/2016 no Diário Oficial dos Municípios)

VIGÊNCIA – 450 (quatrocentos e cinquenta) dias corridos (prazo de execução + 90 dias) – 03/06/2017

DOTAÇÃO – 1701.1050.4490 (02) – MINISTÉRIO DA SAÚDE, 1701.1050.4490 (03) - BADESC.

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Tomada de Preço nº. 29/PMF/2015.

DATA DA ASSINATURA – 10 de março de 2016.

(Contrato reemitido em 23 de junho de 2016 para fins de retificação)

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

NOTA DE REVOGAÇÃO Nº. 13/PMF/2016

NOTA DE REVOGAÇÃO Nº. 13/PMF/2016

TOMADA DE PREÇO Nº. 96/PMF/2016

OBJETO: A presente licitação tem por objetivo a pavimentação de acostamento e passeio público da Rodovia Antonio Valmor Canela entre as ruas Olávio Zanette e Ernesto Mezari, Bairro Santa Ana, Município de Forquilha/SC.

MOTIVO: Aberto os trabalhos pelo presidente da comissão de Licitação, o Sr. Valdecir Tiscoski, no dia vinte e três do mês de junho de dois mil e dezesseis, às nove horas, a comissão decidiu por revogar o processo pois a única participante do processo foi inabilitada na fase de documentação, conforme ata 01 da TP 96/PMF/2016.

Forquilha/SC, 23 de junho de 2016.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO CHAMADA PUBLICA 02 - MERENDA ESCOLAR (DOM)

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 0003/2016 - PMF

Objeto: O Município de Fraiburgo(SC), com base Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, torna público que fará o Chamamento Público para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar. Os interessados deverão protocolar os envelopes de HABILITAÇÃO e PROPOSTA DE PREÇOS (projeto de venda), até as 09:00 horas do dia 20.07.2016 junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento/Abertura: até às 09:15 horas junto ao Setor de Compras e Licitação do mesmo dia. Abertura: mesmo dia às 09:15 horas. O Edital completo poderá ser examinado e adquirido através do site www.fraiburgo.sc.gov.br. Outras informações poderão ser obtidas na Secretaria de Educação, através do telefone (49)3256-4257, ou, no Departamento de Compras e Licitações, através do telefone: (49) 3256-3039/3023. Fraiburgo(SC), 24 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

PREFEITO MUNICIPAL

• Francine de Souza Correia;

• Deonilce Maria Passini;

• Anete Antonia Macagna Gonçalves Lins

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 24 DE JUNHO DE 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

DECRETO Nº 163-2016

DECRETO Nº 163, DE 24 DE JUNHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei 2324 de 09 de Dezembro de 2015;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo, crédito adicional suplementar para o exercício de 2016, no valor de R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

02.00 – Gabinete do Prefeito		
02.03 – Cultura		
13.392.0008.2.004 – Manutenção das Atividades Culturais		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso	R\$	6.500,00
0.1.0200 (12)		
TOTAL	R\$	6.500,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

02.00 – Gabinete do Prefeito		
02.03 – Cultura		
13.392.0008.2.004 – Manutenção das Atividades Culturais		
3.3.50.00.00 – Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativo – Recurso 0.1.0200 (11)	R\$	6.500,00
TOTAL	R\$	6.500,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 24 DE JUNHO DE 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

AVISO DA REVOGAÇÃO DO TOMADA DE PREÇO Nº 0002-2016-SF

Aviso de Revogação da Tomada de Preço Nº 0002/2016 – SF

Processo Administrativo Licitatório Nº 0027/2016 – SF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

O Prefeito de Fraiburgo torna público a REVOGAÇÃO do Edital em epígrafe, cujo objeto era visando a contratação de empresa do ramo, para execução dos serviços de implantação de redes de coleta de esgoto sanitário nos bairros Liberata e Macieira, no Município de Fraiburgo/SC, em razão de erro de cálculo no sistema libre office, nas planilhas de pré cotação e considerando a grande disparidade nas propostas de preço, estando tais motivos devidamente fundamentadas na Decisão constante do referido Processo, com fundamento no art. 49 “caput” da Lei Federal 8.666/93 e nos termos da Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal, sendo aberto prazo de 05 dias para apresentação de recurso. Fraiburgo(SC), 23 de junho de 2016

Ivo Biazolo – Prefeito

DECRETO Nº 162-2016

DECRETO Nº 162, DE 24 DE JUNHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO DA 1ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DAS CIDADES.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art.1º. Fica nomeada a Comissão organizadora da 1ª Conferência Municipal das Cidades, composta pelos seguintes membros:

• Maria Sirlene Bonaldo;

• André Luiz de Oliveira;

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1510/2016

PORTARIA Nº 1510, DE 24 DE JUNHO DE 2016.

Revoga Portaria 1474/2016.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores; e em conformidade com o ofício nº 050/2016 da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a portaria nº 1474 de 20 de junho de 2016, que prorrogou o contrato de ADEMIR ALEXANDRE KUHN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 043.927.559-83, contratado em caráter temporário na função de AGENTE OPERACIONAL, com carga horária de 40 horas semanais, lotado na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI, a partir de 01 de julho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1511/2016

PORTARIA Nº 1511, DE 24 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre o afastamento por Aposentadoria por Tempo de Contribuição

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais:

Considerando o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, no qual se compromete a não permitir que servidores aposentados, em decorrência do exercício de cargos públicos permaneçam trabalhando, salvo quando aprovados em novo concurso público e optarem por vencimentos do cargo atual, renunciando desta forma aos proventos da aposentadoria; e considerando, a decisão exarada no Processo Administrativo n.º 3499, de 30 de maio de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º Afastar em 30 de junho de 2016, o servidor JOSÉ MARIA GONÇALVES, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 477.713.489-04, nomeado no cargo de provimento efetivo de OPERADOR DE MÁQUINAS, com carga horária de 40 horas semanais, por Aposentadoria por Tempo de Contribuição, com data de início fixada em 01 de setembro de 2015, Benefício nº 1684759088.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1512/2016

PORTARIA Nº 1512, DE 24 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0024 de 08 de outubro de 2015 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de NÁDIA PATRÍCIA MELO LEMOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 026.739.209-51, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2016 até 23 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1513/2016

PORTARIA Nº 1513, DE 24 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0024 de 08 de outubro de 2015 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JANAINA GOMES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 091.784.529-37, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2016 até 23 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1514/2016

PORTARIA Nº 1514, DE 24 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação nº 1050/2016 da Secretaria de

Educação, Cultura e Esporte;

Considerando que está substituindo por 20 horas semanais a professora efetiva SIMONE PILON DELFES CONSTANTINO que assumiu a turma da professora VÂNIA APARECIDA FAGHERAZZI KAEFER que encontra-se em Auxílio-doença;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de IVANIR BENKE FANTINEL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 753.557.449-15, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 25 de junho de 2016 até 01 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1515/2016

PORTARIA N.º 1515, DE 24 DE JUNHO DE 2016.

Nomeia Servidor Público Municipal como responsável pela realização de despesas no regime de adiantamento.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Municipal n. 2073/2010 e com a Instrução Normativa n. TC 14/2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, especialmente o contido no artigo 4º;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, CRISTIANE MEISTER BURDA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 737.641.169-00, nomeada no cargo de provimento em comissão de CHEFE DE SETOR, como responsável pela realização de despesas no regime de adiantamento do Departamento de Cultura, a partir de 27 de junho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Frei Rogério

PREFEITURA

RESUMO CONTRATO 074/2016

CONTRATO Nº 074/2016

RESUMO PARA PUBLICAÇÃO

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO – SC TORNA PÚBLICO AOS INTERESSADOS QUE A PROPONENTE VENCEDORA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2016 NA MODALIDADE DE PREGÃO PRECENSIAL Nº 01/2016, DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE FREI ROGÉRIO, CUJO OBJETIVO É A AQUISIÇÃO DE UM REFRIGERADOR VERTICAL, PRADÃO ANVISA, PARA SER UTILIZADA NA CONSERVAÇÃO DE VACINAS, IMONUBIOLÓGICOS, REAGENTES E TERMOLÁBEIS DA UNIDADE CENTRAL DE SAÚDE, EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES DESCRITAS E DISCRIMINADAS NO ANEXO I DESTE INSTRUMENTO E DE ACORDO AINDA COM OS RESULTADOS APURADOS NO EDITAL DE PREGÃO nº 01/2016 – PROCESSO LICITATÓRIO nº 02/2016, AS QUAIS INDEPENDENTEMENTE DE TRANSCRIÇÃO, FICAM FAZENDO PARTE INTEGRANTE E INSEPARÁVEL DESTE INSTRUMENTO COMO SE AQUI TRANSCRITOS ESTIVESSEM, FOI A PROPONENTE INDREL INDÚSTRIA DE REFRIGERACAO LONDRINENSE LTDA, COM A QUAL FOI CELEBRADO O SEGUINTE CONTRATO:

CONTRATO N º 0074/2016

VALOR DO CONTRATO É DE R\$ 24.000,00 (VINTE E QUATRO MIL REAIS).

PRAZO MAXIMO PARA ENTREGA 60 DIAS,

INFORMAÇÕES E CONTRATO NA INTEGRA PODERÃO SER OBTIDOS NO SETOR DE COMPRAS DA PREFEITURA MUNICIPAL PELO FONE (49) 3257-0000 E OU E-MAIL, compras@freirogerio.sc.gov.br, E OU licitacao@freirogerio.sc.gov.br
FREI ROGÉRIO - SC, 25 DE JUNHO DE 2016

OSNY BATISTA ALBERTON
PREFEITO MUNICIPAL

Galvão

PREFEITURA

DECRETOS 2016 - 071 A 107

DECRETO Nº 071/2016

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE PROFESSOR TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Artigo nº 103, da Lei Municipal nº 520/2005 de 22/11/2005;

Considerando o resultado final do Edital de Processo Seletivo Público nº 001/2016, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o prazo de contratação da servidora Clari Bettiato, ocupante do cargo temporário de professor, contratada através do Decreto Municipal nº 036/2016, com término de seu contrato inicialmente previsto para o dia 06/05/2016, prorrogado para término no dia 20 de dezembro de 2016.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 05 de maio de 2016.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 072/2016

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE PROFESSOR TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Artigo nº 103, da Lei Municipal nº 520/2005 de 22/11/2005;

Considerando o resultado final do Edital de Processo Seletivo Público nº 001/2016, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o prazo de contratação da servidora Eliane Tramontin Sávio Garbin, ocupante do cargo temporário de professor, contratada através do Decreto Municipal nº 041/2016, com término de seu contrato inicialmente previsto para o dia 06/05/2016, prorrogado para término no dia 20 de dezembro de 2016.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 05 de maio de 2016.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 073/2016

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE PROFESSOR TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Artigo nº 103, da Lei Municipal nº 520/2005 de 22/11/2005;

Considerando o resultado final do Edital de Processo Seletivo Público nº 001/2016, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o prazo de contratação da servidora Lidimara Cunico Cenci, ocupante do cargo temporário de professor, contratada através do Decreto Municipal nº 035/2016, com término de seu contrato inicialmente previsto para o dia 06/05/2016, prorrogado para término no dia 20 de dezembro de 2016.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 05 de maio de 2016.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 074/2016
DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE PROFESSOR TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Artigo nº 103, da Lei Municipal nº 520/2005 de 22/11/2005;

Considerando o resultado final do Edital de Processo Seletivo Público nº 001/2016, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o prazo de contratação da servidora Munique Gallina, ocupante do cargo temporário de professor, contratada através do Decreto Municipal nº 038/2016, com término de seu contrato inicialmente previsto para o dia 06/05/2016, prorrogado para término no dia 14 de maio de 2016.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 05 de maio de 2016.
Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 075/2016
DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE PROFESSOR TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Artigo nº 103, da Lei Municipal nº 520/2005 de 22/11/2005;

Considerando o resultado final do Edital de Processo Seletivo Público nº 001/2016, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o prazo de contratação da servidora Renara Loureiro, ocupante do cargo temporário de professor, contratada através do Decreto Municipal nº 037/2016, com término de seu contrato inicialmente previsto para o dia 06/05/2016, prorrogado para término no dia 20 de dezembro de 2016.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 05 de maio de 2016.
Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 076/2016
DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE PROFESSOR TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Artigo nº 103, da Lei Municipal nº 520/2005 de 22/11/2005;

Considerando o resultado final do Edital de Processo Seletivo Público nº 001/2016, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o prazo de contratação da servidora Simone Lidia Bebbber, ocupante do cargo temporário de professor, contratada através do Decreto Municipal nº 034/2016, com término de seu contrato inicialmente previsto para o dia 06/05/2016, prorrogado para término no dia 20 de dezembro de 2016.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 05 de maio de 2016.
Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 077/2016

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais nº 516/2005, 520/2005 e 721/2012;

Considerando o resultado final do Edital de Processo Seletivo Público nº 001/2016, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica a senhora Maria Aparecida Parisotto, contratada por tempo determinado para ocupar o cargo de Professor, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, habilitação Licenciatura, com atuação na área de ensino fundamental, junto a Escola Municipal de Ensino Fundamental "Arnaldo Francisco dos Santos", com início no dia 09 de maio de 2016 e término em 20 de dezembro de 2016.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 09 de maio de 2016.

Neri Pederssetti

Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco

Secretário de Administração

DECRETO Nº 078/2016

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais nº 516/2005, 520/2005 e 721/2012;

Considerando o resultado final do Edital de Processo Seletivo Público nº 001/2016, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica a senhora Cleonice Gonçalves Frith, contratada por tempo determinado para ocupar o cargo de Professor, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, habilitação magistério, com atuação na área de ensino infantil, junto ao Centro Municipal de Educação Infantil, com início no dia 09 de maio de 2016 e término em 20 de dezembro de 2016.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 09 de maio de 2016.

Neri Pederssetti

Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco

Secretário de Administração

DECRETO Nº 079/2016

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais nº 516/2005, 520/2005 e 721/2012;

Considerando o resultado final do Edital de Processo Seletivo Público nº 001/2016, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica a senhora Fernanda da Rocha, contratada por tempo determinado para ocupar o cargo de Professor, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, habilitação magistério, com atuação na área de ensino infantil, junto ao Centro Municipal de Educação Infantil, com início no dia 09 de maio de 2016 e término em 20 de dezembro de 2016.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 09 de maio de 2016.

Neri Pederssetti

Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco

Secretário de Administração

DECRETO Nº 080/2016

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais nº 516/2005, 520/2005 e 721/2012;

Considerando o resultado final do Edital de Processo Seletivo Público nº 001/2016, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o senhor Fabrício Artur Cuchi, contratado por tempo determinado para ocupar o cargo de Professor, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, habilitação magistério, com atuação na área de ensino fundamental, junto a Escola Municipal de Ensino Fundamental "Arnaldo Francisco dos Santos", com início no dia 09 de maio de 2016 e término em 20 de dezembro de 2016.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 09 de maio de 2016.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 081/2016

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais nº 516/2005, 520/2005 e 721/2012;

Considerando o resultado final do Edital de Processo Seletivo Público nº 001/2016, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica a senhora Paula Caroline de Campos, contratada por tempo determinado para ocupar o cargo de Professor, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, habilitação magistério, com atuação na área de ensino fundamental, junto a Escola Municipal de Ensino Fundamental "Arnaldo Francisco dos Santos", com início no dia 09 de maio de 2016 e término em 20 de dezembro de 2016.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 09 de maio de 2016.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 082/2016

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais nº 516/2005, 520/2005 e 721/2012;

Considerando o resultado final do Edital de Processo Seletivo Público nº 001/2016, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica a senhora Rubieli Aparecida Garbin, contratada por tempo determinado para ocupar o cargo de Professor, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, habilitação licenciatura, com atuação na área de ensino fundamental, junto a Escola Municipal de Ensino Fundamental "Arnaldo Francisco dos Santos", com início no dia 10 de maio de 2016 e término em 20 de dezembro de 2016.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 09 de maio de 2016.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 083/2016

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais nº 516/2005, 520/2005 e 721/2012;

Considerando o resultado final do Edital de Processo Seletivo Público nº 001/2016, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica a senhora Letícia Maria Piassoli, contratada por tempo determinado para ocupar o cargo de Professor, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, habilitação magistério, com atuação na área de ensino fundamental, junto a Escola Municipal de Ensino Fundamental "Arnaldo Francisco dos Santos", com início no dia 10 de maio de 2016 e término em 20 de dezembro de 2016.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 09 de maio de 2016.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 084/2016

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais nº 516/2005, 520/2005 e 721/2012;

Considerando o resultado final do Edital de Processo Seletivo Público nº 001/2016, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o senhor Henrique Cabral de Goes, contratado por tempo determinado para ocupar o cargo de Professor, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, habilitação licenciatura, com atuação na área de ensino infantil, junto ao Centro Municipal de Educação Infantil, com início no dia 10 de maio de 2016 e término em 20 de dezembro de 2016.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 09 de maio de 2016.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 085/2016

DECRETA PONTO FACULTATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município;

Considerando o Feriado de Corpus Christi no dia 26 de maio de 2016 (quinta-feira), resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais e Municipalizadas no dia 27 de maio de 2016 (sexta-feira).

Parágrafo Único. Fica determinado que durante a realização do presente ponto, a Secretaria Municipal de Saúde deverá realizar escala de plantões entre os funcionários para o atendimento de eventuais emergências, sendo que para estes servidores não se aplicará o presente ponto facultativo.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 10 de maio de 2016.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 086/2016

ALTERA POR TEMPO DETERMINADO A CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 721/2012 e Lei Municipal nº 520/2005, resolve e,

CONSIDERANDO: Requerimento da servidora pública solicitando redução da Carga Horária de Trabalho, de acordo com a Lei Municipal nº 520/2005, artigo 195, parágrafo 2º, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterada por tempo determinado a carga horária da servidora Lorimar Terezinha Zonta, ocupante do cargo efetivo de professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, junto ao Centro Municipal de Educação Infantil, reduzindo sua carga horária para 20 (vinte) horas semanais, com efeitos a partir do dia 11 de maio de 2016 e término em 31 de janeiro de 2017.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 10 de maio de 2016.

Neri Pederssatti
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 087/2016

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssatti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais nº 516/2005, 520/2005 e 721/2012;

Considerando o resultado final do Edital de Processo Seletivo Público nº 001/2016, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica a senhora Marcia Bordignon, contratada por tempo determinado para ocupar o cargo de Professor, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, habilitação licenciatura, com atuação na área de ensino fundamental, junto a Escola Municipal de Ensino Fundamental "Arnaldo Francisco dos Santos", com início no dia 16 de maio de 2016 e término em 20 de dezembro de 2016.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 10 de maio de 2016.

Neri Pederssatti
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 088/2016

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL TÉCNICO OCUPANTE DO CARGO DE DENTISTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssatti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Letra "a", da Alínea VI, do Artigo 2º, da Lei Municipal nº 516/2005 e suas alterações;

Considerando a licença prêmio concedida através do Decreto nº 070/2016 de 04/05/2016, para o servidor Jean Peterson Spricigo, ocupante do cargo de odontólogo, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizada a contratação nos termos da Lei acima mencionada, através do setor de licitações, de um profissional ocupante do cargo de odontólogo, no período compreendido entre 09 de maio de 2016 até 08 de agosto de 2016, sendo essa com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 10 de maio de 2016.

Neri Pederssatti
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 089/2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NÃO ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssatti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70 da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 834/2015, de 09/11/2015, resolve e,

Art. 1º. Fica aberto no orçamento do exercício de 2016 do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, junto ao Fundo Municipal da Saúde, crédito decorrente de Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), na seguinte programação:

05.01 FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE			
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição	
10.301.1001	2.053	Manut Programa do SUS - Estado	
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
339000000000	Aplicações Diretas	01.1063-00	100.000,00

Art. 2º. Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de Excesso de Arrecadação da receita 417229900000000, Fonte de Recursos 01.1063, conforme convênio nº 2016TR797 Processo nº SDR03-728/2016 – ER03696161, no valor de 100.000,00 (Cem mil reais),

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 13 de maio de 2016.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sergio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 090/2016

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE PROFESSOR TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Artigo nº 103, da Lei Municipal nº 520/2005 de 22/11/2005;

Considerando o resultado final do Edital de Processo Seletivo Público nº 001/2016, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o prazo de contratação da servidora Munique Gallina, ocupante do cargo temporário de professor, contratada através do Decreto Municipal nº 038/2016, com término de seu contrato inicialmente previsto para o dia 06/05/2016 e posteriormente alterado para 14/05/2016, prorrogado para término no dia 20 de maio de 2016, devendo seu pagamento no mês de maio de 2016, ser calculado conforme segue: 30 horas semanais no período de 01 até 10/05/2016 e 20 horas semanais no período de 11 até 20/05/2016.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 13 de maio de 2016.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sergio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 091/2016

ALTERA A CARGA HORÁRIA DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 721/2012 e Lei Municipal nº 520/2005, resolve e,

Considerando o resultado final do Edital de Processo Seletivo Público nº 001/2016, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterada a carga horária da servidora Fernanda da Rocha e a carga horária do servidor Henrique Cabral de Goes, passando ambas para 30 (trinta) horas semanais, desde o início de seus contratos até o dia 20 de dezembro de 2016.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 13 de maio de 2016.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sergio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 092/2016

ALTERA A CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 721/2012 e Lei Municipal nº 520/2005, resolve e,

Considerando o resultado final do Edital de Processo Seletivo Público nº 001/2016;

Considerando que a senhora Marcia Bordignon, foi contratada por 10 (dez) horas semanais, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterada a carga horária da servidora Lidimara Cunico Cenci, passando sua contratação para 20 (vinte) horas semanais, desde o dia 16 de maio de 2016 até o dia 20 de dezembro de 2016.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 13 de maio de 2016.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sergio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 093/2016

ALTERA A CARGA HORÁRIA POR TEMPO DETERMINADO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 721/2012 e Lei Municipal nº 520/2005, resolve e,

Considerando que a servidora Luciana Raquel Didoné solicitou redução em sua carga até então alterada, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterada a carga horária da servidora Luciana Raquel Didoné, ocupante do cargo de professor, retornando a mesma para 20 (vinte) horas semanais, com efeitos a partir do mês de maio de 2016.

Art. 2º. Fica ainda, alterada a carga horária da servidora Genoeva Lurdes Maculan, ocupante do cargo de professor, passando a mesma para 30 (trinta) horas semanais, com efeitos a partir do mês de maio de 2016 até o dia 20 de dezembro de 2016.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 13 de maio de 2016.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sergio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 094/2016

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NÃO ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL, NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70 da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 834/2015 de 09/11/2015, resolve e,

Art. 1º. Fica aberto no orçamento do exercício de 2016 do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, junto ao Fundo Municipal de Assistência Social, crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 26.728,51 (vinte e seis mil, setecentos e vinte e oito reais e cinquenta e um centavos), na seguinte programação:

11.01 – Fundo Municipal de Assistência Social

08.244.0801 - 2.050 – 3390000000 – 03.0035 – Aplicações Diretas R\$ 1.506,34

08.244.0801 - 2.051 – 3390000000 – 03.0035 – Aplicações Diretas R\$ 2.377,27

08.244.0801 - 2.023 – 3390000000 – 03.0000 – Aplicações Diretas R\$ 1.623,67

08.244.0801 - 2.051 – 3390000000 – 03.0035 – Aplicações Diretas R\$ 3.221,23

08.244.0801 - 2.051 – 4490000000 – 03.0035 – Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

08.244.0801 - 2.050 – 4490000000 – 03.0035 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 2º. Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro do exercício 2015, no valor de R\$ 26.728,51, sendo na Fonte de Recursos 03.0000 no valor de R\$ 1.623,67 e na Fonte de Recursos 03.0035 no valor de R\$ 25.104,84.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 25 de maio de 2016.

Neri Pederssatti
Prefeito Municipal

Sergio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 095/2016

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE, DESEMPENHO E EFICIÊNCIA - PROPORCIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssatti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Artigo nº 103, da Lei Municipal nº 520/2005 de 22/11/2005;

Considerando o pedido formulado pela servidora, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedido licença prêmio por assiduidade, desempenho e eficiência - proporcional, a servidora Soeli Cordeiro Soares, ocupante do cargo de professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com início no dia 30 de maio de 2016 e término previsto para o dia 29 de junho de 2016, sendo de 30 dias de licença equivalendo a 60 dias por ser de 40 horas semanais, relativo ao período aquisitivo compreendido entre 17/11/2008 até 16/11/2013.

Parágrafo Único. Fica ainda, estipulado que para encerramento do respectivo período aquisitivo, resta a ser usufruída a quantia de 30 (trinta) dias de licença, se essa for de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 30 de maio de 2016.

Neri Pederssatti
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 096/2016

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE, DESEMPENHO E EFICIÊNCIA – PROPORCIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssatti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Artigo nº 103, da Lei Municipal nº 520/2005 de 22/11/2005;

Considerando o pedido formulado pela servidora, resolve e,

Art. 1º. Fica concedido licença prêmio por assiduidade, desempenho e eficiência – proporcional, a servidora Janice de Fátima Miglioretto de Marchi, ocupante do cargo de auxiliar administrativo, atualmente lotada na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 6,5 meses, com início no dia 03 de junho de 2016 e término previsto para o dia 17 de dezembro de 2016, sendo 01 (um) dia por semana de licença, na sexta-feira, equivalente a 30 (trinta) dias corridos, referente o período aquisitivo compreendido entre 10/08/2007 até 09/08/2012.

Parágrafo Único. Fica ainda, estipulado que para encerramento do respectivo período aquisitivo, resta a ser usufruída a quantia de 60 (sessenta) dias de licença.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 30 de maio de 2016.

Neri Pederssatti
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 097/2016

DISPÕE SOBRE O VALOR DA TAXA DE COLETA DE LIXO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssatti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Artigo 244, Parágrafo 1º, da Lei Municipal nº 525/2005 de 19/12/2005;

Considerando o acumulado do INPC, calculado entre os meses de Maio/2015 até Abril/2016 (9,831%), resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o valor da taxa de coleta, transporte e destino final do lixo do Município de Galvão-SC, relativa ao exercício 2016, fixada em R\$ 101,87 (cento e um reais e oitenta e sete centavos).

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 01 de junho de 2016

Neri Pederssetti

Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco

Secretário de Administração

DECRETO Nº 098/2016

CONCEDE LICENÇA AUXILIO MATERNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 520/2005, resolve e;

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedido licença auxílio maternidade, para a servidora Vanessa Linhares, ocupante do emprego público de agente comunitário de saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 120 dias, com efeitos a partir do dia 08 de junho de 2016 e término previsto para o dia 05 de outubro de 2016.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 08 de junho de 2016.

Neri Pederssetti

Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco

Secretário de Administração

DECRETO Nº 099/2016

CONCEDE EXONERAÇÃO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município;

Considerando o pedido formulado pelo servidor, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedido exoneração ao servidor Arlindo Motta, ocupante do cargo de provimento efetivo de Vigia, nomeado através do Decreto Municipal nº 079/2008 de 30/04/2008, atualmente lotado na Secretaria Municipal de Saúde, com efeitos a partir do dia 10 de junho de 2016.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 10 de junho de 2016.

Neri Pederssetti

Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco

Secretário de Administração

DECRETO Nº 100/2016

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TECNOLÓGICO E SUSTENTÁVEL DO MUNICÍPIO DE GALVÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 768/2013 de 06/02/2014, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados para comporem o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, Tecnológico e Sustentável do Município de Galvão, conforme segue:

I – REPRESENTANTES DE ENTIDADES GOVERNAMENTAIS

- Titular – Gilberto Natalino Baggio
Suplente – Zeli Pacheco

- Titular – Sérgio Pacheco
Suplente – Rozecler Capelli

- Titular – Eliane Schultz
Suplente – Edvandro Luiz Piovesana

- Titular – João Valmir Maciel
Suplente – Edijane Borella de Almeida

- Titular – Claudete Fernandes Rodrigues
Suplente – João Valdemir Patinho

II – REPRESENTANTES DE ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS

- Representantes - ACIG
Titular – Cleber Junior Lanzarin
Suplente – André Berté

Titular – Claristeu Carlos Turmina
Suplente – Marcos Vinicius Panassolo

- Representantes Sindicato Rural
Titular – Idir Canci
Suplente – Mario Foppa

- Representante SINTRAF-Sindicato dos trabalhadores na Agricultura Familiar
Titular – Valdecir Francisco Baldissera
Suplente – Genésio Angelo Busanello

- Representantes do Poder Legislativo Municipal
Titular – Leocemar da Cruz
Suplente – Eder Francisco Padilha

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 16 de junho de 2016.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco
Secretário de Administração

**DECRETO Nº 101/2016
CONCEDE EXONERAÇÃO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município;

Considerando o pedido formulado pelo servidor, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedido exoneração ao servidor Valdecir de Oliveira, ocupante do cargo de provimento efetivo de auxiliar de serviços gerais, regime jurídico estatutário, nomeado através do Decreto Municipal nº 038/2015 de 13/02/2015, atualmente lotado na Secretaria Municipal de Infra Estrutura, com efeitos a partir do dia 20 de junho de 2016.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 20 de junho de 2016.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 102/2016
EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o senhor Josemar da Silva, ocupante do cargo em comissão de assistente, nomeado através do Decreto nº 135/2013 de 14/05/2013, atualmente lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cultura e Esportes, exonerado de seu cargo junto ao Município de Galvão-SC, com efeitos a partir do dia 30 de junho de 2016.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 20 de junho de 2016.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 103/2016
NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais nº 520/2005 e 519/2005;

Considerando o resultado final do Edital de Concurso Público nº 001/2014, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o senhor Josemar da Silva, nomeado para ocupar o cargo de provimento efetivo de auxiliar de serviços gerais, regime jurídico estatutário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, junto ao Município de Galvão-SC, com efeitos a partir do dia 01 de julho de 2016.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 20 de junho de 2016.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 104/2016
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NÃO ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL, NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70 da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 834/2015 de 09/11/2015, resolve e,

Art. 1º. Fica aberto no orçamento do exercício de 2016 do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, junto a Secretaria Municipal de Infra Estrutura, crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), na seguinte programação:

07.01 – Secretaria Municipal de Infra Estrutura
26.782.2601 – 2.043 – 3390000000 – 01.1064 – Ap. Diretas R\$ 200.000,00

Art. 2º. Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação do convênio nº 2016TR1385 – Processo SDR 03850/2016 – ER 03812161, firmado entre o Estado de Santa Catarina - ADR São Lourenço do Oeste e o Município de Galvão, sendo no valor de R\$ 200.000,00.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 20 de junho de 2016.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 105/2016

NOMEIA PREGOEIRO MUNICIPAL, COMPONENTES DA EQUIPE DE APOIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 798/2014 de 22/09/2014, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica a servidora Sandra Maria Turmina, ocupante do cargo de agente de gestão pública, nomeada Pregoeiro Oficial deste município, no decorrer do exercício 2016.

Art. 2º. Fica ainda, nomeada a equipe de apoio para atuar nas licitações a serem realizadas na modalidade Pregão, sendo conforme segue:

Membro: Leonídio Levinski;

Membro: Zeli Pacheco;

Suplente: Juliane Baldissera Pilatti;

Suplente: Alessandra Paula Q Bernardo.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 01 de julho de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 20 de junho de 2016.

Neri Pederssetti

Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco

Secretário de Administração

DECRETO Nº 106/2016**NOMEIA LEILOEIRO MUNICIPAL, COMPONENTES DA EQUIPE DE APOIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 798/2014 de 22/09/2014, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica a servidora Sandra Maria Turmina, ocupante do cargo de agente de gestão pública, nomeada Leiloeiro Oficial deste município, no decorrer do exercício 2016.

Art. 2º. Fica ainda, nomeada a equipe de apoio para atuar nas licitações a serem realizadas na modalidade Leilão, sendo conforme segue:

Membro: Leonídio Levinski;

Membro: Zeli Pacheco;

Suplente: Juliane Baldissera Pilatti;

Suplente: Alessandra Paula Q Bernardo.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 01 de julho de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 20 de junho de 2016.

Neri Pederssetti

Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco

Secretário de Administração

DECRETO Nº 107/2016**NOMEIA COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 798/2014 de 22/09/2014, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados para compor a Comissão Municipal de Licitações do Município de Galvão-SC, no decorrer do exercício 2016, os servidores conforme segue:

SERVIDOR	CARGO/FUNÇÃO
Sandra Maria Turmina	Presidente
Leonídio Levinski	Secretário
Zeli Pacheco	Membro
Juliane Baldissera Pilatti	Suplente
Alessandra Paula Querino Bernardo	Suplente

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 01 de julho de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 20 de junho de 2016.

Neri Pederssetti

Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco

Secretário de Administração

Garopaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 124/2016

DECRETO N.º 124, DE 24 DE JUNHO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 47.611,20 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.937 de 02/12/2015 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 47.611,20 (quarenta e sete mil, seiscentos e onze reais e vinte centavos), no Orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	47.611,20
10301252.076 - Manutenção da Média e Alta Complexidade	47.611,20
3.3.90.0.2.14.001067 - Aplicações Diretas	47.611,20

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 47.611,20 (quarenta e sete mil, seiscentos e onze reais e vinte centavos), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 24 de junho de 2016.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 27/06/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

Gaspar

PREFEITURA

AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

AUTORIZO e DETERMINO a instauração de processo administrativo nos termos do art. 175 da Constituição Federal, art. 38 da Lei 8.666/93, Lei Municipal nº 3685/2016 e demais normas pertinentes, para realização de processo licitatório objetivando a "PERMISSÃO E EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS, DENOMINADO SERVIÇO DE TAXI, NO MUNICÍPIO DE GASPAR E DELIBERAÇÕES INICIAIS".

Deverá ser formada uma Comissão multidisciplinar de servidores para instruírem o presente processo administrativo, realizando os estudos e produzindo os documentos necessários à formalização do processo licitatório.

A Comissão multidisciplinar terá a seguinte composição:

- no mínimo 1 membro da Secretaria de Administração e Gestão;
- no mínimo 1 membro da Secretaria de Planejamento, Meio Ambiente e Defesa Civil;
- no mínimo 1 membro da Procuradoria Geral do Município.

Os trabalhos da Comissão interdisciplinar deverão ser acompanhados pela Superintendência de Controle Interno do Município.

Ficam os respectivos responsáveis intimados a indicar os membros da comissão, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis a contar do recebimento da notificação.

Gaspar/SC, 14 de junho de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

AUTORIZO e DETERMINO a instauração de processo administrativo nos termos do art. 175 da Constituição Federal, art. 38 da Lei 8.666/93, Lei Municipal nº 3685/2016 e demais normas pertinentes, para realização de estudos de viabilidade e planejamento de processo licitatório objetivando a "CONCESSÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO NO MUNICÍPIO DE GASPAR".

Deverá ser formada uma Comissão multidisciplinar de servidores para instruírem o presente processo administrativo, realizando os estudos e produzindo os documentos necessários à formalização do processo licitatório.

A Comissão multidisciplinar terá a seguinte composição:

- no mínimo 1 membro da Secretaria de Administração e Gestão;
- no mínimo 1 membro da Secretaria de Planejamento, Meio Ambiente e Defesa Civil;
- no mínimo 1 membro da Procuradoria Geral do Município.

Os trabalhos da Comissão interdisciplinar deverão ser acompanhados pela Superintendência de Controle Interno do Município.

Ficam os respectivos responsáveis intimados a indicar os membros da comissão, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis a contar do recebimento da notificação.

Gaspar/SC, 13 de junho de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

DECRETO Nº 7.042, DE 23 DE JUNHO DE 2016

DECRETO Nº 7.042, DE 23 DE JUNHO DE 2016.

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DE CANDIDATA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Gaspar,

DECRETA:

Art. 1º Torna sem efeito a nomeação da candidata habilitada em Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2014, para o cargo abaixo descrito, em virtude de não ter apresentado os documentos comprobatórios exigidos no Edital do Concurso Público:

NOME	CARGO	C/H	COLOCAÇÃO	LOTAÇÃO	DECRETO QUE NOMEOU
ANGELA MARIA DA PAZ MOLINARI	PSICÓLOGO	40	8º	SECRETARIA DE SAÚDE	7.028/2016

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 23 de junho de 2016.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

DECRETO Nº 7.034, DE 20 DE JUNHO DE 2016

DECRETO Nº 7.034, DE 20 DE JUNHO DE 2016.
NOMEIA SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72 da Lei Orgânica do Município e considerando o disposto artigo 10, inciso I e o artigo 11 da Lei Municipal nº 1.305, de 09 de outubro de 1991,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados em caráter efetivo, os candidatos habilitados em Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2014, nos cargos discriminados abaixo, com carga horária, classificação e lotação conforme segue:

NOME	CARGO	C/H	COLOCAÇÃO	LOTAÇÃO
RAQUEL ROLIM DE MOURA GALGOWSKI	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	40	23º	SECRETARIA DE SAÚDE
MIRIA DIAS BIBOW	ENFERMEIRO	40	12º	SECRETARIA DE SAÚDE

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 20 de junho de 2016.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

DECRETO Nº 7.038, DE 23 DE JUNHO DE 2016

DECRETO Nº 7.038, DE 23 DE JUNHO DE 2016.

EXONERA A SERVIDORA GABRIELA MARTINS FERNANDES.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora GABRIELA MARTINS FERNANDES, CPF nº 058.488.749-30, do cargo efetivo de Técnico Enfermagem, lotada com 40 horas semanais, nomeada pelo Decreto 5.040/2012, a partir de 01º de junho de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01º de junho de 2016.

Gaspar, 23 de junho de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 7.039, DE 23 DE JUNHO DE 2016

DECRETO Nº 7.039, DE 23 DE JUNHO DE 2016.

DECLARA VACÂNCIA DE CARGO EM DECORRÊNCIA DE APOSENTADORIA DA SERVIDORA ANDREA ELISA CARDOSO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com base no artigo 45, inciso IV da Lei Municipal nº 1.305, de 09 de outubro de 1991,

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada, a partir de 01º de junho de 2016, a vacância do cargo de provimento efetivo de Professor DOC III, da servidora ANDREA ELISA CARDOSO, CPF nº 760.523.389-20, nomeada pelo Decreto nº 005/2003, em virtude de aposentadoria por tempo de contribuição.

Art. 2o. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01º de junho de 2016.

Gaspar, 23 de junho de 2016.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 7.040, DE 23 DE JUNHO DE 2016

DECRETO Nº 7.040, DE 23 DE JUNHO DE 2016.

DECLARA VACÂNCIA DE CARGO EM DECORRÊNCIA DE FALECIMENTO DA SERVIDORA MARINEUSA DIAS KAISER.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com base no artigo 45, inciso VI da Lei Municipal no 1.305, de 09 de outubro de 1991,

DECRETA:

Art. 1o. Fica declarada, a partir de 18 de junho de 2016, a vacância do cargo de provimento efetivo de Merendeira/Servente, da servidora MARINEUSA DIAS KAISER, CPF nº 562.245.599-53, a qual foi nomeada pelo Decreto 5.131/2012, em decorrência de seu falecimento.

Art. 2o. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 18 de junho de 2016.

Gaspar, 23 de junho de 2016.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 7.041, DE 23 DE JUNHO DE 2016

DECRETO Nº 7.041, DE 23 DE JUNHO DE 2016.

DECLARA VACÂNCIA DE CARGO EM DECORRÊNCIA DE APOSENTADORIA DA SERVIDORA MARISE DIETRICH DE ARAÚJO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com base no artigo 45, inciso IV da Lei Municipal no 1.305, de 09 de outubro de 1991,

DECRETA:

Art. 1o. Fica declarada, a partir de 20 de junho de 2016, a vacância do cargo de provimento efetivo de Telefonista, da servidora MARISE DIETRICH DE ARAÚJO, CPF nº 700.079.267-15, nomeada pelo Decreto nº 2.742/2008, em virtude de aposentadoria por tempo de contribuição.

Art. 2o. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 20 de junho de 2016.

Gaspar, 23 de junho de 2016.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 7.043, DE 23 DE JUNHO DE 2016

DECRETO Nº 7.043, DE 23 DE JUNHO DE 2016.

NOMEIA SERVIDORA QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72 da Lei Orgânica do Município e considerando o disposto artigo 10, inciso I e o artigo 11 da Lei Municipal nº 1.305, de 09 de outubro de 1991,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada em caráter efetivo, a candidata habilitada em Concurso Público regido pelo Edital nº 01/2014, no cargo discriminado abaixo, com carga horária, classificação e lotação conforme segue:

NOME	CARGO	C/H	COLOCAÇÃO	LOTAÇÃO
MARISA DE FATIMA MARIA-NO	PSICÓLOGO	40	9ª	SECRETARIA DE SAÚDE

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 23 de junho de 2016.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

DECRETO Nº 7.044, DE 24 DE JUNHO DE 2016

DECRETO Nº 7.044, DE 24 DE JUNHO DE 2016.

TORNA SEM EFEITO AS NOMEAÇÕES DE CANDIDATOS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Gaspar e no artigo 15, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Gaspar,

DECRETA:

Art. 1º Torna sem efeito as nomeações dos candidatos habilitados em Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2014, abaixo relacionados, em virtude de não terem assumido no prazo legal:

NOME	CARGO	C/H	COLOCAÇÃO	LOTAÇÃO	DECRETO QUE NOMEIOU
INA BORBASA SOUZA	MERENDEIRA/ SERVENTE	40	16ª	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	6.989/2016
MARIA ALICE DE FREITAS	ENFERMEIRO	40	11ª	SECRETARIA DE SAÚDE	6.989/2016

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 24 de junho de 2016.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

DECRETO Nº 7.045, DE 24 DE JUNHO DE 2016

DECRETO Nº 7.045, DE 24 DE JUNHO DE 2016.

NOMEIA SERVIDORA QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72 da Lei Orgânica do Município e considerando o disposto artigo 10, inciso I e o artigo 11 da Lei Municipal nº 1.305, de 09 de outubro de 1991,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada em caráter efetivo, a candidata habilitada em Concurso Público regido pelo Edital nº 01/2014, no cargo discriminado abaixo, com carga horária, classificação e lotação conforme segue:

NOME	CARGO	C/H	COLOCAÇÃO	LOTAÇÃO
JAQUELINE FUSINATO	EDUCADOR SOCIAL	40	17º	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 24 de junho de 2016.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

LEI Nº 3.714, DE 23 DE JUNHO DE 2016

LEI Nº 3.714, DE 23 DE JUNHO DE 2016.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A RECEBER EM DOAÇÃO ÁREA DE TERRAS LOCALIZADA NO BAIRRO LAGOA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber em doação, sem encargos, dos legítimos proprietários Gregório Schafer,

inscrito no CPF nº 309.238.329-03, Eligia Luci Schafer, inscrita no CPF 493.872.279-87, Lisley Schafer Nascimento, inscrita no CPF nº 004.739.739.01, Alexandre Henrique Nascimento, inscrito no CPF nº 020.514.179-03, Lislane Schafer, inscrita no CPF nº 041.069.859-85 e Eduard Fischer, inscrito no CPF nº 004.657.509-07, uma área de terras localizada no Bairro Lagoa, Gaspar, Santa Catarina, que faz parte de uma gleba matriculada sob o nº 13.551, registrada no Cartório de Registro de Imóveis de Gaspar, compreendendo um terreno com área de 3.171,10m², (três mil cento e setenta e um metros e dez decímetros quadrados), cuja descrição tem início no vértice 1, deste segue com azimuth 77°06'11" confrontando em 65,40m com a área 3 até chegar ao vértice 2; deste segue em curva com raio de 218,00m e corda com azimuth 86°08'51" confrontando em 68,83m com a área 3 até chegar ao vértice 3; deste segue com azimuth 95°11'32" confrontando em 60,18m com a área 3 até chegar ao vértice 4; deste segue com azimuth 186°42'20" confrontando em 18,00m com a Rua Geral Poço Grande até chegar ao vértice 5; deste segue com azimuth 275°11'32" confrontando em 59,71m com a área 5 até chegar ao vértice 6; deste segue em curva com raio de 200,00m e corda com azimuth 266°08'51" confrontando em 63,14m com a área 5 até chegar ao vértice 7; deste segue com azimuth 257°06'11" confrontando em 34,86m com a área 5 até chegar ao vértice 8; deste segue com azimuth 287°29'37" confrontando em 35,58m com a Rua Geral Poço Grande até chegar ao vértice 1, onde teve início esta descrição.

Art. 2º A área doada e descrita no artigo 1º desta Lei será destinada à regularização da Rua Geral Poço Grande, denominada pela Lei nº 1.923, de 27 de setembro de 1999.

Art. 3º A área doada e descrita no artigo 1º desta Lei será outorgada a título gratuito, sendo realizada por meio de escritura pública.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta da dotação própria consignada no orçamento vigente do Município de Gaspar.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 23 de junho de 2016.
PEDRO CELSO ZUCHI
PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 3.715, DE 23 DE JUNHO DE 2016

LEI Nº 3.715, DE 23 DE JUNHO DE 2016.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1.330/1991 (CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPL) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o inciso V do artigo 247 da Lei Municipal nº 1.330 (Código Tributário Municipal), de 13 de dezembro de 1991, que passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 247. Ficam isentos do pagamento da taxa de Serviços Administrativos:

(...)

V – O Micro Empreendedor Individual – MEI, definido pela Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro 2006.

Art. 2º Ficam revogadas as alíneas "a" e "b" do inciso IV do artigo 255 da Lei Municipal nº 1.330/1991 (Código Tributário Municipal), que passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 255. Ficam isentos do pagamento da taxa de licença, os seguintes atos e atividades:

(...)

IV – O Micro Empreendedor Individual – MEI, definido pela Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro 2006.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 23 de junho de 2016.
PEDRO CELSO ZUCHI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 4.037, DE 20 DE JUNHO DE 2016

PORTARIA Nº 4.037, DE 20 DE JUNHO DE 2016.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO À SINDICÂNCIA Nº 02/2015, INSTAURADA PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DE ÓRGÃOS E/OU SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE GASPAR PELA DIVULGAÇÃO ILEGAL DE IMAGENS EM PREJUÍZO DA REPUTAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº 1.305, de 09 de outubro de 1991, e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar através do memorando n. 16/2016 – Sindicância 02/2015,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 29 de junho de 2016, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação à Sindicância nº 02/2015, instaurada para apurar a responsabilidade de órgãos e/ou servidores do município de Gaspar pela divulgação ilegal de imagens em prejuízo da reputação da administração pública.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 20 de junho de 2016.

Pedro Celso Zuchi

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 4.040, DE 23 DE JUNHO DE 2016

PORTARIA Nº 4.040, DE 23 DE JUNHO DE 2016.

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DE EMPRESA E SEU RESPONSÁVEL TÉCNICO POR INEXE-
CUÇÃO DO CONTRATO Nº SAF – 27/2011.

MARLENE ALMEIDA, Secretária de Educação do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 73, da Lei Orgânica do Município, no cumprimento dos deveres e atribuições estabelecidos na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, considerando o teor do Memorando nº 272/2016, da Procuradoria Geral do Município, de 23 de junho de 2016, bem como laudo técnico de inspeção predial da Secretaria de Educação que indica que a obra objeto do contrato se encontra em grau de risco crítico de recuperação,

CONSIDERANDO que os fatos abaixo narrados são, em tese, passíveis de cominação de sanções previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, as quais somente podem ser aplicadas em decorrência de processo administrativo autônomo, garantida a ampla defesa e o contraditório;

CONSIDERANDO que é dever da Administração Pública primar pelos princípios da legalidade, da moralidade e da eficiência, previstos no artigo 37, caput, da Constituição da República, bem como pelo princípio da motivação de seus atos;

RESOLVE :

Art. 1º. Fica instaurado processo administrativo em desfavor da empresa S.S.C.L, com sede na Rua Almirante Tamandaré, nº 1.459, Vila Nova, CEP 89035-000, Blumenau/SC e seu responsável técnico J. R. M., pelos motivos de fato e de direito a seguir delineados.

RESUMO DOS FATOS:

Art. 2º. Depreende-se dos documentos acostados a esta Portaria que a construção de CDI no Bairro Sete de Setembro (objeto do contrato nº SAF – 27/2011), localizado na Rua Prefeito Julio Schramm, s/n, Bairro Sete de Setembro, apresenta, em tese, problemas estruturais, tendo a Secretaria Municipal de Educação concluído, através de avaliação técnica, que a edificação se enquadraria como de grau de risco crítico de recuperação. Laudo técnico de inspeção predial indicou ser questionável a qualidade dos materiais empregados pela empresa executora da obra. O termo de aceitação definitiva da obra foi assinado em 10 de fevereiro de 2014 e neste breve lapso temporal a obra apresentou graves vícios, o que caracterizaria, em tese, inexecução contratual.

CAPITULAÇÃO LEGAL

Art. 3º. Caso comprovados os fatos narrados no artigo 2º desta Portaria, em tese, estará a empresa S.S.C.L e seu responsável técnico J. R. M., conforme a gravidade, em tese, sujeitos às sanções previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como nas cláusulas do edital e do contrato.

PROVIDÊNCIAS

Art. 4º. O processo administrativo será conduzido por Comissão composta pelos servidores efetivos Jean Carlos de Oliveira, Dulcinéia Santos e Mari Janete Voigt Paim da Silva, sob a presidência do primeiro.

Art. 5º. Ficam os servidores engenheiros civis Luis Carlos Soares Val e Gercio Issao Kusunoki à disposição da Comissão para prestação de todo o auxílio técnico necessário.

Art. 6º. A Comissão ora constituída terá o prazo de 60 (trinta) dias, a partir da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos e elaborar o relatório final, podendo tal ser prorrogado por igual prazo, se as circunstâncias, devidamente justificadas, o exigirem.

Gaspar, em 23 de junho de 2016.

Cumpra-se.

MARLENE ALMEIDA

Secretária Municipal de Educação.

CÂMARA MUNICIPAL**ATA DE REUNIÃO - PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2016 - EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2016****ATA DE REUNIÃO**

COMISSÃO DE LICITAÇÃO – RESOLUÇÃO Nº 11/2016
PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2016
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2016

No dia 24/06/2016, às 17h, na Sala de Reuniões da Câmara de Vereadores de Gaspar, deu-se início a sessão pública da Comissão de Licitação instituída pela Resolução nº 11/2016, destinada à análise e julgamento do requerimento de credenciamento e da documentação apresentada pelas empresas: Rádio Ativa FM Ltda; e Rádio Sentinela do Vale Ltda, protocolados, respectivamente nos dias 20/06/2016 e 22/06/2016. Dando início aos trabalhos, os requerimentos e documentos apresentados pelas empresas já citadas foram lidos, examinados e rubricados pelos membros da Comissão de Licitação e o representante legal da Rádio Ativa FM Ltda, o senhor Joel Reinert, CPF nº 345.103.039-04; ausente o representante da Rádio Sentinela do Vale. Após a análise constatou-se que a documentação apresentada encontra-se de acordo com as exigências apresentadas no edital. Por fim, foram declarados habilitados e credenciados a executarem o objeto descrito do edital de Inexigibilidade nº 02/2016. Nada mais havendo a tratar, a Comissão de Licitação deu por encerrada a sessão pública, tendo sido lavrada esta ata que, lida e achada conforme, segue assinada pelos presentes à sessão pública, a qual deverá ser publicada no DOM – Diário Municipal dos Municípios.

Jorge Luiz Matos de Oliveira
Presidente da Comissão de Licitação

Marcelo Peterson Pereira
Membro da Comissão

Dimas Freitas de Carvalho
Membro da Comissão

Pedro Paulo Schramm
Membro da Comissão

Joel Reinert
Repr. Rádio Ativa

Guaraciaba

PREFEITURA

CONVITE AUDIÊNCIA PÚBLICA PLANO DIRETOR 1

CONVITE AUDIÊNCIA PÚBLICA
MUNICÍPIO DE GUARACIABA/SC

O Setor de Engenharia, Postura e Obras de Guaraciaba vem por meio desse convidar a comunidade em geral para participar de Audiência Pública no dia seis de julho, às 8h no auditório da Câmara Municipal de Vereadores, sito na Rua Ademar de Barros, nº 85, Centro de Guaraciaba/SC.

A Audiência prevista em Lei será para uma reavaliação no Plano Diretor Municipal.

Guaraciaba/SC, aos 20 de junho de 2016

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 88.2016 (HOMOLOGAÇÃO 2)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 74/2016

PROCESSO Nº 88/2016 HOMOLOGAÇÃO: 24/06/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GUARACIABA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para AQUISIÇÃO DE HORA MAQUINA DE ESCAVADEIRA HIDRAULICA(ROMPEDOR) PARA ROMPER A LAJE QUE APARECEU NA RUA LUIZ SCALCO SENDO QUE SERA NECESSARIO A FIM DE DAR CONTINUIDADE AOS TRABALHOS DE CALÇAMENTO E DEMAIS LOCAIS SOLICITADOS PELO MUNICÍPIO.

CONTRATADO: J.V DEBASTIANI & CIA LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 16.500,00 (dezesesseis mil quinhentos reais)

QUEBRA CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA Nº 35/2016

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º, §3 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que (Mauricio Guilherme Diehl ME) possui valores em haver do Município de Guaraciaba/SC, em restos a pagar, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: Mauricio Guilherme Diehl ME

Ordem de pagamento: VALOR: R\$ 17.000,00

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Guaraciaba/SC, aos 24 de Junho de 2016.

ROQUE LUIZ MENECHINI

Prefeito Municipal

Guaramirim

PREFEITURA

AVISO CONTINUIDADE SESSÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 78/2016

Prefeitura Municipal de Guaramirim

PREGÃO PRESENCIAL N.º 78/2016

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MÃO DE OBRA DE ELÉTRICA PARA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, BEM COMO REALIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES, E DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MÃO DE OBRA DE PINTURA EM CONSTRUÇÃO CIVIL, PARA OS PRÉDIOS DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

Diante da conclusão da diligência aberta no presente processo licitatório, com a resposta do CREA/SC ao questionamento deste pregoeiro, fica designado o dia 30 de junho de 2016 no horário das 13:30h (treze horas e trinta minutos), no setor de Licitações da Prefeitura de Guaramirim - sito a Rua 28 de Agosto, 2042, Centro, Guaramirim (SC), para conclusão do certame, com a análise do pregoeiro acerca dos questionamentos efetuados pelas licitantes durante a sessão, inclusive para manifestação de intenção de recursos, se assim os licitantes desejarem.

Carlos Felipe Fischer

Pregoeiro

Portaria 67/2016

AVISO SUSPENSÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

Edital Pregão Presencial: 23/2016 – FMS

Processo Licitatório: 23/2016 – FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AMBULATORIAIS DAS UNIDADES DE SAÚDE DOS BAIRROS VILA AMIZADE E GUAMIRANGA

COMUNICAMOS que está suspenso o Pregão Presencial nº 23/2016, para análise de questionamentos e, para uma possível alteração do Edital. A nova data da sessão pública será informada através dos mesmos meios de divulgação utilizados anteriormente.

Esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 24 de junho de 2016.

LAURO FROHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2016 - PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2016 – PMG

PREGÃO PRESENCIAL Nº 073/2015 – PMG

Objeto: Registro de preços para a aquisição de material elétrico para a manutenção da administração direta e indireta do município de Guaramirim (SC).

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 073/2015.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, em Guaramirim (SC).

Fornecedor: COMERCIAL VITORIA LTDA – ME, inscrita no CNPJ sob o nº 18.138.763/0001-69, com sede na Rua Wally Emilia Mohr, nº 60, sala 2, bairro Água Verde, em Jaraguá do Sul, Santa Catarina..

Vigência: Início: 23/06/2016 Término: 22/06/2017.

Fornecedor: 396257 - COMERCIAL VITÓRIA LTDA ME

Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
5	100	UN	ABRAÇADEIRA DE NYLON 38CM	0,35	35,00
8	40	UN	ARMAÇÃO PARA 1 ROLDANA	13,76	550,40
18	500	UN	BUCHA FU 6MM	0,16	80,00

19	400	UN	BUCHA FU 8MM	0,21	84,00
35	2500	MT	CABO FLEXÍVEL 2,5MM, NA COR AZUL, ANTICHAMA COM TENSÃO 450/750, REGULAMENTAO PELA NORMA NBR NM 247-3COM SELO DO INMETRO	0,62	1.550,00
36	2500	MT	CABO FLEXÍVEL 2,5MM, NA COR PRETA, ANTICHAMA COM TENSÃO 450/750, REGULAMENTAO PELA NORMA NBR NM 247-3 COM SELO DO INMETRO	0,66	1.650,00
37	2500	MT	CABO FLEXÍVEL 2,5MM, NA COR VERMELHA, ANTICHAMA COM TENSÃO 450/750, REGULAMEN- TAO PELA NORMA NBR NM 247-3 COM SELO DO INMETRO	0,66	1.650,00
38	2500	MT	CABO FLEXÍVEL 2,5MM, NA COR VERDE, ANTICHAMA COM TENSÃO 450/750, REGULAMENTAO PELA NORMA NBR NM 247-3 COM SELO DO INMETRO	0,66	1.650,00
43	1500	MT	CABO FLEXÍVEL 6,0MM, NA COR AZUL, ANTICHAMA COM TENSÃO 450/750, REGULAMENTAO PELA NORMA NBR NM 247-3COM SELO DO INMETRO	1,64	2.460,00
44	1500	MT	CABO FLEXÍVEL 6,0MM, NA COR PRETA, ANTICHAMA COM TENSÃO 450/750, REGULAMENTAO PELA NORMA NBR NM 247-3 COM SELO DO INMETRO	1,73	2.595,00
45	1500	MT	CABO FLEXÍVEL 6,0MM, NA COR VERMELHA, ANTICHAMA COM TENSÃO 450/750, REGULAMEN- TAO PELA NORMA NBR NM 247-3 COM SELO DO INMETRO	1,73	2.595,00
49	200	MT	CABO PP 2 X 2,25	2,57	514,00
62	250	PC	CANAleta PLÁSTICA 20X10 CO DIVISÓRIAS EM PVC NA COR BRANCA, COM FITA (FITA DUPLA FACE JÁ INCLUSA)	4,50	1.125,00
64	50	UN	CHUVEIRO ELÉTRICO 4 ESTAÇÕES DE 220V E 6500W	48,00	2.400,00
70	30	UN	CONECTOR SAPATA PARA 25 MM COM PARAFUSO E PORCA DELATÃO	3,35	100,50
72	100	MT	CORRUGADO 1	1,05	105,00
89	20	UN	DISJUNTOR TRIFÁSICO 200A	282,00	5.640,00
107	30	RL	FITA DUPLA FACE 20 M	32,00	960,00
108	130	UN	FITA ISOLANTE 20M, COMFORME NBR 5410	3,68	478,40
111	40	UN	INTERRUPTOR DE EMBUTIR	3,50	140,00
112	50	UN	INTERRUPTOR DUPLO DE EMBUTIR	7,25	362,50
113	50	UN	INTERRUPTOR DUPLO SISTEMA X, COM PLACA MAIS CAIXA	7,40	370,00
115	200	UN	INTERRUPTOR SISTEMA X, COM PLACA MAIS CAIXA	5,03	1.006,00
116	30	UN	ISOLADOR (PIMENTÃO)	4,90	147,00
136	300	UN	PLAFON COM SOQUETE DE PORCELANA	2,75	825,00
137	50	UN	PLUG FÊMEA PAR EXTENSÃO DE 20A	3,56	178,00
138	50	UN	PLUG MACHO PARA EXTENSÃO DE 20A	3,30	165,00
150	1000	UN	START F4	0,97	970,00
165	100	UN	TOMADA DE EMBUTIR	4,80	480,00
167	100	UN	TOMADA DE TELEFONE DE EMBUTIR	9,44	944,00
168	100	UN	TOMADA DE TELEFONE SISTEMA X RJ 11 COM PLACA MAISCAIXA	8,15	815,00
169	100	UN	TOMADA DE TELEFONE SISTEMA X RJ 11 COM PLACA MAISCAIXA	8,48	848,00
170	100	UN	TOMADA DUPLA DE EMBUTIR	10,56	1.056,00
171	200	UN	TOMADA DUPLA SISTEMA X, COM PLACA MAIS CAIXA	8,80	1.760,00
172	200	UN	TOMADA MAIS TECLA SISTEMA X COM PLACA MAIS CAIXA	8,55	1.710,00
173	200	UN	TOMADA SIMPLES SISTEMA X 20A COM PLACA MAIS CAIXA	7,25	1.450,00
175	50	UN	TORNEIRA ELÉTRICA PARA COZINHA, BICA ALTA, DE PAREDE 5500W E 220V	100,35	5.017,50
Total				R\$44.466,30	

Guaramirim (SC), 24 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2016 - PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2016 – PMG
PREGÃO PRESENCIAL Nº 073/2015 – PMG

Objeto: Registro de preços para a aquisição de material elétrico para a manutenção da administração direta e indireta do município de Guaramirim (SC).

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 073/2015.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, em Guaramirim (SC).

Fornecedor: JOIARTE ARTEFATOS DE CIMENTO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA – EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 83.092.213/0001-18, com sede na Rua Marechal Hermes, nº 171, bairro Glória, em Joinville, Santa Catarina.

Vigência: Início: 23/06/2016 Término: 22/06/2017.

Fornecedor: 416185 - JOIARTE ARTEFATOS DE CIMENTO IND E COM LTDA EPP					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
139	10	UN	POSTE PADRÃO CELESC 7 METROS	1.720,00	17.200,00
140	10	UN	POSTE PADRÃO CELESC 8 METROS	1.885,00	18.850,00
Total				R\$36.050,00	

Guaramirim (SC), 24 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2016 - PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2016 – PMG

PREGÃO PRESENCIAL Nº 073/2015 – PMG

Objeto: Registro de preços para a aquisição de material elétrico para a manutenção da administração direta e indireta do município de Guaramirim (SC).

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 073/2015.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, em Guaramirim (SC).

Fornecedor: CENTRAL ELETRICA VALE DO ITAJAÍ LTDA – EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 85.341.782/0001-85, com sede na Rua 15 de Abril, nº 64, bairro Carijós, em Indaial, Santa Catarina.

Vigência: Início: 23/06/2016 Término: 22/06/2017.

Fornecedor: 3014797 - CENTRAL ELÉTRICA VALE DO ITAJAÍ					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	60	PC	ABRAÇADEIRA 1/2 PVC CINZA	0,44	26,40
2	100	UN	ABRAÇADEIRA DE NYLON 15CM	0,08	8,00
3	100	UN	ABRAÇADEIRA DE NYLON 20CM	0,09	9,00
6	200	UN	ABRAÇADEIRA SISTEMA CONDULETE 3/4	0,43	86,00
14	100	UN	BASE PARA RELE FOTOELÉTRICO	4,74	474,00
26	30	KG	CABO DE COBRE NÚ 35,0 MM² NORMATIZADO	33,88	1.016,40
28	700	MT	CABO FLEXÍVEL 1,5MM, NA COR AZUL, ANTICHAMA COM TENSÃO 450/750, REGULAMEN- TAO PELA NORMA NBR NM 247-3 COM SELO DO INMETRO	0,42	294,00
29	700	MT	CABO FLEXÍVEL 1,5MM, NA COR VERMELHA, ANTICHAMA COM TENSÃO 450/750, REGU- LAMENTAO PELA NORMA NBR NM 247-3 COM SELO DO INMETRO	0,42	294,00
30	700	MT	CABO FLEXÍVEL 1,5MM, NA COR PRETA, ANTICHAMA COM TENSÃO 450/750, REGULA- MENTAO PELA NORMA NBR NM 247-3 COM SELO DO INMETRO	0,42	294,00
31	1000	MT	CABO FLEXÍVEL 10MM, NA COR AZUL, ANTICHAMA COM TENSÃO 450/750, REGULAMEN- TAO PELA NORMA NBR NM 247-3 COM SELO DO INMETRO	2,95	2.950,00
32	1000	MT	CABO FLEXÍVEL 10MM, NA COR PRETA, ANTICHAMA COM TENSÃO 450/750, REGULAMEN- TAO PELA NORMA NBR NM 247-3 COM SELO DO INMETRO	3,04	3.040,00
33	1000	MT	CABO FLEXÍVEL 10MM, NA COR VERMELHAA, ANTICHAMA COM TENSÃO 450/750, REGU- LAMENTAO PELA NORMA NBR NM 247-3 COM SELO DO INMETRO	3,04	3.040,00
34	1000	MT	CABO FLEXÍVEL 10MM, NA COR VERDE, ANTICHAMA COM TENSÃO 450/750, REGULAMEN- TAO PELA NORMA NBR NM 247-3 COM SELO DO INMETRO	3,04	3.040,00
39	1500	MT	CABO FLEXÍVEL 4,0MM, NA COR AZUL, ANTICHAMA COM TENSÃO 450/750, REGULAMEN- TAO PELA NORMA NBR NM 247-3 COM SELO DO INMETRO	1,14	1.710,00
40	1500	MT	CABO FLEXÍVEL 4,0MM, NA COR PRETA, ANTICHAMA COM TENSÃO 450/750, REGULA- MENTAO PELA NORMA NBR NM 247-3 COM SELO DO INMETRO	1,16	1.740,00
41	1500	MT	CABO FLEXÍVEL 4,0MM, NA COR VERMELHA, ANTICHAMA COM TENSÃO 450/750, REGU- LAMENTAO PELA NORMA NBR NM 247-3 COM SELO DO INMETRO	1,16	1.740,00
42	1500	MT	CABO FLEXÍVEL 4,0MM, NA COR VERDE, ANTICHAMA COM TENSÃO 450/750, REGULA- MENTAO PELA NORMA NBR NM 247-3 COM SELO DO INMETRO	1,16	1.740,00
48	400	MT	CABO PP 2 X 1,5	1,33	532,00
50	200	MT	CABO SEMIRRÍGIDO 1 KV 16 MM AZUL	5,39	1.078,00
51	200	MT	CABO SEMIRRÍGIDO 1 KV 16 MM BRANCO	5,39	1.078,00
52	200	MT	CABO SEMIRRÍGIDO 1 KV 16 MM PRETO	5,39	1.078,00
53	200	MT	CABO SEMIRRÍGIDO 1 KV 16 MM VERMELHO	5,39	1.078,00
55	20	UN	CAIXA DE MEDIDOR TRIFÁSICO EM PVC	116,91	2.338,20
57	20	UN	CAIXA MEDIDOR MONOFÁSICO EM PVC	65,68	1.313,60

58	10	PC	CAIXA PARA 56 DISJUNTORES (DISJ+GERAL/BARRAM) 225ªSOBR (4050)	624,75	6.247,50
59	40	UN	CALHA PARA LÂMPADA FLUORESCENTE 2X20	6,09	243,60
60	500	UN	CALHA PARA LÂMPADA FLUORESCENTE 2X40	9,59	4.795,00
66	100	PC	CONDULETE 3/4	2,90	290,00
73	100	MT	CORRUGADO 3/4 CINZA	0,88	88,00
74	300	MT	CORRUGADO DE 1/2	0,58	174,00
76	20	UN	CURVA 180 X 1	1,18	23,60
79	30	UN	CURVA DE 180º DE 1 1/2	2,78	83,40
83	20	UN	DISJUNTOR MONOFÁSICO DIM 10AP	5,23	104,60
84	20	UN	DISJUNTOR MONOFÁSICO DIM 16AP	5,23	104,60
85	20	UN	DISJUNTOR MONOFÁSICO DIM 20AP	5,23	104,60
86	60	UN	DISJUNTOR MONOFÁSICO DIM 32AP	5,23	313,80
87	60	UN	DISJUNTOR MONOFÁSICO DIM 40AP	6,78	406,80
88	20	UN	DISJUNTOR MONOFÁSICO DIM 50AP	6,78	135,60
90	20	UN	DISJUNTOR TRIFÁSICO DIM 20AP	25,00	500,00
91	30	UN	DISJUNTOR TRIFÁSICO DIM 32AP	25,00	750,00
92	30	UN	DISJUNTOR TRIFÁSICO DIM 40AP	27,86	835,80
93	30	UN	DISJUNTOR TRIFÁSICO DIM 50AP	27,86	835,80
94	50	UN	DISJUNTOR TRIFÁSICO DIM 63AP	27,86	1.393,00
96	100	MT	ELETROCALHA PERFURADA 100X100	13,80	1.380,00
97	30	UN	ELETRODUTO 1	4,82	144,60
98	40	UN	ELETRODUTO 3/4 PVC	3,00	120,00
99	30	UN	ELETRODUTO DE 1 1/2	9,68	290,40
100	60	MT	ELETRODUTO PVC RÍGIDO 4	12,05	723,00
103	300	MT	FIO SÓLIDO 10 MM AZUL	2,87	861,00
104	300	MT	FIO SÓLIDO 10 MM PRETO	2,87	861,00
105	300	MT	FIO SÓLIDO 10 MM VERDE	2,87	861,00
106	300	MT	FIO SÓLIDO 10 MM VERMELHO	2,87	861,00
119	500	UN	LAMPADA FLUORESCENTE 20 WATTS 220 VOLTS	3,93	1.965,00
120	1500	UN	LAMPADA FLUORESCENTE TUBULAR 40 WATTS 220 VOLTS	4,39	6.585,00
121	1000	UN	LÂMPADA PL 30W	13,95	13.950,00
122	500	UN	LÂMPADA PL 45W	29,26	14.630,00
123	300	UN	LENTILHA COM PORCA E ARRUELA PARA ELETROCALHA	0,22	66,00
124	50	UN	LUVA ¾	0,43	21,50
126	50	UN	LUVA DE 1	0,68	34,00
127	10	UN	LUVA DE ACABAMENTO(FLANGE) PARA ELETROCALHA 100X100	4,83	48,30
135	50	UN	PERFILADO 38X38 (PEÇAS DE 6 METROS)	25,16	1.258,00
142	150	UN	REATOR CONVENCIONAL 40W	17,57	2.635,50
144	500	UN	REATOR ELETRONICO 1X40	17,65	8.825,00
145	1000	UN	REATOR ELETRONICO 2X40	23,77	23.770,00
146	50	UN	REFLETOR 250W COM BOCAL E27	30,68	1.534,00
147	100	UN	RELE FOTOELÉTRICO 1000W	10,97	1.097,00
151	30	UN	TAMPA CEGA 2X4	1,29	38,70
154	10	UN	TE VERTICAL DE DERIVAÇÃO PARA ELETROCALHA 100X100	16,61	166,10
Total				R\$130.153,40	

Guaramirim (SC), 24 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich
PREFEITO MUNICIPAL

Guarujá do Sul

PREFEITURA

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 091_2016

Decreto Municipal nº 91/2016

NOMEIA CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e com fundamento no art. 90 da Lei Orgânica Municipal, em especial os artigos 29 a 37 da Lei Municipal nº 768/87 de 30 de setembro de 1987, alterada pela Lei Complementar nº 10/2012 de 09 de novembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano – CMDU, de acordo com o Artigo 31 da Lei 768/87 do Plano Físico Territorial de Guarujá do Sul, de 30 de setembro de 1987, alterada pela Lei Complementar 10/2012 de 09 de novembro de 2012.

Art. 2º Fazem parte do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano - CMDU:

- I – O Secretário Municipal de Administração e Fazenda; Claudio Inácio Weschenfelder;
- II – Representante da Associação Comercial e Empresarial de Guarujá do Sul – ACEGS; Ademar Mantovani;
- III – O Secretário Municipal de Transportes e Obras; Neri Luiz Welter;
- IV – Engenheiro Civil, com registro no CREA/SC; Edinéia Rontani Chiele, CREA/SC nº 013.3714-9;
- V – Arquiteto com registro no CAU/SC; Renato Winter CAU/SC nº A58494-0;
- VI – Representante da Associação Guarujense de Amparo a Vida – AGUA; Eliane Aparecida de Souza Fanton;
- VII – O Fiscal de Tributos Municipais; Francisco Júnior Garcia de Mattos.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, entrando em vigor o presente Decreto Administrativo, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL - SC, em 22 de Junho de 2016 64º ano da Fundação e 54º ano da Instalação.

José Carlos Foiatto
Prefeito Municipal

• Certificamos que o presente Decreto Administrativo foi publicado e registrado nesta Secretaria em data Supra.
Cláudio Inácio Weschenfelder
Secretário da Administração e Fazenda

Herval d'Oeste

PREFEITURA

NOTIFICAÇÃO TP 002/2016

NOTIFICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2016

TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2016

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a realização de obras de Regularização do Preventivo Contra Incêndio no Prédio da Unidade de Saúde Central.

NOTIFICANTE: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES do município de Herval d'Oeste, com sede administrativa na Rua Nereu Ramos, 389 – Centro Município de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, por sua presidente Senhora ADRIANE BERNARDO, inscrita no CPF sob nº. 015.426.369-90

NOTIFICADOS: ADELVO BASQUERA & CIA LTDA e EGITO ENGENHARIA LTDA. pessoas jurídicas de direito privado, participantes do processo licitatório nº 022/2016, na pessoa do seus representantes legais,

A Comissão Permanente de Licitações do Município de Herval d'Oeste, através de seu representante já qualificado, desejando prover a conservação e ressalva de seus direitos, bem como manifestar intenção de modo formal e prevenir responsabilidade, em conformidade com o capítulo XIII, item 13.6 do edital que rege o processo licitatório nº 022/2016 vem:

NOTIFICAR:

ADELVO BASQUERA & CIA LTDA. e EGITO ENGENHARIA LTDA., e a quem interessar possa, nos termos que a seguir articula:

Tendo em vista que decorreu o prazo sem interposição de recurso administrativo contra a decisão da comissão de licitação, na fase de habilitação, do processo licitatório acima epigrafado, NOTIFICAMOS Vossa Senhoria, para a sessão pública de abertura das propostas que ocorrerá dia 27/06/2016 às 14h00min horas na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Herval d'Oeste, em 24 de junho de 2016.

ADRIANE BERNARDO

Presidente da Comissão

NOTIFICAÇÃO TP 003/2016

NOTIFICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2016

TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2016

OBJETO: Contratação de empresa(s) especializa(s) para a realização de obras de adequação de obras de adequação de acessibilidade no ESF Santo Antonio e reforma de banheiro no Centro de Atenção Psicossocial com fornecimento de Material e mão de obra.

NOTIFICANTE: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES do município de Herval d'Oeste, com sede administrativa na Rua Nereu Ramos, 389 – Centro Município de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, por sua presidente Senhora ADRIANE BERNARDO, inscrita no CPF sob nº. 015.426.369-90

NOTIFICADOS: CONSTRUPEJC CONSTRUÇÕES LTDA.; CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA.; CONSTRUTORA DON JUAN LTDA. ME e EGITO ENGENHARIA LTDA. pessoas jurídicas de direito privado,

participantes do processo licitatório nº 023/2016, na pessoa do seus representantes legais,

A Comissão Permanente de Licitações do Município de Herval d'Oeste, através de seu representante já qualificado, desejando prover a conservação e ressalva de seus direitos, bem como manifestar intenção de modo formal e prevenir responsabilidade, em conformidade com o capítulo XIII, item 13.6 do edital que rege o processo licitatório nº 023/2016 vem:

NOTIFICAR:

CONSTRUPEJC CONSTRUÇÕES LTDA.; CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA.; CONSTRUTORA DON JUAN LTDA. ME e EGITO ENGENHARIA LTDA., e a quem interessar possa, nos termos que a seguir articula:

Tendo em vista que decorreu o prazo sem interposição de recurso administrativo contra a decisão da comissão de licitação, na fase de habilitação, do processo licitatório acima epigrafado, NOTIFICAMOS Vossa Senhoria, para a sessão pública de abertura das propostas que ocorrerá dia 27/06/2016 às 14h30min horas na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Herval d'Oeste, em 24 de junho de 2016.

ADRIANE BERNARDO

Presidente da Comissão

PORTARIA Nº 741/2016

PORTARIA Nº 741/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 23 de junho de 2016, da servidora IDAMARA DE MELO (Matr. 2781), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Odontólogo, Nível – 13/1, Referência "C", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 23 de Junho de 2016.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 742/2016

PORTARIA Nº 742/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 23 de junho de 2016, da servidora VERONILDA DOS SANTOS OLIVEIRA (Matr. 4120), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível – 8, Referência "A", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 23 de Junho de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 743/2016

PORTARIA Nº 743/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, à Servidora ANA CLAUDETE SAGGIN (Matr. 820), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, 40 horas semanais, do Nível/Referência – 3/E, para o Nível/Referência – 3/F, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao mês de junho de 2016, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 24 de Junho de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 744/2016

PORTARIA Nº 744/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, à Servidora MARINEIDE PENSIN VALMÓRBIDA (Matr. 1074), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, 40 horas semanais, do Nível/

Referência – 3/E, para o Nível/Referência – 3/F, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao mês de junho de 2016, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 24 de Junho de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 745/2016

PORTARIA Nº 745/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, à Servidora ADRIANA CELESTINA DE ALMEIDA PRIMO (Matr. 02), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Psicólogo, 40 horas semanais, do Nível/Referência – 12/1/E, para o Nível/Referência – 12/1/F, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao mês de junho de 2016, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 24 de Junho de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 746/2016

PORTARIA Nº 746/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, ao Servidor ANTONIO ALVES DA ROSA (Matr. 387), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Técnico de Edificação e Manutenção, 40 horas semanais, do Nível/Referência – 5/D, para o Nível/Referência – 5/E, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao mês de junho de 2016, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 24 de Junho de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 020/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ/MF Nº 17.799.033/0001-46
Rua Nereu Ramos nº 389 – Centro
ORGÃO GESTOR

Estado do Paraná
MUNICÍPIO DE CURITIBA
DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA.
CNPJ/MF Nº 02.477.571/0001-47
Rua Anne Frank, 5223 – Boqueirão
CONTRATADA

TERMO ADITIVO Nº 20/2016 DE 23 DE JUNHO DE 2016

Pelo presente instrumento, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Município de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob nº 17.799.033/0001-46 neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado ORGÃO GESTOR, e a empresa DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA. Pessoa Jurídica de Direito Privado estabelecida na Rua Anne Frank, 5223 – Boqueirão – Município de Curitiba - Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob nº 02.477.571/0001-47, doravante denominada CONTRATADA resolvem celebrar o presente Termo ADITIVO de Ajuste a Ata de Registro de Preços nº 001A/2016, que tem por objeto o eventual os preços para o eventual fornecimento de materiais odontológicos para uso nas Unidades de Saúde do Município de Herval d'Oeste pelo período de 12 meses, em decorrência do Processo Licitatório nº 006/2016, na Modalidade de Pregão Presencial nº 001/2016 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira – Do Objeto

O Presente termo tem por objeto a inclusão na Ata de Registro de Preços dos itens 65 e 68 em virtude de desistência dos primeiros classificados, e aceitação pela contratada devidamente comprovado e justificado no processo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ITENS

A CONTRATADA passa a ser detentora dos registros dos itens abaixo especificados e seus respectivos valores:

Item	Descrição	Unidade	Marca Registrada	Quantidade Registrada	Valor em R\$
65	ESCOVA DENTAL INFANTIL, CERDAS DE NYLON, MACIA 23 TUFOS, APARADAS UNIFORMEMENTE E ARREDONDADAS, CABO RETO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 13 CM. EMBALADAS COM ESTOJO DE PVC CRISTAL EM ALÇA PARA PENDURAR	UND	FLOPPY/MEDFIO	6.000	0,85
68	ESCOVAS DENTAIS ADULTO COM CERDAS DE NYLON MACIAS CONTENDO 34 TUFOS DE CERDAS APARADAS UNIFORMEMENTE E ARREDONDADAS, CABO RETO COM EMPUNHADEIRA. EMBALADAS COM ESTOJO DE PVC CRISTAL EM ALÇA PARA PENDURAR	UND	MEDFIO	6.000	0,95

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 18 inciso I e II do decreto municipal nº 2345/2014 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA QUARTA – Das Disposições Finais

Este Termo passa a vigorar após a assinatura e publicação do mesmo.

Todos os demais itens e cláusulas da ARP Nº 01A/2016, que não foram modificados por força deste Termo, permanecem em pleno vigor sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 23 de junho de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal
CPF: 501.589.459-72

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia
CPF: 687.857.399-87

Vera Lucia da Silva Bilibio
CPF: 600.730.049-87

TERMO DE REAJUSTE Nº 008/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38
Rua Nereu Ramos nº 389 – Centro
CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE OURO
PRO LIMPE COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME.
CNPJ/MF Nº 13.467.809/0001-70
Rua Sete de Setembro , nº 2677 – Parque Jardim Ouro
CONTRATADA

TERMO de reajuste Nº 008/2016 DE 23 DE JUNHO DE 2016

Pelo presente instrumento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Município de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa PRO LIMPE COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME, , Pessoa Jurídica de Direito Privado estabelecida na Rua Sete de Setembro , nº 2677 – Parque Jardim Ouro – Município de Ouro - Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 13.467.809/0001-70 , doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo de Reajuste a ata de Registro de Preços nº 021E/2015, que tem por objeto o eventual fornecimento de material de higiene e limpeza para uso das diversas secretarias municipais pelo período de 12 meses, em decorrência do Processo Licitatório nº 062/2015, na Modalidade de Pregão Presencial nº 032/2015 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira – Do Objeto

O Presente termo tem por objeto a revisão dos valores contratados para o fornecimento de material de limpeza em virtude da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial, o qual foi devidamente comprovado e justificado no processo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS VALORES

Considerando que a Contratada comprova documentalmente no pedido que os produtos citados efetivamente sofreram alteração de preço, será concedido reajuste conforme tabela constante no anexo deste termo

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 40 inciso XI e no artigo 65, inciso II, alínea d da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA QUARTA – Das Disposições Finais

Este reajuste passa a vigorar após a assinatura e publicação deste Termo.

Todos os demais itens e cláusulas da ARP Nº 021E/2015, que não foram modificados por força deste Termo, permanecem em pleno vigor sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 23 de junho de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal
CPF: 501.589.459-72

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia
CPF: 687.857.399-87

Vera Lucia da Silva Bilibio
CPF: 600.730.049-87

ANEXOTR 008/2016

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	VALOR REGISTADO	%	VALOR REAJUSTADO
04	AGUA SANITÁRIA, BACTERICIDA, 5 LITROS ALVEJANTE, DESINFETANTE, USO GERAL BIODEGRADÁVEL A BASE DE CLORO, SEM PERFUME, TAMPAS COM BIOCIDOSOS LACRADOS, EMBALAGEM PLÁSTICA RESISTENTE E ESTÁVEL DE 05 (CINCO) LITROS	UND	Mais Brilho	4,10	39,8	5,73

35	DESINFETANTE PARA USO GERAL, COM EFICAZ GERMICIDAE BACTERICIDA, FRAGRÂNCIA LIMÃO, EUCALIPTO E PINHO. COMPOSIÇÃO: TENSOATIVO, CATIONICO, SIGNISTRANTE, PRESERVANTE, OPACIFICANTE, CONTROLADOR DE PH, FRAGRÂNCIA E VEÍCULO. COMPONENTE ATIVO: CLORETO DE ALQUIL, AMIDO-PROPIL, DIMETIL, AMÔNIO, CLORETO DE DIALQUIL, DIMONIO 100%. EMBALAGEM DE 05 LITROS	UND	Mais Brilho	4,20	36,5	5,73
42	DETERGENTE NEUTRO PARA LOUÇA - DETERGENTE GLICERINADO NEUTRO, EMBALAGEM COM 5 (CINCO) LITROS. COMPOSIÇÃO: TENSOATIVOS ANIÔNICOS, GLICERINA, COADJUVANTE, PRESERVANTE, SEQUESTRANTE, ESPESSANTES, CORANTES E VEÍCULOS. COMPONENTE ATIVO: LINEAR ALQUIBLENZENOSULFANATO DE SÓDIO, CONTÉM TENSOATIVO BIODEGRADÁVEL	UND	Mais Brilho	6,05	57,4	9,52
97	RODO COM CABO EXTENSOR EM AÇO, BASE EM FIBRA DE CARBONO REFORÇADO, PUXADOR DE TORÇÃO EM FIBRA DE CARBONO ANATÔMICO E DUPLO ROLETES PARA ESPREMER O REFIL. POSSUI CABO EXTENSOR DE 72 CM A 1,07 METROS. 1 BASE EM ESPONJA PVA POLIVINILICO ABSORVENTE.	UND	Betanin	39,00	27,2	49,60

Ibiam

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 026/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/2016
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2016
REGISTRO DE PREÇOS: 014/2016

A Prefeitura Municipal de Ibiam/SC torna publico que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial para registrar preços visando futuras possíveis aquisições com pedidos parcelados de serviços de transportes para Idosos do Município de Ibiam, e para Participantes das Oficinas do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS. ENTREGA DOS ENVELOPES: até o dia 11/07/2016 até as 09:30 horas. ABERTURA DOS ENVELOPES: 11/07/2016 às 09:45 min. Tipo de Avaliação: Menor Preço Por Item. Base legal: lei 10.520/02, Lei 8666/93 e suas alterações e LC 123/06 e LC 0147/14.

O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos através do fone 49-3534-0044 e no site : www.ibiam.sc.gov.br. Ibiam, 24 de Junho de 2016.

GILMAR FONTANA

Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL 027/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 047/2016
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2016
REGISTRO DE PREÇOS 015/2016

A Prefeitura Municipal de Ibiam/SC torna publico que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial para Registrar Preços visando futuras possíveis aquisições com pedidos parcelados de Horas de Trator de Esteira para Secretárias de Agricultura e Obras do Município de Ibiam. ENTREGA DOS ENVELOPES: até o dia 07/07/2016 até as 08:00 horas. ABERTURA DOS ENVELOPES: 07/07/2016 às 08:45 min. Tipo de Avaliação: Menor Preço Por Item. Base legal: lei 10.520/02, Lei 8666/93 e suas alterações e LC 123/06 e LC 0147/14.

O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos através do fone 49-3534-0044 e no site : www.ibiam.sc.gov.br.

Ibiam, 24 de Junho de 2016.

GILMAR FONTANA

Prefeito Municipal.

VETO AO PROJETO DE LEI Nº 650/16

VETO AO PROJETO DE LEI Nº 650/16

Cumprimentado, informo que na forma do art. 74, § 1º da Lei Orgânica do Município de, VETEI integralmente o projeto de lei 650/16, que "ALTERA O PERIMETRO URBANO EM ÁREA QUE ESPECÍFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RAZÕES E JUSTIFICATIVA DO VETO

Em que pese o projeto de competência do Poder Executivo Municipal, e a competente aprovação do legislativo, o mesmo não apresenta totais condições de ser convertido em Lei, conferindo-lhe VETO integral, pelos razões e motivos expostos a seguir.

Em se tratando de alteração no perímetro urbano do município, a Constituição Estadual e o Estatuto das Cidades, prescrevem e destacam a necessidade de participação efetiva da população por meio de consultas.

A constituição do Estado de Santa Catarina determina:

Art.141. No estabelecimento de normas e diretrizes relativas ao desenvolvimento urbano, o Estado e o Município assegurarão:

(...)

III - participação de entidades comunitárias na elaboração e implementação de planos, programas e projetos e no encaminhamento de soluções para os problemas urbanos;

Contudo, a população não foi consultada sobre a alteração do perímetro urbano do município, de modo que, o presente projeto deve ser VETADO. Para promulgação do projeto de lei em questão, deveria ter ocorrido consulta a população, via Audiência Pública, possibilitando a discussão e debate sobre a medida.

A jurisprudência já se manifestou em caso análogo:

"A realização de audiências públicas ou de debates materializam o princípio constitucional da democracia participativa e viabilizam o direito à informação sobre o planejamento urbano, também como instrumento apto a permitir o debate pleno sobre a política municipal de desenvolvimento urbano." (Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 2013.058002-7, da Capital, j. 16.9.2015).

Ante o exposto, resta demonstrado a inconstitucionalidade do projeto de Lei nº 650/16, impedindo sua sanção, e motivando VETO TOTAL do mesmo.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 11 DE ABRIL DE 2016.

GILMAR FONTANA

Prefeito Municipal

Ilhota

PREFEITURA

DECRETO 118 2016

Decreto nº 118, DE 31 de maio de 2016.

DANIEL CHRISTIAN BOSI, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso das atribuições que lhe confere o art.72, inciso IV da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o que estabelecem a Lei Complementar 45, de 18 de setembro de 2013 e Lei nº 1198, de 26 de fevereiro de 2004;

DECRETA:

Art. 1º Altera o artigo 1º do Decreto nº 104/2016, alterando a composição dos seus membros, com a substituição de representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, passando a ter a seguinte redação:

“ Art. 1º nomeia os membros do Conselho Municipal de Meio Ambiente – CONDEMA, composto pelos seguintes membros, indicados pelos respectivos órgãos e entidades que o representam:

Representantes da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Titular: Giovani Silveira Lazzaretti
Suplente: Suelen Scharamm Schaad

Representantes da Secretaria Municipal de Educação

Titular: Mirela Berti Brockveld
Suplente: Rosilene Fronza Zimmermann

Representantes da Secretaria Municipal de Finanças

Titular: Josiane Oliveira de Azevedo
Suplente: Rafaela Cristina Teixeira

Representantes da Coordenação de Defesa Civil

Titular: Abdon Almeida Júnior
Suplente: Anilton Ricardo Junckes

Representantes da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC

Titular: Fabrício Spacki
Suplente: Ari Schlagenhauser

Representantes da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – EPAGRI

Titular: Adriano Luiz Bondan
Suplente: Josi Rodrigues Prestes

Representantes da Câmara de Dirigentes Logistas – CDL

Titular: Luiz Pereira Furtado
Suplente: João Nunes

Representantes da Associação de Moradores do Alto Baú

Titular: Charles Tesch
Suplente: Luiz Matias Montibeler

Representantes do Conselho Municipal de desenvolvimento Rural Sustentável- CMDRS

Titular: Cornélio Konrad
Suplente: Alexandre Rainert

Representantes do Conselho Municipal de Saúde Animal – COMUSA

Titular: Alexandre Rainert
Suplente: Cornélio Konrad

Representantes do Sindicato dos Produtores Animais

Titular: Dionísio Scharf
Suplente: Luís da Cunha

Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Titular: Nilton Dalcastagne
Suplente: Roberto Prebianca

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições.

Art. 3º Registre-se e publique-se.

Prefeitura Municipal Ilhota (SC), 31 de maio de 2016.
Daniel Christian Bosi
Prefeito Municipal de Ilhota

DECRETO 119 2016

Decreto nº 119, de 23 de junho de 2016.

DANIEL CHRISTIAN BOSI, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso das atribuições que lhe confere o art.72, inciso IV da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o que estabelece a Lei nº 1.466 de 26 de março de 2008:

DECRETA:

Art. 1º Nomeia os membros integrantes da Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico – CMDE, para os fins de orientar, através de pareceres, a aplicação de incentivos econômicos e fiscais, na forma regulamentada pelo dispostos nos arts. 20º a 24º da Lei Ordinária nº 1466 de 26 de março de 2016, assim composta:

Representantes do Setor Governamental

Titular: Suelen Scharamm Schaad
Suplente: Paulo Eduardo Pereira

Titular: Emerson Ronei Maschio
Suplente: Guilherme Brockweld

Titular: Bernardo Herminio Dalcastagne
Suplente: Jandir Atanagildo

Representantes da Associação Comercial e Industrial

Titular: Alisson Pilar Machado
Suplente: Maria Julia Correa

Representantes da Câmara de Dirigentes Lojistas

Titular: Marcio Soares

Suplente: Maria Aparecida Felisky

Representantes do Grupo de Terceira Idade

Titular: Laura Corsani

Suplente: Juma Casas

Art. 2º Registre-se e publique-se.

Prefeitura Municipal Ilhota (SC), 23 de junho de 2016.

Daniel Christian Bosi

Prefeito Municipal de Ilhota

PORTARIA Nº 471/2016

PORTARIA Nº 471/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

DEMITIR, a Srª FABIANA KRAMER RODRIGUES, do cargo de FONOAUDIÓLOGA, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 100 horas mês, a partir de 30 de junho de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 24 de junho de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ILHOTA

RESOLUÇÃO CMAS 08/2016

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Rua: Izidoro Maes, 257- Centro - Ilhota - SC

C.N.P.J. 14.756846/0001-60 CEP 88.320-000

Fone / Fax: (047) 3343-7061 E-mail: assistencia@ilhota.sc.gov.br

R E S O L U Ç Ã O Nº 008/2016

Dispõem Aprovação do Plano de Ação 2016

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO: ata de 08 de junho de 2016;

CONSIDERANDO: a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;

CONSIDERANDO: a Plano de Ação referente as atividades de 2016 da Gestão ao Fundo Nacional de Assistência Social, informações prestadas anualmente;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano de Ação 2016 físico e financeiro, conforme detalhadas as informações na ata de 08/06/2016.

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ilhota, 24 de junho de 2016.

Ana Lucia de Alencar Zimmermann

Presidente do Conselho Municipal de Assistência

Imbituba

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 14/2016 (SEMUSA)

PREFEITURA DE IMBITUBA

SEMUSA

PROCESSO Nº 22/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2016

A Prefeitura de Imbituba, por meio de seu Pregoeiro Oficial e através do Fundo Municipal de Saúde, comunica, que realizará às 08:00 horas, do dia 07 de Julho de 2016, licitação na modalidade de Pregão Presencial – SRP do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a possível “aquisição de microcomputadores, impressoras, equipamentos eletrônicos e de audiovisual com assistência técnica para uso da secretaria municipal de saúde.” O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 07:00 às 13:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 27 de junho de 2016.

Maria Martins dos Passos Souza

Secretária Municipal de Saúde

EXTRATO DE REVOGAÇÃO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO 20/2016 -SEAST

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SEAST

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que fica revogado o Processo Licitatório nº 20/2016, na modalidade de Pregão Presencial, pelo Sistema de Registro de Preços, de nº 15/2016, pois o processo foi caracterizado como deserto.

Imbituba, 27 de Junho de 2016.

Dilson Petrassem Junior

Pregoeiro Oficial

HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL PMI/CERSP/PSS/SEMUSA Nº 06/2016

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL PMI/CERSP/PSS/SEMUSA Nº 06/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Senhor JAISON CARDOSO DE SOUZA, no uso de suas atribuições legais e prerrogativas que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município, tendo em vista o Processo Seletivo Simplificado realizado para o preenchimento dos empregos públicos temporários existentes no Quadro de Pessoal da Prefeitura, conforme Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991; Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e as Leis Complementares n.º 3.135, de 25 de julho de 2007; 3.330, de 30 de abril de 2008; 3.436, de 22 de janeiro de 2009; 4.597, de 21 de agosto de 2015, e por recomendação da Comissão Especial de Recrutamento e Seleção de Pessoal – CERSP, HOMOLOGA o resultado final do Processo Seletivo Simplificado objeto do EDITAL PMI/CERSP/PSS/SEMUSA Nº 06/2016. Determina, por sua vez, a publicação no órgão oficial, no site da Prefeitura Municipal de Imbituba, no DOM – Diário Oficial dos Municípios, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Imbituba, 24 de junho de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 13/2016 (SEMUSA)

PREFEITURA DE IMBITUBA

SEMUSA

PROCESSO Nº 21/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2016

A Prefeitura de Imbituba, por meio de seu Pregoeiro Oficial e através do Fundo Municipal de Saúde, comunica, que realizará às 09:00 horas, do dia 07 de Julho de 2016, licitação na modalidade de Pregão Presencial – SRP do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a possível “aquisição de material de informática para uso da secretaria municipal de saúde.”

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 07:00 às 13:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 27 de junho de 2016.

Maria Martins dos Passos Souza

Secretária Municipal de Saúde

CÂMARA MUNICIPAL**ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 029/2016**

Ato da Presidência nº 029/2016

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 20ª Sessão Ordinária, da 4ª Sessão Legislativa, da 14ª Legislatura, a realizar-se no dia 27 de junho de 2016 (Segunda-feira), às 19h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

PROPOSIÇÃO						REGIME		
Mensagem	Modalidade/Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação	Discussão	Votação
044	PLC nº 376/2016	25/04/2016	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Define o limite das obrigações de pequeno valor a que alude o § 3º do art. 100 da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional nº 62, de 09 de dezembro de 2009, e estabelece outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
064	PL 4.854/2016	20/06/2016	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Autoriza o Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro à Associação dos Amigos dos Autistas de Imbituba- AMAI.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
065	PL 4.855/2016	24/06/2016	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Autoriza o Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro à Sociedade Amigos das Crianças e Adolescentes – SANCRAAD – e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005).

Gabinete da Presidência, 24 de junho de 2016.

Guilherme Santos Souza	Rogberto de Farias Pires
Presidente	Vice-Presidente
Zeli Pires	Rosália Maria de Souza Sgrott
Primeiro-Secretário	Segunda-Secretária

Indaial

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO N° 092/2016

MUNICIPIO DE INDAIAL

Processo Licitatório nº 092/2016

Edital de Tomada de Preços nº 015/2016-10430

Objeto: Contratação de mão de obra para manutenção da rede de iluminação pública.

Entrega dos envelopes: 12/07/2016 as 08:45h.

Abertura das propostas: 12/07/2016 as 09:00h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br – licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

Ipumirim

PREFEITURA

LEI Nº 1779

LEI Nº 1779 de 23 de junho de 2016

INSTITUI SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA, ESTABELECE DIRETRIZES PARA AS POLÍTICAS MUNICIPAIS DE CULTURA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei,

CAPÍTULO I DO SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA

Art. 1º. O Sistema Municipal de Cultura – SMC visa proporcionar efetivas condições para o exercício da cidadania cultural a todos os ipumirimenses, estabelece novos mecanismos de gestão pública das políticas culturais e cria instâncias de efetiva participação de todos os segmentos sociais atuantes no meio cultural, compreendido em seu sentido mais amplo considerando as suas dimensões simbólica, cidadã e econômica.

§ único. Para a consecução dos fins previstos neste artigo, o Sistema Municipal de Cultura tem como objetivos:

I. Formular e implementar políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas com a sociedade civil e com os demais entes de federação, promovendo o desenvolvimento humano, social e econômico em pleno exercício dos direitos culturais em consonância com as necessidades e aspirações da comunidade ipumirimense;

II. Consolidar um sistema público municipal de gestão cultural, com ampla participação e transparência nas ações públicas, através da implantação do Departamento Municipal de Cultura do Município de Ipumirim, e da implantação de novos instrumentos institucionais, como o Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC, o Fundo Municipal de Cultura – FMC e Plano Municipal de Cultura – PMC.

III. Mobilizar a sociedade, mediante a adoção de mecanismos que lhe permitam, por meio da ação comunitária, definir prioridades e assumir co-responsabilidades no desenvolvimento e na sustentação das manifestações e projetos culturais;

IV. Democratizar o acesso aos bens culturais e o direito à sua fruição, através da ampliação da oferta desses bens e da descentralização das ações culturais do município, estendendo o circuito e os aparelhos culturais a toda municipalidade, inclusive comunidades rurais e bairros;

V. Fortalecer as identidades locais, através da promoção e do incentivo à criação, produção, pesquisa, difusão e preservação das manifestações culturais, nos vários campos da cultura, de modo a renovar a auto-estima da população, fortalecer seus vínculos com a cidade e com as suas comunidades, estimular atitudes críticas e cidadãs e proporcionar prazer e conhecimento;

VI. Colaborar com a consolidação das organizações já existentes;

VII. Estimular a organização e a sustentabilidade de grupos, associações, coletivos, cooperativas e outras entidades de classe atuantes na área cultural;

VIII. Mapear, preservar, reconhecer, salvaguardar e valorizar o patrimônio cultural material e imaterial do Município e das suas gentes

IX. Proteger e aperfeiçoar os espaços e equipamentos destinados à produção, à circulação e ao acesso da cultura nas suas mais diversas manifestações, inclusive com a adequada acessibilidade para pessoas com deficiências;

X. Garantir continuidade aos projetos culturais já consolidados e com notório reconhecimento da comunidade;

XI. Assegurar a centralidade da cultura no conjunto das políticas locais, reconhecendo o Município como o território onde se traduzem os princípios da diversidade e multiplicidade culturais e estimulando uma visão local que equilibre o tradicional e o moderno numa percepção dinâmica da cultura; e

XII. Exercer outras atividades correlatas com seus objetivos.

Art. 2º. Fica criado o Departamento Municipal de Cultura a ser mantido com recursos do Fundo Municipal de Cultura, órgão de caráter normativo, consultivo, deliberativo e fiscalizador e integrante do Sistema Municipal de Cultura, podendo ser gerido por um Diretor de Cultura ou pelo (a) Secretário(a) Municipal de Educação, Cultura e Esportes do Município de Ipumirim.

CAPÍTULO II DA ESTRUTURA Sessão I - Dos Componentes

Art. 3º - Integram o Sistema Municipal de Cultura:

I – Gestão: Departamento Municipal de Cultura – DMC

II – Instâncias de articulação, pactuação e deliberação:

a) Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC; e

b) Conferência Municipal de Cultura – CMC

III – Instrumentos de gestão:

a) Fundo Municipal de Cultura – FMC

b) Plano Municipal de Cultura – PMC

c) Sistemas e Fóruns Setoriais de Cultura

d) Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIIC

e) Programa Municipal de Formação na Área de Cultura - PROMFAC

Sessão II – Da Gestão

Art 4º - O Departamento Municipal de Cultura será o órgão gestor do Sistema Municipal de Cultura – SMC, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, e subordinado diretamente ao Prefeito Municipal.

Art. 5º - Integram a estrutura do Departamento Municipal de Cultura - DMC:

a) Arquivo Histórico Municipal;

b) Banda Municipal;

c) Biblioteca Pública Municipal;

d) Coral Pequeno Vale;

e) Museu Comunitário de Ipumirim; e

f) Outras que venham a ser constituídas.

Art. 6º - São atribuições do Departamento Municipal de Cultura - DMC:

I. Formular e implementar, com a participação da sociedade civil o Plano Municipal de Desenvolvimento Cultural - PMDC, executando políticas e as ações culturais aprovadas;

II. Implementar o Sistema Municipal de Cultura - SMC integrado aos Sistemas Nacional e Estadual de Cultura, articulando os atores públicos e privados no âmbito do município, estruturando e integrando a rede de equipamentos culturais, descentralizando e democratizando a sua estrutura de atuação;

III. Assegurar a ampla discussão, a aprovação pelas instâncias legais e o funcionamento da Lei Municipal de Incentivo à Cultura;

IV. Operacionalizar as atividades do Conselho Municipal de Política

Cultural - CMPC e dos Sistemas de cultura do Município, inclusive dos equipamentos para o seu funcionamento;

V. Realizar a Conferência Municipal de Cultura – CMC e colaborar na realização e participar das Conferências Estadual e Nacional de Cultura;

VI. Encaminhar ao prefeito municipal, com antecedência de 60 dias ao envio do executivo ao legislativo, conforme legislação pertinente atual ou que vier a vigorar, a proposta orçamentária para a Lei de Diretrizes Orçamentárias e para o Plano Plurianual; após aprovação do Plenário do Conselho Municipal de Desenvolvimento Cultural;

VII. Encaminhar ao prefeito municipal, até o primeiro trimestre de cada ano, o Relatório Anual do ano anterior; após aprovação do Plenário do Conselho Municipal de Desenvolvimento Cultural;

VIII. Promover o planejamento e fomento das atividades culturais com uma visão ampla e integrada no território do Município considerando a cultura como uma das áreas estratégicas para o desenvolvimento local;

IX. Valorizar todas as manifestações culturais e linguagens artísticas que expressam a diversidade étnica, popular, tradicional e social do município;

X. Preservar, reconhecer, salvaguardar e valorizar o patrimônio cultural material e imaterial do Município e das suas gentes;

XI. Pesquisar, registrar, classificar, organizar, preservar e dar divulgação, conforme cada caso, a documentação e aos acervos artísticos, culturais e históricos, contribuindo, conforme legislação, quando os mesmos forem de propriedade privada;

XII. Manter articulação e promover o intercâmbio cultural e artístico a nível municipal, regional, estadual, nacional e internacional com entes públicos e privados visando à cooperação em ações na área da cultura; inclusive com a formação de consórcios, redes, coletivos ou outras entidades intermunicipais;

XIII. Promover ações de fomento ao desenvolvimento da produção cultural no âmbito do Município;

XIV. Descentralizar os equipamentos as ações e os eventos culturais, democratizando o acesso aos bens culturais;

XV. Estruturar e realizar cursos de formação e qualificação profissional nas áreas de criação, produção, gestão cultural, educação patrimonial e outras áreas de contribuição ao desenvolvimento cultural;

XVI. Estruturar o calendário de eventos culturais do Município e das entidades que participam do Sistema Municipal de Cultura;

XVII. Elaborar estudos das cadeias produtivas da cultura para implementar políticas específicas de fomento e incentivo;

XVIII. Captar recursos para projetos e programas específicos junto a órgãos, entidades e programas internacionais, federais e estaduais e da iniciativa privada; e

XIX. Exercer outras atividades correlatas com suas atribuições.

Art. 7º - Ao Departamento Municipal de Cultura como órgão gestor do Sistema Municipal de Cultura- SMC, compete:

I. Exercer a coordenação geral do Sistema Municipal de Cultura-SMC;

II. Promover a integração do Município ao Sistema Nacional de Cultura - SNC e ao Sistema Estadual de Cultura- SEC, por meio da assinatura dos respectivos termos de adesão voluntária;

III. Auxiliar o Governo Municipal e subsidiar os demais entes federados no estabelecimento de instrumentos metodológicos e na classificação dos programas e ações culturais no âmbito dos respectivos planos de cultura;

IV. Instituir as orientações e deliberações normativas e de gestão, aprovadas no plenário do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC e nas suas instâncias setoriais;

V. Coordenar e realizar a Conferência Municipal de Cultura – CMC;

VI. Implementar no âmbito do governo municipal as pactuações acordadas na Comissão Intergestores Tripartite – CIT e aprovadas pelo Conselho Nacional de Política Cultural – CNPC e na Comissão Bipartite – CIB e aprovadas pelo Conselho Estadual de Política Cultural;

VII. Emitir recomendações, resoluções e outros pronunciamentos sobre matérias relacionadas ao Sistema Municipal de Cultura

– SMC, observadas as diretrizes aprovadas pelo Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC;

VIII. Colaborar para o desenvolvimento de indicadores e parâmetros quantitativos que contribuam para a descentralização dos bens e serviços culturais promovidos ou apoiados, direta ou indiretamente, com recursos do Sistema Nacional de Cultura - SNC e do Sistema Estadual da Cultura - SEC, atuando de forma colaborativa com os Sistemas Nacional e Estadual de Informações e Indicadores Culturais;

IX. Colaborar, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura - SNC, para a compatibilização e interação de normas, procedimentos técnicos e sistema de gestão;

X. Subsidiar a formulação e a implementação das políticas culturais e ações transversais da cultura nos programas, planos e ações estratégicas do Governo Municipal; e

XI. Colaborar, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura - SMC, com o Governo do Estado e com o Governo Federal na implementação de programas de formação na Área da Cultura, especialmente capacitando e qualificando recursos humanos responsáveis pela gestão das políticas públicas de cultura do Município; e

XII. Exercer outras atividades correlatas com suas competências.

CAPÍTULO III

DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL

Art. 8º. Fica criado o Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC, órgão de caráter deliberativo, normativo, consultivo e fiscalizador que institucionaliza e organiza a relação entre a administração municipal e a sociedade civil e integra o Sistema Municipal de Cultura.

Art. 9º. O Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC tem como principal atribuição atuar, com base nas diretrizes propostas pela Conferência Municipal de Cultura – CMC, acompanhar a execução, fiscalizar e deliberar as políticas públicas de cultura, consolidadas no Plano Municipal de Desenvolvimento Cultural – PMDC.

Art. 10. São atribuições e competências do CMPC – Conselho Municipal de Política Cultural:

I. Representar a sociedade civil de Ipumirim junto ao Poder Público Municipal, no âmbito do Departamento Municipal de Cultura, em todos os assuntos que digam respeito à gestão e ao desenvolvimento cultural;

II. Convocar a Conferência Municipal de Cultura que é a instância máxima de participação e deliberação do CMPC, tendo direito à voz e voto todas as pessoas físicas e jurídicas e coletivas que participem da mesma;

III. Propor a constituição ou alteração de Sistemas, Fóruns e Colegiados apresentando justificativa e relevância por encaminhamento à Presidência do Plenário do Conselho Municipal de Política Cultural;

IV. Estabelecer diretrizes e deliberar normas para as políticas culturais do Município;

V. Apresentar, discutir e dar parecer sobre projetos que digam respeito à produção, ao acesso aos bens culturais; ao financiamento, ao reconhecimento, à circulação e à difusão das manifestações culturais e linguagens artísticas no território do Município de Ipumirim, bem como quando do interesse do Sistema Municipal de Cultura fora dele;

VI. Estimular a democratização e a descentralização das atividades de produção, formação e difusão culturais no município, visando garantir a cidadania cultural como direito de acesso e fruição dos bens culturais, de produção cultural e de preservação e salvaguarda do seu patrimônio cultural material e imaterial (histórico, social, político, artístico, paisagístico, ambiental, arquitetônico, tecnológico, arqueológico, esportivo, educacional, e outros);

VII. Estabelecer condições que garantam a continuidade de projetos culturais que fortaleçam as identidades locais, conforme legislação de incentivo;

VIII. Responder a consultas sobre questões relacionadas às

políticas culturais do município, conforme Regimento Interno;
IX. Fiscalizar as ações relativas ao cumprimento das políticas culturais do município, pelos órgãos públicos de natureza cultural, na forma de seu Regimento Interno; e
X. Exercer outras atividades correlatas com suas atribuições e competências.

Art. 11. O Conselho Municipal de Política Cultural será constituído por 12 (doze) membros titulares e igual número de suplentes, com a seguinte composição:

I - Governamentais:

- a) Diretor do Departamento Municipal de Cultura, membro nato, e seu suplente nomeado pelo diretor; e
- b) 1 (um) dirigente ou funcionário de instituição pública cultural e seu suplente, nomeados pelo Diretor de Cultura; e
- c) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes e seu suplente, nomeado pela Secretaria; e
- d) 3 (três) representantes de secretarias ou órgãos municipais ou instituições públicas estaduais ou federais com ações afins ou transversais à cultura, e seus suplentes nomeados pelo Prefeito Municipal.

II – Sociedade Civil:

- a) Colegiado Cultura nas Escolas;
- b) Colegiado Cultura nas Escolas Rurais;
- c) Colegiado Patrimônio Cultural Material e Imaterial;
- d) Colegiado de Artesanato;
- e) Colegiado de Canto e Música; e
- f) Colegiado de Artes

§ 1º. Os representantes da sociedade civil no Conselho Municipal de Política Cultural serão eleitos pelos respectivos segmentos, de maneira democrática, através de fóruns setoriais formado por entidades, associações, coletivos, artistas e fazedores de cultura, em eleições convocadas para este fim através de edital ou regulamento.

§ 2º. O Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC deverá eleger, entre seus membros, o Presidente e o Secretário Geral com os respectivos suplentes, sendo a escolha feita dentre os conselheiros efetivos, através de votação secreta do plenário.

§ 3º. Nenhum membro representante da sociedade civil, titular ou suplente, poderá ser detentor de cargo em comissão ou função de confiança vinculada ao Poder Executivo do Município.

§ 4º. O presidente do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC é detentor do voto de Minerva.

Art. 12. O Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC é constituído pelas seguintes instâncias:

I- Plenário e

II- Colegiados Setoriais

§ 1º - O Conselho Municipal de Política Cultural também contará com Comissões Temáticas e Grupos de Trabalho, constituídos de acordo com o seu Regimento Interno e aprovação do Plenário.

§ 2º - A criação ou alteração de Sistemas, Fóruns e Colegiados deverá ser aprovada pelo Plenário do Conselho Municipal de Política Cultural, com maioria de votos, apresentando justificativa e relevância, e encaminhada ao prefeito municipal para alteração de lei.

Art. 13. Ao Plenário, instância máxima do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC compete:

- I. Aprovar as diretrizes gerais, acompanhar e fiscalizar a execução do Plano Municipal de Desenvolvimento da Cultura - PMDC;
- II. Estabelecer normas e diretrizes pertinentes às finalidades e aos objetivos do Sistema Municipal de Cultura - SMC;
- III. Estabelecer o regimento interno do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC;
- IV. Estabelecer as diretrizes para o uso de recursos do Fundo Municipal de Cultura com base nas políticas culturais definidas no Plano

Municipal de Desenvolvimento Cultural – PMDC, informando-as às comissões técnica e de avaliação e seleção de projetos;

V. Acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Cultura – FMC;

VI. Apreciar e apresentar parecer sobre os Termos de Parcerias a ser celebrados pelo Município com Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPs, bem como acompanhar e fiscalizar a sua execução, conforme determinam as Leis Federais Nº 9.790/99 e Nº 13.019/2014;

VII. Aprovar a proposta orçamentária para a Lei de Diretrizes Orçamentárias e para o Plano Plurianual; após aprovação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Cultural a ser encaminhado ao prefeito municipal;

VIII. Aprovar o regimento interno da Conferência Municipal de Cultura - CMC;

IX. Delegar às diferentes instâncias componentes do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC o acompanhamento de matérias e parecer;

X. Definir as diretrizes do Programa Municipal de Formação na Área da Cultura – PROMFAC, especialmente no que tange à formação de recursos humanos para a gestão das políticas culturais e de educação patrimonial;

XI. Acompanhar a execução do Acordo de Cooperação Federativa assinado pelo Município de Ipumirim para sua integração ao Sistema Nacional de Cultura – SNC;

XII. Promover cooperação com os demais Conselhos Municipais de Política cultural, bem como o Conselho Estadual de Cultura de Santa Catarina e outros Estados, do Distrito Federal e Nacional;

XIII. Colaborar na implementação das pactuações acordadas na Comissão Intergestores Tripartite - CIT e na Comissão Intergestores Bipartite - CIB, devidamente aprovados, respectivamente, nos Conselhos Nacional e Estadual de Política Cultural;

XIV. Analisar e aprovar as diretrizes para as políticas setoriais de cultura oriundas dos sistemas setoriais municipais de cultura e de suas instâncias colegiadas;

XV. Definir juntamente com o Departamento Municipal de Cultura os parâmetros gerais para aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Cultura – FMC, inclusive no que concerne à distribuição territorial e ao peso relativo dos diversos segmentos culturais;

XVI. Apoiar a descentralização de programas, projetos e ações e assegurar nos meios necessários à sua execução e à participação social relacionada ao controle e fiscalização;

XVII. Contribuir para o aprimoramento dos critérios de partilha e de transferência de recursos no âmbito dos Sistemas Nacional e Estadual de Cultura;

XVIII. Promover cooperação com os grupos, comunidades e empreendedores culturais, formais ou não, os movimentos sociais, organizações não governamentais, coletivos e o setor empresarial, que realizem ou apoiem ações culturais ou artísticas e afins ou transversais;

XIX. Incentivar a participação democrática na gestão das políticas e dos investimentos públicos na área cultural; e

XX. Exercer outras atividades correlatas com suas atribuições e competências.

Art. 14. Compete aos Colegiados Setoriais fornecer subsídios ao Plenário do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC para a definição de políticas, diretrizes e estratégias dos respectivos segmentos culturais.

Art. 15. Os Colegiados serão representados pelos seus representantes eleitos para o Plenário do Conselho.

Art. 16. O mandato dos conselheiros será de (2) dois anos cabendo somente uma reeleição ou recondução de seus membros para o mesmo Colegiado.

§ 1º A primeira reunião será presidida pelo Diretor Municipal de Cultura que organizará os trabalhos de eleição da presidência e dos demais cargos eletivos do Conselho.

§ 2º A função de membro do Conselho Municipal de Política Cultural não será remunerada, sendo porém considerada de relevante interesse público para a cultura do Município de Ipumirim.

§ 3º Perde o mandato o conselheiro que deixar de comparecer, sem justa causa aprovada pelo plenário, a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 05 (cinco) intercaladas, em cada período de um ano, conforme deliberação a ser definida no Regimento Interno.

§ 4º Após a posse dos conselheiros o Departamento Municipal de Cultura -DMC deverá disponibilizar curso de capacitação aos conselheiros efetivos e suplentes.

§ 5º A nomeação dos integrantes do Conselho Municipal de Política Cultural se dará pela publicação no Diário Oficial do Município.

Sessão III - Da Conferência Municipal de Cultura – CMC

Art. 17 A Conferência Municipal de Cultura - CMC constitui-se numa instância de participação social, em que ocorre articulação entre o governo municipal e a sociedade civil por meio de organizações culturais e segmentos sociais, para analisar a conjuntura da área cultural no município e propor diretrizes para a formulação de políticas públicas de cultura, que comporão o Plano Municipal de Desenvolvimento da Cultura - PMDC.

§ 1º. É de responsabilidade da Conferência Municipal de Cultura - CMC propor, analisar, aprovar moções e proposições para autoridades e instituições municipais, estaduais, federais e internacionais, públicas ou privadas, e avaliar execução das metas concernentes ao Plano Municipal de Desenvolvimento da Cultura - PMDC e as respectivas revisões e adequações.

§ 2º. A Conferência Municipal de Cultura avaliará e proporá alterações, se necessárias, ao Sistema Municipal de Cultura e as encaminhará ao prefeito municipal.

§ 3º. A Conferência Municipal de Cultura – CMC se reunirá extraordinariamente, a qualquer tempo, a critério do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC e se reunirá de forma ordinária de acordo com o calendário de convocação das Conferências Nacional e Estadual de Cultura.

CAPÍTULO IV

DO FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA

Art. 18. Fica instituído o Fundo Municipal de Cultura - FMC, instrumento de financiamento das políticas públicas municipais de cultura.

Art. 19. O Fundo Municipal de Cultura tem por finalidades:

I. Apoiar as manifestações culturais, com base no pluralismo, na diversidade, nas vocações e no potencial de cada comunidade ou grupo, preferencialmente áreas e segmentos menos estruturados e organizados e onde estiver caracterizada ameaça aos direitos culturais e à identidade cultural;

II. Estimular o desenvolvimento cultural no Município, nas áreas urbana e rural, de maneira equilibrada, considerando as características de cada comunidade, as diretrizes definidas pelo Conselho Municipal de Política Cultural e prioridades do Plano Plurianual - PPA;

III. Incentivar a pesquisa e a divulgação das manifestações culturais locais, de modo a mapear e estimular os saberes e fazeres das comunidades tradicionais, de diversos atores envolvidos nos fazeres culturais;

IV. Financiar ações de preservação, reconhecimento, salvaguarda e valorização, do patrimônio cultural material e imaterial do Município e suas gentes;

V. Apoiar grupos e movimentos na formação de redes, associações, cooperativas, coletivos e entidades;

VI. Incentivar o aperfeiçoamento dos diversos atores envolvidos nos fazeres culturais e técnicos das diversas áreas de expressão da cultura, inclusive de empreendedores culturais;

VII. Valorizar o patrimônio cultural imaterial dos diferentes grupos formadores da cultura local;

VIII. Apoiar atores envolvidos nos fazeres culturais, através da

concessão de bolsas, ou outras modalidades de financiamento, que viabilizem seu aperfeiçoamento e garantam a continuidade de suas atividades, de acordo com critérios estabelecidos pelo Conselho Municipal de Políticas Culturais;

IX. Promover o acesso da população aos bens, equipamentos, espaços, atividades e serviços culturais; e

X. Financiar programas de divulgação e de circulação de bens culturais, promovendo também intercâmbio, com outros Municípios, Estados e Países e entre municípios próximos.

Art. 20. Constituem receitas do Fundo Municipal de Cultura:

I - Recursos orçamentários do Município;

II - Contribuições, transferências, subvenções, auxílios ou doações de setores públicos ou privados, nacionais ou internacionais;

III - Resultados de convênios, contratos ou acordos, celebrados com instituições públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, nas áreas de Arte e Patrimônio Cultural;

IV - Recursos oriundos de repasses de loterias, de acordo com as Leis referentes; e

V - Outros recursos, créditos e rendas adicionais ou extraordinárias que, por sua natureza, possam ser destinados ao FMC.

§ 1º Os recursos do Fundo são depositados em estabelecimento oficial, em conta corrente denominado de Departamento Municipal de Cultura/Fundo Municipal de Cultura.

§ 2º A cada final de exercício financeiro, os recursos repassados ao FMC, não utilizados, são transferidos para utilização pelo Fundo, no exercício financeiro subsequente.

Art. 21. Os recursos do Fundo Municipal de Cultura somente podem ser destinados a projetos e ações apresentados por pessoas físicas e jurídicas, de direito público e privado, e coletivos, do município de Ipumirim com atividades culturais, artísticas, de pesquisa, de produção, empreendimento, afins ou transversais à cultura, conforme determinado pela legislação pertinente.

& único. A Lei Municipal de Incentivo à Cultura também disporá sobre os critérios de apoio ou participação em projetos e ações de entidades não sediadas no Município, mas com vínculo de representatividade e de ações com entidades ou coletivos que atuam no território municipal.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 22. Deverão constar, obrigatoriamente, como metas do Plano Municipal de Desenvolvimento Cultural, para a sua aprovação nas instâncias legais, as seguintes ações encaminhadas pela Plenária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Cultural:

a) Regimento Interno dos Sistemas, Colegiados e Fóruns Setoriais a ser aprovado na primeira Conferência Municipal de Cultura após a aprovação desta lei;

b) Plano de trabalho do PROMFAC – Programa Municipal de Formação na Área de Cultura – no prazo de até 36 (trinta e seis) meses após a aprovação desta lei;

c) Lei Municipal de Incentivo à Cultura – no prazo de até 36 (trinta e seis) meses após a aprovação desta lei; e

d) Sistema operacional para o SMIIC – Sistema Municipal de Indicadores e Informações Culturais - no prazo de até 48 (quarenta e oito) meses após a aprovação desta lei.

Art. 23. O Departamento Municipal de Cultura formará uma Comissão, constituída por representantes de entidades culturais, que se responsabilizará, excepcionalmente, pelo acompanhamento e apoio ao processo eleitoral com vistas ao processo de escolha dos primeiros membros do Conselho Municipal de Política Cultural, ao final do qual a referida Comissão será automaticamente dissolvida.

Art. 24. Esta Lei será regulamentada pelo Poder Executivo e entrará

em vigor na data de sua publicação.

Art. 25. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Ipumirim-SC, 23 de junho de 2016

Valdir Zanella

Prefeito Municipal

LEI Nº 1780

LEI Nº 1780 de 23 de junho 2016

Dispõe sobre a fixação dos subsídio mensal do Prefeito e do Vice-Prefeito de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, para o período de 1º de janeiro de 2017 ate 31 de dezembro de 2020.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O subsídio mensal do Prefeito e do Vice-Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, para o período de 1º de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2020, é fixado com os seguintes valores:

I-O subsídio do Prefeito Municipal em R\$ 16.000,00;

II- (Vetado)

a)- No caso de substituição do Prefeito, durante seus impedimentos legais, licenças e ausências, o Vice-Prefeito receberá proporcionalmente aos dias de titularidade do cargo, o valor do subsídio mensal previsto no inciso I.

b) O Vice-Prefeito Municipal, investido nas funções de Secretário Municipal, deverá optar entre a remuneração de Vice-Prefeito ou a de Secretário Municipal, não podendo receber de forma acumulada ambas as remunerações.

Art. 2º O valor do subsídio mensal do Prefeito e do Vice-Prefeito Municipal será revisado anualmente, considerando o mesmo índice e a mesma data em que for realizada a revisão geral da remuneração dos servidores do município.

Parágrafo único. No ano de 2017, a revisão do subsídio do Prefeito e do Vice-Prefeito será proporcional ao numero de meses computados de janeiro até o mês da revisão geral anual dos servidores do município.

Art. 3º O valor do subsídio mensal do Prefeito e do Vice-Prefeito não poderá ser alterado durante o mandato.

Parágrafo único- A revisão prevista no art. 2º da presente Lei não é considerada como alteração de valor do subsidio mensal, limitando-se a assegurar a irredutibilidade da remuneração, em relação ao valor de origem.

Art. 4º As despesas para a execução da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias consignadas na Lei Orçamentária Anual.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017.

Ipumirim-SC, 23 de junho de 2016.

Valdir Zanella

Prefeito Municipal

LEI Nº 1781

LEI Nº 1781 de 23 de junho de 2016

Dispõe sobre a fixação do subsídio mensal dos Vereadores da Câmara Municipal de Ipumirim, - SC, para o período de 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2020.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, faço saber que a Câmara de Vereadores decreta e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - (Vetado)

I - (Vetado)

II - (Vetado)

a) - (Vetado)

Art. 2º - A ausência injustificada de Vereador, observados os critérios regimentais para essa caracterização, determinará os seguintes descontos do valor de seu subsídio mensal:

I – R\$ 750,00, por ausência em sessão plenária ordinária ou extraordinária corrigidos pelos mesmos índices adotados pela correção dos subsídios;

II- R\$ 25,00, por ausência em reunião de Comissão, corrigidos pelos mesmos índices adotados pela correção dos subsídios.

Art. 3º - Os subsídios mensais dos Vereadores e do Presidente da Câmara serão revisados anualmente, considerando os mesmos índices e as mesmas datas observadas para a revisão geral da remuneração dos Servidores Públicos Municipais.

Parágrafo único. No ano de 2017, a revisão do subsídio dos Vereadores será proporcional ao número de meses computados de janeiro até o mês da revisão geral da remuneração dos servidores do município.

Art. 4º- O subsídio mensal dos Vereadores não poderá ser alterado durante a legislatura.

Parágrafo único. A revisão prevista no art.3º desta Lei não é considerada como alteração de valor do subsídio mensal, limitando-se a assegurar a irredutibilidade da remuneração em relação ao valor de origem.

Art. 5º As despesas para a execução da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias consignadas na Lei Orçamentária Anual.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017.

Ipumirim, 23 de junho de 2016.

Valdir Zanella

Prefeito Municipal

LEI N° 1782

LEI N° 1782 de 23 de junho de 2016

Fixa o Subsídio dos Secretários Municipais de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, para o mandato de 2017 a 2020 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art 1º - O subsídio mensal dos Secretários Municipais do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, para o período de 1º de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2020, é fixado nos seguintes valores:

I – R\$ 5.400,00.

Art. 2º - O subsídio mensal dos Secretários Municipais serão revisados anualmente, considerando-se os mesmos índices e as mesmas datas observadas para a revisão geral da remuneração dos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – No ano de 2017 a revisão do subsídio dos Secretários Municipais será proporcional ao número de meses computados de janeiro até o mês da revisão anual dos servidores do município.

Art. 3º - As despesas para a execução da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias consignadas na Lei Orçamentária Anual.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017.

Ipumirim, 23 de junho de 2016.

Valdir Zanella

Prefeito Municipal

Irineópolis

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO Nº 41/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 41/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis.

Contratada: Central de Pesquisas e Marketing Ltda EPP.

Objeto: DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL, DE ACORDO COM A LEI Nº 9.394 DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.

Valor total: R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).

Vigência: 14.06.2016 a 31.12.2016

Base Legal – Processo Licitatório nº 26/2016 – Tomada de Preços nº. 10/2016

Lei 8.666/93 consolidada

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO Nº 42/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 42/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis.

Contratada: Construtora e Artefatos de Concreto Planaltina Ltda ME.

Objeto: EXECUÇÃO DA DRENAGEM NA AVENIDA BLUMENAU UTILIZANDO 12 M DE BUEIRO DE 100 CM, 18 M DE BUEIRO DE 80 CM, 16 M DE BUEIRO DE 40 CM E 12 M DE BUEIRO DE 30 CM ENTRE O TRECHO DA RUA FLORIANÓPOLIS ATÉ O FINAL DA AVENIDA BLUMENAU, RUA JOINVILLE UTILIZANDO 33 M DE BUEIRO DE 100 CM E 12 M DE BUEIRO DE 60 CM, RUA MAFRA UTILIZANDO 12 M DE BUEIRO DE 60 CM E 12 M DE 40 CM ENTRE O TRECHO DA RUA CAÇADOR ATÉ A AVENIDA BLUMENAU, RUA CURITIBANOS UTILIZANDO 250 M DE BUEIRO DE 40 CM E 90 M DE BUEIRO DE 30 CM ENTRE O TRECHO DA RUA CAÇADOR ATÉ A AVENIDA BLUMENAU, DE ACORDO COM O CONVÊNIO Nº 2016TR000816.

Valor total: R\$ 59.497,67 (cinquenta e nove mil quatrocentos e noventa e sete reais e sessenta e sete centavos).

Vigência: 23.06.2016 a 22.08.2017

Base Legal – Processo Licitatório nº 27/2016 – Tomada de Preços nº. 11/2016

Lei 8.666/93 consolidada

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO Nº 43/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 43/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis.

Contratada: J Lopes Construções Ltda EPP.

Objeto: CONSTRUÇÃO DE UMA QUADRA POLIESPORTIVA NÃO COBERTA, COM ÁREA TOTAL DE 680,0 M², NA ESCOLAS REUNIDAS JANDIRA BRANDEL DE SOUZA NO DISTRITO DE POÇO PRETO, INCLUINDO MATERIAIS E MÃO DE OBRA, DE ACORDO COM PROJETOS ARQUITETÔNICO, MEMORIAL DESCRITIVO, CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO E ORÇAMENTO.

Valor total: R\$ 87.777,77 (oitenta e sete mil setecentos e setenta e sete reais e setenta e sete centavos).

Vigência: 24.06.2016 a 23.12.2016

Base Legal – Processo Licitatório nº 28/2016 – Tomada de Preços nº. 12/2016

Lei 8.666/93 consolidada

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO Nº 44/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 44/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis.

Contratada: Construtora e Artefatos de Concreto Planaltina Ltda ME.

Objeto: EXECUÇÃO DA DRENAGEM NA RUA GUANABARA, UTILIZANDO 50 M DE BUEIRO DE 30CM, 175 M DE BUEIRO DE 80CM E 20 M DE BUEIRO DE 150CM, INCLUINDO MATERIAIS E MÃO DE OBRA, DE ACORDO COM PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E ORÇAMENTO, CONFORME PROPOSTA DE TRANSFERÊNCIA Nº 0000017707.

Valor total: R\$ 60.925,22 (sessenta mil novecentos e vinte e cinco reais e vinte e dois centavos).

Vigência: 24.06.2016 a 23.04.2017

Base Legal – Processo Licitatório nº 30/2016 – Tomada de Preços nº. 13/2016

Lei 8.666/93 consolidada

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

EXTRATO HOMOLOGAÇÃO Nº 26/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 26/2016

TOMADA DE PREÇOS Nº. 10/2016

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação da empresa: Central de Pesquisas e Marketing Ltda EPP.

Irineópolis, 14 de junho de 2016.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

EXTRATO HOMOLOGAÇÃO Nº 27/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 27/2016

TOMADA DE PREÇOS Nº. 11/2016

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação da empresa: Construtora e Artefatos de Concreto Planaltina Ltda ME.

Irineópolis, 23 de junho de 2016.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

EXTRATO HOMOLOGAÇÃO Nº 28/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 28/2016

TOMADA DE PREÇOS Nº. 12/2016

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação da empresa: J Lopes Construções Ltda EPP

Irineópolis, 24 de junho de 2016.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

EXTRATO HOMOLOGAÇÃO Nº 30/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 30/2016

TOMADA DE PREÇOS Nº. 13/2016

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação da empresa: Construtora e Artefatos de Concreto Planaltina Ltda ME.

Irineópolis, 24 de junho de 2016.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

Itá

PREFEITURA

EDITAL 003 - PROCESSO SELETIVO 001/2016

Editais 003 do Processo Seletivo 001/2016
CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os professores classificados no presente Processo Seletivo, de acordo com a lista abaixo, para comparecerem dia 27 de junho de 2016 às 13:30h na Secretaria Municipal de Educação, cito a Rua Principal nº 16, Bairro Vila Gerasaul..

Auxiliar de Classe

Desistência Adriana Bruckmann da Silva – Pré Escola Sítio do Pica Pau Amarelo

Posição	Nome	Assinatura
06	Taisa Indiara Cosmann	

Itá, 24 de junho de 2016
LEIDE MARA BENDER
Prefeita Municipal de Itá

EDITAL 019 - PROCESSO SELETIVO 004/2015

Editais 019 do Processo Seletivo 004/2015
CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os professores classificados no presente Processo Seletivo, de acordo com a lista abaixo, para comparecerem dia 27 de junho de 2016 às 13:30h na Secretaria Municipal de Educação, cito a Rua Principal nº 16, Bairro Vila Gerasaul..

Professor Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental

Pedagogia (Desistência professora Joane Nicoden – jardim II – Pré Escola Sítio do Pica Pau Amarelo)

Posição	Nome	Assinatura
46	Micheli Gonçalves Martini	

Itá, 24 de junho 2016
LEIDE MARA BENDER
Prefeita Municipal de Itá

Itapema

PREFEITURA

ALTERAÇÃO DE SITUAÇÃO DE VENCEDOR À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 120.2015 PROCESSO 182/2015 – PREGÃO PRESENCIAL – 04.120.2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ITAPEMA

ALTERAÇÃO DE SITUAÇÃO DE VENCEDOR À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 120.2015
PROCESSO 182/2015 – PREGÃO PRESENCIAL – 04.120.2015

BASE LEGAL: Lei 8.666/93 e alterações.

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção, conforme especificações e quantidades estimadas constantes do Anexo I do Edital de Pregão Presencial nº. 04.120.2015.

DO MOTIVO DA ALTERAÇÃO DE SITUAÇÃO: Altera-se a situação de vencedor para ex-vencedor do item 01 – CIMENTO CP. IV. SCAS. COM 50 KG – do Pregão Presencial 04.120.2015 da empresa S.I COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA EIRELI ME, motivado pela desclassificação por falta de entrega do item acima mencionado, conforme cláusulas previstas na Ata de Registro de Preços.

DA TRANSFERÊNCIA DO VENCEDOR: transfere-se para a empresa COSTA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA – EPP, a qual declarou interesse em assumir o saldo remanescente do item supracitado pelo mesmo valor registrado em Ata, conforme a Lei 10520/2002.

Itapema, 10 de junho de 2015.
EVERALDO DARÓS
DIRETOR DE CONTRATOS E LICITAÇÕES

DECRETO Nº 322/2019

DECRETO Nº 322/2016

DECLARA DE NECESSIDADE PÚBLICA PARA FINS DE OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA, A FIM DA RETIFICAÇÃO E TUBULAÇÃO DE CURSOS D'ÁGUA DAS ÁREAS URBANAS QUE ESPECÍFICA

CONSIDERANDO o disposto pelo Decreto-Lei nº 3.365 de 21 de junho de 1941;

CONSIDERANDO que o Poder Público tem a necessidade de usar, por tempo determinado, área urbana a fim de lhe ser permitida a execução de serviços da regularização e canalização de tubulações;

CONSIDERANDO que a ocupação temporária é a forma de intervenção pela qual o Poder Público usa transitoriamente imóveis ou áreas privadas, como meio de apoio à execução de obras e serviços públicos;

CONSIDERANDO que a atividade de retificação de qualquer tipo em Cursos D'água é atividade licenciável pelo Estado, no caso, pela Fundação do Meio Ambiente – FATMA;

CONSIDERANDO os relatórios da Defesa Civil no Município de Itapema, bem como, Auto de Constatação, parte integrante desse Decreto, em razão das várias casas atingidas devido o transbordamento e subdimensionamento, o qual observa a urgência da

presente medida a integridade estrutural dos imóveis localizados na região objetivada e à população local.

O Prefeito Municipal de Itapema, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA

Art. 1º - Declara de necessidade pública para fins de ocupação temporária, a fim da retificação e tubulação de cursos d'água e retificação do sistema de drenagem das áreas urbanas que específica:

I – tubulação e retificação de curso d'água, bem como retificação do sistema de drenagem no entorno onde a defesa civil de Itapema elaborou auto de constatação, em razão de várias casas atingidas devido o transbordamento e subdimensionamento de tubulações de drenagem localizadas no entorno das ruas 902 A1 até 902 A2;

II – tubulação/retificação de curso d'água localizado em terreno de propriedade de Rubens Rosa, com extensão de 100 metros, em virtude de obstrução da tubulação na servidão Natalício Vieira.

Art. 2º - As despesas decorrentes com a execução deste Decreto correrão por conta das Dotações Orçamentárias da Secretaria de Obras e Transportes para o exercício de 2016.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapema, 31 de maio de 2016.

RODRIGO COSTA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 323/2019

DECRETO Nº. 323/2016

Cria Nova Classificação Orçamentária - Elemento de Despesa e Fonte de Recursos no Quadro de Detalhamento da Despesa e Abre Crédito Adicional Especial e Suplementar Junto ao Orçamento Geral do Município para o Exercício de 2016 e dá Outras Providências.

O Prefeito Municipal de Itapema, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/1964 e LOA - Lei Orçamentária Anual do Município para 2016 nº. 3.499, de 18 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica criado junto ao Quadro de Detalhamento de Despesas, aprovado pela Lei Orçamentária Anual nº 3.499/2015, a classificação orçamentária (elemento de despesa com a fonte de recurso) e o Grupo de Destinação 3 - Recursos do Tesouro/Exercícios Anteriores, que passa a integrar o orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Itapema para o exercício de 2016.

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Especial e Suplementar ao orçamento vigente, na importância de R\$ 528.373,42 (quinhentos e vinte e oito mil trezentos e setenta e três reais e quarenta e dois centavos) para atendimento de programação da despesa do orçamento vigente, conforme segue:

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E TRANSPORTES

Unidade: 03 - Diretoria Regional de Serviços Urbanos

Projeto: 1.007 - Projeto - Melhoria, Pavimentação e Ampliação do Sistema Viário

Elemento: 4.4.90.00.00.00.01.0000.0/72 - Aplicações diretas

R\$ 100.000,00

Total da Secretaria:

R\$ 100.000,00

Órgão: 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

Unidade: 02 - Diretoria de Esportes

Atividade: 2.051 - Incentivo aos Atletas Locais

Elemento: 3.3.90.00.00.00.01.0000.0/132 - Aplicações diretas

R\$ 19.200,00

Total da Secretaria:

R\$ 19.200,00

Órgão: 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 05 - Diretoria Geral de Ensino

Atividade: 2.079 - Manut dos Recursos do FUNDEB - Ensino Fundamental

Elemento: 3.3.90.00.00.00.01.0018.0/219 - Aplicações diretas

R\$ 200.000,00

Atividade: 2.080 - Manutenção dos Recursos do FUNDEB - Ensino Infantil

Elemento: 3.3.90.00.00.00.01.0018.0/226 - Aplicações diretas

R\$ 200.000,00

Total da Secretaria:

R\$ 400.000,00

Órgão: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE ITAPEMA

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social

Atividade: 2.052 - Manutenção dos Serviços de Acolhimento Institucional - João e Maria

Elemento: 3.3.90.00.00.00.03.0031.0/34 - Aplicações diretas

R\$ 9.173,42

Total do F M A S:

R\$ 9.173,42

Total Geral:

R\$ 528.373,42

Art. 3º O Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo segundo será coberto com recursos de acordo com o artigo 43, § 1º, incisos I, II e III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, sendo inciso I, no valor de R\$ 9.173,42, inciso II, no valor de R\$ 103.450,00 e inciso III, no valor de R\$ 415.750,00, conforme abaixo:

Órgão: 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

Unidade: 02 - Diretoria de Esportes

Atividade: 2.051 - Incentivo aos Atletas Locais

Elemento: 4.4.90.00.00.00.01.0000.0/133 - Aplicações diretas

R\$ 15.750,00

Total da Secretaria:

R\$ 15.750,00

Órgão: 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 05 - Diretoria Geral de Ensino									
Atividade: 2.079 - Manut dos Recursos do FUNDEB - Ensino Fundamental									
Elemento: 4.4.90.00.00.00.01.0018.0/220 - Aplicações diretas							R\$	200.000,00	
Atividade: 2.080 - Manutenção dos Recursos do FUNDEB - Ensino Infantil									
Elemento: 4.4.90.00.00.00.01.0018.0/227 - Aplicações diretas							R\$	200.000,00	
							Total da Secretaria:	R\$	400.000,00
							Total Geral:	R\$	415.750,00
Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.									
Município de Itapema, 31 de maio de 2016.									
RODRIGO COSTA									
Prefeito Municipal									

LEI Nº 3.549/2016

Lei 3.549, de 24 de junho de 2016.									
DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.									
O Prefeito Municipal de Itapema, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/1964 e LOA - Lei Orçamentária Anual do Município para 2016 nº. 3.499, de 18 de dezembro de 2015, faz saber que a Câmara de Vereadores de Itapema aprovou e eu sanciono a seguinte LEI									
Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar ao orçamento vigente, na importância de R\$ 875.000,00 (oitocentos e setenta e cinco mil reais), destinados a suplementar o quadro orçamentário do Fundo da Infância e da Adolescência de Itapema, conforme segue:									
Órgão: 20 - FUNDO DA INFANCIA E DA ADOLESCÊNCIA DE ITAPEMA									
Unidade: 01 - Fundo da Infância e da Adolescência de Itapema									
Atividade: 2.060 - Manutenção do Fundo Municipal Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA									
Elemento: 3.3.90.00.00.00.01.0000.0/2 - Aplicações diretas								R\$	875.000,00
								Total do FIA:	R\$ 875.000,00
								Total Geral:	R\$ 875.000,00
Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo primeiro será coberto com recursos de acordo com o artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, na mesma importância, conforme segue:									
Órgão: 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPEMA									
Unidade: 04 -Diretoria de Administração e Finanças									
Atividade: 2.113 - Administração e Manutenção do F M S - Recursos Próprios									
Elemento: 3.1.90.00.00.00.01.0000.0/26 - Aplicações diretas								R\$	875.000,00
								Total do F M S:	R\$ 875.000,00
								Total Geral:	R\$ 875.000,00
Art. 3º Esta Lei será regulamentada através de Decreto a ser baixado pelo Executivo Municipal.									
Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.									
Município de Itapema, 24 de junho de 2016.									
RODRIGO COSTA									
Prefeito Municipal									

LEI Nº 3.550/2016

Lei 3.550, de 24 de junho de 2016.

INCLUI NO CALENDÁRIO DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE ITAPEMA O "DIA NACIONAL DA LUTA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

O Prefeito Municipal de Itapema, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município de Itapema, faz saber que a Câmara de Vereadores de Itapema aprovou e eu sanciono a seguinte

LEI

Art. 1º - Fica incluída no calendário de eventos do Município de Itapema o "Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência", que será celebrado no dia 21 de setembro, em consonância com a Lei Federal nº 11.133 de 14 de julho de 2005.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Itapema, 24 de junho de 2016.

RODRIGO COSTA

Prefeito Municipal

LEI Nº 3.551/2016

Lei 3.551, de 24 de junho de 2016.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE ITAPEMA A FILIAR-SE E CONTRIBUIR FINANCEIRAMENTE COM A FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS – FECAM

O Prefeito Municipal de Itapema, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município de Itapema, faz saber que a Câmara de Vereadores de Itapema aprovou e eu sanciono a seguinte

LEI

Art. 1º - Fica o Município de Itapema autorizado a filiar-se e contribuir financeiramente com a Federação Catarinense de Municípios – FECAM, portadora do CNPJ nº 75.303.982/0001-90, com sede na Rua General Liberato Bittencourt, nº 1.855, Sala nº 1310, Centro – Florianópolis/SC, mantendo em dia as contribuições mensais fixadas pela Assembléia Geral da entidade e publicadas conforme Resolução de seu Presidente.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta da dotação orçamentária: 3.3.50.41 – CONTRIBUIÇÕES.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Itapema, 24 de junho de 2016.

RODRIGO COSTA

Prefeito Municipal

LEI Nº 3.552/2016

Lei 3.552, de 24 de junho de 2016.

Altera a lei nº 1272 de 11 de dezembro de 1996, cria o Conselho Municipal de Turismo - COMTUR - e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Itapema, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município de Itapema, faz saber que a Câmara de Vereadores de Itapema aprovou e eu sanciono a seguinte

LEI

Art. 1º - Altera o caput do art. 3º e acrescenta as alíneas "s" e "t" ao art. 3º, ambos da lei nº 1272 de 11 de dezembro de 1996, com a seguinte redação:

"Art. 3º - O Conselho Municipal de Turismo será constituído por 20 membros efetivos e seus respectivos suplentes, nomeados pelo Prefeito Municipal, sendo estes indicados pelas seguintes

entidades:

s) 1 (um) membro indicado pela Câmara de Diretores Lojistas de Itapema – CDL e;

t) 1 (um) membro indicado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Cidadania e Habitação."

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Itapema, 24 de junho de 2016.

RODRIGO COSTA

Prefeito Municipal

LEI Nº 3.553/2016

Lei 3.553, de 24 de junho de 2016.

ACRESCENTA O INCISO IX AO ARTIGO 28 E ALTERA O ARTIGO 29 DA LEI Nº 115/85 – CÓDIGO DE POSTURAS DE ITAPEMA.

O Prefeito Municipal de Itapema, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município de Itapema, faz saber que a Câmara de Vereadores de Itapema aprovou e eu sanciono a seguinte

LEI

Art. 1º - Fica aditado o inciso IX na Lei 115/85 que passará a conter a seguinte redação:

Art. 28 -

(...)

IX – Despejar nas ruas, logradouros públicos, bueiros e valas, sobras de concreto provenientes de caminhões betoneiras e de qualquer equipamento utilizado no ramo da construção civil.

Art. 2º - O artigo 29 da lei 115/85 passará a conter a seguinte redação:

Art. 29. É proibido lançar nas vias públicas, nos terrenos sem edificação, várzeas, valas, bueiros e sarjetas, lixo de qualquer origem, entulhos, sobras de concreto de caminhões betoneira ou de qualquer equipamento utilizado na construção civil, cadáveres de animais, fragmentos pontiagudos ou qualquer material que possa ocasionar incômodo à população ou prejudicar a estética da cidade, bem como queimar, dentro do perímetro urbano, qualquer substância que possa viciar ou corromper a atmosfera.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação..

Itapema, 24 de junho de 2016.

RODRIGO COSTA

Prefeito Municipal

LEI Nº 3.554/2016

Lei 3.554, de 24 de junho de 2016.

Denomina de servidão Hilda Simas, a servidão que especifica e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Itapema, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município de Itapema, faz saber que a Câmara de Vereadores de Itapema aprovou e eu sanciono a seguinte

LEI

Art. 1º - Fica denominada de "Servidão Hilda Simas" a servidão que tem início na Servidão Agripio A. Simas no Bairro Sertão do Trombudo.

Parágrafo único - É parte integrante desta Lei o Memorial Descritivo (Anexo I), Anotação de Responsabilidade Técnica (Anexo II) e o

Levantamento Planimétrico (Anexo III).

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Itapema, 24 de junho de 2016.

RODRIGO COSTA

Prefeito Municipal

LEI Nº 3.555/2016

Lei 3.555, de 24 de junho de 2016.

Altera a Lei n 3175 de 07 de maio de 2013, que denomina as servidões que especifica e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapema, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município de Itapema, faz saber que a Câmara de Vereadores de Itapema aprovou e eu sanciono a seguinte

LEI

Art. 1º - Fica aditado a Lei Municipal nº. 3175 o Anexo III - Levantamento Planimétrico e Memorial Descritivo referente a servidão Maria Genuaria dos Santos.

Art. 2º - Os anexos I e II da Lei Municipal nº. 3175 passa a vigorar apenas no que tange a Servidão José Quintino Rocha dos Santos.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário

Itapema, 24 de junho de 2016.

RODRIGO COSTA

Prefeito Municipal

PROCESSO Nº 091 / 2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04.060.2016 OBJETO: AQUISIÇÃO DE 04 (QUATRO) COFRES DIGITAIS PARA A DELEGACIA DE POLÍCIA DE ITAPEMA.

Estado de Santa Catarina

Município de Itapema

EDITAL DE LICITAÇÃO

O Município de Itapema, torna público a reabertura do:

Processo nº 091 / 2015 – Pregão Presencial nº. 04.060.2016

Objeto: Aquisição de 04 (quatro) cofres digitais para a Delegacia de Polícia de Itapema.

Entrega dos envelopes: Até às 16:00(dezesseis) horas do dia 08/07/2016.

Abertura do Pregão: 08/07/2016 às 16:00(dezesseis) horas.

Endereço para retirada do edital: O edital poderá ser baixado pelo sítio www.itapema.sc.gov.br, no ícone "serviços – fornecedores – modalidades – pregão – pasta 04.060.2016" ou pessoalmente, Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro.

Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3268-8019.

Itapema, 24 de junho de 2016.

Everaldo Darós

Diretor de Compras, Contratos e Licitações

Itapiranga

PREFEITURA

DECRETO Nº 87 DE 22 DE JUNHO DE 2016

DECRETO Nº 87 DE 22 DE JUNHO DE 2016.

Designa Comissão Especial para análise da documentação e julgamento das propostas referente os Processos de Licitação na modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 98/2016, 99/2016, 100/2016, 101/2016, de 08/06/2016 da Prefeitura Municipal de Itapiranga e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal e Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

D e c r e t a:

Art. 1º Ficam com o presente Decreto designados os senhores JANETE FRANTZ, DIENIFER STRACK e REGIS KUERMER BITTENCOURT para, sob a presidência da primeira designada, compor a Comissão Especial de Análise e Julgamento na realização da abertura e apreciação do conteúdo dos envelopes "documentação"; bem como efetuar a abertura, apreciação e julgamento do conteúdo dos envelopes "proposta" referente Processos de Licitação na modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia de 08/06/2016 da Prefeitura Municipal de Itapiranga, sendo o Edital nº 98/2016 às 08h00min, Edital nº 99/2016 às 10h00min, Edital nº 100/2016 às 13h30min e o Edital nº 101/2016 às 15h00min, no dia 24/06/2016.

Parágrafo único. As designações constantes no "caput" do presente artigo não contam ônus para os cofres públicos municipais por ser considerado serviço relevante prestado ao Município.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga – SC, 22 de junho de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretario Municipal de Administração.

Itapoá

PREFEITURA

PROCESSO DE TRANSFERÊNCIA – EDITAL N° 023/2016 VAGAS EXCEDENTES SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO DE TRANSFERÊNCIA – EDITAL N° 023/2016
VAGAS EXCEDENTES SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Antônio Paulo Tercziany, Secretário Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto na seção IX em seu artigo 26, § 1º da Lei Municipal nº 044 de 12 de setembro de 2014, torna público, pelo presente Edital as normas e procedimentos que nortearão o Processo de Transferência de Servidor Público Municipal de sua Lotação para outra de Vagas Excedentes da Secretaria Municipal de Saúde de Itapoá/SC.

1. DAS INSCRIÇÕES

As inscrições para remoção deverão ser realizadas no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Itapoá, nos dias 07 e 08 de Julho de 2016 no horário das 08:00 às 13:00 horas, conforme quadro de vagas em anexo I.

2. DOS DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO

No ato da inscrição os candidatos deverão entregar os documentos abaixo relacionados, em um envelope lacrado, com identificação do candidato. Ex: Nome, CPF, Cargo e Telefone para Contato.

- Requerimento, conforme anexo II, devidamente preenchido e assinado;
- Cópia da Portaria de Lotação em vigor, para os que já possuem;
- Cópia dos Certificados de Habilitação na área, se possuir (ex: curso técnico, Graduação, Pós Graduação, Mestrado, Doutorado)
- Comprovante de tempo de serviço público municipal em dias, através de declarações de prefeituras, se possuir.

3. DO QUADRO DE VAGAS

3.1 O Servidor Público Municipal que não se manifestar no período determinado para a escolha da vaga do processo de remoção perderá o direito sobre a escolha;

3.2 A escolha da vaga deverá ser pessoal e não poderá ser realizada através de procuração particular ou pública.

4. DA CLASSIFICAÇÃO

Os requerimentos dos profissionais efetivos da saúde, interessados na remoção serão analisados e atendidos de acordo com os critérios da Lei 044/2014, como segue abaixo:

- I – maior habilitação na área de atuação;
- II – maior tempo de Serviço Público Municipal em dias;
- III – sorteio com a presença dos candidatos inscritos na vaga.

5. DA DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO

5.1 A listagem classificatória será publicada no site da Prefeitura no endereço eletrônico www.itapoa.sc.gov.br no dia 12/07/2016.

5.2 A interposição de recursos poderá ser feita no Protocolo da Prefeitura Municipal de Itapoá, no dia 13 de Julho de 2016 das 08:00 às 13:00 horas. Somente serão analisados os recursos protocolados no dia estabelecido para tanto.

5.3 Após a Classificação Final, no mês subsequente o profissional da saúde requerente será lotado (a) na Unidade de Saúde requerida, através do ato do Chefe do Poder Executivo, a ser publicado em Edital no Setor de Recursos Humanos e passará a atuar a partir da sua lotação.

5.4 O Setor de Recursos Humanos deverá enviar ao profissional uma via original da Portaria de Lotação até o mês subsequente.

5.5 No caso do não recebimento da Portaria de Lotação, o servidor poderá procurar o Setor de Recursos Humanos para retirada da mesma.

6. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

6.1 O (a) Requerente deverá revisar o requerimento de remoção e lotação e verificar a exatidão das informações nele contidas, tornando-se após a assinatura, responsável pela mesma.

6.2 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Processos de Transferências.

6.3 Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 23 de Junho de 2016.

Antônio Paulo Tercziany
Secretário de Saúde

Marciane Rech
Enfermeira Coordenadora ESF

Maria Neco dos Santos Silva Noeli Schwetler Saidel
Agente Administrativo II Auxiliar de Serviços Gerais

ANEXO I

QUADRO DE VAGAS PARA REMOÇÃO E LOTAÇÃO

ÁREA	VAGAS	C.H.	LOCAL
Auxiliar de Serviços Gerais	4	40	Pronto Atendimento 24horas
Técnico de Enfermagem	1	40	Unidade Básica de Saúde Jaguaruna – extensão UBS Pontal do Norte

ANEXO II

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAPOÁ / SC EDITAL 023/2016

Eu, _____
Matrícula _____, lotado (a) e em exercício no (a) _____, no cargo de:
_____ com carga horária de _____ horas semanais, venho por meio deste,

REQUERER,

A Transferência de Lotação para a vaga de _____, no (a) _____, com carga horária de 40 horas semanais, conforme Edital de Processo de Transferência de Servidor Público Municipal nº 023/2016 de 23 de Junho de 2016.

Nestes termos, pede deferimento.

Assinatura

Itapoá, _____ de _____ de 2016.

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 02/2016 DO EDITAL Nº 012/2016

TERMO DE CONVOCAÇÃO 002/2016 DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
EDITAL Nº 012/2016

Alessandra Silveira Oliveira, no uso de suas atribuições legais CONVOCA a candidata Rosimara Piva para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados:

1. Cédula de Identidade (RG);
2. Cadastro de Pessoa Física (CPF);
3. Título de Eleitor;
4. Certidão de Quitação Eleitoral (internet);
5. Certidão de nascimento ou casamento;
6. Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep;
7. Uma foto 3/4 recente;
8. Comprovante de residência;
9. Comprovante de Escolaridade exigido no edital para o cargo;
10. Certidão de Antecedentes Criminais (emitido pelo Fórum de Itapoá/SC);
11. Certidão de Nascimento dos Filhos;
12. Certidão de Regularização do CPF (internet);
13. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação pela constituição. (prefeitura fornece);
14. Declaração de bens e ou IRRF (prefeitura fornece);
15. Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece);
16. Declaração de dependentes para Imposto de Renda (Prefeitura fornece);
17. Tipagem sanguínea;
18. Laudo médico;
19. Nº Conta corrente na Caixa Econômica Federal Itapoá.

Itapoá, 24 de Junho de 2016
Alessandra Silveira Oliveira
Secretária da Assistência Social Itapoá

Ituporanga

PREFEITURA

Decreto nº 559, de 24 de junho de 2016

DECRETO nº. 559, de 24 de Junho de 2016

DISPÕE SOBRE O CREDENCIAMENTO DAS MONITORAS DO ESTACIONAMENTO ROTATIVO DE ITUPORANGA, COMO AGENTES DA AUTORIDADE DE TRÂNSITO.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito Municipal de Ituporanga, no exercício de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei Federal nº 9.503, de 23 de Setembro de 1997, Lei Municipal nº 2.158, de 09 de Fevereiro de 2007, e Decreto Municipal 269, de 13 de Junho de 2014, DECRETA:

Art. 1º. Ficam credenciados como Agentes da Autoridade de Trânsito, as monitoras da empresa Sermog Ltda., concessionária dos serviços de estacionamento rotativo, abaixo relacionadas, para fiscalizar o cumprimento das normas acerca do estacionamento de veículos nas áreas abrangidas pelo rotativo municipal, emitindo os respectivos avisos de irregularidade:

NOME RG CPF DATA

GISLAINE JHENIFFER NUNES 7381375 083.150.889-20 23/02/2015

GESILAINE DIAS GOEDERT 4860570 053.432.199-26 26/02/2015

NATALIA SOARES DE SOUSA 7314423 132.805.937-51 17/06/2015

PÂMELLA F. DE FREITAS 5679126 099.316.579-60 02/07/2015

JACIARA DA SILVA 6050265 081.597.499-02 03/07/2015

SILENE MOMM 5354176 012.129.369-65 21/07/2015

MARCIANA PLOTECKER 128888152 071.403.369-38 01/09/2015

LUANA M. PLOTECKER COELHO 47195134 113.863.579-01 01/12/2015

KALLEN M. GOMES SALVADOR 5519180 096.980.959-00 05/01/2016

ANA CAROLINA A. DA SILVA 6257372 098.019.939-52 06/01/2016

JAQUELINE CARINA GRAH 5987621 096.035.509-06 23/04/2016

ELZA SOARES L. DE SOUZA 5872236 076.055.869-81 23/05/2016

GLENDA COSTA SILVA 6903729 107.176.959-64 07/06/2016

GIOVANA SANTOS MORARO 4553875 047.595.269-35 09/06/2016

LAIS DEMÉTRIO 108640138 101.295.419-66 11/06/2016

Art. 2º. As monitoras do estacionamento rotativo perderão a condição de credenciados a partir do momento que romperem o vínculo com a concessionária do Município.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 24 de junho de 2016.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito de Ituporanga

ELIANA DAMANN COSTA

Diretora do Departamento Municipal de Trânsito

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 10/2016/FMS CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MOBILIÁRIO DOS AMBIENTES DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA CENTRAL I E II

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº10/2016

Processo: 10/2016/FMS

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MOBILIÁRIO DOS AMBIENTES DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA CENTRAL I E II. FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Item. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 08 de julho de 2016 até as 09:00 horas. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: Dia 08 de julho de 2016 às 09:30 horas no setor de licitações. INÍCIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 10:00 horas do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 07:00 às 13:00 horas e pelo fone (**47) 3533-1211. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: www.ituporanga.sc.gov.br, no link Prefeitura/Editais/Licitações.

Ituporanga, 27 de junho de 2016

Walter Reichmuth Day

Secretário da Saúde

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2016 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL, ÓLEOS LUBRIFICANTES DIVERSOS E GRAXAS PARA TODA A FROTA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA E TAMBÉM PARA O CORPO DE BOMBEIROS,

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº29/2016

Processo: 39/2016

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL, ÓLEOS LUBRIFICANTES DIVERSOS E GRAXAS PARA TODA A FROTA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA E TAMBÉM PARA O CORPO DE BOMBEIROS. FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Item. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 07 de julho de 2016 até as 09:00 horas no setor de protocolos. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: Dia 07 de julho de 2016 às 09:30 horas no setor de licitações. INÍCIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 10:00 horas do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 07:00 às 13:00 horas e pelo fone (**47) 3533-1211. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: www.ituporanga.sc.gov.br, no link Prefeitura/Editais/Licitações.

Ituporanga, 27 de junho de 2016

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 10.926/2016

D E C R E T O Nº 10.926/2016

Altera Dispositivos do Decreto Municipal Nº 10.851/2016, de 05 de Maio de 2016, e Prorroga Período de Realização do Censo Cadastral Previdenciário dos Servidores Públicos Titulares de Cargo Efetivo, Ativos, Aposentados e Pensionistas, Segurados do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), do Município de Jaraguá do Sul.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 71, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, em cumprimento às determinações legais contidas nos artigos 3º e 9º, inciso II, da Lei Federal Nº 10.887, de 18 junho de 2004; e

CONSIDERANDO o Acordo de Cooperação, celebrado entre a União, por intermédio do Ministério do Trabalho e Previdência Social e o Município de Jaraguá do Sul, assinado em 09 de dezembro de 2014;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal Nº 10.851/2016, de 05 de maio de 2016;

DECRETA :

Art.1º Fica prorrogado o período de realização do Censo Cadastral Previdenciário até o dia 29/06/2016.

Art.2º Fica alterado o artigo 18, do Decreto Municipal Nº 10.851/2016, de 05/05/2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.18. Os servidores aposentados e pensionistas ao realizarem o Censo Cadastral Previdenciário disposto neste Decreto ficam, no exercício de 2016, dispensados da realização do recadastramento previdenciário no respectivo mês de aniversário.”

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 23 de junho de 2016.

DIETER JANSSEN
Prefeito

ROSANA MARIA DE SOUZA ROSA

Diretora-Presidente do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais de Jaraguá do Sul (Issem)

ISSEM - 1ª RETIFICAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 05/2016 ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS

1ª RETIFICAÇÃO

TOMADA DE PREÇO Nº 05/2016

ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS

A Diretora Presidente do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 12 da Lei Complementar nº 033/2003, de 23 de dezembro de 2003 e suas alterações, resolve retificar o edital de licitação supra citado de acordo com as seguintes modificações:

I – Incluir a letra “g” no inciso III do anexo V do edital, conforme segue:

“g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, (ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa) de Débitos Trabalhistas – CNDT.”

II - A data de entrega dos envelopes de habilitação e de proposta comercial, bem como a data da sessão de abertura do presente

processo licitatório, previstas no item 2.1. do edital, ficam alteradas para o dia 14/07/2016, as 14 horas, na sede do ISSEM.

III – As demais disposições do edital permanecem inalteradas.

Jaraguá do Sul, 22 de junho de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa
Diretora Presidente do ISSEM

PORTARIA Nº 524/2016

PORTARIANº 524/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto no artigo 127, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20 de outubro de 2015; e

CONSIDERANDO os termos do Processo Nº 19652/2016;

RESOLVE :

Art.1º CONCEDER LICENÇA, sem remuneração, para tratar de interesses particulares, ao servidor público municipal FRANCISCO SIMÕES, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, no período de 06/07/2016 a 05/07/2018, podendo ser prorrogado por igual período, vedada sua renovação antes de 02 (dois) anos de eventual prorrogação.

Art.2º A licença poderá ser interrompida, a qualquer tempo, a pedido do servidor ou no interesse do serviço.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06/07/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 23 de junho de 2016.

DIETER JANSSEN
Prefeito

PORTARIA Nº 525/2016

PORTARIANº 525/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos do Decreto Municipal Nº 6.142/2007, de 10/08/2007, alterado pelos Decretos Municipais Nºs 9.243/2013, de 15/03/2013; 9.887/2014, de 30/04/2014; e 10.485/2015, de 27/07/2015; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 031/2016/Comcidade, de 20/06/2016, do Conselho Municipal da Cidade de Jaraguá do Sul;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 20/06/2016, RONALDO DE LIMA para a Presidência e AMAURI FRANCISCO STEINMACHER para a Vice-Presidência do Conselho Municipal da Cidade de Jaraguá do Sul (Comcidade).

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 20/06/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 23 de junho de 2016.

DIETER JANSSEN
Prefeito

PORTARIA Nº 526/2016

PORTARIANº 526/2016

Homologa Avaliação de Desempenho de Estágio Probatório.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal Nº 119/2012, de 23/03/2012, regulamentada pelo Decreto Municipal Nº 8.509/2012, de 23/03/2012, alterado pelo Decreto Municipal Nº 8.908/2012, de 20/09/2012; e

CONSIDERANDO os documentos constantes do Processo de Avaliação de Estágio Probatório, avaliados pela COMISSÃO designada através do Decreto Municipal Nº 8.571/2012, e alterações, Atestado de Saúde Ocupacional e à vista do parecer final da autoridade competente, que considerou o(a) servidor(a) "APTO(A) - Atende as expectativas", para o exercício do cargo público;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 027/2016/CADEP, de 22/06/2016, da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho do Servidor em Estágio Probatório;

RESOLVE :

Art.1º HOMOLOGAR as Avaliações de Desempenho de Estágio Probatório, considerando APTO(A) para exercer as atribuições do cargo público os servidores a seguir relacionados:

NOME	MAT.	CARGO	LOTAÇÃO	DATA INICIAL	DATA FINAL
Adriana Andreiake Burzi	10262	Agente de Alimentação e Nutrição	Secretaria Municipal da Educação	18/06/12	18/06/15
Nilson Fernando Kieuteka	10180	Secretário de Unidade Escolar	Secretaria Municipal da Educação	02/04/12	23/06/15
Débora Kate Pinheiro	10301	Agente de Alimentação e Nutrição	Secretaria Municipal da Educação	20/08/12	20/08/15
Anilce da Cunha Gonçalves	10079	Auxiliar de Sala	Secretaria Municipal da Educação	02/03/12	02/09/15
Lilian de Fátima Souza Francisco	9891	Terapeuta Ocupacional	Secretaria Municipal da Assistência Social, Criança e Adolescente	05/03/12	05/09/15
Liane Maria Kreuz Schmatz	10322	Agente Comunitária de Saúde	Secretaria Municipal da Saúde	24/09/12	24/09/15
Deise Aparecida Pedroso	10297	Agente de Alimentação e Nutrição	Secretaria Municipal da Educação	01/08/12	15/09/15
Eliana Deniz Lopes da Silva	10056	Agente de Alimentação e Nutrição	Secretaria Municipal da Educação	23/03/12	21/09/15
Leticia Uhmman Schneider	10119	Professora de Ensino Fundamental - Lic. Plena	Secretaria Municipal da Educação	01/03/12	01/09/15
Marli Fernandes Mendonça	10313	Agente Comunitária de Saúde	Secretaria Municipal da Saúde	18/09/12	18/09/15
Deise Cristiane Russi Becker	10318	Técnica de Enfermagem	Secretaria Municipal da Saúde	03/09/12	03/09/15
Mikeller Freire de Lima	10309	Agente Administrativo	Secretaria Municipal da Assistência Social, Criança e Adolescente	11/09/12	11/09/15
Luciana Schuch	10314	Enfermeira	Secretaria Municipal da Saúde	17/09/12	17/09/15
Thalita Aimone Piazza Schultz Moura	10251	Técnica de Enfermagem	Secretaria Municipal da Educação	01/06/12	01/06/15
Ana Karina Peres Cruscem Pacheco	10243	Agente de Alimentação e Nutrição	Secretaria Municipal da Educação	21/06/12	21/06/15
Neide Rejane Munzlinger Capelari	10261	Pedagoga	Secretaria Municipal da Educação	11/06/12	11/06/15
Janice Marcon	10255	Pedagoga	Secretaria Municipal da Educação	04/06/12	04/06/15
Sheila Cristine Rost	10187	Agente de Alimentação e Nutrição	Secretaria Municipal da Educação	09/04/12	06/06/15
Katiana Heck Largura	10275	Professora de Educação Infantil - Ens. Superior	Secretaria Municipal da Educação	02/07/12	02/07/15
Cárim Daiane Sanches	10279	Professora de Educação Infantil - Ens. Superior	Secretaria Municipal da Educação	26/07/12	26/07/15
Michele Moreland Scheibe	10288	Agente de Alimentação e Nutrição	Secretaria Municipal da Educação	01/08/12	01/08/15
Lilian Westerhoff Bodemberg	10051	Agente de Alimentação e Nutrição	Secretaria Municipal da Educação	02/03/12	03/09/15
Cristiane Maite Hess Wackerhage	10209	Agente de Alimentação e Nutrição	Secretaria Municipal da Educação	02/04/12	14/08/15
Maria Lunelli	10216	Professora de Ensino Fundamental - Lic. Plena	Secretaria Municipal da Educação	02/05/12	09/08/15
Francesca Carla Konell Weck	9702	Técnica de Enfermagem	Secretaria Municipal da Saúde	02/07/12	18/09/15
Gio Fabiano Voltolini Junior	10304	Professor de Ensino Fundamental - Lic. Plena	Secretaria Municipal da Educação	14/08/12	14/08/15
Juliana Aparecida Ferreira Constante	10310	Enfermeira	Secretaria Municipal da Saúde	04/09/12	04/09/15
Solange Drachinski	10249	Agente de Alimentação e Nutrição	Secretaria Municipal da Educação	18/06/12	01/08/15
Sandra Mara Gruber	10259	Coordenadora Pedagógica	Secretaria Municipal da Educação	01/06/12	01/06/15
Paula Roberta Scaburi dos Santos	10225	Professora de Ensino Fundamental - Lic. Plena	Secretaria Municipal da Educação	02/05/12	02/05/15
Maria Aparecida Pickler Schmitz	10257	Professora de Educação Infantil - Ens. Superior	Secretaria Municipal da Educação	01/06/12	01/06/15
Nerci Salete Galvão Kugelmeier	10272	Coordenadora Pedagógica	Secretaria Municipal da Educação	16/07/12	16/07/15
Claudia Delenga	10263	Agente de Alimentação e Nutrição	Secretaria Municipal da Educação	18/06/12	18/07/15
Maria Elza Chelcki	10277	Agente de Limpeza e Conservação	Secretaria Municipal da Educação	20/07/12	20/07/15
Eva de Fatima Pereira Deluca	10280	Agente de Limpeza e Conservação	Secretaria Municipal da Educação	20/07/12	20/07/15
Simone Lumertz Pinto	10284	Técnica de Enfermagem	Secretaria Municipal da Saúde	23/07/12	23/07/15

Ana Claudia Bierhals Viegas	9830	Médica Especialista	Secretaria Municipal da Saúde	13/02/12	13/08/15
Carla Liliane Idalencio	9793	Professora de Educação Infantil - Ens. Superior	Secretaria Municipal da Educação	01/02/12	01/08/15
Luciane Lisboa	9878	Auxiliar de Sala	Secretaria Municipal da Educação	08/02/12	08/08/15
Hellysan dos Santos	10085	Auxiliar de Sala	Secretaria Municipal da Educação	01/03/12	01/09/15
Jakcely Tereza Wosniak Fabiane	10308	Auxiliar em Saúde Bucal	Secretaria Municipal da Saúde	03/09/12	03/09/15
Arcineia Seibel	10245	Agente Comunitária de Saúde	Secretaria Municipal da Saúde	20/06/12	20/06/15
Claudia Mara Gomes	10253	Agente de Limpeza e Conservação	Secretaria Municipal da Saúde	04/06/12	10/09/15
Lia Mari Aparecida Santos Soares Correa	10206	Agente Comunitária de Saúde	Secretaria Municipal da Saúde	03/04/12	03/04/15
Michele de Oliveira Souza Fachini	10321	Agente de Alimentação e Nutrição	Secretaria Municipal da Educação	03/09/12	03/09/15
Janete Aparecida Vres Weigsding	10323	Auxiliar de Sala	Secretaria Municipal da Educação	03/09/12	03/09/15

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 23 de junho de 2016.
DIETER JANSSEN
Prefeito

PORTARIA Nº 527/2016

PORTARIANº 527/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto na Lei Complementar Municipal Nº 138/2013, de 15/10/2013; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 145/2016/Sema-GAS, de 22/06/2016, da Gerência de Assistência ao Servidor;

RESOLVE :

Art.1º ALTERAR, no período de 27/06/2016 a 22/12/2016, de 40 horas semanais para 30 horas semanais, a carga horária de trabalho do servidor público municipal GEOVANI APARECIDO KOHELLA, matrícula 8017, ocupante do cargo efetivo de AGENTE OPERACIONAL, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, sem prejuízo da remuneração.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 27/06/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 23 de junho de 2016.
DIETER JANSSEN
Prefeito

PORTARIA SAMAIEJSU Nº 157/2016

PORTARIA SAMAIEJSU Nº 157/2016

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Municipal 123/2012 de 30/03/2012, e de conformidade com o disposto nos termos do Inciso I, do Art 9º, da Lei Complementar nº 154/2014 de 03/11/2014; Lei Municipal nº 6.088/2011 de 19/08/2011; e Lei Municipal nº 6.773/2013 de 21/11/2013; e

CONSIDERANDO a homologação do Concurso Público Nº 001/2013;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, para exercer, em caráter efetivo, o cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, habilitado em concurso de provas, SANDRA REGINA DA COSTA DA SILVA.

Art. 2º O nomeado terá prazo de até 30 (trinta) dias, conforme disposto no artigo 16 da Lei Complementar Nº 154/2014, para tomar posse no respectivo cargo, contados da publicação da presente Portaria, sob pena de ser considerado desistente, devendo, na oportunidade, como condição indispensável ao ato, apresentar os seguintes documentos:

- I. Comprovação de nacionalidade brasileira;
- II. Comprovação de idade mínima de dezoito anos;
- III. Quitação com as obrigações eleitorais;
- IV. Comprovação de gozo dos direitos políticos;
- V. Comprovação do nível de escolaridade exigido para o cargo;
- VI. Comprovação da habilitação exigida para o cargo;
- VII. Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- VIII. Declaração de inexistência ou acumulação lícita de cargo ou emprego público;
- IX. Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidade disciplinares, conforme legislação aplicável;
- X. Declaração de participa de gerência ou administração de empresa privada ou se exerce comércio;
- XI. Laudo médico de saúde física e mental de capacidade laboral compatível com o cargo, na forma da legislação municipal e do edital;
- XII. Comprovante de inscrição no cadastro de pessoas físicas – CPF;
- XIII. Carteira de identidade;
- XIV. Título de eleitor;
- XV. Comprovante de endereço;
- XVI. Certidão negativa de antecedentes criminais da Justiça Estadual e Federal, dos últimos cinco anos onde tenha residido.

Parágrafo Único. A ausência da apresentação de qualquer um dos documentos elencados nos incisos anteriores ou o não atendimento das condições exigidas pelo edital de concurso público 001/2013, implica em inabilitação para a posse e o exercício do cargo, tornando sem efeito o ato de nomeação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 06 de junho de 2016.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente

PORTARIA SAMAIEJSU Nº 158/2016

PORTARIA SAMAIEJSU Nº. – 158/2016

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas e com fundamento nos artigos 133, 134, 135 e 136, da Lei Complementar Nº. 154/2014 de 03/11/2014, e;

CONSIDERANDO os termos do requerimento do servidor para concessão de Licença Prêmio, período de 07/03/2006 a 03/03/2016, RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, Licença Prêmio ao servidor público municipal, DEVERVON SIMIONI, cargo de Engenheiro Sanitarista, matrícula 486, na seguinte forma:

I. 1/3 (um terço) convertido em Abono Pecuniário pago na folha de pagamento 06/2016; e

II. 60 (Sessenta) dias a serem gozados oportunamente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 08 de Junho de 2016.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente

PORTARIA SAMAIEJSU Nº 159/2016

PORTARIA SAMAIEJSU Nº 159/2016

Abertura de Sindicância

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas e em conformidade com o artigo 202 da Lei Complementar 154/2014 de 03 de novembro de 2014,

CONSIDERANDO o memorando 338/2016/Samae/DA-CPS;

CONSIDERANDO o acidente de trânsito envolvendo o veículo do Samae, patrimônio nº 2568, no dia 19/05/2016,

RESOLVE:

Art. 1º DETERMINAR a abertura de Sindicância a fim de apurar e opinar sobre a responsabilidade de servidores envolvidos no acidente de trânsito envolvendo o veículo QIG0302 do Samae, patrimônio nº 3734, no dia 25/05/2016, na Rua Roberto Ziemann, Amizade, Jaraguá do Sul.

Art. 2º A Comissão Permanente de Sindicância Administrativa designada pela Portaria nº 185/2013 de 14/10/2013, alterada pela 175/2014 de 10/09/2014, deverá apurar o fato e apresentar relatório conclusivo no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 08 de Junho de 2016.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente

PORTARIA SAMAESJSU Nº 160/2016

PORTARIA SAMAESJSU Nº 160/2016

Abertura de Sindicância

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas e em conformidade com o artigo 202 da Lei Complementar 154/2014 de 03 de novembro de 2014,

CONSIDERANDO o memorando 344/2016/Samae/DA-CPS;

CONSIDERANDO o acidente de trânsito envolvendo o veículo do Samae, patrimônio nº 1538, no dia 09/06/2016,

RESOLVE:

Art. 1º DETERMINAR a abertura de Sindicância a fim de apurar e opinar sobre a responsabilidade de servidores envolvidos no acidente de trânsito envolvendo o veículo GM/S10, placa MDE3653 do Samae, patrimônio nº 1538, no dia 09/06/2016, na Rua João Planincheck, frente ao nº 1715, Jaraguá do Sul.

Art. 2º A Comissão Permanente de Sindicância Administrativa designada pela Portaria nº 185/2013 de 14/10/2013, alterada pela 175/2014 de 10/09/2014, deverá apurar o fato e apresentar relatório conclusivo no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMpra-SE.

Jaraguá do Sul, 13 de Junho de 2016.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

PORTARIA SAMAESJSU Nº 161/2016

PORTARIA SAMAESJSU Nº 161/2016

Instaura Processo Administrativo para Verificação da Regularidade da Despesa.

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o Memorando 347/2016/Samae/DA-CRH;

RESOLVE:

Art.1º DETERMINAR a abertura de Processo Administrativo com vistas a apurar a responsabilidade funcional pela contratação dos serviços médicos preparatórios e de tratamento cirúrgico de Tornozeiro para o servidor público municipal AGNALDO SOARES, matrícula 445, sem processo de licitação e sem contrato, cujo custo da internação e OPMEs utilizada para o procedimento cirúrgico é de R\$ 12.910,00 (Doze mil, novecentos e dez s), os quais excedem os valores permitidos sem processo licitatório;

Art.2º Com base no direito de indenização da contratada previsto no artigo 59, da Lei de Licitações, a Comissão, em homenagem ao princípio constitucional do contraditório e da ampla defesa, deverá expedir a necessária comunicação à contratada, da abertura deste processo administrativo, narrando os fatos apurados a fim de possibilitar a apresentação de defesa prévia e de alegações finais, bem como as provas que entender necessárias;

Art.3º Caberá à Comissão Especial verificar a regularidade da despesa com vistas aos seguintes aspectos:

I - interesse público atendido pela despesa;

II - cumprimento das normas legais para instituição ou contratação, inclusive licitação, quando exigível;

III - existência de dotação orçamentária para a despesa e conformação com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e com o Plano Plurianual;

IV - regular liquidação, incluindo a comprovação da efetiva execução do objeto do contrato em conformidade com as quantidades e características estabelecidas no instrumento contratual (credor tenha cumprido as obrigações a seu encargo estipuladas no contrato), o recebimento da obra pela Administração e a existência de comprovantes hábeis do crédito, como nota fiscal e recibo, entre outros;

Art.4º A Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, Processo Administrativo e Processo Administrativo Disciplinar designada pela Portaria SAMAESJSU nº. 185/2013 e alterada pela Portaria SAMAESJSU nº. 175/2014 será a responsável pela apuração;

Art.5º Providencie a Comissão a busca de elementos de convicção que julgar necessários à completa apuração dos fatos, bem como, sendo o caso, a oitiva de eventuais testemunhas, respeitando-se a ampla defesa e o contraditório;

Art.6º A Comissão terá o prazo de 60 (sessenta) dias para conclusão dos trabalhos, a contar da data da publicação, podendo este prazo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, desde que devidamente motivado;

Art.7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 13 de Junho de 2016.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

PORTARIA SAMAESJSU Nº 162/2016

PORTARIA SAMAESJSU Nº 162/2016

Abertura de Sindicância

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas e em conformidade com o artigo 202 da Lei Complementar 154/2014 de 03 de novembro de 2014,

CONSIDERANDO o memorando 340/2016/Samae/DA-CPS;

CONSIDERANDO o incidente de trânsito envolvendo o veículo do Samae, patrimônio nº 2037, no dia 29/05/2016,

RESOLVE:

Art. 1º DETERMINAR a abertura de Sindicância a fim de apurar e opinar sobre a responsabilidade de servidores envolvidos no incidente envolvendo o veículo W/Saveiro, placa MHE7794 do Samae, patrimônio nº 2037, no dia 29/05/2016, na sede do Samae.

Art. 2º A Comissão Permanente de Sindicância Administrativa designada pela Portaria nº 185/2013 de 14/10/2013, alterada pela 175/2014 de 10/09/2014, deverá apurar o fato e apresentar relatório conclusivo no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMpra-SE.

Jaraguá do Sul, 13 de Junho de 2016.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

PORTARIA SAMAESJSU Nº 163/2016

PORTARIA SAMAESJSU Nº 163/2016

Abertura de Sindicância

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas e em conformidade com o artigo 202 da Lei Complementar 154/2014 de 03 de novembro de 2014,

CONSIDERANDO o memorando 345/2016/Samae/DA-CPS;

CONSIDERANDO o incidente envolvendo o veículo do Samae, patrimônio nº 1626, no dia 09/06/2016,

RESOLVE:

Art. 1º DETERMINAR a abertura de Sindicância a fim de apurar e opinar sobre a responsabilidade de servidores envolvidos no incidente envolvendo o veículo Ford/F350, placa MEN0668 do Samae, patrimônio nº 1626, no dia 09/06/2016.

Art. 2º A Comissão Permanente de Sindicância Administrativa designada pela Portaria nº 185/2013 de 14/10/2013, alterada pela 175/2014 de 10/09/2014, deverá apurar o fato e apresentar relatório conclusivo no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 13 de Junho de 2016.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

PORTARIA SAMAESJSU Nº 164/2016

PORTARIA SAMAESJSU Nº 164/2016

Abertura de Sindicância

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas e em conformidade com o artigo 202 da Lei Complementar 154/2014 de 03 de novembro de 2014,

CONSIDERANDO o memorando 341/2016/Samae/DA-CPS;

CONSIDERANDO o incidente envolvendo o veículo do Samae, patrimônio nº 2402, no dia 09/06/2016,

RESOLVE:

Art. 1º DETERMINAR a abertura de Sindicância a fim de apurar e opinar sobre a responsabilidade de servidores envolvidos no incidente envolvendo o veículo FORD/Courier, placa MJG6043 do Samae, patrimônio nº 2402, no dia 09/06/2016.

Art. 2º A Comissão Permanente de Sindicância Administrativa designada pela Portaria nº 185/2013 de 14/10/2013, alterada pela 175/2014 de 10/09/2014, deverá apurar o fato e apresentar relatório conclusivo no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 13 de Junho de 2016.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

PORTARIA SAMAESJSU Nº 165/2016

PORTARIA SAMAESJSU Nº 165/2016

Acordo Extrajudicial

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 5191/2009 de 16/04/2009,

CONSIDERANDO o memorando 347/2016,

RESOLVE:

Art. 1º DETERMINAR a abertura de Processo de Acordo Extrajudicial a fim de apurar e opinar sobre a responsabilidade do SAMA E diante do fato apresentado pelo senhor MÁRCIO JANUARIO e, se necessário, levantar o valor do ressarcimento dos danos materiais.

Art.2º A Comissão responsável para apuração dos fatos, designada pela Portaria nº 069/2016 de 18/03/2016, terá prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta, para conclusão dos trabalhos devendo elaborar o Laudo de Avaliação.

Parágrafo Único. O prazo de conclusão dos trabalhos poderá ser prorrogado por igual período, a pedido da Comissão, observado, contudo, a conveniência e oportunidade administrativa.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 14 de junho de 2016.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

PORTARIA SAMAESJSU Nº 166/2016

PORTARIA SAMAESJSU Nº 166/2016

Abertura de Sindicância

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas e em conformidade com o artigo 202 da Lei Complementar 154/2014 de 03 de novembro de 2014,

CONSIDERANDO o memorando 354/2016/Samae/DA-CPS;

CONSIDERANDO o incidente envolvendo o veículo do Samae, GM/ S10, patrimônio nº 2274, Placa MIP6782, no dia 09/06/2016,

RESOLVE:

Art. 1º DETERMINAR a abertura de Sindicância a fim de apurar e opinar sobre a responsabilidade de servidores envolvidos no incidente envolvendo veículo do Samae, GM/S10, patrimônio nº 2274, Placa MIP6782, no dia 09/06/2016.

Art. 2º A Comissão Permanente de Sindicância Administrativa designada pela Portaria nº 185/2013 de 14/10/2013, alterada pela 175/2014 de 10/09/2014, deverá apurar o fato e apresentar relatório conclusivo no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 14 de Junho de 2016.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

PORTARIA SAMAEJSU Nº 167/2016

PORTARIA SAMAEJSU Nº – 167/2016

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições previstas no artigo 4º da Lei Complementar nº123/2012 e alterações posteriores; e

CONSIDERANDO, os termos do memorando 360/2016 de 15/06/2016;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, ELISABET GRISA GOMES SPEZIA, matrícula 592, ocupante do cargo de Agente Administrativo para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretária Executiva.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRE-SE.

Jaraguá do Sul, 15 de Junho de 2016.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

PORTARIA SAMAEJSU Nº 168/2016

PORTARIA SAMAEJSU Nº 168/2016

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Municipal 123/2012 de 30/03/2012;

CONSIDERANDO o término da Licença Maternidade da servidora GREICY PAOLA FARIAS FRONZA VOLDMANN, ocupante do cargo de Coordenadora de Compras e Licitações,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR, a Portaria nº 175/2016, de 27/11/2015, que dispõe sobre a nomeação de MARIANE SUELI CORREA SCHALINSKI, para exercer de forma cumulativa e interina, o cargo de Coordenadora de Compras e Licitações e de Coordenadora de Recursos Humanos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRE-SE.

Jaraguá do Sul, 15 de Junho de 2016.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

PORTARIA SAMAEJSU Nº 169/2016

PORTARIA SAMAE JSU Nº. 169/2016

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Municipal 123/2012, e suas alterações,

CONSIDERANDO o Cap. IV – da Avaliação de Desempenho Funcional - da Lei Municipal nº. 6.088/2011, de 19/08/2011;

CONSIDERANDO a ficha de avaliação de desempenho do servidor,

RESOLVE:

Art. 1º PROMOVER, o servidor EVERSON DONALDO BORGES,

matrícula 441, para o nível "F", do cargo de Jardineiro.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05/06/2016.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRE-SE.

Jaraguá do Sul, 20 de Junho de 2016.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

PORTARIA SAMAEJSU Nº 170/2016

PORTARIA SAMAE JSU Nº. 170/2016

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Municipal 123/2012, e suas alterações,

CONSIDERANDO o Cap. IV – da Avaliação de Desempenho Funcional - da Lei Municipal nº. 6.088/2011, de 19/08/2011;

CONSIDERANDO a ficha de avaliação de desempenho do servidor,

RESOLVE:

Art. 1º PROMOVER, o servidor RENATO PISSETA, matrícula 392, para o nível "G", do cargo de Encanador.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 17/06/2016.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRE-SE.

Jaraguá do Sul, 20 de Junho de 2016.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

PORTARIA SAMAEJSU Nº 171/2016

PORTARIA SAMAE JSU Nº. 171/2016

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Municipal 123/2012, e suas alterações,

CONSIDERANDO o Cap. IV – da Avaliação de Desempenho Funcional - da Lei Municipal nº. 6.088/2011, de 19/08/2011;

CONSIDERANDO a ficha de avaliação de desempenho da servidora,

RESOLVE:

Art. 1º PROMOVER, a servidora MARIA ROSELI PIRES RIBEIRO, matrícula 325, para o nível "I", do cargo de Auxiliar de Laboratório.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08/06/2016.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRE-SE.

Jaraguá do Sul, 20 de Junho de 2016.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

PORTARIA SAMAESJSU Nº 172/2016

PORTARIA SAMAESJSU Nº JSU 172/2016

Homologa Avaliação de Desempenho no Estágio Probatório

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal 119/2012 de 15/07/2012,

CONSIDERANDO os documentos constantes das Fichas de Acompanhamentos de Desempenho no Estágio Probatório, que considerou o servidor "APTO" – confirmada a estabilidade no cargo público de Auxiliar de Serviços Gerais;

CONSIDERANDO o Atestado de Saúde Ocupacional e à vista do parecer final do profissional competente, que considerou o servidor "APTO" para o exercício do cargo público de Auxiliar de Serviços Gerais,

RESOLVE:

Art. 1º HOMOLOGAR, a Avaliação de Desempenho de Estágio Probatório, período de 05/06/2013 a 05/06/2016, do servidor JONATHAN DA MAIA KREIS, matrícula 570, considerando o mesmo apto para o exercício do cargo público de Auxiliar de Serviços Gerais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05/06/2016.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 20 de Junho de 2016.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

PORTARIA SAMAESJSU Nº 173/2016

PORTARIA SAMAESJSU Nº 173/2016

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei 5191/2009 de 16/04/2009,

CONSIDERANDO o memorando 365 de 16/06/2016;

RESOLVE:

Art. 1º. PRORROGAR pelo prazo de 90(noventa) dias, a Portaria SAMAESJSU Nº 069/2016 de 17/03/2016, a qual designa Comissão com a incumbência de apurar e opinar sobre a responsabilidade do SAMAES diante dos fatos apresentados, levantando, quando for o caso, o valor dos danos materiais causados a terceiros pela Autarquia, para fins de ressarcimento.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir 16/06/2016.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 21 de Junho de 2016.

ADEMIR IZIDORO

Diretor Presidente

PORTARIA SAMAESJSU Nº 174/2016

PORTARIA SAMAESJSU Nº 174/2016

Instaura Processo Administrativo em face de AJ Automação e Manutenção Ltda Me

Publicada na forma do artigo 91, §1º, da LOM.

Jaraguá do Sul, 22 de Junho de 2016.

PORTARIA SAMAESJSU Nº 175/2016

PORTARIA SAMAESJSU Nº. – 175/2016

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas e com fundamento nos artigos 133, 134, 135 e 136, da Lei Complementar Nº. 154/2014 de 03/11/2014, e;

CONSIDERANDO os termos do requerimento do servidor para concessão de Licença Prêmio, período de 09/06/2011 a 08/06/2016,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, Licença Prêmio ao servidor público municipal, José Luis Mafezzolli, cargo de Auxiliar Técnico, matrícula 125, na seguinte forma:

I. 1/3 (um terço) convertido em Abono Pecuniário pago na folha de pagamento 06/2016;

II. 30 (trinta) dias de gozo, a partir de 01/07/2016; e

III. 30 (trinta) dias a serem gozados oportunamente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 22 de Junho de 2016.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

SAMAES - LICITAÇÃO Nº: 109/2016 TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL MODALIDADE: PREGÃO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR SERVIÇO DE AJUSTAGEM, MONTAGEM, MANUTENÇÃO, FABRICAÇÃO MECÂNICA DE TUBULAÇÕES E SUBSTITUIÇÃO DE REGISTROS NA ETE FIGUEIRA

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAES JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº: 109/2016

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

MODALIDADE: PREGÃO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR SERVIÇO DE AJUSTAGEM, MONTAGEM, MANUTENÇÃO, FABRICAÇÃO MECÂNICA DE TUBULAÇÕES E SUBSTITUIÇÃO DE REGISTROS NA ETE FIGUEIRA

RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 24/06/2016, das 8:00 h às 12:00 h e das 13:00 às 16:00 h

DATA DA ABERTURA: 06/07/2016 às 10 horas

O Edital encontra-se à disposição dos interessados no escritório do SAMAES, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC- Site: www.samaejs.com.br

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone 047– 2106-9100

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

SEMED - PORTARIA Nº 0265/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

PORTARIA Nº 0265/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, SILVANA MIRANDA RIGO, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos Anos Iniciais, a partir de 27/06/2016 até 20/07/2016, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
EMEF Marcos Emílio Verbinen	40

Jaraguá do Sul, 21 de junho de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO

Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 0283/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

PORTARIA Nº 0283/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 002/93, de 20 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

Art. 1º RETIFICAR a carga horária constante na Portaria Nº 026/2016 de 26/02/2016, referente a REMOÇÃO POR PERMUTA das professoras MÁRCIA MARQUES E ANDRÉIA JAQUELINE RENTA, de 22 horas semanais para 40 horas semanais.

Jaraguá do Sul, 13 de junho de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO

Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 0284/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

PORTARIA Nº 0284/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, SABRINA DOS SANTOS, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos Anos Finais, na disciplina de EDUCAÇÃO FÍSICA, a partir de 21/06/2016 até 20/07/2016, conforme o quadro abaixo:

Unidade Escolar	C.H.	ATIVIDADE	TOTAL
EMEF Waldemar Schmitz	15	3	18

Jaraguá do Sul, 21 de junho de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO

Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 0285/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

PORTARIA Nº 0285/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, GILBERTO JOSÉ MENDONÇA, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos Anos Iniciais, a partir de 21/06/2016 até 20/07/2016, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
EMEF PE Alberto Jacobs	20

Jaraguá do Sul, 20 de junho de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO

Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 0286/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

PORTARIA Nº 0286/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, LUZIA APARECIDA BORGES OKASAKI, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos Anos Iniciais, a partir de 21/06/2016 até 20/07/2016, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
EMEF Helmuth Guilherme Duwe	40

Jaraguá do Sul, 21 de junho de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO

Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 0287/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

PORTARIA Nº 0287/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, MÔNICA APARECIDA SANTIAGO NUNES, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos Anos Iniciais, a partir de 22/06/2016 até 20/07/2016, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
EMEF PROF HENRIQUE HEISE	20
EMEF PROFª GERTRUDES STEILEIN MILBRATZ	20

Jaraguá do Sul, 21 de junho de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 0288/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

PORTARIA Nº 0288/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, VALDIRENI COELHO DE SOUZA REINSTEIN, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, a partir de 21/06/2016 até 20/07/2016, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
CMEI Wolfgang Weege	40

Jaraguá do Sul, 20 de junho de 2016

ELSON QUIL CARDOZO
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 0289/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

PORTARIA Nº 0289/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, LUCIANE PRYJMAK PONATH, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos Anos Iniciais, na disciplina de MÚSICA, a partir de 27/06/2016 até 20/07/2016, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
EMEF PROFª Gertrudes Steilein Milbratz	20
EMEF Renato Pradi	20

Jaraguá do Sul, 24 de junho de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 0290/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

PORTARIA Nº 0290/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, MARIA IZABEL DE BARROS ALBUQUERQUE, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, a partir de 21/06/2016 até 20/07/2016, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
EMEF PROF. Henrique Heise	20
CMEI PROFª Ilse Dumke Giese	20

Jaraguá do Sul, 21 de junho de 2016

ELSON QUIL CARDOZO
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 0291/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

PORTARIA Nº 0291/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, MARLI SALETE DE ARAÚJO DA ROSA, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos Anos Finais, na disciplina de GEOGRAFIA, a partir de 23/06/2016 até 20/07/2016, conforme o quadro abaixo:

Unidade Escolar	C.H.	ATIVIDADES	TOTAL
EMEF Machado de Assis	28	6	34

Jaraguá do Sul, 24 de junho de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO

Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 0292/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

PORTARIA Nº 292/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 002/93, de 20 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

Alterar a Carga Horária de: SIDINEIA VIEIRA BRANCO GUSSO, ocupante do cargo da categoria funcional de Professor de Ensino Fundamental, de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, com efeitos a contar de 01 de junho de 2016.

Jaraguá do Sul, 20 de junho de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO

Secretário Municipal da Educação

SEMSA - PORTARIA Nº 061/2016/SEMSA

PORTARIANº 061/2016/Semsa

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE de Jaraguá do Sul, no uso das atribuições que lhe foram conferidas, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010 de 12 de novembro de 2010, e Processo Seletivo nº 002/2014.

RESOLVE :

ADMITIR, WALTER LEON ZAPATA MONTANO, para em Caráter Temporário atuar como Médico Clínico Geral, a partir de 27 de junho de 2016 até 23 de dezembro de 2016, conforme quadro abaixo:

UNIDADE	CARGA HORÁRIA
Pronto Atendimento Médico Ambulatorial (Pama 2)	100 horas/mês

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 27 de junho de 2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 24 de junho de 2016.

DALTON FERNANDO FISCHER

Secretário Municipal da Saúde

Joaçaba

PREFEITURA

AVISO CONTINUAÇÃO PL 31/2016/PMJ - TP 6/2016/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/2016/PMJ
TOMADA DE PREÇO Nº 06/2016/PMJ

Informamos a todos os interessados que, referente ao processo licitatório nº 31/2016/PMJ – tomada de preço nº 6/2016/PMJ, cujo objeto é “Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a pavimentação em lajotas sextavadas da 2ª (segunda) etapa da Rua Herve Celant, bairro Santa Tereza, no Município de Joaçaba, SC.”, a decisão sobre o recurso interposto está disponível no site da Prefeitura (www.joacaba.sc.gov.br). Desta forma, fica designado o dia 30/06/2016 as 14h, no Setor de Compras e Licitações, para continuação do certame. Quaisquer informações podem ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br. Todas as informações relacionadas ao processo estão disponíveis para consulta no site da Prefeitura (www.joacaba.sc.gov.br).

Joaçaba, 24 de junho de 2016.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
Comissão de Licitação

AVISO PL 35/2016/PMJ - TP 8/2016/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 35/2016/PMJ
TOMADA DE PREÇO Nº 08/2016/PMJ

Informamos a todos os interessados que, referente ao processo licitatório nº 35/2016/PMJ – tomada de preço nº 8/2016/PMJ, cujo objeto é “contratação de empresa para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a construção de capela mortuária em alvenaria, junto à Estrada Municipal do Distrito de Nova Petrópolis, neste Município.”, a ata da sessão, realizada hoje, de julgamento da proposta está disponível no site da Prefeitura (www.joacaba.sc.gov.br), contando-se o prazo para apresentação dos possíveis recursos nos termos da ata da sessão. Quaisquer informações podem ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br. Todas as informações relacionadas ao processo estão disponíveis para consulta no site da Prefeitura (www.joacaba.sc.gov.br).

Joaçaba, 24 de junho de 2016.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
Comissão de Licitação

DECRETO Nº 4.951 DE 24 DE JUNHO DE 2016.

DECRETO Nº 4.951 DE 24 DE JUNHO DE 2016.
“DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito do Município de Joaçaba, no uso de atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo do Município de Joaçaba, autorizado a abrir crédito adicional até a importância de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), destinados a suplementar a dotação abaixo descrita, pertencente ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Joaçaba:

ÓRGÃO 20: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENV. SUSTENTÁVEL
Unidade: 02 Secretaria Munic.Desen.Ind.Com.Turismo e Inovação
Proj./Atividade 2.097 Manutenção da Diretoria de Desenv.da Ind. Com. e Inovação
Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – 197
Valor: R\$ 15.000,00

Art. 2º O crédito autorizado no artigo anterior será coberto com o recurso proveniente da anulação das dotações abaixo descritas:

ÓRGÃO 20: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENV. SUSTENTÁVEL
Unidade: 02 Secretaria Munic.Desen.Ind.Com.Turismo e Inovação
Proj./Atividade 1.075 Construção do centro de Inovação
Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 – 194
Valor: R\$ 15.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), em 24 de junho de 2016.
RAFAEL LASKE
Prefeito

DECRETO Nº 4.950 DE 24 DE JUNHO DE 2016.

DECRETO Nº 4.950 DE 24 DE JUNHO DE 2016.
“DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito do Município de Joaçaba, no uso de atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo do Município de Joaçaba, autorizado a abrir crédito adicional até a importância de R\$ 448.866,50 (quatrocentos e quarenta e oito mil, oitocentos e sessenta e seis reais e cinquenta centavos), destinados a suplementar as dotações abaixo descritas, pertencentes ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Joaçaba:

ÓRGÃO 05: SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA
Unidade: 01 – Secretaria Municipal de Gestão Financeira
Proj./Atividade 2.029 Manutenção da Secretaria de Gestão Financeira
Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – 68
Valor: R\$ 39.000,00
Proj./Atividade 2.030 Encargos Gerais do Município

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.00.03.0000 – 215
Valor: R\$ 5.300,00

ÓRGÃO 07: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 – Secretaria Municipal de Educação

Proj./Atividade 2.047: Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0001 – 101
Valor: R\$ 61.566,50

Proj./Atividade 2.048: Manutenção das Atividades de Educação Infantil

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0001 – 120
Valor: R\$ 70.000,00

Proj./Atividade 2.049 Manutenção do Transporte Ensino Fundamental

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0001 – 91
Valor: R\$ 60.000,00

Proj./Atividade 2.083 Manutenção da Alimentação Escolar Ensino Fundamental

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 – 85
Valor: R\$ 24.000,00

Proj./Atividade 2.098 Manutenção da Alimentação Escolar Educação Infantil

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 – 87
Valor: R\$ 20.000,00

Proj./Atividade 2.098 Manutenção da Alimentação Escolar Educação Pré Escolar

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 – 89
Valor: R\$ 12.000,00

Órgão: 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Unidade orçamentária: 01 Secretaria Municipal de Infraestrutura

Proj./Atividade: 1.070 Obras de Drenagem, contenção e Canalização

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000-154	
--	--

Valor: R\$ 41.000,00

Proj./Atividade: 1.071 Construção e Recuperações de Pontes, Pontilhões e Passarelas

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000-156	
--	--

Valor: R\$ 5.000,00

Proj./Atividade: 2.035 Manutenção da Secretaria de Infraestrutura

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000-162	
--	--

Valor: R\$ 10.000,00

ÓRGÃO 20: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENV. SUSTENTÁVEL

Unidade: 01 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 – 192
Valor: R\$ 101.000,00

Art. 2º - O crédito autorizado no artigo anterior será coberto com o recurso proveniente da anulação das dotações abaixo descritas:

ÓRGÃO 02: ASSESSORIA DO GABINETE DO PREFEITO

Unidade: 01 – Assessoria do Gabinete do Prefeito

Proj./Atividade 2.127 Consórcio Público Intermunicipal Multif.Meio Oeste Contestado

Modalidade Aplicação: 3.1.71.00.00.00.00.00.00.01.0000-5
Valor: R\$ 18.000,00

Unidade: 05 – Assessoria de Meio ambiente

Proj./Atividade 2.082 Manutenção das Atividades de Preservação e Proteção ambiental

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0000-20
Valor: R\$ 1.000,00

Proj./Atividade 2.131 Estudo Diagnóstico Sócio ambiental

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000-23
Valor: R\$ 110.000,00

Unidade: 07 – Administração do Aeroporto Municipal

Proj./Atividade 1.018 Ampliação da Pista e Infraestrutura do Aeroporto

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.00.03.0000-242
Valor: R\$ 5.300,00

Unidade: 12 Coordenadoria de Controle Interno

Proj./Atividade 2.045 Manutenção da Coordenadoria de Controle Interno

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000-48
Valor: R\$ 50.000,00

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0000-49
Valor: R\$ 1.000,00

ÓRGÃO 05: SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA

Unidade: 01 – Secretaria Municipal de Gestão Financeira

Proj./Atividade 0.000: Amortização, Juros e Encargos da Dívida Interna – Prefeitura

Modalidade Aplicação: 3.2.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 – 72
Valor: R\$ 81.754,03

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 – 74
Valor: R\$ 24.812,47

ÓRGÃO: 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Unidade orçamentária: 01 Secretaria Municipal de Infraestrutura

Proj./Atividade: 1.046 Implantação e Recuperação da Rede Pluvial

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000-150	
--	--

Valor: R\$ 50.000,00

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000-151	
--	--

Valor: R\$ 5.000,00

Proj./Atividade: 1.072 Construção de Elevados

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000-158	
--	--

Valor: R\$ 1.000,00

ÓRGÃO 20: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENV. SUSTENTÁVEL

Unidade: 01 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável

Proj./Atividade 2.115 Manutenção da Frota agrícola

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 – 193
Valor: R\$ 101.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA- SC, em 24 de junho de 2016.

RAFAEL LASKE

Prefeito

DECRETO Nº 4.952 DE 24 DE JUNHO DE 2016.

DECRETO Nº 4.952 DE 24 DE JUNHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL, ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2016 E PLANO PLURIANUAL 2014/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba, no uso de atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

Art. 1º. Fica incluída na Lei nº 4.361 de 05 de agosto de 2013 (Plano Plurianual - PPA 2014/2017) e na Lei nº 4642 de 28 de outubro de 2015 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para o exercício de 2016) o seguinte Projeto Atividade:

Órgão: 02 – ASSESSORIA DO GABINETE DO PREFEITO

Unidade: 02.01 - Assessoria do Gabinete do Prefeito

Projeto/Atividade: 08.244.0004.1.076 – Aquisição de Veículos para Ações de Assistência Social.

Art. 2º Com a inclusão do Projeto/Atividade de que trata o Art. 1º, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial no valor de até R\$ 151.600,00 (cento e cinquenta e um mil e seiscentos reais):

Órgão: 02 – ASSESSORIA DO GABINETE DO PREFEITO

Unidade: 02.01 - Assessoria do Gabinete do Prefeito

Projeto/Atividade: 08.244.0004.1.076 – Aquisição de Veículos para Ações de Assistência Social.

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0034

Valor: R\$ 150.000,00

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000

Valor: R\$ 1.600,00

Art. 3º Para abertura do crédito de que trata o art. 2º desta Lei, Serão utilizados R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) pelo provável excesso de arrecadação de recursos oriundos do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome e o valor de R\$ 1.600,00 (hum mil e seiscentos reais) será a contrapartida por parte do município, o qual será remanejado das dotações abaixo identificadas:

Órgão: 06- SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL

Unidade: 01 Secretaria Municipal de Ação Social

Projeto/Atividade: 2.101 Manutenção dos Serviços Assistenciais a Comunidade

Modalidade Aplicação: 4.4.50.00.00.00.00.00.01.0000-82

Valor: R\$ 1.000,00

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000-84

Valor: R\$ 600,00

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), em 24 de Junho de 2016.

RAFAEL LASKE

Prefeito

EXTRATO PL 56/2016/PMJ - TP 12/2016/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 56/2016/PMJ

TOMADA DE PREÇO Nº 12/2016/PMJ

Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a recuperação da Ponte Jorge Lacerda – ligação entre os municípios de Herval d'Oeste e Joaçaba, SC. Forma de Julgamento: Menor Preço Global. Tipo: Empreitada por Preço Unitário. Data da abertura: Dia 14/07/2016, a partir das 15h, na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – Setor de Compras e Licitações, na Av. XV de Novembro, 378, Centro, Joaçaba (SC). Entrega dos envelopes: até as 14h30min, do dia 14/07/2016, no Setor de Protocolo da Prefeitura de Joaçaba. Local para aquisição do Edital: O edital estará disponível para consulta no site da Prefeitura (www.joacaba.sc.gov.br) e no Setor de Compras e Licitações. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 24 de junho de 2016.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

VENILTON ROGÉRIO TELES - Secretário

EXTRATO PL 57/2016/PMJ - TP 13/2016/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 57/2016/PMJ

TOMADA DE PREÇO Nº 13/2016/PMJ

Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a implantação de 3ª pista de rolamento em parte das Avenidas Santa Terezinha e XV de Novembro (trecho entre as Pontes Emilio Baumgart e Jorge Lacerda), no Município de Joaçaba, SC. Forma de Julgamento: Menor Preço Global. Tipo: Empreitada por Preço Unitário. Data da abertura: Dia 18/07/2016, a partir das 15h, na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – Setor de Compras e Licitações, na Av. XV de Novembro, 378, Centro, Joaçaba (SC). Entrega dos envelopes: até as 14h30min, do dia 18/07/2016, no Setor de Protocolo da Prefeitura de Joaçaba. Local para aquisição do Edital: O edital estará disponível para consulta no site da Prefeitura (www.joacaba.sc.gov.br) e no Setor de Compras e Licitações. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 24 de junho de 2016.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

VENILTON ROGÉRIO TELES - Secretário

EXTRATO PL 58/2016/PMJ - TP 14/2016/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 58/2016/PMJ

TOMADA DE PREÇO Nº 14/2016/PMJ

Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários, destinados à implantação, readequação e manutenção da sinalização viária (horizontal), nas vias urbanas do Município de Joaçaba (SC). Forma de Julgamento: Menor Preço Global. Tipo: Empreitada por Preço Unitário. Data da abertura: Dia 20/07/2016, a partir das 15h, na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – Setor de Compras e Licitações, na Av. XV de Novembro, 378, Centro, Joaçaba (SC). Entrega dos envelopes: até as 14h30min, do dia 20/07/2016, no Setor de Protocolo da Prefeitura de Joaçaba. Local para aquisição do Edital: O edital estará disponível para consulta no site da Prefeitura (www.joacaba.sc.gov.br) e no Setor de Compras e Licitações. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 24 de junho de 2016.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

VENILTON ROGÉRIO TELES - Secretário

EXTRATO PP 11/2016/FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS

JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº16/2016/FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2016/FMS

Objeto: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de lancetas e tiras de glicemia, destinadas a manutenção dos programas e atividades desenvolvidas por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC. Forma de Julgamento: Menor Preço por Item. Data da abertura: Dia 12/07/2016, a partir das 14 horas, na sala do Setor de Compras e Licitações, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14 horas do dia 12/07/2016, no Setor de Compras e Licitações. Local para aquisição do Edital: Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – Setor de Compras e Licitações, na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 23 de junho de 2016.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PAULA GIOVANA KLEBER - Secretária

LEI Nº 5.008 DE 24 DE JUNHO DE 2016.

LEI Nº 5.008 DE 24 DE JUNHO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Joaçaba, Estado de Santa Catarina. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo do Município de Joaçaba, autorizado a abrir crédito adicional até a importância de R\$ 448.866,50 (quatrocentos e quarenta e oito mil, oitocentos e sessenta e seis reais e cinquenta centavos), destinados a suplementar as dotações abaixo descritas, pertencentes ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Joaçaba:

ÓRGÃO 05: SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA

Unidade: 01 – Secretaria Municipal de Gestão Financeira

Proj./Atividade 2.029 Manutenção da Secretaria de Gestão Financeira

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – 68

Valor: R\$ 39.000,00

Proj./Atividade 2.030 Encargos Gerais do Município

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000 – 215

Valor: R\$ 5.300,00

ÓRGÃO 07: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 – Secretaria Municipal de Educação

Proj./Atividade 2.047: Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001 – 101

Valor: R\$ 61.566,50

Proj./Atividade 2.048: Manutenção das Atividades de Educação Infantil

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001 – 120

Valor: R\$ 70.000,00

Proj./Atividade 2.049 Manutenção do Transporte Ensino Fundamental

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001 – 91

Valor: R\$ 60.000,00

Proj./Atividade 2.083 Manutenção da Alimentação Escolar Ensino Fundamental

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – 85

Valor: R\$ 24.000,00

Proj./Atividade 2.098 Manutenção da Alimentação Escolar Educação Infantil

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – 87

Valor: R\$ 20.000,00

Proj./Atividade 2.098 Manutenção da Alimentação Escolar Educação Pré Escolar

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – 89

Valor: R\$ 12.000,00

Órgão: 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Unidade orçamentária: 01 Secretaria Municipal de Infraestrutura

Proj./Atividade: 1.070 Obras de Drenagem, contenção e Canalização

Modalidade Aplicação:

4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000-154

Valor: R\$ 41.000,00

Proj./Atividade: 1.071 Construção e Recuperações de Pontes, Pontilhões e Passarelas

Modalidade Aplicação:

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000-156

Valor: R\$ 5.000,00

Proj./Atividade: 2.035 Manutenção da Secretaria de Infraestrutura

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000-162	
---	--

Valor: R\$ 10.000,00

ÓRGÃO 20: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENV. SUSTENTÁVEL
Unidade: 01 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – 192
Valor: R\$ 101.000,00

Art. 2º - O crédito autorizado no artigo anterior será coberto com o recurso proveniente da anulação das dotações abaixo descritas:

ÓRGÃO 02: ASSESSORIA DO GABINETE DO PREFEITO

Unidade: 01 – Assessoria do Gabinete do Prefeito
Proj./Atividade 2.127 Consórcio Público Intermunicipal Multif.Meio Oeste Contestado

Modalidade Aplicação: 3.1.71.00.00.00.00.00.01.0000-5
Valor: R\$ 18.000,00

Unidade: 05 – Assessoria de Meio ambiente
Proj./Atividade 2.082 Manutenção das Atividades de Preservação e Proteção ambiental

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000-20
Valor: R\$ 1.000,00

Proj./Atividade 2.131 Estudo Diagnóstico Sócio ambiental
Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000-23
Valor: R\$ 110.000,00

Unidade: 07 – Administração do Aeroporto Municipal
Proj./Atividade 1.018 Ampliação da Pista e Infraestrutura do Aeroporto

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000-242
Valor: R\$ 5.300,00

Unidade: 12 Coordenadoria de Controle Interno
Proj./Atividade 2.045 Manutenção da Coordenadoria de Controle Interno

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000-48
Valor: R\$ 50.000,00

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000-49
Valor: R\$ 1.000,00

ÓRGÃO 05: SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA

Unidade: 01 – Secretaria Municipal de Gestão Financeira
Proj./Atividade 0.000: Amortização, Juros e Encargos da Dívida Interna – Prefeitura

Modalidade Aplicação: 3.2.90.00.00.00.00.00.01.0000 – 72
Valor: R\$ 81.754,03

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 – 74
Valor: R\$ 24.812,47

ÓRGÃO: 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Unidade orçamentária: 01 Secretaria Municipal de Infraestrutura
Proj./Atividade: 1.046 Implantação e Recuperação da Rede Pluvial

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000-150	
---	--

Valor: R\$ 50.000,00

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000-151	
---	--

Valor: R\$ 5.000,00

Proj./Atividade: 1.072 Construção de Elevados

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000-158	
---	--

Valor: R\$ 1.000,00

ÓRGÃO 20: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENV. SUSTENTÁVEL

Unidade: 01 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável

Proj./Atividade 2.115 Manutenção da Frota agrícola

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 – 193

Valor: R\$ 101.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA- SC, em 24 de junho de 2016.

RAFAEL LASKE

Prefeito

LEI Nº 5.009 DE 24 DE JUNHO DE 2016.

LEI Nº 5.009 DE 24 DE JUNHO DE 2016.

“AUTORIZA PROCEDER A BAIXA E POSTERIOR ALIENAÇÃO DE BEM PATRIMONIAL CONSIDERADO INSERVÍVEL, QUE ESPECIFI-CA.”

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC)

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI :

Art. 1º Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder a baixa para posterior alienação mediante Licitação Pública dos bens patrimoniais considerados inservíveis pertencentes ao Patrimônio Público Municipal, de acordo com o levantamento efetuado pela Gerencia de Patrimônio e pela Comissão de Avaliação nomeada pela Portaria nº 4.537/2015 e Portaria nº 4.672/2015, cuja relação é parte integrante desta lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, SC, em 24 de junho de 2016.

RAFAEL LASKE

Prefeito

LEI Nº 5.010 DE 24 DE JUNHO DE 2016.

LEI Nº 5.010 DE 24 DE JUNHO DE 2016.

AUTORIZA CELEBRAR TERMO DE COOPERAÇÃO ENTRE O SEBRAE/SC E O MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), QUE ESPECIFICA.

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Termo de Cooperação com o SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA – SEBRAE-SC, CNPJ sob o nº 82.515.859/0001-06, cujo objeto é o desenvolvimento de ações de implantação de políticas de desenvolvimento o Município de Joaçaba, conforme Termo de Cooperação, parte integrante desta Lei.

Art.2º. Não haverá transferência de recursos entre os partícipes, a qualquer título, decorrente deste Termo de Cooperação.

Art. 3º. O presente Termo de Cooperação terá vigência de 10 (dez) meses, a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado a critério das partes, mediante Termo Aditivo.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 24 de junho de 2016.
RAFAEL LASKE
Prefeito

LEI Nº 5.011 DE 24 DE JUNHO DE 2016.

LEI Nº 5.011 DE 24 DE JUNHO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Joaçaba, Estado de Santa Catarina.
Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo do Município de Joaçaba, autorizado a abrir crédito adicional até a importância de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), destinados a suplementar a dotação abaixo descrita, pertencente ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Joaçaba:

ÓRGÃO 20: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENV. SUSTENTÁVEL
Unidade: 02 Secretaria Munic.Desen.Ind.Com.Turismo e Inovação Proj./Atividade 2.097 Manutenção da Diretoria de Desenv.da Ind. Com. e Inovação
Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – 197
Valor: R\$ 15.000,00

Art. 2º O crédito autorizado no artigo anterior será coberto com o recurso proveniente da anulação das dotações abaixo descritas:

ÓRGÃO 20: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENV. SUSTENTÁVEL
Unidade: 02 Secretaria Munic.Desen.Ind.Com.Turismo e Inovação Proj./Atividade 1.075 Construção do centro de Inovação
Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 – 194
Valor: R\$ 15.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), em 24 de junho de 2016.
RAFAEL LASKE
Prefeito

LEI Nº 5.012 DE 24 DE JUNHO DE 2016.

LEI Nº 5.012 DE 24 DE JUNHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL, ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2016 E PLANO PLURIANUAL 2014/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Joaçaba, Estado de Santa Catarina.
Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º. Fica incluída na Lei nº 4.361 de 05 de agosto de 2013 (Plano Plurianual - PPA 2014/2017) e na Lei nº 4642 de 28 de outubro de 2015 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para o exercício de 2016) o seguinte Projeto Atividade:

Órgão: 02 – ASSESSORIA DO GABINETE DO PREFEITO
Unidade: 02.01 - Assessoria do Gabinete do Prefeito
Projeto/Atividade: 08.244.0004.1.076 – Aquisição de Veículos para Ações de Assistência Social.

Art. 2º Com a inclusão do Projeto/Atividade de que trata o art. 1. fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial no valor de até R\$ 151.600,00 (cento e cinquenta e um mil e seiscentos reais):

Órgão: 02 – ASSESSORIA DO GABINETE DO PREFEITO
Unidade: 02.01 - Assessoria do Gabinete do Prefeito
Projeto/Atividade: 08.244.0004.1.076 – Aquisição de Veículos para Ações de Assistência Social.
Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0034
Valor: R\$ 150.000,00
Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000
Valor: R\$ 1.600,00

Art. 3º Para abertura do crédito de que trata o art. 2º desta Lei, Serão utilizados R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) pelo provável excesso de arrecadação de recursos oriundos do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome e o valor de R\$ 1.600,00 (hum mil e seiscentos reais) será a contrapartida por parte do município, o qual será remanejado das dotações abaixo identificadas:

Órgão: 06- SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL
Unidade: 01 Secretaria Municipal de Ação Social
Projeto/Atividade: 2.101 Manutenção dos Serviços Assistenciais a Comunidade
Modalidade Aplicação: 4.4.50.00.00.00.00.00.01.0000-82
Valor: R\$ 1.000,00
Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000-84
Valor: R\$ 600,00

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), em 24 de Junho de 2016.
RAFAEL LASKE
Prefeito

LEI Nº 5.013 DE 24 DE JUNHO DE 2016.

LEI Nº 5.013 DE 24 DE JUNHO DE 2016.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR TERMO DE CONVÊNIO COM A SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, O DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO, A POLÍCIA MILITAR E A POLÍCIA CIVIL DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,
LEI :

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a celebrar Termo de Convênio com a Secretaria do Estado da Segurança Pública, com interveniência do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/SC, a Polícia Militar de Santa Catarina e a Polícia Civil de Santa Catarina, com o objeto de estabelecer condições para uma ação conjunta entre as partes visando à engenharia de tráfego e de campo, sinalização e fiscalização de trânsito; aplicação de medidas administrativas e de penalidades por infração de trânsito e sua respectiva arrecadação e destinação de multas; o adequado controle da utilização de vias públicas, por pessoas, veículos e animais, isolados ou em grupos, conduzidos ou não, para fins de circulação, parada, estacionamento e operação de carga ou descarga, nos limites terrestres do município em conformidade com a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 2º O prazo de vigência do Convênio é de 5 (cinco) anos, contados da data de sua assinatura podendo ser alterado mediante termo aditivo.

Art. 3º As despesas provenientes da execução desta Lei, correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 24 de junho de 2016.

RAFAEL LASKE

Prefeito

LEI Nº 5.014 DE 24 DE JUNHO DE 2016.

LEI Nº 5.014 DE 24 DE JUNHO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE A CONSTITUIÇÃO DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL E OS PROCEDIMENTOS PARA ACESSO AO SERVIÇO DE INSPEÇÃO SANITÁRIA DE ESTABELECIMENTOS QUE PRODUZAM PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL, VEGETAL E BEBIDAS; CRIA O FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL; DESTINA OS VALORES DE TAXAS, MULTAS QUE FOREM RELACIONADOS AO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL E A SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE AO FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS",

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI :

Art. 1º - Esta Lei fixa normas de inspeção e de fiscalização sanitária, no Município de Joaçaba, para a industrialização, o beneficiamento e a comercialização de alimentos de consumo humano de origem animal e vegetal, cria o Serviço de Inspeção Municipal – SIM, Cria o Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural; Destina os valores de taxas, multas que forem relacionados ao Serviço de Inspeção Municipal ao Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural, e dá outras providências.

Parágrafo único – Esta Lei está em conformidade às Leis Federais nº 7.889/1989, nº 9.712/1998 e nº 11.326/ 2006 e ao Decreto Federal nº 5.741/2006, que constituiu e regulamentou o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA e suas alterações; Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078/1990; Legislações provenientes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA; Legislações pertinentes do Ministério da Saúde, Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Trabalho, Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO; e Normativas do Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado – CPIMMOC.

Art. 2º - Fica instituído o Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural – FMDR, com o objetivo de implementar ações destinadas a uma adequada gestão dos recursos oriundos da produção dos produtos de origem animal, vegetal, bebidas e outras taxas, recursos ou multas, para a manutenção, melhoria, capacitações, cursos, educação sanitária, defesa agropecuária e ações sociais de forma a garantir um desenvolvimento integrado e sustentável e a elevação da qualidade de vida da população local.

§ 1º – Constituirão recursos do Fundo Municipal de desenvolvimento rural:

I – dotações orçamentárias municipais a ele destinadas;

II – créditos adicionais suplementares a ele destinados;

III – produto de multas impostas por infração à legislação municipal de produtos de origem animal, vegetal e bebidas;

IV – recursos oriundos do Governo Estadual e Federal;

V – doações de pessoas físicas e jurídicas;

VI – doações de entidades públicas e/ou privadas, nacionais e internacionais;

VII – recursos oriundos de acordos, contratos, consórcios e convênios;

VIII – rendimentos obtidos com a aplicação de seu próprio patrimônio;

IX – indenizações decorrentes de cobranças judiciais e extrajudiciais;

X – outras receitas eventuais.

§ 2º - As receitas descritas neste artigo serão depositadas em conta específica do Fundo, mantida em instituição financeira oficial, instalada no Município.

§ 3º – Os recursos do fundo poderão ser aplicados no mercado de capitais, quando não estiverem sendo utilizados na consecução de suas finalidades, objetivando o aumento de suas receitas, cujos resultados serão revertidos a ele.

§ 4º – Compete ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR estabelecer as diretrizes, prioridades e programas de alocação dos recursos do Fundo, em conformidade com esta lei, com a Política Municipal.

§ 5º – O Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural - FMDR será administrado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola, Indústria, Comércio, Turismo e Inovação, responsável pela gestão da agricultura no Município, observadas as diretrizes fixadas pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - CMDR.

§ 6º – O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR, editará resolução estabelecendo os termos de referência, os documentos obrigatórios, a forma e os procedimentos para apresentação e aprovação de projetos a serem apoiados pelo Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural - FMDR, assim como a forma, o conteúdo e a periodicidade dos relatórios financeiros e de atividades.

Art. 3º - A inspeção sanitária de alimentos de consumo humano de origem animal e vegetal refere-se ao processo sistemático de acompanhamento, avaliação e controle sanitário, compreendido da matéria-prima até a elaboração do produto final e será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola, Indústria, Comércio, Turismo e Inovação

Art. 4º – Caberá ao Serviço de Inspeção do Município de Joaçaba, dentro de sua jurisdição, a responsabilidade das atividades de inspeção sanitária de produtos de origem animal e vegetal, e auxílio à defesa sanitária agropecuária.

§ 1º – A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola, Indústria, Comércio, Turismo e Inovação atuará em parceria com os demais municípios através do Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado – CPIMMOC, em cooperação técnica com o Estado de Santa Catarina e a União para facilitar o desenvolvimento de atividades relativas à inspeção, fiscalização e defesa sanitária, em consonância ao SUASA.

§ 2º – A coordenação do Serviço de Inspeção Municipal deve ser de responsabilidade de médico veterinário oficial.

§ 3º – O Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado – CPIMMOC é o responsável pela adesão ao Sistema Brasileiro de Inspeção – SISBI de municípios e pelos estabelecimentos que quiserem aderir ao Sistema.

§ 4º – O Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado – CPIMMOC atuará na coordenação, auditoria e

supervisão dos Serviços de Inspeção Municipal, atuando também como um colaborador aos Serviços, quando houver necessidade.

Art. 5º - Estão sujeitos à inspeção prevista nesta lei:

- I - Carnes e seus derivados;
- II - Leite e seus derivados;
- III - Mel e seus derivados;
- IV - Ovos e seus derivados;
- V - Pescado e seus derivados;
- VI - Frutas, hortaliças e seus subprodutos;
- VII - Cereais e seus subprodutos;
- VIII - Bebidas; e
- IX - Outros produtos de origem animal e vegetal.

§ 1º - A inspeção e fiscalização sanitária se dará:

- I - nos estabelecimentos que recebem matérias-primas, produtos, sub-produtos e seus derivados, de origem animal e vegetal para beneficiamento ou industrialização, com o objetivo de obtenção de alimentos para comercialização, excluídos restaurantes, padarias, pizzarias, bares e similares;
- II - nas propriedades rurais fornecedoras de matérias-primas de origem animal e vegetal, em caráter complementar e com a parceria da defesa sanitária animal e vegetal, para identificar as causas de problemas sanitários apurados na matéria-prima e/ou nos produtos no estabelecimento industrial.

§ 2º - A Inspeção Municipal, depois de instalada, pode ser executada de forma permanente ou periódica.

I - A inspeção deve ser executada obrigatoriamente de forma permanente nos estabelecimentos durante o abate das diferentes espécies animais. Entende-se por espécies animais de abate, os animais domésticos de produção, silvestres e exóticos criados em cativeiros ou provenientes de áreas de reserva legal e de manejo sustentável.

II - Nos demais estabelecimentos previstos nesta Lei a inspeção será executada de forma periódica. Os estabelecimentos com inspeção periódica terão a frequência de execução de inspeção estabelecida, considerando o risco dos diferentes produtos e processos produtivos envolvidos, o resultado da avaliação dos controles dos processos de produção e do desempenho de cada estabelecimento, em função da implementação dos programas de autocontrole.

§ 3º - A inspeção sanitária é um serviço oficial, devendo ser executada por funcionário público concursado e devidamente habilitado para a área afim, do quadro da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola, Indústria, Comércio, Turismo e Inovação

§ 4º - Os servidores públicos concursados designados para integrar a equipe responsável pela inspeção e fiscalização sanitária terão suas funções estabelecidas na forma do regulamento desta lei, por Instruções Normativas do CPIMMOC e da legislação Estadual e Federal vigentes, em consonância com as atribuições da categoria profissional estabelecidas pelo Conselho de Classe.

Art. 6º - Nos casos de emergência em que ocorra risco a saúde ou ao abastecimento público, a Prefeitura Municipal Joaçaba deverá contratar Médico Veterinário, nos termos do Artigo 37 inciso IX da Constituição Federal para, atender o serviço de inspeção prévia e de fiscalização, por tempo não superior a seis (06) meses.

Parágrafo Único - A contratação será autorizada pelo Prefeito Municipal de Joaçaba que fixará, a remuneração do contratado em nível compatível com o mercado de trabalho e dentro do recurso orçamentário disponível.

Art. 7º - Os princípios a serem seguidos na presente Lei são:

- I - Promover a preservação da saúde humana e do meio ambiente;
- II - Ter o foco de atuação a qualidade sanitária dos produtos finais;
- III - Promover o processo educativo permanente e continuado

para todos os atores da cadeia produtiva, estabelecendo a democratização do serviço e assegurando a máxima participação do governo, da sociedade civil, de agroindústrias, dos consumidores e das comunidades técnicas e científicas nos sistemas de inspeção;

IV - Auxiliar na defesa sanitária animal e vegetal, notificando possíveis focos de doenças de importância à saúde pública, ao órgão oficial competente;

V - Promover o bem-estar animal.

Art. 8º - Para registro ao Serviço de Inspeção Municipal - SIM o estabelecimento deverá apresentar requerimento dirigido ao responsável da Secretaria de Agricultura, solicitando a inspeção e atendendo a toda documentação exigida pelo processo de registro.

§ 1º - Os estabelecimentos já existentes para se adequarem a esta lei, deverão apresentar os respectivos projetos para aprovação do registro no SIM.

§ 2º - Deverá ser submetido à aprovação do SIM todo e qualquer projeto visando à construção, instalação, reforma ou ampliação do estabelecimento.

§ 3º - O Serviço de Inspeção Municipal começará a atuar no estabelecimento após a conclusão das obras e instalação dos equipamentos.

§ 4º - Estabelecimentos que migrarem do Serviço de Inspeção Estadual ou Federal para o Serviço de Inspeção Municipal seguirão os mesmos processos de obtenção do SIM.

§ 5º - O estabelecimento só estará oficialmente no Serviço de Inspeção Municipal após a publicação no Diário Oficial do Município.

Art. 9º - As instalações do estabelecimento processador de alimentos obedecerão preceitos mínimos de construção, equipamentos e práticas de fabricação, e sua especificação será estabelecida pela regulamentação desta lei e do CPIMMOC.

Art. 10 - O Serviço de Inspeção Municipal respeitará as especificidades dos diferentes tipos de produtos e das diferentes escalas de produção, incluindo o estabelecimento agroindustrial de pequeno porte.

Parágrafo Único - Entende-se por estabelecimento agroindustrial de pequeno porte, o estabelecimento de agricultores familiares ou de produtor rural, de forma individual ou coletiva, com área útil construída não superior a duzentos e cinquenta metros quadrados (250m²), dispondo de instalações para abate e/ou industrialização de animais produtores de carne e seus derivados, processamento de pescado e seus derivados, processamento de leite e seus derivados, processamento de ovos e seus derivados, processamento de produtos das abelhas e seus derivados, frutas, hortaliças e seus subprodutos, cereais e seus subprodutos e outros produtos de origem animal e vegetal.

Art. 11 - A matéria-prima, os animais, os produtos, os subprodutos deverão seguir padrões de sanidade e fabricação definidos em regulamento, portarias, instruções normativas, manuais e normas federais, estaduais ou municipais.

Art. 12 - A fiscalização sanitária refere-se ao controle sanitário de produtos alimentícios de origem animal e vegetal após a etapa de elaboração, compreendido na armazenagem, no transporte, na distribuição e na comercialização até o consumo final e será de responsabilidade da Vigilância Sanitária do Município de Joaçaba, incluídos restaurantes, padarias, pizzarias, bares e similares e se dará em consonância ao estabelecido na Lei Orgânica da Saúde nº 8.080/1990.

Art. 13 – Todas as ações da inspeção e da fiscalização sanitária serão executadas visando à segurança alimentar e a educação sanitária, buscando o comprometimento dos integrantes da cadeia produtiva agropecuária e da sociedade em geral, no cumprimento de normas e regulamentos estabelecidos pelo Serviço de Inspeção, pela Vigilância Sanitária do Município e pelo CPIMMOC em consonância com a legislação vigente.

§ 1º - Para tanto, buscar-se-á a cooperação com as demais instâncias do SUASA, instituições públicas e privadas de ensino, pesquisa e extensão.

§ 2º - A inspeção e a fiscalização sanitária serão desenvolvidas em sintonia, evitando-se superposições, paralelismos e duplicidade entre a inspeção e fiscalização sanitária.

Art. 14 – A segurança alimentar e nutricional abrange a produção, o processamento e a industrialização, a comercialização, a distribuição, o consumo de alimento seguro, a utilização biológica dos alimentos – incluindo-se a água e as sementes – e sua relação holística com o desenvolvimento humano, a informação e a biodiversidade.

Art. 15 – O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR será a instância de discussão, sugestão e aprovação do Plano Municipal de Inspeção, de Projetos e outros assuntos ligados ao serviço de inspeção sanitária.

Art. 16 – Será criado um sistema de informações sobre todo o trabalho e procedimentos de inspeção sanitária, gerando registros auditáveis.

Parágrafo único – É de responsabilidade da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola, Indústria, Comércio, Turismo e Inovação a alimentação e manutenção do sistema de informações sobre a inspeção sanitária do município.

Art. 17 - Os recursos financeiros necessários à implementação da presente Lei e do Serviço de Inspeção Municipal serão fornecidos pelas verbas alocadas na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola, Indústria, Comércio, Turismo e Inovação, constantes no Orçamento do Município e ou no contrato de rateio do CPIMMOC, da cobrança de tarifas pelos serviços prestados junto aos estabelecimentos assistidos e de recursos das demais instâncias do SUASA.

§ 1º - Os recursos arrecadados pelo Serviço de Inspeção Municipal serão destinados ao Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural e utilizados especificamente para as ações e projetos voltados à inspeção sanitária.

§ 2º – As tarifas pelos serviços de inspeção municipal passam a vigorar de acordo com o anexo único da presente lei.

§ 3º – Os valores das tarifas poderão ser reajustados através de decreto do executivo municipal.

Art. 18 - Fica estabelecida pela presente lei a tabela de cobrança de tarifas pelos serviços de inspeção e fiscalização do Município de Joaçaba.

Parágrafo Único – Ficam isentos do pagamento das tarifas pelos serviços de inspeção e fiscalização produtos oriundos de projetos sociais e de estabelecimentos agroindustriais de pequeno porte.

Art. 19 - Os casos omissos ou de dúvidas que surgirem na execução da presente Lei, bem como a sua regulamentação, serão resolvidos através de instrumentos legais baixados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola, Indústria, Comércio, Turismo e Inovação, após debatido no Conselho Municipal de Desenvolvimento

Rural – CMDR e pelo Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado – CPIMMOC.

Art. 20 - As infrações às normas previstas nesta Lei e Decreto próprio serão punidas, isolada ou cumulativamente, com as seguintes sanções, sem prejuízo de natureza cível e penal cabível:

I – Advertência quando o infrator for primário ou não tiver agido de má fé;

II – Multa de meio a quatro salários mínimos aos infratores da presente Lei e em dobro quando da reincidência. Os valores arrecadados serão destinados ao Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural e utilizados especificamente para as ações e projetos voltados à inspeção sanitária.

III – Apreensão ou inutilização de matéria-prima, ingredientes e produtos elaborados – quando não se apresentarem dentro dos padrões higiênico-sanitários, físico-químicos e microbiológicos adequados à sua finalidade ou quando forem adulterados;

IV – Suspensão das atividades do estabelecimento quando causarem risco ou ameaça de natureza higiênico-sanitária, ou no caso de o proprietário dificultar a ação fiscalizadora;

V – Interdição total ou parcial do estabelecimento quando a infração consistir na falsificação, adulteração ou fraude de produtos ou se verificar a inexistência de condições higiênico-sanitárias adequadas, sendo que:

§ 1º – A interdição poderá ser levantada após o atendimento das exigências que motivaram a sanção;

§ 2º – Se a interdição não for levantada nos termos da alínea anterior, decorridos seis meses será cancelado o respectivo registro.

VI – Incluem-se entre as infrações previstas nesta lei:

§ 1º – Atos que procurem embarçar as ações dos servidores do SIM/SISBI, no exercício de suas funções, visando impedir, dificultar ou burlar os trabalhos da fiscalização;

§ 2º – Desacato, suborno ou simples tentativa;

§ 3º – Informações inexatas sobre dados estatísticos referentes à quantidade, qualidade e procedência da matéria prima, dos produtos e insumos;

§ 4º – Qualquer sonegação que seja feita sobre assunto que direta ou indiretamente interesse ao SIM ou SIM/SISBI.

Art. 21 - As multas previstas no artigo 19º poderão ser agravadas até o grau máximo (até 100 vezes o valor da multa) nos casos de: artifício, ardil, simulação, desacato, embarço, ou resistência à ação fiscal, levando-se em conta, além das circunstâncias atenuantes ou agravantes, a situação econômico-financeira do infrator, os meios a seu alcance para cumprir a lei ou; o os casos em que o volume da produção do infrator faça prever que a punição será ineficaz.

§ 1º – As multas a que se refere a presente lei serão aplicadas sem prejuízo de outras que, por lei, possam ser impostas por autoridades de saúde pública ou policiais.

§ 2º – Auto de infração deve ser lavrado pelo médico veterinário responsável pelo Serviço de Inspeção Municipal.

Art. 22 - As penalidades serão impostas pelo SIM, cabendo recurso à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola, Indústria,

Comércio, Turismo e Inovação na forma regulamentar, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Art. 23 - Ficam revogadas as disposições em contrário a esta Lei.

Art. 24 - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de sessenta dias a contar da data de sua publicação.

Art. 25 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 24 de junho de 2016.
RAFAEL LASKE
Prefeito

"ANEXO ÚNICO"

Tarifas do Serviço de Inspeção Municipal

1 – FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA DA PRODUÇÃO DE:	UNIDADE	VALOR
Bovinos: Para abate	Cabeça	R\$ 1,50
Suínos: Para abate	Cabeça	R\$ 0,50
Ovinos e Caprinos: Para abate	Cabeça	R\$ 0,50
Aves: Para abate	Cabeça	R\$ 0,05
Peixes: Para abate	Cabeço	R\$ 0,05
Coelhos: Para abate	Cabeça	R\$ 0,10
Animais exóticos (javali, ema, outros): Para abate	Cabeça	R\$ 0,50
2 – FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA DE SUBPRODUTOS:	UNIDADE	VALOR
Carnes e seus derivados	Centena de quilos	R\$ 0,50
Leite e seus derivados	Centena de litros	R\$ 0,50
Mel e seus derivados	Centena de quilos	R\$ 0,50
Ovos e seus derivados	Centena	R\$ 0,50
Pescado e seus derivados	Centena de quilos	R\$ 0,50
3 – EMISSÃO DO TÍTULO DE REGISTRO DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL	Estabelecimento	R\$ 100,00
4 – TAXA ANUAL DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL (TAL)	Estabelecimento	R\$ 50,00

--

PORTARIA N.º 6206

PORTARIA Nº 6.206 DE 22 DE JUNHO DE 2016

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) DEBORAH APARECIDA SUFREDINI, Professor Nível I (Licenciatura), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do processo n.º 141.708 de 29 de fevereiro de 2016, referente ao período de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 20 de junho de 2016 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 20 de junho de 2016, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 22 de junho de 2016.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 6207

PORTARIA Nº 6.207 DE 23 DE JUNHO DE 2016

"CONCEDE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

RAFAEL LASKE, Prefeito Municipal de Joaçaba-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER, ao Servidor PEDRO ALVADIR PEREIRA, Operador de Máquinas, LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA, de acordo com o art. 76 III, bem como art. 79, da Lei Complementar 76 de 11 de dezembro de 2003, conforme requerimento protocolado sob o nº 0001186/2016 de 23 de junho de 2016, por um período de 03 (três) meses, a contar do dia 02 de julho de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de julho de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de junho de 2016
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 6208

PORTARIA Nº 6.208 DE 24 DE JUNHO DE 2016

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) ELIANE DE SOUZA BUTTNER, Professor Nível I (Pós Graduação – cargo em extinção), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do processo n.º 141.609 de 25 de fevereiro de 2016, referente ao período de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 04 de julho de 2016 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 04 de julho de 2016, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 24 de junho de 2016.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 6209

PORTARIA Nº 6.209 DE 24 DE JUNHO DE 2016

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) ROSANA SCHAUFFLER HEBERLE, Professor Nível II (Pós Graduação), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do processo n.º 141.669 de 29 de fevereiro de 2016, referente ao período de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 04 de julho de 2016 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 04 de julho de 2016, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 24 de junho de 2016.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 6210

PORTARIA Nº 6.210 DE 24 DE JUNHO DE 2016

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) MARIA CRISTINA FRANÇA ANTUNES, Professor Nível II (Mestrado – Cargo em extinção), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do processo n.º 141.691 de 29 de fevereiro de 2016, referente ao período de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 04 de julho de 2016 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 04 de julho de 2016, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 24 de junho de 2016.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 6211

PORTARIA Nº 6.211 DE 24 DE JUNHO DE 2016

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) GRAZIELLE CARON, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do processo n.º 141.657 de 29 de fevereiro de 2016,

referente ao período de 20 de março de 2013 a 19 de março de 2014 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 04 de julho de 2016 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 04 de julho de 2016, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 24 de junho de 2016.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 10/2016 - HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL**HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso de suas atribuições e com base nas LC nº 97/2005 TORNA PÚBLICO a Homologação do Resultado Final referente ao Processo Seletivo Simplificado Nº 10/2016 destinado a contratação de pessoal por prazo determinado do cargo de Médico Generalista.

Constata-se que não houve nenhum pedido de recurso por parte dos candidatos inscritos neste Seletivo, ficando inalterada a classificação dos mesmos.

1. DO RESULTADO FINAL

CARGO: MÉDICO GENERALISTA		CLASSIFICAÇÃO	PONTUAÇÃO
003	DAIANA FOREST	1º	8,0
002	ELZIO LUIZ PUTZEL	2º	5,0
001	GABRIELA KANDLER SIGNORI	3º	5,0

* Critério de desempate: Maior idade.

Joaçaba/SC, em 27 de junho de 2016.
RAFAEL LASKE

Prefeito Municipal de Joaçaba

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.

RESPOSTAS AS INTERCORRÊNCIAS DE CLASSIFICAÇÃO EDITAL SME/JBA Nº 001 DE 14 DE ABRIL 2016 MUNICÍPIO DE JOAÇABA

RESPOTAS AS INTERCORRÊNCIAS DE CLASSIFICAÇÃO

EDITAL SME/JBA Nº 001 DE 14 DE ABRIL 2016
MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Inscrição	Cargo	Solicitação
5863	PROFESSOR DE ANOS INICIAIS – 40 hrs	Contra a Classificação
Situação:	INDEFERIDO	

Justificativa:	<p>Em resposta ao recurso interposto pela candidata em relação ao número de acertos das questões de sua prova, afirma-se: O número de acertos em Conhecimentos de Português totaliza 4 e não 5 conforme recurso, outro sim, o número de acertos em conhecimentos referente a Legislação Municipal, totaliza 1 e não 2 conforme recurso.</p> <p>A imagem abaixo é extraída da correção óptica feita pelo sistema do cartão resposta da candidata.</p> <p>Diante do exposto acima, resta INDEFERIR O RECURSO, mantendo-se a classificação já publicada.</p>	
----------------	---	--

Inscrição	Cargo	Solicitação
5972	PROFESSOR DE ANOS INICIAIS – 40 hrs	Contra a Classificação
Situação:	INDEFERIDO	

Justificativa:	<p>Em resposta ao recurso interposto pela candidata em relação ao número de acertos das questões de sua prova, afirma-se: O número de acertos em Conhecimentos referente a Legislação Municipal, totaliza 1 conforme imagem da correção abaixo.</p> <p>Outro sim, destacamos que a questão de nº 17 em seu cartão resposta, está em branco, ou seja, sem marcação, motivo pelo qual a questão foi dada como ignorada e não pontuada pelo sistema, conforme mostra a imagem no ponto vermelho da correção de seu cartão.</p> <p>A imagem abaixo é extraída da correção óptica feita pelo sistema do cartão resposta da candidata.</p> <p>Diante do exposto acima, resta INDEFERIR O RECURSO, mantendo-se a classificação já publicada.</p>	
----------------	---	--

Inscrição	Cargo	Solicitação
5870	PROFESSOR DE ANOS INICIAIS – 40 hrs	Contra a Classificação
Situação:	DEFERIDO	

Justificativa:	<p>Em resposta ao recurso interposto pela candidata em relação aos critérios de desempate, novamente em análise, afirma-se:</p> <p>Realmente assiste razão a candidata, o 4º critério de desempate (Conhecimentos de Matemática) em relação a candidata antecessora mostra-se incompatível com o previsto no item 9.4 do Edital.</p> <p>Diante do exposto, resta DEFERIR O RECURSO, reclassificando a candidata conforme critérios estabelecidos no item 9.4 do presente Edital.</p>	
----------------	--	--

Inscrição	Cargo	Solicitação
5691	PROFESSOR DE MATEMÁTICA	Contra a Classificação
Situação:	INDEFERIDO	

Justificativa:	<p>Em resposta ao recurso interposto pela candidata em relação aos critérios de desempate, novamente em análise, afirma-se:</p> <p>Novamente em análise da titulação pela comissão, procuradoria do município e empresa, entende-se que a titulação apresentada não é compatível com o cargo, conforme subscrito no item 8.2.1 do Edital.</p> <p>Diante do exposto acima, resta INDEFERIR O RECURSO, mantendo-se a classificação já publicada.</p>	
----------------	--	--

Inscrição	Cargo	Solicitação
7105	PROFESSOR DE ANOS INICIAIS – 20 hrs	Contra a Classificação
Situação:	INDEFERIDO	

Justificativa:	<p>Em resposta ao recurso interposto pela candidata em relação aos critérios de desempate, novamente em análise, afirma-se:</p> <p>Novamente em análise da titulação pela comissão, procuradoria do município e empresa, entende-se que a titulação apresentada não é compatível com o cargo, conforme subscrito no item 8.2.1 do Edital.</p> <p>Diante do exposto acima, resta INDEFERIR O RECURSO, mantendo-se a classificação já publicada.</p>	
----------------	--	--

Inscrição	Cargo	Solicitação
5790	PROFESSOR DE ANOS INICIAIS – 20 hrs	Contra a Classificação
Situação:	INDEFERIDO	

Justificativa:	<p>Em resposta ao recurso interposto pela candidata em relação aos critérios de desempate, novamente em análise, afirma-se:</p> <p>Entende-se que o item 8.7 do Edital deixa claro que somente seriam considerados os títulos entregues em cópia reprográfica autenticada em cartório. Considerando ainda que os títulos entregues não serão devolvidos e ficarão sob posse da empresa realizadora do concurso público.</p> <p>Diante do exposto acima, resta INDEFERIR O RECURSO, mantendo-se a classificação já publicada.</p>	
----------------	--	--

Sem mais,

Registra-se e publica-se em

Joaçaba, 23 de Junho de 2016.

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**ORDEM DE SERVIÇO 004/2016**

ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO N.º 0004/2016

Autorizo por meio desta, a empresa RIO GRANDENSE POÇOS ARTESIANOS LTDA a iniciar a execução de serviços para perfuração de poços artesianos em Serra Alta, no Município de Herval D'Oeste e Vila Kennedy, no Município de Luzerna pertinentes ao Processo Licitatório JHL 0072/2015 Tomada de Preços JHL 0014/2015, Protocolo JHL 3239/2015 formalizada pelo Termo de Contrato JHL 0029/2016 de 04 de maio de 2016. O valor Global dos serviços contratados do respectivo processo é de R\$ 388.466,00 (Trezentos e oitenta e oito mil, quatrocentos e sessenta e seis reais), A contratada terá prazo máximo de 15 dias contados a partir da Emissão da Ordem de Serviço para protocolar junto a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável – SDS as documentações necessárias à obtenção das autorizações prévias de perfuração dos referidos poços, sendo que após autorização, terá prazo máximo de 60 dias execução dos serviços contratados

Joaçaba (SC), 09 de junho de 2016

Contratante: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

Nome e cargo: Aluir Flemming

Diretor Presidente

Contratado: RIO GRANDENSE POÇOS ARTESIANOS LTDA

Responsável: Marcos Dienstmann

Sócio Diretor

RECEBI EM ____/____/____

ORDEM DE SERVIÇO 005/2016

ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO N.º 0005/2016

Autorizo por meio desta, a empresa ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA a iniciar a execução de estação elevatória de esgoto, denominada EEH-001, na Avenida Beira Rio, em Herval d'Oeste e adutora de recalque de esgoto até a estação de tratamento de esgoto de Herval d'Oeste, na Rua Francisco Sartori pertinentes ao Processo Licitatório JHL 0017/2016 Concorrência JHL 0001/2016, Protocolo JHL 0745/2016 formalizada pelo Termo de Contrato JHL 0023/2016 de 01 de junho de 2016. O valor Global dos serviços contratados do respectivo processo é de R\$ 1.454.906,33 (um milhão, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, novecentos e seis reais e trinta e três centavos. A contratada deverá iniciar os serviços em até 10 (dez) dias úteis da data de recebimento da Ordem de Serviço Inicial e entregar a obra, completamente executada, no prazo de até 10 (dez) meses contados da mesma data.

Joaçaba (SC), 20 de junho de 2016

Contratante: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

Nome e cargo: Aluir Flemming

Diretor Presidente

Contratado: ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA

Responsável: Simar José Rosa

Sócio Administrador

RECEBI EM ____/____/____

RESUMO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0008/2015 - SIMAE

EXTRATO DA QUARTA PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL –ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº0008/2015

Extrato Da Quarta Publicação Trimestral –Ata De Registro De Preços Nº 0008/2015 originado do Processo Licitatório 0046/2015, Pregão Presencial 0034/2015.

OBJETO: Registro de preços de serviços de manutenção e conservação a serem executados nos equipamentos acoplados aos veículos das áreas técnicas água e esgoto do SIMAE, para o exercício 2015.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Preço	Empresa Vencedora
1	100	HR	SERVIÇO DE MECANICA GERAL PARA EQUIPAMENTOS ACOPLADOS AOS VEICULOS: PLACA MARCA/MODELO SIMAE GUINDASTE MUNK HIDRÁULICO COM CAPACIDADE 4000 KGF/M, DUAS LANÇAS HIDRÁULICAS E UMA LANÇA MANUAL, MARCA ARGOS-ACOPLADO AO VEICULO FIAT IVECO PLACAS MKJ-1354 TECNICA ESGOTO RETRO-ESCAVADEIRA GIRO MÓVEL MARCA IMAP MODELO RM 3500, COMPOSTA DE DUAS LANÇAS ARTICULADAS COM CILINDRO HIDRÁULICOS, 01 CAÇAMBA NA EXTREMIDADE CONSTRUÍDA EM FORMATO DE CONCHA DOTADO DE DENTES AUTO-AFIANTES - ACOPLADO AO VEICULO FORD CARGO PLACA MEB-6131 TECNICA AGUA RETRO-ESCAVADEIRA GIRO MÓVEL MARCA IMAP MODELO RM 3500, COMPOSTA DE DUAS LANÇAS ARTICULADAS COM CILINDRO HIDRÁULICOS, 01 CAÇAMBA NA EXTREMIDADE CONSTRUÍDA EM FORMATO DE CONCHA DOTADO DE DENTES AUTO-AFIANTES - ACOPLADO AO VEICULO VOLKS VW10.160 PLACAS QHC-7075 - TECNICA AGUA	R\$ 40,00	RODRI MAQ. MECÂNICA PESADA LTDA - ME

2	90	HR	SERVIÇOS DE MECANICA ESPECIALIZADA PARA EQUIPAMENTOS ACOPLADOS AOS VEICULOS: PLACA MARCA/MODELO SIMAE GUINDASTE MUNK HIDRÁULICO COM CAPACIDADE 4000 KGF/M, DUAS LANÇAS HIDRÁULICAS E UMA LANÇA MANUAL, MARCA ARGOS- ACOPLADO AO VEICULO FIAT IVECO PLACAS MKJ-1354 TECNICA ESGOTO RETROESCAVADEIRA GIRO MÓVEL MARCA IMAP MODELO RM 3500, COMPOSTA DE DUAS LANÇAS ARTICULADAS COM CILINDRO HIDRÁULICOS, 01 CAÇAMBA NA EXTREMIDADE CONSTRUÍDA EM FORMATO DE CONCHA DOTADO DE DENTES AUTO-AFIANTES - ACOPLADO AO VEICULO FORD CARGO PLACA MEB-6131 TECNICA AGUA RETROESCAVADEIRA GIRO MÓVEL MARCA IMAP MODELO RM 3500, COMPOSTA DE DUAS LANÇAS ARTICULADAS COM CILINDRO HIDRÁULICOS, 01 CAÇAMBA NA EXTREMIDADE CONSTRUÍDA EM FORMATO DE CONCHA DOTADO DE DENTES AUTO-AFIANTES - ACOPLADO AO VEICULO VOLKS VW10.160 PLACAS QHC-7075 - TECNICA AGUA	R\$ 37,00	RODRI MAQ. MECÂNICA PESADA LTDA - ME
3	40	HR	SERVIÇO DE ELETRICIDADE PARA EQUIPAMENTOS ACOPLADOS AOS VEICULOS: PLACA MARCA/MODELO SIMAE GUINDASTE MUNK HIDRÁULICO COM CAPACIDADE 4000 KGF/M, DUAS LANÇAS HIDRÁULICAS E UMA LANÇA MANUAL, MARCA ARGOS- ACOPLADO AO VEICULO FIAT IVECO PLACAS MKJ-1354 TECNICA ESGOTO RETROESCAVADEIRA GIRO MÓVEL MARCA IMAP MODELO RM 3500, COMPOSTA DE DUAS LANÇAS ARTICULADAS COM CILINDRO HIDRÁULICOS, 01 CAÇAMBA NA EXTREMIDADE CONSTRUÍDA EM FORMATO DE CONCHA DOTADO DE DENTES AUTO-AFIANTES - ACOPLADO AO VEICULO FORD CARGO PLACA MEB-6131 TECNICA AGUA RETROESCAVADEIRA GIRO MÓVEL MARCA IMAP MODELO RM 3500, COMPOSTA DE DUAS LANÇAS ARTICULADAS COM CILINDRO HIDRÁULICOS, 01 CAÇAMBA NA EXTREMIDADE CONSTRUÍDA EM FORMATO DE CONCHA DOTADO DE DENTES AUTO-AFIANTES - ACOPLADO AO VEICULO VOLKS VW10.160 PLACAS QHC-7075 - TECNICA AGUA	R\$ 70,00	LOCOMAQ COMÉRCIO E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - ME
4	40	HR	SERVIÇO DE FUNILARIA E PINTURA PARA EQUIPAMENTOS ACOPLADOS AOS VEICULOS: PLACA MARCA/MODELO SIMAE GUINDASTE MUNK HIDRÁULICO COM CAPACIDADE 4000 KGF/M, DUAS LANÇAS HIDRÁULICAS E UMA LANÇA MANUAL, MARCA ARGOS- ACOPLADO AO VEICULO FIAT IVECO PLACAS MKJ-1354 TECNICA ESGOTO RETROESCAVADEIRA GIRO MÓVEL MARCA IMAP MODELO RM 3500, COMPOSTA DE DUAS LANÇAS ARTICULADAS COM CILINDRO HIDRÁULICOS, 01 CAÇAMBA NA EXTREMIDADE CONSTRUÍDA EM FORMATO DE CONCHA DOTADO DE DENTES AUTO-AFIANTES - ACOPLADO AO VEICULO FORD CARGO PLACA MEB-6131 TECNICA AGUA RETROESCAVADEIRA GIRO MÓVEL MARCA IMAP MODELO RM 3500, COMPOSTA DE DUAS LANÇAS ARTICULADAS COM CILINDRO HIDRÁULICOS, 01 CAÇAMBA NA EXTREMIDADE CONSTRUÍDA EM FORMATO DE CONCHA DOTADO DE DENTES AUTO-AFIANTES - ACOPLADO AO VEICULO VOLKS VW10.160 PLACAS QHC-7075 - TECNICA AGUA	R\$ 62,00	RODRI MAQ. MECÂNICA PESADA LTDA - ME

VIGÊNCIA: 24/09/2015 a 23/09/2016.

Para fins de atendimento ao parágrafo 2º, do art 15, da Lei 8666/93, o SIMAE, torna público, que não houve alteração de valores e ficam mantidos os preços registrado na presente Ata.

Joaçaba, 24 de junho de 2016.

Lacerdópolis

PREFEITURA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 25/2016

MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 025/2016

Aviso de Edital de Tomada de Preço nº. 02/2016

O MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS estará realizando sessão de pregão presencial no dia 11/07/2016 as 09:00 horas, para selecionar a melhor proposta para construção do Terminal de Ônibus de Transporte Escolar do Município de Lacerdópolis - SC. Cópia integral do edital poderão ser obtidas junto a Prefeitura Municipal, na Rua 31 de Março 1050, centro, Lacerdópolis-SC. Demais informações, pelo telefone (0**49)3552-0188.

Hilário Chiamolera

Prefeito de Lacerdópolis

Lages

CÂMARA MUNICIPAL

ATA DE LICITAÇÃO Nº 08/2016 TP 02/2016

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO

ATA Nº 8/2016

DATA: 24/06/2016. HORÁRIO: 13h30min.

LICITAÇÃO: Tomada de Preços nº 02/2016 / Processo: 13/2016

OBJETO: Execução de Reforma do Prédio Sede da Câmara Municipal. Aos vinte e quatro de junho de 2016, reuniram-se no Departamento de Licitações, no prédio sede da Câmara Municipal de Lages, situado na Rua Otacílio Vieira da Costa, 280, Centro, em Lages, a partir das 13h:30min, em sessão pública, o Presidente da Comissão Permanente de Licitações Tiago Lemos Lopes, juntamente com os demais membros da comissão, composta pelos servidores, Talita Taborda Machado e Everton Gregório, para que fossem recebidos os envelopes contendo propostas de preços e documentação de habilitação referentes a TOMADA DE PREÇOS nº 2/2016 Processo 13/2016, cujo objeto supracitado. Pontualmente às 13h:30min, o presidente declarou que estavam abertos os trabalhos da presente licitação quando foi constatado pela Comissão que nenhum licitante se fez presente. O presidente concedeu prazo de 15 (quinze) minutos de tolerância para possíveis atrasos. Decorrida a referida tolerância e como nenhum interessado compareceu, o presidente declarou como deserta a presente licitação. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada por todos os presentes. Lages 24 de junho de 2016.

Comissão:

TIAGO LEMOS LOPES

TALITA TABORDA MACHADO

Presidente CPL

Membro

EVERTON GREGÓRIO

Membro

Laguna

PREFEITURA

PORTARIA Nº 692/2016

PORTARIA RH Nº 692/2016

O SECRETÁRIO DA FAZENDA, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, aos Servidores abaixo relacionados, do dia 16.06.16 a 15.07.2016.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
Leandro Vieira Maximiano	2014/2015
Luiz Eduardo Cortegosso Silva	2014/2015
Saleide Flor Duarte	2014/2015

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 16 de Junho de 2016.

HENIO MARCELINO CARDOSO
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 696/2016

PORTARIA RH Nº 696/2016

O SECRETÁRIO DA FAZENDA, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, aos Servidores abaixo relacionados, do dia 20.06.16 a 19.07.2016.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
Leandro de Araújo	2014/2015
Luiz Cristovam dos Santos Guterro	2015/2016

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 20 de Junho de 2016.

HENIO MARCELINO CARDOSO
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 701/2016

PORTARIA RH Nº 701/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

DEMITIR, SIDNEI MANOEL LEONEL JÚNIOR do cargo de Professor de Geografia, 20 horas, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 09/06/2016.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 21 de Junho de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 702/2016

PORTARIA RH Nº 702/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

DEMITIR, ANGELA CRISTINA FELISBERTO ANTÔNIO do cargo de Professor de Educação Infantil, 40 horas, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 20/06/2016.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 21 de Junho de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Lauro Muller

PREFEITURA

EDITAL DE PREGAO N° 56/2016 PMLM

EDITAL DE PREGAO N° 56/2016 PMLM

PROCESSO N°56/2016 PMLM

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 7 de julho de 2016 às 09:00h ira se reunir com para realização de pregão presencial, com objeto para contratação de empresa do ramo pertinente, para prestação de serviços de forma parcelada, com maquina, incluindo operador, na área de pavimentação, drenagem e terraplenagem; conservação, manutenção e limpeza de estradas, ruas, avenidas, rios, valas e córregos no Município de Lauro Muller/SC, o edital na integra está disponível no site www.lauromuller.sc.gov.br.

Lauro Muller, 24 de junho de 2016.

Leandro Stangherlin

Pregoeiro Municipal

Lebon Régis

PREFEITURA

AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI Nº 011/2016

AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI Nº 011/2016

“DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR NOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Presidente da Câmara Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA CONCEPÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a Criação do Conselho Escolar nos Centros Municipais de Educação Infantil e Escolas Públicas Municipais de LEBON RÉGIS.

Art. 2º O Conselho Escolar é um órgão colegiado de organização democrática, constituição paritária e participativa dos diversos segmentos da comunidade escolar.

Art. 3º O Conselho Escolar terá função de caráter consultivo, deliberativo, fiscalizador, mobilizador e normativo, constituindo-se em órgão garantidor da gestão democrática do ensino público, nos limites da legislação em vigor e compatível com as diretrizes e política educacional traçadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CAPÍTULO II

Seção I

DA FINALIDADE DO CONSELHO ESCOLAR

Art. 4º A finalidade do Conselho Escolar é desenvolver ações concretas, no sentido de garantir a realização de uma política educacional de acordo com as necessidades básicas de aprendizagem, o controle da aplicação de recursos financeiros geridos pela escola, analisando o desenvolvimento e integração como um todo dentro da rede municipal de ensino.

Seção II

DAS OBRIGAÇÕES DO CONSELHO ESCOLAR

Art. 5º O Conselho Escolar tem por obrigações básicas:

- I- Discutir e aprovar o seu estatuto e regulamento;
- II- Aprovar e acompanhar a efetivação do Projeto Político Pedagógico da escola;
- III- Analisar e aprovar o Plano Anual da Escola, com base no seu Projeto Político Pedagógico;
- IV- Promover o fortalecimento e a modernização dos processos de gestão da escola, através de sua autonomia técnico-pedagógica e administrativo-educacional, considerando as diretrizes, prioridades e metas estabelecidas pela Secretaria de Educação Municipal;
- V- Ampliar os níveis de participação comunitária na análise dos projetos e no acompanhamento das atividades da unidade escolar, de forma a estabelecer novas relações de compromisso, parceria e corresponsabilidade;
- VI- Apreçar e deliberar sobre problemas de rendimento escolar dos alunos, indisciplina, evasão, repetência e absenteísmo de servidores, buscando e propondo soluções;
- VII- Analisar os resultados da avaliação interna e externa da escola, propondo alternativas para melhoria do desempenho dos professores, alunos, direção, pais e servidores;
- VIII- Orientar e acompanhar a aplicação de recursos financeiros

geridos pela escola, analisando suas prestações de contas;

IX - Fortalecer a integração escola-comunidade;

X - Viabilizar apoios e parcerias, objetivando o desenvolvimento da Unidade Escolar;

XI - Apreçar e emitir decisões constando em ata, sobre desligamento de um ou mais membros do Conselho Escolar, quando do não cumprimento das normas estabelecidas em seu estatuto e/ou procedimentos incompatíveis com a dignidade da função, encaminhando cópia a Secretaria Municipal de Educação;

XII - Convocar assembleias gerais da comunidade escolar ou dos seus segmentos.

Seção III

DA COMPOSIÇÃO

Art. 6º Cada Conselho Escolar será composto pelos gestores das escolas municipais, equipe técnico-administrativo, técnico-pedagógico, professores, estudantes, pais e representantes de entidades legalmente organizadas da comunidade local.

Art. 7º Poderá a critério do Conselho Escolar, inserir em sua composição um representante da comunidade escolar organizada, tais como associações e/ou entidades sociais, substituindo alguma classe que por ventura não tem representação legal de acordo com as normas da legislação vigente.

Art. 8º O Conselho Escolar de cada unidade escolar do Município de Lebon Régis será composto por até 11 (onze) membros efetivos e respectivos suplentes, da seguinte forma:

I- O Gestor ou responsável pela escola como membro nato;

II- Dois professores representantes da Unidade Escolar;

III- Um representante do pessoal técnico-administrativo;

IV- Um representante do pessoal técnico-pedagógico;

V- Um representante dos estudantes a partir de 12 anos do Ensino Fundamental;

VI- Um representante dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos;

VII- Três representantes dos pais dos estudantes da Unidade Escolar;

VIII- Um representante das entidades legalmente organizadas da comunidade local;

Parágrafo Único. Para cada membro titular haverá um suplente, cuja designação obedecerá às normas previstas para os titulares, com exceção do gestor ou responsável pela escola que é membro nato do Conselho Escolar.

Seção IV

DAS ELEIÇÕES

Art. 9º Os componentes do Conselho Escolar terão mandato de 02 (dois) anos facultada apenas uma recondução, sendo o seu exercício considerado de relevante interesse público, não remunerado.

§1º Os membros efetivos do Conselho Escolar serão substituídos pelos suplentes em suas funções, por motivos de falta injustificada até 03 (três) reuniões no período de 01(um) ano.

§ 2º Os membros do Conselho Escolar poderão ainda ser substituídos mediante solicitação com justificativa do dirigente da entidade que o representa.

§ 3º A escolha dos representantes será feita através de voto direto e secreto dos membros do Colégio Eleitoral, tendo que optar por escrito quando pertencerem a mais de uma classe:

I – Pais e/ou responsáveis;

- II- Professores;
- III- Demais servidores públicos em exercício da unidade escolar;
- IV- Estudantes ou representantes da comunidade organizada.

Art. 10. Eleito o Conselho Escolar, a cada nova gestão municipal, deverá ser indicado novos representantes empossados devidamente pelo prazo máximo de 10 (dez) dias sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 11. A eleição será coordenada pela Secretaria Municipal de Educação, sendo posteriormente responsabilidade do Conselho Escolar.

Seção V DA POSSE

Art. 12. A posse do primeiro Conselho Escolar será dada pela Secretaria Municipal de Educação e as seguintes pelo próprio Conselho Escolar, sendo os integrantes nomeados por Decreto Municipal.

Seção VI DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 13. O Conselho Escolar reunir-se-á ordinariamente de dois em dois meses e, quando necessário, extraordinariamente, por convocação do Gestor da escola ou da maioria dos membros.

§ 1º As reuniões do Conselho Escolar somente se realizarão com quórum mínimo de metade mais um de seus membros efetivos.

§ 2º Serão válidas as deliberações do Conselho Escolar tomadas por metade mais um dos presentes à reunião.

Art. 14. A vacância do membro do Conselho Escolar dar-se-á por conclusão de mandato, renúncia, aposentadoria, desligamento da escola, morte ou destituição.

Art. 15. O Conselho Escolar será regido pela legislação vigente e por seu Estatuto devidamente aprovado pela maioria dos seus membros.

Art. 16. Fica expressamente revogada a Lei nº 1.376/2011 de 27 de outubro de 2011.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lebon Régis (SC), 22 de junho de 2016.
MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Presidente

DJALMA MARCO DA ROCHA
1º Secretário

Lindóia do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL FMS 06/2016

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 06/2016

Ronaldo Piscini - Secretário de saúde e Ação Social de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço, na forma da Lei nº 10.520/02, para Serviços médicos no programa Estratégia da Saúde da Família – ESF, durante 09 hs (nove horas) semanais, distribuídas em três dias por semana, sendo nas segundas, terças e sextas-feiras, a serem efetuados na Sede do Município, executando ainda, atividades educativas quando necessário, e acompanhamento de grupos, às 08:30 horas do dia 07 de julho de 2016, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 horas do mesmo dia, no setor de compras e licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.1177.

Lindóia do Sul - SC, 24 de junho de 2016.

Ronaldo Piscini

Secretário de saúde e Ação Social

ATA DA COMISSÃO - DECISÃO SOBRE IMPUGNAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL	TOMADA DE PREÇO Nr.: 2/2016 - TP
CNPJ: 78.510.112/0001-80 RUA TAMANDARÉ, 98 C.E.P.: 89735-000 - Lindóia do Sul - SC	Processo Administrativo: 36/2016 Processo de Licitação: 36/2016 Data do Processo: 07/06/2016
	Folha: 1/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 43/2016 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de aplicativos de gestão pública (nota fiscal eletrônica de serviços), com acesso simultâneo de usuários, e que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e os serviços técnicos correlatos.

No dia vinte e quatro do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis, às oito e trinta horas, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, reuniram-se os membros da comissão permanente de licitações, servidores Diego Frare e Antonio Carlos Vicente, sob a presidência do senhor Leonardo Junior Cavallier, todos designados pelo Decreto nº 2.754/2016, com a finalidade de efetuar a análise e julgamento do pedido de "esclarecimentos" com teor de impugnação ao edital, protocolado pela empresa Betha Sistemas Ltda, e também do parecer emitido pelo departamento jurídico do município. Após análise dos documentos, a comissão permanente de licitações decidiu não conhecer a impugnação, tendo em vista que a pessoa que a assinou, não comprovou ter poderes para representar a empresa impugnante, e para tal, adota como razões, aquelas contidas no parecer jurídico emitido pelo procurador municipal, e, tendo em vista a recomendação contida no mesmo documento, a comissão permanente de licitações, de ofício, realizou uma reanálise dos termos do edital, e concluiu pela necessidade de melhor esclarecer alguns pontos, que seguem: a) ☐ Tendo em vista a ocorrência de falha técnica na digitação do item 2.9 do anexo "D" do edital, o mesmo encontra-se em contradição, com a exigência imposta na alínea "j" do item 5.1 do referido instrumento. Esclarece-se que o prazo máximo que deve ser considerado, é o de 30 (trinta) dias corridos, a contar da emissão da ordem de serviços, devendo a(s) proponente(s), apresentar para fins de habilitação, uma declaração informando o prazo que demandará para implantação dos sistemas, respeitado o limite supracitado; b) ☐ Em relação ao quantitativo dos serviços técnicos previstos no item 9.1.2 e nos itens 2, 3 e 4 da tabela de serviços técnicos constante no anexo "E" do edital, esclarece-se, que devido ao fato de ser impossível prever qual o quantitativo destes serviços correlatos, que o município efetivamente demandará, durante a execução do contrato, os mesmos não devem ser levados em consideração, quando da formulação da proposta comercial pela(s) proponente(s), e que igualmente, não serão levados em consideração, pela comissão permanente de licitações, durante a etapa de julgamento da(s) proposta(s) de preços ofertada(s) no certame. Por melhor ou maior que fosse o esforço do gestor em tentar estimar tais quantitativos, esta estimativa estaria eivada de subjetividade, pois sabe-se que tais serviços correlatos, talvez nem venham a ser demandados pelo município, durante a execução do contrato, e consequentemente, não seriam prestados pela empresa contratada. Desta forma, por não ser possível estimá-los, acertadamente, o gestor não considerou quantitativos, e sim, apenas fixou seus valores unitários máximos, baseados no preço de mercado, conforme já prevê o item 9.1.2 do edital, garantindo assim, que não aconteça o conhecido "jogo de planilha", e afastando o risco de a administração contratar uma empresa, cuja proposta, no decorrer da execução contratual, se revele como menos vantajosa, tendo em vista a forma de julgamento, que se dará pelo menor preço global. Portanto, seguindo este entendimento dos termos do edital, o valor que será considerado pela comissão permanente de licitações, na aplicação do critério de julgamento da(s) proposta(s) do futuro certame, será: * O Valor global para locação dos sistemas de Escrituração Eletrônica do ISS via internet, e sistema de Emissão de Notas Fiscais Eletrônicas via internet, durante 5 meses, mais o valor total do serviço de Migração, Implantação e Treinamento para os usuários. Não obstante, a fixação de preços máximos para os serviços técnicos mencionados no edital, tem apenas o objetivo de limitar seus valores unitários, não impedindo a(s) proponente(s), de ofertar preços menores. c) ☐ Na eventualidade da ocorrência de necessidade de alteração dos sistemas, em função de mudanças legais nos casos da moeda, alteração de legislação federal, estadual e municipal, desde que tais mudanças não influam na estrutura básica dos sistemas, tais alterações serão consideradas pelo município como "manutenção", devendo a contratada realizar tais adequações, sem nenhum ônus para a contratante. d) ☐ Para fins de atendimento ao requisito imposto na alínea "j" do item 9.1. da minuta de contrato (anexo "F" do edital) o Departamento de Contabilidade do município, entende que as certidões negativas do INSS e FGTS válidas, apresentadas em conjunto com a nota fiscal, por si só, asseguram o cumprimento da Lei nº 9.012/1995 (art.2º) e da Lei 8.666/93 (art. 29 incisos III, IV, e art. 55 inciso XIII) de forma que garantem o pagamento da respectiva nota fiscal, desde que autorizada pelo secretário da pasta. Por fim, decidiu-se por intimar a impugnante da presente decisão, bem como por publicá-la no diário oficial dos municípios e no site oficial da prefeitura. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, onde lavrou-se a presente ata que vai assinada pelos presentes.

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL**

CNPJ: 78.510.112/0001-80
RUA TAMANDARE, 98
C.E.P.: 89735-000 - Lindóia do Sul - SC

**TOMADA DE PREÇO
Nr.: 2/2016 - TP**

Processo Administrativo: 36/2016
Processo de Licitação: 36/2016
Data do Processo: 07/06/2016

Folha: 2/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Número da ATA: 43/2016 (Sequência: 1)

Lindóia do Sul, 24 de Junho de 2016

COMISSÃO:

LEONARDO JUNIOR CAVALLIER	- - Presidente da Comissão de Licitação
ANTONIO CARLOS VICENTE	- - MEMBRO
JOSEMAR TECCHIO	- - MEMBRO
DIEGO FRARE	- - MEMBRO
GENECI DELLAI	- - MEMBRO
GABRIELA FERNANDA GRISA	- - MEMBRO
EDNA CRISTINA KAPKE	- - MEMBRO

Luzerna

PREFEITURA

EXTRATO DE CONVÊNIO 01022016

EXTRATO DE CONVÊNIO
PML 2016

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 010/2016

CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

CONVENIADO : CIRCOLO TRENTINO DI LUZERNA

VALOR: R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

OBJETO: O MUNICÍPIO DE LUZERNA repassará ao CIRCOLO TRENTINO DI LUZERNA a importância de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a ser aplicada na manutenção da entidade.

DOTAÇÃO: Fundo Municipal de Cultura - 19.001.13.392.0027.2089 - Administração e Execução do Fundo da Cultura - 3.3.50 - Transferências à Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (custeio) - 4.4.50 - Transferências à Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (capital).

VIGÊNCIA: Até 30/11/2016.

Luzerna, 24 de junho de 2016.

MOISES DIERSMANN Prefeito de Luzerna CONVENIENTE	FRANCISCO IAGHER CIRCOLO TRENTINO DI LUZERNA CONVENIADA
--	---

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 051/2016 - PP 033/2016 - MEDICAMENTOS ADICIONAIS - FMS

MUNICÍPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório 051/2016 - FMS

Pregão Presencial nº 033/2016 – FMS

A Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna, GABRIELA MAZZARINO, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 051/2016, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial com Registro de Preço

- Objeto: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para aquisição de medicamentos, de forma parcelada, destinados à manutenção da Farmácia, dos Programas e dos Serviços da Secretaria Municipal de Saúde de Luzerna.

- Proponente(s) Vencedora(s):

* AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – ME;

* ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA;

* ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA;

* ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR;

* CENTERMEDI – COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA;

* CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES;

* DIMASTER – COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA;

* KFMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – EPP;

* MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.

- Valor Contratado: R\$85.493,50

Luzerna, 24 de junho de 2016.

GABRIELA MAZZARINO

GESTORA DO FMS

Mafra

PREFEITURA

ANULAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 152/2016 CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2016

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

ANULAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 152/2016 CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2016

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que fica ANULADA a concorrência Pública 002/2016, para contratação de empresa especializada para execução de obra de pavimentação, nas Ruas Mathias Piechnick, Rua Gustavo Adolfo Friedrich, Avenida Prefeito Frederico Heyse, Rua Basílio Celestino de Oliveira e Rua Benemérito Pedro Kuss, conforme financiamento do BADESC, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.

Mafra (SC), 24 de junho de 2016.
Wellington Roberto Bielecki
Prefeito Municipal

ANULAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 265/2016 CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2016

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

ANULAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 265/2016 CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2016

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que fica ANULADA a concorrência Pública 003/2016, para contratação de empresa especializada para execução de serviços de drenagem e terraplanagem, conforme convênio firmado com a estado de Santa Catarina, visando a concessão de incentivos à empresa no Município de Maфра, através da Secretaria de Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Maфра (SC), 24 de junho de 2016.
Wellington Roberto Bielecki
Prefeito Municipal

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber;

CNPJ: 09.465.889/0001-57
EXTRABRIT MINERAÇÃO LTDA
Nota Fiscal nº. 497 R\$ 43.917,54
Nota Fiscal nº. 495 R\$ 43.917,54
Nota Fiscal nº. 491 R\$ 43.917,54
VALOR TOTAL: R\$ 131.752,62

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do pagamento acima, tendo em vista que o serviço ora contratado deve merecer a

mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é a responsável pelo serviço de desmonte de rocha por explosivo, incluindo transporte, perfuração, carregamento de explosivos e detonação, dentro do Município de Maфра, através da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, não podendo sofrer descontinuidade.

Maфра (SC), 27 de junho de 2016.
WELLINGTON ROBERTO BIELECKI
Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE
Secretário da Fazenda e Planejamento

RODNEY LUIZ MEDEIROS
Secretário Municipal de Administração

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, em seu artigo 5º e nos termos dos prejulgados nº. 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a alteração na Ordem Cronológica de Pagamentos, a saber;

PÚBLICA INFORMÁTICA LTDA
CNPJ: 95.836.771/0001-20
Nota Fiscal nº 7177 R\$ 28.249,80
Nota Fiscal nº 7104 R\$ 3.585,40
Nota Fiscal nº 7095 R\$ 827,40
Nota Fiscal nº 7448 R\$ 965,30
Nota Fiscal nº 7489 R\$ 3.309,60
Nota Fiscal nº 7382 R\$ 28.249,80
Nota Fiscal nº 7236 R\$ 770,00
VALOR: R\$ 65.957,30

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do pagamento acima, tendo em vista que o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, não podendo sofrer interrompimento devido a falta de pagamento, conforme ofício nº 055/2016 de 20 de junho de 2016, expedido pela empresa supracitada. A empresa contratada é a responsável pelos softwares gerenciais: folha de pagamento, tesouraria, trâmite de processos, arrecadação municipal, protocolo, entre outros, que são de fundamental importância para que todas as Secretarias Municipais possam dar continuidade aos serviços prestados. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Maфра (SC), 27 de junho de 2016.
WELLINGTON ROBERTO BIELECKI
Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE
Secretário da Fazenda e Planejamento

RODNEY LUIZ MEDEIROS
Secretário Municipal de Administração

Maracajá

PREFEITURA

RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO - TP - 41/2016

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Maracajá

Resultado de Julgamento das Propostas de Preço.
Tomada de Preço nº 41/2016

O Município de Maracajá torna público o resultado do julgamento das Propostas do Processo Licitatório nº 41/2016 – Tomada de Preço, referente a contratação de empresa para execução das obras de pavimentação com lajotas de concreto, drenagem pluvial e sinalização na RUA ARCENDINO FARIAS bairro Vila Paraná no município de Maracajá – SC (trecho 2), tudo de conformidade com os projetos, memorial descritivo, orçamento e cronograma físico financeiro anexo, de acordo o Contrato de Repasse nº 818994/2015/ Ministério da Cidade/ Caixa. a Comissão decidiu por unanimidade de seus membros: CLASSIFICAR por estar de conformidade com o ato convocatório, conforme segue: em 1º lugar a proposta da empresa CREMA CONSTRUÇÕES LTDA - EPP, com o valor global de R\$ 271.649,75 (duzentos e setenta e um mil e seiscentos e quarenta e nove reais e setenta e cinco centavos), e DESCLASSIFICAR a empresa PAVIMENTADORA JEREMIAS LTDA, por não apresentar a Carta Proposta contendo as declarações conforme letra e) do item 5 do edital.

Maracajá/SC, 24 de junho de 2016.
Marcio Michel Jumes de Sousa.
Presidente da Comissão de Licitação

Massaranduba

PREFEITURA

ATA 33.2016 (PMM) - SERVIÇOS DE BORRACHARIA PARA FROTA MUNICIPAL

Processo Licitatório Nº 71/2016

Pregão Presencial Nº 41/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 33/2016

VALIDADE: 23 DE JUNHO DE 2016 A 23 DE JUNHO DE 2017

Ao vigésimo terceiro dia do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis, a PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situada na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, inscrito no CPF sob o nº 399.964.099-53, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal 2.051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 71/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2016, homologado pelo Prefeito supracitado, resolve registrar os valores oferecidos referentes à PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO-DE-OBRA PERTINENTES A MANUTENÇÃO (BORRACHARIA) DA FROTA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA (SC), ao longo de 12 (doze) meses, conforme consta no Anexo II do edital do referido processo licitatório, tendo sido os valores oferecidos pelas licitantes cujas propostas foram classificadas no certame:

PARTICIPANTES PRESENTES	CNPJ/CPF
AUTO CENTER MASSANERO LTDA-ME, NESTE ATO REPRESENTADO POR ADEMIR MASSANEIRO	10.420.047/0001-68
SPEED RACER PNEUS LTDA EPP, NESTE ATO REPRESENTADO POR MARIO SEBOLD	05.235.301/0001-18

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO-DE-OBRA PERTINENTES A MANUTENÇÃO (BORRACHARIA) DA FROTA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA (SC), em um prazo que se estende 12 (doze) meses a partir da assinatura desta ata de registro de preços.

ITEM	LICITANTE	DESCRIÇÃO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
1	AUTO CENTER MASSANERO LTDA-ME	MANUTENÇÃO: CAMINHÃO E ÔNIBUS	UNID	MASSANERO	1	50.000,00	50.000,00
1.1	AUTO CENTER MASSANERO LTDA-ME	MONTAGEM DE PNEU DE CAMINHÃO E ÔNIBUS.	UNID	MASSANERO	300	25,07	7.521,04
1.2	AUTO CENTER MASSANERO LTDA-ME	CONSRTO DE PNEU DE CAMINHÃO E ÔNIBUS.	UNID	MASSANERO	300	33,44	10.034,40
1.3	AUTO CENTER MASSANERO LTDA-ME	TROCA DE PNEU DE CAMINHÃO E ÔNIBUS.	UNID	MASSANERO	100	20,90	2.090,50
1.4	AUTO CENTER MASSANERO LTDA-ME	SOCORRO POR KM RODADO.	KM	MASSANERO	2.000	2,42	4.849,96
1.5	AUTO CENTER MASSANERO LTDA-ME	CONSRTO DE RODA DE CAMINHÃO E ÔNIBUS	UNID	MASSANERO	100	71,07	7.107,70
1.6	AUTO CENTER MASSANERO LTDA-ME	VULCANIZAÇÃO DE PNEU DE CAMINHÃO E ÔNIBUS.	UNID	MASSANERO	100	167,24	16.724,00
1.7	AUTO CENTER MASSANERO LTDA-ME	VÁLVULA PARA PNEU DE CAMINHÃO E ÔNIBUS.	UNID	MASSANERO	100	16,72	1.672,40
2	AUTO CENTER MASSANERO LTDA-ME	MANUTENÇÃO: MÁQUINA PESADA.	UNID	MASSANERO	1	54.000,00	54.000,00
2.1	AUTO CENTER MASSANERO LTDA-ME	MONTAGEM DE PNEU DE MÁQUINA PESADA.	UNID	MASSANERO	200	48,23	9.647,43
2.2	AUTO CENTER MASSANERO LTDA-ME	CONSRTO DE PNEU DE MÁQUINA PESADA.	UNID	MASSANERO	300	61,41	18.425,40
2.3	AUTO CENTER MASSANERO LTDA-ME	TROCA DE PNEUS DE MÁQUINA PESADA.	UNID	MASSANERO	100	26,32	2.632,20
2.4	AUTO CENTER MASSANERO LTDA-ME	SOCORRO POR KM RODADO.	KM	MASSANERO	1.000	2,58	2.588,33
2.5	AUTO CENTER MASSANERO LTDA-ME	CONSRTO DE RODA DE MÁQUINA PESADA.	UNID	MASSANERO	30	105,28	3.158,64
2.6	AUTO CENTER MASSANERO LTDA-ME	VULCANIZAÇÃO DE PNEU DE MÁQUINA PESADA.	UNID	MASSANERO	50	302,70	15.135,15
2.7	AUTO CENTER MASSANERO LTDA-ME	VÁLVULA PARA PNEU DE MÁQUINA PESADA.	UNID	MASSANERO	50	48,25	2.412,85
3	AUTO CENTER MASSANERO LTDA-ME	MANUTENÇÃO: VAN	UNID	MASSANERO	1	3.600,00	3.600,00
3.1	AUTO CENTER MASSANERO LTDA-ME	MONTAGEM DE PNEU DE VAN.	UNID	MASSANERO	30	9,12	273,87
3.2	AUTO CENTER MASSANERO LTDA-ME	CONSRTO DE PNEU DE VAN.	UNID	MASSANERO	30	12,17	365,16
3.3	AUTO CENTER MASSANERO LTDA-ME	TROCA DE PNEU DE VAN.	UNID	MASSANERO	30	6,08	182,58
3.4	AUTO CENTER MASSANERO LTDA-ME	SOCORRO POR KM RODADO.	KM	MASSANERO	500	1,70	852,04
3.5	AUTO CENTER MASSANERO LTDA-ME	CONSRTO DE RODA DE VAN.	UNID	MASSANERO	30	17,04	511,22
3.6	AUTO CENTER MASSANERO LTDA-ME	VULCANIZAÇÃO DE PNEU DE VAN.	UNID	MASSANERO	12	29,21	350,55
3.7	AUTO CENTER MASSANERO LTDA-ME	VÁLVULA PARA PNEU DE VAN.	UNID	MASSANERO	20	6,08	121,72
3.8	AUTO CENTER MASSANERO LTDA-ME	GEOMETRIA DE VAN.	CONJ	MASSANERO	10	30,43	304,30
3.9	AUTO CENTER MASSANERO LTDA-ME	BALANCEAMENTO DE VAN.	UNID	MASSANERO	30	9,12	273,87
3.10	AUTO CENTER MASSANERO LTDA-ME	CAMBAGEM DE VAN.	CONJ	MASSANERO	10	36,46	364,69
4	AUTO CENTER MASSANERO LTDA-ME	MANUTENÇÃO: AUTOMÓVEIS.	UNID	MASSANERO	1	7.600,00	7.600,00
4.1	AUTO CENTER MASSANERO LTDA-ME	MONTAGEM DE PNEU DE AUTOMÓVEIS.	UNID	MASSANERO	72	6,18	445,32
4.2	AUTO CENTER MASSANERO LTDA-ME	CONSRTO DE PNEU DE AUTOMÓVEIS.	UNID	MASSANERO	72	12,37	890,64

4.3	AUTO CENTER MASSANERO LTDA-ME	TROCA DE PNEU DE AUTOMÓVEIS.	UNID	MASSANERO	72	3,09	222,66
4.4	AUTO CENTER MASSANERO LTDA-ME	BALANCEAMENTO DE PNEU DE AUTOMÓVEIS.	UNID	MASSANERO	72	6,18	445,32
4.5	AUTO CENTER MASSANERO LTDA-ME	GEOMETRIA DE AUTOMÓVEIS.	CONJ	MASSANERO	42	29,68	1.246,88
4.6	AUTO CENTER MASSANERO LTDA-ME	CAMBAGEM DE AUTOMÓVEIS.	CONJ	MASSANERO	42	34,01	1.428,73
4.7	AUTO CENTER MASSANERO LTDA-ME	VULCANIZAÇÃO DE PNEU DE AUTOMÓVEIS.	UNID	MASSANERO	32	37,11	1.187,52
4.8	AUTO CENTER MASSANERO LTDA-ME	VÁLVULA DE PNEU DE AUTOMÓVEIS.	UNID	MASSANERO	70	6,18	432,95
4.9	AUTO CENTER MASSANERO LTDA-ME	CONCERTO DE RODA DE AUTOMÓVEIS.	UNID	MASSANERO	32	24,74	791,68
4.10	AUTO CENTER MASSANERO LTDA-ME	SOCORRO POR KM RODADO.	CONJ	MASSANERO	550	0,92	508,30
TOTAL GERAL: R\$ 115.200,00 (CENTO E QUINZE MIL E DUZENTOS REAIS).							

1.2. O valor estimado para a aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ 115.200,00 (CENTO E QUINZE MIL E DUZENTOS REAIS).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. Esta ata de registro de preços terá validade até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

2.2. Durante o prazo de validade desta ata de registro de preços, a Prefeitura de Massaranduba (SC) não será obrigada a contratar o objeto referido na cláusula primeira exclusivamente pelo sistema de registro de preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à licitante detentora, ou, cancelar a ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Esta ata de registro de preços será utilizada pela Prefeitura de Massaranduba (SC).

3.2. O valor ofertado pela licitante signatária desta ata é o relacionado na cláusula primeira, de acordo com a respectiva classificação no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 71/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2016.

3.3. Em cada fornecimento decorrente desta ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do edital do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 71/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2016 e seus Anexos, que integram o presente instrumento de compromisso.

3.4. Fica ressalvada a Prefeitura de Massaranduba (SC) a não utilização da quantidade total desta ata de registro de preços.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. A licitante deverá realizar os serviços da licitação em no MÁXIMO 48 (QUARENTA E OITO) HORAS após a solicitação/emissão da ordem de compra, deixando-os em perfeitas condições de uso, dentro do prazo estipulado, respeitadas as quantidades e especificações solicitadas.

4.1.1. A prestação dos serviços serão parceladas, conforme a necessidade da Prefeitura de Massaranduba (SC).

4.2. As notas fiscais deverão ser emitidas de acordo com as ordens de compra.

4.3. A não entrega do objeto solicitado acarretará em notificação e nas penalidades previstas nesta ata.

4.4. Caso o objeto não atenda as especificações estipuladas neste processo licitatório, a Prefeitura de Massaranduba (SC) expedirá ofício à licitante, comunicando e justificando as razões de recusa e ainda notificando-a a sanar o problema no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas sobre quaisquer serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, sem acarretar ônus para a Prefeitura de Massaranduba (SC).

4.4.1. Decorrido o prazo estipulado acima sem que tenha sanado o problema, a Prefeitura de Massaranduba (SC) dará ciência à Assessoria Jurídica, a fim de que se proceda aplicação das penalidades previstas nesta ata e as da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

5.1. O pagamento será efetuado da seguinte forma: nota fiscal emitida na 1ª (primeira) quinzena do mês em vigor será paga no dia 10 (dez) do mês subsequente; nota fiscal emitida na 2ª (segunda) quinzena do mês em vigor será paga no dia 25 (vinte e cinco) do mês subsequente. Para efetivação do pagamento o objeto deverá ser aceito juntamente com a documentação fiscal atestado pela Administração.

5.1.1. Nenhum pagamento será efetuado à licitante, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

5.1.2. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5.2. As despesas decorrentes desta ata de registro de preços serão efetuadas a conta dos recursos financeiros do ano corrente.

5.3. O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação, desde que atendidas às prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte da licitante e aprovação da Administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

5.4. Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da ata de registro de preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no art. 24, inciso VII da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da ata de registro de

preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

CLÁUSULA SEXTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA LICITANTE

6.1. A licitante vencedora obriga-se:

6.1.1. Aceitar acréscimos ou supressões que a Prefeitura de Massaranduba (SC) solicitar, até o limite permitido pelo § 1º do art. 65 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

6.1.2. Realizar os serviços da licitação em no MÁXIMO 48 (QUARENTA E OITO) HORAS após a solicitação/emissão da ordem de compra, deixando-os em perfeitas condições de uso, dentro do prazo estipulado, respeitadas as quantidades e especificações solicitadas.

6.1.3. Pagar todos os tributos fiscais e para fiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre a prestação dos serviços.

6.1.4. Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar a Prefeitura de Massaranduba (SC) e/ou a terceiros, em decorrência desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

6.1.5. Aceitar as condições de pagamento previstas nesta ata, sendo que o preço contratado será a qualquer título, a única remuneração devida à licitante.

6.1.6. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, os serviços desta licitação, sem prévia anuência da Prefeitura de Massaranduba (SC).

6.1.7. Reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer serviço em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, sem acarretar ônus para a Prefeitura de Massaranduba (SC).

6.1.8. A licitante somente poderá cobrar o deslocamento para socorro quando o serviço acontecer nos interiores do município.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC)

7.1. A Prefeitura de Massaranduba (SC) obriga-se a:

7.1.1. Reservar-se do direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar em todo ou em parte a presente licitação.

7.1.2. Efetuar os pagamentos de acordo com o especificado nesta ata.

7.1.3. Acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços, bem como atestar nas notas fiscais a efetiva prestação dos serviços.

7.1.4. Aplicar à licitante vencedora as sanções regulamentares, quando for o caso.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

8.1. A recusa da licitante com proposta classificada e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 e alterações e no Decreto Municipal 2.051/2010, a critério da Administração.

8.2. A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta e não assinar a ata de registro de preços, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Municipal:

8.2.1. Impedimento para registro na ata, se concluída a fase licitatória.

8.2.2. Cancelamento do registro na ata.

8.2.3. Advertência e anotação restritiva no cadastro de fornecedores.

8.2.4. Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

8.2.5. Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a Autoridade que aplicou a penalidade.

8.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

8.3. A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia da licitante, no prazo estabelecido na Lei Federal 8.666/93, a contar da intimação do ato.

8.4. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

8.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela licitante no momento da execução da ata de registro de preços, sem justificativa aceita pelo órgão, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas

seguintes sanções:

8.5.1. Advertência.

8.5.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total, em caso de recusa da 1º (primeira) colocada de cada item em assinar a ata de registro de preços.

8.5.3. Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o 30º (trigésimo) dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente não realizado pela detentora da ata.

8.6. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos.

8.7. Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurada a licitante o contraditório e ampla defesa.

8.8. A aplicação das sanções previstas nesta ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em lei, inclusive responsabilização da licitante por eventuais perdas e danos causados à Administração.

8.9. As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora, podendo, entretanto, processar-se judicialmente.

8.10. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A ata de registro de preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

9.2. Pela Administração Municipal, quando:

9.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata de registro de preços.

9.2.2. A detentora não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa.

9.2.3. A detentora der causa a rescisão administrativa do contrato decorrente de registro de preços.

9.2.4. Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial dos itens da ata de registro de preços.

9.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado.

9.2.6. Por razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela Administração.

9.2.7. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01 (um) dia da publicação.

9.3. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta ata de registro de preços.

9.4. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. Integra esta ata, o edital do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 71/2016 e as propostas das licitantes classificadas no certame supranumerado.

10.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização desta ata.

10.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações bem como as demais normas aplicáveis.

Massaranduba (SC), 23 de junho de 2016.

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

MÁRIO FERNANDO REINKE

CONTRATANTE

AUTO CENTER MASSANERO LTDA-ME

ADEMIR MASSANEIRO

CONTRATADA

CO 03.2015 AD 37.2- ADITIVO DE PRAZO - CONSTRUÇÃO DO CRAS

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA – SANTA CATARINA
EXTRATO DO TERMO ADITIVO (3/2) CONTRATO Nº 03/2015
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MASSARANDUBA
CONTRATADO: EMPREITEIRA DE MÃO-DE-OBRA VB LTDA EPP
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA INERENTES A CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS.
VIGÊNCIA: Fica prorrogado, tendo como início da vigência dia 21 de junho de 2016, findando em 22 de dezembro de 2016.
MÁRIO FERNANDO REINKE – PREFEITO MUNICIPAL
ANNA KARINE REINKE FRANZ – GESTORA DO FUNDO
21 DE JUNHO DE 2016

CO 03.2015 AD 37.3- ADITIVO DE VALOR - CONSTRUÇÃO DO CRAS

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA – SANTA CATARINA
EXTRATO DO TERMO ADITIVO (3/3) CONTRATO Nº 03/2015
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MASSARANDUBA
CONTRATADO: EMPREITEIRA DE MÃO-DE-OBRA VB LTDA EPP
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA INERENTES A CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS.
VALOR: Fica aditado em R\$ 23.880,58 (VINTE E TRÊS MIL E OITOCENTO E OITENTA REAIS E CINQUENTA E OITO CENTAVOS).
MÁRIO FERNANDO REINKE – PREFEITO MUNICIPAL
ANNA KARINE REINKE FRANZ – GESTORA DO FUNDO
21 DE JUNHO DE 2016

CO 60.2016 TPA TELECOMUNICAÇÕES LTDA

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA – SANTA CATARINA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 60/2016
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA (SC)
CONTRATADO: TPA TELECOMUNICAÇÕES LTDA - EPP
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERNET.
VALOR CONTRATADO: R\$ 53.380,00 (CINQUENTA E TRÊS MIL TREZENTOS E OITENTA REAIS).
VIGÊNCIA: 23 DE JUNHO DE 2016 A 23 DE JUNHO DE 2017
MASSARANDUBA, 23 DE JUNHO DE 2016.
MÁRIO FERNANDO REINKE – PREFEITO MUNICIPAL

CO 61.2016 - EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA ADRIMAR LTDA

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA – SANTA CATARINA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 61/2016
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA (SC)
CONTRATADO: EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA ADRIMAR LTDA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO DA RUA BENJAMIN CONSTANT E RUA EXP. LADISLAU LEWANDOWSKI.
VALOR CONTRATADO: R\$ 1.540.833,84 (UM MILHÃO QUINHENTOS E QUARENTA MIL OITOCENTOS E TRINTA E TRÊS REAIS E OITENTA E QUATRO CENTAVOS).
VIGÊNCIA: 24 DE JUNHO DE 2016 A 24 DE DEZEMBRO DE 2016
MASSARANDUBA, 24 DE JUNHO DE 2016.
MÁRIO FERNANDO REINKE – PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO 62.2016 (PMM) - PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA – SANTA CATARINA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 62/2016 – EMPREITADA GLOBAL

CONTRATANTE: PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC).

CONTRATADA: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO (COM MÃO-DE-OBRA, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS) DA PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO DA RUA THOMAZ RADWANSKI (TRECHO III).

VALOR: R\$ 204.999,93 (DUZENTOS E QUATRO MIL NOVECENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS E NOVENTA E TRÊS CENTAVOS).

VIGÊNCIA: 27 DE JUNHO DE 2016 A 27 DE OUTUBRO DE 2016.

MÁRIO FERNANDO REINKE – PREFEITO MUNICIPAL

Meleiro

PREFEITURA

LEI Nº 1719-2016

LEI Nº 1719/2016.

TRATA-SE TRATA-SE DA ALTERAÇÃO DE DISPOSITIVOS DA LEI 809/2000 (ESTATUTO DOS SERVIDORES).

O PREFEITO MUNICIPAL DE MELEIRO,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O art. 19 – A passa a ter a seguinte redação:

Art. 19 – A. A jornada de Trabalho nas repartições Públicas Municipais, o controle da jornada de trabalho será efetuado por meio de registro eletrônico, podendo ser por cartão ou controle biométrico.

Art. 2º. O art. 19 – B passa a ter a seguinte redação:

Art. 19 – B. Não são abrangidos pelo disposto do art. 19-A, os servidores que exercem atividade externa, e os que em decorrência do exercício do cargo ou função, a lei os dispensa, os que tenham que ausentar-se do local do registro, devendo tal condição ser anotada e fiscalizada pelo chefe imediato do setor.

Art. 19 – C. O controle da jornada de trabalho dos agentes públicos, servidores públicos que, exercem cargos e/ou funções na Administração Pública Municipal, será efetuado mediante anotação em livro, ficha de controle ou outro meio cabível e disponível que retrate o cumprimento da carga horária.

Art. 19 – D. O chefe ou responsável de cada setor, encaminhará ao Departamento Pessoal, para homologação das horas laboradas.

Art. 3º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º- Ficam revogadas as disposições em contrário.

Meleiro, 24 de junho de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. De Adm. Finanças

LEI Nº 1720-2016

LEI Nº 1720/2016.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE BENEFÍCIO EVENTUAL NO ÂMBITO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MELEIRO,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituída a concessão dos benefícios eventuais no âmbito da Política Municipal de Assistência Social do Município de Meleiro.

Art. 2º. O benefício eventual é uma modalidade de proteção social básica de caráter suplementar, temporário, emergencial e transitório na forma de bens materiais para reposição de perdas e danos,

com a finalidade de atender situações de vulnerabilidade ou enfrentar contingências, de modo a reconstruir a autonomia através da redução de impactos decorrentes de riscos sociais, que integra organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, (Lei Federal nº12.435/2011) com fundamentação nos princípios de cidadania e nos direitos sociais e humanos.

Art. 3º. A situação de vulnerabilidade temporária se caracteriza pelo advento de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar, assim entendidos:

I - riscos: ameaça de sérios padecimentos;

II - perdas: privação de bens e de segurança material; e

III - danos: agravos sociais e ofensa.

Parágrafo único. Os riscos, as perdas e os danos podem decorrer:

I - da falta de:

a) acesso a condições e meios para suprir a reprodução social cotidiana do solicitante e de sua família, principalmente a de alimentação;

b) documentação; e

c) domicílio;

II - da situação de abandono ou da impossibilidade de garantir abrigo aos filhos;

III - da perda circunstancial decorrente da ruptura de vínculos familiares, da presença de violência física ou psicológica na família ou de situações de ameaça à vida;

IV - de outras situações sociais que comprometam a sobrevivência.

Art. 4º. O Benefício Eventual destina-se às famílias e pessoas com renda per capita inferior a 1/3 (um terço) do salário mínimo vigente e com impossibilidades de arcar por conta própria com o enfrentamento de contingências sociais que provoquem riscos sociais e fragilizam a manutenção do indivíduo, da unidade familiar e a sobrevivência de seus membros.

§ 1º. A comprovação das necessidades para a concessão do benefício eventual será avaliada e assegurada por uma assistente social, que integre uma das equipes de referência da Proteção Social, sendo vedada qualquer comprovação complexa e vexatória de pobreza ou de situações que provoquem constrangimento.

Art. 5º. A família ou pessoa beneficiada deverá estar cadastrada no Programa Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

Parágrafo Único. Para cada atendimento o beneficiário deverá apresentar documentação mínima exigida pela Secretaria Municipal de Assistência Social para comprovação de sua condição.

Art. 6º. Nas situações de vulnerabilidade temporária será dada prioridade à família que possui integrantes como crianças, idosos, pessoa com deficiência, gestante, nutriz e nos casos de calamidade pública ou situação de emergência.

Parágrafo Único: a calamidade pública ou situação de emergência deve ser reconhecida pelo poder público, nos termos da regulamentação aplicável a espécie.

CAPITULO I DO BENEFÍCIO EVENTUAL:

Art. 7º. O benefício eventual a ser concedidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social, é o seguinte:

I - auxílio aluguel social;

Parágrafo único. O benefício eventual mencionado neste artigo, constitui de prestação temporária e não contributivas de assistência social, cuja duração e regras de concessão encontram-se estabelecidas nesta lei e em regulamentação específica do Conselho Municipal da Assistência Social.

Auxilio Aluguel Social

Art. 08. O benefício eventual na forma de Auxilio Aluguel Social, consiste em subsidiar as despesas com o pagamento de aluguel de imóvel residencial à família que:

I - tenha sido vítima de calamidade pública.

II - encontre-se em condição de vulnerabilidade social, risco pessoal e social, em acompanhamento pela equipe do CRAS.

Parágrafo Único - Para efeito deste auxílio, considera-se como família, um núcleo de pessoas que convivem em determinado lugar, durante um lapso de tempo mais ou menos longo e que se acham unidas (ou não) por laços consanguíneos, e que tenha como tarefa primordial o cuidado e a proteção de seus membros, e se encontra dialeticamente articulado com a estrutura social na qual está inserida.

Art. 09. Para habilitar-se no presente auxílio o beneficiário, deverá preencher os requisitos específicos previstos nesta Lei, bem como:

I - pertencer à família cuja renda per capita seja igual ou inferior a 1/3 do salário mínimo vigente, salvo quando expressa determinação judicial;

II - estar em acompanhamento da equipe do CRAS deste Município;

III - não possuir imóvel próprio no Município ou fora dele;

§1º - Na composição da renda familiar deverá ser levada em consideração a totalidade do rendimento bruto dos membros da família, oriundos do trabalho e/ou de outras fontes de qualquer natureza (BPC – Benefício de Prestação Continuada, Programa Bolsa Família PBF, etc.).

§2º - O período de vigência do referido benefício será de no máximo 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período, mediante avaliação realizada pela equipe multiprofissional;

§3º O valor do subsídio será definido após avaliação social, nos moldes do regulamento, e não poderá ultrapassar a quantia de 1 (um) salário mínimo vigente.

CAPITULO II DO ÓRGÃO GESTOR E DO CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 10. Constitui órgão Gestor da Política de Assistência Social do Município de Meleiro a Secretaria Municipal de Assistência Social, que provisionará os benefícios por intermédio do Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 11. Caberá ao órgão gestor da Política de Assistência Social do Município, no que tange aos benefícios eventuais:

I - a coordenação geral, a operacionalização, o acompanhamento, a avaliação da prestação dos benefícios eventuais;

II - a realização de estudos da demanda e monitoramento da

demanda para constante ampliação da concessão dos benefícios eventuais;

III - expedir as instruções e instituir formulários e modelos de documentos necessários à operacionalização dos benefícios eventuais;

IV - Manter atualizado o sistema de informatizado com os dados sobre os benefícios concedidos, incluindo-se obrigatoriamente nome do beneficiado, benefício concedido, valor, quantidades e período de concessão;

V- Apresentar anualmente estudo da demanda, revisão do tipo de benefício e revisão dos valores e quantidades, para constante ampliação da concessão dos benefícios eventuais;

VI - Articular as políticas sociais e de defesa de direitos no município para o atendimento integral da família beneficiada de forma a ampliar o enfrentamento de contingências sociais que provoquem riscos e fragilizam a manutenção da unidade familiar, a sobrevivência de seus membros ou a manutenção da pessoa;

VII - Promover ações permanentes de ampla divulgação dos benefícios eventuais e seus critérios de concessão;

Art. 12. O órgão gestor da Política de Assistência Social deverá encaminhar relatório da gestão do benefício eventual, trimestralmente, ao Conselho Municipal de Assistência Social, especificando o acompanhamento e monitoramento das famílias beneficiárias.

Parágrafo único. O Relatório de Concessão de Benefícios Eventuais tem por objetivo assegurar a vinculação dos benefícios com os serviços, programas e projetos socioassistenciais, com a rede de serviços das outras políticas públicas e com o sistema de garantia de direitos.

Art. 13. Caberá ao Conselho Municipal de Assistência Social, no que tange aos benefícios eventuais:

I - Fazer denúncia sobre irregularidades na execução dos benefícios eventuais bem como avaliar, a cada ano, os benefícios previstos nesta lei;

II - Acompanhar e avaliar a concessão dos benefícios eventuais;

III - Acompanhar, avaliar e fiscalizar a utilização dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social para este fim;

IV - Apreçar os estudos de demanda, revisão dos critérios dos benefícios eventuais concedidos, revisão de valores e reformular sua regulamentação com base nos dados e/ou propostas pelo órgão responsável pela gestão da Política de Assistência Social do Município ou em razão de regulamentação federal ou estadual.

V - Fornecer ao Município informações sobre irregularidades do regulamento dos benefícios eventuais.

CAPITULO III DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. A provisão dos benefícios eventuais, será realizada pela Secretaria Municipal de Assistência Social, em horário de expediente, com atendimento individualizado e realizado por pessoal capacitado.

Parágrafo único. Caberá ao órgão gestor, mediante aprovação do conselho de assistência social, a regulamentação individual de cada benefício, bem como do processo necessário a sua concessão, através da elaboração de procedimentos e formulários próprios.

Art. 15. Perderá o benefício, além de responder civil e criminalmente pelo ato praticado, o beneficiário que prestar declaração falsa ou usar de meios ilícitos para obtenção de vantagens.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Assistência Social fica responsável por instaurar o procedimento de investigação para apuração da falta que ensejar a perda do benefício, encaminhando suas conclusões ao Ministério Público para conhecimento e

providências.

Art. 16. As despesas decorrentes desta lei ocorrerão por conta de dotação orçamentária própria, prevista no Fundo de Assistência Social, a cada exercício financeiro.

Art. 17- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 18- Ficam revogadas as disposições em contrário.

Meleiro, 24 de junho de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. De Adm. Finanças

PORTARIA N°281-2016

PORTARIA n.º 281/2016

DISPÕE SOBRE A PROGRESSÃO POR MÉRITO DO SERVIDOR PÚBLICO DO MAGISTÉRIO QUE RELACIONA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com os Incisos do Parágrafo 2º, do Artigo 42, da Lei 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Ao servidor público municipal do magistério – Professor JERSON DA SILVA MOTA com carga horária de 40 horas semanais, a Progressão por Mérito do nível 9A para 9B, prevista no parágrafo 2º, do artigo 42, da Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com seus efeitos a partir de 01/05/2016.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 24 de Junho de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Modelo

PREFEITURA

DECRETO Nº 0189/2016

Decreto nº 189/2016 de 24/06/16

Dispõe sobre homologação do processo licitatório nº 703/2016, adjudica o objeto da licitação ao proponente vencedor e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo Licitatório n.º. 703/2016, Modalidade Pregão 037/2016, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PAVERS E SERVIÇO DE MÃO DE OBRA DE ASSENTAMENTO DE PEDRAS IRREGULARES (CALÇAMENTO), PAVERS, GUIAS DIRECIONAIS E OUTROS MATERIAIS DESTINADOS A PASSEIOS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE MODELO - SC., adjudicado a favor da

Empresa	Valor Total Homologado
MODELO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP	122.575,00
MARTEPLAN TERRAPLANAGENS E SERVIÇOS LTDA - ME	35.310,00
ARTEFATOS DE CIMENTO CESCO LTDA	355.392,50

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Sexta-Feira, 24 de junho de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

EDER SCHLOSSER DA SILVA
Chefe do Depto. De Licitações

DECRETO Nº 0190/2016

Decreto nº 190/2016 de 24/06/16

Dispõe sobre homologação do processo licitatório nº 541/2016, adjudica o objeto da licitação ao proponente vencedor e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo Licitatório n.º. 541/2016, Modalidade Tomada de Preços 006/2016, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto CONSTRUÇÃO DE QUADRA DE AREIA LOCALIZADA NO BAIRRO ALVORADA MUNICÍPIO DE MODELO - SC. TOTALIZANDO ÁREA DE 207,09 M². EXECUÇÃO

CONFORME ART 5021125-6, PROJETO, MEMORIAL E ANEXOS DESTE EDITAL., adjudicado a favor da

Empresa	Valor Total Homologado
DJONATA RAFAEL WINKI ME	22.364,15

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Sexta-Feira, 24 de junho de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

EDER SCHLOSSER DA SILVA
Chefe do Depto. De Licitações

DECRETO Nº 0191/2016

Decreto nº 191/2016 de 24/06/16

Dispõe sobre homologação do processo licitatório nº 542/2016, adjudica o objeto da licitação ao proponente vencedor e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo Licitatório n.º. 542/2016, Modalidade Tomada de Preços 007/2016, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto CONSTRUÇÃO DE QUADRA DE AREIA LOCALIZADA NO BAIRRO PALMEIRAS MUNICÍPIO DE MODELO - SC. TOTALIZANDO ÁREA DE 207,09 M². EXECUÇÃO CONFORME ART 5097021-4, PROJETO, MEMORIAL E ANEXOS DESTE EDITAL., adjudicado a favor da

Empresa	Valor Total Homologado
DJONATA RAFAEL WINKI ME	22.961,61

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Sexta-Feira, 24 de junho de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

EDER SCHLOSSER DA SILVA
Chefe do Depto. De Licitações

DECRETO Nº 0192/2016

Decreto nº 192/2016 de 24/06/16

Dispõe sobre homologação do processo licitatório nº 702/2016, adjudica o objeto da licitação ao proponente vencedor e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo Licitatório n.º. 702/2016, Modalidade Pregão Registro de Preços 036/2016, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto EVENTUAL AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE PARQUES INFANTIS COM ESTRUTURA PRINCIPAL EM COLUNAS DE ALUMÍNIO COLORIDO (PLAYGROUND). CARROSSEL COM ESTRUTURA E ARCO COM TUBO DE METAL GALVANIZADO. BALANÇO AVULSO COM ESTRUTURA PRINCIPAL EM TUBO GALVANIZADO A FOGO. BANCO EM MADEIRA PLÁSTICA ITAÚBA. ACADEMIA AO AR LIVRE CONTENDO UM SIMULADOR DE CAMINHADA DUPLO, UM SIMULADOR DE CAVALGADA DUPLO, UM SIMULADOR DE ESQUI DUPLO, UM VOLANTE DE ROTAÇÃO DIAGONAL DUPLO, UMA PLACA ORIENTATIVA, UM ALONGADOR 3 ALTURAS, UM SIMULADOR DE REMO DUPLO, UMA PRANCHA DE MOVIMENTAÇÃO LATERAL SURF DUPLO, UM VOLANTE DE ROTAÇÃO VERTICAL DUPLO, UMA BICICLETA (BIKE) DUPLA, UMA CADEIRA ABDOMINAL SENTADA DUPLA, UM VOLANTE ROTAÇÃO VERTICAL DUPLO COM BIKE DE MÃO APE - PARA CADEIRANTES., adjudicado a favor da

Empresa	Valor Total Homologado
BRUBRINQ INDUSTRIA E COM.DE BRINQUE- DOS LTDA - ME	64.568,00
DISBRAPLAC LTDA. EPP	14.940,00
MOBILEBRASEIRELI	20.700,00
SULBRINQUEDOS INDUSTRI E COMERCIO LTDA ME	11.190,00
MSC PLAYGROUND LTDA EPP	164.800,00

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Sexta-Feira, 24 de junho de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

EDER SCHLOSSER DA SILVA

Chefe do Depto. De Licitações

DECRETO Nº 0193/2016

Decreto nº 193/2016 de 24/06/16

Dispõe sobre homologação do processo licitatório nº 639/2016, adjudica o objeto da licitação ao proponente vencedor e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo Licitatório n.º. 639/2016,

Modalidade Tomada de Preços 009/2016, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto EXECUÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL E DRENO NA RUA NARCISO WERLANG, EXECUÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL E TAMPA EM CONCRETO E GRADE DE FERRO NA RUA PEDRO EGÍDIO BRAUN, EXECUÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL NA RUA JOÃO FELIPE WERLANG - TRECHO II, AS EXECUÇÕES DEVERÃO OCORRER DE ACORDO COM AS PLANILHAS DE ORÇAMENTOS, CRONOGRAMAS FÍSICOS E FINANCEIROS, PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS, ARTs E ANEXOS DO EDITAL, adjudicado a favor da

Empresa	Valor Total Homologado
MARTEPLAN TERRAPLANAGENS E SERVIÇOS LTDA - ME	13.900,00

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Sexta-Feira, 24 de junho de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

EDER SCHLOSSER DA SILVA

Chefe do Depto. De Licitações

DECRETO Nº 0194/2016

DECRETO Nº194/2016 DE 24 DE JUNHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 560/2016, PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2016 CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial de conformidade com a Lei 9.784/99, Súmulas 346 e 473 do STF, Lei Federal nº 8.666/93 com suas alterações, e demais normas legais em especial;

CONSIDERANDO o poder de autotutela da Administração Pública, que pode revogar os atos, tudo em consonância com o disposto na Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal;

CONSIDERANDO que de acordo com o art. 49 da Lei nº. 8.666/93 c/c com o Art. 109, a autoridade competente para aprovação do procedimento poderá revogar a licitação por razões de interesse público;

CONSIDERANDO as disposições do item 17.2 do Edital do Processo Licitatório nº 560/2016, Modalidade Pregão Registro de Preços 031/2016, prevendo que, o Município reserva-se o direito revogar, em qualquer fase por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulado em todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou provocação de terceiro, sem que caiba aos licitantes direito a reclamação ou indenização;

CONSIDERANDO que as descrições dos itens 3 e 4 do lote 1, se encontram com falta de dados e/ou com descrição carente o que impossibilita a devida fiscalização do Município quanto ao valor da hora/máquina e hora/caminhão basculante, com a capacidade de produção e capacidade de carga;

CONSIDERANDO que até a presente data não houve nenhuma contratação dos licitantes vencedores do certame;

CONSIDERANDO o princípio da economicidade e do interesse público;

DECRETA:

Art. 1º. Fica REVOGADO o Processo licitatório nº 560/2016, Pregão Presencial Registro de Preços Nº 031/2016, com fundamento no caput, do artigo 49, da Lei nº. 8.666/93 e demais disposições legais, tendo em vista o acima exposto.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo aos 24 de junho de 2016.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na data supra:

EDER SCHLOSSER DA SILVA
Chefe do Departamento de Licitações

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2016

Extrato de Ata de Registro de Preços
ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO
Processo Licitatório nº. 475/2016
Ata de Registros nº. 024/2016.
Empresa: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA
Valor: R\$ 7.783,45

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público, que realizou Ata de Registro de Preços nº. 024/2016 com o objetivo REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE, LIMPEZA, COPA E COZINHA PARA O DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE MODELO.

Modelo (SC), 24 de Junho de 2016.
RICARDO LUIS MALDANER – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2016

Extrato de Ata de Registro de Preços
ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO
Processo Licitatório nº. 475/2016
Ata de Registros nº. 025/2016.
Empresa: SCS COMERCIO LTDA ME
Valor: R\$ 7.501,75

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público, que realizou Ata de Registro de Preços nº. 033/2016 com o objetivo REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE, LIMPEZA, COPA E COZINHA PARA O DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE MODELO

Modelo (SC), 24 de Junho de 2016.
RICARDO LUIS MALDANER – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 26/2016

Extrato de Ata de Registro de Preços
ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO
Processo Licitatório nº. 475/2016
Ata de Registros nº. 026/2016.
Empresa: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME
Valor: R\$ 7.428,88

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público, que realizou Ata de Registro de Preços nº. 033/2016 com o objetivo REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE, LIMPEZA, COPA E COZINHA PARA O DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE MODELO.

Modelo (SC), 24 de Junho de 2016.
RICARDO LUIS MALDANER – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 60/2016

EXTRATO DE CONTRATO Nº 060/2016
ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 475/2016
CONTRATADA: AP OESTE COMERCIO LTDA
VALOR: R\$ 4.256,60

O Prefeito de Modelo, SC, Ricardo Luis Maldaner, torna público que formalizou contrato administrativo com a Empresa vencedora do Processo Licitatório Nº 475/2016, supracitado objetivando AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE, LIMPEZA, COPA E COZINHA PARA O DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE MODELO.

Modelo (SC), 24 de Junho 2016.
Ricardo Luis Maldaner – Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 61/2016

EXTRATO DE CONTRATO Nº 061/2016
ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 475/2016
CONTRATADA: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME
VALOR: R\$ 4.514,23

O Prefeito de Modelo, SC, Ricardo Luis Maldaner, torna público que formalizou contrato administrativo com a Empresa vencedora do Processo Licitatório Nº 475/2016, supracitado objetivando AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE, LIMPEZA, COPA E COZINHA PARA O DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE MODELO.

Modelo (SC), 24 de Junho 2016.
Ricardo Luis Maldaner – Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 75/2016

EXTRATO DE CONTRATO Nº 075/2016
ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 522/2016
TOMADA DE PREÇO Nº. 009/2016
CONTRATADA: CONSTRUTORA DECA LTDA
VALOR: R\$ 89.293,92

O Prefeito de Modelo, SC, Ricardo Luis Maldaner, torna público que formalizou contrato administrativo com a Empresa vencedora do Processo Licitatório Nº 522/2016, objetivando A EXECUÇÃO DE ALARGAMENTO DE PONTE METÁLICA NA LINHA OURO VERDE

MUNICÍPIO DE MODELO - SC. TOTALIZANDO ÁREA DE 141,44 M².
EXECUÇÃO CONFORME ART 5340964-3, PROJETO, MEMORIAL E
ANEXOS CONTIDOS NO EDITAL.

Modelo (SC), 24 de Junho 2016.

Ricardo Luis Maldaner – Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO N° 76/2016

EXTRATO DE CONTRATO N° 076/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO

PROCESSO LICITATÓRIO N°. 639/2016

TOMADA DE PREÇO N°. 009/2016

CONTRATADA: MARTEPLAN TERRAPLANAGENS E SERVIÇOS LTDA
- ME

VALOR: R\$ 13.900,00

O Prefeito de Modelo, SC, Ricardo Luis Maldaner, torna público que formalizou contrato administrativo com a Empresa vencedora do Processo Licitatório N° 639/2016, objetivando A EXECUÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL NA RUA NARCISO WERLANG, EXECUÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL E TAMPAS EM CONCRETO E GRADE DE FERRO NA RUA PEDRO EGÍDIO BRAUN, EXECUÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL NA RUA JOÃO FELIPE WERLANG – TRECHO II, AS EXECUÇÕES DEVERÃO OCORRER DE ACORDO COM AS PLANILHAS DE ORÇAMENTOS, CRONOGRAMAS FÍSICOS E FINANCEIROS, PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS, ARTs E ANEXOS NO EDITAL.

Modelo (SC), 24 de Junho 2016.

Ricardo Luis Maldaner – Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO N°59/2016

EXTRATO DE CONTRATO N° 059/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO

PROCESSO LICITATÓRIO N°. 475/2016

CONTRATADA: SCS COMERCIO LTDA ME

VALOR: R\$ 4.213,04

O Prefeito de Modelo, SC, Ricardo Luis Maldaner, torna público que formalizou contrato administrativo com a Empresa vencedora do Processo Licitatório N° 475/2016, supracitado objetivando AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE, LIMPEZA, COPA E COZINHA PARA O DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE MODELO.

Modelo (SC), 24 de Junho 2016.

Ricardo Luis Maldaner – Prefeito Municipal

Mondaí

PREFEITURA

EXTRATO P. PRESENCIAL Nº 056/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 081/2016

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrito abaixo:

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 056/2016 – registro de preços
TIPO: Menor Preço (por item)

OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios destinados para manutenção do Programa de Merenda Escolar para alunos da rede de Ensino do Município de Mondaí – SC.

ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: até as 08h55min do dia 11 de julho de 2016.

SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: às 09h00min do dia 11 de julho de 2016.

INFORMAÇÕES: Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3125 ou pelo e-mail: compras@mondai.sc.gov.br

MONDAÍ (SC), 24 de junho de 2016.

Lenoir da Rocha

Prefeito Municipal

REABERTURA PRAZO P. P. Nº 026/2016 FMS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 034/2016

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para conhecimento dos interessados, que está reabrindo prazo para apresentação dos envelopes proposta e documentação do Edital de Licitação nº 034/2016, em virtude de alteração no item nº 26 de lote nº 6 (leite integral longa vida).

MODALIDADE: Pregão Presencial n.º 026/2016

TIPO: Menor Preço (por lote)

OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição de materiais diversos destinados para manutenção atividades Centro de Atenção Psicossocial - CAPS no Município de Mondaí - SC.

NOVA DATA PARA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: até 08h55min do dia 12 de julho de 2016.

SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: às 09h00min do dia 12 de julho de 2016.

MONDAÍ (SC), 24 de junho de 2016.

Lenoir da Rocha

Prefeito Municipal

EXTRATO P. PRESENCIAL Nº 057/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 082/2016

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrito abaixo:

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 057/2016 – registro de preços
TIPO: Menor Preço (por lote)

OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição de material de limpeza e higiene destinado para manutenção atividades Secretarias Municipais do Município de Mondaí – SC.

ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: até as 14h55min do dia 11 de julho de 2016.

SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: às 15h00min do dia 11 de julho de 2016.

INFORMAÇÕES: Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3125 ou pelo e-mail: compras@mondai.sc.gov.br

MONDAÍ (SC), 24 de junho de 2016.

Lenoir da Rocha

Prefeito Municipal

Morro da Fumaça

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 071/2016

Município de Morro da Fumaça. Edital de Pregão Presencial 071/2016. Objeto: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA MOVIMENTOS FINANCEIROS, conforme anexo I. Data: 07/07/2016 às 11:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. FERNANDO D. TEIXEIRA – Secretário do Sistema Econômico.

Navegantes

PREFEITURA

PORTARIA 1560/2016 READAPTA SERVIDOR

PORTARIA N º 1560 DE 22 DE JUNHO DE 2016
READAPTA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o que dispõe a lei complementar N º 7 de 11/11/2003

RESOLVE:

I. READAPTAR a servidora SALETE ANTUNES MARQUES na função de Agente de Serviços Gerais 435702 pelo período de 12 (doze) meses a partir de 16 de junho de 2016, conforme ofício 102/2016.

II. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 22 DE JUNHO DE 2016.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 1563/2016 EXONERA

PORTARIA N º 1563 DE 22 DE JUNHO DE 2016
EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 072 de 08/01/2010, RESOLVE:

I – EXONERAR a pedido o servidor MARCOS PAULO DA SILVA, da função de Diretor de Escola CEI EJA VII, a partir de 30/06/2016.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 22 DE JUNHO DE 2016.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 1564/2016 CONCEDE ADICIONAL PERICULOSIDADE

PORTARIA N º 1564 DE 22 DE JUNHO DE 2016
CONCEDE ADICIONAL PERICULOSIDADE AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu art. 60, III, combinado com o Decreto nº 44 de 22/1/2015, RESOLVE:

I CONCEDER adicional periculosidade ao servidor HUGO ANSELMO VITOLO, por utilizar a motocicleta placa MJJ 4901, para o desempenho das suas atividades laborais.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 17/06/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 22 DE JUNHO DE 2016.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIAS 1551,1552,1553,1554,1555,1556,1557,1558,1559/2016 LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE

PORTARIA N º 1551 DE 22 DE JUNHO DE 2016
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao servidor Gizeli Lenir Cordeiro, ocupante do cargo de Monitora Educação Especial ACT 63329401 , no período de 21/03/2016 a 19/06/2016

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 22 DE JUNHO DE 2016.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA N º 1552 DE 22 DE JUNHO DE 2016
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde a servidora Edite Westrup Oliveira , ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais 99001 do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 17/05/2016 a 20/06/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 22 DE JUNHO DE 2016.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO**

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA N º 1553 DE 22 DE JUNHO DE 2016
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde a servidora Salete Antunes Marques , ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais 435702 do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 10/02/2016 a 16/06/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 22 DE JUNHO DE 2016.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO**

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA N º 1554 DE 22 DE JUNHO DE 2016
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde a servidora Le-dair Regina dos Santos Mathiola , ocupante do cargo de Professora 105102 do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 03/05/2016 a 20/06/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 22 DE JUNHO DE 2016.**

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA N º 1555 DE 22 DE JUNHO DE 2016
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde a servidora Roseli Maria Burgonovo , ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem 244202 do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 21/04/2016 a 04/06/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 22 DE JUNHO DE 2016.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO**

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA N º 1556 DE 22 DE JUNHO DE 2016
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde a servidora Joelma Garcia Floriano , ocupante do cargo de Recepcionista 63315201 do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 13/05/2016 a 26/05/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 22 DE JUNHO DE 2016.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO**

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA N º 1557 DE 22 DE JUNHO DE 2016
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos

Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde a servidora Simone Leffer da Silva , ocupante do cargo de Professora 100307 do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 10/05/2016 a 07/06/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 22 DE JUNHO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1558 DE 22 DE JUNHO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde a servidora Miriam Dias dos Santos Maria ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde 63302401 do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 18/05/2016 a 19/05/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 22 DE JUNHO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1559 DE 22 DE JUNHO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde a servidora Sui-lan Santos de Lima , ocupante do cargo de Secretária de Escola 1679905 do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 03/03/2016 a 03/06/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 22 DE JUNHO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIAS 1561,1562/2016 LICENÇA MATERNIDADE

PORTARIA N º 1561 DE 22 DE JUNHO DE 2016

CONCEDE LICENÇA-MATERNIDADE A SERVIDORA QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I - CONCEDER licença-maternidade à servidora Lilian Murara Cal-deira, ocupante da função de Professora 240704 , no período de 20/06/2016 a 16/12/2016.

II - Os 60 (sessenta) dias a mais de licença são amparados pela lei municipal 2088 de 21/11/2007.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retro-agindo a 20/06/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 22 DE JUNHO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1562 DE 22 DE JUNHO DE 2016

CONCEDE LICENÇA-MATERNIDADE A SERVIDORA QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I - CONCEDER licença-maternidade à servidora Egina Ribas de Lima, ocupante da função de Monitora Educação Infantil 63266801, no período de 20/06/2016 a 16/12/2016.

II - Os 60 (sessenta) dias a mais de licença são amparados pela lei municipal 2088 de 21/11/2007.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retro-agindo a 20/06/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 22 DE JUNHO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Nova Trento

PREFEITURA

RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO – CARTA CONVITE Nº 002/2016

RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO – CARTA CONVITE Nº 002/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 060/2016

HOMOLOGAÇÃO: 24/06/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA DE NOVA TRENTO

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para a execução de serviços com fornecimento de material para a construção de uma Praça no Distrito de Claraíba, município de Nova Trento, com área de 529,20 m², incluindo mão de obra e equipamentos necessários, conforme Termo de Referência (Projeto Básico), planilhas e memorial descritivo em anexo.

O Prefeito de Nova Trento torna público aos interessados que na licitação em epígrafe obtivemos o seguinte resultado final:

EMPRESA VENCEDORA:

JV EMPREENDIMENTOS LTDA ME (CNPJ nº 16.978.577/0001-02) - Valor Total: R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais).

Nova Trento/SC, 24 de junho de 2016.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Orleans

PREFEITURA

CONTRATOS 43, 44, 45/2016

Contrato Nº.: 43/2016

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada...: ANETT REIF - MEI ESCOLA DE ARTE FLORAL

Valor : 6.000,00 (seis mil reais)

Vigência : Início: 21/06/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 22/2016

Recursos : Dotação: 2.046.3.3.90.00.00.00.00 (177) Saldo: 80.951,03

Objeto : CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA DESENVOLVER OFICINAS DE MUSICA, CAPOEIRA E ARTESANATO COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES, ATENDIDAS PELA PROTEÇÃO SOCIAL BASICA, OFERTADA NO CRAS, CENTRO RUI PFUTZENREUTER E JOÃO PAULO II."

Orleans, 21 de Junho de 2016

EDUARDO BERTONCINI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato Nº.: 44/2016

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada...: BRUNO EICHENBERG DA SILVA 00764757008

Valor : 6.000,00 (seis mil reais)

Vigência : Início: 21/06/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 22/2016

Recursos : Dotação: 2.046.3.3.90.00.00.00.00 (177) Saldo: 80.951,03

Objeto : CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA DESENVOLVER OFICINAS DE MUSICA, CAPOEIRA E ARTESANATO COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES, ATENDIDAS PELA PROTEÇÃO SOCIAL BASICA, OFERTADA NO CRAS, CENTRO RUI PFUTZENREUTER E JOÃO PAULO II."

Orleans, 21 de Junho de 2016

EDUARDO BERTONCINI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato Nº.: 45/2016

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada...: EDUARDO TROMBIM

Valor : 6.000,00 (seis mil reais)

Vigência : Início: 21/06/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 22/2016

Recursos : Dotação: 2.046.3.3.90.00.00.00.00 (177) Saldo: 80.951,03

Objeto : CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA DESENVOLVER OFICINAS DE MUSICA, CAPOEIRA E ARTESANATO COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES, ATENDIDAS PELA PROTEÇÃO SOCIAL BASICA, OFERTADA NO CRAS, CENTRO RUI PFUTZENREUTER E JOÃO PAULO II."

Orleans, 21 de Junho de 2016

EDUARDO BERTONCINI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PROCESSO 73/2016

PROCESSO Nº 73/2016

TOMADA DE PREÇO Nº. 07/2016

Tipo: Menor Preço Global

Objeto: EXECUÇÃO DE SINALIZAÇÃO DA RUA JANUÁRIO MAZON CONFORME PROJETO ANEXO.

Recebimento dos Envelopes: até o dia 14/07/2016 às 13h:30min.

Abertura: dia 14/07/2016, às 14h00min.

Fundamento legal: Leis Federais, 8.666/93 consolidada e Lei Complementar Federal Nº 123/2006.

Orleans - SC, 24 de Junho de 2016.

Eduardo Bertoncini

Secretário de Administração

Ouro Verde

PREFEITURA

EXTRATO ATAS E CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº0031/2016
firmada entre o Município de Ouro Verde e a empresa PROTEGE + CURSOS E MATERIAIS DE SEGURANÇA LTDA-ME. Objeto: Registro de preço para Aquisição de forma parcelada de EPI's para as secretarias de Educação, Administração, Agricultura, Saúde, assistência e. Infra - estrutura do Município de Ouro Verde /SC. Valor total registrado R\$:29.854,00.Data da assinatura:09/05/2016. Prazo de vigência 12 meses. Ouro Verde, 09 de maiol de 2016. Rosane Minetto Selig - Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº0032/2016
firmada entre o Município de Ouro Verde e a empresa TUPY PRE – MOLDADOS LTDA. Objeto: Registro de preço para Aquisição eventual e futura de tubos de concreto da secretaria de Infra - estrutura do Município de Ouro Verde /SC.Valor total registrado R\$:26.900,00.Data da assinatura:03/06/2016. Prazo de vigência 12 meses. Ouro Verde, 03 de junho de 2016. Rosane Minetto Selig - Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº0033/2016
firmada entre o Município de Ouro Verde e a empresa JHONNY MAQUINAS E IMPLEMENTOS EIRELI-EPP. Objeto: Registro de Preço para Aquisição de maquinas e equipamentos agrícolas do Município de Ouro Verde/SC.Valor total registrado R\$:13.000,00.Data da assinatura:06/06/2016. Prazo de vigência 12 meses. Ouro Verde, 06 de junho de 2016. Rosane Minetto Selig - Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº0034/2016
firmada entre o Município de Ouro Verde e a empresa METALURGICA FREITAS LTDA - EPP. Objeto: Registro de Preço para Aquisição de maquinas e equipamentos agrícolas do Município de Ouro Verde - SC. Valor total registrado R\$:16.200,00.Data da assinatura:06/06/2016. Prazo de vigência 12 meses. Ouro Verde, 06 de junho de 2016. Rosane Minetto Selig - Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº0035/2016
firmada entre o Município de Ouro Verde e a empresa ALTAIR FABRO & CIA LTDA. Objeto: Registro de Preço para Aquisição de maquinas e equipamentos agrícolas do Município de Ouro Verde - SC. Valor total registrado R\$:40.650,00.Data da assinatura:06/06/2016. Prazo de vigência 12 meses. Ouro Verde, 06 de junho de 2016. Rosane Minetto Selig - Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº0036/2016
firmada entre o Município de Ouro Verde e a empresa COMPUMAQ ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA. Objeto: Registro de Preços para aquisição de uma lousa digital, trinta tablets e kit de ciências e biologia do Município de Ouro Verde /SC. Valor total registrado R\$:26.165,00.Data da assinatura:17/06/2016. Prazo de vigência

12 meses. Ouro Verde, 17 de junho de 2016. Rosane Minetto Selig - Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº0037/2016
firmada entre o Município de Ouro Verde e a empresa NRGÓCIOS DE INFORMATICA RW EIRELI. Objeto: Registro de Preços para aquisição de uma lousa digital, trinta tablets e kit de ciências e biologia do Município de Ouro Verde /SC. Valor total registrado R\$:11.400,00.Data da assinatura:17/06/2016. Prazo de vigência 12 meses. Ouro Verde, 17 de junho de 2016. Rosane Minetto Selig - Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº0038/2016
firmada entre o Município de Ouro Verde e a empresa GIGAS COMERCIO DE EQUIPAMENTOS -EIRELI. Objeto: Registro de Preços para aquisição de uma lousa digital, trinta tablets e kit de ciências e biologia do Município de Ouro Verde /SC. Valor total registrado R\$:3.950,00.Data da assinatura:17/06/2016. Prazo de vigência 12 meses. Ouro Verde, 17 de junho de 2016. Rosane Minetto Selig - Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº0039/2016
firmada entre o Município de Ouro Verde e a empresa MEGHA EQUIPAMENTOS E MATERIAIS MEDICOS . Objeto: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de forma parcelada de Materiais Hospitalar e Permanente para a Secretaria Municipal de Saúde ao Atendimento da População do Município de Ouro Verde /SC. Valor total registrado R\$:32.547,05.Data da assinatura:17/06/2016. Prazo de vigência 12 meses. Ouro Verde, 17 de junho de 2016. Rosane Minetto Selig - Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº0040/2016
firmada entre o Município de Ouro Verde e a empresa K.C.R.S COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI - EPP. Objeto: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de forma parcelada de Materiais Hospitalar e Permanente para a Secretaria Municipal de Saúde ao Atendimento da População do Município de Ouro Verde/SC. Valor total registrado R\$:1.440,00.Data da assinatura:17/06/2016. Prazo de vigência 12 meses. Ouro Verde, 17 de junho de 2016. Rosane Minetto Selig - Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº0041/2016
firmada entre o Município de Ouro Verde e a empresa FUFA –SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA. Objeto: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de forma parcelada de Materiais Hospitalar e Permanente para a Secretaria Municipal de Saúde ao Atendimento da População do Município de Ouro Verde/SC. Valor total registrado R\$:8.105,00.Data da assinatura:17/06/2016. Prazo de vigência 12 meses. Ouro Verde, 17 de junho de 2016. Rosane Minetto Selig - Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº0042/2016

firmada entre o Município de Ouro Verde e a empresa AMARILDO BASEGIO & CIA LTDA - DISPROBEL . Objeto: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de forma parcelada de Materiais Hospitalar e Permanente para a Secretaria Municipal de Saúde ao Atendimento da População do Município de Ouro Verde /SC. Valor total registrado R\$:42.780,96.Data da assinatura:17/06/2016. Prazo de vigência 12 meses. Ouro Verde, 17 de junho de 2016. Rosane Minetto Selig - Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº0043/2016

firmada entre o Município de Ouro Verde e a empresa ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA. Objeto: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de forma parcelada de Materiais Hospitalar e Permanente para a Secretaria Municipal de Saúde ao Atendimento da População do Município de Ouro Verde /SC. Valor total registrado R\$:33.931,60.Data da assinatura:17/06/2016. Prazo de vigência 12 meses. Ouro Verde, 17 de junho de 2016. Rosane Minetto Selig - Prefeita Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº0044/2016

firmada entre o Município de Ouro Verde e a empresa DENTAL OESTE LTDA. Objeto: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de forma parcelada de Materiais Hospitalar e Permanente para a Secretaria Municipal de Saúde ao Atendimento da População do Município de Ouro Verde /SC. Valor total registrado R\$:53.445,79.Data da assinatura:17/06/2016. Prazo de vigência 12 meses. Ouro Verde, 17 de junho de 2016. Rosane Minetto Selig - Prefeita Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº0045/2016

firmada entre o Município de Ouro Verde e a empresa DAMEDI-DAMBROS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA. Objeto: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de forma parcelada de Materiais Hospitalar e Permanente para a Secretaria Municipal de Saúde ao Atendimento da População do Município de Ouro Verde /SC. Valor total registrado R\$:32.547,05. Data da assinatura:17/06/2016. Prazo de vigência 12 meses. Ouro Verde, 17 de junho de 2016. Rosane Minetto Selig - Prefeita Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº0046/2016

firmada entre o Município de Ouro Verde e a empresa VANUSA DIAS EIRELI EPP. Objeto: Registro de Preços para aquisição futura e de forma parcelada de materiais odontológicos para manutenção das atividades junto à secretaria de Saúde do Município de Ouro Verde – SC. Valor total registrado R\$:8.367,57.Data da assinatura:20/06/2016. Prazo de vigência 12 meses. Ouro Verde, 20 de junho de 2016. Rosane Minetto Selig - Prefeita Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº0047/2016

firmada entre o Município de Ouro Verde e a empresa POSSATO & POSSATO LTDA - ME. Objeto: Registro de Preços para aquisição futura e de forma parcelada de materiais odontológicos para manutenção das atividades junto à secretaria de Saúde do Município de Ouro Verde – SC. Valor total registrado R\$:7.612,45.Data da assinatura:20/06/2016. Prazo de vigência 12 meses. Ouro Verde, 20 de junho de 2016. Rosane Minetto Selig - Prefeita Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº0048/2016

firmada entre o Município de Ouro Verde e a empresa ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA. Objeto: Registro de Preços para aquisição futura e de forma parcelada de materiais odontológicos para manutenção das atividades junto à secretaria de Saúde do Município de Ouro Verde – SC. Valor total registrado R\$:8.945,28.Data da assinatura:20/06/2016. Prazo de vigência 12 meses. Ouro Verde, 20 de junho de 2016. Rosane Minetto Selig - Prefeita Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº0049/2016

firmada entre o Município de Ouro Verde e a empresa MEGHA EQUIPAMENTOS E MATERIAIS MEDICOS . Objeto: Registro de Preços para aquisição futura e de forma parcelada de materiais odontológicos para manutenção das atividades junto à secretaria de Saúde do Município de Ouro Verde – SC. Valor total registrado R\$:9.264,70.Data da assinatura:20/06/2016. Prazo de vigência 12 meses. Ouro Verde, 20 de junho de 2016. Rosane Minetto Selig - Prefeita Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº0050/2016

firmada entre o Município de Ouro Verde e a empresa FUSÃO COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA . Objeto: Registro de Preços para aquisição futura e de forma parcelada de materiais odontológicos para manutenção das atividades junto à secretaria de Saúde do Município de Ouro Verde – SC. Valor total registrado R\$:7.754,94.Data da assinatura:20/06/2016. Prazo de vigência 12 meses. Ouro Verde, 20 de junho de 2016. Rosane Minetto Selig - Prefeita Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº0051/2016

firmada entre o Município de Ouro Verde e a empresa DENTAL OESTE LTDA . Objeto: Registro de Preços para aquisição futura e de forma parcelada de materiais odontológicos para manutenção das atividades junto à secretaria de Saúde do Município de Ouro Verde – SC. Valor total registrado R\$:10.848,81.Data da assinatura:20/06/2016. Prazo de vigência 12 meses. Ouro Verde, 20 de junho de 2016. Rosane Minetto Selig - Prefeita Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0050/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: VISOLI CONSTRUÇÕES LTDA - EPP,

Objeto:Execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para construção da de Área Esportiva no Loteamento Cohab, Quadra de areia e academia ao ar livre, localizada na Rua B esquina com Rua F,Quadra 25 área de construção de 287,50 m², conforme Edital projetos; memorial descritivo.valor certo e ajustado de R\$:63.500,00 (sessenta e três mil e quinhentos reais). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde, 24 de junho de 2016. Rosane Minetto Selig - Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE ADITIVO IV DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO AO CONTRATO Nº. 0060/2014

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: METAL VIDROS METALURGICA E MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA ME

Objeto: Contratação de empreiteira para execução dos serviços de

construção de escola com 06 salas de aulas, com área aproximada de 854,00 m², localizada na Rua Natal Binda, conforme projeto do fundo de desenvolvimento da Educação - FNDE. Vigência de 24/06/2016 á 31/08/2016. Amparo legal, Lei Federal nº. 8.666/93 Ouro Verde, 23 de junho de 2016. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal

Palhoça

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.020, DE 20 DE JUNHO DE 2016.

DECRETO Nº 2.020, DE 20 DE JUNHO DE 2016.

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA. Estabelece alteração na estrutura administrativa.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

No uso de suas atribuições legais e com base no art. 66 da Lei Complementar nº 149, de 26 de dezembro de 2013, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica 01 (uma) Função Executiva de Confiança, prevista na Lei Complementar nº 149, de 26 de novembro de 2013 e suas alterações posteriores, denominada de Encarregado da Assistência, da Secretaria Municipal de Assistência Social, código FEC 1 e sua respectiva remuneração, transferida para o Gabinete do Vice-Prefeito Municipal, passando a ser denominada de Encarregado do Gabinete do Vice-Prefeito.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de junho de 2016.

Palhoça, 20 de junho de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2.021, DE 20 DE JUNHO DE 2016.

decreto Nº 2.021, DE 20 DE JUNHO DE 2016.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIAS DAS UNIDADES GESTORAS, PREFEITURA, FUNDOS, FUNDAÇÕES E AUTARQUIAS NA ORDEM DE R\$ 17.089.000,00.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina, No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orçamentária nº 4.330, de 23 de dezembro de 2015, resolve

DECRETAR:

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar Unidade Gestora PREFEITURA no valor de R\$ 8.097.000,00 (oito milhões e noventa e sete mil reais), as dotações orçamentárias abaixo:

13.00 - SECRETARIA MUNIC.DE EDUCAÇÃO

13.01 - SECRETARIA MUNIC.DE EDUCAÇÃO

2.021 - Functo e Manutenção de Ensino Fundamental R\$ 2.935.000,00

461 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1010143 - Aplicações Diretas R\$ 2.935.000,00

2.022 - Functo e Manutenção da Educação Infantil R\$ 5.162.000,00

440 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1010143 - Aplicações Diretas R\$ 3.000.000,00

282 3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.1010143 - Aplicações Diretas R\$ 2.162.000,00

SOMA R\$ 8.097.000,00

Art. 2º A suplementação que se refere o artigo 1º deste Decreto correrá por conta das anulações das dotações orçamentária abaixo:

05.00 - SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS - SESP

05.01 - SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS - SESP

1.220 - Revit. da Praia de Baixo Próxima a Reg.dos Pescadores R\$ 100.000,00

530 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1010142 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

1.221 - Reforma na Ponte da Praia de Baixo R\$ 100.000,00

531 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1010142 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

1.237 - Praça Jardim das Palmeiras R\$ 140.000,00

547 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1010142 - Aplicações Diretas R\$ 140.000,00

1.238 - Praça Jardim Eldorado R\$ 150.000,00

548 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1010142 - Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

2.030 - Manutenção e Functo dos Cemitérios Municipais R\$ 175.000,00

376 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1010142 - Aplicações Diretas R\$ 175.000,00

2.029 - Recup.Revit.Proj.Const.Eptos e Manut.Peças .. R\$ 465.000,00

331 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1010142 - Aplicações Diretas R\$ 145.000,00

375 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1010142 - Aplicações Diretas R\$ 320.000,00

2.193 - Functo e Manutenção dos Serviços Urbanos-SESP R\$ 1.970.000,00

359 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 370.000,00

335 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 1.600.000,00

SOMA R\$ 3.100.000,00

09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE RECEITA

09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE RECEITA

2.064 - Functo e Manutenção da Secretaria da Receita R\$ 280.000,00

467 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 280.000,00

1.127 - Proj. de Modernização Admins.Tributária R\$ 95.000,00

412 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 95.000,00

1.128 - Prog.Nac.de Apoio a Gestão Adm.e Fiscal R\$ 120.000,00

429 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 120.000,00

SOMA R\$ 495.000,00

13.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

13.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

1.047 - Subvenções Sociais a Entidades R\$ 122.000,00

360 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.1000143 - Aplicações Diretas R\$ 122.000,00

1.169 - Construção Escola Guilherme Vitor Filhos R\$ 200.000,00

327 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000143 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

1.031 - Aquis.Eptos e Mat.Permanete - Educ. Infantil R\$ 420.000,00

267 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000143 - Aplicações Diretas R\$ 420.000,00

1.005 - Construção Ampl.Ref.Escolas - Ens.Fundamental R\$ 300.000,00

268 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000143 - Aplicações Diretas

..... R\$ 300.000,00
 2.022 - Functo e Manutenção da Educação Infantil
 R\$ 250.000,00
 463 3.3.90.00.00.00.00.0.1.1000143 - Aplicações Diretas
 R\$ 250.000,00
 2.042 - Funcionamento e Manutenção do EJA
 R\$ 100.000,00
 310 3.3.90.00.00.00.00.0.1.1000143 - Aplicações Diretas
 R\$ 100.000,00
 1.006 - Aquisição de Eptos e Material Permanente
 R\$ 120.000,00
 294 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000143 - Aplicações Diretas
 R\$ 120.000,00
 1.007 - Construção Amp.Ref.Centros Educ.Infantil
 R\$ 250.000,00
 287 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000143 - Aplicações Diretas
 R\$ 250.000,00
 1.008 - Construção Amp.Reformas Escolas-Ens. Infantil
 R\$ 400.000,00
 268 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000143 - Aplicações Diretas
 R\$ 400.000,00
 SOMA R\$ 2.162.000,00

14.00 - SECRET. DE PLANEJ. E INFRAESTRUTURA
 14.01 - SECRET. DE PLANEJ. E INFRAESTRUTURA
 2.026 - Functo e Manut.da Secrec.de Infraestrutura
 R\$ 400.000,00
 403 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas
 R\$ 400.000,00
 1.016 - Construção e Restauração de Pontes e Bueiros
 R\$ 160.000,00
 279 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas
 R\$ 60.000,00
 319 3.3.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas
 R\$ 100.000,00
 1.023 - Pavimentação e Drenagem de Ruas
 R\$ 1.500.000,00
 275 3.3.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas
 R\$ 1.500.000,00
 1.015 - Aquisição de Eptos e Material Permanente
 R\$ 180.000,00
 451 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas
 R\$ 180.000,00
 1.155 - Plano de Urbaniz.Pludarf. e Pttis Comp.Tusit.Cambirela
 R\$ 100.000,00
 442 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas
 R\$ 100.000,00
 SOMA R\$ 2.340.000,00

Art. 3o Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar Unidade Gestora FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE no valor de R\$ 7.110.000,00 (sete milhões e cento e dez mil reais), as dotações orçamentárias abaixo:

17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
 2.145 - Gestão e Estruturação do SUS R\$ 7.110.000,00
 152 3.1.90.00.00.00.00.0.1.1020179 - Aplicações Diretas
 R\$ 7.110.000,00

Art. 4o A suplementação que se refere o artigo 3o deste Decreto, correrá por conta das anulações das dotações orçamentária abaixo:

14.00 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INFRA ESTRUTURA
 14.01 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INFRA ESTRUTURA
 1.193 - Pavimentação Rua Joaquim Martins
 R\$ 80.000,00
 503 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas
 R\$ 80.000,00

1.194 - Pavimentação Rua Frei Angelo Fungel Barra do Aririu
 R\$ 70.000,00
 504 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas
 R\$ 70.000,00
 1.195 - Pavimentação Rua José Jorge da Silva
 R\$ 70.000,00
 505 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas
 R\$ 70.000,00
 1.196 - Pavimentação Rua Agenor E da Silva Barra do Ariru
 R\$ 100.000,00
 506 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas
 R\$ 100.000,00
 1.197 - Pavimentação Rua Álvaro Conceição Moreira Barra Aririu
 R\$ 80.000,00
 507 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas
 R\$ 80.000,00
 1.198 - Pavimentação Rua Alcino José Martins Barra do Aririu
 R\$ 40.000,00
 508 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas
 R\$ 40.000,00
 1.199 - Pavimentação Rua Gregório Honorata Espindola
 R\$ 40.000,00
 509 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas
 R\$ 40.000,00
 1.200 - Pavimentação Rua Doraci Freitas Barra do Aririu
 R\$ 100.000,00
 510 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas
 R\$ 100.000,00
 1.201 - Pavimentação Rua Cecilia Weingartner Barra Aririu
 R\$ 100.000,00
 511 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas
 R\$ 100.000,00
 1.203 - Pavimentação Rua Egberto Rocha São Sebastião
 R\$ 80.000,00
 512 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas
 R\$ 80.000,00
 1.204 - Pavimentação João Teodoro São Sebastião
 R\$ 70.000,00
 513 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas
 R\$ 70.000,00
 1.205 - Pavimentação Rua Morro do Gato São Sebastião
 R\$ 250.000,00
 514 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas
 R\$ 250.000,00
 1.206 - Pavimentação Rua Odete Truppel dos Santos São Sebastião
 R\$ 150.000,00
 515 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas
 R\$ 150.000,00
 1.207 - Pavimentação Rua Paulo J de Souza São Sebastião
 R\$ 80.000,00
 516 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas
 R\$ 80.000,00
 1.208 - Pavimentação c/Lajotas Drenag.Pluv.Sinaliz.Passa Vinte
 R\$ 40.000,00
 517 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas
 R\$ 40.000,00
 1.209 - Pavimentação c/Lajotas Drenag.Pluv.Sinaliz Bela Vista
 R\$ 80.000,00
 518 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas
 R\$ 80.000,00
 1.211 - Pavimentação da Rua Thiago Stais Pereira Guarda Cubatão
 R\$ 100.000,00
 520 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas
 R\$ 100.000,00
 1.212 - Pavimentação da Servidão Medeiros São Sebastião
 R\$ 100.000,00
 521 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas
 R\$ 100.000,00
 1.213 - Projeto Executivo da Ponte Domingos Medeiros São

Sebastião R\$ 200.000,00	556 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas
522 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
..... R\$ 200.000,00	1.246 - Pavimentação da Rua Rogério da Silva Alto Aririu
1.214 - Pavimentação da Rua Virgílio I Pedro Guarda Cubatão R\$ 80.000,00
..... R\$ 200.000,00	557 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas
523 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 80.000,00
..... R\$ 200.000,00	1.247 - Pavimentação da Rua 808 Fundos da Igreja Alto Aririu
1.215 - Pavimentação da Rua Manoel Cantalicio Vidal Centro R\$ 40.000,00
..... R\$ 250.000,00	558 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas
524 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00
..... R\$ 250.000,00	1.248 - Pavimentação do Morro Gaivotas Alto Aririu
1.217 - Pav.R. Cumbatá c/Inicio na Rua Aderbal Ramos Silva Pi- R\$ 80.000,00
nheira R\$ 150.000,00	559 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas
527 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 80.000,00
..... R\$ 150.000,00	1.249 - Pavimentação da Rua José F M Sobrinho Alto Aririu
1.218 - Pavimentação AV Aurélio Ganzi Pinheira R\$ 80.000,00
..... R\$ 105.000,00	560 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas
528 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 80.000,00
..... R\$ 105.000,00	1.250 - Pavimentação da Rua Matheus Gerard Alto Aririu
1.222 - Reforma na Ponte da Praia de Baixo Pinheira R\$ 50.000,00
..... R\$ 100.000,00	561 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas
532 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
..... R\$ 100.000,00	1.251 - Pavimentação da Serv.Gessiel J Medeiros Alto Aririu
1.228 - Pavimentação c/Lajotas e Rede Pulv.R Manuel J Alves R\$ 100.000,00
..... R\$ 100.000,00	562 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas
538 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
..... R\$ 100.000,00	1.252 - Pavimentação da Rua Hortência Machado Pachecos
1.229 - Pavimentação c/Lajotas Horácio da Sá Aririu R\$ 50.000,00
..... R\$ 100.000,00	563 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas
539 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
..... R\$ 100.000,00	1.253 - Pavimentação da Rua Ivone J da Silva Bela Vista
1.230 - Pavimentação c/Lajotas Manoel J.Quintel Enseada de Brito R\$ 50.000,00
..... R\$ 200.000,00	564 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas
540 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
..... R\$ 200.000,00	1.254 - Pavimentação da Rua Paraná Bela Vista
1.231 - Pavimentação c/Lajotas e Rede Pluv.R Antônio J Silva Aririu R\$ 70.000,00
..... R\$ 200.000,00	565 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas
541 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 70.000,00
..... R\$ 200.000,00	1.255 - Pavimentação da Rua Aldo E Patricio Aririu
1.233 - Pavimentação Rua Luiz Lehnani São Sebastião R\$ 150.000,00
..... R\$ 150.000,00	566 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas
543 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 150.000,00
..... R\$ 150.000,00	1.256 - Pavimentação da Rua Santino M da Silva Aririu
1.234 - Pavimentação Rua Irmã Silva São Sebastião R\$ 125.000,00
..... R\$ 150.000,00	567 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas
544 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 125.000,00
..... R\$ 150.000,00	1.257 - Pavimentação da Rua Geraldo H Nienkoetter Aririu
1.235 - Pavimentação Rua Roberto G Steinmetz Rio Grande R\$ 125.000,00
..... R\$ 200.000,00	568 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas
545 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 125.000,00
..... R\$ 200.000,00	1.258 - Pavimentação da Rua Olindina J Patricio Aririu
1.236 - Pavimentação Rua Teodoro da Silva São Sebastião R\$ 100.000,00
..... R\$ 200.000,00	569 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas
546 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
..... R\$ 200.000,00	1.259 - Pavimentação da Rua Estancio M Patricio Aririu
1.239 - Pavimentação Rua José Linhares - Brejaru R\$ 100.000,00
..... R\$ 100.000,00	570 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas
549 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
..... R\$ 100.000,00	1.260 - Calçamento na Rua Iporanga Praia do Sonho
1.240 - Pavimentação Rua Francisco R Alves Brejaru R\$ 150.000,00
..... R\$ 100.000,00	571 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas
550 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 150.000,00
..... R\$ 100.000,00	1.261 - Calçamento na Rua Roque Duarte - Alto Aririu
1.241 - Pavimentação Rua José de Alencar Jardim Eldorado R\$ 100.000,00
..... R\$ 75.000,00	572 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas
551 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
..... R\$ 75.000,00	1.262 - Manta Atlantica e Tubulação Rua Olibio Silveira Centro
1.245 - Pavimentação do Morro do Cipó São Sebastião R\$ 400.000,00
..... R\$ 100.000,00	573 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas

..... R\$ 400.000,00
SOMA R\$ 6.160.000,00

17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.141 - Atenção Básica a Saúde R\$ 400.000,00
151 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1020179 - Aplicações Diretas R\$ 400.000,00

2.144 - Assistência Farmacêutica R\$ 350.000,00

134 3.3.90.00.00.00.00.0.1.1020179 - Aplicações Diretas R\$ 350.000,00

1.210 - Aquisição de Eptos p/Unid.Básica de Saúde ... R\$ 120.000,00
526 3.3.90.00.00.00.00.0.1.1020179 - Aplicações Diretas R\$ 120.000,00

1.216 - Um Carro p/Atender Paciente p/Clinica e Hosp R\$ 80.000,00

525 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1020179 - Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

SOMA R\$ 950.000,00

Art. 5o Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar a Unidade Gestora FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL no valor de R\$ 1.177.000,00, (um milhão, cento e setenta e sete mil reais) as dotações orçamentárias abaixo:

18.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

18.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1.039 - Functo e Manutenção do Fundo de Assistência Social R\$ 1.177.000,00

070 3.3.90.00.00.00.00.0.1.1000152 - Aplicações Diretas R\$ 869.000,00

087 3.3.91.00.00.00.00.0.1.1000152 - Aplicações Diretas R\$ 308.000,00

Art. 6o A suplementação que se refere o artigo 5o deste Decreto, correrá por conta das anulações das dotações orçamentária abaixo:

15.00 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

15.01 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1.242 - Subvenção LIONS do Distrito LD9 R\$ 100.000,00
554 3.3.50.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

1.243 - Subvenção CADI R\$ 25.000,00

553 3.3.50.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

1.263 - Subvenção Amigos e Prof.dos Animais de Palhoça APRAP R\$ 50.000,00

574 3.3.50.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

2.035 - Functo e Manutenção da Secretaria Assistencia Social R\$ 250.000,00

326 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

465 3.3.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 73.000,00

SOMA R\$ 869.000,00

18.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

18.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1.158 - Construção de Abrigo R\$ 70.000,00

106 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000152 - Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

1.184 - Programa Família Acolhedora R\$ 200.000,00

119 3.3.90.00.00.00.00.0.1.1000152 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

1.166 - Abrigo Institucional p/Pessoas Idosas R\$ 50.000,00

104 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000152 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

2.004 - Contribuição a Entidades Não Govern. e Privadas

..... R\$ 549.000,00

108 3.3.50.00.00.00.00.0.1.1000152 - Aplicações Diretas R\$ 549.000,00

SOMA R\$ 869.000,00

Art. 7o Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar a Unidade Gestora FUNDAÇÃO CAMBIRELA DO MEIO AMBIENTE no valor de R\$ 80.000,00, (oitenta mil reais), a dotação orçamentária abaixo:

20.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

20.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

2.016 - Funcionamento e Manutenção Fundação do Meio Ambiente R\$ 80.000,00

028 3.1.90.00.00.00.00.0.1.1000081 - Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

Art. 8o A suplementação que se refere o artigo 7o deste Decreto, correrá por conta das anulação da dotação orçamentária abaixo:

20.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

20.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

2.016 - Funcionamento e Manutenção Fundação do Meio Ambiente R\$ 80.000,00

026 3.3.90.00.00.00.00.0.1.1000081 - Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

Art. 9o Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar a Unidade Gestora FACULDADE MUNICIPAL DE PALHOÇA, no valor de R\$ 625.000,00, (seiscentos e vinte cinco mil reais), as dotações orçamentárias abaixo:

22.00 - FACULDADE MUNICIPAL DE PALHOÇA

22.01 - FACULDADE MUNICIPAL DE PALHOÇA

2.078 - Functo e Manut. da Faculdade Municipal de Palhoça R\$ 625.000,00

049 3.1.90.00.00.00.00.0.1.1000130 - Aplicações Diretas R\$ 625.000,00

Art. 10. A suplementação que se refere o artigo 9o deste Decreto, correrá por conta das anulações da dotações orçamentárias abaixo:

07.00 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO

07.01 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO

2.051 - Functo e Manutenção da Procuradoria R\$ 225.000,00

452 3.3.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 225.000,00

2.067 - Encarg.com Exec. de Sentenças Judiciais R\$ 150.000,00

281 3.3.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

33.00 - SECRETARIA DE TURISMO

23.01 - SECRETARIA DE TURISMO

2.081 - Functo e Manutenção de Turismo R\$ 250.000,00

323 3.1.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

414 3.3.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

SOMA R\$ 625.000,00

Art. 11. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 20 de junho de 2016.

Camilo Nazareno Pagani Martins

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2.022, DE 20 DE JUNHO DE 2016.

decreto Nº 2.022, DE 20 DE JUNHO DE 2016.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIA DO ORÇAMENTO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina, No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orçamentária nº 4.330, de 23 de dezembro de 2015, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar no valor de R\$ 15.000,00, (quinze mil reais), na dotação orçamentária abaixo:

18.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

18.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.039 - Functio e Manutenção do Fundo - FMAS R\$ 15.000,00

100 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1310213 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Art. 2º A suplementação que se refere o artigo 1º deste Decreto correrá por conta das anulação da dotação orçamentária abaixo:

18.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

18.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.004 - Contribuição a Entidades não Governamentais e Privadas R\$ 15.000,00

069 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.1310213 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 20 de junho de 2016.

Camilo Nazareno Pagani Martins

Prefeito Municipal

LEI Nº 4.403, DE 06 DE JUNHO DE 2016.

LEI Nº 4.403, de 06 de JUNHO de 2016.

DENOMINA VIA PUBLICA, Rua Vale das Gaivotas.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

“Art. 1º Fica denominado de Rua Vale das Gaivotas, com extensão de 390,00 metros de comprimento, e 6,00 metros de largura e com início na Rua Pedro José Rosar, via pública localizado no bairro Alto Aririú, neste Município.”

Parágrafo único À localização da referida via pública de que trata o artigo anterior, obedece ao croqui anexo, parte integrante desta lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 06 de junho de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

LEI Nº 4.404, DE 14 DE JUNHO DE 2016.

LEI Nº 4.404, de 14 de JUNHO de 2016.

DENOMINA VIA PUBLICA. Rua Jorge José da Rosa.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominado de RUA JORGE JOSÉ DA ROSA, via pública municipal localizada no bairro São Sebastião, localizada próxima à Estrada Geral do Morro do Gato, com extensão total de aproximadamente 3.000,00 (três mil metros), e 6.00 (seis metros) de largura, neste Município.

Parágrafo único À localização da referida Via Pública, de que trata o artigo anterior, obedece ao croqui anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 14 de junho de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

LEI Nº 4.405, DE 22 DE JUNHO DE 2016.

LEI Nº 4.405, de 22 de JUNHO de 2016.

UTILIDADE PÚBLICA. Declara de Utilidade Pública o Abrigo de Carinho Marta Lorenzetti.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Abrigo de Carinho Marta Lorenzetti – ACML, associação privada sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 20.386.187/0001-10, com sede à Avenida Aderbal Ramos da Silva, s/n, Morretes, Município de Palhoça, Santa Catarina, CEP 88.139-351.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 22 de junho de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

Palmitos

PREFEITURA

DECRETO 057/2016

DECRETO Nº. 057/2016.
De 09 de junho de 2016.

DESIGNA E HOMOLOGA MEMBROS DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE PALMITOS – CODEPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito Municipal de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA

Art. 1º Fica pelo presente Decreto, designados e homologados os membros do Conselho de desenvolvimento Econômico do Município de Palmitos – CODEPAL, a seguir nominados:

- ENIO LAURO STAHLHOFER, representante do Poder Executivo Municipal;
- PAULINO PARISOTTO, representante da Área de Finanças da Prefeitura Municipal;
- GIOVANA GIACOMOLLI, representante da Associação Comercial e Industrial de Palmitos;
- DIACIR ROQUE VIGNATTI, representante da Câmara de Dirigentes Lojistas de Palmitos;
- EDMAR SCHAFFER, representante dos prestadores de Serviços;
- IRINEU VALDAMERI, representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais;
- LAURI ZANATTA, representante dos Clubes de serviços.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 018/2012, de 01 de fevereiro de 2012.

Município de Palmito/SC, em 09 de junho de 2016.

NORBERTO PAULO GONZATTI
Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em local de costume

Paulino Parisotto
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

Papanduva

PREFEITURA

CONTRATO Nº 038/2016

CONTRATO038/2016

Que entre si fazem o Município de Papanduva -SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 83 102 533/0001-01, com sede na Rua Sérgio Glevinski 134, em Papanduva - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Dario Schicovski, brasileiro, casado, no exercício de cargo de Prefeito, residente e domiciliado na Rua Leoberto Leal nº 386 - centro - Papanduva - SC, inscrito no CPF 248.839.219-72, de ora em diante denominada de contratante, e de outro lado a empresa DERPA USINA DE ASFALTO LTDA EPP, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob Nº 10.752.454/0001-72, com sede na Rodovia BR 476 Km 354, s/n - Colônia Rio Vermelho - Invernadinha - União da Vitória/PR, neste ato representado pelo Sr. Decio Pacheco Junior, residente e domiciliado em União da Vitória/PR, inscrito no CPF sob Nº 005.359.219-00, de ora em diante denominada de Contratada, tem entre si as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1 – Este contrato tem origem no Edital de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 055/2016, no qual a contratada se compromete com:

Item 01: Execução de Pavimentação Asfáltica da Rua Pedro Povaluk em uma área de 1.200,00 m² com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra, conforme projeto arquitetônico, memorial descritivo e cronograma físico-financeiro.

CLÁUSULA SEGUNDA: REGIME DE EXECUÇÃO

2.1 – A execução da obra será por EMPREITADA GLOBAL, do tipo "MENOR PREÇO GLOBAL" e se dará a partir da emissão da Ordem de Serviço, devendo ser concluída no prazo abaixo:

2.1.1 – O prazo de execução da obra será correspondente ao prazo de 30 (trinta) dias, conforme cronograma físico-financeiro, contados da data de emissão da Ordem de Serviço.

2.1.2 – A execução da obra e dos serviços deverá ser rigorosamente de acordo com as especificações e demais elementos técnicos relacionados no Edital e seus anexos sendo que quaisquer alterações somente poderão ser realizadas se constarem de propostas por escrito e aprovada pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

3 – Os recursos financeiros para pagamento de que trata este instrumento, serão oriundos do Programa Transferência nº 2015004665 no SIGEF com o Governo do Estado de Santa Catarina e contra partida com o orçamento municipal.

CLÁUSULA QUARTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4 – As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta do projeto atividade 10.12 – Pavimentação de Vias Urbanas - elemento de despesa 4.4.90.00 – Aplicações diretas.

CLAUSULA QUINTA: DO PREÇO E DOS PAGAMENTOS E DAS MEDIÇÕES

5.1 – O valor global do presente instrumento contratual é de R\$119.500,11 (cento e dezenove mil, quinhentos reais e vinte e onze centavos).

5.2 – O pagamento será efetuado conforme medição, de acordo com o cronograma físico financeiro, em até 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal, acompanhada da folha de pagamento quitada dos empregados e comprovante de recolhimento do INSS

e FGTS quitada do período correspondente, respeitando-se as instruções normativas do INSS vigentes, referentes aos aspectos previdenciários.

5.3 – Para efeito da medição, serão consideradas as quantidades de serviços efetivamente executadas e atestadas pela fiscalização da CONTRATANTE.

5.4 – As medições serão elaboradas pelo Setor de Engenharia da CONTRATANTE, por solicitação através de ofício da contratada com pelo menos 3 (três) dias úteis de antecedência ao vencimento da parcela, que dar-se-á em conformidade com os procedimentos a seguir descritos:

5.4.1 – A medição será na totalidade dos serviços executados de cada etapa conforme cronograma físico financeiro.

5.4.2 – O faturamento referente aos serviços medidos será pago após o devido empenhamento.

5.4.3 – Após o recebimento do ofício solicitando a liberação da parcela a fiscalização da CONTRATANTE, procederá a vistoria na obra verificando a execução dos serviços previstos na etapa.

5.4.4 – Caso a fiscalização venha constatar divergência quanto aos valores apurados, informará, por escrito, à CONTRATADA, que deverá apresentar nova medição corrigida, bem como as justificativas devidas e efetuadas as correções requeridas.

5.4.5 – A aprovação da medição se dará com o certificado do fiscal da obra no verso da fatura devidamente assinado e datado.

CLÁUSULA SEXTA: DO REAJUSTE

6 – Os valores contratados não serão reajustados.

CLÁUSULA SÉTIMA: VIGÊNCIA

7 – A contagem do prazo deste contrato terá início no dia da assinatura e término previsto para 30 (trinta) dias, após a emissão da Ordem de Serviço.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

8.1 – A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido no objeto deste contrato e seus adendos.

8.2 – Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.

8.3 – Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato.

8.4 – A CONTRATADA assumirá a responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuará, pelo fornecimento de equipamentos, materiais, mão de obra assim como pelo cumprimento dos elementos técnicos recebidos, bem como quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços, causados a CONTRATANTE ou à terceiros.

8.5 – A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as exigências das Leis e normas de segurança e higiene do trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos que trabalharem, ou por qualquer motivo permanecerem na obra.

8.6 – A CONTRATADA providenciará às suas custas a realização de todos os ensaios, verificações e provas de materiais fornecidos e de serviços executados, bem como os reparos, que se tornarem necessários, para que os trabalhos sejam entregues em perfeitas condições.

8.7 – A CONTRATADA providenciará, às suas custas, o fornecimento das placas indicativa da obra e de registro histórico conforme modelo fornecido pela CONTRATANTE bem como a aprovação pelos poderes competentes ou companhias concessionárias, para que

os trabalhos sejam entregues em perfeitas condições.

8.8 – A CONTRATADA providenciará a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) conforme o caso, da obra ou serviço de forma discriminada.

8.9 – A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução da obra.

8.10 – O presente contrato não será de nenhuma forma fundamento para a constituição de vínculo trabalhista para o Município, com empregado funcionário, preposto ou terceiros que a contratada colocar a serviço.

8.11 – A contratada se obriga a facilitar todas as atividades de fiscalização da obra que serão feitas por técnicos desta municipalidade, fornecendo as informações e demais elementos necessários.

8.12 – A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

8.13 – A contratada deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9854, de 27 de outubro de 1999.

8.14 – Cumprir todas as demais obrigações constantes do Ato de Licitação que gerou o presente contrato.

CLÁUSULA NONA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

9 – A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DA OBRA

10.1 – A fiscalização da execução da obra será realizada por engenheiro designado pelo município, ao qual caberá verificar se no seu desenvolvimento estão sendo cumpridos os termos de contrato, os projetos, especificações e demais requisitos, bem como autorizar os pagamentos de faturas, substituição de materiais, alterações de projetos, solucionar problemas executivos, assim como participar de todos os atos que se fizerem necessário para a fiel execução dos serviços Contratados.

10.2 – A fiscalização se efetivará no Local da obra.

10.3 – A fiscalização atuará desde o início dos trabalhos até o recebimento definitivo das obras e será exercido no interesse exclusivo desta Municipalidade, não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive de terceiros, por qualquer irregularidade.

10.4 – Concluídos os serviços, se estiverem em perfeitas condições serão recebidos provisoriamente pela fiscalização e pelos responsáveis pelo seu acompanhamento, que lavrarão o Termo de Recebimento Provisório e comprovada a execução da obra e o pagamento de contribuição devida à Previdência Social relativa ao período de execução da obra, incluindo-se a CND do INSS referente à obra objeto deste edital, será lavrado o Termo de Recebimento Definitivo.

10.5 – A contratada fica obrigada a manter as obras e serviços por sua conta e risco, até ser lavrado o Termo de Recebimento Definitivo, em perfeitas condições de conservação e funcionamento.

10.6 – Aceita a obra e serviços, a responsabilidade da Contratada pela qualidade, correção e segurança nos trabalhos, subsiste na forma da Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

11 – A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Art. 58, § II e Art. 77 à 80 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS PENALIDADES

12.1 – Caso o Contratado fique total ou parcialmente inadimplente, serão aplicadas as sanções legais, conforme segue:

12.1.1 – advertência;

12.1.2 – multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor contratado, cumulável com as demais sanções;

12.1.3 – suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;

12.1.4 – declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Parágrafo único: As inadimplências supra, bem como as penalidades consequentes, serão julgadas e propostas pela Comissão Permanente de Licitações, ao Chefe do Poder Executivo, que as aplicará através de Decreto.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA VINCULAÇÃO

13 – Este contrato está vinculado ao Edital de Tomada de Preços nº 055/2016, bem como à proposta apresentada ao mesmo pelo contratado e aos termos da lei nº 8.666/93 consolidada, especialmente nos casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

14 – Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO FORO

15 – Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Papanduva, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Papanduva, 21 de junho de 2016.

Dario Schicovski

Decio Pacheco Junior

Pela Contratante

Pela Contratada

Testemunhas:

Márcio Wisniewski

Ricardo Zenfe

Matrícula: 50

Matrícula: 2675

Paraíso

PREFEITURA

CANCELAMENTO TP. N° 04-2016

TOMADA DE PREÇO N° 04/2016

PROCESSO LICITATÓRIO: N° 31 de 10 de Junho de 2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO: N° 31/2016

OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE GALPÃO EM ESTRUTURA PRÉ-MOLDADO C/ÁREA DE 456,00M² NO BAIRRO INDUSTRIAL DO MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC"

Pela presente comunica-se o cancelamento do presente processo licitatório em razão que a proposta nº 000018026, que daria origem ao futuro convênio, foi cancelada pelo Governo de Estado de Santa Catarina.

Paraíso, 24/06/2016.

ERNI GIACOMINI

PREFEITO MUNICIPAL

Penha

PREFEITURA

CONTRATO Nº 70/2016-PMP

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA EXECUÇÃO DE EMPREITADA GLOBAL, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA E A EMPRESA ARTEFATOS DE CIMENTO GASPAR LTDA ME.

Nº 70/2016 - PMP

Pelo presente instrumento de Contrato Administrativo a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, Brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa ARTEFATOS DE CIMENTO GASPAR LTDA ME, com sede na cidade de Gaspar/SC, Rodovia BR 470, 2.000- Km 35, Bairro: Margem Esquerda, Telefone: (47) – 3332-1161, CEP: 89.110-000, inscrita no CNPJ sob o nº 72.567.076/0001-04, neste ato representada pelo Sr. Gian Carlos Alves, RG: 2.483.567-6, CPF: 721.627.759-72, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, têm entre si ajustada a pavimentação em lajota sextavada de concreto drenagem pluvial e sinalização da Rua Espírito Santo, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente Contrato é decorrente do Processo Licitatório nº 30/2016 – PMP, modalidade Tomada de Preços nº 06/2016 – PMP, do qual foi vencedora a CONTRATADA, obrigando-se a mesma a executar para a PREFEITURA a Prestação de serviço de engenharia, com fornecimento de material, para pavimentação em lajota sextavada de concreto, drenagem pluvial e sinalização da Rua Espírito Santo, bairro Centro, Penha/SC, em estrita observância aos memoriais, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro e projetos em anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR DOS SERVIÇOS E PAGAMENTO

Pelos serviços constantes da Cláusula Primeira do presente instrumento, a PREFEITURA pagará à CONTRATADA o valor de R\$ 250.375,56 (duzentos e cinquenta mil, trezentos e setenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos), a ser pago Banco Caixa Econômica Federal, Agência: 1073-3, Conta Corrente: 1619 em até 30 (trinta) dias após medição Físico Financeiro da obra realizada pela CONTRATADA e aprovada pelo Responsável Técnico da PREFEITURA, conforme dispõe a cláusula 10 (dez) deste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - VIGÊNCIA

As obras ora contratadas terão início contados a partir da Entrega da Ordem de Serviço, com conclusão prevista em até 2 (dois) meses, em conformidade com os cronogramas físicos financeiros em anexo, a contar da data de emissão da Ordem de Serviço, sendo o contrato encerrado em 3 (três) meses.

CLÁUSULA QUARTA – PRORROGAÇÃO DE PRAZOS

O prazo especificado na Cláusula anterior poderá ser prorrogado, a critério da PREFEITURA, e mantidas as demais cláusulas contratuais, desde que ocorra algum dos seguintes motivos:

- a) Alteração do objeto ou suas especificações, pela PREFEITURA;
- b) Superveniência de fato excepcional e imprevisível, estranho à vontade das partes contratantes, que altere fundamentalmente as condições de execução do presente contrato;
- c) Interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de

trabalho, por ordem e interesse da PREFEITURA;

- d) Aumento das quantidades inicialmente previstas no presente instrumento;
- e) Impedimento da execução deste contrato, por fato ou ato de terceiro, reconhecido pela PREFEITURA, em documento contemporâneo a sua ocorrência;
- f) Omissão ou atraso de providência a cargo da PREFEITURA, do qual resulte diretamente impedimento ou retardamento na execução deste contrato.

CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTE CONTRATUAL

Os preços serão fixos e irrevogáveis, em conformidade com o que dispõe o parágrafo 1º, do artigo 28 da Lei Federal nº 9.069, de 29/06/95.

CLÁUSULA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta da dotação:

Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável

Unidade: 08.01 – Departamento de Meio Ambiente

Funcional: 04.122.0007 – Administração Geral

Projeto/Atividade: 2.016 – Funcionamento e Manutenção do Departamento de Meio Ambiente

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.0630 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 53

CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obriga-se a:

- a) Executar a obra mencionada na Cláusula Primeira, fornecendo mão-de-obra e demais elementos necessários, segundo as Normas Técnicas adequadas, bem como executar tudo o que não for explicitamente mencionado, mas que seja necessário à perfeita execução do serviço.
- b) Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes de sua culpa, inclusive por emprego de mão de obra, acessórios ou materiais impróprios ou de qualidade inferior.
- c) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Prefeitura ou a Terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento por parte da PREFEITURA.
- d) Assumir todos e quaisquer encargos sociais, financeiros ou de qualquer natureza, bem como todas as despesas geradas direta ou indiretamente pelo objeto do presente, são de responsabilidade única e exclusiva da CONTRATADA, respondendo a PREFEITURA apenas e tão somente pelos pagamentos da quantia acordada na Cláusula Segunda, desde que concluídos as etapas/obras contratadas.
- e) Solicitar autorização prévia da PREFEITURA bem como justificar qualquer prorrogação de prazo na execução dos serviços.
- f) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do Art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações.
- g) Dispor, sem qualquer ônus adicional, de todos os materiais, utensílios, equipamentos, ferramentas, instalações, etc., necessários à completa realização dos serviços.

- h) Instalar no Canteiro de Obras em local visível aos Cidadãos, a Placa de Obra e a Placa com o Responsável Técnico pela execução.
- i) Manter sinalização viária no local da obra, responsabilizando-se por danos causados a PREFEITURA ou a terceiros, em casos de negligência, imperícia ou imprudência decorrentes da falta ou falhas na sinalização.
- j) Manter caução de execução no montante de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, conforme disposto na cláusula 8.
- k) Aplicar, ainda, os controles de andamento de obras e fiscalização, conforme disposto nas cláusulas 9 e 10.

CLÁUSULA OITAVA – CAUÇÃO DE EXECUÇÃO

Como garantia para completa execução das obrigações contratuais e da liquidação das multas convencionais, fica estabelecida uma "Caução de Execução", no montante de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a ser integralizada em até 05 (cinco) dias contados da assinatura, utilizando-se quaisquer das seguintes modalidades:

- a) Caução em dinheiro, ou título da dívida pública;
- b) Seguro Garantia;
- c) Fiança Bancária.

Parágrafo 1: A não integralização da caução no prazo estabelecido no caput desta cláusula representa inadimplência contratual, passível de aplicação de multa na forma prevista na cláusula 13º (décima terceira) e de rescisão na forma da cláusula 14º (décima quarta).

Parágrafo 2: Após a assinatura do Termo de Encerramento Definitivo do Contrato será devolvida a "Caução de Execução", uma vez verificada a perfeita execução dos serviços.

CLÁUSULA NONA – MONITORAMENTO

A CONTRATADA deverá manter e apresentar "Diário de Obra" que constitui documento de comunicação entre o Responsável Técnico da CONTRATADA e a fiscalização da PREFEITURA, sendo elemento hábil para comprovação, registro e avaliação de todos os fatos e assuntos relacionados à execução da obra.

Parágrafo 1: É de responsabilidade da CONTRATADA a manutenção do "Diário de Obra" no canteiro de obras devidamente preenchido em formulário apropriado com folhas numeradas sequencialmente ou em livro Ata.

Parágrafo 2: O Diário de Obras deve ser assinado diariamente por profissionais credenciados da CONTRATADA e da PREFEITURA.

Parágrafo 3: Deverão ser relacionados no Diário de Obras informações como o número de operários, problemas ocorridos, solicitações de providências, determinações exigidas pela Fiscalização, períodos de chuvas ou outras intempéries que impeçam a execução normal da atividade, entre outros.

CLÁUSULA DÉCIMA - FISCALIZAÇÃO

A CONTRATADA deverá apresentar previamente o Relatório de Medição Físico-Financeiro assinado pelo Responsável Técnico da Obra para conferência do Técnico da Secretaria de Planejamento, que ocorrerá mensalmente entre os dias 05 e 10 de cada mês.

Parágrafo 1: Caso o relatório seja aprovado pela Secretaria de Planejamento será encaminhado a Secretaria da Fazenda.

Parágrafo 2: Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, às suas expensas, perícia técnica relativa à discordância.

Parágrafo 3 - A perícia a que se refere o Parágrafo anterior, somente poderá ser levada a efeito por corpo técnico competente e composto, no mínimo, por 03 (três) elementos, um dos quais

obrigatoriamente indicado pela PREFEITURA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FINALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Para conclusão da Obra, a Secretaria de Planejamento emitirá o Termo de Recebimento Provisório, assinado pelo Fiscal da Contratante e pelo Representante da Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

O presente contrato poderá ser alterado:

I - unilateralmente pela PREFEITURA:

- a) Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- b) Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto.

II- por acordo das partes:

- a) Quando necessária a modificação do regime de execução ou do modo de fornecimento, em face da verificação técnica da inaplicabilidade nos termos contratuais originários;
- b) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial;
- c) Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da PREFEITURA para a justa remuneração dos serviços, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - PENALIDADES

Caso a CONTRATADA venha a descumprir as condições aqui estabelecidas, ficará sujeita às seguintes penalidades:

- a) Advertência
- b) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor contratado por dia, caso ultrapasse o prazo para início da execução da obra.
- c) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contratado por dia que exceda o prazo contratual.
- d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA, pelo prazo de 02 (dois) anos.
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a PREFEITURA, podendo abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis.
- f) Multa de R\$ 1.000,00 (um mil reais) por cada infração, caso a Contratada não forneça todo e qualquer equipamento de segurança aos seus funcionários empregados na obra, responsabilizando-se civil e criminalmente por danos causados, sem ônus para a Contratante.

Parágrafo 1 - As multas previstas nas letras B e C acima são independentes e serão aplicadas cumulativamente.

Parágrafo 2 - A multa definida na letra B será descontada de imediato dos pagamentos das prestações parciais devidas e a multa definida na letra C será descontada da última parcela.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – RESCISÃO CONTRATUAL

O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido unilateralmente, se qualquer uma das partes descumprir algum dos dispositivos ora pactuados, bem como aqueles previstos nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Parágrafo Único: Constituem motivos para rescisão do presente contrato:

- a) O não cumprimento de suas cláusulas, especificações, projetos e prazos;
- b) O cumprimento irregular de quaisquer de suas cláusulas, especificações, projetos e prazos;
- c) A lentidão no seu cumprimento, levando a PREFEITURA a presumir a não conclusão da obra nos prazos estipulados;
- d) O atraso injustificado no início da obra;
- e) A paralisação da obra, sem justa causa e prévia comunicação à

PREFEITURA;

- f) A subcontratação parcial ou total do objeto do presente contrato, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, exceto se admitida no edital, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução deste;
- g) O desatendimento das determinações regulares da Secretaria designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução;
- h) O cometimento reiterado de faltas na execução do presente;
- i) A decretação de falência, o pedido de condordata ou a instauração de insolvência civil;
- j) A dissolução da sociedade ou o falecimento do responsável pela CONTRATADA;
- k) A alteração social ou a modificação da finalidade da CONTRATADA ou da sua estrutura que, a juízo da PREFEITURA, prejudique a execução do presente;
- l) O protesto de títulos ou a emissão de cheques sem suficiente provisão, que caracterizem a insolvência da CONTRATADA;
- m) Razões de interesse do serviço público;
- n) A supressão, por parte da PREFEITURA, de obras, acarretando modificações do valor inicial do presente contrato, além dos limites aqui estabelecidos;
- o) A suspensão de sua execução, por ordem escrita da PREFEITURA, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública ou grave perturbação da ordem interna;
- p) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela PREFEITURA, decorrentes de etapas da obra já recebidas, salvo em caso de calamidade pública ou grave perturbação da ordem interna;
- q) A não liberação, por parte da PREFEITURA, de área, local ou objeto para execução da obra, nos prazos contratuais; e
- r) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do presente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – RESSARCIMENTO

No caso de suspensão das obras ora contratados, se a CONTRATADA já houver adquirido os materiais e colocado no local dos trabalhos, deverão ser pagos pela PREFEITURA os custos de aquisição, regularmente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - FORO

Os contraentes expressam sua sujeição às cláusulas contratuais, Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, bem como ao Código Civil Brasileiro e demais legislações subsidiariamente aplicáveis. Fica eleito o Foro da Comarca de Balneário Piçarras para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução do presente Contrato. E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 23 de Junho de 2016.

PREFEITO

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

CONTRATADA

ARTEFATOS DE CIMENTO GASPAR LTDA ME

TESTEMUNHAS: _____

NOME: GUSTAVO JOÃO DA SILVA

DE ACORDO:

DANIELE S. DE S. LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

CONTRATO Nº 71/2016- FMS

CONTRATO DE Nº 71/2016 - FMS

Os signatários deste instrumento, de um lado ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE EVANGÉLICA DE JOINVILLE, situado à Rua Blumenau, 123, Centro, Joinville/SC – CEP: 89.204-250, telefone 47 – 3451-3333, inscrito sob o CNPJ de nº 84.694.405/0001-67e de outro lado, a Prefeitura Municipal de Penha, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PENHA, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, representada pelo Sr. Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, Prefeito Municipal, têm justo e contratado o seguinte, que mutuamente aceitam e outorgam, a saber:

O presente Contrato é decorrente do Processo Licitatório nº. 21/2016 -FMS, modalidade Dispensa de Licitação nº. 09/2016 -FMS, do qual a CONTRATADA, obriga-se a mesma a fornecer GASTOS REFERENTES AO CUMPRIMENTO DE MANDADO JUDICIAL Nº 0300663-24.2016.8.24.2016.8.24.0048 EM NOME DE FELIX CORREIA JUNIOR PARA REALIZAÇÃO DE EXAME DE RESSONÂNCIA MAGNÉTICA CARDÍACA COM ESTRESSE CONFORME DOCUMENTOS EM ANEXO, para a PREFEITURA, por meio da Secretaria de Saúde, de acordo com a especificação a seguir:

VALOR – R\$ 1.329.29 (um mil trezentos e vinte e nove reais e vinte e nove centavos).

01 - O presente contrato é decorrente do Processo Licitatório nº 21/2016 - FMS, modalidade Dispensa de Licitação nº 09/2016 - FMS, que entra em vigor na data de 15 de junho de 2016, com vigência até 31 de dezembro de 2016, podendo ser rescindido por quaisquer das partes, com a comunicação prévia de 30 (trinta) dias.

02 - O pagamento será de R\$ 1.329.29 (um mil trezentos e vinte e nove reais e vinte e nove centavos) devendo o pagamento ser efetuado no dia 15/06/2016, na Banco Bradesco – 237 Agência: 2693 Conta Corrente: 8870-6 e cuja despesa correrá por conta da dotação abaixo:
Órgão: 20 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade: 20.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Funcional: 10.301.0014 - Atenção Básica
Projeto/Atividade: 2.052 – Programa de Assistência Farmacêutica – Não Pactuados CIB
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.0613 – Aplicações Diretas
Código Reduzido: 000005

03 - Pelo objeto constante da Cláusula Primeira do presente instrumento, a PREFEITURA pagará à CONTRATADA o valor de R\$ 1.329.29 (um mil trezentos e vinte e nove reais e vinte e nove centavos) a ser pago em até 30 (trinta) dias, mediante a apresentação da Nota Fiscal pela CONTRATADA com as respectivas Autorizações de Fornecimento (AF), devidamente certificada pela Secretaria da Saúde.

04- Os preços serão fixos e poderão ser reajustáveis conforme o previsto na legislação vigente e lei 8.666/93.

05- Os objetos licitados deverão ser fornecidos de acordo com as solicitações da Secretaria de Saúde, até sua totalidade ou parcialmente até 15/06/2016.

06 - A CONTRATADA obriga-se a:

- a) Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes de sua culpa, inclusive por emprego de mão de obra, acessórios ou materiais impróprios ou de qualidade inferior.
- b) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Prefeitura ou a Terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento por parte da PREFEITURA.
- c) Assumir todos e quaisquer encargos sociais, financeiros ou de

qualquer natureza, bem como todas as despesas geradas direta ou indiretamente pelo objeto do presente, são de responsabilidade única e exclusiva da CONTRATADA, respondendo a PREFEITURA apenas e tão somente pelos pagamentos da quantia acordada na Cláusula 2, desde que confirmado o recebimento do objeto licitado de acordo com as especificações do Edital.

d) Solicitar autorização prévia da PREFEITURA bem como justificar qualquer prorrogação de prazo para entrega do objeto licitado.

e) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do Art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações.

f) Verificada a não-conformidade da mercadoria, o contratado deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sujeitando-se às penalidades previstas neste Edital.

07- PRORROGAÇÃO DE PRAZOS

O prazo especificado na Cláusula anterior poderá ser prorrogado, a critério da PREFEITURA, e mantidas as demais cláusulas contratuais, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, no que couber:

a) alteração do objeto ou suas especificações, pela PREFEITURA;

b) superveniência de fato excepcional e imprevisível, estranho à vontade das partes contratantes, que altere fundamentalmente as condições de execução do presente contrato;

c) interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho, por ordem e interesse da PREFEITURA;

d) aumento das quantidades inicialmente previstas no presente instrumento;

e) impedimento da execução deste contrato, por fato ou ato de terceiro, reconhecido pela PREFEITURA, em documento contemporâneo a sua ocorrência; e

f) omissão ou atraso de providência a cargo da PREFEITURA, do qual resulte diretamente impedimento ou retardamento na execução deste contrato.

08- ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

O presente contrato poderá ser alterado:

I - unilateralmente pela PREFEITURA:

a) Quando houver modificação das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto.

II- por acordo das partes:

a) Quando necessária a modificação do regime de execução ou do modo de fornecimento, em face da verificação técnica da inaplicabilidade nos termos contratuais originários;

b) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial;

c) Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da PREFEITURA para a justa remuneração dos serviços, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

d) Em caso de criação, alteração ou extinção de tributos e/ou encargos legais após a assinatura do presente instrumento desde que, haja comprovada repercussão nos preços ora contratados para mais ou para menos, conforme o caso.

09- RESSARCIMENTO

A PREFEITURA deverá ressarcir a CONTRATADA, em caso de alteração ou extinção do contrato, desde que:

a) a alteração unilateral por parte da PREFEITURA provoque aumento dos encargos da CONTRATADA, para que se mantenha o equilíbrio financeiro inicial;

10- PENALIDADES

Caso a CONTRATADA venha a descumprir as condições aqui estabelecidas, ficará sujeita às seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa de 20% (vinte por cento) calculada sobre o valor do

contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA, pelo prazo de 05 (cinco) anos.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a PREFEITURA, podendo abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis.

11 – RESCISÃO CONTRATUAL

O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido unilateralmente, se qualquer uma das partes descumprir algum dos dispositivos ora pactuados, bem como aqueles previstos nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Parágrafo Único: Constituem motivos para rescisão do presente contrato:

a) O não cumprimento de suas cláusulas, especificações e prazos;

b) O cumprimento irregular de quaisquer de suas cláusulas, especificações e prazos;

c) A lentidão no seu cumprimento, levando a PREFEITURA a presumir o não fornecimento nos prazos estipulados;

d) O atraso injustificado na entrega do objeto;

e) A subcontratação parcial ou total do objeto do presente contrato, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, exceto se admitida no edital, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução deste;

f) O desatendimento das determinações regulares da Secretaria designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução;

g) O cometimento reiterado de faltas na execução do presente;

h) A decretação de falência, o pedido de concordata ou a instauração de insolvência civil;

i) A dissolução da sociedade ou o falecimento do responsável pela CONTRATADA;

j) A alteração social ou a modificação da finalidade da CONTRATADA ou da sua estrutura que, a juízo da PREFEITURA, prejudique a execução do presente;

k) O protesto de títulos ou a emissão de cheques sem suficiente provisão, que caracterizem a insolvência da CONTRATADA;

l) Razões de interesse do serviço público;

m) A supressão, por parte da PREFEITURA, das especificações acarretando modificações do valor inicial do presente contrato, além dos limites aqui estabelecidos;

n) A suspensão de sua execução, por ordem escrita da PREFEITURA, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública ou grave perturbação da ordem interna;

o) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela PREFEITURA, decorrentes de objetos já recebidos, salvo em caso de calamidade pública ou grave perturbação da ordem interna; e

p) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do presente.

12 - Fica eleito desde já o Foro da Comarca de Balneário Piçarras para dirimir quaisquer dúvidas suscitadas em razão do presente Contrato.

E por estarem contratados, assinam o presente, em 03 (três) vias, na presença das testemunhas abaixo.

Penha/SC, 15 de junho de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

PREFEITO MUNICIPAL

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE EVANGÉLICA DE JOINVILLE
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

CONTRATO Nº 73/2016-PMP

CONTRATO ADM. DE AQUISIÇÃO DE, AREIA MÉDIA, PARA MANUTENÇÃO DE VIAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

CONTRATO Nº 73/2016-PMP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2015-PMP

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 22/2015-PMP

"Que entre si celebram o Município de Penha, Estado de Santa Catarina e a Empresa BALNEARIO MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME".

Pelo presente instrumento de Contrato Administrativo a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por meio do PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a BALNEARIO MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA M-E, com sede na cidade de Itajaí/SC, Rodovia Antônio Heil Sn, Km 20, Bairro Brilhante I, CEP: 88.340-000, telefone (47) -3365-2323 ou (47) -8808-1671, E-mail: ernandes@areiaana.com.br, inscrita no CNPJ sob o nº 00.874.055/0001-20, neste ato representada pelo Sr. Hernandes Augusto Bendini, CPF: 040.782.159-71 e RG: 02.004.715997, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente Contrato é decorrente do Processo Licitatório nº 22/2015 - PMP, modalidade Pregão Presencial nº 12/2015 - PMP, do qual foi vencedora a CONTRATADA, obrigando-se a mesma a entregar material para a PREFEITURA, por meio da SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS, de acordo com a especificação a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUAT.	PREVISÃO DE CUSTO	
				UNITÁRIO	GLOBAL
1	AREIA MÉDIA	M³	2.867	41,85	119.983,95
	TOTAL				R\$: 119.983,95

CLÁUSULA SEGUNDA – PAGAMENTO

Pelo objeto constante da Cláusula Primeira do presente instrumento, a PREFEITURA pagará à CONTRATADA o valor de R\$ 119.983,95 (cento e dezenove mil, novecentos e oitenta e três reais e noventa e cinco centavos), a ser pago no Banco HSBC Nº10537, Agência nº0548, Conta Corrente Nº 0002500 em até 30 (trinta) dias, após a apresentação da Nota Fiscal/fatura com as respectivas Autorizações de Fornecimento (AF), devidamente certificada pela referida Secretaria, de acordo com a seguinte dotação:

Órgão: 12 – SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 12.03 – DEPARTAMENTO OPERACIONAL

Funcional: 15.451.0013 – Infra Estrutura Urbana

Projeto/Atividade: 2.040 – Funcionamento e Manutenção do Departamento Operacional

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 000131

CLÁUSULA TERCEIRA – REAJUSTES

Os preços serão fixos e poderão ser reajustáveis conforme o previsto na legislação vigente e lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – VIGÊNCIA

Os objetos licitados deverão ser fornecidos de acordo com a solicitação da SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS até sua totalidade ou parcialmente até 31/12/2016, na sede da referida Secretaria.

Parágrafo Único: Os quantitativos de objetos licitados são estimativos com base na análise histórica de consumo desta Secretaria e não obriga o mesmo a contratar um limite mínimo ou máximo, ficando a contratada obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência do contrato respeitados os limites da sua contratação.

CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obriga-se a:

- Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes de sua culpa, inclusive por emprego de mão de obra, acessórios ou materiais impróprios ou de qualidade inferior.
- Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Prefeitura ou a Terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento por parte da PREFEITURA.
- Assumir todos e quaisquer encargos sociais, financeiros ou de qualquer natureza, bem como todas as despesas geradas direta ou indiretamente pelo objeto do presente, são de responsabilidade única e exclusiva da CONTRATADA, respondendo a PREFEITURA apenas e tão somente pelos pagamentos da quantia acordada na Cláusula 2, desde que confirmado o recebimento do objeto licitado de acordo com as especificações do Edital.

- d) Solicitar autorização prévia da PREFEITURA bem como justificar qualquer prorrogação de prazo para entrega do objeto licitado.
- e) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do Art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações.
- f) Verificada a não-conformidade da mercadoria, do serviço, ou de algum dos produtos, o contratado deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sujeitando-se às penalidades previstas neste Edital.
- g) Executar o fornecimento nas condições e nos prazos constantes até sua totalidade.
- h) Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- i) Não transferirem a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.
- j) Entregar os objetos licitados após a emissão da Autorização de Fornecedor devidamente assinada pelo responsável e de acordo com as quantidades solicitadas no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

CLAUSULA SÉTIMA - – RESPONSÁVEL PELO CONTRATO

- a) Será responsável pela conferência a SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS ou servidores por estes legalmente autorizados, que deverão atestar a entrega de material e/ou prestação de serviços, para viabilizar o encaminhamento das Notas Fiscais à Secretária de Fazenda, para as providências de pagamento.

CLÁUSULA OITAVA – PRORROGAÇÃO DE PRAZOS

O prazo especificado na Cláusula anterior poderá ser prorrogado, a critério da PREFEITURA, e mantidas as demais cláusulas contratuais, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, no que couber:

- a) alteração do objeto ou suas especificações, pela PREFEITURA;
- b) superveniência de fato excepcional e imprevisível, estranho à vontade das partes contratantes, que altere fundamentalmente as condições de execução do presente contrato;
- c) interrupção da execução do contrato ou diminuir o ritmo de trabalho, por ordem e interesse da PREFEITURA;
- d) aumento das quantidades inicialmente previstas no presente instrumento;
- e) impedimento da execução deste contrato, por fato ou ato de terceiro, reconhecido pela PREFEITURA, em documento contemporâneo a sua ocorrência; e
- f) omissão ou atraso de providência a cargo da PREFEITURA, do qual resulte diretamente impedimento ou retardamento na execução deste contrato.

CLÁUSULA NONA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

O presente contrato poderá ser alterado:

I - unilateralmente pela PREFEITURA:

- a) Quando houver modificação das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- b) Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto.

II- por acordo das partes:

- a) Quando necessária a modificação do regime de execução ou do modo de fornecimento, em face da verificação técnica da inaplicabilidade nos termos contratuais originários;
- b) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial;
- c) Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da PREFEITURA para a justa remuneração dos serviços, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro do contrato.
- d) Em caso de criação, alteração ou extinção de tributos e/ou encargos legais após a assinatura do presente instrumento desde que, haja comprovada repercussão nos preços ora contratados para mais ou para menos, conforme o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA – RESSARCIMENTO

A PREFEITURA deverá ressarcir a CONTRATADA, em caso de alteração ou extinção do contrato, desde que:

- a) a alteração unilateral por parte da PREFEITURA provoque aumento dos encargos da CONTRATADA, para que se mantenha o equilíbrio financeiro inicial;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PENALIDADES

Caso a CONTRATADA venha a descumprir as condições aqui estabelecidas, ficará sujeita às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 20% (vinte por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA, pelo prazo de 05 (cinco) anos.
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a PREFEITURA, podendo abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO CONTRATUAL

O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido unilateralmente, se qualquer uma das partes descumprir algum dos dispositivos ora pactuados, bem como aqueles previstos nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Parágrafo Único: Constituem motivos para rescisão do presente contrato:

- a) O não cumprimento de suas cláusulas, especificações e prazos;
- b) O cumprimento irregular de quaisquer de suas cláusulas, especificações e prazos;
- c) A lentidão no seu cumprimento, levando a PREFEITURA a presumir o não fornecimento nos prazos estipulados;
- d) O atraso injustificado na entrega do objeto;
- e) A subcontratação parcial ou total do objeto do presente contrato, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência,

total ou parcial, exceto se admitida no edital, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução deste;

f) O desatendimento das determinações regulares da Secretaria designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução;

g) O cometimento reiterado de faltas na execução do presente;

h) A decretação de falência, o pedido de concordata ou a instauração de insolvência civil;

i) A dissolução da sociedade ou o falecimento do responsável pela CONTRATADA;

j) A alteração social ou a modificação da finalidade da CONTRATADA ou da sua estrutura que, a juízo da PREFEITURA, prejudique a execução do presente;

k) O protesto de títulos ou a emissão de cheques sem suficiente provisão, que caracterizem a insolvência da CONTRATADA;

l) Razões de interesse do serviço público;

m) A supressão, por parte da PREFEITURA, das especificações acarretando modificações do valor inicial do presente contrato, além dos limites aqui estabelecidos;

n) A suspensão de sua execução, por ordem escrita da PREFEITURA, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública ou grave perturbação da ordem interna;

o) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela PREFEITURA, decorrentes de objetos já recebidos, salvo em caso de calamidade pública ou grave perturbação da ordem interna; e

p) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do presente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - FORO

Os contraentes expressam sua sujeição às cláusulas contratuais, à Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, bem como ao Código Civil Brasileiro e demais legislações subsidiariamente aplicáveis. Fica eleito o Foro da Comarca de Balneário Piçarras para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução do presente Contrato.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 24 de Junho de 2016.

PREFEITO

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

CONTRATADA

BALNEARIO MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME

TESTEMUNHAS: _____

NOME: GUSTAVO JOÃO DA SILVA
COORDENADOR ADMINISTRATIVO

DE ACORDO:

DANIELE S. DE S. LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO Nº 2674/2016

DECRETO Nº 2674/16

EXONERA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 92, inciso I, L, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º -	Fica exonerada a Sra. VALÉRIA MONT SERRAT MARTINS, do cargo em comissão de Secretária de Turismo, a contar desta data.
Art. 2º -	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 2620/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 24 de junho de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos vinte e quatro dias do mês de junho' do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

PROCESSO SELETIVO Nº 04/2016 - CLASSIFICAÇÃO FINAL

EDITAL Nº04/2016

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições legais publica a lista do RESULTADO FINAL COM A CLASSIFICAÇÃO FINAL do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 04/2016, destinado ao preenchimento de vaga de ASSISTENTE SOCIAL, conforme segue:

Classificação	Inscrição nº	Nome	CPF	Nota
1º	11	Lilian Ceratti	018.954.149-03	7
2º	7	Adriana Cunha	914.740.869-34	4
3º	6	Mara Regina da Rocha Coutinho	574.159.279-15	3
4º	9	Maria Bernardete Canuto	522.526.129-91	3
5º	2	Eliane Schell	035.212.769-45	3
6º	10	Stivie Cristiano de Souza	178.566.368-23	3
7º	8	Miriã Braga de Barros Nascimento	324.427.828-04	3
8º	3	Ana Maria Barbosa Reeck	040.653.729-17	2
9º	1	Silvaneide Almeida de Oliveira Medeiros	869.457.694-53	1
10º	5	Catiani Miriam Cardoso	076.479.369-13	1
11º	4	Enedina Poleza dos Santos	291.398.809-15	0
12º	12	Miriam Tavares Kaminski	724.241.849-68	0

Penha, 24 de Junho de 2016.
Evandro Eredos dos Navegantes
Prefeito Municipal

PROCESSO SELETIVO Nº 04/2016 - HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

EDITAL Nº 04/2016

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições legais publica a HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 04/2016, destinado ao preenchimento de vaga de ASSISTENTE SOCIAL, conforme segue:

Classificação	Inscrição nº	Nome	CPF	Nota
1º	11	Lilian Ceratti	018.954.149-03	7
2º	7	Adriana Cunha	914.740.869-34	4
3º	6	Mara Regina da Rocha Coutinho	574.159.279-15	3
4º	9	Maria Bernardete Canuto	522.526.129-91	3
5º	2	Eliane Schell	035.212.769-45	3
6º	10	Stivie Cristiano de Souza	178.566.368-23	3
7º	8	Miriã Braga de Barros Nascimento	324.427.828-04	3
8º	3	Ana Maria Barbosa Reeck	040.653.729-17	2
9º	1	Silvaneide Almeida de Oliveira Medeiros	869.457.694-53	1
10º	5	Catiani Miriam Cardoso	076.479.369-13	1
11º	4	Enedina Poleza dos Santos	291.398.809-15	0
12º	12	Miriam Tavares Kaminski	724.241.849-68	0

Penha, 24 de Junho de 2016.
Evandro Eredos dos Navegantes
Prefeito Municipal

Petrolândia

PREFEITURA

LEI Nº. 1646/2016

LEI Nº. 1646, DE 21 DE JUNHO DE 2016.

FIXA OS SUBSÍDIOS DO PREFEITO, DO VICE-PREFEITO E DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS PARA A LEGISLATURA 2017/2020 E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito do Município de Petrolândia, Estado de Santa Catarina. FAÇO saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Os subsídios mensais dos Agentes Políticos para a Legislatura 2017/2020 ficam fixados em:

I – Prefeito: R\$ 11.955,75 (onze mil novecentos e cinquenta e cinco reais e setenta e três centavos);

II – Vice-Prefeito: R\$ 5.663,24 (cinco mil seiscentos e sessenta e três reais e vinte e quatro centavos);

III – Secretário Municipal: R\$ 5.034,00 (cinco mil e trinta e quatro reais).

Art. 2º. A partir de 01/01/2018, os valores fixados nesta Lei serão corrigidos monetariamente nos mesmos percentuais das reposições salariais concedidos aos servidores públicos municipais, limitados sempre no mesmo índice concedido aos servidores, quando da revisão geral prevista no art. 37, X da Constituição Federal, tendo como base janeiro de 2017 em diante.

Art. 3º. O Vice-Prefeito que, na forma legal, assumir a chefia do Executivo Municipal, nos impedimentos ou ausências do Prefeito, fará jus ao recebimento do subsídio, previsto no artigo 1º. inciso I desta Lei, proporcionalmente ao prazo de substituição.

Art. 4º. As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas pelas dotações próprias consignadas na Lei Orçamentária anual.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor a partir de 1º. de janeiro de 2017.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, em 21 de Junho de 2016.

JOEL LONGEN

PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº. 1647/2016

LEI Nº. 1647, DE 21 DE JUNHO DE 2016.

FIXA OS SUBSÍDIOS DOS VEREADORES PARA A LEGISLATURA 2017/2020 E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito do Município de Petrolândia, Estado de Santa Catarina. FAÇO saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O subsídio mensal do Vereador para a legislatura 2017/2020 será de R\$ 2.202,37 (dois mil duzentos e dois reais e trinta e sete centavos).

Art. 2º. O Presidente da Câmara Municipal receberá o Subsídio mensal de R\$ 3.303,57 (três mil trezentos e três reais e cinquenta e sete centavos).

Art. 3º. A ausência de vereadores na ordem do dia de sessão plenária ordinária, sem justificativa legal, determinará um desconto em seu subsídio em valor proporcional ao número total de sessões plenárias ordinárias realizadas no mês.

Parágrafo Único. As reuniões extraordinárias, solenes e especiais, realizadas no período ordinário, não serão remuneradas.

Art. 4º. Considera-se, como justificativa legal, para efeitos deste artigo, a aprovação em plenário dos motivos apresentados para a ausência, sob a forma de requerimento.

Art. 5º. A partir de 01/01/2018, os valores fixados nesta lei serão corrigidos monetariamente nos mesmos percentuais das reposições salariais concedidos aos servidores públicos municipais, limitados sempre ao mesmo índice concedido aos servidores, quando da revisão geral prevista no Art. 37, X da Constituição Federal, tendo como base janeiro de 2017 em diante.

Art. 6º. É condição de legalidade para o pagamento do subsídio mensal dos Vereadores a observância dos limites impostos pela Constituição Federal e pela Lei Complementar nº. 101/2000, ficando desde já o Presidente da Câmara autorizado a fazer as devidas reduções.

Art. 7º. As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas pelas dotações consignadas na respectiva Lei Orçamentária.

Art. 8º. Esta lei entra em vigor a partir de 1º. de janeiro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA, em 21 de Junho de 2016.

JOEL LONGEN

PREFEITO MUNICIPAL

Pinheiro Preto

PREFEITURA

PORTARIA Nº 354, DE 22 DE JUNHO DE 2016.

PORTARIA Nº 354, DE 22 DE junho DE 2016.

HOMOLOGA EXAME MÉDICO ADMISSIONAL E DECLARA Fatima Rabuske APTA PARA exercer a função temporária de atendente de creche, processo seletivo 001/2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o Laudo Médico,

RESOLVE:

Art. 1º Homologar o exame médico Admissional, e declarar apta para o trabalho a candidata Fatima Rabuske, para a função temporária de atendente de creche.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 22 de junho de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 355, DE 22 DE JUNHO DE 2016

PORTARIA Nº 355, DE 22 DE junho DE 2016.

HOMOLOGA EXAME MÉDICO ADMISSIONAL E DECLARA ELISANGELA APARECIDA DA ROSA APTA PARA exercer a função temporária de servente, processo seletivo 001/2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o Laudo Médico,

RESOLVE:

Art. 1º Homologar o exame médico Admissional, e declarar apta para o trabalho a candidata ELISANGELA APARECIDA DA ROSA, para a função temporária de servente.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 22 de junho de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 351, DE 20 DE JUNHO DE 2016.

PORTARIA Nº 351, DE 20 DE junho DE 2016.

NOMEIA Fabiane Bogoni Tragancin PARA o exercício do emprego público de Técnica em enfermeira - psf.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a aprovação no Concurso Público 002/2015;

Considerando que a candidata, através de exames médicos, foi considerada apta para o emprego público;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, mediante concurso público, Fabiane Bogoni Tragancin, brasileira, inscrita no CPF nº 845.499.559-53, para o exercício do emprego público de Técnica em enfermeira - Psf, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria de Saúde e Bem Estar Social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 06 de junho de 2016.

Centro Administrativo Municipal, 20 de junho de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Pomerode

PREFEITURA

2.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 020 / 2014 PRORROGAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

2.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 020 / 2014
PRORROGAÇÃO

Processo Administrativo n.º 042 / 2014.
Dispensa de Licitação n.º 006 / 2014.
Locatário: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Locadores: MAURO SPRUNG e SANDRA REGINA REITER.
Objeto: LOCAÇÃO DO IMÓVEL COMERCIAL LOCALIZADO NA RUA PRESIDENTE COSTA E SILVA, N.º 677, BAIRRO TESTO REGA – CASA DO AGRICULTOR, PARA EXTENSÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE PARA ATENDIMENTO DA REGIÃO NORTE DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC.
Prorrogação contratual por mais 12 (doze) meses.
Valor mensal - aluguel: R\$2.870,00 (dois mil e oitocentos e setenta reais).
Valor Total – 12 meses: R\$34.440,00 (trinta e quatro mil e quatrocentos e quarenta reais).
Justificativa: Prorrogação contratual por mais 12 (doze) meses, com reajuste abaixo do índice do INPC do valor mensal pago pela locação, em conformidade com as Cláusulas Terceira e Quarta do Contrato Administrativo n.º 020/2014 e Lei Federal n.º 8.666/93.

Pomerode / SC, 25 de Maio de 2016.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

DECRETO Nº 3.100 DE 24 DE JUNHO DE 2016

DECRETO Nº 3.100 DE 24 DE JUNHO DE 2016
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2015 DA UNIDADE GESTORA PREFEITURA, POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 9º item I, II e III, Art.10º e o Art.12º da Lei nº 2.742 de 08/10/2015, e o Art. 43, parágrafo 1º, item I, II e III da Lei nº 4.320 de 17/03/1964.

DECRETA:
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2015, NA UNIDADE PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS.

Art. 1º - Fica suplementado na importância de R\$ 48.370,50 (quarenta e oito mil trezentos e setenta reais e cinquenta centavos) por fonte de recurso do Superávit Financeiro de 2015, na Unidade Gestora Prefeitura Municipal de Pomerode, conforme prevê o Artigo 9º, item III da Lei nº 2.742 de 08/10/2015, Art. 43, parágrafo 1º, item I da Lei 4.320 de 17/03/1964, destinado aos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 08.000 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade Orçamentária: 08.001 – Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Projeto/Atividade: 26.782.0070.2020– Manutenção da Secretaria de Obras
Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas
Vinc. p/ Fonte Recursos: 03000000 – Recursos Ordinários R\$ 48.370,50
TOTAL R\$ 48.370,50

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pomerode, 24 de junho de 2016.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal

MÔNICA SUSAN ZIMMER
Secretária de Gestão Admin. e Faz.

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 019 / 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE OBRAS - SEOB
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 019 / 2016

Processo Administrativo n.º 037 / 2016.
Dispensa de Licitação n.º 007 / 2016.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratados: NORBERTO GLATZ e GUISELA GLATZ.
Objeto: EXPLORAÇÃO DE JAZIDA DE MACADAME PARA A EXTRAÇÃO DE SAIBRO COM OBJETIVO DE UTILIZAÇÃO PARA MANUTENÇÃO DE OBRAS MUNICIPAIS, VIAS PÚBLICAS NÃO PAVIMENTADAS E BASE PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL n.º 2.817, DE 21/12/2015.
Valor Unitário / mensal fixado pela Lei Municipal n.º 2.817/2015: R\$1.586,13 (um mil, quinhentos e oitenta e seis reais e treze centavos).
Valor total contratado – 12 meses: R\$19.033,56 (dezenove mil, trinta e três reais e cinquenta e seis centavos).
Prazo de vigência: 12 meses – Prazo final: 12/06/2017.

Pomerode / SC, 13 de Junho de 2016.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 020 / 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 020 / 2016

Processo Administrativo n.º 031 / 2016.
Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia n.º 005 / 2016.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratada: L.C. EMPREITEIRA DE MÃO-DE-OBRA LTDA - ME.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE 02 SALAS DE AULA E SANITÁRIOS NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MUNICIPAL DR. AMADEU DA LUZ, LOCALIZADA NA RUA HILDA A. G. VOLKMANN, N.º 400 - BAIRRO TESTO ALTO, POMERODE/SC, COM ÁREA TOTAL DE 198,65 METROS QUADRADOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO.
Valor total contratado: R\$211.761,64 (duzentos e onze mil, setecentos e sessenta e um reais e sessenta e quatro centavos).
Prazo de execução da Obra: 120 dias – Prazo final: 13/10/2016.

Pomerode / SC, 14 de Junho de 2016.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 021 / 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 021 / 2016

Processo Administrativo n.º 013 / 2016.
Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia n.º 002 / 2016.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratada: CONSTRUTORA TERTEL LTDA - EPP.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL TIPO 2 [PROINFÂNCIA / FNDE], A SER INSTALADO NA RUA FREDERICO BLANK, S/N.º, BAIRRO RIBEIRÃO AREIA, POMERODE/SC, COM ÁREA TOTAL DE 890,73 METROS QUADRADOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO, COM RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE / MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, CONFORME TERMO DE COMPROMISSO PAR N.º 49312.
Valor total contratado: R\$1.047.183,16 (um milhão, quarenta e sete mil, cento e oitenta e três reais e dezesseis centavos).
Prazo de execução da Obra: 180 dias – Término do Prazo: 18/12/2016.

Pomerode / SC, 20 de Junho de 2016.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

Ponte Serrada

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO 049/2016

CONTRATO Nº 049

PROCESSO LICITATÓRIO N.º_044/2016

TOMADA DE PREÇO Nº 001/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PONTE SERRADA –SC

CONTRATADO: BRITTER RODOVIAS LTDA

CNPJ: 95.849.279/0001-99

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de obras de infraestrutura na Rua Frei Caetano – Trecho entre a Rua Lourenço José Marsango e a Rua João Buseti.

VALOR: R\$ 234.825,43 (Duzentos e trinta e quatro mil oitocentos e vinte cinco reais e quarenta e três centavos).

VIGÊNCIA: 23/06/2016 ATÉ 31/12/2016

Ponte Serrada, 24 de junho de 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Porto Belo

PREFEITURA

1º RETIFICAÇÃO - PREGÃO (REGISTRO PREÇO) 005/2016 FMEDUCA

ESTADO DE SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de Porto Belo

1º TERMO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO – REGISTRO DE PREÇO 005/2016 FMEDUCA

O município de Porto Belo, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.575.812/0001-20, com sede à Av. Governador Celso Ramos, nº 2.500, bairro Centro, cidade de Porto Belo/SC, vem por meio deste RETIFICAR o Edital já mencionado e seu Anexo no que segue:

Objeto: Aquisição de mobiliário, eletrodomésticos e afins, para atender as necessidades da Rede Municipal de Ensino de Porto Belo, pelo período de doze meses, prorrogável nos termos da legislação vigente, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do Edital.

Onde se lê:

4 – PROPOSTA DE PREÇOS

4.4 – LOCAIS E PRAZO DE ENTREGA: A prestação do serviço de instalação de tenda/palco deverá ser realizada EM ATÉ 24 (VINTE E QUATRO) HORAS contados após o recebimento da Autorização de Fornecimento, sob pena de incorrer nas sanções e penalidades previstas neste Edital, e deverá ser entregue conforme a quantidade e condições estabelecidas na Autorização de Fornecimento. A Proponente vencedora ficará obrigada a trocar, às suas expensas, os produtos que forem recusados por estar danificados ou que não estiverem de acordo com o disposto neste Edital e seus anexos

TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I

2. DO PRAZO, FORMA DE ENTREGA E LOCAL DE ENTREGA:

2.2. A prestação do serviço de instalação de tenda/palco deverá ser realizada EM ATÉ 24 (VINTE E QUATRO) HORAS a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento pela(s) adjudicatária(s).

ANEXO VIII

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º00/2016

CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

2. A prestação do serviço de instalação de tenda/palco deverá ser realizada EM ATÉ 24 (VINTE E QUATRO) HORAS a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento pela(s) adjudicatária(s).

Leia-se:

4.4 – LOCAIS E PRAZO DE ENTREGA: O fornecimento deverá ser realizado EM ATÉ 10 (DEZ) DIAS contados após o recebimento da Autorização de Fornecimento, sob pena de incorrer nas sanções e penalidades previstas neste Edital, e deverá ser entregue conforme a quantidade e condições estabelecidas na Autorização de Fornecimento. A Proponente vencedora ficará obrigada a trocar, às suas expensas, os produtos que forem recusados por estar danificados ou que não estiverem de acordo com o disposto neste Edital e seus anexos;

TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I

2. DO PRAZO, FORMA DE ENTREGA E LOCAL DE ENTREGA:

2.2. Os materiais licitados deverão ser entregues nos locais a

serem designados pela Secretaria de Educação do Município de Porto Belo, sendo as entregas no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento pela(s) adjudicatária(s).

ANEXO VIII

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º00/2016

CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

2. Os materiais licitados deverão ser entregues nos locais a serem designados pela Secretaria de Educação do Município de Porto Belo, sendo as entregas no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento pela(s) adjudicatária(s).

Permanecem inalteradas e por este Termo ratificadas as demais cláusulas do Edital de licitação PREGÃO – REGISTRO DE PREÇO – 005/2016 FMEDUCA.

Maiores informações através do telefone (047) 3369-4111 ou email licitacao@portobelo.sc.gov.br das 12:00 às 18:00 horas de segunda à sexta-feira .

Porto Belo, 24 de Junho de 2016.

Evaldo José Guerreiro Filho

Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO DE AJUSTE Nº 01/2016

MUNICÍPIO DE PORTO BELO

EXTRATO DO TERMO DE AJUSTE Nº 01/2016

ESPÉCIE: Termo de Ajuste celebrado entre o MUNICÍPIO DE PORTO BELO, doravante denominado Município, com sede administrativa na Avenida Governador Celso Ramos, nº 2500, Bairro Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.575.812/0001-20, neste ato representado por seu Prefeito, Exmo. Sr. Evaldo José Guerreiro Filho, e a MITRA METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS, pessoa jurídica sem fins lucrativos, inscrito no CNPJ sob o nº 83.932.343/0034-80, com sede na Avenida Governador Celso Ramos, nº 1.445, Bairro Centro, neste Município, neste ato representado pelo Sr. PE. Carlos André Paixão, Pároco.

OBJETO: O presente Termo de Ajuste tem por objetivo o repasse de valores a título de auxílio financeiro que deverão ser utilizados prioritariamente na restauração da Igreja Senhor Bom Jesus dos Aflitos, patrimônio histórico municipal. conforme Lei Municipal nº 2.295, de 10 de julho de 2015.

VALOR: R\$ 100.000,00 (cem mil reais), pago em uma única parcela, cujo valor será depositado na conta da instituição.

DATA DA ASSINATURA: 15 de junho de 2016.

Evaldo José Guerreiro Filho

Prefeito de Porto Belo

Porto União

PREFEITURA

CONVÊNIO Nº 006/2016

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

COOPERATIVA – ESCOLA DOS ALUNOS DO COLÉGIO AGRÍCOLA VIDAL RAMOS – COOPESA COM INTERVENIÊNCIA DO CEDUP – VIDAL RAMOS

CONVÊNIO Nº 006/16

Convênio que entre si celebram o Município de Porto União – SC, e a Cooperativa – Escola dos Alunos do Colégio Agrícola Vidal Ramos – COOPESA com interveniência do CEDUP – VIDAL RAMOS.

Por este instrumento, de um lado, o MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Padre Anchieta, 126 – Centro – Porto União – Santa Catarina, com inscrição no CNPJ sob o nº 83.102.541/0001-58, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. ANIZIO DE SOUZA, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Porto União – SC, na Rua Expedicionário Edmundo Arrabar, 2.548, portador do RG nº 325.323 – SC e CPF nº 180.245.569-87, doravante denominado MUNICÍPIO e a COOPERATIVA – ESCOLA DOS ALUNOS DO COLÉGIO AGRÍCOLA VIDAL RAMOS – COOPESA, neste ato representada pelo seu Presidente, CHARLES CAETANO DA LUZ, brasileiro, solteiro, estudante, inscrito no CPF sob o nº 110.878.699-51, com a interveniência do CEDUP “VIDAL RAMOS”, neste ato representado pelo seu Diretor, Professor ADILSON JOSÉ DE AZEVEDO VELHO, brasileiro, casado, Professor, doravante simplesmente e respectivamente denominados MUNICÍPIO, COOPERATIVA e CEDUP – VIDAL RAMOS, fica conveniada a mútua colaboração no ensino agrícola e florestal, nos termos dos artigos 205 e 214, em especial dos artigos 208-II, 211, 212 e 214-IV, todos da Constituição Federal, e devidamente autorizados pela Lei Municipal nº 4.401, de 22 de junho de 2016, celebram o presente convênio mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do objeto

Constitui objeto deste convênio, a mútua colaboração financeira, didática e tecnológica, com a finalidade de estimular e desenvolver o ensino médio profissionalizante, na área de agropecuária nos termos do inciso II, artigo 208, combinado com o inciso IV, artigo 214, ambos da Constituição Federal.

CLÁUSULA SEGUNDA – Das vagas

Para consecução dos objetivos de que trata este Convênio a COOPERATIVA – ESCOLA DOS ALUNOS DO COLÉGIO AGRÍCOLA VIDAL RAMOS – COOPESA, compromete-se destinar ao MUNICÍPIO a locação de 11 (onze) vagas, para alunos encaminhados pelo Município de Porto União.

CLÁUSULA TERCEIRA – Do valor

Para a cobertura das vagas acima conveniadas e para efeito de empenho e pagamento, o presente convênio fica estipulado no valor de R\$ 13.750,00 (treze mil, setecentos e cinquenta reais), correspondente a 50% (cinquenta por cento) da taxa anual, a ser paga em 04 (quatro) parcelas mensais e consecutivas, no valor de R\$ 3.437,50 (três mil, quatrocentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos), a partir da data da sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA – Da liberação dos recursos

O MUNICÍPIO repassará à ENTIDADE CONVENIADA o valor de R\$ 13.750,00 (treze mil, setecentos e cinquenta reais), em nome da COOPERATIVA – ESCOLA DOS ALUNOS DO COLÉGIO AGRÍCOLA VIDAL RAMOS – COOPESA, em c/c específica sob o nº 7308-3, Ag. 3031, Banco Sicoob (756), correndo as despesas à conta da seguinte Dotação Orçamentária consignada no Orçamento Geral do Município na rubrica:

ÓRGÃO	0200	PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO
UNIDADE	0208	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
ATIVIDADE	2022	Manutenção Secretaria Municipal Agricultura
MODALIDADE	3350 – 100	Transf. a Instituições Privadas sem fins lucrativos

CLÁUSULA QUINTA – Das obrigações

I – Compete ao MUNICÍPIO:

- indicar os alunos beneficiados pelo presente convênio, que satisfaçam as condições legais e regimentares para matricularem-se no ensino do Ensino Médio, obedecido o limite de vagas fornecidas pelo CEDUP – VIDAL RAMOS;
- a indicação dos alunos deverá ser feita por ofício, ou através de pedido, até o dia 30 (trinta) de abril do presente ano letivo, impreterivelmente, para organização do quadro de matrículas junto ao CEDUP – VIDAL RAMOS;
- efetuar, a seu critério, teste de seleção entre os interessados;
- efetuar, se for do seu interesse, convênio entre a Municipalidade e os alunos indicados, para a contraprestação de serviços, por parte dos beneficiados, em projetos de ajardinamentos e hortas comunitárias de interesse do MUNICÍPIO;
- conceder ajuda financeira para manutenção e custeio do aluno, regime de internato, provido pela COOPERATIVA;
- cumprir, rigorosamente, os prazos e condições previstos para pagamento da ajuda financeira;
- enviar e submeter, à apreciação da Câmara Municipal, sob projeto de lei, visando à regulamentação do presente convênio para devidos fins legais e fiscais;
- remeter, à COOPERATIVA, cópia da lei devidamente aprovada, juntamente com o convênio assinado.

II – compete à COOPERATIVA:

- fornecer alimentação e alojamento aos alunos;
- fornecer serviços de lavanderia;
- manter o refeitório, alojamentos e demais dependências na mais perfeita ordem de higiene e funcionamento;

- d) fornecer material didático (insumos agropecuários e outros), necessários à execução de projetos educacionais, decorrentes do ensino -aprendizagem, para promover os conhecimentos técnicos do educando;
- e) manter e conservar os terrenos, equipamentos e maquinários agrícolas da propriedade do CEDUP – VIDAL RAMOS, para o bom atendimento dos projetos educacionais;
- f) manter e conservar, enfim, toda a estrutura técnico pedagógica, indispensável à formação do aluno;
- g) prestar contas mediante a apresentação de cópia documental dos recursos recebidos no prazo de 60 (sessenta) dias a partir da data do primeiro pagamento efetuado pelo MUNICÍPIO.

III- compete ao CEDUP - VIDAL RAMOS:

- a) proporcionar gratuitamente, nos termos da Constituição Federal e Estadual, ensino médio profissionalizante em Agropecuária;
- b) fornecer pessoal docente, técnico e administrativo, para o funcionamento e apoio ao ensino profissionalizante em nível de Ensino Médio;
- c) ceder à COOPERATIVA os terrenos e benfeitorias necessários à exploração agropastoril e à prática do ensino aprendizagem do aluno;
- d) enviar ao MUNICÍPIO relatório anual, ou periódico, se essa assim o desejar, avaliando o aproveitamento do aluno;
- e) responsabilizar-se técnica e administrativamente pelas atividades afins desenvolvidas pelos alunos.

CLÁUSULA SEXTA – Da ajuda financeira

- a) a ajuda financeira de que trata a letra “e”, item I, da cláusula V, concedida pelo MUNICÍPIO aos alunos contemplados será destinada, exclusivamente, à aquisição de vagas no internato (alimentação, hospedagem, lavanderia e material de higiene e limpeza), mantido pela COOPERATIVA, e aquisição de material didático (insumos agropecuários), para a prática dos projetos educacionais; aquisições diversas para manutenção da unidade (reforma, consertos e pinturas de salas de aula, alojamento, refeitório, centrais de projetos de produção); manutenção de máquinas e veículos. As demais despesas correrão por conta do CEDUP – VIDAL RAMOS;
- b) a contribuição anual corresponde a 50% (cinquenta por cento) de ajuda financeira do MUNICÍPIO aos alunos por ela indicados e será calculada por aluno/vaga adquirida para o presente ano letivo.

CLÁUSULA SÉTIMA – Da legislação aplicável

O presente Convênio rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito público.

CLÁUSULA OITAVA – Da transmissão de documentos

- a) o MUNICÍPIO formalizará, por ofício, as reservas de vagas e opção de pagamento, com a indicação dos alunos, até o dia 30 de abril do corrente ano;
- b) a COOPERATIVA emitirá, em tempo hábil os respectivos avisos de débito e vencimentos, para pagamento em qualquer rede bancária;
- c) independentemente da assinatura e aprovação deste convênio, a COOPERATIVA poderá emitir o correspondente aviso de débito e vencimento, bastando apenas o ofício ou pedido de vagas pelo MUNICÍPIO.

CLÁUSULA NONA – Da publicidade

Uma vez firmado, o presente Convênio terá seu extrato publicado no Órgão de Imprensa Oficial do Município, pelo MUNICÍPIO, dando-se cumprimento ao disposto no Artigo 61, Parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – Dos casos omissos

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Da rescisão

A rescisão do presente convênio poderá ocorrer nos seguintes casos:

- a) o MUNICÍPIO deixar de manifestar ou demonstrar desinteresse a respeito da aquisição de vagas, até o vencimento da segunda parcela;
- b) por consentimento mútuo das partes, ou unilateralmente se ocorrer inadimplemento de quaisquer de suas cláusulas e condições, independente de interpelação judicial, respondendo a parte infratora pelos prejuízos ocasionados;
- c) na ocorrência da inadimplência pelo MUNICÍPIO, pela falta de pagamento de uma ou mais parcelas da ajuda financeira, prevista na cláusula anterior, além da rescisão automática e sem qualquer aviso deste documento, o valor correspondente ao saldo será repassado aos alunos que seriam beneficiados pelo presente convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Do prazo e da vigência

O período de vigência do Convênio será até 31 de dezembro de 2016, contados da data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Do foro

As questões oriundas deste convênio deverão ser preliminarmente resolvidas administrativamente entre as partes interessadas. Na impossibilidade de resolução amigável, judicialmente, fica eleito o Foro da Comarca de Porto União, Estado de Santa Catarina, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem acordes, as partes rubricam e firmam o presente convênio em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Porto União (SC), 22 de junho de 2016.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

ADILSON JOSÉ DE AZEVEDO VELHO
Diretor CEDUP – VIDAL RAMOS

CHARLES CAETANO DA LUZ
Presidente COOPESA

TESTEMUNHAS:

1.Nome: Paulo Rubens Buch 2.
CPF nº 485.157.019-87

Nome: Sofia Sydol
CPF nº 339.610.349-15

**EXTRATO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS
004/2016 - EDUCAÇÃO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 018/2016 – Educação.

Extrato de Edital de Tomada de Preços 004/2016

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Tomada de Preços, com adjudicação por menor preço por item, para contratação de 01 (um) psicólogo (a) para atuar na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais. O recebimento dos envelopes se dará até às 16h00min do dia 14 de julho de 2016 na Prefeitura Municipal, com abertura dos envelopes, no mesmo local, dia e hora. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 24 de junho de 2016.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal.

LEI Nº 4.400/2016

LEI Nº 4.400, de 22 de junho de 2016.

Aprova o Plano Municipal de Cultura – PMC, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal de Cultura – PMC, com vigência de 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma do Anexo, com vistas ao cumprimento do disposto na Lei Federal nº 12.343, de 02 de dezembro de 2010 que dispõe sobre o PNC.

Art. 2º São diretrizes do Plano Municipal de Cultura:

I- reconhecer e valorizar a diversidade cultural, étnica e regional de Porto União – SC;

II- proteger e promover o patrimônio histórico e artístico, material e imaterial;

III- valorizar e difundir as criações artísticas e os bens culturais;

IV- promover o direito à memória por meio de museus, arquivos, exposições e coleções;

V- universalizar o acesso à arte e à cultura;

VI- estimular a presença da arte e da cultura no ambiente educacional;

VII- estimular o pensamento crítico e reflexivo em torno dos valores simbólicos;

VIII- estimular a sustentabilidade socioambiental;

IX- desenvolver a economia cultural, o mercado interno, o consumo cultural e a exportação de bens, serviços e conteúdos culturais;

X- reconhecer os saberes, conhecimentos e expressões tradicionais e os direitos de seus detentores;

XI- qualificar a gestão na área cultural nos setores públicos e privados;

XII- profissionalizar e especializar os agentes e gestores culturais;

XIII- descentralizar a implantação das políticas públicas de cultura;

XIV- consolidar processos de consulta e participação da sociedade na formulação das políticas culturais;

XV- implantar o Plano Municipal de Cultura de Porto União – SC.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 22 de junho de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO – SC

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

PLANO MUNICIPAL DE CULTURA

ANO 2016

PLANO MUNICIPAL DE CULTURA

PORTO UNIÃO – SC

A IMPORTÂNCIA DO PLANO MUNICIPAL DE CULTURA

As políticas públicas para a cultura que vêm sendo elaboradas e executadas pelo Município de Porto União têm procurado pensar as imensas dificuldades e desigualdades quanto ao acesso, à fruição, à expressão, à difusão, à formação e à participação da sociedade nas decisões das mesmas.

O contexto municipal não foge à regra estadual e nacional apresentando também dificuldades e desigualdades, como, a concentração na capital e em algumas poucas cidades do estado de equipamentos de qualidade, de oferta de bens e serviços culturais, de possibilidades de formação e expressão. Observa-se que, na atualidade, emerge no município de Porto União – SC um relevante circuito artístico de criação em todas as áreas, mas que ainda encontra muitas barreiras para mostrar sua produção e encontrar mercado, entretanto, deve ser construído com modelos sustentáveis e compromisso social.

O município, que tem na sua diversidade cultural uma característica que o identifica e o diferencia, precisa de um planejamento não só para o reconhecimento desta diversidade, mas para pensá-la em sua complexidade. É preciso também olhar com maior cuidado para o patrimônio material e imaterial, protegendo-o e promovendo-o, tornando-o fator de identificação e autoestima. Os investimentos públicos devem refletir as demandas da classe e a dinâmica da sociedade.

O Plano Municipal de Cultura surge como um instrumento de direcionamento, estruturação e operacionalização das políticas públicas para a cultura e para que estas se construam de forma participativa. Como perspectiva de planejamento decenal e avaliações periódicas, será um compromisso entre poder público e sociedade, e terá como característica intrínseca o fato de estar sempre em construção e reavaliação, dentro da própria dinamicidade que é marca da cultura. O Plano, portanto, será um planejamento de curto, médio e longo prazo, e um processo contínuo, com manutenção de discussões públicas e ações conjuntas entre instâncias do governo e sociedade civil.

Como estatuto legal, o Plano será fator de consolidação das instituições e da democracia almejando o desenvolvimento cultural. Suas ações não se circunscrevem a ações exclusivas dos órgãos de cultura, mas a uma gestão institucional compartilhada.

Duas premissas devem estar presentes para que o Plano possa realmente ser implantado: ser entendido como uma política integrada, não somente com a União, mas um projeto conjunto entre Município e sociedade, com compartilhamento de desafios e responsabilidades. O Plano também será o desencadeador para que possamos avançar para a implantação de todo o Sistema Municipal de Cultura.

O Plano Municipal de Cultura do município de Porto União – SC tem por objetivo instituir políticas de cultura centradas em ações que busquem a valorização da cultura local e regional em todas as suas dimensões como:

– Cultura como a dimensão simbólica da existência social de cada povo, argamassa indispensável a qualquer projeto de nação sustentável;

– Cultura como eixo construtor das identidades, como espaço privilegiado de realização da cidadania e de inclusão social;

– Cultura como fator econômico gerador de riquezas.

O Município de Porto União – SC, por meio da Secretaria Municipal de Cultura e Fundação Municipal de Cultura, em conjunto com a sociedade civil e o Conselho Municipal de Cultura define sua atuação a partir de estratégias norteadoras das Políticas Culturais nas áreas:

1. Patrimônio e Memória – Material e Imaterial.
2. Infraestrutura – Ampliação, adequação, construção e acessibilidade – Cultura, Cidade e Cidadania.
3. Criações, Produção e Inovação.
4. Difusão, Circulação e Promoção.
5. Organizações, Planejamento e Gestão de Setor.
6. Educação e Produção de Conhecimento: Capacitação, Formação (Dança Artes Cênicas, Música, Teatro, Etnia, Artesanato, Teatro e Artes Plásticas).

DIAGNÓSTICO GERAL DO MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO – SC

Porto União situa-se ao norte do segundo e do terceiro planalto catarinense, entre o rio Iguazu e seu afluentes (Rios Timbó, Pintado, dos Pardos, Bonito, Tamanduá, Barra Grande, Pintadinho e Jangada) e a Serra da Esperança. Seu relevo alterna-se entre plano e acidentado (predominante), com altitudes variando entre 752 m e 1300 m e as condições climáticas, caracterizadas pela latitude 26°14'17" Sul e longitude 51°04'42" Oeste.

Os primeiros habitantes do povoado a que viriam gerar Porto União e União da Vitória eram descendentes de portugueses e quando aqui se estabeleceram já não havia aldeamentos indígenas – característica das regiões tropeiristas. Hermógenes Lazier, na obra Origem de Porto União da Vitória, cita o final do relatório de Domingos Lopes Cascaes – que comandou a primeira expedição que desceu o rio Iguazu em 1768 – onde relata a ausência de índios: “a expedição durou três meses sem em todo esse sertão vermos sinais do gentio” (1985, pag. 9). Entretanto, distante da área em que se desenvolveria a vila e depois a cidade, no interior do atual município, região sul, nos limites com a Cidade de Caçador, há a chamada Reserva do Coati, onde há descendentes de indígenas.

Em meados de 1880 chegou de Palmas o Coronel Amazonas de Araújo Marcondes que se estabeleceu na fazenda Passo do Iguazu (atual região de São Cristóvão no vizinho município de União da Vitória, que à época não era separado de Porto União) e logo deu início à navegação a vapor no Rio Iguazu e propiciou a vinda dos primeiros imigrantes europeus, na maioria alemães. Ainda na última década do século XIX chegaram por aqui os primeiros poloneses, ucranianos, italianos, austríacos e russos.

Os imigrantes e seus descendentes dedicaram-se principalmente à agricultura e à produção caseira dos derivados de leite e carne, o que daria origem à atual agroindústria. Sua presença marcou fortemente a formação cultural da população de Porto União, com reflexos em todos os aspectos do desenvolvimento da atual sociedade. O povoamento que mais caracterizou o que hoje é a cidade de Porto União começou com a chegada do Coronel Amazonas em 1880, quando, juntamente com União da Vitória, formavam uma só cidade.

A influência dos africanos e seus descendentes foram pouco marcantes, tanto na formação da população quanto da cultura do município de Porto União, pois a economia decorrente do Tropeirismo e do comércio de bens de primeiras necessidades, somada à ausência de grandes fazendas, não demandava trabalhos aos quais à época, se empregava o trabalho escravo, diferente do que acontecia nas regiões sudeste, leste e nordeste do País, para onde os africanos foram levados em grande número e exerceram sua influência cultural de forma mais marcante.

As poucas manifestações culturais africanas existentes não encontraram espaço de manifestação em Porto União, e as que resistem ocorrem em ambientes privados e isolados.

Após a abolição, os negros e seus descendentes, alguns já mestiçados com caboclos, vieram para a região voluntariamente, em busca de trabalho.

A integração social e aculturação ocorreram com o passar do tempo e atualmente no município e na região, são em pequeno número as famílias ou grupos negros propriamente ditos. No começo do século XX tornou-se importante e crescente o comércio de gado, erva mate, madeira e o comércio varejista (este, principalmente por influência dos Libaneses que chegavam à cidade). O fato aumentou o interesse do Paraná e Santa Catarina por esta área, no que veio a ser objeto de disputa, entre 1912 e 1916, da Guerra do Contestado.

Na mesma época a construção da ferrovia São Paulo/Rio Grande do Sul gerou as principais causas deste que foi o maior conflito social da história do Brasil. Ao final da Guerra, após a assinatura do acordo de limites entre o Paraná e Santa Catarina em 1916, bem como do desmembrado de União da Vitória, recomeçou a imigração europeia no município de Porto União.

O fenômeno viria reforçar as influências dessas etnias na formação histórica, cultural social, econômica e até política do município. Em 1913, a comunidade Luterana, formada em sua maioria por descendentes alemães, construiu um templo na cidade.

Após a implantação da ferrovia, mais pessoas de diversas etnias se juntaram à população local, trazendo novos hábitos, costumes, formas de religiosidade, entre outros modos de vida.

A influência predominante, entretanto, foi a dos alemães e seus traços culturais que são muito marcantes ainda hoje, seja no vocabulário popular, arquitetura, música, artes plásticas, literatura, educação, religião, gastronomia, economia e na própria política.

Dos vinte e quatro prefeitos que administraram Porto União até hoje, dez são descendentes de imigrantes europeus em primeiro ou segundo grau, dos quais seis são de origem alemã.

Nos primeiros anos do século XX, com a conclusão da ferrovia ligando Porto União ao porto de São Francisco e a outras importantes regiões, desenvolveu-se rapidamente intenso mercado de extração e comércio de madeiras, principal atividade econômica entre a segunda e a sétima década do século passado.

Passou a ocorrer a partir de então a indústria de transformação tendo a madeira como matéria prima: laminados, compensados, esquadrias, papel, móveis, maravalha. Tendo-se praticamente esgotado a reserva de madeira natural, passou-se a fazer reflorestamentos com pinos, eucalipto e álamo. Atualmente são marcantes em nossa economia além dos derivados da madeira, atividades do segundo setor, notadamente a prestação de serviços com destaque para a educação (universidades, escolas técnicas), saúde (hospitais, clínicas, laboratórios) e turismo (hotéis, pousadas no interior, restaurantes, trilhas, atividades náuticas).

Incluem-se entre as atrações turísticas, o importante patrimônio histórico urbano e rural. Além disso, Porto União possui posição privilegiada em relação ao sistema rodoviário brasileiro, por onde passam importantes rodovias federais e estaduais, de fácil acesso, praticamente, a todas as regiões do Brasil.

Compreender a história, a localização, as potencialidades econômicas e culturais do município é tarefa necessária para que um Plano Municipal de Cultura possa ser uma ferramenta de tomada de consciência e de desenvolvimento da sociedade de maneira geral. Dados e características populacionais: No último censo do IBGE (2010) percebeu-se uma população total de 33.493 residentes em Porto União. Sua grande maioria, 84% (oitenta e quatro por cento) dos habitantes, reside na área urbana, conforme o quadro e o gráfico que segue:

Embora a curva tenha diminuído, estes números indicam que há ainda uma tendência ao êxodo da população rural e ao inchaço da população urbana, o que indica também uma tendência ao agravamento dos problemas econômicos e sociais decorrentes desse movimento. Cabe à administração pública encontrar formas de contribuir com a conscientização e divulgar a importância da permanência das famílias no campo, bem como a disseminação de hábitos sustentáveis de vida proveniente do fortalecimento da agricultura familiar.

O IBGE estima que haja um crescimento populacional de 2,35% ao ano, mantendo-se a igualdade na população de homens e mulheres, mas diminuindo-se os grupos populacionais de menor idade e aumentando a população economicamente ativa e idosa, conforme se pode conferir nos dados a seguir:

Os números mostram uma tendência na diminuição da população infantil e aumento da população jovem e economicamente ativa. O aumento da expectativa de vida de toda a população brasileira também mostra que, mesmo diminuindo-se o número de nascimentos, mantém-se a tendência de crescimento populacional, com a diminuição das taxas de mortalidade, aumentando-se o público jovem, adulto e idoso. O quadro a seguir mostra a variação dos índices por faixa etária:

Embora a população branca represente a grande maioria, o município precisa aprimorar suas práticas educacionais inclusivas para que nenhuma parcela da população seja excluída, e para que os acessos aos bens econômicos sejam cada vez menos definidos pela origem étnica; que se busque, em sintonia com o avanço que o país tem tido com relação à conquista dos direitos das minorias, diminuir as desigualdades sociais ainda muito ligadas à classificação populacional por raça.

O município de Porto União goza de boa infraestrutura. Quase 100% (cem por cento) da população possui acesso à água tratada e luz elétrica.

O PAPEL DO MUNICÍPIO

Os princípios que seguimos como base de sustentação para construção do Plano Municipal de Cultura já estão indicados na Constituição Brasileira, que no artigo 215 determina que “o estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais” e na Constituição Estadual de Santa Catarina, que no artigo 173, reafirma que o “Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional e catarinense”, e que, “a política cultural de Santa Catarina será definida com ampla participação popular”. Os direitos culturais, como integrantes dos direitos humanos, têm sido pauta em agendas e debates, oficiais ou não. Desponta como ponto polêmico o papel do Município e a amplitude de sua intervenção. Há, entretanto, consenso que é através da Cultura que o município desenvolve suas possibilidades de expressão em suas diferentes manifestações, entendendo aqui expressão como desenvolvimento de processos criativos e simbólicos; a promoção do intercâmbio cultural; e a garantia do acesso aos bens e serviços culturais que como preconiza a Convenção da UNESCO de 2006, deve respeitar a diversidade. Para o Município todos os cidadãos são agentes culturais e têm direito à participação.

Os direitos culturais, portanto, além de indicadores de qualidade de vida são elementos de garantia de cidadania. Ao Município cabe também o papel de indutor, fomentador, regulador de atividades, bens e serviços culturais, assegurando à realizadora liberdade de pensamento e expressão. Aos governos compete pensar para além de seus mandatos, em uma política pública que valorize todos os atos culturais. Aos atores da cultura, compete pensar além de seus projetos, numa construção do público como projeto.

* Fonte: Plano Municipal de Educação – Secretaria Municipal da Educação de Porto União – SC

DESAFIOS E OPORTUNIDADES DO PMC

DESAFIOS

- Aumentar os investimentos do poder público no setor da cultura;
- Distribuição não equânime (regiões e áreas culturais) dos recursos para a cultura;
- Falta de esclarecimento ao setor empresarial dos modelos de

dedução fiscal para investimento em cultura;

- Concentração na capital da maioria dos projetos realizados com recursos do FUNCULTURAL;
- Concentração de equipamentos culturais em algumas regiões;
- Baixo número de equipamentos culturais qualificados;
- Alguns imóveis tombados com necessidade de conservação;
- Aumentar a valorização do produto cultural local;
- Maior produção de dados e estudos sobre patrimônio material e imaterial;
- Baixa oferta para formação/capacitação de técnicos para a indústria de espetáculos.

OPORTUNIDADES

- O Estado possui gestão descentralizada;
- Existência do Fundo Municipal de Cultura e do Conselho Municipal de Cultura;
- Sistema Estadual de Museus implantado com 178 museus cadastrados (203 mapeados) e, em processo de implantação do Plano Estadual de Museus;
- Diversidade cultural;
- Grande número de grupos folclóricos tradicionais no município;
- Grupos musicais – bandas, fanfarras, orquestras, corais, músicos autônomos, bandas para shows;
- Rica gastronomia em consequência da diversidade étnico cultural;
- Contestado. O município faz parte do roteiro turístico/cultural do Contestado;
- Tropeirismo. Rico acervo histórico/cultural relacionado ao Tropeirismo;
- Grande quantidade de equipamento cultural a ser explorado de forma a desenvolver aspectos econômicos.

OBJETIVOS GERAIS DO PLANO MUNICIPAL DE CULTURA DE PORTO UNIÃO – SC

- Consolidar a implantação do Plano Municipal de Cultura como instrumento de articulação, gestão, informação, formação e promoção de Políticas Públicas de Cultura.
- Reafirmar a ideia de cultura como um direito do cidadão, e a consulta pública, buscando o aperfeiçoamento de metas para o Plano Municipal de Cultura de Porto União – SC com a contribuição de diferentes atores sociais atuantes em todas as áreas culturais.
- Ampliar os recursos financeiros para o setor da cultura e otimizar o seu uso, visando o benefício de toda a sociedade e o equilíbrio entre as diversas fontes: orçamento público, com a fixação em lei de um percentual mínimo dos recursos para a área; fundos públicos; renúncia fiscal e capital privado.
- Reconhecer a diversidade cultural local e desenvolver ações que reconheçam, preservem e possibilitem a difusão e o manejo de conhecimentos tradicionais diversos, sobretudo aos associados à diversidade.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO PLANO MUNICIPAL DE CULTURA DE PORTO UNIÃO – SC

- I- Reconhecer e valorizar a diversidade cultural, étnica e regional de Porto União – SC.
- II- Proteger e promover o patrimônio histórico e artístico, material e imaterial.
- III- Valorizar e difundir as criações artísticas e os bens culturais.
- IV- Promover o direito à memória por meio de museus, arquivos, exposições e coleções.
- V- Universalizar o acesso à arte e à cultura.
- VI- Estimular a presença da arte e da cultura no ambiente educacional.
- VII- Estimular o pensamento crítico e reflexivo em torno dos valores simbólicos.
- VIII- Estimular a sustentabilidade socioambiental.
- IX- Desenvolver a economia cultural, o mercado interno, o consumo

cultural e a exportação de bens, serviços e conteúdos culturais.

X- Reconhecer os saberes, conhecimentos e expressões tradicionais e os direitos de seus detentores.

XI- Qualificar a gestão na área cultural nos setores públicos e privados.

XII- Profissionalizar e especializar os agentes e gestores culturais.

XIII- Descentralizar a implantação das políticas públicas de cultura.

XIV- Consolidar processos de consulta e participação da sociedade na formulação das políticas culturais.

XV- Implantar o Plano Municipal de Cultura de Porto União – SC.

METAS E AÇÕES PARA O PLANO MUNICIPAL DA CULTURA DE PORTO UNIÃO – SC

O Plano Municipal de Cultura do município de Porto União – SC é composto de 06 (seis) metas, divididas em vários campos globais de expressão, a saber:

1. PATRIMÔNIO E MEMÓRIA – Material e Imaterial

A preservação do Patrimônio Material e Imaterial do município de Porto União representa um dos pontos centrais da atuação das políticas municipais em cuja base está no incentivo à educação patrimonial nas escolas, o estímulo à pesquisa, criação de programas que estimulem a realização de manifestações artísticas em patrimônios tombados, e o estreitamento dos laços entre reconhecimento e tombamento do patrimônio material e imaterial do município de Porto União.

Porto União possui atualmente 09 (nove) bens tombados sendo eles:

* Decreto nº 3.588 de 21 de dezembro de 1998 – Tombamento das edificações denominada Estação da Rede Ferroviária Federal.

* Decreto nº 460, de 16 de novembro de 1999 – Tombamento da Edificação situada à rua XV de novembro, 435, esquina com a rua Coronel Belarmino. Casa Cultural Aníbal Khury.

* Decreto nº 466, de 29 de novembro de 1999 – Tombamento do trecho da Ferrovia pertencente à Rede Ferroviária Federal S.A., compreendido entre a Estação Ferroviária de Porto União até a Estação de Maquinista Molina, incluindo a estrada de ferro propriamente dita, túneis, viadutos e pontes bem como todas as edificações-estações e casas que resistirem à ação do tempo.

* Decreto nº 474, de 09 de dezembro de 1999 – Tombamento do Moinho Roda D'água do Distrito de São Miguel da Serra em Porto União – SC.

* Decreto nº 364, de 11 de junho de 2003 – Tombamento da Igreja de São João Batista na localidade de Antônio Cândido.

* Decreto nº 346, de 10 de outubro de 2006 – Tombamento da Igreja Nossa Senhora das Candeias na localidade do Maratá.

* Decreto nº 849, de 26 de novembro de 2008 – Tombamento da Edificação residencial em estilo germânico na localidade do Maratá.

* Decreto nº 241, de 28 de outubro de 2009 – Tombamento de Edificação Residencial de arquitetura de madeira situada às margens da Rodovia SC 280 na localidade da Lança.

* Decreto nº 675, de 31 de outubro de 2011 – Tombamentos do leito da Ferrovia Porto União – São Francisco dentro da área do município de Porto União.

No âmbito da educação patrimonial, o município de Porto União vem desenvolvendo vários projetos de divulgação dos seus patrimônios por meio de material impresso, visitas orientadas, roteiros turísticos.

O acervo do Arquivo Histórico Municipal é composto, na sua grande maioria, por documentos e fotos referentes à história de Porto União.

A Imigração é considerada como patrimônio cultural, por representar a identidade da colonização do município por meio dos saberes das comunidades.

Tal patrimônio cultural, material e imaterial do município de Porto União, é reconhecido como um importante setor de desenvolvimento econômico, inclusão social, integração cultural, construção

e cidadania.

Porto União possui inúmeras festas religiosas que são realizadas em todas as suas comunidades no decorrer do ano.

A Festa das Etnias – União dos Povos acontece anualmente no início do mês de setembro e abre as festividades de aniversário do município. O evento tem a função de divulgar os grupos étnicos que compõem a população do município, ocorrendo a comercialização da gastronomia típica e as mais diversas apresentações folclóricas.

A Festa do Steinhæger e do Xixo acontece anualmente no mês de dezembro com base nas tradições da cultura alemã. O Evento resgata as tradições germânicas no município e região. Na programação consta: Desfile de Carros Alegóricos; Barracas Típicas com venda de produtos coloniais, vasta gastronomia Artesanato, Souvenires; Apresentações Folclóricas; Bandas Alemãs; Concurso da Rainha e Princesas da Festa; Encontro Interestadual da Terceira Idade; apresentações culturais diversas e os jogos germânicos. Os principais atrativos do evento são o Steinhæger, bebida destilada produzida em Porto União, intitulada Capital Estadual do Steinhæger, e também o Xixo, conhecido em outras regiões como espetinho, aqui o Xixo é servido em espetinhos de arame e possui um tempero típico preparado somente na região.

DIRETRIZES E PRIORIDADES:

1.1- Pró-Memória: Projeto de Lei de valorização e salvaguarda do patrimônio material e imaterial de Porto União – SC.

1.2- Ampliação do Sistema Municipal de Museus, Memoriais e Espaços Culturais: Desenvolvimento de uma rede colaborativa para fortalecimento das ações dos espaços culturais, museus e memoriais do município. Os já existentes são:

– Museu Salustiano Costa Jr – Rua Sete de Setembro, 557 – Centro.

– Museu Rural Leovegildo Dalmas – Distrito de São Miguel da Serra.

1.3- Proteger através de tombamento, conservar e restaurar o patrimônio já tombado.

1.4- Proteger, preservar e recuperar o patrimônio cultural, como os núcleos urbanos em situação de risco, as povoações dos centros históricos, as estações e os trechos ferroviários, estradas, caminhos históricos e tradicionais, bem como, as paisagens associadas, mantendo sua autenticidade e integridade.

1.5- Utilizar preferencialmente, edificações protegidas para instalação de atividades de uso público.

1.6- Estimular a revisão das legislações municipais de acordo com o Estatuto das Cidades para beneficiar o patrimônio cultural.

1.7- Estabelecer convênios de assistência técnica para obras em imóveis tombados privados.

1.8- Estimular o município a adotar mecanismos de incentivos fiscais e urbanísticos de preservação em seus planos diretores.

1.9- Realização de atividades educacionais, turísticas, ambientais e culturais.

1.10- Instituir roteiros culturais abrangendo sítios rurais, hidrográficos, estradas e caminhos históricos e/ou tradicionais e, apoiar aqueles já existentes e a sua paisagem cultural.

1.11- Revitalizar centros históricos e monumentos protegidos.

1.12- Tomar providências caso o patrimônio esteja em comprovado estado de deterioração e ou abandono, incluindo desapropriação do local não preservado.

1.13- Criar edital para aquisição, conservação e restauração de acervos, monumentos artísticos e históricos.

1.14- Implantação da Biblioteca Pública Municipal.

1.15- Garantir a aquisição, através de comissão especializada, de livros para a biblioteca pública municipal.

1.16- Criação do Projeto de incentivo à publicação e/ou republicação de obras de escritores locais e estímulo ao surgimento de novos escritores através de projetos de leitura.

1.17- Viabilizar recursos através de projetos para informatização tecnológica da Biblioteca Pública Municipal.

1.18- Revitalização de Cemitérios históricos e monumentos neles existentes.

2. INFRAESTRUTURA – Ampliação, adequação, construção e acessibilidade – Cultura, Cidade e Cidadania.

A cultura no município de Porto União sempre foi rica em suas manifestações, principalmente na área das diversas etnias que compõem a população seja ela através do folclore, cultura popular, artesanato, música, artes plásticas, dança e teatro. Mantida, sustentada e fomentada pela Secretaria Municipal de Cultura e por iniciativa dos próprios grupos e artistas locais.

Do ponto de vista da dimensão simbólica, o poder público estimulou uma mudança de comportamento na área da cultura, enquanto promove a diversidade cultural, favorecendo uma maior visibilidade da tradição cultural através das festas, festivais e apresentações em praças públicas.

Numa dimensão cidadã tem descentralizado a criação cultural, apoiando as iniciativas privadas na área cultural e garantindo a participação da sociedade com fomento a todas as atividades culturais seja ela em qualquer área.

Ao agir desta forma, promove a formação e qualificação profissional nas diversas linguagens artísticas e a formação de novas plateias de intercâmbio cultural.

DIRETRIZES E PRIORIDADES

2.1- Subsidiar e estruturar as escolas em convênio com a Secretaria Municipal da Educação, equipando-as para se tornarem centros de produção cultural, aproveitando o espaço e o tempo livre.

2.2- Implantar espaços culturais nos bairros e distritos e subsidiar através de recursos financeiros e materiais os espaços culturais já existentes, como associações de moradores, igrejas, centros comunitários, quadras de esportes, e outras formas de manifestação cultural.

2.3- Fomentar e divulgar os equipamentos culturais de Porto União – SC, inserindo os museus, mirantes, associações de capoeira, filarmônicas, bandas de música, escolas de dança, grupos folclóricos, corais, ensaios de blocos afros, igrejas, artesanato, teatro, artes plásticas, bandas e fanfarras, dentre outros.

2.4- Criação e formação de agentes culturais municipais vinculados ao órgão oficial de cultura do município, com objetivo de estabelecer a articulação entre a comunidade, gestores culturais e poder público.

2.5- Garantir orçamento através de Lei Municipal para que a Fundação Cultural de Porto União – SC em parceria com a Secretaria de Cultura e Turismo fomenta as festas populares, como carnaval, festas religiosas, festas tradicionais, de datas comemorativas, entre outras pertencentes ao calendário anual, garantindo a participação das bandas alternativas, grupos folclóricos, grupos musicais, teatrais, entre outros, com remuneração digna equivalente ao valor de mercado com prévio orçamento.

2.6- Criar calendário de atividades culturais para o público para todas as faixas etárias.

2.7- Manter, equipar, reestruturar e revitalizar equipamentos culturais públicos já existentes, como também, criar novos espaços.

2.8- Criar e disponibilizar espaços para a prática, promoção e difusão das manifestações do patrimônio imaterial.

2.9- Incentivar instituições culturais a adequar suas instalações para acessibilidade e incentivar as pessoas com deficiência e idosos a frequentar espaços culturais.

3. CRIAÇÕES, PRODUÇÃO E INOVAÇÃO.

A manifestação artística é inerente ao homem. É através da arte e de seu desejo de comunicação com o outro, que o homem se expressa. Devemos lembrar que a arte surgiu como primeiro meio de comunicação. Através dela o artista comunica-se com o mundo. Atualmente as produções radiofônicas, televisivas, gráficas, audiovisuais e digitais em Porto União estão numa situação muito propícia para o seu crescimento e desenvolvimento cultural. Porto União possui jornais impressos, gráficas, TV regional e rádios locais, entre

outras.

No município tem uma preocupação e um desafio no setor audiovisual em capacitar a população e os agentes do setor por meio de informações, cursos, oficinas de instrução e aprimoramento em diferentes níveis de conhecimento, voltados tanto para a população em geral como para os agentes já atuantes no setor, de preferência em espaço físico público, adequado ao que se propõem.

Modernizar e democratizar a gestão cultural da cidade promovendo a participação dos diversos segmentos envolvidos com a cultura do município, otimizando os equipamentos culturais e valorizando os servidores, de acordo com o Plano Municipal de Cultura de Porto União. Aperfeiçoar, modernizar e democratizar.

DIRETRIZES E PRIORIDADES

3.1- Programar e implantar planos específicos para os setores culturais.

3.2- Criar e desenvolver programas para os setores culturais.

3.3- Criar e realizar editais setoriais, anuais para fomentar a criação, produção e inovação artística inclusive para artistas iniciantes.

3.4- Disponibilizar espaços públicos para laboratório de criação, ensaios e outras atividades por parte de associações e entidades culturais.

3.5- Realizar parcerias de divulgação com Núcleos de produção radiofônica, televisiva, gráfica e outras técnicas.

4. DIFUSÃO, CIRCULAÇÃO E PROMOÇÃO.

O Plano de Cultura do município de Porto União tem por finalidade o planejamento e implementação de políticas públicas de curto, médio e longo prazo para a proteção e promoção da diversidade cultural, local, regional, estadual e nacional. Com horizonte de dez anos será de relevante importância à difusão, circulação e promoção de todos os meios culturais do município.

Através do Plano Municipal de Cultura, o município de Porto União terá uma autonomia no que diz respeito a firmar termos de fomento e parceria com outros setores empresariais e assim acontecer à valorização e o auxílio a todos os setores culturais contemplados por este plano.

DIRETRIZES E PRIORIDADES

4.1- Realizar mapeamento de manifestações artístico-culturais, espaços, mestres e artistas.

4.2- Fortalecer e fomentar as ações culturais nas praças e equipamentos culturais existentes no município e outros espaços que venham a ser criados nos bairros, vilas, povoados e distritos, equipando-os para que sejam palcos da prática das diversas expressões artístico-culturais.

4.3- Fimar termo de fomento e termo de parceria com instituições sem fins lucrativos, entidades de ensino públicas e privadas e/ou grupos que desenvolvam ações sociais para valorizar os trabalhos culturais das comunidades da área central e zona rural;

4.4- Criar Museus Vivos para preservar a memória das manifestações culturais das etnias ocidentais, orientais, indígenas e afrodescendentes.

4.5- Fortalecer os Pontos de Cultura já existentes e criar novos através de editais públicos municipais para que sejam acessíveis a um maior número de representações culturais e que estas se ampliem em suas áreas de atuação.

4.6- Difundir e promover as culturas de etnias ocidentais, orientais, indígenas e afrodescendentes.

4.7- Incentivar e financiar a produção e divulgação de material impresso que evidencie as manifestações artístico-culturais projetando-as do cenário local ao internacional.

4.8- Articular a Educação e a Cultura na elaboração e aplicação de ações afirmativas que envolva meios tecnológicos de implementação da cultura em suas diversas expressões.

4.9- Fomentar atividades de expressão cultural nas datas

comemorativas das mais diversas comunidades estabelecendo um calendário cultural que valorize essas manifestações.

4.10- Incentivar e custear, dentro das possibilidades, intercâmbios culturais que visem o seu desenvolvimento.

4.11- Manter regularidade em eventos já consagrados e criar novos festivais, mostras e demais eventos artísticos com apoio logístico e técnico em todas as áreas da cultura.

4.12- Realizar ações para valorização e difusão das criações artísticas e culturais de Porto União – SC.

4.13- Promover ações para valorização da memória e cidadania.

4.14- Condicionar os incentivos fiscais dados às empresas que venham a se instalar ou que estejam instaladas no município ao patrocínio dos projetos culturais e artistas locais; condicionados as leis de incentivos culturais.

4.15- Estabelecer que cada evento cultural promovido pelo município tenha participação de grupos e artistas locais com o mesmo tratamento aos demais contratados.

4.16- Fomentar a criação de espaços de inclusão digital visando socialização da cultura, contendo banco de dados culturais do município.

4.17- Criar programas de mobilidade para grupos e artistas se deslocarem dentro do município, estado e território nacional através de calendário e/ou demanda espontânea.

4.18- Disponibilizar bolsas de estudos em escolas privadas de artes, cursos ou oficinas com material e equipamento didático para viabilizar a formação de novos artistas.

4.19- Criar núcleo permanente e itinerante de consultoria para orientação de grupos e artistas na elaboração, captação e gestão de projetos culturais.

4.20- Criar prêmios para grupos e artistas como forma de estimular a continuidade das manifestações da cultura popular nos distritos e sede do município.

4.21- Criar editais para manutenção de entidades culturais.

4.22- Manter o Conselho Municipal de Cultura garantindo a participação das entidades por segmento artístico cultural.

4.23- Criar um programa municipal de intercâmbio artístico cultural entre artistas e/ou grupos com abrangência nacional e internacional através de editais e demanda espontânea.

4.24- Capacitar profissionais para atuarem nas escolas fomentando programas e projetos culturais como música, danças, teatro, grupos folclóricos, artesanato, corais, grupos de bandas e fanfarras, artes plásticas e outros.

4.25- Manter, apoiar e contribuir para a execução do currículo escolar do ensino fundamental no que se refere aos conteúdos sobre a história do município e as culturas existentes.

4.26- Realizar parceria entre as instituições culturais educacionais, para a formação continuada de educadores e agentes que promovam a arte e a cultura, em especial para professores de arte das escolas públicas.

4.27- Pesquisar, mapear e inventariar o patrimônio material e imaterial do município através de vídeos, imagens, áudios e outros.

5. ORGANIZAÇÕES, PLANEJAMENTO E GESTÃO DE SETOR.

Para o município de Porto União é de suma importância o fomento para todos os setores da cultura de forma a garantir o seu maior desenvolvimento enquanto setor.

As políticas de cultura devem ser implantadas de forma mais adequada possível, de modo a preservar a dinâmica transformadora da nossa cultura municipal. Nesse sentido, nosso desafio será proteger e valorizar todas as manifestações culturais em todos os setores, em todos os seus aspectos e em toda a sua autenticidade.

DIRETRIZES E PRIORIDADES

5.1- Criar políticas de fomento à cultura do campo através de intercâmbio e seminários temáticos.

5.2- Apoiar a realização de festivais multiculturais entre zona rural e urbana.

5.3- Apoiar a implantação de núcleos de artes.

5.4- Criar centros de referência culturais nos bairros e distritos como meio de identificar as vocações artísticas e culturais das comunidades, estimulando e desenvolvendo projetos específicos de acordo com as vocações identificadas.

5.5- Realizar a Conferência Municipal de Cultura a cada dois anos.

5.6- Propor a criação de Lei municipal que estimule prédios públicos e privados, residenciais ou não, a terem em sua recepção obras de artistas locais.

5.7- Promover oficinas, cursos, workshops, palestras e/ou seminários de capacitação para agentes culturais.

5.8- Lançar chamadas públicas para a produção de CDs, livros, revistas, anuários, jornais de produções alternativas e contemporâneas.

5.9- Firmar termo de fomento e termo de parceria, de cooperação técnica e/ou de apoio financeiro para manutenção de programação cultural de espaços sem fins lucrativos, de natureza cultural, com atividades a mais de três anos.

5.10- Garantir que o órgão oficial de cultura do município atue como fomentador e promotor da cultura através do apoio direto a eventos.

5.11- Criar, através de lei municipal, o Plano Municipal de Cultura de Porto União – SC com todos os elementos constitutivos, nos moldes do Sistema Estadual de Cultura e Sistema Nacional de Cultura com participação democrática da sociedade na sua construção.

5.12- Manter estruturado o Conselho Municipal de Cultura segundo as diretrizes propostas pelo sistema Nacional de Cultura com função consultiva, deliberativa, propositiva e fiscalizadora com no mínimo 50% de representantes da sociedade civil.

5.13- Garantir que a diretoria do Conselho Municipal de Cultura seja eleita entre seus pares.

5.14- Estimular e orientar a organização da sociedade civil nos diversos setores artísticos e culturais.

6. EDUCAÇÃO E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO: Capacitação e Formação.

A falta de um mercado de trabalho consolidado e de circuitos de apresentações adequados tem dificultado a afirmação profissional abrangente, com oportunidades iguais para todos.

O Artesanato no município de Porto União é uma mescla de contextos folclóricos e a arte popular. Os objetos são elaborados por artistas, em sua maioria com talento nato, sendo observados em esculturas de madeira, cerâmica, metais, tecidos, bordados diversos e pinturas.

O poder público municipal deverá estimular as condições para o desenvolvimento da cultura como espaço de inovação e expressão da criatividade local e fonte de oportunidades de geração de ocupações produtivas de renda. Deve fomentar a economia do setor como um sistema de produção, entendendo os bens culturais com os valores que constituem a identidade e a diversidade cultural do município.

O objetivo das políticas públicas de fomento à cultura no Município de Porto União deverá ser de estimular a criação e o desenvolvimento de bens, produtos e serviços e a geração e conhecimentos que sejam compartilhados por todos.

DIRETRIZES E PRIORIDADES

6.1- Fomento à Lei Federal de Incentivo a Cultura que visa estimular o financiamento de projetos culturais por parte dos contribuintes através de doação, patrocínio e investimentos para os grupos de Dança, Música, Teatro e Artes em geral.

6.2- Criação de Festivais de Folclore regional.

6.3- Estabelecer metas para que todo o tipo de diversidade cultural do município (teatro, dança, música, folclore, artesanato, e outros) tenha maior presença e reconhecimento dentro do contexto cultural municipal.

6.4- Oportunizar e divulgar as criações/manifestações artísticas

dos diversos segmentos.

6.5- Capacitar os envolvidos nos processos de disseminação da dança folclórica através de palestras, cursos, seminários, oficinas e outros.

6.6- Divulgação destas entidades culturais, como maneira de prestigiar e fortalecer as diversas manifestações culturais das etnias.

6.7- Mapeamento de espaços culturais incluindo-se associações de bairros, escolas e outras instituições ou entidades que possuem espaço físico compatível para a execução de atividades culturais municipais.

6.8- Ampliação do número de atividades envolvendo todos os setores culturais (música, teatro, dança, folclore, artesanato e outros) do município.

6.9- Aplicar projetos que dinamizem o interesse, oferecendo acesso a um número maior de participantes em todos os projetos culturais do município de Porto União – SC.

6.10- Adequar à infraestrutura (palco, sonorização, iluminação, técnicos capacitados e outros) para todas as apresentações culturais sejam elas na área da música, Artes Cênicas, Dança, Folclore, Artes plásticas e/ou outros.

NOSSOS PRINCIPAIS DESAFIOS

Criar um plano que esteja em total sintonia com o Plano Estadual de Cultura (PEC). Isto significa dizer que devemos “falar a mesma língua” e comungar com os mesmos objetivos. É evidente que devemos resguardar as devidas proporções, interesses e desigualdades sociais. O plano precisa garantir que recursos alocados para a Cultura, sejam de fato e de direito, repassados e utilizados da melhor maneira possível em prol de eventos culturais.

OS NOSSOS PRINCIPAIS DESAFIOS

1- Reconhecimento e promoção da diversidade cultural de Porto União.

2- Assegurar a Cidadania Cultural e a acessibilidade.

3- Fortalecer a economia e a auto sustentabilidade da Cultura.

4- Compreender a educação e a comunicação como dimensões fundamentais da Cultura.

5- Desenvolver uma política diversificada e eficaz de financiamento da cultura.

ANEXO I LEGISLAÇÃO

ÂMBITO FEDERAL

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- Lei Nº 8.313/1991: Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC e dá outras providências. Foi alterado pela Lei nº 9.874/1999.
- Decreto nº 591/1992: Promulga o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, conforme a XXI Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 19 de dezembro de 1966.
- Lei Nº 9.610/1998: Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.
- Decreto Legislativo Nº 485/ 2006: aprova o texto da convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, celebrada em Paris, em 20 de outubro de 2005.
- Lei Nº 12.343/2010: Institui o Plano Nacional de Cultura – PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC e dá outras providências.

ÂMBITO ESTADUAL

- Constituição do Estado de Santa Catarina. Promulgada em 5 de outubro de 1989, alterada por Emendas Constitucionais em 1999 e 2012.
- Lei Nº 534/2011: Alterou dispositivos da Lei Complementar nº 381, de 2007, que dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura

organizacional da Administração Pública Estadual e estabelece outras providências.

Nota: A Lei Complementar Nº 243/2003 que dispunha sobre a estrutura administrativa do poder executivo estadual, no Art. 26, criou a Secretaria de Organização do Lazer e o Art. 52 estabelece suas competências, órgão voltado à implantação da política do lazer, integrando as atividades turísticas, culturais, desportivas e de lazer. Esta Lei foi revogada pela Complementar 284/2005, que renomeou a Secretaria de Organização do Lazer para Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Esporte e lhe atribuiu outras competências. A Lei Complementar 381/2007 revogou a anterior e retomou-a para Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte e lhe atribuiu outras competências.

- Lei Nº 13.336/2005 – Institui o Fundo Estadual de Incentivo à Cultura – FUNCULTURAL, o Fundo Estadual de Incentivo ao Turismo – FUNTURISMO, e o Fundo Estadual de Incentivo ao Esporte – FUNDESORTE, no âmbito do Sistema Estadual de Incentivo à Cultura, ao Turismo e ao Esporte – SEITEC. Esta Lei revogou a Lei nº 10.929/1998 que implantava o Sistema Estadual de Incentivo à Cultura.

- Lei Nº 13.792/2006: Estabelece políticas, diretrizes e programas para a cultura, o turismo e o desporto no Estado de Santa Catarina e institui o Plano Estadual da Cultura, do Turismo e do Desporto do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências.

- Decreto Nº 2.080/2009, alterado pelo Decreto Nº 1.493/2013: Regulamenta a Lei nº 13.792, de 18 de julho de 2006, que dispõe sobre o Plano Estadual da Cultura, do Turismo e do Desporto do Estado de Santa Catarina – PDIL, define diretrizes e critérios relativos aos programas e subprogramas que prevê e estabelece outras providências.

- Decreto Nº 1.309/2012, alterado pelo Decreto Nº 1.477/2013, alterado pelo Decreto Nº 1.486/2013, alterado pelo Decreto Nº 1.492/2013: Regulamenta a Lei nº 13.336, de 08 de março de 2005, e disciplina a celebração de instrumento legal pelo Estado que tenha como objeto o financiamento de programas e projetos culturais, turísticos e esportivos, no âmbito do Sistema Estadual de Incentivo à Cultura, ao Turismo e ao Esporte (SEITEC).

- Lei Nº 14.367/2008: Dispõe sobre o Conselho Estadual de Turismo, o Conselho Estadual de Cultura e o Conselho Estadual de Esporte e estabelece outras providências.

ÂMBITO MUNICIPAL

- Lei de Criação nº 390, de 07/08/1963 do Museu Salustiano Costa Junior – No entanto, somente em 03 de agosto de 1965 o Prefeito Municipal da época, Sr. Salustiano Costa Junior dá poderes ao senhor Aniz Domingos para fundar, criar e iniciar o “Museu Municipal de Porto União – SC”.

- Lei de Criação nº 1.600, de 23/11/1989 – Autoriza a Criação da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE PORTO UNIÃO – SC.

- Decreto Municipal Nº 123, de 25/06/1990 – Aprova o Estatuto Municipal de Cultura de Porto União – SC.

- Decreto Estadual Nº 3.588, de 21/12/1998 e Decreto Municipal nº 460, de 16/11/1999 – Fica homologado o tombamento como medida de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural Municipal da edificação situada a Rua XV de novembro 435, esquina com a Rua Coronel Belarmino – Casa Cultural Anibal Khury (Castelinho) e situada a praça Hercílio Luz, denominada Estação da Rede Ferroviária Federal .

- Decreto Municipal nº 466, de 29/11/1999 – Fica homologado o tombamento, nos termos da Lei Municipal nº 2.140, de 26/10/1995, as duas edificações antigas às margens da Estação Ferroviária situadas ambas na Praça Hercílio Luz e já incluídas na área de contorno do imóvel da Estação.

- Decreto 3.588 de 21/12/1998 do Governo de Santa Catarina e pelo decreto 460 de 16/11/1999 da Prefeitura Municipal de Porto União. Fica tombado o trecho pertencente à Rede Ferroviária Federal S.A. compreendido entre a Estação Ferroviária de Porto União até a Estação de Maquinista Molina, incluindo a estrada de Ferro

propriamente dita, túneis, viadutos e pontes, bem como todas as edificações-estações e casas que resistiram à ação do tempo.

- Decreto Municipal nº 474, de 09/12/1999 – Fica homologado o tombamento, nos termos da Lei Municipal 2.140, de 26/10/1995 como medida de preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural Municipal do Moinho de Roda D'água localizado no Distrito de São Miguel da Serra de propriedade dos Srs. Darci Dalmas, Lindair Jackiw e esposo, e José Dalmas Neto e esposa.

- Decreto Municipal nº 364, de 11/06/2003 – Fica homologado o tombamento como medida de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural Municipal da edificação da Igreja de São João Batista na localidade de Antônio Candido em Porto União – SC incluindo os bens móveis pertencentes a igreja que integram seu patrimônio.

- Decreto Municipal nº 346, de 10/10/2006 – Fica homologado o pedido de tombamento voluntário efetuado por iniciativa popular da comunidade do Maratá da edificação da Igreja Nossa Senhora das Candeias, na localidade do Maratá em Porto União – SC incluindo bens móveis pertencentes a Igreja, que integram seu patrimônio, bem como o seu entorno em 50 (cinquenta) metros.

- Decreto Municipal nº 849, de 26/11/2008 – Fica homologado o pedido de tombamento voluntário efetuado pelo proprietário do imóvel Sr. Germano Freisleben, da edificação residencial em estilo germânico situado na localidade do Maratá.

- Decreto Municipal nº 241, de 28/10/2009 – Fica homologado o pedido de tombamento voluntário, efetuado pelo proprietário do imóvel, Sr. Juarez Francisco de Lara da edificação residencial de arquitetura de madeira situada as margens da SC-280 na localidade da Lança.

- Decreto Municipal nº 675, de 31/10/2011 – Fica homologado em conformidade com o Processo da Fundação Municipal de Cultura, o leito da Ferrovia Porto União – São Francisco dentro da área do município de Porto União – SC incluindo os dormentes, trilhos, parafusos, pontes, estações e demais construções da antiga RFFSA.

- Decreto Municipal nº 846, de 31/05/2012 – Fica denominado de Professor Orlando Milis, uma das salas da Casa Cultural Anibal Khury – Castelinho, localizada nas esquinas das Ruas XV de Novembro e Coronel Belarmino no centro de Porto União – SC.

- Lei Municipal 2.140/95 de 26/10/1995– Dispõe sobre a proteção do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município de Porto União – SC. A presente lei se aplica as coisas pertencentes tanto às pessoas físicas como as pessoas jurídicas de direito privado e público.

- Lei Municipal Nº 3.966, de 20/12/2011 – Dispõe sobre diretrizes e normatizações relativas à gestão de Cargos em Comissão e Secretários Municipais no âmbito do Poder Executivo.

- Lei Municipal Nº 4.081, de 16/01/2013 – Altera os anexos I, II e III constantes da Lei Municipal nº 3.966 de 20/12/2011 da "ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO MUNICÍPIO", "CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO" E "AGENTES POLÍTICOS". Com esta lei municipal fica criada a SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE PORTO UNIÃO – SC.

- Decreto Municipal Nº 240, de 26/06/2013 – Convocação da I Conferência Municipal de Cultura.

ANEXO II

Documentos Comprobatórios – LEIS E DECRETOS MUNICIPAIS

Ata de Posse dos membros titulares e suplentes do Conselho Municipal de Cultura
Porto União – SC

Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de outubro de 2014, realizou-se na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Porto União, Rua Sete de Setembro 557, centro, reunião em que se oficializou a eleição e posse dos membros do CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA

designados e eleitos para o biênio 2014/2016, Lei nº 4.185 de 07 de novembro de 2013, onde Cria o Conselho Municipal de Cultura de Porto União – SC; Decreto nº 337 de 18 de novembro de 2013 que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Cultura de Porto União – SC, ficando assim constituído o referido Conselho:

Órgão/Entidade/Eleito	Titular/Suplente
Secretário Municipal de Cultura	Titular: José Carlos Gonçalves
Teatro	Titular: Luís Antônio de Oliveira
	Suplente: Ozéias Odkovicz
Dança	Titular: Fábio Bianchini
	Suplente: Katleen Nayara Tizon
Artes Plásticas	Titular: Roberto Bona
	Suplente: Ivanira Olbertz
Artesanato	Titular: Raquel Berenice Storck
	Suplente: Gilberto Carrer
Literatura	Titular: Nivaldo Oliskovicz
	Suplente: Emanuelle Cristine Gonçalves
Música	Titular: Bruno Waldemar Dozorec
	Suplente: Willian Francisco Diniz
Patrimônio Cultural/Museus	Titular: Ari Krüger dos Passos
	Suplente: Carlos Rodrigues
Tradições Populares	Titular: Dinarte Ribeiro Guedes Neto
	Suplente: Élio Weber
Bibliotecas	Titular: Marcio Marczinski
	Suplente: Marlene Harbatiuk
Coral	Titular: Luiz Fernando Colombelli
	Suplente: José Zito Alves

Ficando assim constituído o CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA DE PORTO UNIÃO – SC para o período outubro 2014 a outubro 2016.

ANIZIO DE SOUZA JOSÉ CARLOS GONÇALVES
Prefeito Municipal Secretário Municipal de Cultura
Porto União Porto União

LEI Nº 4.185, de 07 de novembro de 2013.

Cria o Conselho Municipal de Cultura de Porto União – SC, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o Conselho Municipal de Cultura de Porto União – SC, como órgão consultivo, deliberativo e fiscalizador de assessoria direta do Executivo Municipal, no que se relaciona com assuntos de Planejamento e Orientação Cultural do Município.

Art. 2º São atribuições do Conselho:

I- o Conselho deverá iniciar seus trabalhos com a criação do seu Regimento Interno, cuja aprovação deverá ter a maioria dos votos em plenário;

II- opinar e participar da aprovação sobre a Proposta do Plano Municipal de Cultura, que será submetido à homologação do Prefeito Municipal;

III- colaborar com o Conselho Estadual de Cultura como órgão consultivo ou de assessoramento, se solicitado, ou apresentando sugestões por iniciativa própria;

IV- opinar sobre o reconhecimento das instituições culturais mediante aprovação dos seus estatutos ou regimentos, quando

solicitados;

V- cooperar na defesa e conservação do Patrimônio Cultural e Histórico, na área do Município;

VI- sugerir ou organizar campanhas com o objetivo de incentivar ou desenvolver a cultura do Município;

VII- opinar sobre os programas apresentados por instituições culturais, para efeitos de recebimento de subvenções ou auxílio, ou orientá-los para esse fim;

VIII- dar parecer sobre a concessão de auxílio ou subvenção a instituições culturais, mediante a apresentação do seu Plano de Aplicação;

IX- fiscalizar o emprego de recursos recebidos da Prefeitura Municipal por instituições culturais;

X- emitir parecer sobre assuntos e questões de natureza cultural que lhe sejam submetidos;

XI- opinar sobre convênios ou incentivá-los, quando autorizados pelo Prefeito, visando a realização de exposições, festivais de cultura artística, congresso de caráter científico, artístico e literário, ou intercâmbio cultural com outras entidades.

Art. 3º O Conselho Municipal de Cultura será composto de 20 (vinte) membros, designados pelo Prefeito Municipal e pela sociedade civil.

§ 1º Na composição do Conselho, a metade de seus membros será indicada por entidades representativas da produção artística e cultural.

§ 2º Os demais membros serão escolhidos pelo Prefeito Municipal, dentre personalidades de reconhecida idoneidade e representatividade da cultural local.

§ 3º Os membros do Conselho Municipal de Cultura de Porto União serão designados por um período de 02 (dois) anos, sendo permitida a recondução.

§ 4º O mandato do Conselheiro, bem como do seu suplente, será gratuito e constituirá serviço público relevante.

Art. 4º O Conselho Municipal de Cultura será dirigido por uma Diretoria Composta de um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário, eleitos por escrutínio secreto, com mandato de 01 (um) ano, permitida a reeleição.

Art. 5º As atribuições da Diretoria serão fixadas no Regimento.

Art. 6º Para estudos da competência do Conselho poderão ser constituídas Câmaras específicas, cuja existência poderá ser permanente ou provisória, se assim indicar a experiência ou a necessidade.

§ 1º Os membros das Câmaras serão designados pelo Presidente do Conselho, pelo prazo de 01 (um) ano, permitindo a recondução dos mesmos.

§ 2º Todo conselheiro deverá participar de, pelo menos, uma das Câmaras.

§ 3º Poderão participar dos trabalhos das Câmaras, além dos membros da Diretoria, técnicos de reconhecida competência ou representantes de outras entidades, que tenham legítimo interesse no esclarecimento dos assuntos submetidos à apreciação das mesmas, como membros credenciados, mas sem direito a voto.

§ 4º A organização das Câmaras, bem como o seu funcionamento, será fixada no Regimento.

Art. 7º As datas das reuniões do Conselho serão decididas em plenário pelos seus conselheiros, onde constará o dia da semana para

as reuniões e seus respectivos horários.

Parágrafo único. Após a aprovação do dia da semana e horário das reuniões dos Conselheiros, a mesma constará do Regimento Interno, só podendo ser modificada com a maioria absoluta dos votos do Conselho Municipal.

Art. 8º Perderá o mandato o membro que deixar de comparecer a 03 (três) reuniões consecutivas ou 05 (cinco) alternadas, sem motivo justificado.

Art. 9º O local de trabalho do Conselho Municipal de Cultura será nas dependências da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Porto União – SC, assegurado todo o apoio administrativo e inclusive, de seus quadros será designado o Secretário Executivo do Conselho.

Art. 10. Dentro de 30 (trinta) dias a contar da publicação desta Lei, o Prefeito Municipal baixará Decreto aprovando o Regimento do Conselho Municipal de Cultura, baseado nas disposições desta Lei.

Art. 11. As despesas decorrentes desta Lei, no corrente exercício, correrão por conta da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Porto União – SC.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13. Revogam-se as disposições em contrário.

Porto União (SC), 07 de novembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA Prefeito Municipal Porto União - SC	PAULO RUBENS BUCH Secretário Municipal de Administração e Esporte Porto União - SC
---	--

DECRETO Nº 337, de 18 de novembro de 2013.

Aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Cultura de Porto União – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64 da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 4.185, de 07 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno do Conselho Municipal de Cultura de Porto União – SC, que com este é baixado.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 18 de novembro de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA Prefeito Municipal Porto União - SC	PAULO RUBENS BUCH Secretário Municipal Administração e Esporte Porto União - SC
---	--

CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA DE PORTO UNIÃO – SC
REGIMENTO INTERNO

CAPÍTULO I DA NATUREZA

Art. 1º O Conselho Municipal de Cultura, conforme estabelecido pela Lei Municipal nº 4.185, de 07 de novembro de 2013, é instrumento democrático e participativo da comunidade, com atribuições consultivas das questões afetas à Cultura do Município.

CAPÍTULO II

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 2º Compete ao Conselho Municipal de Cultura:

- I- opinar sobre prioridades na consecução da Política Municipal de Cultura e apontar prioridades para aplicação dos recursos públicos destinados à cultura;
- II- acompanhar a elaboração e opinar sobre a proposta orçamentária do Município para a cultura;
- III- opinar, perante os poderes públicos, sobre os atos legislativos e regulamentadores concernentes à cultura;
- IV- pronunciar-se e prestar informações sobre assuntos que digam respeito à cultura;
- V- atuar perante os diversos segmentos da sociedade, procurando sensibilizá-los para a importância do investimento na cultura;
- VI- defender o Patrimônio Cultural do Município e incentivar sua difusão e proteção.

CAPÍTULO III

DA COMPOSIÇÃO, DOS MANDATOS E DO PROVIMENTO

Art. 3º O Conselho Municipal de Cultura apresenta a seguinte composição:

- I- o Secretário Municipal de Cultura e, em sua ausência, representante por ele indicado;
- II- um representante e seu respectivo suplente, indicados em assembleia específica de cada uma das seguintes áreas culturais:
 - a) teatro;
 - b) dança;
 - c) artes plásticas;
 - d) cinema e vídeo;
 - e) artesanato;
 - f) literatura;
 - g) música;
 - h) patrimônio cultural/museus;
 - i) tradições populares;
 - j) bibliotecas;
 - k) coral.

Art. 4º Os membros titulares e suplentes do Conselho terão mandato de 02 (dois) anos, permitindo-se a recondução por igual período.

Art. 5º O mandato dos membros do Conselho será considerado extinto, antes de seu término, nos seguintes casos:

- I- renúncia;
- II- ausência em 03 (três) reuniões, consecutivas ou alternadas, sem apresentação de justificativa, ou 05 (cinco) extraordinárias, também consecutivas, sem justificativa.

Art. 6º Caberá ao Plenário do Conselho autorizar pedidos de afastamento temporário ou definitivo do conselheiro, por razões relevantes, assumindo em seu lugar o respectivo suplente.

CAPÍTULO IV

DA ORGANIZAÇÃO INTERNA DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA

Art. 7º O Secretário Municipal de Cultura é o Presidente nato do Conselho Municipal de Cultura.

Art. 8º O Conselho Municipal de Cultura terá um Núcleo Organizador, que será composto pelo Presidente, Vice-Presidente e 1º Secretário.

§ 1º Compete ao Núcleo Organizador tomar as providências necessárias para a convocação, a realização e o registro das reuniões do Conselho Municipal de Cultura.

§ 2º Os membros do Núcleo Organizador, à exceção do Secretário

Municipal de Cultura, serão escolhidos dentre os conselheiros e poderão ser substituídos a qualquer tempo, por decisão de maioria simples dos conselheiros.

Art. 9º Para garantir a ampliação da participação e a representatividade das opiniões, os representantes comunitários deverão discutir previamente os assuntos em pauta no Conselho Municipal, ou que para ele pretendam remeter.

Parágrafo único. Caberá ao Pleno do Conselho Municipal de Cultura eleger os assuntos que necessariamente tenham que passar por discussão junto aos órgãos competentes.

Art. 10. Na mesma perspectiva do artigo anterior, os membros representantes de segmentos culturais deverão discutir em câmara específica do segmento cultural, composta por no mínimo 05 (cinco) integrantes, os assuntos em pauta no Conselho Municipal de Cultura, ou que para ele pretendam remeter.

Parágrafo único. Caberá ao Pleno do Conselho Municipal de Cultura eleger os assuntos que necessariamente tenham que passar por discussão junto às Câmaras Setoriais dos segmentos culturais, exigindo dos Conselheiros que apresentem ata e lista de presença destas reuniões.

Art. 11. Os demais integrantes do Conselho Municipal de Cultura devem, igualmente, discutir com as instituições nele representadas os assuntos em pauta no Conselho ou que para ele pretendam remeter.

Parágrafo único. Caberá ao Pleno do Conselho Municipal de Cultura eleger os assuntos que necessariamente tenham que passar por discussão junto às demais instituições nele representadas, exigindo dos Conselheiros que apresentem documentação comprobatória da posição das referidas instituições.

CAPÍTULO V

DAS ATRIBUIÇÕES DO NÚCLEO ORGANIZADOR DO CONSELHO

Art. 12. Compete ao Presidente, além de outras atribuições que lhe são conferidas no presente Regimento:

- I- presidir os trabalhos do Conselho e organizar a pauta das sessões plenárias e a ordem do dia das mesmas;
- II- dirigir as discussões, distribuindo a palavra aos Conselheiros, coordenando os debates e neles intervindo para garantia da ordem e esclarecimentos;
- III- convocar reuniões ordinárias e extraordinárias;
- IV- cobrar as agendas e compromissos assumidos perante o Conselho Municipal de Cultura, pelos representantes das Câmaras Setoriais;
- V- cobrar compromissos e agendas assumidos perante o Conselho Municipal de Cultura, por Comissões Especiais de Trabalho por ele criadas;
- VI- zelar pelo regular funcionamento do Conselho, determinando às unidades da Secretaria Municipal de Cultura, as providências e fornecimento de recursos e informações que se fizerem necessários;
- VII- exercer a representação do Conselho;
- VIII- exercer, no Conselho Pleno, o seu direito de voto e, em casos de empate nas votações, também o voto de qualidade.

Art. 13. Compete ao Vice-Presidente do Núcleo Organizador:

- I- substituir o Presidente em suas faltas e impedimentos;
- II- auxiliar o Presidente no cumprimento de suas atribuições.

Art. 14. Compete ao 1º Secretário do Núcleo Organizador:

- I- divulgar aos Conselheiros as agendas de reuniões e compromissos do Conselho Municipal de Cultura;
- II- secretariar as reuniões do Conselho e redigir as atas;

- III- dar publicidade às atividades da instituição;
- IV- encarregar-se dos serviços de documentação e arquivo, mantendo atualizadas as correspondências e os documentos do Conselho;
- V- assinar, junto com o Presidente, as correspondências do Conselho;
- VI- prestar, de modo geral, sua colaboração ao andamento das diversas atividades do Conselho.

CAPÍTULO VI DAS COMISSÕES TEMÁTICAS

Art. 15. Para o melhor desempenho de suas funções, o Pleno do Conselho poderá formar, dentre seus componentes, Comissões Temáticas de Trabalho.

§ 1º Cada Comissão será constituída por no mínimo 02 (dois) e no máximo 05 (cinco) membros, devendo ter um coordenador e um relator.

§ 2º Cada Comissão deverá ter sua finalidade bem delimitada pelo Conselho Pleno, assim como o tempo para o exercício dela, que devem ser registradas em ata específica de constituição.

Art. 16. A cada uma das Comissões Temáticas, resguardadas as suas especificidades, cabe:

- I- pesquisar, relatar e opinar exclusivamente sobre a matéria para o qual foi criada pelo Conselho Pleno;
- II- tomar iniciativa de indicações, pareceres e sugestões, dentro do objetivo para o qual tenha sido criada pelo Conselho Pleno;
- III- ouvir, inquirir, entrevistar e fazer diligências, dentro dos termos para o qual tenha sido criada pelo Conselho Pleno.

Parágrafo único. Os resultados do trabalho das Comissões Temáticas deverão ser apresentados sempre por escrito, sendo submetidos à apreciação do Conselho Pleno.

CAPÍTULO VII DAS REUNIÕES DO CONSELHO

Art. 17. O Conselho Municipal de Cultura reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada 02 (dois) meses, para deliberar sobre os assuntos em pauta e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente, ou da maioria absoluta de seus componentes.

§ 1º As reuniões do Conselho Municipal de Cultura deverão ser convocadas com no mínimo 03 (três) dias de antecedência em relação à data de sua realização, sendo que a pré-pauta de assuntos a discutir deve ser divulgada aos conselheiros com igual antecedência.

§ 2º Impedido de comparecer, o Conselheiro Titular deve comunicar sua ausência com até 24 (vinte e quatro) horas antes do início da sessão do Conselho Pleno, salvo impossibilidade de fazê-lo, para que o suplente possa ser notificado.

Art. 18. As sessões plenárias do Conselho, em primeira convocação, deverão ter quorum mínimo de 50% (cinquenta por cento) mais 01 (um) dos seus membros. Já em segunda convocação, 30 (trinta) minutos após a primeira, as reuniões poderão ser realizadas com qualquer número de presentes.

§ 1º Observado o número legal de presentes e declarada aberta a sessão do Conselho Pleno, proceder-se-á a votação da ata da sessão anterior, passando-se, em seguida, à pauta do dia.

§ 2º As decisões ordinárias serão tomadas por maioria simples de votos (50% + 01 dos presentes), cabendo ao Presidente o voto de

qualidade.

§ 3º Para reuniões em que sejam discutidas questões sobre aprovação e alteração de Regimento Interno, eleição do Núcleo Organizador do Conselho e deliberação sobre recursos vinculados ao PROMIC/FEPROC (Programa Municipal de Incentivo à Cultura e Fundo de Apoio a Projetos Culturais), o quorum será de 2/3 (dois terços) dos conselheiros em qualquer convocação. Estas decisões qualificadas serão tomadas por maioria de 2/3 (dois terços) dos conselheiros.

Art. 19. As matérias a serem deliberadas pelo Conselho que exijam estudo prévio deverão ser apresentadas por escrito, com cópias disponíveis para todos os Conselheiros até o início da sessão plenária, salvo as questões de menor relevância ou maior imediatidade.

Art. 20. Nas sessões plenárias, todos os Conselheiros Titulares têm igual direito à voz e voto, sendo permitida a participação dos Conselheiros Suplentes apenas com direito à voz, se não estiverem substituindo seus titulares.

§ 1º Havendo muitos candidatos ao uso da palavra, a prioridade será dada aos Conselheiros Titulares.

§ 2º Para melhor aproveitamento do tempo e democrático uso da palavra, cada intervenção será limitada a 03 (três) minutos, podendo ser prorrogada por decisão do plenário.

Art. 21. Havendo votações nas sessões plenárias, as mesmas deverão obedecer aos seguintes procedimentos:

- I- a votação deverá ser aberta e nominal;
- II- somente haverá votação secreta por decisão da maioria absoluta dos Conselheiros presentes, observado o quorum mínimo necessário à instalação da sessão;
- III- qualquer conselheiro terá direito a registrar em ata, expressamente, o seu voto.

Art. 22. As deliberações do Conselho tomarão a forma de Resolução ou Parecer e deverão ser registradas e assinadas pelo Presidente e pelo 1º Secretário.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 23. O presente Regimento poderá ser modificado ou acrescido, desde que com o voto favorável da maioria absoluta dos membros do Conselho Municipal de Cultura.

Art. 24. Os casos omissos no presente Regulamento serão resolvidos pelo Conselho.

Art. 25. O presente Regimento entrará em vigor na data de sua aprovação, através de sua publicação.

Porto União (SC), 18 de novembro de 2013.

JOSÉ CARLOS GONÇALVES

Presidente do Conselho Municipal de Cultura de Porto União – SC

DECRETO Nº 394, de 24 de fevereiro de 2014.

Dispõe sobre a nomeação do Gestor do Fundo Municipal de Cultura.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º NOMEIA JOSÉ CARLOS GONÇALVES para responder administrativa e financeiramente, como Gestor do Fundo Municipal de

Cultura, sob o CNPJ nº 79.377.214/0001-31.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de publicação.

Porto União (SC), 24 de fevereiro de 2014.

ANÍZIO DE SOUZA	PAULO RUBENS BUCH
Prefeito Municipal Porto União - SC	Secretário Municipal Administração e Esporte Porto União - SC

DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

- Declaração universal dos direitos humanos. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948.
- Recomendação Paris – Convenção sobre a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural. Adotada pela Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura, reunida em Paris, de 17 de outubro a 21 de novembro de 1972.
- Declaração universal sobre a diversidade cultural, UNESCO, 2002.
- Declaração sobre os direitos de pessoas pertencentes a minorias nacionais ou étnicas, religiosas e linguísticas. Aprovada pela resolução 47/135 da Assembleia Geral da ONU de 18 de dezembro de 1992
- Recomendação sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular. Estabelecida pela Conferência Geral da UNESCO - 25ª Reunião. Paris 15 de novem
- Recomendação sobre o status do artista. Estabelecida pela Conferência das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura. Belgrado, 23 setembro a 28 de outubro de 1980.
- Declaração do México sobre Políticas Culturais. Aprovada pela Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais. ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, 1985.
- Declaração de São Paulo sobre Cultura e Sustentabilidade. Documento firmado na Convenção da Promoção e Proteção da Diversidade das Expressões Culturais da Unesco, 2005.
- Metas do Plano Nacional de Cultura. Aprovadas em dezembro de 2011 e publicadas pelo MinC em julho de 2012.38
- I e II Conferência Nacional de Cultura, Brasília, 2005 e 2010.
- Relatórios I e II Conferência Estadual de Cultura, Florianópolis, 2005 e 2009.
- Carta de Fraiburgo. Documento elaborado no 1º Fórum Catarinense de Gestores Municipais de Cultura, 1º e 2 de agosto de 2011.
- Carta de Florianópolis. Documento elaborado no IIº Fórum Catarinense de Gestores Municipais de Cultura, 28 e 29 maio de 2012.

ANEXO III

DISPÕE SOBRE BENS CULTURAIS E TURÍSTICOS DO MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO – SC

Praças e Monumentos

1. Portal Turístico José Tarlombani – Bairro Pintado
2. Monumento ao Tropeiro – Bairro Pintado
3. Praça Francisco Bittener – Bairro Santa Rosa
4. Praça do Aviador – Bairro Santa Rosa
5. Praça do Expedicionário – Bairro Santa Rosa
6. Praça Salustiano Costa Junior – Bairro Santa Rosa
7. Parque Monge João Maria – Bairro Santa Rosa
8. Monumento Monge João Maria – Bairro Santa Rosa
9. Grutas do Morro da Cruz – Bairro Santa Rosa
10. Via Sacra – Bairro Santa Rosa
11. Cruzeiro Luminoso – Bairro Santa Rosa
12. Mirante do Morro da Cruz – Bairro Santa Rosa
13. Mirante Arno Dickel – Centro
14. Villa Gemma (Museu Salustiano Costa Junior e Secretaria de Cultura e Turismo de Porto União) – Centro
15. Monumento João Pessoa – Centro

16. Praça Nereu Ramos – Centro
17. Monumento Prudente de Brito – Centro
18. Monumento aos Franciscanos - Centro
19. Monumento em Homenagem as Mães - Centro
20. Casa Cultural Aníbal Khury – Centro
21. Ponte Machado da Costa – Centro
22. Marco da Divisa (Paraná/Santa Catarina) - Centro
23. Praça Cidade Amiga – Centro
24. Estação União – Centro
25. Monumento ao Ferroviário – Centro
26. Monumento Capital do Steinhager e do Xixo - Centro
27. Praça Hercílio Luz – Centro
28. Fonte Luminosa (Chafariz) – Centro
29. Monumento Olavo Bilac – Centro
30. Monumento Maçonaria – Centro
31. Monumento Marco Zero - Centro
32. Praça do Contestado – Centro
33. Praça Paraná – Centro
34. Praça Alexandre Puzyna – Bairro Cidade Nova
35. Monumento à Imigração Alemã – Avenida Perimetral
36. Monumento à Imigração Italiana – Avenida Perimetral
37. Monumento à Imigração Polonesa – Avenida Perimetral
38. Monumento à Tradição – Avenida Perimetral
39. Monumento aos Indígenas – Avenida Perimetral
40. Praça São Pedro – Bairro São Pedro
41. Monumento Elos de Nossa História – Bairro Santa Rosa
42. Estação Engenheiro Mello – Bairro São Bernardo do Campo
43. Museu Leovegildo Dalmas – Distrito de São Miguel da Serra
44. Igreja São Miguel Arcanjo (Igreja de Pedra) – Distrito de São Miguel da Serra
45. Igreja São João Batista – Comunidade de Antônio Cândido
46. Igreja Nossa Senhora das Candeias – Comunidade do Maratá
47. Gruta de Nossa Senhora de Lourdes – Comunidade do Maratá
48. Praça Martin Eisemberg – Distrito de Santa Cruz do Timbó
49. Casa Estilo Germânico – Comunidade da Lança
50. Casa Estilo Germânico – Comunidade do Maratá

Projetos Culturais realizados, mantidos e/ou apoiados pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo
Porto União – SC

Projeto	Aplicação
Banda Marcial	Núcleo Educacional João Fernando Sobral
Banda Marcial	Núcleo Educacional Jornalista Hermínio Millis
Banda Marcial	Núcleo Educacional Frei Deodato
Fanfarra	Núcleo Educacional São Bernardo do Campo
Associação dos Artesãos - Arte do Porto (artesanato local)	Anexo ao Museu Salustiano Costa Jr. Rua Sete de Setembro, 557 - Centro.
Museu Salustiano Costa Jr	Rua Sete de Setembro, 557 - Centro.
Instituto SIM – Sempre Incentivando Música	Espaço Estação União
Centro de Danças Porto União da Vitória.	Espaço Estação União
Exposições Artísticas Itinerantes	Casa Cultural Anibal Khury
Exposições artísticas Itinerantes	Museu Salustiano Costa Jr
Orquestra Show Porto União – Grupo de músicos do município	Apoio para apresentações com local, equipamento de som e luzes.

Grupos de Dança	Apoio para apresentações com local adequado, figurinos e equipamento de som.
Grupos Folclóricos	Apoio para apresentações com local adequado, figurinos e equipamento de som.
Realização de Festas	Festa das Etnias "União dos Povos". Festa Nacional do Steinhaeger e do Xixo.
Calendário de Eventos Culturais	Mensal – Eventos diversos
Preservação e Manutenção	Patrimônio Material e Imaterial.
Comodato e Administração	Espaço Cultural Cine Teatro Ópera

LEI Nº 4.401/2016

LEI Nº 4.401, de 22 de junho de 2016.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a firmar com a Cooperativa-Escola dos Alunos do Colégio Agrícola "Vidal Ramos" – COOPESA com a interveniência do CEDUP-VIDAL RAMOS, Termo de Convênio que especifica, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar com a Cooperativa-Escola dos Alunos do Colégio Agrícola "Vidal Ramos" – COOPESA com a interveniência do CEDUP-VIDAL RAMOS, Termo de Convênio objetivando a mútua colaboração financeira, didática e tecnológica, com a finalidade de estimular e desenvolver o ensino médio profissionalizante na área de agropecuária.

Art. 2º O Município contribuirá com o valor de R\$ 13.750,00 (treze mil, setecentos e cinquenta reais), referente ao exercício financeiro de 2016, dividido em 04 (quatro) parcelas mensais e consecutivas de R\$ 3.437,50 (três mil, quatrocentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos), a partir da data de sua assinatura, para o custeio de 50% (cinquenta por cento) de 11 (onze) bolsas de estudo, que beneficiarão 11 (onze) alunos matriculados no Curso Técnico em Agropecuária, encaminhados pelo Município.

§ 1º Os alunos beneficiários das bolsas de estudo deverão residir no interior do Município de Porto União ou, se residirem na área urbana, ser filhos de produtores rurais do Município, ou ainda, filhos de funcionários da Municipalidade.

§ 2º O critério de cessão deverá seguir o estabelecido no § 1º do caput, até o limite máximo de 11 (onze) bolsas de estudo anuais.

Art. 3º Para fazer face às despesas decorrentes com a execução da presente Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a lançar mão da seguinte Dotação Orçamentária consignada no Orçamento Geral do Município, conforme discriminação seguinte:

ÓRGÃO 0200 - PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO
UNIDADE 0208 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
ATIVIDADE 2022 - Manutenção Secretaria Municipal de Agricultura
MODALIDADE 3350 - 100 - Transf. a Instituições Privadas sem fins lucrativos

Art. 4º A Cooperativa-Escola dos Alunos do Colégio Agrícola "Vidal Ramos" - COOPESA, obriga-se a prestar contas dos recursos recebidos, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da data do primeiro pagamento, mediante apresentação de cópia documental da aplicação dos mesmos.

Art. 5º O período de vigência do Convênio será até 31 de dezembro

de 2016, contados da data de sua assinatura.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 22 de junho de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

LEI Nº 4.402/2016

LEI Nº 4.402, de 22 de junho de 2016.

Dispõe sobre a "Revisão Geral Anual".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a conceder a "Revisão Geral Anual", com base no Índice Acumulado de janeiro a maio de 2016 do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), num percentual de 4,60% (quatro inteiros e sessenta décimos por cento).

Art. 2º A "Revisão Geral Anual" será concedida a todos os servidores ativos do quadro de funcionários deste Município, inclusive aos aposentados e pensionistas pelo Regime Próprio de Previdência Social – RPPS e pela Prefeitura, amparados pela paridade constitucional, excetuando-se a concessão aos cargos de provimento em comissão e aos Agentes Políticos (Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais).

Art. 3º O montante de 4,60%, resultado da "Revisão Geral Anual" previsto no Art. 1º desta Lei será pago aplicando-se taxa simples para o cálculo, no percentual discriminado, com vigência retroativa a partir de 1º de junho de 2016.

§ 1º Fica garantido a título de "Abono Salarial" aos Servidores Públicos Municipais, quando os mesmos não atingirem a remuneração mínima mensal equivalente a 01 (um) Salário Mínimo Nacional, no valor de R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais), após a aplicação dos índices definidos no Art. 3º desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2016.

Porto União (SC), 22 de junho de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 018/2016

PORTARIA Nº 018, de 23 de junho de 2016.

Nomeia Comissão Especial para os fins que especifica, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Constituir Comissão Especial com a finalidade específica

de efetuar o levantamento e proceder à avaliação de bens patrimoniais considerados inservíveis para o Serviço Público Municipal, para que possam ser alienados mediante Processo Licitatório na modalidade Leilão, nos termos do disposto na Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações.

Art. 2º Designar, como membros da Comissão:

- I- Afonso Wasmann Neto – Presidente;
- II- Tatiane Thonia da Luz – Secretária; e
- III- Alfonso Vezaro – Membro.

Art. 3º O prazo para a conclusão dos trabalhos será de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta Portaria, prorrogáveis na forma da Lei, por igual período.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 23 de junho de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO N° 28/2016

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO N° 28/2016

PREGÃO PRESENCIAL N° 24/2016

EXTRATO

O Município de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, com base na Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações, leva ao conhecimento de quem possa interessar que serão recebidas até às 13:30 (treze horas e trinta minutos), do dia 07 (sete) de julho de 2016, no Setor de Licitações, as propostas para PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de Gêneros Alimentícios, a serem utilizados na Merenda Escolar da Rede Municipal de Ensino, do Município de Presidente Castello Branco/SC, para o segundo semestre de 2016, conforme especificações constantes no Anexo I do presente Edital. O Município fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone/fax (0xx) 49 3457-1122.

A íntegra do presente Edital poderá ser obtido no site: www.castellobranco.sc.gov.br

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 23 DE JULHO DE 2016.

Claudio Sartori

Prefeito Municipal

Presidente Nereu

PREFEITURA

PORTARIA 257/2016

PORTARIA Nº 257 DE 19 DE MAIO DE 2016.

ESTABELECE HORÁRIO DE TRABALHO DIFERENCIADO DE SERVIDOR COMO ESPECIFICA.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina o Art. 18, § 3º da Lei Complementar Nº 001/2002 de 18/12/2002 e ainda,

RESOLVE

Art. 1º - Estabelecer horário diferenciado de trabalho ao servidor municipal MARCOS AURELIO JUNIOR PINTO, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, como segue:

SEGUNDA-FEIRA A QUINTA-FEIRA	Das 07h00min às 12h00min 13h00min às 17h00min
------------------------------	--

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 19 de Maio de 2016.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 258/2016

PORTARIA Nº 258 DE 19 DE MAIO DE 2016.

ESTABELECE HORÁRIO DE TRABALHO DIFERENCIADO DE SERVIDOR COMO ESPECIFICA.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina o Art. 18, § 3º da Lei Complementar Nº 001/2002 de 18/12/2002 e ainda,

RESOLVE

Art. 1º - Estabelecer horário diferenciado de trabalho a servidora municipal MARLENE KRAUS, ocupante do cargo efetivo de COORDENADOR PEDAGÓGICO, como segue:

SEGUNDA-FEIRA	Das 13h00min às 18h00min
TERÇA-FEIRA	Das 07h00min às 12h00min
QUARTA-FEIRA	Das 07h00min às 12h00min
QUINTA-FEIRA	Das 13h00min às 18h00min
SEXTA FEIRA	Das 07h00min às 12h00min

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 19 de Maio de 2016.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 259/2016

PORTARIA Nº 259 DE 19 DE MAIO DE 2016.

ESTABELECE HORÁRIO DE TRABALHO DIFERENCIADO DE SERVIDOR COMO ESPECIFICA.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina o Art. 18, § 3º da Lei Complementar Nº 001/2002 de 18/12/2002 e ainda,

RESOLVE

Art. 1º - Estabelecer horário diferenciado de trabalho a servidora municipal CARINE MARIA DELA BENETA, ocupante do cargo efetivo de ADMINISTRADOR ESCOLAR, como segue:

SEGUNDA-FEIRA à SEXTA-FEIRA	Das 13h00min às 18h00min
-----------------------------	--------------------------

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 19 de Maio de 2016.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 260/2016

PORTARIA Nº 260 DE 19 DE MAIO DE 2016.

ESTABELECE HORÁRIO DE TRABALHO DIFERENCIADO DE SERVIDOR COMO ESPECIFICA.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina o Art. 18, § 3º da Lei Complementar Nº 001/2002 de 18/12/2002 e ainda,

RESOLVE

Art. 1º - Estabelecer horário diferenciado de trabalho a servidora municipal DINEIDE MEYER COMANDOLI, ocupante do cargo efetivo de ADMINISTRADOR ESCOLAR, como segue:

SEGUNDA-FEIRA à SEXTA-FEIRA	Das 13h00min às 18h00min
-----------------------------	--------------------------

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 19 de Maio de 2016.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 261/2016

PORTARIA N.º 261 DE 19 DE MAIO DE 2016.
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e em conformidade com a Lei Complementar Nº 001/2002, Capítulo V, Subseção I, Art. 121, baixa a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º. - Fica concedido Licença para Tratamento de Saúde ao (a) Servidor (a) JEAN TILLMANN, Gerente de Informática, pelo período de 15 (quinze) dias, conforme atestado médico em anexo, sendo que após esse período o mesmo (a) será encaminhado (a) ao INSS.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar da data de 17 de Maio de 2016.

Presidente Nereu, 19 de Maio de 2016.
ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 262/2016

PORTARIA Nº. 262 DE 24 DE MAIO DE 2016.
CONCEDE LICENÇA PARA REPOUSO À GESTANTE COMO ESPECÍFICA

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e em conformidade com a Lei Complementar Nº. 001/2002, Capítulo V, Subseção IV, Art. 130, e suas alterações de acordo com a Lei Complementar Nº.18/2012 baixa a seguinte:

PORTARIA

Art. 1.º- Fica concedido Licença para Repouso à Gestante a servidora EDINEIA CATIA DE MELO, Assistente Administrativo, pelo período de 180 (Cento e Oitenta) dias, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2.º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 24 de Maio de 2016.
ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 263/2016

PORTARIA N.º 263 DE 25 DE MAIO DE 2016.
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e em conformidade com a Lei Complementar Nº 001/2002, Capítulo V, Subseção I, Art. 121, baixa a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º. - Fica concedido Licença para Tratamento de Saúde ao (a) Servidor (a) INACIO FRANCISCO TOMIO, Motorista, pelo período de 15 (quinze) dias, conforme atestado médico em anexo, sendo que após esse período o mesmo (a) será encaminhado (a) ao INSS.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente Nereu, 25 de Maio de 2016.
ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 264/2016

PORTARIA N.º 264 DE 25 DE MAIO DE 2016.
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e em conformidade com a Lei Complementar Nº 001/2002, Capítulo V, Subseção I, Art. 121, baixa a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º. - Fica concedido Licença para Tratamento de Saúde ao (a) Servidor (a) GERMANO RACHADEL, Motorista, pelo período de 15 (quinze) dias, conforme atestado médico em anexo, sendo que após esse período o mesmo (a) será encaminhado (a) ao INSS.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente Nereu, 25 de Maio de 2016.
ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 265/2016

PORTARIA Nº. 265 DE 31 DE MAIO DE 2016.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECÍFICA

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedido férias a FLÁVIO FERREIRA, Motorista, pelo período de 31 de Maio de 2016 a 29 de Junho de 2016, relativo ao período aquisitivo de 12/11/2014 a 11/11/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 31 de Maio de 2016.
ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 266/2016

PORTARIA Nº. 266, DE 01 DE JUNHO DE 2016.
NOMEIA SERVIDOR EM CARATER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, obedecendo aos resultados do Processo Seletivo n.º 002/2016, e de conformidade com o que estabelece a Lei n.º 1284/2010 de 13 de setembro de 2010, e ainda em conformidade com a Lei Complementar nº. 11/2011, de 01 de Setembro de 2011, que Dispõe sobre o Quadro de Pessoal, Plano de Cargos, Vencimentos e Desenvolvimento Funcional dos Servidores Públicos;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear em caráter temporário a Senhora, CRISTIANE CRUBER, para o cargo de ASSISTENTE SOCIAL, Faixa I, Nível de Vencimentos XI, constante do Anexo I, da Lei nº. 11/2011.

Art. 2º - A admissão será feita por tempo determinado de acordo com o Art. 2º, inciso V e ainda Art. 4º, inciso II da Lei n.º 1284/2010.

Parágrafo 1º - A Admissão será por tempo determinado e

improrrogável, respeitando o limite máximo de 12 meses.

Parágrafo 2º - A carga horária será de 35 horas semanais.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente Nereu, 01 de Junho de 2016.
ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI
Prefeito Municipal

PORTARIA 267/2016

PORTARIA Nº. 267 DE 01 DE JUNHO DE 2016.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte;
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedido férias a CLAUDELINO BELEGANTE, Operário Braçal, pelo período de 01 de Junho de 2016 a 30 de Junho de 2016, relativo ao período aquisitivo de 27/12/2014 à 26/12/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 01 de Junho de 2016.
ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 268/2016

PORTARIA Nº. 268 DE 01 DE JUNHO DE 2016.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte;
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedido férias parciais a ALINE LESKE TILLMANN, Contadora, pelo período de 30 de Maio de 2016 a 13 de Junho de 2016, fruição (05 dias), relativo ao período aquisitivo de 02/12/2015 à 01/12/2016.

Parágrafo Único – Em conformidade com a Art. 115, § 6º da Lei Complementar Nº. 001/2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, os 10 (dez) últimos dias de suas férias foram indenizados.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação, com efeitos retroativos a contar da data 30/05/2016.

Presidente Nereu, 01 de Junho de 2016.
ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI
Prefeito Municipal

PORTARIA 269/2016

PORTARIA Nº. 269 DE 01 DE JUNHO DE 2016.
CONCEDE FÉRIAS PARCIAIS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte;
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedido férias parciais a VALDECI JOSE COMANDOLI, Gerente de Licitações, pelo período de 01 de Junho de 2016 a 10 de Junho de 2016, relativo ao período aquisitivo de 03/04/2014 à 02/04/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 01 de Junho de 2016.
ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 270/2016

PORTARIA Nº. 270 DE 01 DE JUNHO DE 2016.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte;
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias a CLAUDIA APARECIDA DA SILVA, Agente Administrativo, pelo período de 01 de Junho de 2016 a 15 de Junho de 2016, fruição (05 dias), relativo ao período aquisitivo de 01/06/2015 a 31/05/2016.

Parágrafo Único – Em conformidade com a Art. 115, § 6º da Lei Complementar Nº. 001/2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, os 10 (dez) Primeiros dias de suas férias foram indenizados.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 01 de Junho de 2016.
ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 271/2016

PORTARIA Nº. 271 DE 02 DE JUNHO DE 2016.
CONCEDE LICENÇA PARA REPOUSO À GESTANTE COMO ESPECIFICA

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e em conformidade com a Lei Complementar Nº. 001/2002, Capítulo V, Subseção IV, Art. 130, e suas alterações de acordo com a Lei Complementar Nº.18/2012 baixa a seguinte:

PORTARIA

Art. 1.º- Fica concedido Licença para Repouso à Gestante a servidora SIMONE EIFLER BURG, Professora, pelo período de 180 (Cento e Oitenta) dias, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2.º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Junho de 2016.
ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 272/2016

PORTARIA Nº 272, DE 02 DE JUNHO DE 2016.

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e em conformidade com a Lei Complementar Nº 001/2002, Capítulo V, Subseção III, Art. 129, § 2º, baixa a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º. - Fica concedido licença por motivo de doença em pessoa da família ao (a) Servidor (a) DIONE STAROSCKY BURG, conforme atestado médico do familiar em anexo, pelo período de até 30 dias, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Junho de 2016.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI

Prefeito Municipal

PORTARIA 273/2016

PORTARIA Nº. 273, DE 02 DE JUNHO DE 2016.

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e firmado no disposto da Lei Complementar Nº. 001/2002, Título VI, Capítulos I, II e III e em conformidade com a Lei orgânica do Município de Presidente Nereu, baixa a seguinte.

PORTARIA

Art. 1 – Determinar, com fulcro no Art. 188, Inciso III, da Lei Complementar nº. 001/2002, a instauração de PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 002/2016 em desfavor do senhor: JAI-SON MATE matrícula nº. 2784.7-01, Motorista, mediante boletim de ocorrência, para apurar a possível prática de ato de improbidade administrativa.

Art. 2 – Constituir COMISSÃO ESPECIAL DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, composta pelos servidores: CARINE MARIA DELLA BENETA, Administrador Escolar, Matrícula nº. 2780.1-0, SONIA CORREIA, Gerente Administrativo, matrícula nº. 933.4-01, e ALINE MOREIRA, Coordenador Administrativo, Matrícula nº. 3662.5-01 para, sob a presidência da primeira, dar cumprimento ao item precedente.

Art. 3 – Deliberar que os membros da Comissão terão dedicação exclusiva e poderão reportar-se diretamente aos demais órgãos da administração pública, em diligências necessárias à instrução processual, coletando provas, depoimentos, enfim, tudo que for necessário ao esclarecimento e a busca da verdade, sem desprezar o princípio constitucional da ampla defesa.

Art. 4 – O prazo de conclusão será de 60 (sessenta) dias, admitida a prorrogação por igual prazo.

Art. 5 – Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Presidente Nereu, 02 de junho de 2016.

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 274/2016

PORTARIA Nº. 274 DE 06 DE JUNHO DE 2016.

CONCEDE FÉRIAS PARCIAIS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte;

PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedido férias parciais fruição a MAYCON SEBASTIAN BUNN, Motorista, pelo período de 06 de Junho de 2016 a 20 de Junho de 2016, relativo ao período aquisitivo de 17/07/2014 à 16/07/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 06 de Junho de 2016.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 275/2016

PORTARIA Nº. 275 DE 06 DE JUNHO DE 2016.

CONCEDE FÉRIAS PARCIAIS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte;

PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias parciais (fruição) a TIAGO ZAGUINI, Operário Braçal, pelo período de 06 de Junho de 2016 a 20 de Junho de 2016, relativo ao período aquisitivo de 13/06/2015 à 12/06/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 06 de Junho de 2016.

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI

Prefeito Municipal

Princesa

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 25/2016-PM - WILLIAN E ARTHUR

Extrato de Publicação de Contrato

Contratada: WILLIAN & ARTHUR INFORMÁTICA LTDA - ME
Contrato: 30/2016-PM
Processo Licitatório: 54/2016-PM
Dispensa de Licitação: 07/2016-PM
Fundamento Legal: Lei 8.666/93 e demais legislação.

Objeto: "Contratação de locação de SISTEMA PARA CONTROLE DE ACESSO NA WEB (internet) e mão de obra para instalação"

Data da Assinatura: 23/06/2016
Data da Publicação: 24/06/2016
Vigência: de 30/06/2016 a 29/12/2016

Valor Total: R\$ 1.990,00 (Um mil, novecentos e noventa reais)

Forma de Pagamento: até o 10º dia útil do mês subsequente ao da execução do serviço.

EXTRATO DE CONTRATO 31/2016-PM - ANDERSON NOLL

Extrato de Publicação de Contrato

Contratada: ANDERSON CASSIANO NOLL
Contrato: 31/2016-PM
Processo Licitatório: 55/2016-PM
Dispensa de Licitação: 08/2016-PM
Fundamento Legal: Lei 8.666/93 e demais legislação.

Objeto: "Contratação de profissional para ministrar os ENSAIOS DA FANFARRA MUNICIPAL e conduzi-la no Desfile Cívico em comemoração á Independência do Brasil."

Data da Assinatura: 24/06/2016
Data da Publicação: 27/06/2016
Vigência: de 24/06/2016 a 23/09/2016

Valor Total: R\$ 2.000,00 (dois mil reais)

Forma de Pagamento: até o 10º dia útil do mês subsequente ao da execução do serviço.

EXTRATO DE EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº56/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº40/2016

MUNICÍPIO DE PRINCESA/SC
Processo Licitatório 56/2016-PM
Pregão Presencial 40/2016-PM

O Município de PRINCESA/SC torna público que realizará licitação, na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por ITEM, destinado a "CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA MINISTRAR MINI CURSOS COM ATIVIDADES REFLEXIVAS/EDUCATIVAS E PARTICIPATIVAS COM DIVERSAS TEMÁTICAS ORGANIZADAS EM UM ROTEIRO DE TEMAS A SEREM TRABALHADAS EM CADA ENCONTRO, PARA DIVERSOS PÚBLICOS, A SEREM ORGANIZADOS PELAS SECRETARIAS MUNICIPAIS". A realização da sessão pública ocorrerá na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua

Rio Grande do Sul, 545, Centro – Princesa/SC no dia 11 de julho de 2016 as 08h30min. Cópia do edital e maiores informações podem ser obtidas no endereço citado, pelo telefone (49) 3641.0059, pelo e-mail compras@princesa.sc.gov.br ou no endereço eletrônico www.princesa.sc.gov.br. Princesa/SC, 24 de junho de 2016. Oli do Nascimento – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO 18.2106-FMS - DISPENSA 05.2016 - CÂMERA IMUNOBIOLOGICOS

MUNICÍPIO DE PRINCESA/SC
Processo Licitatório nº 18/2016-FMS
Dispensa de Licitação nº 05/2016-FMS

O Município de PRINCESA/SC, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde, torna público que realizará licitação, na modalidade Dispensa de Licitação destinada a "Aquisição de peças e deslocamento para manutenção corretiva da CÂMERA VERTICAL DE ARMAZENAMENTO E REFRIGERAÇÃO DE IMUNOBIOLOGICOS localizada na sala de imunização da Unidade de Saúde.". Cópia do edital e maiores informações podem ser obtidos no endereço citado, pelo telefone (49) 3641.0059, pelo e-mail compras@princesa.sc.gov.br ou no endereço eletrônico www.princesa.sc.gov.br. Princesa/SC, 24 de junho de 2016. Oli do Nascimento – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO 55.2106-PM - DISPENSA 08.2016-PM - ENSAIOS FANFARRA

MUNICÍPIO DE PRINCESA/SC
Processo Licitatório 55/2016-PM
Dispensa de Licitação 08/2016-PM

O Município de PRINCESA/SC torna público que realizará licitação, na modalidade Dispensa de Licitação, do tipo Menor Preço por ITEM, destinado a "Contratação de profissional para ministrar os ENSAIOS DA FANFARRA MUNICIPAL e conduzi-la no Desfile Cívico em comemoração á Independência do Brasil." A efetivação do procedimento ocorrerá na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua Rio Grande do Sul, 545, Centro – Princesa/SC. Cópia do edital e maiores informações podem ser obtidas no endereço citado, pelo telefone (49) 3641.0059, pelo e-mail compras@princesa.sc.gov.br ou no endereço eletrônico www.princesa.sc.gov.br. Princesa/SC, 24 de junho de 2016. Oli do Nascimento – Prefeito Municipal.

Rio do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 5361, DE 20 DE JUNHO DE 2016.

DECRETO Nº 5361, de 20 de junho de 2016.

"HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2016 - FMS, DE 07.06.2016".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002,

DECRETA:

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer do pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 5043/2015, de 01 de dezembro de 2015, o resultado do Pregão Presencial nº 013/2016 – FMS de 07.06.2016, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

- PONTOGOV ASSESS. E CONS. PÚBLICA LTDA.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

20 de junho de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

RODRIGO DUARTE

Secretário Municipal de Saúde

ANEXO AO DECRETO Nº 5361/2016

Pregão Presencial nº 013/2016 FMS de 07.06.2016

Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E ASSESSORIA E SUPORTE TÉCNICO E ADMINISTRATIVO ESPECIALIZADOS, PARA ACOMPANHAMENTO E ORIENTAÇÃO ESCRITA E VERBAL NAS ÁREAS: ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA, CONTÁBEL, ORIENTAÇÕES DE ORDEM OPERACIONAL DAS ROTINAS ADMINISTRATIVAS/FINANCEIRAS.

Participante:

- PONTOGOV ASSESS. E CONS. PÚBLICA LTDA.

Decisão: Pelo critério de menor preço por item o pregoeiro declarou vencedor o licitante:

- PONTOGOV ASSESS. E CONS. PÚBLICA LTDA.

DECRETO Nº 5362, DE 20 DE JUNHO DE 2016.

DECRETO Nº 5362, de 20 de junho de 2016.

"REVOGA O PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2016 FMS, DE 23.05.2016."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, e com o artigo 49, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º- Fica revogado o processo licitatório representado pelo Pregão Presencial nº 012/2016 - FMS, de 23.05.2016.

Parágrafo único - A revogação decidida no caput, se dá devido a inconsistências orçamentárias no município.

Art. 2º- Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.
20 de junho de 2016.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

RODRIGO DUARTE
Secretário do Municipal da Saúde

DECRETO Nº 5363, DE 20 DE JUNHO DE 2016.

DECRETO Nº 5363, de 20 de junho de 2016.

“HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2016 - FMS, DE 07.06.2016”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002,

DECRETA:

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer do pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 5043/2015, de 01 de dezembro de 2015, o resultado do Pregão Presencial nº 015/2016 – FMS de 07.06.2016, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes:

- LOCASIM LOCADORA DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS LTDA EPP.
(Lote 01).

- WS LOCAÇÕES LTDA EPP.
(Lote 04).

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
20 de junho de 2016.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

RODRIGO DUARTE
Secretário Municipal de Saúde

ANEXO AO DECRETO Nº 5363/2016

Pregão Presencial nº 015/2016 FMS de 07.06.2016

Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
Participantes:

- LOCASIM LOCADORA DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS LTDA EPP.
(Lote 01).

- WS LOCAÇÕES LTDA EPP.
(Lote 04).

Decisão: Pelo critério de menor preço por item o pregoeiro declarou vencedores os licitantes:

- LOCASIM LOCADORA DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS LTDA EPP.
(Lote 01).

- WS LOCAÇÕES LTDA EPP.
(Lote 04).

DECRETO Nº 5365, 21 DE JUNHO DE 2016.

DECRETO Nº 5365, de 21 de junho de 2016.

"HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2016 – 27.04.2016".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, e com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993,

DECRETA:

Art. 1º- Fica homologado de acordo com o parecer do pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 5043/2015, de 01.12.15 o resultado do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 021/2016, de 27.04.2016, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes:

ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA;
SERMEDICALL ARP EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA;
METROMED COM. DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

21 de junho de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

ANEXO AO DECRETO Nº 5365/2016

Pregão Presencial para Registro de Preços nº 016/2016, de 10.05.16

Objeto da Licitação: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS PARA ATENDIMENTO DE PRIMEIROS SOCORROS. CORPO DE BOMBEIRO DE RIO DO SUL.

Participantes:

ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA;
SERMEDICALL ARP EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA;
METROMED COM. DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR.

Decisão: Pelo critério de menor preço por item o pregoeiro declarou vencedores os licitantes:

ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA;
SERMEDICALL ARP EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA;
METROMED COM. DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR.

DECRETO Nº 5367, DE 22 DE JUNHO DE 2016.

DECRETO Nº 5367, de 22 de junho de 2016.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso III da Lei Orçamentária nº 5.694 de 15/12/15

DECRETA

Art. 1º - Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no corrente exercício financeiro no montante de R\$ 261.387,53 (duzentos e sessenta e um mil , trezentos e oitenta e sete reais e cinquenta e três centavos), por conta do Superávit Financeiro verificado no exercício anterior, de acordo com o que determina o artigo 12º da Lei Orçamentária nº 5.694/2015, visando a suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

20.00	FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL		
20.01	FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL		
1.038	Projetos , Eventos e Contrapartidas		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		

03645520	Transferências de Convênios – Estado Cultural	R\$	51.629,84
2.072	Manutenção da Fundação Cultural de Rio do Sul		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
03000000	Recursos Ordinários - Superávit	R\$	209.757,69
	TOTAL	R\$	261.387,53

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

22 de junho de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Prefeito do Município de Rio do Sul

NOTIFICAÇÃO E TERMO DE DISTRATO DE CONTRATO Nº 001/2016

NOTIFICAÇÃO E TERMO DE DISTRATO DO CONTRATO

Pelo presente termo de Distrato Contratual, O Município de Rio do Sul, localizado na Praça 25 de Julho, nº 01, Centro, CEP 89.160-900, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.574/0001-06, neste ato representada pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado neste Município, de agora em diante denominado DISTRATANTE, e a empresa Vilson Vansuiten - ME, estabelecida à Rua Marques do Herval, 3511, Centro, no município de Ibirama, Estado de Santa Catarina, CEP – 89.140-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.418.466/0001-13, representada neste ato pelo Sr. Vilson Vansuiten, Sócio Gerente, Carteira de Identidade nº 2.916.066-9, CPF nº 826.869.209-04, doravante denominada DISTRATADA, tem justo e decidido o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente termo tem por objeto a rescisão unilateral do Contrato de Serviço de Fornecimento de Material nº 080/2015, firmado em 13 de maio de 2015 e Ordem de Serviços com seu início em 26 de maio de 2015, cujo objeto é a execução da construção do mercado público, localizado no Bairro Canoas em Rio do Sul, originária da Tomada de Preços nº 046/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

Uma vez caracterizado a inexecução parcial do Contrato de Serviço de Fornecimento de Material nº 080/2015, pelo não cumprimento de cláusulas contratuais, objeto e prazos, bem como pela lentidão da obra, sem justa causa e prévia comunicação à administração, narrada pelo relatório técnico, assinado pelo Fiscal de Serviços Públicos, Servidor Maurício Cavalcanti, (Art. 78, Incisos I e III da Lei nº 8.666/93), pela empresa Vilson Vansuiten – ME, ora DISTRATADA. A Administração Municipal promove a rescisão unilateral do Contrato de Serviço de Fornecimento de Material nº 080/2015, nos termos do Art. 79, Inciso I da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A Administração Municipal poderá aplicar as sanções administrativas estabelecidas na Cláusula Nona do Contrato de Serviço de Fornecimento de Material nº 080/2015 e no Art. 87 da Lei nº 8.666/93, após apuração em processo administrativo próprio, onde lhe será assegurado o direito ao contraditório e ampla defesa, nos termos do Art. 78, § único e Art. 109, Inciso I, Letra “e” da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA

Fica desde já intimada esta DISTRATADA para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, apresente sua defesa, se quiser, sobre os termos do presente, sendo que seu silêncio importará na aplicação mediante as sanções contratuais e da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA – DO FORO

Para dirimir as questões oriundas do presente instrumento, é competente o foro da Comarca de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina.

Intima-se e Publique-se

Rio do Sul, 13 de junho de 2016.

MUNICÍPIO DE RIO DO SUL

Garibaldi Antônio Ayroso

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0744/RH

PORTARIA Nº. 0744/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Tornar sem efeito a Portaria n.º 0694/2016/RH de 10/06/2016, a qual nomeia NARDELI EGER para exercer o cargo de provimento efetivo de Pedreiro, 40h, em virtude da desistência (anexa), nos termos do Art. 14, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 21 de junho de 2016.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Rp

PORTARIA Nº 0745/RH

PORTARIA Nº. 0745/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, JOEL ANTONIO, para exercer o cargo de provimento efetivo de PEDREIRO, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n. 002/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 21 de junho de 2016.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Rp

PORTARIA Nº 0746/RH

PORTARIA Nº. 0746/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, CLAUDIA JEANE WANZUITA DE NOVAIS, para exercer o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n. 001/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 23 de junho de 2016.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Csvf

PORTARIA Nº 0747/RH

PORTARIA Nº. 0747/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, GEANE KUSTER PEREIRA, para exercer o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n. 001/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 23 de junho de 2016.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Csvf

RESUMO DO ADITIVO 050/2016

4º TERMO ADITIVO Nº 050/2016 – DO CONTRATO DE MATERIAIS E SERVIÇOS NR. 046/2014, REFERENTE A EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO DO PASSEIO DA RUA AUGUSTO MUNZFELD, BAIRRO FUNDO CANOAS EM RIO DO SUL, ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E A EMPRESA MAURÍCIO ELY PUTTKAMMER - ME.

Aos treze (13) dias do mês de maio (05) do ano de dois mil e dezesseis (2016), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa Maurício Ely Puttkammer – ME., estabelecida na rua Papa João XXIII, 252, Centro, no município de Santa Cecília/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 07.877.201/0001-10, ora denominada CONTRATADA, representado pelo seu Gerente, Sr. Maurício Ely Puttkammer, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Edital de Tomada de Preços nº 045/2014, o Contrato original de Materiais e Serviços nº 046, datado de 06 de maio de 2014, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do § 1º do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 90 (noventa) dias, com o seu término em 14 de agosto de 2016.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS

CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul
Contratante

MAURÍCIO ELY PUTTKAMMER - ME
Contratada

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

RESUMO DO ADITIVO 057/2016

8º TERMO ADITIVO Nº 057/2016 – DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 174/2012, REFERENTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DA PONTE PÊNSIL, LIGANDO OS BAIRROS BARRA DA ITROUPAVA/BREHMER EM RIO DO SUL, ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E A EMPRESA METRO CÚBICO ENGENHARIA LTDA.

Aos vinte e sete (27) dias do mês de abril (04) do ano de dois mil e dezesseis (2016), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa Metro Cúbico Engenharia Ltda., estabelecida na rua Georg Lucas, 85, bairro Jardim América, no município de Rio do Sul/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 06.973.540/0001-38, ora denominada CONTRATADA, representada pelo seu Sócio Administrador, Sr. Eduardo Aragão Silva, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Edital da Tomada de Preços nº 120/2012, o Contrato original de Serviço e Fornecimento de Material nº 174, datado de 28 de junho de 2012, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se no inciso I do Artigo 57 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 180 (cento e oitenta) dias, com o seu término em 25 de outubro de 2016.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS.

CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul
Contratante

Metro Cúbico Engenharia Ltda
Eduardo Aragão Silva
Contratada

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

RESUMO DO ADITIVO 059/2016

6º TERMO ADITIVO Nº 059/2016 – DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 117/2014, REFERENTE EXECUÇÃO DA MODERNIZAÇÃO DO TERMINAL URBANO, LOCALIZADO NA RUA SANTOS DUMONT, CENTRO EM RIO DO SUL, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA EQUAL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.

Aos vinte e três (23) dias do mês de junho (06) do ano de dois mil e dezesseis (2016), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representado pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa EQUAL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA., estabelecida na rua Duque de Caxias, 78, Sala 03, 1º andar, Jardim América, no município de Rio do Sul/SC, CEP 89.160-123 inscrita no CNPJ sob o nº 14.629.988/0001-67, ora denominada CONTRATADA, representado pelo seu Diretor, Sr. Gustavo Aragão Silva, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pela Dispensa nº 094/2014, o contrato original de serviços e fornecimento de material nº 117, datado de 13 de junho de 2014, de acordo com parecer nº 003/2016, exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar

o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do § 1º do Artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ACRÉSCIMOS

Fica acrescido ao valor contratual assumido constante da Cláusula Segunda do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, no valor de R\$ 9.363,05 (nove mil e trezentos e sessenta e três reais e cinco centavos), conforme protocolo nº 151968/2015.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS

CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Contratante

EQUAL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA

. Sr. Gustavo Aragão Silva

Contratada

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

TERMO DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - CLAUDIA JEANE WANZUITA DE NOVAIS TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) CLAUDIA JEANE WANZUITA DE NOVAIS, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 001/2015, homologado através do Decreto nº 4797 de 07/07/2015 e suas retificações posteriores. (Cargo de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL – 40 HORAS).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0746/RH de 23/06/2016, publicada em 27/06/2016. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Professor Pedagogo	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA.

Rio do Sul, 24 de junho de 2016.

Departamento de Recursos Humanos

Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - GEANE KUSTER PEREIRA TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) GEANE KUSTER PEREIRA, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 001/2015, homologado através do Decreto nº 4797 de 07/07/2015 e suas retificações posteriores. (Cargo de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL – 40 HORAS).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0747/RH de 23/06/2016, publicada em 27/06/2016. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver

com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Professor Pedagogo	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA.

Rio do Sul, 24 de junho de 2016.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015 - JOEL ANTONIO

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) JOEL ANTONIO, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2015, homologado através do Decreto nº 5148 de 15/02/2016 e suas retificações posteriores. (Cargo de PEDREIRO – 40 HORAS).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0745/RH de 21/06/2016, publicada em 27/06/2016. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
---------------	--------------------

Todos os cargos	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA 9. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO.
-----------------	--

Rio do Sul, 24 de junho de 2016.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO - CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - ELISIANI ANDRADE - RETIFICAÇÃO

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 309, de 01/12/2015 e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) ELISIANI ANDRADE, nomeado (a) pela Portaria n. 0176/RH, de 01/03/2016, publicada no DOM na data de 09/03/2016, para exercer o cargo efetivo de Professor – Educação Infantil, Nível III, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo Concurso Público n. 001/2015.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada e deferimento do requerimento protocolado em nosso município, de nº 159142/2016, conforme Parecer Jurídico nº 018/2016, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 23/06/2016, retificando a data anterior de exercício que era 15/06/2016.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 20 de junho de 2016.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO - CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - LISIANE SALDANHA DE OLIVEIRA

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 309, de 01/12/2015 e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) LISIANE SALDANHA DE OLIVEIRA, nomeado (a) pela Portaria n. 0543/RH, de

11/05/2016, publicada no DOM na data de 13/05/2016, para exercer o cargo efetivo de Professor – Educação Infantil, Nível III, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo Concurso Público n. 001/2015. O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 22/06/2016. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 21 de junho de 2016.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO - CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015 - SELMA ESSER FLORIANO
TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 309, de 01/12/2015 e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "I", da Lei Complementar supracitada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) SELMA ESSER FLORIANO, nomeado (a) pela Portaria n. 0687/RH, de 08/06/2016, publicada no DOM na data de 15/06/2016, para exercer o cargo efetivo de Técnico em Enfermagem, Nível F, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo Concurso Público n. 002/2015.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supracitada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 07/07/2016. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 23 de junho de 2016.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

RESUMO LICITAÇÃO 058/2016 DL

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 058/2016 - DL

CONTRATADO: Consórcio Intermunicipal de Saúde – AMESC.

CNPJ: 01.356.308/0001-37

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO PARA ATENDIMENTO NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, ATRAVÉS DO PREGÃO Nº. 01/2016/CIS-AMESC, PARA DISTRIBUIÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE DURANTE O PRIMEIRO SEMESTRE DE 2016.

Da base legal: Inciso VIII do artigo 24 da Lei nº 8.666/93; parecer da Consultoria Geral do Tribunal de Contas nº COG/638/00 de 16/11/00, no Processo de Consulta nº COM-00/06009549, que resultou no pré-julgado nº 0944; art. 2º, § 1º, inciso III da Lei nº 11.107 de 06/04/2005 e art. 18, do Decreto nº 6.017 de 17/01/2007.

Da justificativa: A Dispensa de Licitação para aquisição de medicamento se faz necessária, por ser através do Consórcio Intermunicipal de Saúde, uma entidade sem fins lucrativos, entre os municípios que compõem a região da AMESC, com o fim de fornecer serviços e produtos da área da saúde aos municípios consorciados, com preços notoriamente abaixo dos praticados no mercado.

Do valor: O valor global previsto dos produtos adquiridos importa em R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Assinatura: 20/06/2016

Vigência: 20/06/2016 à 30/06/2016

Ana Regina Paulo de Borba

Presidente da CPL

Nelson Cardoso de Oliveira

Prefeito Municipal

Santiago do Sul

PREFEITURA

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 008/2016 - DISPÕE SOBRE AS INSCRIÇÕES AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 008/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DISPÕE SOBRE AS INSCRIÇÕES AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 008/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, Senhor VOLMIR ANTONIO SOTILLE, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO através do presente instrumento de homologação, as inscrições ao Edital de Chamamento Público nº008/2016 de 09 de junho de 2016, conforme consta dos quadros seguintes:

1. Lista geral das Inscrições Deferidas por cargo:

PROFESSOR DE LINGUA ESTRANGEIRA INGLÊS- NÃO HABILITADO		
INSC	NOME	SEQ
01	ROSELI NUNES NOVAIS CHITOLINA	01
02	THAIS TEREZINHA CARARO GENTILINI	02

2. Não houveram inscrições INDEFERIDAS.

Santiago do Sul-SC/SC, em 24 de junho de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal

EDITAL Nº 001/2016 - DISPÕE SOBRE AS INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 002/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDITAL Nº 001/2016

DISPÕE SOBRE AS INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 002/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, Senhor VOLMIR ANTONIO SOTILLE, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO através do presente instrumento de homologação, as inscrições do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº002/2016 de 10 de junho de 2016, conforme consta dos quadros seguintes:

1. Lista geral das Inscrições Deferidas por cargo:

PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL 1º A 5º ANO – HABILITADO		
INSC	NOME	SEQ
12	CATIANE PIVA VANZIN	01
16	CLAUDIA BRUNETTO DOS SANTOS	02
08	CRISTIANE COFCEWICZ	03
03	ELIEZER TECCHIO	04
01	FABIANA DE PARIS PACAZZA	05
18	JANICE LUCI DE MARQUI	06
11	KASSIA RECKTENWALD TARGA	07
15	ZENAIDE POSTER ISOTON	08
PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL 1º A 5º ANO – NÃO HABILITADO		
INSC	NOME	SEQ
14	ANGELA KARINA MARTINS	01
10	ANA CLAUDIA SAGAS PICOLI	02
05	ANA PAULA GUEDES MATIELLO	03
04	ANA PAULA ZAT	04

09	DENIR APARECIDA DE ANDRADE	05
06	EDICLERI VANZIN PELINSON	06
02	ELIZANDRA BRIZOLA DOS SANTOS	07
07	GIAN CÁSSIO LIBARDONI DE CEZARO	08
17	MAIKELI REGINA PACAZZA	09
19	NEIDECLEIA PIVA LOURENCI	10
13	VANESSA PAULA BAU	11

2. Não houveram inscrições INDEFERIDAS.

Santiago do Sul-SC/SC, em 24 de junho de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO N° 002/2016 AO CONVÊNIO N°. 003/2014

TERMO ADITIVO N° 002/2016 AO CONVÊNIO N°. 003/2014

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO ORIGINAL N° 003/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL E O INSTITUTO CULTURAL EDUCACIONAL SOCIAL E AMBIENTAL - ICESA, COM O OBJETIVO DE VIABILIZAR O PROJETO "SERVIÇO SOCIOASSISTENCIAL DE ALTA COMPLEXIDADE – MODALIDADE CASA LAR.

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa a Rua Ângelo Toazza, nº 600, centro, nesta cidade de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob nº01.612.781/0001-38, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. VOLMIR ANTONIO SOTILLE, portador da Carteira de Identidade nº2.235.204 SSP/SC e CPF. Nº 636.489.039-34, doravante denominado Município, e o INSTITUTO CULTURAL EDUCACIONAL SOCIAL E AMBIENTAL – ICESA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Travessa Guaporé, n. 73, Centro, Quilombo, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ 04.913.159/0001-58, neste ato representado pela sua Presidente SERLEI SALETE CONSTANZI MENONCIN, inscrita no CPF sob nº. 582.868.619-49, doravante denominado como Associação, resolvem, por mútuo acordo, com fundamento legal na Lei Municipal nº 719/2014, de 11 de abril de 2014, resolvem firmar o presente TERMO ADITIVO, regido pelas cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira - Do Objeto

O presente Termo Aditivo N° 002/2016 tem por objeto o reajuste do valor total do presente Convênio nº 003/2014 (firmado em 23 de abril de 2014) juntamente com o Segundo Termo Aditivo nº 005/2015 (de 02 de dezembro de 2015), o qual nos meses de Junho a Dezembro passará a ser de R\$ 2.969,52 (dois mil novecentos e sessenta e nove reais e cinquenta e dois centavos) mensais, conforme Plano de Trabalho anexo.

Cláusula Segunda – Da Ratificação

Excetuada a alteração introduzida pelo presente Primeiro Termo Aditivo ao Convênio, ficam ratificadas as demais cláusulas e condições não especificamente alteradas neste Termo.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Santiago do Sul - SC, 14 de junho de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal

SERLEI SALETE CONSTANZI MENONCIN
Instituto Cultural Educacional Social e Ambiental

TESTEMUNHAS:

Nome: Joziane Catia Grolli Paludo
CPF: 045.330.239-40

Nome: Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
CPF: 066.830.239-99

São Bento do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 1377/2016

DECRETO Nº 1377, DE 24 DE JUNHO 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VINGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.628/2015 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.862,00 (um mil, oitocentos e sessenta e dois reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 – Secretaria de Educação

Atividade: 2022 – Coordenação, manutenção e ampliação da Educação Infantil

(199) 4.4.90.52.00.00.00 158 - Equip. Material Permanente R\$ 1.862,00

Art. 2º Para dar cobertura aos Créditos Adicionais abertos, serão utilizados recursos das anulações parciais das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 – Secretaria de Educação

Atividade: 2022 – Coordenação, manutenção e ampliação da Educação Infantil

(197) 4.4.90.51.00.00.00 158 - Obras e Instalações R\$ 1.862,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 24 de junho de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

ERRATA Nº 06/2016

ERRATA:

Na publicação das Portarias nº 12062/2016, nº 12065/2016, nº 12067/2016, nº 12068/2016, nº 12069/2016, nº 12070/2016, nº 12072/2016 e nº 12073/2016, no DOM nº 2021, de 22 de junho de 2016, págs. 542, 543, 544 e 545, nos locais que se lê "São Bento do sul, 20 de abril de 2016" leia-se "São Bento do sul, 20 de junho de 2016".

Na publicação das Portarias nº 12075/2016, nº 12077/2016 e nº 12078/2016, no DOM nº 2022, de 23 de junho de 2016, págs. 332 e 333, nos locais que se lê "São Bento do sul, 20 de abril de 2016" leia-se "São Bento do sul, 20 de junho de 2016".

PORTARIA Nº 12084/2016

PORTARIA Nº 12084, DE 24 DE JUNHO DE 2016

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora MARIA DA CONCEIÇÃO LOURENÇO AZEDO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico Ginecologista/Obstetra, na Secretaria Municipal Saúde, licença prêmio relativa ao triênio 2008/2011.

Art. 2º A licença a que se refere o artigo anterior dar-se-á no período de 18/07/2016 a 16/08/2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 24 de junho de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 12085/2016

PORTARIA Nº 12085, DE 24 DE JUNHO DE 2016

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor GIOVANI MATEUS PRASS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Psicólogo, na Secretaria Municipal Saúde, licença prêmio relativa ao triênio 2008/2011.

Art. 2º A licença a que se refere o artigo anterior dar-se-á no período de 08/08/2016 a 06/09/2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 24 de junho de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 12087/2016

PORTARIA Nº 12087, DE 24 DE JUNHO DE 2016

Concede averbação de tempo de Serviço/contribuição

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor público municipal ARNOLDO HUTTL, ocupante do cargo de Auxiliar de Operações, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, Averbação de Tempo de Serviço/Contribuição do INSS, Protocolo nº 20024050.1.00051/01-0, de 04 anos, 08 meses e 28 dias, para fins de aposentadoria, conforme documentação anexa ao Processo nº 4746, de 20 de junho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 24 de junho de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 12088/2016

PORTARIA Nº 12088, DE 24 DE JUNHO DE 2016

Concede averbação de tempo de Serviço/contribuição

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor público municipal ORLANDO PAITRA, ocupante do cargo de Professor Anos Iniciais, na Secretaria Municipal de Educação, Averbação de Tempo de Serviço/Contribuição do INSS, Protocolo nº 20024050.1.00031/14-1, de 12 anos e 10 meses, para fins de aposentadoria, conforme documentação anexa ao Processo nº 4683, de 15 de junho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 24 de junho de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 12089/2016

PORTARIA Nº 12089, DE 24 DE JUNHO DE 2016

Concede averbação de tempo de Serviço/contribuição

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora pública municipal MONICA INES RANK LEMKE, ocupante do cargo de Professor Anos Finais, na Secretaria Municipal de Educação, Averbação de Tempo de Serviço/

Contribuição do INSS, Protocolo nº 20024050.1.00043/16-6, de 05 anos, 07 meses e 26 dias, para fins de aposentadoria, conforme documentação anexa ao Processo nº 4822, de 23 de junho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 24 de junho de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 12092/2016

PORTARIA Nº 12092, DE 24 DE JUNHO DE 2016

Concede Pensão Por Morte

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 40, § 7º, inciso I da CF/88, com redação alterada pela Emenda Constitucional nº 41/2003 e art. 52 da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, provisoriamente, a partir de 21 de maio de 2016, pensão por morte à DORACI MARIA KRAINSKI BAPTISTA FRAGOZO, na condição de cônjuge, do ex-servidor inativo FULVIO JOEL BAPTISTA FRAGOZO.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º - A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo nº 4548/2016, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Revoga, a partir de 17 de junho de 2016, a Portaria nº 12051/2016.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 21 de maio de 2016.

São Bento do Sul, 24 de junho de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº12086/2016

PORTARIA Nº 12086, DE 24 DE JUNHO DE 2016
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora MARIA GILCIANE FIGUEIREDO COLIN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, na Secretaria Municipal Saúde, licença prêmio relativa ao triênio 2011/2014.

Art. 2º A licença a que se refere o artigo anterior dar-se-á no período de 27/06/2016 a 26/07/2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 24 de junho de 2016.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº12090/2016

PORTARIA Nº 12090, DE 24 DE JUNHO DE 2016
Exonera Chefe de Divisão

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, a partir de 30 de junho de 2016, AMARILDO CABRAL, do cargo de Chefe de Divisão de Cadastro e Projetos, na Empresa Municipal de Habitação.

São Bento do Sul, 24 de junho de 2016.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº12091/2016

PORTARIA Nº 12091, DE 24 DE JUNHO DE 2016
Nomeia Chefe de Divisão

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

NOMEAR, a partir de 27 de junho de 2016, ORLANDO LUIZ DE LIMA, no cargo de Chefe de Divisão de Obras Cíveis, na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

São Bento do Sul, 24 de junho de 2016.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

São Domingos

PREFEITURA

ATA I TP FMS N. 018/2016

No dia 24 de junho de 2016, às 08:45 horas, a Comissão de Licitações reuniu-se para realização de Sessão Pública de Licitação referente ao Processo Licitatório FMS n. 018/2016, Modalidade Tomada de Preços FMS n. 001/2016 para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FONOAUDIOLOGIA junto a Unidade Mista de Saúde Santa Paulina. O processo foi amplamente divulgado, conforme extratos anexados ao processo, todavia, apresentou envelopes de n. 01 e n. 02 somente a empresa LBP fonoaudióloga EIRELI - ME., CNPJ n. 22.459.990/0001-63, credenciada a Sra. Larissa Barbosa Padilha, CPF n. 010.151.999-09. A empresa comprovou sua condição de Microempresa, item n. 4.9 do Edital. Inicialmente, verificou-se a inviolabilidade dos envelopes de n. 01 - Documentos de Habilitação e Envelope n. 02 - Proposta de Preços. Os envelopes foram rubricados pela Presidente, membros da Comissão de Licitações e credenciado. Realizou-se a abertura do envelope n. 01 - Documentos de Habilitação, sendo que o mesmo foi igualmente rubricado pela Presidente, membros da Comissão e credenciado. Ato contínuo, foi constatado pela Comissão Permanente de Licitações que a licitante LBP fonoaudióloga EIRELI - ME., cumpriu integralmente com os requisitos editalícios, sendo esta declarada HABILITADA para apresentação da respectiva proposta de preço. Desta feita, fica aberto o prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis, nos termos do art. 109 da Lei n. 8.666/93, sendo designada pela Comissão de Licitações o dia 30 de junho, às 09:00h, para a abertura dos envelopes de n. 02. Em caso de interposição de recurso, a participante será comunicada via e-mail, cancelando-se, assim, a data já designada. O envelope de n. 02 - Proposta de Preço - permanecerá em poder da Comissão de Licitações e será mantido intacto. A presente ata será publicada no Diário Oficial do Municípios. Nada mais.

São João do Oeste

PREFEITURA

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 88/2016 E DO CONTRATO Nº 44/2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 88/2016 E DO CONTRATO Nº 44/2016

PARTES: Município de São João do Oeste e Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina – Sebrae/Sc

ORIGEM: Dispensa de Licitação 20/2016

OBJETO: "Horas de Consultoria Destinadas à Roteirização Turística do Município de São João do Oeste".

VALOR: 5.000,00

VIGÊNCIA: 15.07.2016 até 14.12.2016

São João do Oeste – 24 de Julho de 2016

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

São Joaquim

PREFEITURA

DECRETO Nº 179/2016

DECRET O Nº 179/2016

“QUE ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DA FONTE DE RECURSOS LIVRES VERIFICADO EM 31/12/2015 NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016”

O Prefeito Municipal – Em Exercício de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:

03 – PODER EXECUTIVO

03.07 – SECRETARIA DE TURISMO

(74)4.4.90.00.00.00.00.1.028-0210 – Aplicações Diretas 36.766,10

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO
..... 36.766,10

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro da fonte de recursos livres verificado em 31/12/2015.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 22 de Junho de 2016.
ULADIMIR DEMECIANO
Prefeito Municipal – Em Exercício.

DECRETO Nº 180/2016

DECRET O Nº 180/2016

“QUE ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DA FONTE DE RECURSOS LIVRES VERIFICADO EM 31/12/2015 NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016”

O Prefeito Municipal – Em Exercício de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:

03 – PODER EXECUTIVO

03.08 – SECRETARIA DA SAÚDE

(76)3.3.90.00.00.00.00.2.012-0242 – Aplicações Diretas 100.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO
..... 100.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro da fonte de recursos livres verificado em 31/12/2015.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 23 de Junho de 2016.
ULADIMIR DEMECIANO
Prefeito Municipal – Em Exercício.

PROCESSO 127/2016 - PREGÃO PRESENCIAL 47/2016 - REGISTRO DE PREÇO - TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇO DE ROÇADA E SERVIÇO DE LIMPEZA EM LOCAIS DETERMINADOS PELA SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM

Processo Nº 127/2016

Pregão Presencial 47/2016 – Registro de Preço

Objeto: Terceirização de serviço de roçada e serviço de limpeza em locais determinados pela Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente

Abertura: 11/07/2016

Horário: 14:00 horas

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda pelo site <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-0411.

São Joaquim, 24 de junho de 2016

Humberto Luiz Brighenti

Prefeito Municipal

São José

PREFEITURA

DECRETO Nº 6616/2016

DECRETO Nº 6616/2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 29 da Lei Municipal nº 5.531 de 11 de janeiro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 3.000,00 (três mil reais), referente à dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

12.00 – SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

12.01 – SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

12.01.15.451.0106.2.056 – Funcionamento dos Cemitérios Públicos Municipais

611–3.3.90.30.00.00.0080 – Material de Consumo,

Recursos Próprios R\$ 3.000,00

Total desta Atividade R\$ 3.000,00

Total do Órgão R\$ 3.000,00

Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 3.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 3.000,00 (três mil reais), na dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

12.00 – SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

12.01 – SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

12.01.15.451.0106.2.056 – Funcionamento dos Cemitérios Públicos Municipais

615 – 4.4.90.52.00.00.0080 – Equipamentos e Material Permanente,

Recursos Próprios R\$ 3.000,00

Total desta Atividade R\$ 3.000,00

Total do Órgão R\$ 3.000,00

Total da Anulação R\$ 3.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 22 de junho de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

DECRETO Nº 6617/2016

DECRETO Nº 6617/2016

DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica dispensada, a pedido, a seguinte servidora, admitida por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA
AMABILE ALMAGRO CRESTANI	Professor - M	13/06/2016

Art. 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 13/06/2016.

Art. 3º – Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de junho de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 6618/2016

DECRETO Nº 6618/2016

DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica dispensada, a pedido, a seguinte servidora, admitida por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA
MAGDA DOS SANTOS MARIA	Auxiliar de Ensino	20/06/2016

Art. 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20/06/2016.

Art. 3º – Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de junho de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 6619/2016

DECRETO Nº 6619/2016

DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica dispensada, a seguinte servidora, admitida por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA
CINTIA LACERDA MARQUES	Professor-M	01/06/2016

Art. 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/06/2016.

Art. 3º – Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de junho de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 6620/2016

DECRETO Nº 6620/2016

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 008/2015, datado de 08 de setembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º – Fica contratada para o ano letivo de 2016 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, a seguinte servidora.

FUNCIONÁRIO	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA ADMISSÃO
QUENIA CRISTINE DE JESUS	Professor-M	20 Horas	14/06/2016

Artº 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 14/06/2016.

Artº 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de junho de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 6621/2016

DECRETO Nº 6621/2016

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 008/2015, datado de 08 de setembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º – Fica contratada para o ano letivo de 2016 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, a seguinte servidora.

FUNÇÃOÁRIO	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA ADMISSÃO
TAMARA SARDINHA FARIAS BRESCIANI	Auxiliar de Sala	40 Horas	15/06/2016

Artº 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 15/06/2016.

Artº 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de junho de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

PREGÃO PRESENCIAL 048/2016 – PROCESSO N° 155/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 048/2016 – Processo nº 155/2016: Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO PREPARO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, COM FORNECIMENTO DE TODOS OS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PESSOAL E DEMAIS NECESSIDADES APRESENTADAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, PARA ATENDER AO PROGRAMA DE MERENDA ESCOLAR DAS UNIDADES DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC.. Data e período de recebimento dos envelopes de proposta e habilitação: dia 08/07/2016 às 13h30min. Sessão de abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 08/07/2016 às 14h00min. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0000.

PREGÃO PRESENCIAL 068/2016 – PROCESSO N° 250/2016:

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 068/2016 – Processo nº 250/2016: Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE ÓLEO DIESEL B S500 E ÓLEO B S10 COM FORNECIMENTO DE RESERVATÓRIOS (TANQUES) EM SISTEMA DE COMODATO PARA SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ.. Data e período de recebimento dos envelopes de proposta e habilitação: dia 07/07/2016 às 14h00min. Sessão de abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 07/07/2016 às 13h45min. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0000.

São José do Cedro

PREFEITURA

DECRETO Nº 113/2016/SF

DECRETO Nº. 113/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso III, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.440/2015/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$32.847,63 (trinta e dois mil oitocentos e quarenta e sete reais e sessenta e três centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS

03 DEPTO DE TRANSPORTES E DO INTERIOR

1.039 PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS URBANAS E RURAIS

"475"4.4.90.51.00.00.3.0089 Obras e Instalações
..... R\$32.847,63

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Superávit Financeiro do Exercício Anterior, Recursos da alienação de bens destinados a outros programas, Fonte 3.0089, no valor de R\$32.847,63 (trinta e dois mil oitocentos e quarenta e sete reais e sessenta e três centavos).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 17 de junho de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 114/2016/SF

DECRETO Nº. 114/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso III, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.440/2015/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 3.826,80 (três mil oitocentos e vinte e seis reais e oitenta centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

11 SECRETARIA DOS ESPORTES

01 DEPTO. DOS ESPORTES

1.076 CONSTRUIR AMPLIAR OU REFORMAR GINÁSIOS POLIESPORTIVOS, QUADRAS DE AREIA

"433"4.4.90.51.00.00.3.0000 Obras e Instalações
..... R\$3.826,80

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Superávit Financeiro de recursos Ordinários, Fonte 3.0000 no valor de R\$3.826,80 (três mil oitocentos e vinte e seis reais e oitenta centavos).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 17 de junho de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 115/2016/SF

DECRETO Nº. 115/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso III, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.440/2015/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

01 COORDENADORIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

2.118 PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS

"489"3.3.90.39.00.00.3.0052 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R\$9.450,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Superávit Financeiro do Exercício Anterior, Recursos do serviço de Convivência de Fortalecimento de Vínculos, Fonte 3.0052, no valor de R\$9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 17 de junho de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 117/2016/SF

DECRETO Nº. 117/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.440/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

110 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS
03 DEPTO. DE TRANSPORTES E DO INTERIOR
2.041 DEPARTAMENTO DOS TRANSPORTES E DO INTERIOR
"252"4.4.90.52.00.00.1.0000 Equipamentos e Material Permanente R\$8.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), Recursos Ordinários, Fonte 1.0000, das verbas a seguir discriminadas:

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS
03 DEPTO. DE TRANSPORTES E DO INTERIOR
2.041 DEPARTAMENTO DOS TRANSPORTES E DO INTERIOR
"252"3.3.90.36.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física....R\$8.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 20 de junho de 2016.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 118/2016/SF

DECRETO Nº. 118/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.440/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
01 DEPARTAMENTO DE SAÚDE FAMILIAR
2.054 PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF
"1"3.1.90.11.00.00.1.0002 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil...R\$60.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), Recursos de Transferências de Impostos da Saúde, Fonte 1.0002,

das verbas a seguir discriminadas:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
01 DEPARTAMENTO DE SAÚDE FAMILIAR
2.054 PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF
"4"3.1.90.13.00.00.1.0002 Obrigações Patronais
..... R\$60.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 22 de junho de 2016.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 119/2016/SF

DECRETO Nº. 119/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.440/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$140.000,00 (cento e quarenta mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
02 DEPTO DE ENSINO INFANTIL
2.022 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL
"151"3.1.90.11.00.00.1.0018 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil..\$140.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais), Recursos Fundeb 60% e Fundeb 40%, Fontes 1.0018 e 1.0019, das verbas a seguir discriminadas:

06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
02 DEPTO DE ENSINO INFANTIL
2.022 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL
"156"3.3.90.30.00.00.1.0019 Material de Consumo
..... R\$70.000,00
"159"3.3.90.39.00.00.1.0019 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa JurídicaR\$70.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 22 de junho de 2016.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 120/2016/SF

DECRETO Nº. 120/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.440/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$28.849,36 (vinte e oito mil oitocentos e quarenta e nove reais e trinta e seis centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

01 DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL

2.020 ENSINO FUNDAMENTAL – SALÁRIO - EDUCAÇÃO

“138”3.3.90.39.00.00.1.0058 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica...R\$28.849,36

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 28.849,36 (vinte e oito mil oitocentos e quarenta e nove reais e trinta e seis centavos), Recursos Salário Educação, Fonte 1.0058, das verbas a seguir discriminadas:

06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

01 DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL

2.020 ENSINO FUNDAMENTAL – SALÁRIO - EDUCAÇÃO

“139”4.4.90.52.00.00.1.0058 Equipamentos e Material Permanente R\$28.849,36

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 23 de junho de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 5826/2016

DECRETO Nº 5.826, DE 21 DE JUNHO DE 2016.

FIXA DATA DE VENCIMENTO DA TAXA DOS ATOS DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições do seu cargo e de acordo com o inciso IX do Art.69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990 e Lei Municipal nº. 2.364/1995, Artigo 28, de 13 de dezembro de 1995, dos Atos da Vigilância Sanitária,

DECRETA:

Art. 1º. Fixa a data de vencimento para pagamento da Taxa dos Atos da Vigilância Sanitária para o dia 31 de outubro de 2016,

conforme dispõe o Artigo 28 da Lei Municipal nº. 2.364/1995, de 13 de dezembro de 1995, dos Atos da Vigilância Sanitária.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 21 de junho de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 5827/2016

DECRETO Nº 5.827, DE 21 DE JUNHO DE 2016.

“DECLARA DE USO PÚBLICO ÁREA DE TERRA PARA FINS DE ABERTURA DE ESTRADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com os incisos VIII, IX E XXI, do Artigo 69, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990,

DECRETA:

Artº. 1º. Fica Declarada de Uso Público, para fins de abertura de estrada e construção de ponte, área de terra que passa nas propriedades dos Senhores Antônio Colombo e Telmo Colombo, situados em parte do lote rural nº59, localizado na Linha Mariflor, no Município de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, registrada no Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca sob matrícula nº 11.036, localizada conforme mapa constante no anexo 1.

Art. 2º Fica autorizada a abertura de estrada e construção de ponte que dá acesso à estrada geral da Linha mariflor, para uso público e em caráter irreversível.

Art. 3º As despesas com a execução deste Decreto correrão à conta do Orçamento Geral do Município.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 21 de junho de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 5828/2016

DECRETO Nº 5.828, DE 21 DE JUNHO DE 2016.

“DÁ NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 1º DO DECRETO Nº 5.814, DE 01 DE JUNHO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com os incisos VIII, IX E XXI, do Artigo 69, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990,

DECRETA:

Art. 1. O artigo 1º do Decreto nº 5.814, de 01 de junho de 2016 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º. Fica NOMEADA a funcionária pública municipal, AMANDA CADONA, para exercer o cargo de NUTRICIONISTA, carga horária de 160 horas mensais, regida pelo Regime Jurídico Estatutário, conforme Lei Municipal nº 2020/93, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público, Edital nº. 001/2014, homologado através do Decreto nº. 5.504, de 18 de dezembro de 2014, classificada em 2º lugar, média final 8,70, a partir de 01 de junho de 2016, com os vencimentos previstos em Lei.”

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01 de junho de 2016.

Art. 3º. Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 21 de junho de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 5829/2016

DECRETO Nº 5.829, DE 22 DE JUNHO DE 2016

“CRIA COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO E NOMEIA SEUS MEMBROS.”

ANTÔNIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990.

DECRETA:

Art. 1º. Fica criada uma Comissão Especial integrada pelos Senhores JOANA ANZOLIN, MARIEL PERIN, DIEGO SMANHOTTO, DIOGO LOCATELLI, ALDO JOSÉ RIGO E JOSÉ TARCISCHOLL, para, sob a Presidência do primeiro e Secretaria do segundo, proceder à avaliação de uma área de terra com 55.876,65m² (cinquenta e cinco mil oitocentos e setenta e seis metros e sessenta e cinco decímetros quadrados), pertencentes à parte do lote rural nº16 e parte do lote rural nº 17, localizados na Linha Santa Terezinha, no Município de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, registradas no Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, sob matrículas nº 3.707 e nº 1.152, de propriedade do Senhor Erwino Schnem, e matrícula nº 3.708, de propriedade do Senhor Alderico Mário Gozzi, para fins de construção da estação de tratamento do sistema de esgotamento sanitário, declarada de utilidade pública pelo Decreto nº 5.266, de 16 de agosto de 2013, conforme mapa anexo.

Parágrafo único – A Comissão terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar relatório de avaliação dos bens, devendo ainda fazer constar em seu laudo de avaliação o valor por metro quadrado de terra nas proximidades.

Art. 2º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 22 de junho de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 5830/2016

DECRETO Nº 5.830, DE 22 DE JUNHO DE 2016

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES (APÓS OS RECURSOS) DO CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 002/2016.

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos dos dispositivos da Constituição da República Federativa do Brasil, da Lei Orgânica Municipal, Lei 2020/93, Lei nº 1490/89, Lei nº 3265/2006, Lei nº. 4.171/2013, Lei nº. 4.174/2013, Lei nº. 4.186/2013, Lei 4.271/2014, Lei Complementar 039/2014 e demais dispositivos legais vigentes:

DECRETA:

Art. 1º Ficam homologadas as inscrições, após os recursos, relativas ao Edital de Concurso Público Edital nº 002/2016 do Município de São José do Cedro – SC, conforme segue:

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – (ESF 01 - MICRO ÁREA 35)			
Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	391726	Sandra Dall Alba Rhoden	HOMOLOGADA
3	381564	Sandra Zanotelli Martinelli	HOMOLOGADA
2	400772	Sheila Patricia Da Luz	HOMOLOGADA
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – (ESF 05 - MICRO ÁREA 09)			
Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	391256	Adilson Jose Kerkhoven	HOMOLOGADA
2	399776	Djonatan Henrique Parcianello	HOMOLOGADA
3	398354	Edivane Dos Santos	HOMOLOGADA
4	398450	Eduarda Banhara Bortolotto	HOMOLOGADA
5	396346	Irene Margarida Nardes Hofstaetter	HOMOLOGADA
6	393598	Jaqueline Adriani Dumke	HOMOLOGADA
7	401901	Jessica Benedetti Dal Moro	HOMOLOGADA
8	382609	Josiane Adams	HOMOLOGADA
9	380327	Lisane Dalpozzo Hauschild	HOMOLOGADA
AGENTE DA DENGUE			
Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	398012	Alessandra Cristina Dos Santos	HOMOLOGADA
2	397638	Alexandra Sehn Heck	HOMOLOGADA
3	382225	Aline Elisabete Triches	HOMOLOGADA
4	401261	Allana Thais De Oliveira	HOMOLOGADA
5	402733	Anderson Luis Müller	HOMOLOGADA
6	401808	Andre Rodrigo Kraemer	HOMOLOGADA
7	400099	Andrea Graziela Dalla Costa	HOMOLOGADA
8	400529	Andressa Cristina Maldaner	HOMOLOGADA
9	399916	Anelise Teresinha Schabbach Cavalheiro	HOMOLOGADA
10	380069	Bruna Anzolin	HOMOLOGADA
11	401523	Caciane Aparecida Martinello De Lima	HOMOLOGADA
12	394228	Carine Wuttke	HOMOLOGADA
13	402152	Carolina Schneider	HOMOLOGADA
14	386620	Caroline Noro	HOMOLOGADA
15	379914	Cassiano Schneider	HOMOLOGADA
16	401134	Charline Ternus	HOMOLOGADA
17	372832	Claudionara Da Silva	HOMOLOGADA
18	396674	Daiana Andressa Schmitt	HOMOLOGADA

19	402755	Daniela Kummer	HOMOLOGADA
20	400262	Delci Hart	HOMOLOGADA
21	399387	Diana Fatima De Brazil	HOMOLOGADA
22	388977	Edimara Perin	HOMOLOGADA
23	400305	Edione Girardi	HOMOLOGADA
24	394248	Eduarda Caroline Cerioli	HOMOLOGADA
25	402382	Eduardo Marchiori Volpatto	HOMOLOGADA
26	395600	Elisete Schauren	HOMOLOGADA
27	387152	Emanuele Fernanda Fantinelli	HOMOLOGADA
28	383291	Everton Luis Simon Engel	HOMOLOGADA
29	398891	Fabiana Inez Smarhotto Malvessi	HOMOLOGADA
30	402644	Fabiane Mantelli	HOMOLOGADA
31	395591	Fernanda Fatima Franzosi Castelli	HOMOLOGADA
32	402717	Fernanda Regina Flach Prevedello	HOMOLOGADA
33	391273	Franciele Lazzaroto	HOMOLOGADA
34	381810	Gabriel Carlet Zanardi	HOMOLOGADA
35	374443	Gabriela Da Silva Tozin	HOMOLOGADA
36	402410	Gladis Maria Heck Campana	HOMOLOGADA
37	374122	Henrique Antonio Gasperin	HOMOLOGADA
38	380039	Istefani Cristina Barro	HOMOLOGADA
39	393467	Jandir Jose Hartmann	HOMOLOGADA
40	386204	Joao Paulo Rockenbach	HOMOLOGADA
41	393812	Juliana De Souza	HOMOLOGADA
42	401118	Juliana Dos Santos Galiassi	HOMOLOGADA
43	374955	Juliana Ines Kern	HOMOLOGADA
44	402573	Karen Costa Raffel	HOMOLOGADA
45	397223	Maiara Bourscheidt	HOMOLOGADA
46	399944	Marines Fatima Moraes Klein	HOMOLOGADA
47	400786	Marivane Collett	HOMOLOGADA
48	377888	Marlizete Aparecida Rauber	HOMOLOGADA
49	372400	Marvin Gustavo Escher	HOMOLOGADA
50	396415	Matheus Romera Soares	HOMOLOGADA
51	391751	Michely Carla Tremea	HOMOLOGADA
52	402456	Mileni Laura Breunig Schneider	HOMOLOGADA
53	400848	Neiva Frare	HOMOLOGADA
54	401499	Neuri Pereira Da Costa	HOMOLOGADA
55	388373	Paulo Roberto Parciannelo	HOMOLOGADA
56	386438	Rosalene Maria Sasso	HOMOLOGADA
57	396774	Silvana Paes Fernndes	HOMOLOGADA
58	397616	Silvane Marlene Nielsson	HOMOLOGADA
59	384781	Soeli Sirlei Lenhardt	HOMOLOGADA
60	375992	Stefany Eduarda Franceschini Cristofoli	HOMOLOGADA
61	402393	Taciane Maria Spezia	HOMOLOGADA
62	402657	Talita Divanir Da Rosa Ames	HOMOLOGADA
63	398910	Tatiane Collett Markus	HOMOLOGADA
64	380647	Tauana Hentz Dresch	HOMOLOGADA
65	399797	Venicio Wilian Heckler	HOMOLOGADA
66	385586	Veridiana Fatima Barth	HOMOLOGADA

FARMACÊUTICO			
Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	395126	Alcemi Fernanda Soares Laurindo	HOMOLOGADA
2	401514	Aline Stela Schverz	HOMOLOGADA
3	390359	Ana Paula Machado	HOMOLOGADA
4	373176	Camila Corso	HOMOLOGADA
5	399205	Claudio Conte Junior	HOMOLOGADA
6	395315	Daiane Antonioli	HOMOLOGADA
7	400927	Diana Bavaresco	HOMOLOGADA
8	401462	Felipe Damo	HOMOLOGADA
9	401831	Fernanda Correa Baldessar	HOMOLOGADA
10	401826	Fernanda Cristina Henzel	HOMOLOGADA
11	398797	Fernanda Skiba	HOMOLOGADA
12	374020	Janaina Greicy Fetter	HOMOLOGADA
13	373430	Juliana Cassol	HOMOLOGADA
14	402383	Kamila Pancotte	HOMOLOGADA
15	400379	Karoline Lazarotto	HOMOLOGADA
16	391021	Laura Costa Curta	HOMOLOGADA
17	373218	Laura Zandona	HOMOLOGADA
18	399135	Luciane Maria Merigo	HOMOLOGADA
19	391310	Lucilene Wildner Granella	HOMOLOGADA
20	375778	Maiara Casagrande Mozena	HOMOLOGADA
21	402356	Mario Lopes De Quadros	HOMOLOGADA
22	399093	Neuza Rohr	HOMOLOGADA
23	399527	Regina Piccoli Fusieger	HOMOLOGADA
24	381971	Rosimar Francisco	HOMOLOGADA
25	385230	Taina Paula Gabbiatti	HOMOLOGADA
26	388875	Taisa Paula Giacomini	HOMOLOGADA
27	402061	Zenaide Paiz Dos Santos	HOMOLOGADA
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL			
Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	400597	Adreana Weber Salvati	HOMOLOGADA
2	398727	Alana Bosa	HOMOLOGADA
3	378545	Ana Paula Pecin	HOMOLOGADA
4	398014	Ana Paula Teixeira	HOMOLOGADA
5	393726	Andressa Ferronato	HOMOLOGADA
6	393930	Angela Cristina Both	HOMOLOGADA
7	387085	Beatriz De Mello Martini	HOMOLOGADA
8	399768	Betania Luiza Poli	HOMOLOGADA
9	396477	Camila Regina Kummer Brum	HOMOLOGADA
10	388591	Carla Ines Rosenbach	HOMOLOGADA
11	372738	Caroline Kuhn Dalmagro	HOMOLOGADA
12	398577	Catiane Regina Lavall	HOMOLOGADA
13	397153	Catussa Bosa	HOMOLOGADA
14	398819	Cintiane Cristina Trentin Muller	HOMOLOGADA
15	381615	Cristina Ines Griebler Dotti	HOMOLOGADA

16	388610	Daiane Mireli Gularte De Mattos Passarin	HOMOLOGADA
17	396808	Daniela Johner Fogiato	HOMOLOGADA
18	376262	Debora Rasch	HOMOLOGADA
19	383596	Debora Schein Fülber	HOMOLOGADA
20	387878	Denise Colombo Lolato	HOMOLOGADA
21	396732	Denise Fatima Gubert	HOMOLOGADA
22	387321	Ediane Benedito	HOMOLOGADA
23	388873	Edilaine Girardi	HOMOLOGADA
24	394245	Edina Seibel Backes	HOMOLOGADA
25	401233	Eliane Ana Spironello Foppa	HOMOLOGADA
26	401660	Eliane Da Silva Sertorio	HOMOLOGADA
27	394990	Elisandra Dos Reis	HOMOLOGADA
28	376948	Elisangela Meotti Bertolini	HOMOLOGADA
29	401699	Elisiane Alves	HOMOLOGADA
30	389251	Fabiane Cristina Weppo	HOMOLOGADA
31	382757	Franciela Triches Blasi	HOMOLOGADA
32	396820	Franciele Fernanda Carossi	HOMOLOGADA
33	386846	Francieli Batista	HOMOLOGADA
34	379748	Francieli Cristina Mayer Kafer Klauch	HOMOLOGADA
35	397698	Geneci Klaus	HOMOLOGADA
36	387207	Geneci Ochoa Brixner	HOMOLOGADA
37	400608	Geovane Carine Liberalesso	HOMOLOGADA
38	397941	Gessica Fernandes	HOMOLOGADA
39	388329	Gisele Regina Orzechoski	HOMOLOGADA
40	396439	Ione Terezinha Rosembach	HOMOLOGADA
41	393624	Isaura Reichert	HOMOLOGADA
42	397247	Ivandra Maria Savariz De Oliveira	HOMOLOGADA
43	402730	Janete Bernardy	HOMOLOGADA
44	375329	Janizes Ana Zanata	HOMOLOGADA
45	400294	Jessica Andreia Presotto	HOMOLOGADA
46	393934	Juliana Both Maldaner	HOMOLOGADA
47	387210	Juliana Miola Martini	HOMOLOGADA
48	387741	Juliana Seibel Freddi	HOMOLOGADA
49	376932	Juliane Kafer	HOMOLOGADA
50	384294	Katrine Schneider Werlang	HOMOLOGADA
51	380029	Keila Cieplak	HOMOLOGADA
52	391594	Keli Danieli	HOMOLOGADA
53	400741	Kielin Zelinda Frare De Giacometi	HOMOLOGADA
54	373167	Lais Kasper	HOMOLOGADA
55	393486	Leda Maria Britz Lunkes	HOMOLOGADA
56	394493	Leila Britsche	HOMOLOGADA
57	390220	Leila Sandra Baierle Bittencourt	HOMOLOGADA
58	400512	Leonice Maria Bianchi	HOMOLOGADA
59	378011	Loreci Marques	HOMOLOGADA
60	398352	Marcia Ines Panzenhagen Pinheiro	HOMOLOGADA
61	395060	Mari Facin Rodrigues De Freitas	HOMOLOGADA
62	385777	Marinez Salete Justen	HOMOLOGADA
63	394553	Marley Tresinha Klein Anzolin	HOMOLOGADA

64	402732	Marta Elena Bernardy Apio	HOMOLOGADA
65	388200	Marta Margarete Chies Stertz	HOMOLOGADA
66	379721	Micheli Rubin Delazeri	HOMOLOGADA
67	401359	Raquel Lazzari	HOMOLOGADA
68	386235	Rosani Passarin Zanardi	HOMOLOGADA
69	374060	Sandra Aparecida Dos Santos	HOMOLOGADA
70	396661	Sandra Luiza Back	HOMOLOGADA
71	394304	Silvia Rebonatto	HOMOLOGADA
72	395298	Sirlene Luzia Bender	HOMOLOGADA
73	397815	Solange Oliveira De Almeida	HOMOLOGADA
74	383544	Sueli Conceicao Da Silva	HOMOLOGADA
75	380117	Sueli Zamboni	HOMOLOGADA
76	391289	Tatiane Staub	HOMOLOGADA
77	397011	Thais Regina Hoffmann	HOMOLOGADA
78	395338	Thais Regina Marasca	HOMOLOGADA
79	393701	Viviane Smaniotto	HOMOLOGADA
80	399623	Yeligel Laris Delevatti	HOMOLOGADA

PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL

Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	399345	Aldinha Baseggio	HOMOLOGADA
2	400715	Brigida Rosa Poli	HOMOLOGADA
3	402613	Caroline Linck	HOMOLOGADA
4	396301	Claudiane Pauli	HOMOLOGADA
5	377863	Cleci Maria Polla	HOMOLOGADA
6	396939	Cleide De Fatima Netto Isoton	HOMOLOGADA
7	399886	Cleidi Da Rosa Alves	HOMOLOGADA
8	372877	Cleusa De Fatima Telles Fantinelli	HOMOLOGADA
9	384006	Cristiane Garbin	HOMOLOGADA
10	394806	Daiane Garbin	HOMOLOGADA
11	376099	Daiane Pavin	HOMOLOGADA
12	389066	Daiani Foretti	HOMOLOGADA
13	373208	Debora Trevisol	HOMOLOGADA
14	387258	Deise Michele Tiecher	HOMOLOGADA
15	401919	Dionara Decarli	HOMOLOGADA
16	402048	Dirce Baseggio	HOMOLOGADA
17	387728	Eduarda Noro	HOMOLOGADA
18	379055	Eliane Gheno Haefliger	HOMOLOGADA
19	395357	Gessi Boller	HOMOLOGADA
20	382262	Greici Kely Muller	HOMOLOGADA
21	377577	Helena Cristine Pacheco	HOMOLOGADA
22	394232	Ivanete Da Silva	HOMOLOGADA
23	372761	Janeffer Scholl	HOMOLOGADA
24	394769	Jeanice Muller	HOMOLOGADA
25	396053	Joceli Zanetti	HOMOLOGADA
26	387820	Josenara Tais Heck	HOMOLOGADA
27	380820	Jovana Neinas	HOMOLOGADA
28	376478	Judite Lorenzon Deicke	HOMOLOGADA

29	397487	Karline Elizabete Back	HOMOLOGADA
30	398438	Liane Maria Lunkes Simioni	HOMOLOGADA
31	400235	Liane Terezinha Canto Potrich	HOMOLOGADA
32	402186	Luciana Moreira Da Silva	HOMOLOGADA
33	394505	Maide Luiza Klein Anzolin	HOMOLOGADA
34	384637	Mara De Re	HOMOLOGADA
35	397811	Maria Carolina Araujo Johner	HOMOLOGADA
36	395606	Maria Terezinha Lazzari	HOMOLOGADA
37	402380	Naiana Constante De Oliveira	HOMOLOGADA
38	397084	Regi Dal'alba	HOMOLOGADA
39	386602	Rosamar Mazzoneto	HOMOLOGADA
40	402346	Roseli Maria Bonfante	HOMOLOGADA
41	395694	Roseli Zamboni Scholl	HOMOLOGADA
42	377809	Rosicler Aparecida Lazzarotto	HOMOLOGADA
43	377007	Sabrina Banhara	HOMOLOGADA
44	402443	Silene Agueda Etges	HOMOLOGADA
45	395430	Sirlei Aparecida Reolon	HOMOLOGADA
46	400161	Sirlei Marafon	HOMOLOGADA
47	401862	Susana Camicia	HOMOLOGADA
48	396987	Vanice Fatima Turani Silvestre	HOMOLOGADA
49	382668	Vera Lucia Schmitz	HOMOLOGADA

PROFESSOR DE GEOGRAFIA

Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	397546	Daniel Da Silva	HOMOLOGADA
2	372644	Eliane Menin	HOMOLOGADA
3	402619	Katia Maria Pellicoli Paganini	HOMOLOGADA
4	401590	Kelli Cristina Schneider	HOMOLOGADA
5	378556	Lenise Winter	HOMOLOGADA
6	381120	Maiara Ongaratto	HOMOLOGADA
7	377167	Sergio Renato Machado Fagundes	HOMOLOGADA

Art. 2º. Foram homologadas todas as inscrições que preencheram os requisitos dispostos no Edital do Concurso Público nº 002/2016, do município de São José do Cedro/SC.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 22 de junho de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA

Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 030/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 030/2016

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, convoca para que, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta data, os candidatos aprovados no Concurso Público de São José do Cedro, Edital nº 001/2014, de 19 de setembro de 2014, homologados os resultados dos aprovados através do Decreto nº 5.504/2014, de 18 de dezembro de 2014, compareça à sede do Município de São José do Cedro, sito a Rua Jorge Lacerda, nº 1049, no horário das 7h45min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta feira a fim de assumirem o cargo a seguir discriminado:

MOTORISTA

DANIEL DE PELLEGRIN

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 24 DE JUNHO DE 2016.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.17/2016

PREFEITURA MUN. DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº17/2016 – Registro de Preço

O Fundo Municipal de Saúde, do Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal nº 5.253/2013 promove Processo Licitatório nº 17/2016, Edital de Pregão Nº 17/2016, para REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA USO E MANUTENÇÃO DO CENTRO MUNICIPAL DE SAÚDE. Recebimento do credenciamento, envelope de proposta e habilitação até às 09:00 horas do dia 07/07/2016. Abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 07/07/2016, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, www.prefcedro.sc.gov.br, pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br, telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30. São José do Cedro. Fernando Julio Will – Responsável pelo FMS.

LEI Nº 4.516/2016

LEI Nº 4.516, DE 21 DE JUNHO DE 2016.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR DESPESAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar despesas no valor de até R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais) no Orçamento Geral do Município com o objetivo de custear material e mão-de-obra necessários para a confecção de trajes sociais para as Senhoritas Cedrenses, bem como serviços de maquiagem.

Parágrafo único. Os trajes confeccionados serão transmitidos à próxima candidata eleita para utilização no ano de 2017, e em caso de manequim diferente, a Secretaria de Educação poderá doá-lo à representante do Município eleita em 2016, sendo vedado o seu uso em eventos oficiais.

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior será utilizado o valor de até R\$1.800,00 (um mil e oitocentos reais), das verbas a seguir discriminadas:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

06 DEPTO DE CULTURA

2.028 FESTIVIDADES MUNICIPAIS OFICIAIS/DE SJCEDRO

"177"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo

"179"3.3.90.36.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

"180"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Art. 3. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 21 de junho de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,

Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,

Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,

Secretário Municipal da Fazenda.

DOUGLAS CESAR PATEL,

Secretário Municipal da Agricultura.

ODAIR JOSÉ MAZIERO,

Secretário Municipal de Esportes.

ELIANA STRUB OLDRA,

Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

ALINE WARTHA,
Secretária Municipal de Administração.

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

RESOLUÇÃO Nº 008/2016/CMS

RESOLUÇÃO Nº. 008/CMS/2016

“APROVA A PACTUAÇÃO DE DIRETRIZES, METAS E INDICADORES – 2016 (SISPACTO)”.

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, com fundamento em suas competências regimentais e no uso de suas atribuições, atendendo o disposto no inciso VI, do artigo 9º, da Lei nº. 3.788, de 07 de dezembro de 2010, conforme deliberação da Reunião Ordinária nº 005/2016, realizada no dia 24 de junho de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º- Aprovar a Pactuação de Diretrizes, Metas e Indicadores, referente ao ano de 2016 do SISPACTO.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor e passa a produzir seus efeitos a partir de sua publicação.

São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 24 de junho de 2016.

FRANCYELY CASAGRANDA,
Presidente do Conselho Municipal de Saúde.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário do Conselho Municipal de Saúde.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM
www.diariomunicipal.sc.gov.br

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 5.423, DE 24 DE JUNHO DE 2016.

DECRETO Nº 5.423, DE 24 DE JUNHO DE 2016.

Nomeia membros para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VII, do art. 55, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o disposto na Lei Municipal nº 1.827, de 25 de setembro de 2009 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros a seguir relacionados, para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, do município de São Lourenço do Oeste, órgão normativo, consultivo, deliberativo e fiscalizador da política de promoção, atendimento e defesa dos direitos da criança e do adolescente:

I - representantes dos Órgãos Públicos Municipais:

a) Secretaria Municipal de Assistência Social:

1. Viviane do Nascimento Erbes da Maia, servidora pública municipal ocupante do cargo de Psicóloga, matrícula nº 1882/03 - titular;
2. Silvana Furlanetto, servidora pública municipal ocupante do cargo de Técnico de Apoio Administrativo, matrícula nº 3299/01 - suplente.

b) Secretaria Municipal de Educação:

1. Ana Augusta Gandini, servidora pública municipal ocupante do cargo de Psicóloga, matrícula nº 3067/01 - titular;
2. Carla Rodrigues de Andrade, servidora pública municipal ocupante do cargo de Analista Administrativo, matrícula nº 1892/03 - suplente.

c) Secretaria Municipal de Administração e Fazenda:

1. Caroline Geremia, servidora pública municipal ocupante do cargo de Técnico de Apoio Administrativo, matrícula nº 3284/01 - titular;
2. Marli Hentges, servidora pública municipal ocupante do cargo de Gerente de Recursos Humanos e Capacitação, matrícula nº 632/01 - suplente.

d) Secretaria Municipal de Saúde:

1. Marlete de Fátima Bandeira, servidora pública municipal ocupante do cargo de Gerente de Vigilância Sanitária, matrícula nº 3000/94 - titular;
2. Lourdes Melania Erbes, servidora pública municipal ocupante do cargo de Agente Administrativo, matrícula nº 3000/34 - suplente.

e) Instituto Cultural de São Lourenço:

1. Rennã Higor Fedrigo, servidor público municipal ocupante do cargo de Articulador de Atividades Culturais III, matrícula nº 35/01 - titular;
2. Jackson Luiz de Mello, servidor público municipal ocupante do cargo de Técnico de Apoio Administrativo, matrícula nº 3244/01 - suplente.

II - representantes das organizações representativas da participação popular:

a) Associação de Pais e Professores das escolas situadas em área urbana do Município:

1. Keli Adriane Hintz Radtke, titular;
2. Flávia Thais Leal Batistella, suplente.

b) Associação de Pais e Professores das escolas situadas em área rural do Município:

1. Mariza Helena Rambo, titular;
2. Marlene Franzosi, suplente.

c) Organizações Religiosas que prestam assistência à criança e ao adolescente:

1. Marcia de Abreu Camargo, titular;
2. Luiz Antonio Vianna, suplente.

d) Clubes de Serviços regularmente legalizados:

1. Paulo César Pandini, titular;
2. Antônio Silveira, suplente.

e) Organizações e/ou entidades que prestam atendimento a crianças e/ou adolescentes:

1. Magda Angela Lorenzson Lazaron, titular;
2. Josiane Amadori Boito, suplente.

Art. 2º O Conselho deverá cumprir com as disposições previstas na Lei Municipal nº 1.827, de 25 de setembro de 2009, suas alterações posteriores e demais normas vigentes.

Art. 3º O mandato dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) terá duração de 02 (dois) anos, permitida uma recondução por igual período, a partir da data de publicação deste Decreto.

Art. 4º Por tratar-se de serviços de relevante interesse público, os membros do CMDCA, nomeados por este Decreto, não serão remunerados.

Art. 5º Ficam revogados os Decretos nºs 4.891, de 25 de junho de 2014 e 5.069, de 10 de abril de 2015, bem como demais disposições em contrário.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 24 de junho de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.424, DE 24 DE JUNHO DE 2016.

DECRETO Nº 5.424, DE 24 DE JUNHO DE 2016.

Altera o Decreto nº 5.364, de 1º de abril de 2016, que dispõe sobre a homologação do resultado do Concurso Público nº 001/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, artigo 55, inciso VII e;

CONSIDERANDO o requerimento de reclassificação para o último lugar dos classificados, apresentado pela candidata Josieli Dalla Santa, inscrita no CPF sob o nº 082.706.619-88, aprovada no Concurso Público nº 001/2016, para o cargo de Técnico em Enfermagem, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais;

CONSIDERANDO a previsão do subitem 9.3.1., do Edital de Abertura do Concurso Público nº 001/2016, acrescentado pelo Edital nº 001.7/2016, de 28 de março de 2016;

DECRETA:

Art. 1º O Anexo I, do Decreto nº 5.364, de 1º de abril de 2016, com suas alterações posteriores, passa a vigorar com as alterações constantes do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 24 de junho de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

(Decreto nº 5.424, de 24 de junho de 2016)

ANEXO I

(Decreto nº 5.364, de 1º de abril de 2016)

RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016

APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016

TÉCNICO EM ENFERMAGEM											
Inscrição	Candidato	C. GERAIS	PORT	MAT	ESP	T.P.O.		Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
60	SOLANGE HERBERTS	2,50	0,75	0,75	3,75	7,75		7,75	APROVADO(A)	1º	30/01/1986
204	JAIRSON LAZAROTTO	1,75	0,75	1,25	3,25	7,00		7,00	APROVADO(A)	2º	30/10/1969
196	MARIZIELI LAZZAROTTO MENDES	1,75	0,50	1,00	3,25	6,50		6,50	APROVADO(A)	3º	30/06/1990
290	ROSMARI SALETE DANELUZ	2,25	0,50	0,50	2,50	5,75		5,75	APROVADO(A)	4º	19/11/1965
372	CLAIZA HELENA GARDA	2,00	0,50	0,75	2,50	5,75		5,75	APROVADO(A)	5º	10/03/1977
338	AMARILDE LUNKES	1,25	0,75	0,50	3,00	5,50		5,50	APROVADO(A)	6º	22/11/1987
715	MAICON ADRIANO LAUTÉRIO	1,75	0,50	0,50	2,75	5,50		5,50	APROVADO(A)	7º	07/08/1988
314	IONE LUCIA GRANELLA BENDER	1,50	0,25	0,75	2,75	5,25		5,25	APROVADO(A)	8º	18/07/1980
718	IZIQUIEL JOSE DOS SANTOS	1,50	1,00	0,25	2,50	5,25		5,25	APROVADO(A)	9º	14/04/1995

26	FABIANE VIERA CARNEIRO	1,50	1,00	0,50	2,00	5,00		5,00	APROVADO(A)	10º	20/02/1993
27	ELIZANGELA JUSTINO FÉO	2,00	0,75	0,50	1,75	5,00		5,00	APROVADO(A)	11º	28/07/1981
17	ANDRESSA MUNZLINGER DA MOTA	2,25	0,50	0,75	1,50	5,00		5,00	APROVADO(A)	12º	31/07/1992
287	MARCIA COLI TREVELIN HOFFMANN	2,25	0,75	1,00	2,25	6,25		6,25	APROVADO(A)	13º	19/05/1983
281	NOELY DE OLIVEIRA	1,75	0,25	0,50	3,50	6,00		6,00	APROVADO(A)	14º	01/12/1968
312	ANDREIA COLET DALLA-CORT	2,25	0,50	0,50	3,25	6,50		6,50	APROVADO(A)	15º	10/10/1990
756	JOSIELI DALLA SANTA	1,50	0,50	0,25	3,00	5,25		5,25	APROVADO(A)	16º	03/07/1990

.....". (NR)

São Lourenço do Oeste - SC, 24 de junho de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.425, DE 24 DE JUNHO DE 2016.

DECRETO Nº 5.425, DE 24 DE JUNHO DE 2016.

Altera o Decreto nº 4.875, de 21 de maio de 2014, que nomeia os membros do Conselho Municipal de Trânsito do Município de São Lourenço do Oeste.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VII, do art. 55, da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 82, de 12 de abril de 2007 e no Decreto nº 4.473, de 10 de agosto de 2012,

DECRETA:

Art. 1º O artigo 1º, inciso II, alínea 'b', do Decreto nº 4.875, de 21 de maio de 2014, que nomeia os membros do Conselho Municipal de Trânsito do Município de São Lourenço do Oeste, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º

I

II

a)

b) representante da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB: Camila Borges, OAB/SC 36.272, inscrita no CPF sob o nº 069.055.699-33;

.....". (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 24 de junho de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELETRICA A UNIDADE CONSUMIDORA Nº 45312232, DE 1º DE JUNHO DE 2016.

EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELETRICA A UNIDADE CONSUMIDORA Nº 45312232, DE 1º DE JUNHO DE 2016.

Origem: Contrato de Concessão nº 56/99-ANEEL.

Contratante/Consumidor: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada/Distribuidora: Celesc Distribuição S/A, CNPJ nº 08.336.783/0001-90.

Objeto: Estabelecer os termos e as condições que irão regular o fornecimento de energia elétrica pela Distribuidora ao Consumidor, para uso exclusivo na Unidade Consumidora cadastrada sob o nº 45312232.

Valor: será composto pelo valor líquido da fatura, incluindo os impostos, taxas e contribuições que incidirem sobre o objeto do contrato.

Pagamento: O Consumidor pagará a Distribuidora, em relação a cada ciclo de faturamento, a nota fiscal/fatura de energia elétrica, com os valores em R\$ (real) relativos ao faturamento dos montantes a seguir definidos mediante a aplicação das tarifas estabelecidas pela ANELL, e calculados em conformidade com o estabelecido na Resolução Normativa da ANELL nº 414/2010.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2016 e de 2017.

Data de Assinatura: 1º/06/2016.

Vigência: de 1º/06/2016 Ate o ciclo de faturamento do mês de fevereiro de 2017.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante/Consumidor e André Rafael Curtarelli (Chefe da Divisão Comercial) e Sandra Lúcia Vicenzi (Chefe da Agência Regional de Chapecó) - pela Contratada/Distribuidora.

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 8.666/2016 - FICA AUTORIZADO O CORTE DE 01 (UMA) ÁRVORE, DA ESPÉCIE LEGUSTRO, LOCALIZADA NA RUA SETE DE SETEMBRO, CENTRO, SÃO MIGUEL DO OESTE -SC.

DECRETO Nº 8.666/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990 e,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o corte de 01 (uma) árvore, da espécie Legustro, localizada na Rua Sete de Setembro, Centro, devido ao fato de estar comprometida, com risco aparente de queda(devido a problemas fitossanitários)

Art. 2º Como medida compensatória, esta árvore poderá ser substituída, e no local deveser plantado outro exemplar, sem ônus a municipalidade, a espécie a ser plantada deverá ser arbóreas, não arbustivas, com altura mínima da muda de 1 (hum) metro, sendo sugeridas as espécies de Quaresmeira, Canelas, Pitangas, ou outras nativas de porte mais baixo. A atual árvore deverá ser substituída após o plantio da nova espécie, sob pena de ser enquadrado no Código de Postura do Município e Leis de Crimes Ambientais vigentes.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em, 22 de junho de 2016.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnica Administrativa

DECRETO Nº8.665/2016 - DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO DECRETO Nº 2.314 DE 30 DE DEZEMBRO DE 1992, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 8.665/2016

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO DECRETO Nº 2.314 DE 30 DE DEZEMBRO DE 1992, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Miguel do Estado de Santa Catarina, usando a competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 5 de abril de 1990 e,

CONSIDERANDO que o imóvel declarado de Utilidade Pública para fins de desapropriação não cumpre com a finalidade destinada pelo Decreto nº 2.314 de 30 de dezembro de 1992;

CONSIDERANDO que a Administração Pública tem o poder e dever de rever seus atos;

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado na íntegra o decreto nº 2.314 de 30 de dezembro de 1992, que declarou de utilidade pública o imóvel localizado na Secção Guamerim, matriculado no Registro de Imóveis sob o nº 12335, com o objetivo de desapropriação destinado a construção de projeto agropecuário de industrialização de aves.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE- SC.

Em, 22 de junho de 2016.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnica Administrativa

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

15º EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO 001/2015

15º Edital de Convocação do Concurso Público 001/2015

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara/SC, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao prescrito no Art. 37, inciso I e II da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, bem como na Lei municipal nº. 05/97, de 16 de maio de 1997 e Edital de Concurso Público nº 001/2015, CONVOCA o candidato aprovado no Concurso Público para provimento no cargo abaixo mencionado, para apresentação no período de 23/06/2016 a 22/07/2016 (de segunda a sexta-feira), das 08:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas na sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, localizada na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, bairro Centro, São Pedro de Alcântara/SC, para fins de tomar posse no cargo em que foi aprovado. O Candidato que não comparecer no prazo estipulado ou deixar de apresentar a documentação exigida, será considerado desistente e ensejará na convocação do próximo aprovado, obedecendo à ordem de classificação.

Cargo: Técnico de Enfermagem

CLASSIFICAÇÃO	NOME
03º	ALEXANDRA FELIPPE DOS SANTOS

São Pedro de Alcântara/SC, 23 de junho de 2016.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO 39.2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R 202

www.pmspa.sc.gov.br – licitacoes@pmspa.sc.gov.br

EDITAL DE LICITAÇÃO – DISPENSA n.º 39.2016

MODALIDADE: DISPENSA (art. 24, IV, da Lei n.º 8.666/1993).

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, localizado na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, torna público que realizará DISPENSA DE LICITAÇÃO, regida pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, pela Lei Orgânica Municipal e por este EDITAL, em razão da justificativa que segue:

A Dispensa tem previsão legal no art. 24, IV, da Lei nº 8.666/93, que prevê a contratação emergencial nos casos em que fica caracterizada a situação de urgência no atendimento a que se propõe o contrato, em face da possibilidade de prejuízo iminente para a administração. Devido à impossibilidade de término do Pregão Presencial nº 31.2016 e estando próxima a expiração do prazo contratual em vigor, a Administração Pública resolve, por bem efetivar o presente contrato emergencial de locação de uso dos sistemas até a conclusão do procedimento licitatório nos termos que seguem:

Dessa feita, solicita-se a contratação da empresa BETHA SISTEMAS LTDA., através de Dispensa de Licitação, com fundamento no art. 24, IV, da Lei n.º 8666/1993, por um período de 90 (noventa) dias,

pelos preços atualmente praticados.

Pelo exposto, autoriza-se a contratação, por dispensa, nas seguintes condições:

1- Nos termos do art. 24, IV, da Lei n.º 8.666/1993, dispensável é a licitação para a contratação de Locação dos sistemas de informática para a Prefeitura, Fundo Municipal de Saúde e Instituto de Previdência para o Município de São Pedro de Alcântara.

2- Contratam-se os serviços de Locação e Serviço Técnico dos sistemas de informática com a empresa BETHA SISTEMAS LTDA., pessoa jurídica de direito privado com sede à Rua João Pessoa, n.º 134, inscrita no CNPJ sob n.º 00.456.865/0001-67, Inscrição Estadual 253.086.027, na cidade de Criciúma/SC, nos seguintes valores:

2.1- Locação do Sistema para a Prefeitura R\$ 1.921,00 (um mil novecentos e vinte e um reais) mensais para a locação do sistema informatizado tais quais: Sistema Contabilidade Pública, Planejamento Municipal, Compras e Licitações, Patrimônio Público, Folha de Pagamento, Recursos Humanos e Portal da Transparência, totalizando na vigência deste contrato um valor de R\$ 5.763,00 (cinco mil setecentos e sessenta e três reais)

2.2- Locação do Sistema para o Fundo Municipal de Saúde R\$ 395,00 (trezentos e noventa e cinco reais) mensais para a locação do sistema informatizado tais quais: Sistema Contabilidade Pública, Compras e Licitações, Folha de Pagamento e Recursos Humanos, totalizando na vigência deste contrato um valor de R\$ 1.185,00 (um mil cento e oitenta e cinco reais)

2.3- Locação do Sistema para o Instituto de Previdência R\$ 582,00 (quinhentos e oitenta e dois reais) mensais para a locação do sistema informatizado tais quais: Sistema Contabilidade Pública, Portal da Transparência e Folha de Pagamento, totalizando na vigência deste contrato um valor de R\$ 1.746,00 (um mil setecentos e quarenta e seis reais)

2.4- Serviços técnicos, compreendendo entre Serviço técnico (estimado em 20 horas) quando solicitado a presença in loco, deslocamento (estimado em 300km) nos serviços de suporte quando exigida a presença in loco, Diária (estimada em 10) para alimentação nos atendimentos ao suporte presencial, quando solicitado, Totalizando até a vigência contratual um valor de R\$ 3.224,10 (três mil duzentos e vinte e quatro reais e dez centavos)

2.5 – O Valor total desta Dispensa de Licitação até a vigência contratual é de R\$ 11.918,10 (onze mil novecentos e dezoito reais e dez centavos)

3- Para a assinatura do contrato, a empresa BETHA SISTEMAS LTDA deverá apresentar, além de cópia autenticada de seu estatuto social devidamente registrado, Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretária da Receita Federal (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), a prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (CND), uma declaração comprovando o cumprimento ao disposto no Art. 7º XXXIII, da Constituição Federal de 1988, que trata da proibição do trabalho infantil; a CND Municipal de sua sede ou domicílio e a CND Estadual expedida pelo órgão competente.

4- Os recursos para dos serviços que constam neste Edital correrão por conta de dotação orçamentária específica. 03.01.2.004.3.3.90.00.00.00.001.0000 (12); 12.01.2.088.3.3.90.00.00.00.00.0003 (02); 11.01.2.056.3.3.90.00.00.00.02.0000 (12)

5- No mais, a presente contratação, na modalidade Dispensa de Licitação, obedece a todos os termos da Lei n.º 8.666/1993, sujeitando-se a ela, na sua totalidade.

São Pedro de Alcântara/SC, 23 de junho de 2016.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

LEI Nº 1.047, DE 20 DE JUNHO DE 2016

LEI Nº 1.047, DE 20 DE JUNHO DE 2016

“Revoga a Lei n.º 1003, de 28 de setembro de 2015 e dá outras providências.”

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica revogada a Lei Ordinária n.º 1003, de 28 de setembro de 2015.

Art. 2º - O subsídio do Prefeito Municipal volta a ser aquele regido e definido pela Lei n.º 692, de 26 de junho de 2012, com as devidas correções monetárias.

Art. 3º - A despesa desta Lei correrá por conta das dotações do Orçamento Fiscal Vigente.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 21 de junho de 2016.

Jucélio Kremer

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 195/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 195/2016

Concede férias a servidora DIÉLI HOFFMANN.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora DIÉLI HOFFMANN, ocupante do cargo de Professora II, férias por 30 dias que gozará a partir de 27/06/2016 a 26/07/2016, referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 23 de junho de 2016.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2016.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 025/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 025/2016, CELEBRANDO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORA FABIANA HAMES OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA II.

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 620.977.769-49, residente e domiciliado a Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 61, Centro, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhora FABIANA HAMES, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob nº. 041.535.819-17, residente a Rua Matias Nicolau Hoffmann, s/nº., Boa Parada, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2015, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da cláusula quarta do contrato de trabalho nº. 025/2016, passando a vigorar com a seguinte redação:

Fica Prorrogado o prazo de vigência do contrato de trabalho nº. 025/2016 até 26/07/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de acordo com o contrato original.

São Pedro de Alcântara, 24 de junho de 2016.

MUNICÍPIO

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

Schroeder

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº.
001/2015-SECEL/PMS

Convocação Processo Seletivo nº. 001/2015-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. UELLINGTON RODRIGUES DA SILVA, inscrito no CPF sob nº. 023.629.771-61, aprovado em 19º lugar no Processo Seletivo nº. 001/2015-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSOR A – ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS, para assumir o respectivo cargo.

O convocado deve comparecer à Diretoria de Recursos Humanos (47 3374-6514), até as 17:00h do dia 05 de julho de 2016, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 23 de junho de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito MunicipalMaykel Roberto Laube
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer**CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº.**
001/2015-SECEL/PMS

Convocação Processo Seletivo nº. 001/2015-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. GLEICIA APARECIDA NOGUEIRA DA SILVA, inscrita no CPF sob nº. 010.767.591-90, aprovada em 20º lugar no Processo Seletivo nº. 001/2015-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSORA A – ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer à Diretoria de Recursos Humanos (47 3374-6514), até as 17:00h do dia 06 de julho de 2016, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 24 de junho de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito MunicipalMaykel Roberto Laube
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer**CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº.**
001/2015-SECEL/PMS - 2º CHAMADAConvocação Processo Seletivo nº. 001/2015-SECEL/PMS
2º Chamada

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. MARISETTE SILVANIA FRANZNER VARGAS, inscrita no CPF sob nº. 850.901.669-00, aprovada em 12º lugar no Processo Seletivo nº. 001/2015-SECEL/PMS, para o cargo de AUXILIAR DE SALA, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer à Diretoria de Recursos Humanos (47 3374-6514), até as 17:00h do dia 05 de julho de 2016, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê o item 15.1.

Schroeder (SC), 23 de junho de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito MunicipalMaykel Roberto Laube
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer**CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº.**
002/2015-SECEL/PMS

Convocação Processo Seletivo nº. 002/2015-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. RENAN VENSKE, inscrito no CPF sob nº. 077.502.459-79, aprovado em 5º lugar no Processo Seletivo nº. 002/2015-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSOR B – EDUCAÇÃO FÍSICA, para assumir o respectivo cargo.

O convocado deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6514), até as 17:00h do dia 28 de junho de 2016, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 24 de junho de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito MunicipalMaykel Roberto Laube
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO N°. 002/2015-SECEL/PMS

Convocação Processo Seletivo n°. 002/2015-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. SEBASTIÃO DE PAULA, inscrito no CPF sob n°. 352.757.159-00, aprovado em 11º lugar no Processo Seletivo n°. 002/2015-SECEL/PMS, para o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, para assumir o respectivo cargo.

O convocado deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6514), até as 17:00h do dia 28 de junho de 2016, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 24 de junho de 2016.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

I ERRATA DE PREGÃO PRESENCIAL N°. 60/2016-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, CEP: 89275-000 – SCHROEDER/SC

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-6500

e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br – site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>**I ERRATA DE PREGÃO PRESENCIAL N°. 60/2016-PMS**

PROCESSO N°. 115/2016-PMS

TIPO: MELHOR OFERTA DE PREÇO

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados a errata de item referente ao Edital de Pregão Presencial n°. 60/2016-PMS, visando a contratação de Instituição Financeira para operar os serviços de processamento e gerenciamento de créditos provenientes da folha de pagamento dos servidores da PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER/SC, sem ônus para a contratante, pelo prazo de 60 (sessenta) meses, conforme ANEXO II - Termo de Referência deste instrumento, ficando assim determinado:

Leia-se:

[...]

1.1.1. O recebimento dos envelopes da documentação, proposta comercial e credenciamentos acontecerão até dia 25 de julho de 2016 às 08h45min devendo os mesmos serem protocolados, diretamente no Setor no Licitações, conforme item 1.2-b.

Schroeder, 24 de junho de 2016.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

I ERRATA DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N°. 58/2016-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, CEP: 89275-000 – SCHROEDER/SC

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-6500

e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br – site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>**I ERRATA DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N°. 58/2016-PMS**

PROCESSO N°. 113/2016-PMS

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados a errata de data e de item referente ao Edital de Pregão Presencial Registro de Preços n°. 58/2016-PMS, visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material elétrico para atender as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII – Termo de Referência, deste instrumento convocatório, ficando assim determinado:

Leia-se:

1.2 Os envelopes n°. 01 - Proposta Comercial, n°. 02 – Habilitação, bem como os documentos necessários para o Credenciamento, deverão

ser entregues até a data e horários abaixo determinados, a saber:

a) Data: 08 de julho de 2016.

b) Local: Prefeitura Municipal de Schroeder/SC.

Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Sede da Prefeitura Municipal, sito à rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Centro, Schroeder/SC.

c) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 08h45min.

d) Abertura do processo: às 09h.

3.1.3 O recebimento dos envelopes da documentação, proposta comercial e credenciamentos acontecerão até dia 08 de julho de 2016 às 08h45min devendo os mesmos serem protocolados, diretamente no Setor no Licitações, conforme item 1.2-b.

ANEXO VIII

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 58/2016-PMS

TERMO DE REFERÊNCIA

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO REFERÊNCIA	VALOR R\$ TOTAL REFERÊNCIA
96	Fita Isolante Auto Fusão 19mmx10m	18	Unidade	13,00	234,00
TOTAL R\$ REFERÊNCIA					244.231,08

Schroeder, 24 de junho de 2016.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

NOTIFICAÇÃO INADIMPLEMENTO DO CONTRATO Nº 63/2016-PMS

NOTIFICAÇÃO

Processo de Licitação nº. 99/2016 - PMS

Modalidade Dispensa de Licitação nº. 29/2016 - DL

Fica a empresa NILO STAHELIN 44656793949, inscrita no CNPJ sob o nº. 18.968.645/0001-88, estabelecida na Rua Ricardo Persuhn, nº. 26, Itoupava Norte, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, CEP: 89052-660, NOTIFICADA do inadimplemento do contrato nº 63/2016-PMS, firmado com o Município de Schroeder eis que tendo recebido as Ordem de Compra, cujo empenho nº 2889 não efetuou a entrega dos produtos do prazo de estipulado pela Cláusula Segunda do Contrato supramencionado.

Por essa notificação, a empresa notificada terá o prazo de 48 horas para adimplir o contrato com a entrega dos produtos abaixo relacionado, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Não adimplindo o contrato no prazo acima fica a empresa desde já notificada para no prazo de 10 dias úteis apresentar defesa prévia quanto as penalidades previstas no parágrafo terceiro, cláusula sétima do contrato, nos termos do art. 87 da Lei de Licitações

Evidenciando o atraso cita-se nas tabelas abaixo o(s) produto(s) cuja entrega está atrasada.

Empenho (O.C)	Produtos	Entrega a O.C.	Prazo limite deso- bedecido
2889	Capacho de vinil personalizado, fabricado 100% em PVC, nas medidas de 1,20 m x 0,80 m, espessura de 10mm, anti-chamas, antiderrapante, com brasão do Município de Schroeder e letreiro MUNICÍPIO DE SCHROEDER.	30/05/2016	.20/06/2016

O prazo inicia-se a partir do imediato recebimento. A presente notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina. Sem mais para o momento, ficamos a disposição para eventuais dúvidas.

Atenciosamente,

Schroeder, 24 de junho de 2016.

Andreia Nass Friedemann

Setor de Compras

Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças

A

NILO STAHELIN

CNPJ sob o nº. 18.968.645/0001-88

(47) 8803-1556

ATA TOMADA DE PREÇOS 08/2016-PMS (SEQUÊNCIA 02)

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 8/2016 - TP	
	Processo Administrativo:	102/2016
	Processo de Licitação:	31/05/2016
		Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Número da ATA: 91/2016 (Sequência: 2)

OBJETO DA LICITAÇÃO:

contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Willy Wulff, Bairro Centro, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 101m e área total de 1.010m², de acordo com Convênio com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Jaraguá do Sul, projeto, memorial descritivo, planilha de qua

A comissão reuniu-se após recebimento da renúncia do prazo recursal de habilitação das empresas PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA. e CONPLA - CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA. Diante da apresentação da renúncia das empresas PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA. e CONPLA - CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA. referente ao prazo recursal será marcada para dia 27 de julho de 2016, às 14h30min, para a continuação do certame com a abertura das propostas comerciais, caso contrário será enviada ata com nova data. Encerra-se a sessão e pede-se para ser enviada cópia da ata as empresas participantes.

Schroeder, 24 de Junho de 2016

COMISSÃO:

Ivandra de Souza	-	- Presidente da Comissão de Licitação
Ilmar José Pereira Borges Filho	-	- Membro
Andreia Nass Friedemann	-	- Membro
Walter Egidio Mukai	-	- Membro
Daniela Samulescki	-	- Secretária
Valderi Rocha de Camargo	-	- Membro Suplente
Cezar Santos de Jesus	-	- Membro Suplente

ATA TOMADA DE PREÇOS 09/2016-PMS (SEQUÊNCIA 01)

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER	TOMADA DE PREÇO Nr.: 9/2016 - TP
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 103/2016 Data do Processo: 06/06/2016
	Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 92/2016 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Minas Gerais, Centro Norte, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 366m e área total de 3.660m², de acordo com Recursos Próprio e Financiamento BADESC,

A comissão reuniu-se para abertura da licitação, conforme determinado no edital. Apresentaram envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento as empresas CONPLA - CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA. e PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA. devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. E para fornecer conhecimento do presente edital, o mesmo publicado em resumo no mural Público Municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC), no jornal de circulação regional - O Correio do Povo, Diário Oficial do Estado e disponibilizado na íntegra no site www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Depois de rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que os representantes das empresas CONPLA - CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA. e PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., estão credenciados para a licitação. Pois apresentaram a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. Foram abertos os envelopes de habilitação das empresas CONPLA - CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA. e PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., cujos documentos foram rubricados pelo presidente e membros da comissão e colocados à disposição dos presentes para exame e rubricação. Constatando que as empresas CONPLA - CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA. e PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA. apresentaram a documentação de acordo como exigido no edital, resultando assim habilitadas. Sendo renunciado ao direito de recurso pronunciado diretamente na sessão de abertura dos envelopes de habilitação pelas empresas participantes, e ao prazo respectivo, e concordando, em consequência, com o curso do procedimento licitatório. Foram abertos os envelopes de proposta comercial das empresas CONPLA - CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA. e PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA. Será paralisada a sessão, devido a dúvidas com relação às propostas, as mesmas serão encaminhadas para o Setor Jurídico e Setor de Engenharia para análise detalhada. Posteriormente será encaminhada ata com os resultados aferidos pelos setores. Encerra-se a sessão e pede-se para ser enviada cópia da ata e quadro comparativo às empresas participantes.

Schroeder, 24 de Junho de 2016

COMISSÃO:

Ivandra de Souza	- - Presidente da Comissão de Licitação
Ilmar José Pereira Borges Filho	- - Membro
Andreia Nass Friedemann	- - Membro
Walter Egídio Mukai	- - Membro
Daniela Samulescki	- - Secretária
Valderi Rocha de Camargo	- - Membro Suplente
Cezar Santos de Jesus	- - Membro Suplente

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

INGO BAADE	- - Representante
RICARDO LIMA MORAES	- - Representante

ATA TOMADA DE PREÇOS 10/2016-PMS (SEQUÊNCIA 01)

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER	TOMADA DE PREÇO Nr.: 10/2016 - TP
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 104/2016 Data do Processo: 06/06/2016
	Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 93/2016 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Paulo Setter, Centro Sul neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 171,5m e área total de 1.715m², de acordo com Recursos Próprio e Financiamento BADESC, projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos em regime de PA

A comissão reuniu-se para abertura da licitação, conforme determinado no edital. Apresentaram envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento as empresas CONPLA - CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA. e PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA. devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. E para fornecer conhecimento do presente edital, o mesmo publicado em resumo no mural Público Municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC), no jornal de circulação regional - O Correio do Povo, Diário Oficial do Estado e disponibilizado na íntegra no site www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Depois de rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que os representantes das empresas CONPLA - CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA. e PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., estão credenciados para a licitação. Pois apresentaram a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. Foram abertos os envelopes de habilitação das empresas CONPLA - CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA. e PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., cujos documentos foram rubricados pelo presidente e membros da comissão e colocados à disposição dos presentes para exame e rubricação. Constatando que as empresas CONPLA - CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA. e PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA. apresentaram a documentação de acordo como exigido no edital, resultando assim habilitadas. Sendo renunciado ao direito de recurso pronunciado diretamente na sessão de abertura dos envelopes de habilitação pelas empresas participantes, e ao prazo respectivo, e concordando, em consequência, com o curso do procedimento licitatório. Foram abertos os envelopes de proposta comercial das empresas CONPLA - CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA. e PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA. Será paralisada a sessão, devido a dúvidas com relação às propostas, as mesmas serão encaminhadas para o Setor Jurídico e Setor de Engenharia para análise detalhada. Posteriormente será encaminhada ata com os resultados aferidos pelos setores. Encerra-se a sessão e pede-se para ser enviada cópia da ata e quadro comparativo às empresas participantes.

Schroeder, 24 de Junho de 2016

COMISSÃO:

Ivandra de Souza	- - Presidente da Comissão de Licitação
Ilmar José Pereira Borges Filho	- - Membro
Andreia Nass Friedemann	- - Membro
Walter Egídio Mukai	- - Membro
Daniela Samulescki	- - Secretária
Valderi Rocha de Camargo	- - Membro Suplente
Cezar Santos de Jesus	- - Membro Suplente

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

INGO BAADE	- - Representante
RICARDO LIMA MORAES	- - Representante

QUADRO COMPARATIVO TOMADA DE PREÇOS 09/2016-PMS

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER
Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 103/2016		Processo Administrativo:		Total dos Itens Vencedores:		0,00													
Licitação.....: 9/2016 - TP																			
Modalidade.....: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia																			
Objeto.....: contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Minas Gerais, Centro Norte, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 366m e área total de 3.660m², de acordo com Recursos Próprio e Financiamento BADESC,																			
Fornecedor		Nome do Fornecedor		Marca		Quantidade		Desconto		Preço Unitário		Preço Total		Situação		Classificação			
Item.....: 1		-		18355		- pavimentação asfáltica da Rua Minas Gerais, - Unidade: UN													
9522				PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA				1,000		0,0000		312.242,0000		312.242,00		Indefinido		0	
11228				CONPLA CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA				1,000		0,0000		334.653,9600		334.653,96		Indefinido		0	

Schroeder,	Em/...../.....
Ivandra de Souza -	- Presidente da Comissão
Ilmar José Pereira Borges Filho -	- Membro
Andreia Nass Friedemann -	- Membro
Walter Egídio Mukai -	- Membro
Daniela Samuleski -	- Secretária
Valderi Rocha de Camargo -	- Membro Suplente
Cezar Santos de Jesus -	- Membro Suplente
Eloir José Wendt -	- Membro Suplente

QUADRO COMPARATIVO TOMADA DE PREÇOS 10/2016-PMS

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER
Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 104/2016		Processo Administrativo:		Total dos Itens Vencedores:		0,00		
Licitação.....: 10/2016 - TP								
Modalidade.....: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia								
Objeto.....: contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Paulo Setter, Centro Sul neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 171,5m e área total de 1.715m², de acordo com Recursos Próprio e Financiamento BADESC, projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos em regime de PA								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	-	18354	- pavimentação asfáltica da Rua Paulo Setter - Unidade: UN					
9522	PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA		1,000	0,0000	147.050,0000	147.050,00	Indefinido	0
11228	CONPLA CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA		1,000	0,0000	158.237,4700	158.237,47	Indefinido	0

Schroeder,	Em/...../.....
Ivandra de Souza -	- Presidente da Comissão
Ilmar José Pereira Borges Filho -	- Membro
Andreia Nass Friedemann -	- Membro
Walter Egidio Mukai -	- Membro
Daniela Samuleski -	- Secretária
Valderi Rocha de Camargo -	- Membro Suplente
Cezar Santos de Jesus -	- Membro Suplente
Eloir José Wendt -	- Membro Suplente

Seara

PREFEITURA

ANEXO LEI 1869

ANEXO ÚNICO – LEI Nº 1869/2016 – OP/2015

REGIÃO 04		
COMUNIDADE / BAIRRO	PRIORIDADES APROVADAS	VALOR DO OP
Nova Teutônia	Melhoria na sede social	R\$ 9.100,00
.....

Seara-SC, 24 de junho de 2016.

LACI GRIGOLO

Prefeita Municipal

LEI Nº. 1869

LEI Nº 1869, DE 24 DE JUNHO DE 2016

Altera Meta do Anexo Único da Lei nº 1839, de 08 de setembro de 2015, que autoriza firmar Termo de Cooperação Financeira com Comunidades e Bairros do Município de Seara/SC através dos recursos do Orçamento Participativo e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e nos termos estabelecidos no art., 26 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF, no inciso I do art. 51 da Lei Municipal nº 1794, de 27 de novembro de 2014, que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2015 - LDO e Decreto nº 629, de 12 de dezembro de 2013 faz saber a todos os habitantes do Município, que o Poder Legislativo aprova e Ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a meta da comunidade de Nova Teutônia, da Região 04 constante Anexo Único da Lei nº 1839, de 08 de setembro de 2015, que autoriza firmar Termo de Cooperação Financeira com Comunidades e Bairros do Município de Seara/SC através dos recursos do Orçamento Participativo e dá outras providências, que passa a ter a redação conforme o anexo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Seara-SC, 24 de junho de 2016

LACI GRIGOLO

Prefeita Municipal

LEI Nº. 1870

LEI Nº 1870, DE 24 DE JUNHO DE 2016

Fixa o subsídio dos vereadores do município de Seara para a Legislatura 2017 a 2020

A PREFEITA MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município que, o Poder Legislativo aprovou e Ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º O subsídio mensal inicial individual dos Vereadores do Município de Seara, para a Legislatura de 2017 a 2020, será de R\$ 2.717,00 (dois mil setecentos e dezessete reais).

Art. 2º O Vereador, investido no cargo de Presidente da Câmara,

perceberá mensalmente o valor de R\$ 4.075,50 (quatro mil setenta e cinco reais e cinquenta centavos).

§1º O Presidente da Câmara deverá representar judicial e extrajudicialmente o Poder Legislativo, bem como em solenidades e eventos oficiais, desempenhar funções de administração do Parlamento, assim como todas as atribuições previstas no Regimento Interno da Câmara de Vereadores;

§2º O substituto legal que, na forma regimental, assumir a Presidência, fará jus ao recebimento da parcela adicional, prevista no caput deste artigo, proporcionalmente aos dias do efetivo exercício do cargo.

Art. 3º Em caso de substituição, o Vereador suplente que assumir terá direito ao subsídio mensal ou proporcional as Sessões Ordinárias que participar.

Art. 4º Será efetuado desconto no percentual de 25% (vinte e cinco por cento) do total do subsídio mensal a cada Sessão Ordinária que o Vereador deixar de comparecer, sem justificativa legal.

§1º Considera-se como justificativa legal, para efeitos deste artigo, o estabelecido no Regimento Interno da Câmara de Vereadores.

§2º Para efeito de desconto de falta do Presidente da Câmara às Sessões Ordinárias considera-se o mesmo percentual descontado do Vereador conforme caput deste artigo.

Art. 5º Sobre o valor dos subsídios constantes nos artigos 1º e 2º desta Lei, fica assegurada a revisão geral anual prevista no art. 37, X, da Constituição Federal/88.

Art. 6º Fica vedado qualquer pagamento por participação em sessão extraordinária, ainda que durante o recesso parlamentar.

Art. 7º No recesso parlamentar fica assegurado o pagamento do subsídio integral aos Vereadores.

Art. 8º Os subsídios de que trata esta lei serão pagos somente após a realização de todas as sessões ordinárias do mês.

Art. 9º As despesas para execução da presente lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento anual do Legislativo.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017.

Seara-SC, 24 de junho de 2016

LACI GRIGOLO

Prefeita Municipal

LEI Nº. 1871

LEI Nº 1871, DE 24 DE JUNHO DE 2016

Fixa os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais de Seara para a gestão 2017 a 2020

A PREFEITA MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município que, o Poder Legislativo aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º O subsídio mensal do Prefeito do Município de Seara será de R\$ 16.173,00 (dezesesseis mil cento e setenta e três reais).

Art. 2º O subsídio mensal do Vice-Prefeito do Município de Seara será de R\$ 7.701,00 (sete mil setecentos e um reais).

Parágrafo único. O Vice-Prefeito, quando no exercício do cargo de Prefeito, perceberá o subsídio correspondente ao cargo, proporcionalmente ao período do efetivo exercício.

Art. 3º O subsídio mensal dos Secretários Municipais do Poder Executivo será de R\$ 7.085,00 (sete mil e oitenta e cinco reais).

Art. 4º Aos subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários

Municipais ficam assegurados a revisão geral anual, prevista no artigo 37, X, da Constituição Federal.

Art. 5º Fica assegurado ao Prefeito e Vice-Prefeito anualmente o direito a 30 (trinta) dias de férias, com subsídios integrais.

Art. 6º Aos Secretários Municipais fica assegurado anualmente o direito a 30 (trinta) dias de férias, com subsídio integral, acrescido de um terço constitucional.

Art. 7º O décimo terceiro subsídio fica assegurado ao Prefeito e aos Secretários Municipais.

Art. 8º Os subsídios que trata esta lei serão pagos na mesma data dos pagamentos feitos aos servidores do Poder Executivo Municipal.

Art. 9º As despesas para execução da presente lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento anual.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017.

Seara-SC, 24 de junho de 2016

LACI GRIGOLO

Prefeita Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2016 - FMS

Fundo Municipal da Saúde de Seara

Processo Licitatório nº 011/2016 - FMS

Edital de Pregão Presencial nº. 008/2016 - FMS – Registro de Preço.

O Município de Seara, SC., Comunica aos interessados, que de acordo com a lei nº. 10.520/02 e lei nº. 8.666/93, estará recebendo até às 08h30min do dia 08/07/2016, "envelope de credenciamento, da proposta e da documentação" referentes à seleção de fornecedores e propostas para aquisição de instrumental que compõe maleta de urgência e emergência. A íntegra do Edital de Pregão Presencial – Registro de Preço poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município ou no site www.seara.sc.gov.br e informações pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327.

Seara, SC., 24 de junho de 2016.

Odair José Felipe

Secretário Municipal da Saúde

Serra Alta

PREFEITURA

ATA Nº 038/2016- REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO PRESENCIAL 029/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 038 DE 27/06/2016

No dia 27 de junho de 2016, o MUNICÍPIO DE SERRA ALTA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na(o) Rua Dom Pedro II, 830, centro, do Município inscrito no CGC/MF sob o nº 80.622.319/0001-98, neste ato representado por seu PREFEITO MUNICIPAL FRANCISCO ARTUR BOTH, portador do RG sob o nº 6011000632 e CPF nº 353.597.570-00, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente e nos termos da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decreto Municipal nº 64/2009 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 029/2016, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa MONUMENTAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TROFÉUS LTDA ME, inscrita no CNPJ nº 02.313.167/0001-38, com sede na Rua 14 de Agosto, nº 560, Bairro Maria Goretti, Município de Chapecó/SC, representada neste ato pelo Sr. Robson Ramos, portador do CPF nº 045.561.989-17 e RG 3.983.884 SSP/SC, para possível aquisição do objeto referente ao Pregão Presencial supra citado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o MUNICÍPIO DE SERRA ALTA e a empresa MONUMENTAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TROFÉUS LTDA ME, inscrita no CNPJ nº 02.313.167/0001-38, aqui representada por seu representante legal, Sr(a). Robson Ramos, vencedora do certame licitatório referente ao Pregão Presencial nº. 029/2016 cujo objeto é a possível Aquisição de Troféus e Medalhas destinadas para as premiações dos vencedores dos diversos campeonatos e jogos abertos e de integração esportiva promovidos pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, conforme descrições constantes no Anexo "D" do Edital em comento e nos termos da Lei nº 10.520/02; aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93 e as demais normas legais correlatas.

Item	Quantidade estimada Und.	Especificação/Marca	Valor Unitário	Valor Total
01	150 und	MEDALHAS DE PARTICIPAÇÃO- redonda fundida em liga metálica de zamak, com o tamanho de 45 mm de diâmetro e centro liso com 25 mm de diâmetro. Medalha vazada e com a figura de um ramo em alto relevo no lado esquerdo. Espessura de 3mm. Metalizada na cor dourada. Suporte para fita com 1,5 cm de largura. A medalha pode vir acompanhada de fita de cetim nas cores azul, vermelha, branca ou verde com 1,5 cm de largura. Na parte da frente da Medalha deverá ser colocado adesivo com brasão do Município de Serra Alta. No verso deverá ser feito a gravação em baixo relevo no metal da medalha, com a descrição da categoria e modalidade. Marca: Troféu Sul	R\$ 1,75	R\$ 262,50
02	350 und	MEDALHAS PARA O 1º LUGAR - redonda fundida em liga metálica de zamak, com o tamanho de 65 mm de diâmetro e centro liso com 35 mm de diâmetro. Com quatro arcos vazados e polidos que suportam o centro liso e textura na borda da medalha. Espessura de 3mm. Metalizada na cor dourada. Suporte para fita com 2,5 cm de largura. A medalha pode vir acompanhada de fita de cetim nas cores azul, vermelha, branca ou verde com 2,5 cm de largura ou fita de gorgorão nas cores azul, azul-branco-vermelha ou verde-amarela com 2,5 cm de largura. Na parte da frente da Medalha deverá ser colocado adesivo com brasão do Município de Serra Alta. No verso deverá ser feito a gravação em baixo relevo no metal da medalha, com a descrição da categoria, classificação e modalidade. Marca: Troféu Sul	R\$ 3,34	R\$ 1.169,00

03	350 und	MEDALHAS PARA O 2º LUGAR - redonda fundida em liga metálica de zamak, com o tamanho de 65 mm de diâmetro e centro liso com 35 mm de diâmetro. Com quatro arcos vazados e polidos que suportam o centro liso e textura na borda da medalha. Espessura de 3mm. Metalizada na cor prata. Suporte para fita com 2,5 cm de largura. A medalha pode vir acompanhada de fita de cetim nas cores azul, vermelha, branca ou verde com 2,5 cm de largura ou fita de gorgorão nas cores azul, azul-branco-vermelha ou verde-amarela com 2,5 cm de largura. Na parte da frente da Medalha deverá ser colocado adesivo com brasão do Município de Serra Alta. No verso deverá ser feito a gravação em baixo relevo no metal da medalha, com a descrição da categoria, classificação e modalidade. Marca: Troféu Sul.	R\$ 3,34	R\$ 1.169,00
04	350 und	MEDALHAS PARA O 3º LUGAR - redonda fundida em liga metálica de zamak, com o tamanho de 65 mm de diâmetro e centro liso com 35 mm de diâmetro. Com quatro arcos vazados e polidos que suportam o centro liso e textura na borda da medalha. Espessura de 3mm. Metalizada na cor bronze. Suporte para fita com 2,5 cm de largura. A medalha pode vir acompanhada de fita de cetim nas cores azul, vermelha, branca ou verde com 2,5 cm de largura ou fita de gorgorão nas cores azul, azul-branco-vermelha ou verde-amarela com 2,5 cm de largura. Na parte da frente da Medalha deverá ser colocado adesivo com brasão do Município de Serra Alta. No verso deverá ser feito a gravação em baixo relevo no metal da medalha, com a descrição da categoria, classificação e modalidade. Marca: Troféu Sul.	R\$ 3,34	R\$ 1.169,00
07	60 und	TROFÉU PARA PREMIAÇÃO DO 1º LUGAR com 48 cm de altura, com base quadrada com 11,7 cm de largura em polímero na cor preta. Sobre esta base uma taça metalizada na cor dourada, com efeito, texturizado e 12 cm de largura a partir das alças. Sobre esta taça uma bola metalizada na cor dourada com um anel metalizado na cor prata. Estatueta superior intercambiável. Plaqueta em latão para gravação em baixo relevo no metal, com a descrição da categoria, classificação e modalidade. Demais componentes metalizados na cor dourada. Marca: Troféu Sul.	R\$ 43,49	R\$ 2.609,40
08	60 und	TROFÉU PARA PREMIAÇÃO DO 2º LUGAR - com 40 cm de altura, com base quadrada com 10,9 cm de largura em polímero na cor preta. Sobre esta base uma taça metalizada na cor dourada, com efeito, texturizado e 12 cm de largura a partir das alças. Sobre esta taça uma bola metalizada na cor dourada com um anel metalizado na cor prata. Estatueta superior intercambiável. Plaqueta em latão para gravação em baixo relevo no metal, com a descrição da categoria, classificação e modalidade. Demais componentes metalizados na cor dourada. Marca: Troféu Sul.	R\$ 38,70	R\$ 2.322,00
			TOTAL REGISTRADO	R\$ 8.700,90

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DA ATA

2.1 A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

2.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a Administração Municipal de Serra Alta não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3 Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços e que será(o) pago(s) na possível aquisição dos troféus e medalhas, especificado(s) no anexo da ata de abertura da sessão de licitação, e nas autorizações de fornecimento.

3.2 Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente a mesma.

3.3 Em cada fornecimento, o(s) preço(s) unitário(s) a ser (em) pago(s) para cada item será (ão) o(s) constante(s) na proposta apresentada pela empresa detentora da presente Ata, o(s) qual (is) também a integram.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS

4.1 Após a assinatura desta Ata, a detentora obriga-se a manter sua proposta pelo prazo e validade indicada na Cláusula Segunda.

CLÁUSULA QUINTA - DO LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO

5.1 A solicitação dos troféus e medalhas será feita ao Detentor da Ata com no mínimo de 02 (dois) dias antecedência e, não serão tolerados atrasos no fornecimento dos mesmos.

5.2 A Detentora da Ata deverá entregar os troféus e medalhas de acordo com as necessidades da Administração Municipal.

5.3 A entrega dos troféus e medalhas fornecidos pela Detentora da Ata serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital, os mesmos serão sumariamente rejeitados, sujeitando-se a contratada às penalidades constantes no instrumento convocatório.

5.4 Se, por motivo de dificuldades das empresas em atenderem os diversos pedidos e necessidades da Secretaria, a Detentora da Ata não puder atender a solicitação no todo ou em parte, deverá comunicar ao órgão requisitante, no prazo de até 48 horas anteriores à entrega dos troféus e medalhas, liberando o Município para contratar outro prestador, nos mesmos preços e condições descritos na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1 A Administração efetuará o pagamento dos troféus e medalhas entregues à Detentora(s) da Ata de Registro de Preços, de acordo com os quantitativos entregues, no prazo de 15 dias consecutivos após a execução, mediante apresentação das respectivas notas fiscais.

6.2 O pagamento será creditado em favor do FORNECEDOR, através de depósito bancário, em conta corrente de titularidade da licitante vencedora, devendo para isto, ficar explicitado o nome do Banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

6.3 Caso haja aplicação de multa ou o fornecedor esteja em débito da municipalidade, independentemente da sua origem, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Município em favor deste. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou Judicialmente, se necessário.

6.4 As despesas decorrentes da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS correrão por conta do Orçamento Fiscal vigente em 2016 e 2017, cuja(s) fonte(s) de recurso(s) tem a seguinte classificação:

05.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

05.03 – DEPARTAMENTO DE ESPORTES

2.600– Apoio ao Esporte Amador - 33.90.00

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1 Pelo atraso injustificado na entrega dos produtos, objeto desta Ata de Registro de Preços, sujeita(m)-se a(s) detentora(s) às penalidades previstas nos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93, na seguinte conformidade:

- multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).
- pela inexecução total ou parcial das Cláusulas desta Ata de Registro de Preços, a Administração Municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à(s) detentora(s) as sanções previstas no art. 7 da Lei 10.520/02, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total dos bens não entregues.

7.2 As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exime a(s) detentora(s) da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Administração Municipal.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

I - Automaticamente:

- por decurso de prazo de vigência;
- quando não restarem fornecedores registrados;
- quando caracterizado o interesse público.

8.2 O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

II - A pedido, quando:

- a) comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- b) o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

8.3 A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula Sétima desta Ata, caso não aceitas as razões do pedido.

III - Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

- a) o fornecedor que perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no item 6 do Edital;
- b) por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
- c) o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- d) o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- e) caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;
- f) não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

8.4 A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feito pessoalmente, por meio de documento oficial ou Através de publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM ou por informativo no Mural Público do Município de Serra Alta/SC.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

9.1 Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 029/2016 e as propostas das empresas abaixo relacionadas.

9.2 Fica eleito o Foro da Comarca de Modelo - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

9.3 Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

9.4 E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 03 (três) vias de igual teor e forma.

SERRA ALTA/SC, 27 de Junho de 2016.

FRANCISCO ARTUR BOTH
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

MONUMENTAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TROFÉUS LTDA ME
ROBSON RAMOS
REPRESENTANTE LEGAL DA DETENTORA DA ATA

Analisado e Aprovado pelo Departamento Jurídico

LUIZ FERNANDO KREUTZ
OAB/SC 32.515

Testemunhas:

VANDERLI RUI DE GASPARI
CPF: 418.827.760-20

JANETE PETRY CERIZOLI
CPF: 014.831.769-32

ATA Nº 039/2016 - REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 039 DE 27/06/2016

No dia 27 de junho de 2016, o MUNICIPIO DE SERRA ALTA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na(o) Rua Dom Pedro II, 830, centro, do Município inscrito no CGC/MF sob o nº 80.622.319/0001-98, neste ato representado por seu PREFEITO MUNICIPAL FRANCISCO ARTUR BOTH, portador do RG sob o nº 6011000632 e CPF nº 353.597.570-00, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente e nos termos da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decreto Municipal nº 64/2009 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 029/2016, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa PELLIZZARI TROFÉUS – INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA EPP, inscrita no CNPJ nº 04.927.058/0001-36, com sede na Linha São Roque Leste, nº08, Capela São Roque, Município de São Marcos/RS, CEP: 95190-000, representada neste ato pelo Sr. Luciano Bresolin Tisott, portador do CPF nº 823.995.570-34 e RG 8080584231/SJS/RS, para possível aquisição do objeto referente ao Pregão Presencial supra citado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o MUNICÍPIO DE SERRA ALTA e a empresa PELLIZZARI TROFÉUS – INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA EPP, inscrita no CNPJ nº 04.927.058/0001-36, aqui representada por seu representante legal, Sr. Luciano Bresolin Tisott, vencedora do certame licitatório referente ao Pregão Presencial nº. 029/2016 cujo objeto é a possível Aquisição de Troféus e Medalhas destinadas para as premiações dos vencedores dos diversos campeonatos e jogos abertos e de integração esportiva promovidos pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, conforme descrições constantes no Anexo "D" do Edital em comento e nos termos da Lei nº 10.520/02; aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93 e as demais normas legais correlatas.

Item	Quantidade estimada/Und.	Especificação/Marca	Valor Unitário	Valor Total
05	150 und	PLACA EM METAL PARA PREMIAÇÕES DIVERSAS, sendo em formato de "L" nas cores dourado, verde e preto em efeito marmorizado, desenho de ramo de louro, espaço para adesivo redondo de 50 mm. Tamanho de 12 cm X 8,5cm. Marca: Vitória.	R\$ 11,75	R\$ 1.762,50
06	50 und	TROFÉU DE PREMIAÇÃO PARA GOLEIRO MENOS VASADO, TROFÉU PARA ARTILHEIRO, DISCIPLINA E GOLEADOR E PARA JOGOS DE BARALHO - Troféu com 31 cm de altura, com base quadrada com 7,6 cm de largura em polímero na cor preta. Sobre esta base dois suportes metalizados na cor dourada, com a largura de 5,5 cm. Estatueta superior intercambiável, característica conforme a modalidade. Demais componentes metalizados na cor dourada Plaqueta em latão para gravação em baixo relevo no metal. Marca: Vitória.	R\$ 15,20	R\$ 760,00
			TOTAL REGISTRADO	R\$ 2.522,50

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DA ATA

2.1 A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

2.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a Administração Municipal de Serra Alta não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3 Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços e que será(o) pago(s) na possível aquisição dos troféus e medalhas, especificado(s) no anexo da ata de abertura da sessão de licitação, e nas autorizações de fornecimento.

3.2 Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente a mesma.

3.3 Em cada fornecimento, o(s) preço(s) unitário(s) a ser (em) pago(s) para cada item será (ão) o(s) constante(s) na proposta apresentada pela empresa detentora da presente Ata, o(s) qual (is) também a integram.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS

4.1 Após a assinatura desta Ata, a detentora obriga-se a manter sua proposta pelo prazo e validade indicada na Cláusula Segunda.

CLÁUSULA QUINTA - DO LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO

5.1 A solicitação dos troféus e medalhas será feita ao Detentor da Ata com no mínimo de 02 (dois) dias antecedência e, não serão tolerados atrasos no fornecimento dos mesmos.

5.2 A Detentora da Ata deverá entregar os troféus e medalhas de acordo com as necessidades da Administração Municipal.

5.3 A entrega dos troféus e medalhas fornecidos pela Detentora da Ata serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital, os mesmos serão sumariamente rejeitados, sujeitando-se a contratada às penalidades constantes no instrumento convocatório.

5.4 Se, por motivo de dificuldades das empresas em atenderem os diversos pedidos e necessidades da Secretaria, a Detentora da Ata não puder atender a solicitação no todo ou em parte, deverá comunicar ao órgão requisitante, no prazo de até 48 horas anteriores à entrega dos troféus e medalhas, liberando o Município para contratar outro prestador, nos mesmos preços e condições descritos na Ata de Registro

de Preços.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1 A Administração efetuará o pagamento dos troféus e medalhas entregues à Detentora(s) da Ata de Registro de Preços, de acordo com os quantitativos entregues, no prazo de 15 dias consecutivos após a execução, mediante apresentação das respectivas notas fiscais.

6.2 O pagamento será creditado em favor do FORNECEDOR, através de depósito bancário, em conta corrente de titularidade da licitante vencedora, devendo para isto, ficar explicitado o nome do Banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

6.3 Caso haja aplicação de multa ou o fornecedor esteja em débito da municipalidade, independentemente da sua origem, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Município em favor deste. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou Judicialmente, se necessário.

6.4 As despesas decorrentes da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS correrão por conta do Orçamento Fiscal vigente em 2016 e 2017, cuja(s) fonte(s) de recurso(s) tem a seguinte classificação:

05.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

05.03 – DEPARTAMENTO DE ESPORTES

2.600– Apoio ao Esporte Amador - 33.90.00

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1 Pelo atraso injustificado na entrega dos produtos, objeto desta Ata de Registro de Preços, sujeita(m)-se a(s) detentora(s) às penalidades previstas nos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93, na seguinte conformidade:

- a) multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).
- b) pela inexecução total ou parcial das Cláusulas desta Ata de Registro de Preços, a Administração Municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à(s) detentora(s) as sanções previstas no art. 7 da Lei 10.520/02, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total dos bens não entregues.

7.2 As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exime a(s) detentora(s) da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Administração Municipal.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

I - Automaticamente:

- a) por decurso de prazo de vigência;
- b) quando não restarem fornecedores registrados;
- c) quando caracterizado o interesse público.

8.2 O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

II - A pedido, quando:

- a) comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- b) o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

8.3 A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula Sétima desta Ata, caso não aceitas as razões do pedido.

III - Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

- a) o fornecedor que perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no item 6 do Edital;
- b) por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
- c) o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- d) o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- e) caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;
- f) não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

8.4 A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feito pessoalmente, por meio de documento oficial ou Através de publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM ou por informativo no Mural Público do Município de Serra Alta/SC.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

9.1 Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 029/2016 e as propostas das empresas abaixo relacionadas.

9.2 Fica eleito o Foro da Comarca de Modelo - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

9.3 Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

9.4 E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 03 (três) vias de igual teor e forma.

SERRA ALTA/SC, 27 de Junho de 2016.

FRANCISCO ARTUR BOTH

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

PELLIZZARI TROFÉUS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA EPP

LUCIANO BRESOLIN TISOTT

REPRESENTANTE LEGAL DA DETENTORA DA ATA

Analisado e Aprovado pelo Departamento Jurídico

LUIZ FERNANDO KREUTZ

OAB/SC 32.515

Testemunhas:

VANDERLI RUI DE GASPARI

CPF: 418.827.760-20

JANETE PETRY CERIZOLI

CPF: 014.831.769-32

DECRETO N° 107/2016

DECRETO N° 107/2016 DE 24 DE JUNHO DE 2016.

"DIVULGA GABARITO DEFINITIVO RETIFICADO DO CONCURSO PUBLICO MUNICIPAL CONFORME EDITAL N°. 01/2016. E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º. – Fica homologado o Gabarito Definitivo Retificado do Concurso Publico Municipal Edital n° 01/2016, para os cargos de Enfermeiro do Nasf, Fisioterapeuta do Nasf, Nutricionista do Nasf, e Psicologo do Nasf. O respectivo gabarito segue no anexo I deste Decreto.

Art. 2º. – O gabarito final se deu após transcorrido o prazo legal para intervenção de recurso.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogadas as disposições em contrário..

Gabinete do Prefeito, 24 de Junho de 2016.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal De Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

ANEXO I.

ENFERMEIRO

01	A	06	C	11	A	16	C	21	B	26	A	31	C	36	A
02	D	07	D	12	B	17	B	22	D	27	B	32	A	37	B
03	B	08	B	13	B	18	C	23	C	28	B	33	B	38	D
04	C	09	A	14	N	19	A	24	B	29	D	34	D	39	D
05	A	10	B	15	C	20	N	25	A	30	D	35	A	40	A

*N = Anulada

FISIOTERAPEUTA

01	A	06	C	11	A	16	C	21	B	26	A	31	D	36	C
02	D	07	D	12	B	17	B	22	D	27	C	32	B	37	D
03	B	08	B	13	B	18	C	23	A	28	C	33	B	38	D
04	C	09	A	14	N	19	A	24	C	29	B	34	D	39	D
05	A	10	B	15	C	20	N	25	D	30	A	35	C	40	C

*N = Anulada

NUTRICIONISTA

01	A	06	C	11	A	16	C	21	C	26	N	31	C	36	B
02	D	07	D	12	B	17	B	22	D	27	D	32	A	37	D
03	B	08	B	13	B	18	C	23	N	28	C	33	D	38	C
04	C	09	A	14	N	19	A	24	C	29	N	34	C	39	A
05	A	10	B	15	C	20	N	25	A	30	D	35	N	40	A

*N = Anulada

PSICÓLOGO

01	A	06	C	11	A	16	C	21	C	26	D	31	D	36	B
02	D	07	D	12	B	17	B	22	C	27	D	32	D	37	A
03	B	08	B	13	B	18	C	23	B	28	C	33	C	38	D
04	C	09	A	14	N	19	A	24	A	29	A	34	C	39	C
05	A	10	B	15	C	20	N	25	B	30	D	35	B	40	C

*N = Anulada

Serra Alta – SC, 24 de junho de 2016.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal De Serra Alta

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 002/2016-FMS

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 002/2016

PRIMEIRO ADITAMENTO CONTRATUAL QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICIPIO DE SERRA ALTA E A ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR BENEFICENTE DE MODELO NOS TERMOS DA LEI Nº. 8.666 DE 21/06/93, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO SOB O REGIME DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SERRA ALTA através do Fundo Municipal de Saúde, Estado de Santa Catarina, com endereço na(o) Rua Almirante Barroso, nº525, centro, do Município inscrito no CGC/MF sob o nº 11.583.359/0001-55, neste ato representada por seu PREFEITO MUNICIPAL, Senhor FRANCISCO ARTUR BOTH portador do CPF nº 353.597.570-00 e RG nº 6011000632.

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR BENEFICENTE DE MODELO, com sede na(o) Rua XV de novembro, nº 4000, centro do Município de Modelo/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 83.303.339/0001-94, neste ato representada por seu representante legal Senhor Presidente Sérgio Luiz Knorst.

Os CONTRATANTES têm entre si justos e avençados, e celebram o presente Termo Aditivo em decorrência do Processo de Licitação Nº. 003/2016, PREGÃO PRESENCIAL Nº. 003/2016, homologado em 01/02/2016, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, ao Edital antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

0.1. O presente Aditamento Contratual tem por objeto:

1.1.1 Alterar o Item "4.1 da Cláusula Quarta – Do Valor e Forma de Pagamento" relativo ao contrato nº002/2016, com fundamentação legal no artigo 65, parágrafo 1º da Lei de Licitações nº 8.666/93, que passará a vigorar com a seguinte redação:

4.0 CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

4.1- Nos termos do § 1º, alínea d, inciso I do Art. 65 da Lei 8.666/93 – Da Alteração dos Contratos, fica ACRESCIDO o valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) em relação ao contrato inicialmente celebrado, de acordo com o deferimento da solicitação Of. Nº 014/2016 de 23/06/2016 emitido pela CONTRATADA Associação Hospitalar Beneficente de Modelo que encontra-se em anexo, sendo que faz parte do presente instrumento como se na íntegra estivesse. Por consequente a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, a importância total pela prestação dos serviços objeto deste Contrato até 31/12/2016, o correspondente a R\$ 120.000,00 (Cento e vinte mil reais).

CLÁUSULA SEGUNDA- DA PUBLICAÇÃO

2.1. A publicação resumida deste instrumento será efetivada pela CONTRATANTE conforme dispõe o Parágrafo Único do Art. 61 da Lei nº

8.666/93, no Diário Oficial dos Municípios.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

3.1. Os demais Itens e Cláusulas do Contrato Administrativo que a este deu causa, ficam ratificados permanecendo inalterados em sua íntegra, e com plena eficácia, e do qual o presente termo aditivo passa a fazer parte integrante e complementar, a fim de que juntos produzam um único efeito de direito. E, por assim estarem justos e acertados, passam a assinar o presente Aditivo ao Contrato Administrativo 002/2016, elaborado em três vias de igual teor e forma, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, na presença de duas testemunhas, também signatárias deste instrumento.

SERRA ALTA/SC, 27 de junho de 2016.

FRANCISCO ARTUR BOTH
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR BENEFICENTE DE MODELO
SÉRGIO LUIZ KNORST
CONTRATADA

Analisado e aprovado pelo Departamento Jurídico

LUIZ FERNANDO KREUTZ
OAB/SC 32.515

Testemunhas:

VANDERLI RUI DE GASPARI
CPF: 418.827.760-20

RAFAEL MARIN
CPF: 006.201.999-62

Sul Brasil

PREFEITURA

DECRETO 154/2016

DECRETO Nº.154 DE 25 DE JUNHO DE 2016

CONCEDE FUNÇÃO DE CONFIANÇA AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto nos artigos 15º e 16 da Lei Municipal nº. 385, de 01 de junho de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida Função de Confiança ao Servidor Público Municipal de Sul Brasil-SC, EDIR VIVAN, inscrito sob CPF nº032.939.239-50, ocupante do cargo efetivo de Operador de Maquinas, com Lotação na Secretaria Municipal de Agricultura, Obras e Transportes e para fins ficando responsáveis pelo Departamento Municipal de Agricultura, Obras e Transportes.

Art. 2º. Para realização das Atividades elencadas no artigo 1º fica concedido Função de Confiança FC-3 correspondente a 75% do vencimento base do município.

Art. 3º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotação própria prevista no orçamento.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e esta vinculada a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
24 de junho de 2016.
EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

JOÃO PAULO GUBERT
Chefe de Gabinete

PORTARIA 023/2016

PORTARIA Nº 023, DE 24 DE JUNHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e artigo 61 do Estatuto dos Servidores Municipais.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias ao Servidor Público Municipal EVANDRO MARCELO DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Assessor Jurídico com lotação na Secretaria Municipal de Administração, de 10 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 08.01.2015 a 07.01.2016 a serem gozadas no período de 24.06.2016 a 03.07.2016.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
24 de junho de 2016.
EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA:

JOÃO PAULO GUBERT
Chefe de Gabinete

Tigrinhos

PREFEITURA

LEI MUNICIPAL 841/2016

LEI MUNICIPAL Nº. 841/2016, DE 27 DE JUNHO DE 2016.
DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DO SUBSÍDIO DO PREFEITO, DO VICE-PREFEITO E DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE TIGRINHOS PARA O QUADRIÊNIO 2017/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Poder Legislativo aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. O subsídio mensal do Prefeito Municipal, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais do Município de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, para o quadriênio 2017/2020, fica estabelecido nos termos desta lei.

Art. 2º. O subsídio do Prefeito Municipal de Tigrinhos/SC, será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Art. 3º. O subsídio do Vice-prefeito Municipal de Tigrinhos/SC, será de R\$ 6.200,00 (seis mil e duzentos reais), mensais, observando-se o Parágrafo 1º, do art. 33, da Lei Orgânica Municipal de Tigrinhos/SC.

Art. 4º. Os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais terão seus valores revisados anualmente, considerando os mesmos índices e as mesmas datas observadas para a revisão geral da remuneração dos servidores do município de que trata o inciso X, do art. 37, da Constituição Federal Brasileira.

Parágrafo Único. A exceção a regra prevista no "caput", do presente artigo se faz no primeiro ano do mandato, onde os agentes políticos de que trata esta Lei não farão jus à revisão geral que exceda a perda de 1º de janeiro até a data de concessão da revisão.

Art. 5º. O Prefeito e o Vice-prefeito têm direito ao gozo de férias em decorrência de previsão na Lei Orgânica Municipal, sem direito ao acréscimo de um terço sobre as férias em seus vencimentos.

Parágrafo Único. Fica vedado o pagamento de indenização referente ao período de férias não gozadas pelo Prefeito e Vice-prefeito.

Art. 6º. O substituto legal que, na forma legal, assumir a Chefia do Poder Executivo Municipal, durante eventuais impedimentos e ausências do Prefeito Municipal, fará jus ao recebimento do valor do subsídio do Prefeito, previsto nesta lei, proporcionalmente ao período da substituição por mês ou fração.

Art. 7º. Em caso de licença para tratamento de saúde, superior a 15 (quinze) dias, o Prefeito, o Vice-prefeito e os Secretários Municipais serão encaminhados à Previdência Social, para eventual concessão de benefícios previdenciários previstos na legislação competente.

Art. 8º. Os Secretários Municipais receberão subsídio mensal no valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais).

Art. 9º. Ao ensejo do gozo de férias anuais, os Secretários Municipais perceberão o subsídio acrescido de um terço.

Art. 10. Além do subsídio mensal, os Secretários Municipais perceberão, em dezembro de cada ano, na mesma data em que for pago a gratificação natalina aos servidores do Município, uma quantia igual ao respectivo subsídio vigente naquele mês que corresponde ao 13º (décimo terceiro) subsídio.

Art. 11. Os subsídios de que trata esta Lei serão pagos na mesma data dos pagamentos feitos aos demais servidores municipais.

Art. 12. As despesas decorrentes da realização desta Lei serão suportadas pelos créditos orçamentários e respectivas dotações consignadas na lei orçamentária anual.

Art. 13. A presente lei entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos legais a partir de 1º de janeiro de 2017.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 27 DE JUNHO DE 2016.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL 842/2016

LEI MUNICIPAL Nº. 842/2016, DE 27 DE JUNHO DE 2016.
DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DO SUBSÍDIO DOS VEREADORES DO MUNICÍPIO DE TIGRINHOS PARA A LEGISLATURA 2017/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Poder Legislativo aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica por esta Lei fixado o subsídio mensal dos Senhores Vereadores do Município de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, para a legislatura que se inicia no dia 01 de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2020.

Art. 2º. O subsídio dos Vereadores, a partir de 01 de janeiro de 2017, será de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais) mensais, sendo que o subsídio do Presidente do Legislativo será de R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais).

Parágrafo Único. O substituto legal que, na forma regimental, assumir a Presidência do Legislativo Municipal, durante eventuais impedimentos e ausências do Presidente da Casa de Leis, fará jus ao recebimento do valor do subsídio do Presidente, previsto nesta lei, proporcionalmente ao período da substituição, por mês ou fração.

Art. 3º. Em caso de substituição, o(s) Vereador(es) suplente(s) terá(o) direito ao valor do subsídio mensal proporcional ao número de participações nas sessões, correspondente a 1/4 (um quarto), do subsídio mensal dos Senhores Vereadores por sessão.

Art. 4º. O subsídio mensal dos Vereadores será pago durante os recessos parlamentares, independentemente de convocação de sessões legislativas extraordinárias.

Parágrafo Único. As sessões plenárias extraordinárias, nos termos do § 7º, do art. 57 da Constituição Federal e § 4º, do art. 103 do Regimento Interno desta Casa de Leis, não serão remuneradas.

Art. 5º. A ausência do vereador na ordem do dia de cada sessão plenária ordinária, sem justificativa legal, determinará um desconto em seu subsídio no importe correspondente a 1/4 (um quarto) do subsídio mensal.

Parágrafo Único. Considera-se como justificativa legal, para efeitos deste artigo, a comunicação antecipada do Vereador ao Presidente ou ao Diretor Geral de Expediente da Casa, sob a forma de justificativa.

Art. 6º. Em caso de licença do Presidente do Legislativo ou do Vereador para tratamento de saúde superior a 15 (quinze) dias, serão encaminhados à Previdência Social, a fim de pleitear a concessão do respectivo benefício previdenciário.

Art. 7º. O subsídio mensal do Presidente da Casa e dos Vereadores terá seu valor revisado anualmente, observado os limites legais e constitucionais, considerando os mesmos índices e as mesmas datas observadas para a revisão geral da remuneração dos servidores do município, nos termos do inciso X, do art. 37, da Constituição Federal Brasileira.

Art. 8º. É condição de legalidade para o pagamento do subsídio dos Vereadores a observância dos limites legais impostos pela Constituição Federal Brasileira e pela Lei Complementar n. 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 1º. A ultrapassagem dos limites anuais impedirá o pagamento dos próximos subsídios, ou ainda, importarão na devolução dos subsídios pagos indevidamente, corrigidos com os mesmos acréscimos a que se refere a cobrança dos tributos municipais em atraso.

§ 2º. É vedada, em exercícios seguintes, a recuperação de valores não pagos em decorrência dos limites constitucionais e legais.

Art. 9º. Os subsídios de que trata esta lei serão pagos na mesma data dos pagamentos feitos aos demais servidores.

Art. 10. Em qualquer hipótese, o subsídio dos Vereadores não poderá ultrapassar o limite de 5% (cinco por cento), da receita efetivamente realizada no exercício, nos termos do art. 90, do Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Tigrinhos/SC.

Art. 11. As despesas decorrentes da realização desta lei, serão suportadas pelos créditos orçamentários e respectivas dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual.

Art. 12. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos reais e legais a partir de 1º de janeiro de 2017.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 27 DE JUNHO DE 2016.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

PORTARIA 142/2016

PORTARIA Nº. 142/2016.

EXONERA A PEDIDO (PROGRAMA DEMISSÃO VOLUNTÁRIA) O SERVIDOR MUNICIPAL SR. CLÓVIS CLAUDIOMIR STANGA, OCUPANTE DO CARGO EFETIVO DE MOTORISTA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, digníssimo Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso VI do artigo 68 da lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 784/2014,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonera A PEDIDO do Servidor Público, o Sr. CLÓVIS CLAUDIMOR STANGA, do cargo Efetivo de MOTORISTA, cadastrado sob matrícula nº. 90/01, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, que aderiu ao Programa de Demissão Voluntária no Município de Tigrinhos/SC, conforme Lei Municipal nº. 784/2014, a partir de 27 de Junho de 2016, conforme requerimento do mesmo e seu deferimento pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 27 DE JUNHO DE 2016.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria em vinte e sete de junho de dois mil e dezesseis.

Maicon Bruxel
Agente de Recursos Humanos

Timbó

PREFEITURA

AVISO PREGAO PRESENCIAL Nº 02-2016 FUMDEC SERVICOS ESPECIALIZADOS PARA RECUPERAÇÃO DE FURGÃO MODELO FORD TRANSIT 125

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2016 FUMDEC

OBJETO: contratação de empresa para prestação de serviços especializados em mecânica, latoaria, pintura entre outros, com fornecimento de peças, objetivando a recuperação integral do veículo tipo Furgão, modelo Ford Transit 125, T350 TCA Amb, característica ambulância, placa MKT-4254, em atendimento as necessidades do Corpo de Bombeiros Militar de Timbó (Repetição Total do Pregão Presencial nº 01/2016 FUMDEC). ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 08h30min do dia 8 de julho de 2016. ABERTURA: dia 8 de julho de 2016 às 08h40min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

TIMBO (SC), 24/06/2016

FABIO MELERE

Coordenador da Defesa Civil

LEI Nº 2839, DE 27 DE JUNHO DE 2016

LEI Nº 2839, DE 27 DE JUNHO DE 2016

Denomina via pública "Honorato Tonolli" e define seu gabarito.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada via pública "Honorato Tonolli" a rua projetada A, contendo uma faixa de terras com área de 3.477,67m² (três mil quatrocentos e setenta e sete metros e sessenta e sete decímetros quadrados), iniciando-se no lado par da Rua Inglaterra, distando pelo lado direito do imóvel, 81,44m (oitenta e um metros e quarenta e quatro centímetros) do alinhamento par da Rua Egito, e com término no Espaço Livre, localizadas no Bairro das Nações.

Parágrafo Único. A extensão total da rua é de 239,21m (duzentos e trinta e nove metros e vinte e um centímetros) e seu gabarito é de 14,00m (quatorze metros) de largura total, sendo pista de rolamento com 8,00m (oito metros) e passeios com 3,00m (três metros) para cada lado.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 27 de junho de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

CÂMARA MUNICIPAL

Parecer da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização ao Projeto de Lei nº 21/2016

COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO

Projeto de Lei nº 21/2016 – Autoriza a suplementação de Crédito Especial de valores em dotações orçamentárias, no Orçamento-Programa 2016, da Administração Indireta (TIMBOPREV).

Iniciativa do Projeto: Prefeito Laércio Demerval Schuster Júnior.

Relator: Vereador John Adriano Schwartz

I) RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo, que Autoriza a anulação, suplementação de valores e abertura de crédito especial em dotações orçamentárias no orçamento-programa 2016, da Administração Indireta.

O projeto foi protocolizado nesta Secretaria Legislativa no dia 20 de junho corrente, tendo sido despachado pelo Presidente da Mesa Diretora a esta Comissão no dia 21 de junho em sessão ordinária. No dia 23 de junho a Comissão teve como pauta o presente em sua reunião, exarando o parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

Como bem salientado na exposição de motivos, se fazem necessários ajustes para adequar à Lei Orçamentária Anual a fim de possibilitar o empenhamento correto das despesas. No caso concreto, a proposição visa proceder com a anulação no valor de até R\$ 11.000.000,0 (onze milhões de reais) nas dotações orçamentárias do TIMBOPREV (manutenção dos inativos - aplicações diretas. A conta desta anulação, será aberto crédito suplementar no valor de até \$11.000.000.00 (onze milhões de reais), nas dotações orçamentárias do TIMBOPREV (manutenção dos inativos - pessoal e encargos).

A alteração pretendida visa tão somente adequar a LOA à portaria n.º 163/2011 da Secretaria do Tesouro Nacional, a qual determina que as despesas com o pagamento de aposentadorias e pensões não devem ser empenhadas no elemento de despesa 339000000 (manutenção dos inativos - aplicações diretas), mas sim no elemento de despesa 319000000 (manutenção dos inativos - pessoal e encargos) para a abertura de Crédito Especial. A providência pretendida pelo Poder Executivo se faz necessária para a continuidade do envio de dados sem impeditivos do e-Sfinge ao TCE/SC. As alocações pretendidas neste projeto não encontram óbice quando se destaca a fonte e consequente destinação de recursos, estando em conformidade com o Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município de Timbó e, por conseguinte, com a Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964, que rege a contabilidade pública e com a Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar Federal n.º 101 de 04 de maio de 2000.

III) CONCLUSÃO**VOTO DO RELATOR**

Considerando o exposto, esse Relator resolve exarar o presente voto de forma favorável à aprovação da matéria.
Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:

Vereador Marcelo Luiz Ferrari

Vereador John Adriano Schwartz

Sala das Comissões, em 23 de junho de 2016

Marcelo Luiz Ferrari

Presidente

John Adriano Schwartz Waldemar Gebauer

Relator Membro

Parecer da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização ao Projeto de Lei nº 22/2016**COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO**

Projeto de Lei nº 22/2016 – Autoriza a anulação e suplementação de valores em dotações orçamentárias, no Orçamento-Programa 2016, da Administração Direta.

Iniciativa do Projeto: Prefeito Laércio Demerval Schuster Júnior.

Relator: Vereador John Adriano Schwartz

I) RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo, que Autoriza a anulação, suplementação de valores e abertura de crédito especial em dotações orçamentárias no orçamento-programa 2016, da Administração Direta.

O projeto foi protocolizado nesta Secretaria Legislativa no dia 20 de junho corrente, tendo sido despachado pelo Presidente da Mesa Diretora a esta Comissão no dia 21 de junho em sessão ordinária. No dia 23 de junho a Comissão teve como pauta o presente em sua reunião, exarando o parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

Como bem salientado na exposição de motivos, se fazem necessários ajustes para adequar à Lei Orçamentária Anual a fim de possibilitar o empenhamento correto das despesas. No caso concreto, a proposição visa proceder com a anulação no valor de até R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) nas dotações orçamentárias de órgão da Administração Direta (Secretaria da Fazenda e Administração Municipal - ação administração geral, manutenção da administração geral). A conta desta anulação, será aberto crédito suplementar no valor de até \$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), nas dotações orçamentárias de órgão da Administração Indireta do Município (Fundo Municipal da Saúde - ação serviços em saúde na atenção básica, manutenção da saúde da família, pessoal e encargos sociais). As alocações pretendidas neste projeto não encontram óbice quando se destaca a fonte e consequente destinação de recursos, estando em conformidade com o Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município de Timbó e, por conseguinte, com a Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964, que rege a contabilidade pública e com a Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar Federal n.º 101 de 04 de maio de 2000.

III) CONCLUSÃO

VOTO DO RELATOR

Considerando o exposto, esse Relator resolve exarar o presente voto de forma favorável à aprovação da matéria.
Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:

Vereador Marcelo Luiz Ferrari

Vereador Waldemar Gebauer

Sala das Comissões, em 23 de junho de 2016.

Marcelo Luiz Ferrari

Presidente

John Adriano Schwartz Waldemar Gebauer

Relator Membro

Treze Tílias

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PP 40-2016

ESTADO DE SANTA CATARINA □ MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

Processo Licitatório nº 40/2016 – PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento de forma parcelada, de licença de uso de aplicativos de gestão pública, com acesso simultâneo de usuários, e que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e os serviços técnicos correlatos descritos neste edital e em seus Anexos I e II.

O recebimento dos envelopes contendo a □ proposta □ e □ documentação □ será até as 09h00 min do dia 06/07/2016, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório serão no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

MAURO DRESCH
Prefeito

AVISO DE LICITAÇÃO PP 41-2016

ESTADO DE SANTA CATARINA □ MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

Processo Licitatório nº 41/2016 – PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços continuados de carpintaria e marcenaria para reparos, consertos, adaptações, manutenção preventiva de prédios públicos pertencentes ao Município de Treze Tílias. O recebimento dos envelopes contendo a □ proposta □ e □ documentação □ será até as 09h00 min do dia 07/07/2016, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório serão no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

MAURO DRESCH
Prefeito

DECRETO 2177

DECRETO Nº 2.177/2016 de 23 de junho de 2016
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL NO VALOR DE R\$ 9.100,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MAURO DRESCH Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 9.100,00 (nove mil e cem reais) a fim de reforçar a seguinte dotação orçamentária:

06. Secretaria de Educação
05. Ensino Especial
2026 Despesas com APAE

Modalidade de aplicação: (76) 3.3.50.00.00.00.00.00.01
Valor: R\$ 9.100,00

Art. 2º Para fazer frente ao crédito constante no artigo anterior, fica autorizada a anulação dos recursos da seguinte dotação orçamentária:

06 – Secretaria de Educação
01 – Ensino Infantil

Atividade: 2.201 – Despesas com Ensino Infantil – Recursos Próprios

Modalidade de aplicação: (45) 3.3.90.00.00.00.00.00.01
Valor: R\$ 9.100,00

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,
23 de junho de 2016.
MAURO DRESCH
Prefeito

Registrado na Secretaria de Administração e Publicado o presente Decreto no Diário oficial dos Municípios.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Finanças

DECRETO 2178

DECRETO Nº 2.178/2016 de 23 de junho de 2016
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NA PREFEITURA DE TREZE TÍLIAS NO VALOR DE R\$55.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MAURO DRESCH, Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais) a fim de reforçar a seguinte dotação orçamentária:

05 – SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS
01 – Manutenção da Secretaria de Transportes e Obras
Projeto/Atividade: 2.005 – Manutenção da Secretaria
Modalidade de Aplicação:
(21) 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000
..... R\$55.000,00

Artigo 2º. Para fazer frente ao crédito constante no artigo anterior, ficam anulados recursos da seguinte dotação orçamentária:

05 – SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS
01 – Manutenção da Secretaria de Transportes e Obras
Projeto/Atividade: 2.005 – Manutenção da Secretaria
Modalidade de Aplicação:
(18) 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000
..... R\$55.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Município de Treze Tílias/SC, 23 de junho de 2016.

MAURO DRESCH
Prefeito

Registrado e publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios – D.O.M.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Finanças

DECRETO 2179

DECRETO Nº 2.179/2016 de 23 de junho de 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DA PREFEITURA DE TREZE TÍLIAS NO VALOR DE R\$5.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MAURO DRESCH, Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

DECRETA:

Art. 1º- Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a fim de reforçar a seguinte dotação orçamentária:

04 – SECRETARIA DE SAÚDE

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto/Atividade: 2.101 – Vigilância Sanitária

Modalidade de Aplicação:

Suplementa:

(9) 3.3.90.00.00.00.00.00.0066
..... R\$5.000,00

Art. 2º- Para fazer frente aos créditos constantes no artigo anterior, ficam utilizados os recursos do excesso de arrecadação verificados no período e/ou sua tendência.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Município de Treze Tílias/SC, 23 de junho de 2016.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios – D.O.M.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Finanças

EXTRATO DE CONTRATO Nº 31/2016

EXTRATO DE CONTRATO 31/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO DOS ARBITROS DO MEIO OESTE CATARINENSE

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços especializados de arbitragem para os campeonatos municipais de Treze Tílias, conforme descrição e quantitativos constantes do anexo I do presente edital.

DOTAÇÃO: Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto desta licitação, serão empregadas as seguintes dotações orçamentárias: 07.02.2218.33.90.00.00.00.0105

VALOR: O valor total para a execução do objeto deste contrato é de R\$ 25.500,00 (Vinte cinco mil e quinhentos reais)

VIGÊNCIA: O prazo de validade e execução do contrato será até 31 de dezembro de 2016

DATA ASSINATURA: 24/06/2016

TREZE TÍLIAS, 24/06/2016

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2016

EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

CONTRATADO: VIVIAN PUTTON ROVEA

OBJETO: O presente termo tem por objeto o CREDENCIAMENTO de FONOAUDIÓLOGO para a prestação de serviços na Secretaria de Educação do Município de Treze Tílias/SC

DOTAÇÃO: As despesas advindas do objeto do presente credenciamento de fonoaudiólogo serão atendidas com a seguinte dotação orçamentária: 06.02.2203.3.3.90.00.00.00.00.00.01

VALOR: O Valor fixado para a prestação de serviços será de R\$ 40,00 (quarenta reais) por sessão, com carga horária de no mínimo 40 (quarenta) minutos por sessão.

VIGÊNCIA: O presente Termo de Credenciamento terá vigência até 16 de dezembro de 2016.

DATA ASSINATURA: 24/06/2016

TREZE TÍLIAS, 24/06/2016

ATA RP 35-2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 1/38

Número do Registro de Preços: 35/2016		Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017		Objeto da Compra:	
						Aquisição de forma parcelada de material escolar e material de expediente para a Escola Municipal Irmã Filomena Rabelo, Pré Escolar Afonso Edmundo Dresch, Centro Educacional Infantil Primeiros Passos Gabriela Grander, Creche Municipal Irmã Cássia Windmeier e Escola de Ensino de Jovens e Adultos Sibi	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Adesivo instantâneo para EVA uso profissional - Caixa c/ 6 unidades (7447)	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	MERCUR	0	38,0000	1
			MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA - ME (3565)	TEK BOND	0	39,9000	2
			L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD (3190)	TEKBOND	0	44,7500	3
			MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	cis	0	54,4000	4
2	Bastão de cola de silicone - quente - fino (6029)	UN	L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD (3190)	RENDICOLA	0	0,5000	1
			MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA - ME (3565)	REDICOLA	0	0,5800	2
			MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	rendicola	0	0,5900	3
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	RENDICOLA	0	0,7900	4
3	Bastão de cola de silicone - quente - grosso (6030)	UN	L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD (3190)	RENDICOLA	0	0,8000	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (3393)	RENDICOLA	0	0,8400	2
			MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA - ME (3565)	REDICOLA	0	0,8500	3
			MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	RENDICOLA	0	1,3000	4
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	RENDICOLA	0	1,3000	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 2/38

Número do Registro de Preços: 35/2016 Data do Registro: 22/06/2016 Válido até: 22/06/2017									
Objeto da Compra: Aquisição de forma parcelada de material escolar e material de expediente para a Escola Municipal Imã Filomena Rabelo, Pré Escolar Afonso Edmundo Dresch, Centro Educacional Infantil Primeiros Passos Gabriela Grander, Creche Municipal Imã Cássia Windmeier e Escola de Ensino de Jovens e Adultos Sipi									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
4	Bobina de rolo plástico transparente 1,40mts x 50mts (8969)	UN	MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	INFORMS	0	140,0000	1		
			MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA - ME (3565)	VULCAM	0	149,0000	2		
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	MERCUR	0	273,0000	3		
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (3393)	STYROVILLE	0	378,0000	4		
5	Borracha escolar branca - macia - atóxica - nº 40 - tamanho aproximado: 30x23x7mm (5992)	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	ZAP	0	0,1800	1		
			MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA - ME (3565)	RED BOR	0	0,1900	2		
			L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD (3190)	REDBOR	0	0,5000	3		
			MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	ZAP	0	0,5000	4		
6	Caderno brochura pequeno c/ 48 folhas - Formato: 140mmx202mm (5932)	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	FORONI	0	0,8000	1		
			L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD (3190)	PANAMERICA	0	0,8300	2		
			MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA - ME (3565)	TILIBRA	0	0,9800	3		
			MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	PANAMERICA	0	1,1000	4		
7	Caderno de caligrafia c/ 40 folhas - Formato: 202x140mm (5933)	UN	MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA - ME (3565)	FORONI	0	0,9800	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 3/38

Número do Registro de Preços: 35/2016		Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017			
Objeto da Compra:		Aquisição de forma parcelada de material escolar e material de expediente para a Escola Municipal Imã Filomena Rabelo, Pré Escolar Afonso Edmundo Dresch, Centro Educacional Infantil Primeiros Passos Gabriela Grander, Creche Municipal Imã Cássia Windmeier e Escola de Ensino de Jovens e Adultos Sibi					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
8	Caderno espiral - 48 folhas (6309)	UN	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (3393)	PANAMERICA	0	1,0000	2
			L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD (3190)	PANAMERICA	0	1,2000	3
			MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	PANAMERICA	0	1,2000	4
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	FORONI	0	1,2000	5
		RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (3393)	PANAMERICA	0	1,2500	1	
		MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA. - ME (3565)	TILIBRA	0	1,2900	2	
		MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	PANAMERICA	0	1,8000	3	
		L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD (3190)	PANAMERICA	0	1,8300	4	
		ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	PANAMERICA	0	2,4000	5	
		MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA. - ME (3565)	FORONI	0	0,8600	1	
9	Caderno quadriculado - 0,5 x 0,5cm - 40 folhas (6306)	UN	MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	PANAMERICA	0	0,9000	2
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	FORONI	0	3,7000	3
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (3393)	PANAMERICA	0	3,7500	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE TREZE TILIAS

Página: 4/38

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 35/2016		Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017			
Objeto da Compra:		Aquisição de forma parcelada de material escolar e material de expediente para a Escola Municipal Imã Filomena Rabelo, Pré Escolar Afonso Edmundo Dresch, Centro Educacional Infantil Primeiros Passos Gabriela Grander, Creche Municipal Imã Cássia Windmeier e Escola de Ensino de Jovens e Adultos Sibi					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
10	Caderno quadriculado - 0,7 x 0,7cm - 40 folhas (6308)	UN	MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA - ME (3565)	FORONI	0	0,8600	1
			MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	PANAMERICA	0	0,9000	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (3393)	PANAMERICA	0	3,7500	3
11	Caderno quadriculado - 1,0 x 1,0cm - 40 folhas (6307)	UN	MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA - ME (3565)	FORONI	0	0,8600	1
			MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	PANAMERICA	0	0,9000	2
12	Caneta esferográfica - tamanho médio - composta de resinas termoplásticas, tinta a base de corantes orgânicos e solventes, ponta de lápis e esfera de tungstênio 1,0mm, fixação traseira com sistema de pressão e não com rosca, tampa antistática - Caixa com 50 un (vermelha) (5941)	Caixa	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	COMPACTOR	0	33,5000	1
			MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	INJEXEN	0	33,9000	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (3393)	COMPACTOR	0	35,0000	3
			MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA - ME (3565)	BIC	0	39,5000	4
			L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD (3190)	BRW	0	47,0000	5
13	Caneta esferográfica - tamanho médio - composta de resinas termoplásticas, tinta a base de corantes orgânicos e solventes, ponta de lápis e esfera de tungstênio 1,0mm, fixação traseira com sistema de pressão e não com rosca, tampa antistática - Caixa com 50 un (azul) (5939)	Caixa	L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD (3190)	MASTERPRIN	0	35,0000	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (3393)	COMPACTOR	0	35,5000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 5/38

Número do Registro de Preços: 35/2016			Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017				
Objeto da Compra: Aquisição de forma parcelada de material escolar e material de expediente para a Escola Municipal Imã Filomena Rabelo, Pré Escolar Afonso Edmundo Dresch, Centro Educacional Infantil Primeiros Passos Gabriela Grander, Creche Municipal Imã Cássia Windmeier e Escola de Ensino de Jovens e Adultos Sibi									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
14	Caneta esferográfica - tamanho médio - composta de resinas termoplásticas, tinta a base de corantes orgânicos e solventes, ponta de latão e estera de tungstênio 1,0mm, fixação traseira com sistema de pressão e não com rosca, tampa antistaxiante - Caixa com 50 un (preta) (5940)		MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA. - ME (3565)	BIC	0	38,0000	3		
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	COMPACTOR	0	40,0000	4		
			MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	INJEXEN	0	47,0000	5		
		Caixa	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (3393)	COMPACTOR	0	36,5000	1		
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	COMPACTOR	0	36,9000	2		
			MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA. - ME (3565)	BIC	0	37,9000	3		
			MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	INJEXEN	0	47,0000	4		
			L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD (3190)	BRW	0	47,0000	5		
		JG	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	LYKE	0	2,8000	1		
			MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA. - ME (3565)	LEONORO	0	2,8800	2		
			L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD (3190)	MASTERPRIN	0	3,5900	3		
		UN	L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD (3190)	BRW	0	1,0000	1		
		15	Caneta hidrográfica grande - Jogo c/ 12 cores (5942)						
		16	Caneta marca texto (6310)						

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 6/38

Número do Registro de Preços: 35/2016							Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017	
Objeto da Compra: Aquisição de forma parcelada de material escolar e material de expediente para a Escola Municipal Imã Filomena Rabelo, Pré Escolar Afonso Edmundo Dresch, Centro Educacional Infantil Primeiros Passos Gabriela Grander, Creche Municipal Imã Cássia Windmeier e Escola de Ensino de Jovens e Adultos Sibi										
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.			
17	Cartolina 50 x 66 cm - 150 g/m² (diversas cores) (5966)	UN	MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	MASTER	0	1,0500	2			
			MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA - ME (3565)	BRW	0	1,1400	3			
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	LYKE	0	1,8000	4			
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	ALCARD	0	0,4300	1			
			MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA - ME (3565)	MULTIVERDE	0	0,4400	2			
			MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	ALLOFORM	0	0,5000	3			
			L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD (3190)	ALOFORM	0	0,5200	4			
18	Cartolina 50 x 66cm - 150 g/m² (branca) (5967)	UN	MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	ALLOFORM	0	0,4100	1			
			L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD (3190)	ALOFORM	0	0,4200	2			
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	ALCARD	0	0,4300	3			
			MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA - ME (3565)	MULTIVERDE	0	0,4900	4			
19	Cartucho HP 21 (original) 5ml (6041)	UN	MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	HP	0	52,0000	1			
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	HP	0	52,5000	2			

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 7/38

Número do Registro de Preços: 35/2016 Data do Registro: 22/06/2016 Válido até: 22/06/2017						
Objeto da Compra: Aquisição de forma parcelada de material escolar e material de expediente para a Escola Municipal Imã Filomena Rabelo, Pré Escolar Afonso Edmundo Driesch, Centro Educacional Infantil Primeiros Passos Gabriela Grander, Creche Municipal Imã Cássia Windmeier e Escola de Ensino de Jovens e Adultos Sibi						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Of.	Descto. (%)	Preço Unitário
20	Cartucho HP 22 (original) 5ml (6040)	UN	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (3393)	D&A	0	56,3000
			L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD (3190)	HP	0	58,0000
			MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA - ME (3565)	HP	0	59,0000
			MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	HP	0	58,9000
			MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA - ME (3565)	HP	0	59,0000
21	Cartucho para impressora Epson Stylus Office TX 620 FWD (Cyan) (8974)	UN	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (3393)	D&A	0	78,0000
			L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD (3190)	MASTERPRIN	0	50,0000
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	EPSON	0	52,5000
			MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	MASTER	0	64,0000
			MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA - ME (3565)	EPSON	0	69,0000
22	Cartucho para impressora Epson Stylus Office TX 620 FWD (Black) (8977)	UN	L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD (3190)	MASTERPRIN	0	66,0000
			MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	MASTER	0	67,0000

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE TREZE TILIAS

Página: 8/38

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 35/2016 Data do Registro: 22/06/2016 Válido até: 22/06/2017						
Objeto da Compra: Aquisição de forma parcelada de material escolar e material de expediente para a Escola Municipal Imã Filomena Rabelo, Pré Escolar Atonso Edmundo Dresch, Centro Educacional Infantil Primeiros Passos Gabriela Gander, Creche Municipal Imã Cássia Windmeier e Escola de Ensino de Jovens e Adultos Sibi						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
23	Cartucho para impressora Epson Stylus Office TX 620 FWD (Magenta) (8975)	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	EPSON	0	69.0000
			MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA - ME (3565)	EPSON	0	69.0000
			L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD (3190)	MASTERPRIN	0	64.0000
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	EPSON	0	65.0000
24	Cartucho para impressora Epson Stylus Office TX 620 FWD (Yellow) (8976)	UN	MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	MASTER	0	67.0000
			MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA - ME (3565)	EPSON	0	69.0000
			L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD (3190)	MASTERPRIN	0	66.0000
			MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	MASTER	0	67.0000
25	Clips grande ref. B/O - Caixa c/ 500gr (6023)	CX	MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA - ME (3565)	BACCHI	0	10.3500
			MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	BRW	0	12.0000
			L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD (3190)	BRW	0	12.5000
			MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	BRW	0	12.5000

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 9/38

Número do Registro de Preços: 35/2016 Data do Registro: 22/06/2016 Válido até: 22/06/2017						
Objeto da Compra: Aquisição de forma parcelada de material escolar e material de expediente para a Escola Municipal Imã Filomena Rabelo, Pré Escolar Atonso Edmundo Dresch, Centro Educacional Infantil Primeiros Passos Gabriela Gander, Creche Municipal Imã Cássia Windmeier e Escola de Ensino de Jovens e Adultos Sibi						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
26	Clips médio ref. 30 - Caixa c/ 500gr (6024)	CX	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	DIMPACTO	0	7,0000
			MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA - ME (3566)	BACCHI	0	7,9800
			L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD (3190)	BRW	0	9,8000
			MAXI MOVES E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	BRW	0	11,0000
27	Clips pequeno ref. 2/0 - Caixa c/ 500gr (6303)	CX	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	DIMPACTO	0	8,5000
			MAXI MOVES E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	BRW	0	8,9000
			L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD (3190)	BRW	0	10,3500
			MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA - ME (3566)	BACCHI	0	10,3900
28	Cola colorida - Caixa c/ 06 unidades (5980)	CX	MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA - ME (3566)	MARIPEL	0	5,9900
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	PIRATININGA	0	7,4000
			MAXI MOVES E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	ACRILEX	0	7,4000
			L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD (3190)	PIRATININGA	0	7,4800
29	Cola em bastão - 40gr (6311)	UN	MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA - ME (3566)	LEONORA	0	2,6300

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 10/38

Número do Registro de Preços: 35/2016		Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017		Objeto da Compra: Aquisição de forma parcelada de material escolar e material de expediente para a Escola Municipal Imã Filomena Rabelo, Pré Escolar Afonso Edmundo Dresch, Centro Educacional Infantil Primeiros Passos Gabriela Grander, Creche Municipal Imã Cássia Windmeier e Escola de Ensino de Jovens e Adultos Sibi	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
30	Cola glitter (gel com glitter) - Composição: resina de PVA, conservante benzotiazol e glitter minúto 35g - Caixa com 06 unidades (cores diversas) (5982)	CX	MAXI MOVES E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	LEONORA	0	2,6500	2
			L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD (3190)	MAXICOLA	0	3,0000	3
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	TRISS	0	5,0100	4
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	ACRILEX	0	17,8000	1
			MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA - ME (3565)	ACRILEX	0	17,8900	2
31	Corretivo líquido 18 ml água - Caixa com 12 unidades (5993)	CX	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (3393)	ACRILEX	0	19,0000	3
			MAXI MOVES E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	ACRILEX	0	19,9000	4
			MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA - ME (3565)	DELTA	0	12,5000	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (3393)	MAXI	0	12,9000	2
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	FRAMA	0	21,0000	3
32	Dvd+ gravável 4.7gb 120min 8x (6721)	UN	MAXI MOVES E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	FRAMA	0	21,0000	4
			L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD (3190)	MAXICOLA	0	21,0000	5
			L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD (3190)	MULTILASER	0	0,9500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE TREZE TILIAS

Página: 11/38

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 35/2016		Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017			
Objeto da Compra: Aquisição de forma parcelada de material escolar e material de expediente para a Escola Municipal Imã Filomena Rabelo, Pré Escolar Afonso Edmundo Dresch, Centro Educacional Infantil Primeiros Passos Gabriela Gander, Creche Municipal Imã Cássia Windmeier e Escola de Ensino de Jovens e Adultos Sibi							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

33	Envelope ofício branco 11,4 x 22,9cm s/rpc 75g (6020)	UN	MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA. - ME (3565)	MAXPRINT	0	0,9900	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (3393)	ELGIN	0	1,1000	3
			MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA. - ME (3578)	MAXELL	0	1,4000	4
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	MULTILASER	0	1,4000	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (3393)	CELLUCAT	0	0,0900	1
			MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA. - ME (3565)	SCRITY	0	0,1000	2
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	FORONI	0	0,3000	3
			MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA. - ME (3578)	IPECOL	0	0,3000	4
			L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD (3190)	ACRITY	0	0,3000	5
			MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA. - ME (3578)	MASTER	0	1,6000	1
34	Estilete (8871)	UN	MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA. - ME (3565)	GOLLER	0	1,9500	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (3393)	BRW	0	3,5000	3
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	CIS	0	4,9000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 12/38

Número do Registro de Preços: 35/2016			Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017		
Objeto da Compra:			Aquisição de forma parcelada de material escolar e material de expediente para a Escola Municipal Imã Filomena Rabelo, Pré Escolar Afonso Edmundo Dresch, Centro Educacional Infantil Primeiros Passos Gabriela Grander, Creche Municipal Imã Cássia Windmeier e Escola de Ensino de Jovens e Adultos Sibi				
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
35	Fita adesiva transparente grande (12x50) (6013)	UN	L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD (3190)	MASTERPRIN	0	4,9000	5
			MAXI MOVES E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	ADELBRAS	0	1,2000	1
			L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD (3190)	BRW	0	1,2400	2
			MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA. - ME (3565)	ALDELBR	0	1,2500	3
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (3393)	EUROCEL	0	1,3500	4
36	Fita adesiva transparente média (12x30) (6014)	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	3M	0	1,8000	5
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	3M	0	0,7800	1
			MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA. - ME (3565)	ADELBRAS	0	0,7900	2
			L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD (3190)	BRW	0	1,0000	3
			MAXI MOVES E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	ADELBRAS	0	1,3000	4
37	Fita de empacotamento - Papel liso - 24mm x 50m Composição: Papel kraft liso e adesivo à base de usina e borracha (6322)	UN	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (3393)	EUROCEL	0	1,3100	5
			MAXI MOVES E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	ADELBRAS	0	6,5000	1
			MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA. - ME (3565)	ADELBRAS	0	6,6500	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

Página: 13/38

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 35/2016 Data do Registro: 22/06/2016 Válido até: 22/06/2017						
Objeto da Compra: Aquisição de forma parcelada de material escolar e material de expediente para a Escola Municipal Imã Filomena Rabelo, Pré Escolar Atonso Edmundo Dresch, Centro Educacional Infantil Primeiros Passos Gabriela Gander, Creche Municipal Imã Cássia Windmeier e Escola de Ensino de Jovens e Adultos Sibi						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD (3190)	ADERE	0	8,8000
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	3M	0	10,0000
38	Fita de empacotamento - Papel liso - 48mm x 50m Composição: Papel kraft liso e adesivo à base de usina e borracha (6321)	UN	MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	ADELBRAS	0	12,3000
			MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA - ME (3565)	ADELBRAS	0	12,4900
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	3M	0	22,7900
39	Folha EVA amarelo - 40 cm x 60 cm (10575)	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	GTX	0	1,2300
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (3393)	DUBFLEX	0	1,2400
			MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA - ME (3565)	OF PAPPER	0	1,3500
			L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD (3190)	BRW	0	1,3900
			MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	BRW	0	1,8000
40	Folha EVA azul claro - 40 cm x 60 cm (10576)	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	GTX	0	1,2300
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (3393)	DUBFLEX	0	1,2400
			MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA - ME (3565)	OF PAPPER	0	1,5100

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE TREZE TILIAS

Página: 14/38

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 35/2016 Data do Registro: 22/06/2016 Válido até: 22/06/2017						
Objeto da Compra: Aquisição de forma parcelada de material escolar e material de expediente para a Escola Municipal Imã Filomena Rabelo, Pré Escolar Atonso Edmundo Dresch, Centro Educacional Infantil Primeiros Passos Gabriela Gander, Creche Municipal Imã Cássia Windmeier e Escola de Ensino de Jovens e Adultos Sibi						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
41	Folha EVA azul escuro - 40 cm x 60 cm (10577)	UN	L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD (3190)	BRW	0	1,8000
			MAXIMOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	BRW	0	1,8000
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	GTX	0	1,2300
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (3393)	DUBFLEX	0	1,2400
			MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA - ME (3565)	OF PAPPER	0	1,5100
42	Folha EVA bege - 40 cm x 60 cm (10578)	UN	MAXIMOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	BRW	0	1,8000
			L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD (3190)	BRW	0	1,8000
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	GTX	0	1,2300
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (3393)	DUBFLEX	0	1,2400
			MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA - ME (3565)	OF PAPPER	0	1,5100
43	Folha EVA branca - 40 cm x 60 cm (10579)	UN	MAXIMOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	BRW	0	1,8000
			L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD (3190)	BRW	0	1,8000
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	GTX	0	1,2300

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 15/38

Número do Registro de Preços: 35/2016			Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017		
Objeto da Compra: Aquisição de forma parcelada de material escolar e material de expediente para a Escola Municipal Imã Filomena Rabelo, Pré Escolar Afonso Edmundo Dresch, Centro Educacional Infantil Primeiros Passos Gabriela Grander, Creche Municipal Imã Cássia Windmeier e Escola de Ensino de Jovens e Adultos Sibi							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
44	Folha EVA laranja - 40 cm x 60 cm (10580)	UN	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (3393)	DUBFLEX	0	1,2400	2
			MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA. - ME (3565)	OF PAPPER	0	1,5100	3
			MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	BRW	0	1,8000	4
			L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD (3190)	BRW	0	1,8000	5
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	GTX	0	1,2300	1
45	Folha EVA marrom - 40 cm x 60 cm (10581)	UN	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (3393)	DUBFLEX	0	1,2400	2
			MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA. - ME (3565)	OF PAPPER	0	1,5100	3
			MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	BRW	0	1,8000	5
			L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD (3190)	BRW	0	1,8000	4
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	GTX	0	1,2300	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (3393)	DUBFLEX	0	1,2400	2
			MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA. - ME (3565)	OF PAPPER	0	1,5100	3
			MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	BRW	0	1,8000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE TREZE TILIAS

Página: 16/38

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 35/2016 Data do Registro: 22/06/2016 Válido até: 22/06/2017						
Objeto da Compra: Aquisição de forma parcelada de material escolar e material de expediente para a Escola Municipal Imã Filomena Rabelo, Pré Escolar Atonso Edmundo Dresch, Centro Educacional Infantil Primeiros Passos Gabriela Gander, Creche Municipal Imã Cássia Windmeier e Escola de Ensino de Jovens e Adultos Sibi						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD (3190)	BRW	0	1,8000
46	Folha EVA preto - 40 cm x 60 cm (10582)	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	GTX	0	1,2300
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (3393)	DUBFLEX	0	1,2400
			MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA - ME (3565)	OF PAPPER	0	1,5100
			MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	BRW	0	1,8000
			L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD (3190)	BRW	0	1,8000
47	Folha EVA rosa - 40 cm x 60 cm (10583)	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	GTX	0	1,2300
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (3393)	DUBFLEX	0	1,2400
			MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA - ME (3565)	OF PAPPER	0	1,5100
			MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	BRW	0	1,8000
			L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD (3190)	BRW	0	1,8000
48	Folha EVA roxo - 40 cm x 60 cm (10584)	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	GTX	0	1,2300
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (3393)	DUBFLEX	0	1,2400

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 17/38

Número do Registro de Preços: 35/2016 Data do Registro: 22/06/2016 Válido até: 22/06/2017						
Objeto da Compra: Aquisição de forma parcelada de material escolar e material de expediente para a Escola Municipal Imã Filomena Rabelo, Pré Escolar Afonso Edmundo Driesch, Centro Educacional Infantil Primeiros Passos Gabriela Grander, Creche Municipal Imã Cassia Windmeier e Escola de Ensino de Jovens e Adultos Sibi						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
49	Folha EVA verde - 40 cm x 60 cm (10585)	UN	MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA - ME (3565)	OF PAPPER	0	1,5100
			MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	BRW	0	1,8000
			L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD (3190)	BRW	0	1,8000
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	GTX	0	1,2300
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (3393)	DUBFLEX	0	1,2400
50	Folha EVA vermelha - 40 cm x 60 cm (10586)	UN	MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA - ME (3565)	OF PAPPER	0	1,5100
			L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD (3190)	BRW	0	1,8000
			MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	BRW	0	1,8000
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	GTX	0	1,2300
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (3393)	DUBFLEX	0	1,2400
			MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA - ME (3565)	OF PAPPER	0	1,5100
			MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	BRW	0	1,8000
			L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD (3190)	BRW	0	1,8000

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE TREZE TILIAS

Página: 18/38

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 35/2016			Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017		
Objeto da Compra: Aquisição de forma parcelada de material escolar e material de expediente para a Escola Municipal Imã Filomena Rabelo, Pré Escolar Afonso Edmundo Dresch, Centro Educacional Infantil Primeiros Passos Gabriela Gander, Creche Municipal Imã Cássia Windmeier e Escola de Ensino de Jovens e Adultos Sibi							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
51	Formulário contínuo, 80 colunas x 1 via - Caixa com 3000 un. (8968)	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	ALOFORM	0	108,0000	1
			MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA - ME (3565)	AGAPRINT	0	108,9000	2
			MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	ALLOFORM	0	139,0000	3
52	Giz de cera para papel, redondo, grosso - 1ª linha - composição: ceras vegetais, carga mineral inerte e pigmentos orgânicos atóxicos, isentos de derivados de petróleo - em conformidade com as normas da ABNT e do INMETRO - Caixa c/ 12 cores (5952)	CX	L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD (3190)	PIRATINGA	0	2,4000	1
			MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA - ME (3565)	ACRILEX	0	2,4400	2
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	ACRILEX	0	3,1000	3
53	Grampeador de metal para grampo 26/6 (6720)	UN	MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	MASTER	0	9,6000	1
			MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA - ME (3565)	SERTIC	0	9,9900	2
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	LYKE	0	14,4000	3
54	Grampeador para madeira (6027)	UN	MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	CIS	0	40,0000	1
			MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA - ME (3565)	GRAMPLINE	0	40,3500	2
			L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD (3190)	CIS	0	40,5000	3
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	CIS	0	52,0000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 19/38

Número do Registro de Preços: 35/2016 Data do Registro: 22/06/2016 Válido até: 22/06/2017						
Objeto da Compra: Aquisição de forma parcelada de material escolar e material de expediente para a Escola Municipal Imã Filomena Rabelo, Pré Escolar Afonso Edmundo Dresch, Centro Educacional Infantil Primeiros Passos Gabriela Grander, Creche Municipal Imã Cássia Windmeier e Escola de Ensino de Jovens e Adultos Sibi						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
55	Grampo para grampeador 106/6 em arame de aço galvanizado - Caixa com 5000 unidades (6026)	CX	L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD (3190)	BRW	0	12,5000
			MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA - ME (3565)	ACC	0	12,9000
			MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	NEW	0	15,0000
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	IARA	0	15,7000
56	Grampo para grampeador 23/10 (10mm) em arame de aço galvanizado - Caixa com 5.000 unidades (7434)	CX	MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA - ME (3565)	BACCHI	0	14,9000
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	IARA	0	15,0000
			MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	NEW	0	18,0000
57	Grampo para grampeador 26/6 em arame de aço galvanizado - Caixa com 5.000 unidades (6045)	CX	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (3393)	RAFA	0	3,2500
			L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD (3190)	BRW	0	3,2500
			MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA - ME (3565)	EAGLE	0	3,4500
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	FRAA	0	6,0000
			MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	FRAMA	0	6,0000
58	Lâmpada ELP-LP 58 para projetor Epson X10 - Epson PowerLite 58. (7431)	UN	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (3393)	EPSON	0	700,0000

Número do Registro de Preços: 35/2016		Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017			
Objeto da Compra:		Aquisição de forma parcelada de material escolar e material de expediente para a Escola Municipal Imã Filomena Rabelo, Pré Escolar Afonso Edmundo Dresch, Centro Educacional Infantil Primeiros Passos Gabriela Grander, Creche Municipal Imã Cássia Windmeier e Escola de Ensino de Jovens e Adultos Sibi					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
59	Lápis nº 2 preto sextavado, em madeira, não tóxico, com grafite resistente e de fácil deslizamento sobre o papel, com ponta iniciada, corpo com escrita macia, excelente apagabilidade, fácil de apontar, produzido em materiais totalmente atóxicos, pintura semi-fosca com verniz na cor preta, impressão corpo contendo fabricante do produto, medindo aproximadamente 17,5 cm de comprimento, embalados - certificação no INMETRO - fabricação nacional (6312)	UN	MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	EPSON	0	725,0000	2
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	PSON	0	779,0000	3
			MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA - ME (3565)	EPSON	0	800,0000	4
			L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD (3190)	MASTERPRIN	0	0,2800	1
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	LABRA	0	0,2900	2
60	Livro de ponto - 100 fls Formato: 215mx315m (6010)	UN	MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	MASTER	0	0,3300	3
			MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA - ME (3565)	FABER CASTE	0	0,5900	4
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (3393)	LABRA	0	0,7500	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (3393)	S.D	0	13,9800	1
			MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA - ME (3565)	SÃO DOMING	0	14,0000	2
60	Livro de ponto - 100 fls Formato: 215mx315m (6010)	UN	MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	SD	0	15,0000	3
			L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD (3190)	SÃO DOMING	0	15,1300	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE TREZE TILIAS

Página: 21/38

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 35/2016 Data do Registro: 22/06/2016 Válido até: 22/06/2017						
Objeto da Compra: Aquisição de forma parcelada de material escolar e material de expediente para a Escola Municipal Imã Filomena Rabelo, Pré Escolar Afonso Edmundo Dresch, Centro Educacional Infantil Primeiros Passos Gabriela Grander, Creche Municipal Imã Cassia Windmeier e Escola de Ensino de Jovens e Adultos Sibi						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
61	Marcador permanente para retroprojelto (8970)	UN	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (3393)	JOCAR	0	2,2300
			MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA - ME (3565)	SERTIC	0	2,2500
			L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD (3190)	GOOLER	0	2,8000
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	PILOT	0	3,6000
62	Marcador preto para quadro branco - aqueles: solventes, pigmentos, aditivos e resinas. Corpo e tampa: resinas termoplásticas. Porta acrílica. Pavio: Poliéster (5945)	UN	MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	MASTER	0	2,8000
			MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA - ME (3565)	SERTIC	0	2,9000
			L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD (3190)	MASTERPRIN	0	3,6000
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	FABBER	0	5,1000
63	Massa para modelar em estojo com peso mínimo de 180gr e 12 cores, a base de água, carboxilato de cereais, glúten, doreto de sódio, propilparabena, aroma, aditivos e pigmentos (5984)	CX	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (3393)	ACRILEX	0	2,9400
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	ACRILEX	0	2,9500
			MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA - ME (3565)	ACRILEX	0	3,5800
			THEOTO	THEOTO	0	2,8800
64	Palito de churrasco - Pacote c/ 100 unidades (3028)	PCT	MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA - ME (3565)	GABOARDI	0	2,9000
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)			

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TREZE TILIAS

Página: 22/38

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 35/2016 Data do Registro: 22/06/2016 Válido até: 22/06/2017						
Objeto da Compra: Aquisição de forma parcelada de material escolar e material de expediente para a Escola Municipal Imã Filomena Rabelo, Pré Escolar Atonso Edmundo Dresch, Centro Educacional Infantil Primeiros Passos Gabriela Gander, Creche Municipal Imã Cássia Windmeier e Escola de Ensino de Jovens e Adultos Sibi						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
65	Pallio p/ picolé - Pacote c/ 100 unidades (5985)		L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD (3190)	THEOTO	0	3,2000
			MAXIMOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	THEUTO	0	3,5000
		PCT	MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA - ME (3565)	THEOTO	0	1,8900
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	GABOARDI	0	1,9000
			L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD (3190)	PAPELMAIS	0	2,4800
			MAXIMOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	THEUTO	0	3,1000
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (3393)	GABOARDI	0	3,1200
		UN	L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD (3190)	FORONI	0	0,1000
			MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA - ME (3565)	CREDEAL	0	0,1200
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	CREDEAL	0	0,2900
67	Papel cartão fosco 50x70 - 250 gr/m² - (azul) (5958)	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	VMP	0	0,6800
			MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA - ME (3565)	OFF PAPER	0	0,6900
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (3393)	RST	0	0,7400

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 23/38

Número do Registro de Preços: 35/2016 Data do Registro: 22/06/2016 Válido até: 22/06/2017						
Objeto da Compra: Aquisição de forma parcelada de material escolar e material de expediente para a Escola Municipal Imã Filomena Rabelo, Pré Escolar Atonso Edmundo Dresch, Centro Educacional Infantil Primeiros Passos Gabriela Gander, Creche Municipal Imã Cássia Windmeier e Escola de Ensino de Jovens e Adultos Sibi						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
68	Papel cartão fosco 50x70 - 250 gr/m² - (diversas cores) (5957)	UN	MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	VMP	0	0,7600
			L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD (3190)	VMP	0	0,9000
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	VMP	0	0,6700
			MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA - ME (3565)	OF PAPER	0	0,7900
			L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD (3190)	VMP	0	0,9000
69	Papel sulfite 85x100 (diversas cores) (5960)	UN	MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	VMP	0	0,9000
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (3393)	RST	0	0,9400
			L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD (3190)	VMP	0	0,9000
			MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA - ME (3565)	PACKPEL	0	0,9700
			MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	VMP	0	1,1000
70	Papel contact - Rolo c/ 25mt (6718)	RL	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	VMP	0	1,1000
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (3393)	PLAVITEC	0	53,9000
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	INFORTAC	0	54,0000

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 24/38

Número do Registro de Preços: 35/2016			Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017		
Objeto da Compra: Aquisição de forma parcelada de material escolar e material de expediente para a Escola Municipal Imã Filomena Rabelo, Pré Escolar Afonso Edmundo Dresch, Centro Educacional Infantil Primeiros Passos Gabriela Grander, Creche Municipal Imã Cássia Windmeier e Escola de Ensino de Jovens e Adultos Sibi							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
71	Papel crepom 0,48 x 2,00m (diversas cores) (5959)	UN	MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA. - ME (3565)	VMP	0	56,9800	3
			L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD (3190)	POLITAC	0	59,0000	4
			MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	INFORMS	0	72,0000	5
			MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA. - ME (3565)	VMP	0	0,5900	1
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	VMMP	0	0,6000	2
72	Papel duplex fosco 50x70 - 02 lados coloridos (diversas cores) (5955)	UN	L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD (3190)	VMP	0	0,7500	3
			MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	VMP	0	0,7500	4
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	VMP	0	0,5000	1
			MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA. - ME (3565)	OFF PAPER	0	0,5400	2
			L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD (3190)	VMP	0	0,8000	3
74	Papel laminado 49 x 59cm (diversas cores) (5961)	UN	MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	VMP	0	0,8000	4
			L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD (3190)	VMP	0	0,6000	1
			MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA. - ME (3565)	VMP	0	0,6400	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 25/38

Número do Registro de Preços: 35/2016 Data do Registro: 22/06/2016 Válido até: 22/06/2017						
Objeto da Compra: Aquisição de forma parcelada de material escolar e material de expediente para a Escola Municipal Imã Filomena Rabelo, Pré Escolar Afonso Edmundo Dresch, Centro Educacional Infantil Primeiros Passos Gabriela Grander, Creche Municipal Imã Cassia Windmeier e Escola de Ensino de Jovens e Adultos Sibi						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
75	Papel pardo - largura 1,20m 12kg (6037)	RL	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	WMP	0	0,9900
			MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	WMP	0	1,0000
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	SÃO JOÃO	0	100,0000
			L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD (3190)	IRANI	0	113,0000
			MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA - ME (3565)	SAMPA PAPEI	0	114,0000
76	Papel seda 50x70 18g/m² (diversas cores) (5962)	UN	MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA - ME (3565)	WMP	0	0,1700
			L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD (3190)	WMP	0	0,1800
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	WMP	0	0,2500
			MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA - ME (3565)	Nobily	0	149,5000
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	OFF PAPER	0	150,0000
77	Papel sulfite 75g /m² alcalino 210mm x 297mm A4 - Caixa c/ 10 resmas de 500 folhas (5953)	CX	MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	NOBILY	0	159,0000
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	WMP	0	8,5000
			MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA - ME (3565)	ROMITEC	0	8,9000
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)			
			MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA - ME (3565)			
78	Papel vergê A4 - 210x297mm - 120g/m² - Caixa com 50 fls (branco) (5964)	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	WMP	0	8,5000
			MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA - ME (3565)	ROMITEC	0	8,9000
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)			
			MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA - ME (3565)			
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)			

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 35/2016			Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017		
Objeto da Compra:			Aquisição de forma parcelada de material escolar e material de expediente para a Escola Municipal Imã Filomena Rabelo, Pré Escolar Afonso Edmundo Dresch, Centro Educacional Infantil Primeiros Passos Gabriela Grander, Creche Municipal Imã Cássia Windmeier e Escola de Ensino de Jovens e Adultos Sibi				
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
79	Percevejo - Caixa c/ 100 unidades (6019)	CX	L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD (3190)	FILIPAPER	0	10,8000	3
			MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	FILIPAPER	0	12,0000	4
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	BRW	0	1,4000	1
			MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA. - ME (3565)	PRAYON	0	1,4900	2
80	Perfurador de papel 02 furos para até 25 folhas. (8972)	UN	L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD (3190)	BRW	0	1,6000	3
			L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD (3190)	MASTERPRIN	0	13,9000	1
			MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	MASTER	0	14,0000	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (3393)	BRW	0	15,9000	3
81	Pincel atômico ponta grossa - espessura de escrita: 2,0 x 4,5 x 8,0 mm - formato anatômico cilíndrico ou cônico - em plástico rígido - tampa removível - ponta de feltro, dura e resistente de formato retangular chanfrada - recarregável (azul) (5949)	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	LYKE	0	16,0000	4
			MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA. - ME (3565)	EAGLE	0	16,5000	5
			MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	MASTER	0	1,8500	1
			MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA. - ME (3565)	BIC	0	1,8800	2
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	COMPACTOR	0	2,1000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE TREZE TILIAS

Página: 27/38

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 35/2016 Data do Registro: 22/06/2016 Válido até: 22/06/2017						
Objeto da Compra: Aquisição de forma parcelada de material escolar e material de expediente para a Escola Municipal Imã Filomena Rabelo, Pré Escolar Afonso Edmundo Dresch, Centro Educacional Infantil Primeiros Passos Gabriela Grander, Creche Municipal Imã Cássia Windmeier e Escola de Ensino de Jovens e Adultos Sibi						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
82	Pincel atômico ponta grossa - espessura de escrita: 2,0 x 4,5 x 8,0 mm - formato anatômico cilíndrico ou cônico - em plástico rígido - tampa removível - ponta de feltro, dura e resistente de formato retangular chanfrada - recarregável (preto) (5950)	UN	MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	MASTER	0	1,8500
			MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA - ME (3565)	BIC	0	3,0900
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	COMPACTOR	0	3,6000
			L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD (3190)	MASTERPRIN	0	3,8000
83	Pincel atômico ponta grossa - espessura de escrita: 2,0 x 4,5 x 8,0 mm - formato anatômico cilíndrico ou cônico - em plástico rígido - tampa removível - ponta de feltro, dura e resistente de formato retangular chanfrada - recarregável (verde) (6044)	UN	MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	MASTER	0	1,8500
			MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA - ME (3565)	BIC	0	3,0900
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	COMPACTOR	0	3,6000
			L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD (3190)	MASTERPRIN	0	3,8000
84	Pincel atômico ponta grossa - espessura de escrita: 2,0 x 4,5 x 8,0 mm - formato anatômico cilíndrico ou cônico - em plástico rígido - tampa removível - ponta de feltro, dura e resistente de formato retangular chanfrada - recarregável (vermelho) (5951)	UN	MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	MASTER	0	1,8500
			MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA - ME (3565)	BIC	0	3,0900
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	COMPACTOR	0	3,6000
			L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD (3190)	MASTERPRIN	0	3,8000

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 28/38

Número do Registro de Preços: 35/2016 Data do Registro: 22/06/2016 Válido até: 22/06/2017						
Objeto da Compra: Aquisição de forma parcelada de material escolar e material de expediente para a Escola Municipal Imã Filomena Rabelo, Pré Escolar Afonso Edmundo Dresch, Centro Educacional Infantil Primeiros Passos Gabriela Gander, Creche Municipal Imã Cássia Windmeier e Escola de Ensino de Jovens e Adultos Sibi						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
85	Pistola para cola quente - refil grosso (6301)	UN	MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA - ME (3565)	CLASSE	0	16.4000
			MAXIMOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	CIS	0	16.5000
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	CIS	0	26.0000
			L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD (3190)	CIS	0	26.2000
86	Placa de isopor 10mm - 50 x 100cm (6032)	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	ISOFRIO	0	1.8000
			MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA - ME (3565)	PLACTERM	0	1.9000
			L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD (3190)	PLACTERM	0	2.1300
87	Placa de isopor 15mm - 50 x 100cm (6033)	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	ISOFRIO	0	2.8000
			MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA - ME (3565)	PLACTERM	0	2.8500
			L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD (3190)	PLACTERM	0	3.0000
88	Placa de isopor 20mm - 50 x 100cm (6034)	UN	MAXIMOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	ISOPACK	0	3.9000
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	ISOFRIO	0	3.8000
			MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA - ME (3565)	PLACTERM	0	3.8500

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TREZE TILIAS

Página: 29/38

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 35/2016 Data do Registro: 22/06/2016 Válido até: 22/06/2017						
Objeto da Compra: Aquisição de forma parcelada de material escolar e material de expediente para a Escola Municipal Imã Filomena Rabelo, Pré Escolar Atonso Edmundo Dresch, Centro Educacional Infantil Primeiros Passos Gabriela Gander, Creche Municipal Imã Cássia Windmeier e Escola de Ensino de Jovens e Adultos Sibi						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
88	Placa de Isopor 25mm - 50 x 100cm (6035)	UN	L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD (3190)	PLACTERM	0	5,4000
			MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	ISOPACK	0	5,4000
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	ISOFRIO	0	4,5000
			MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA - ME (3565)	PLACTERM	0	4,6000
90	Refil de tinta para impressora Epson L210 / L355 - T6641 (8967)	UN	L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD (3190)	PLACTERM	0	6,7000
			MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	ISOPACK	0	6,7000
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	PORTPRESS	0	58,0000
			MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	EPSON	0	58,9000
91	Refil de tinta para impressora Epson L210 / L355 - T6642 (8964)	UN	MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA - ME (3565)	EPSON	0	63,9900
			L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD (3190)	MASTERPRIN	0	68,0000
			MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	EPSON	0	61,5000
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	PORTPRESS	0	62,0000
			MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA - ME (3565)	EPSON	0	63,9900

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 30/38

Número do Registro de Preços: 35/2016		Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017			
Objeto da Compra: Aquisição de forma parcelada de material escolar e material de expediente para a Escola Municipal Imã Filomena Rabelo, Pré Escolar Afonso Edmundo Driesch, Centro Educacional Infantil Primeiros Passos Gabriela Grander, Creche Municipal Imã Cássia Windmeier e Escola de Ensino de Jovens e Adultos Sibi							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
92	Refil de tinta para impressora Epson L210 / L355 - T6643 (8965)	UN	L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD (3190)	MASTERPRIN	0	68,0000	4
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	PORTPRESS	0	63,0000	1
			MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	EPSON	0	63,5000	2
			MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA. - ME (3565)	EPSON	0	63,9900	3
			L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD (3190)	MASTERPRIN	0	68,0000	4
93	Refil de tinta para impressora Epson L210 / L355 - T6644 (8966)	UN	MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	EPSON	0	63,5000	1
			MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA. - ME (3565)	EPSON	0	63,9900	2
			L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD (3190)	MASTERPRIN	0	68,0000	3
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	PORTPRESS	0	68,0000	4
			L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD (3190)	PIRATIGNINHA	0	4,3000	1
94	Tinta guache, atóxica, a base de resina vegetal - pote de 250ml - diversas cores - composição: resina, água, pigmentos, carga e conservante tipo Benzotiazol (5960)	UN	MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA. - ME (3565)	ACRILEX	0	4,4900	2
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	MARIPEL	0	4,9000	3
			MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	PIRATININGA	0	5,2000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TREZE TILIAS

Página: 31/38

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 35/2016 Data do Registro: 22/06/2016 Válido até: 22/06/2017						
Objeto da Compra: Aquisição de forma parcelada de material escolar e material de expediente para a Escola Municipal Imã Filomena Rabelo, Pré Escolar Afonso Edmundo Dresch, Centro Educacional Infantil Primeiros Passos Gabriela Gander, Creche Municipal Imã Cássia Windmeier e Escola de Ensino de Jovens e Adultos Sibi						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
95	TNT - bobina comprimento 50m x largura 1,40m - gramatura 50 g/m² (amarelo) (5998)	RL	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	NON WOVEN	0	58,0000
			MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA - ME (3566)	SANTAFÉ	0	58,9000
			MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	SULBRASIL	0	65,9000
			L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD (3190)	SULBRASIL	0	67,9000
96	TNT - bobina comprimento 50m x largura 1,40m - gramatura 50 g/m² (azul claro) (5995)	RL	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	NON WOVEN	0	58,0000
			MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA - ME (3566)	SANTAFÉ	0	68,0000
			L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD (3190)	SULBRASIL	0	83,0000
			MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	SULBRASIL	0	83,0000
97	TNT - bobina comprimento 50m x largura 1,40m - gramatura 50 g/m² (azul escuro) (5996)	RL	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	NON WOVEN	0	58,0000
			MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA - ME (3566)	SANTAFÉ	0	68,0000
			MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	SULBRASIL	0	83,0000
			L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD (3190)	SULBRASIL	0	83,0000
98	TNT - bobina comprimento 50m x largura 1,40m - gramatura 50 g/m² (branco) (5997)	RL	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	NON WOVEN	0	58,0000

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE TREZE TILIAS

Página: 32/38

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 35/2016 Data do Registro: 22/06/2016 Válido até: 22/06/2017						
Objeto da Compra: Aquisição de forma parcelada de material escolar e material de expediente para a Escola Municipal Imã Filomena Rabelo, Pré Escolar Atonso Edmundo Dresch, Centro Educacional Infantil Primeiros Passos Gabriela Gander, Creche Municipal Imã Cássia Windmeier e Escola de Ensino de Jovens e Adultos Sibi						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
99	TNT -bobina comprimento 50m x largura 1,40m - gramatura 50 g/m² (laranja) (6001)	RL	MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA - ME (3565)	SANTAFÉ	0	68,0000
			L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD (3190)	SULBRASIL	0	83,0000
			MAXIMOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	SULBRASIL	0	83,0000
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	NON WOVEN	0	58,0000
100	TNT -bobina comprimento 50m x largura 1,40m - gramatura 50 g/m² (preto) (6000)	RL	MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA - ME (3565)	SANTAFÉ	0	68,0000
			L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD (3190)	SULBRASIL	0	83,0000
			MAXIMOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	SULBRASIL	0	83,0000
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	NON WOVEN	0	58,0000
101	TNT -bobina comprimento 50m x largura 1,40m - gramatura 50 g/m² (verde) (5999)	RL	MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA - ME (3565)	SANTAFÉ	0	68,0000
			L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD (3190)	SULBRASIL	0	83,0000
			MAXIMOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	SULBRASIL	0	83,0000
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	NON WOVEN	0	58,0000
			MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA - ME (3565)	SANTAFÉ	0	68,0000

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TREZE TILIAS

Página: 33/38

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 35/2016 Data do Registro: 22/06/2016 Válido até: 22/06/2017						
Objeto da Compra: Aquisição de forma parcelada de material escolar e material de expediente para a Escola Municipal Imã Filomena Rabelo, Pré Escolar Atonso Edmundo Dresch, Centro Educacional Infantil Primeiros Passos Gabriela Gander, Creche Municipal Imã Cássia Windmeier e Escola de Ensino de Jovens e Adultos Sibi						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
102	TNT -bobina comprimento 50m x largura 1,40m - gramatura 50 g/m² (vermelho) (6994)	RL	L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD (3190)	SULBRASIL	0	83,0000
			MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	SULBRASIL	0	83,0000
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	NON WOVEN	0	58,0000
			MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA - ME (3565)	SANTAFÉ	0	68,0000
			MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	SULBRASIL	0	83,0000
103	Toner para impressora Samsung ML 2851 ND (8973)	UN	L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD (3190)	SULBRASIL	0	83,0000
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (3393)	D&A	0	149,0000
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	MASTER	0	150,0000
			MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	SUPRI	0	165,0000
			MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA - ME (3565)	MASTERPRIN	0	165,0000
104	Tonner compatível p/ impressora HP Laser Jet M1120 - MFP (6316)	UN	L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD (3190)	SUPRIAMERIC	0	165,0000
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	MASTER	0	53,5000
			MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	SUPRI	0	54,9000

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 34/38

Número do Registro de Preços: 35/2016 Data do Registro: 22/06/2016 Válido até: 22/06/2017						
Objeto da Compra: Aquisição de forma parcelada de material escolar e material de expediente para a Escola Municipal Imã Filomena Rabelo, Pré Escolar Afonso Edmundo Dresch, Centro Educacional Infantil Primeiros Passos Gabriela Grander, Creche Municipal Imã Cássia Windmeier e Escola de Ensino de Jovens e Adultos Sibi						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
105	Tonner compatível p/ impressora Samsung ML 1865 (6320)	UN	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (3393)	D&A	0	56,0000
			MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA - ME (3565)	MASTERPRIN	0	57,0000
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (3393)	D&A	0	108,0000
			MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA - ME (3565)	MASTERPRIN	0	109,0000
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	MASTER	0	120,0000
106	Tonner compatível p/impressora Samsung M1132 - MFP - Nº285A (7446)	UN	L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD (3190)	SUPRIAMERIK	0	56,5000
			MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA - ME (3565)	MASTERPRIN	0	57,0000
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	MASTER	0	60,0000
107	Tonner compatível para impressora Lexmark E120 (8981)	UN	MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	SUPRI	0	58,0000
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	MASTER	0	58,5000
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (3393)	D&A	0	61,0000
108	Tonner compatível para impressora Samsung CLX 3170 (Black) (7442)	UN	MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA - ME (3565)	MASTERPRIN	0	62,9000
			MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	SUPRI	0	129,0000

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 35/38

Número do Registro de Preços: 35/2016		Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017			
Objeto da Compra:		Aquisição de forma parcelada de material escolar e material de expediente para a Escola Municipal Imã Filomena Rabelo, Pré Escolar Afonso Edmundo Dresch, Centro Educacional Infantil Primeiros Passos Gabriela Grander, Creche Municipal Imã Cássia Windmeier e Escola de Ensino de Jovens e Adultos Sibi					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
109	Tonner compatível para impressora Samsung CLX 3170 (Cyan) (7439)	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	MASTER	0	129,5000	2
			L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD (3190)	SUPRIAMERIK	0	138,0000	3
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (3393)	D&A	0	144,9000	4
			MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA. - ME (3665)	MASTERPRIN	0	162,0000	5
			MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	SUPRI	0	129,0000	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (3393)	D&A	0	159,0000	2
			L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD (3190)	SUPRIAMERIK	0	160,0000	3
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	MASTER	0	160,0000	4
			MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA. - ME (3665)	MASTERPRIN	0	162,0000	5
			MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	SUPRI	0	129,0000	1
110	Tonner compatível para impressora Samsung CLX 3170 (Magenta) (7440)	UN	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (3393)	D&A	0	159,0000	2
			L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD (3190)	SUPRIAMERIK	0	160,0000	3
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	MASTER	0	160,0000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 36/38

Número do Registro de Preços: 35/2016		Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017			
Objeto da Compra: Aquisição de forma parcelada de material escolar e material de expediente para a Escola Municipal Imã Filomena Rabelo, Pré Escolar Afonso Edmundo Dresch, Centro Educacional Infantil Primeiros Passos Gabriela Grander, Creche Municipal Imã Cassia Windmeier e Escola de Ensino de Jovens e Adultos Sibi							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
111	Tonner compatível para impressora Samsung CLX 3170 (Yellow) (7441)		MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA - ME (3565)	MASTERPRIN	0	162,0000	5
		UN	MAXI MOVES E PAPELARIA LTDA - ME (3578)	SUPRI	0	129,0000	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (3393)	D&A	0	159,0000	2
			L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD (3190)	SUPRIAMERIC	0	160,0000	3
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	MASTERMAS	0	160,0000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE TREZE TILIAS

Página: 37/38

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 35/2016		Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017			
Objeto da Compra: Aquisição de forma parcelada de material escolar e material de expediente para a Escola Municipal Imã Filomena Rabelo, Pré Escolar Afonso Edmundo Dresch, Centro Educacional Infantil Primeiros Passos Gabriela Grander, Creche Municipal Imã Cássia Windmeier e Escola de Ensino de Jovens e Adultos Sibi							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA. - ME (3565)	MASTERPRIN	0	162.0000	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE TREZE TILIAS

Página: 38/38

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 35/2016		Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017			
Objeto da Compra: Aquisição de forma parcelada de material escolar e material de expediente para a Escola Municipal Irmã Filomena Rabelo, Pré Escolar Afonso Edmundo Dresch, Centro Educacional Infantil Primeiros Passos Gabriela Grander, Creche Municipal Irmã Cássia Windmeier e Escola de Ensino de Jovens e Adultos Sibi							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 35/2016

PROCESSO Nº 35/2016

- (1812) - ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP
- (3190) - L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD
- (3393) - RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME
- (3565) - MYH - PAPELARIA E PRESENTES LTDA. - ME
- (3578) - MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME

Treze Tílias, 22 de Junho de 2016.

Tunápolis

PREFEITURA

PROCESSO DE COMPRA Nº.: 93/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 75/2016 AQUISIÇÃO DE GÁS

Processo de Compra Nº.: 93/2016

Pregão Presencial nº: 75/2016

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, através da modalidade de Pregão Presencial, que tem por objeto a aquisição de GÁS DE COZINHA P13 UTILIZADO NA MERENDA DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, de acordo com os quantitativos prazos e condições estabelecidas neste ato convocatório e seus anexos.

Entrega das propostas e Credenciamento até 8h do dia 07 de julho de 2016.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis,SC,. 24 de junho de 2016.

Enoi Scherer

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO Nº69/2016

CONTRATO Nº69/2016

CONTRATANTE: Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor Enoí Scherer, portador do RG nº 2.529.279-0 e CPF nº 656.321.769/91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa IS-ASSESSORIA E CONSULTORIA SS LTDA pessoa jurídica de pessoa privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº04.958.648/00001-26, estabelecida na Rua Independência, nº30, sala 03, Centro, no Município de Tunápolis/SC, neste ato representado pelo Sr. Inácio Vunibaldo Scholz, -sócio administrador, considerado doravante CONTRATADA.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e Processo Licitatório nº 89 /2016 e Pregão Presencial nº 71/2016.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

1.1 O presente contrato tem por objeto a Contratação de empresa para a prestação de serviço de assessoria contábil de orientação aos técnicos do município que atuam na área orçamentária, tributária, financeira e patrimonial. Elaboração das informações para o E-SFINGE, SISTN, SIOPS, SIOPE, prestação de contas e procedimentos necessários para implantação das normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, ferramentas do planejamento público com acompanhamento da elaboração do PPA, LDO e LOA. Os trabalhos e orientações poderão ser a distância via email, telefone, fax e outros meios eletrônicos, conforme consta na minuta de contrato em anexo para o exercício de 2016, tudo em conformidade com o Instrumento Convocatório e seus anexos, com a Proposta apresentada, que fazem parte integrante deste Contrato.

ITEM	QUANT	UNID	ESPECIFICAÇÃO	Preço unit. R\$	Preço Total
1	6,5	Mês	Contratação de empresa para a prestação de serviço de assessoria contábil de orientação aos técnicos do município que atuam na área orçamentária, tributária, financeira e patrimonial. Elaboração das informações para o E-SFINGE, SISTN, SIOPS, SIOPE, prestação de contas e procedimentos necessários para implantação das normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, ferramentas do planejamento público com acompanhamento da elaboração do PPA, LDO e LOA. Os trabalhos e orientações poderão ser a distância via email, telefone, fax e outros meios eletrônicos, conforme consta na minuta de contrato em anexo para o exercício de 2016.	6.100,00	39.650,00

CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO/ FORMA DE PAGAMENTO.

2.1 Pela prestação dos serviços previstos neste contrato, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ 39.650,00 (Trinta e nove mil seiscentos e cinquenta reais), em parcelas iguais de R\$ 6.100,00 (seis mil e cem reais), sendo o pagamento efetuado até o 10º dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços. Sendo que no mês de junho de 2016 o pagamento será proporcional, ou seja, o valor de R\$ 3.050,00(três mil e cinquenta reais).



CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

3.1 Efetuar o pagamento ajustado.

3.2 Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato, acompanhando-a, por seu representante legal ou preposto habilitado, às audiências designadas.

3.3 Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços contratados, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio, eventuais falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

3.4 Fornecer informações e documentos necessários para a perfeita entrega dos serviços com vistas à execução do objeto deste Contrato.

CLAUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

4.1 A CONTRATADA compromete-se em executar o objeto constante do processo licitatório nº /2016 de acordo com a necessidade do contratante.

4.2 As solicitações dos serviços dentro do objeto contratado serão feitas pela Secretaria de Administração, Planejamento e finanças com a sua equipe de trabalho, com apresentação de documentos específicos da empresa, quando for o caso.

4.3 Indicar, para possíveis contatos, nome e numero do telefone da pessoa que ficará responsável pelos serviços objetos deste contrato.

4.4 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela contratante obrigando-se a atender as reclamações a respeito da qualidade dos serviços prestados.

4.5 Levar imediatamente ao conhecimento da Contratante qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer durante a vigência deste contrato, para adoção das medidas cabíveis.

4.6 A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as solicitações feitas pela CONTRATANTE, contidas no objeto contratado, de maneira a atender as necessidades dos serviços públicos municipais.

4.8 A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução dos serviços.

4.9 A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

4.10 A CONTRATADA cumprirá o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999.

4.11 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, a CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

4.12 A fiscalização e o controle por parte da Prefeitura, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao CONTRATADO do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

clausula QUINTA - Regime de Execução.

5.1 Os serviços deverão ser prestados de forma continuada, podendo ser diretamente na sede administrativa do Município do licitante com carga mínima semanal de 10 horas semanais, ou na sede da empresa, inclusive nos casos mais urgentes, pelos meios que melhor atender as necessidades, mesmo pela via telefônica, fax, e-mail, acesso remoto e demais tecnologias existentes.

5.2 Qualquer comunicação entre as partes relativa ao presente contrato será formalizada por escrito em 02 (duas) vias, uma das quais visadas pelo destinatário, o que constituirá prova de sua efetiva entrega.

CLÁUSULA SEXTA – DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS.

6.1 Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (7) da Prefeitura Municipal de Tunápolis, do de ano de 2016.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO.

7.1 O Presente contrato tem sua vigência até dia 31.12.2016 iniciando-se após assinatura, podendo ser prorrogado até o limite permitido pela Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO CONTRATUAL.

8.1 O presente contrato poderá ser rescindido: a) por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial; b) amigavelmente, por acordo entre as partes; c) judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES.

9.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

I – advertência;

II – suspensão do direito de licitar junto ao Município;

III – declaração de inidoneidade;

IV – multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA – FORO COMPETENTE.

10.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC, 20 de junho de 2016.

ENOI SCHERER
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

IS-ASSESSORIA E CONSULTORIA SS LTDA
Inácio Vunibaldo Scholz
CONTRATADO

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

PROCESSO DE COMPRA N°.: 94/2016 PREGÃO PRESENCIAL N°: 76/2016 MERENDA ESCOLAR

Processo de Compra N°.: 94/2016

Pregão Presencial n°: 76/2016

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, através da modalidade de Pregão Presencial, que tem por objeto a aquisição de Gêneros Alimentícios para os alunos da Rede Municipal de Ensino, de acordo com os quantitativos prazos e condições estabelecidas neste ato convocatório e seus anexos.

Entrega das propostas e Credenciamento até às 9h do dia 07/07/2016.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis,SC,. 24 de junho de 2016.

Enoi Scherer
PREFEITO MUNICIPAL

União do Oeste

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2016 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2016

PROCESSO Nº 08/2016

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2016

VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: 31/12/2016

Aos vinte e quatro dias do mês de junho do ano de 2016, o Município de União do Oeste, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.692.396/0001-00, com sede na Rua Chapecó, Centro, União do Oeste, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Gestor Sr. DARCY JOÃO LUZI, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Decreto municipal n.º 206/2007 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 08/2016, RESOLVE: Registrar o(s) preço(s) da empresa ALEXANDRE SILVESTRI ECKER - ME, de acordo com a classificação no item por ela alcançado, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

0.1. A presente ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS DE PROTESES DENTÁRIAS VISANDO POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS, conforme itens descritos no quadro abaixo:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
1	PROTESE DENTÁRIA TOTAL SUPERIOR E INFERIOR ACROÇOZADA: CONFECCIONADA EM ACRÍLICO TERMOPOLIMERIZAVEL DE ALTA RESISTENCIA COM DENTES COM AS SEGUINTE CARACTERISTICAS: DUPLA PRENSAGEM (CORPO E ESMALTE), ALTA RESISTENCIA MECÂNICA, QUIMICA E ABRASÃO; AUSENCIA TOTAL DE BOLHAS OU POROSIDADE FLUORESCENCIA NATURAL CERTIFICADO ISO. INCLUI: PLACA DE MORDIDA, MONTAGEM, CEROPLASTIA, PRENSAGEM E ACRILIZAÇÃO, COM MOLDAGEM. GESSO TIPO IV E DISPONIBILIZAÇÃO DE PROFISSIONAL ODONTÓLOGO PARA REALIZAÇÃO DAS MOLDAGENS.	UN	200,00	292,8429	58.568,57
2	PROTESE PARCIAL REMOVÍVEL SUPERIOR E INFERIOR - PPR, ESTRUTURA METÁLICA FUNDIDA EM CROMO-COBALTO CONFECCIONADA EM ACRILICO TERMOPOLIMERIZAVEL DE ALTA RESISTENCIA COM DENTES COM AS SEGUINTE CARACTERISTICAS: DUPLA PRENSAGEM (CORPO E ESMALTE) ALTA RESISTENCIA MECANICA QUIMICA E ABRASÃO; AUSENCIA TOTAL DE BOLHAS OU POROSIDADES. FLUORESCENCIA NATURAL. CERTIFICADO ISO. INCLUI: PLACA DE MORDIDA, MONTAGEM, CEROPLASTIA, PRENSAGEM E ACRILIZAÇÃO COM MOLDAGEM. GESSO TIPO IV E DISPONIBILIZAÇÃO DE PROFISSIONAL ODONTÓLOGO PARA REALIZAÇÃO DAS MOLDAGENS.	UN	250,00	365,7257	91.431,43

1.2. Todas as próteses, somente serão solicitadas se houver necessidade das mesmas, conforme requisição Odontológica, sendo que as mesmas quando solicitadas deverão ser entregues na unidade de saúde do Município, sem custas adicionais.

2 . DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade a contar da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado até completar 12 meses.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Setor de Administração da Prefeitura Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados.



3.3 Nesse sentido, a Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração deverá convocar o fornecedor, visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.4.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, e a Administração convocará os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento, com documentação que faz prova, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá ainda:

I – rever os preços registrados na forma e condições constantes do edital ou, liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

3.5.1. Não havendo êxito nas negociações, a Administração deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

3.6. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá à revogação da Ata de Registro de Preços.

4. DO CONTRATO

4.1. Durante o prazo de validade da presente ata, a empresa ALEXANDRE SILVESTRI ECKER ME, a critério do Município de União do Oeste – Fundo Municipal de Saúde, de acordo com necessidade, será intimada para entregar as próteses, mediante autorização de fornecimento e receituário odontológico, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata.

5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, em até 30 dias após a entrega das próteses e apresentação da respectiva nota fiscal devidamente recebida e aceita pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde ou outro servidor por ele designado.

6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

6.1. Gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos serviços registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

6.2. Observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.3. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

6.4 A Unidade Básica de Saúde, fica responsável, pelos meios legais dos relatórios mensais das declarações para fins de comprovação de recebimento das próteses.

6.5 A Unidade Básica de Saúde fica responsável pelo agendamento dos pacientes para os atendimentos.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1. Recolher e entregar na Unidade Básica de Saúde do Município de União do Oeste, conforme cronograma estabelecido pela Secretaria de Saúde, os modelos e moldes, responsabilizando-se pelo zelo dos mesmos;

7.1.1. Todas as etapas laboratoriais, incluindo-se os materiais, mão de obra e os custos adicionais correrão por conta da empresa vencedora, a saber:

7.1.2. Confeção de placa base ou moldeira individual – quando indicada pelo cirurgião dentista;

7.1.3. Confeção de placa base com roletes de cera posicionados, para tomada de relações DVR, DVO, EFL, linha de sorriso alto, linha de sorriso e orientação para montagem dos dentes;

7.1.4. Montagem de dentes de acrílico sobre cera, conforme orientação do cirurgião dentista;

7.1.5. Acrilização final dos aparelhos protéticos com os elementos dentários acrílicos devidamente posicionados;

7.1.6. A prótese total – PT deve ser confeccionada em acrílico termo-polimerizável de alta resistência, sendo que os dentes devem ser compatíveis com o padrão de qualidade indicado na lista de itens, anexo I do presente edital.

7.1.7. A prótese parcial removível – PPR deve ser confeccionada em estrutura metálica fundida em cromo e cobalto, acrilizada em acrílico termo-polimerizável na cor rosa e de alta resistência, sendo que os dentes devem ser compatíveis com o padrão de qualidade indicado na lista de itens, anexo I do presente edital.

7.1.8. Confeccionar as próteses no máximo em 07 (sete) dias úteis após o recolhimento do primeiro molde na Unidade Básica de Saúde do

Município de União do Oeste;

7.1.9. Substituir o produto fornecido que não esteja de acordo com as características e especificações exigidas num prazo máximo de 10 dias, sem custo adicional ao Fundo Municipal de Saúde;

7.1.10. A empresa vencedora será responsável, pelos ajustes e reparos nas próteses confeccionadas, pelo período de 6 (seis) meses, contado da data de entrega na Unidade Básica de Saúde – UBS, sem custo adicional ao Fundo Municipal de saúde de União do Oeste, SC.

7.1.11. Os profissionais necessários para a prestação dos serviços será de inteira responsabilidade da licitante.

7.1.13. A contratada deverá acatar as definições do cirurgião dentista responsável, em relação aos aspectos técnicos, de pigmentação e morfologia, dos elementos dentários acrílicos, arquitetura das estruturas metálicas e coloração da gengiva artificial.

7.1.14. O alginato será fornecido pelo Fundo Municipal de Saúde de União do Oeste, e o gesso por conta do laboratório.

7.1.15. As próteses serão realizadas única e exclusivamente, para pacientes encaminhados, com as devidas autorizações emitidas por responsável vinculado à Secretaria de Saúde de União do Oeste, SC;

7.1.16. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a Terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços;

7.1.17. Cumprir todas as normas, principalmente as de Saúde Pública, que incidam ou venham a incidir sobre os produtos ou serviços;

7.1.18. Assumir responsabilidade por todos os encargos sociais, trabalhista, previdenciária, social ou tributária, incidentes sobre os serviços previstos em lei.

7.2. Manter sempre em dia o cadastro de fornecedor junto a Prefeitura Municipal, sob pena de incorrer na retenção de pagamento e na responsabilidade de rescisão contratual.

7.3. Manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n.º 08/2016.

8. DAS PENALIDADES

8.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade da presente ata:

- a) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;
- c) Não mantiver a proposta, injustificadamente;
- d) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal.

8.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as sanções previstas no edital Pregão Presencial nº 08/2016 e demais penalidades previstas na Lei de Licitações e Lei de Pregão.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não entregar as próteses no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

10. DA PUBLICIDADE

10. O preço, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata ocorrerá por conta da CONTRATANTE que providenciará a publicação respectiva, em resumo, do presente termo, na forma prevista em Lei.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Integram a presente ata o Edital do Pregão n.º 08/2016 e documentos atinentes ao processo licitatório.

12. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

DARCY JOÃO LUZI

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

ALEXANDRE SILVESTRI ECKER ME
P/ CONTRATADA

Testemunhas:

01. _____

Nome: Silvane Lazzeri Piana
CPF:000.246.779-81

02 _____

Nome: José Tessaro
CPF:460.292.909-59

Urussanga

PREFEITURA

ERRATA EXTRATO DE CONTRATO N. 129/2016, 130/2016 E 131/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO – CPLJ

Errata do Extrato do Contrato nº 129/2016, 130/2016, 131/2016

Onde se lê: Processo Licitatório: 18/2016/FMS

Leia-se: Processo Licitatório: 19/2016/FMS

Publicado no DOM SC Nº 1984 de 28/04/2016, Pág. 1175.

Vidal Ramos

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 05/2016 - AQUISIÇÃO VEÍCULO

FUNDO MUNICIPAL ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VIDAL RAMOS

PREGÃO Nº. 05/2016

OBJETO: Constitui objeto do presente certame: Aquisição de um Veículo automotor novo, 0 km, fabricação ano e modelo mínimo 2016/2016, motor mínimo 1.0, potência mínima 72 cv, movido à gasolina, etanol ou bicomcombustível, quatro portas, ar condicionado, Direção hidráulica.

REGIMENTO: O Fundo Municipal de Assistência Social de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, pelo seu pregoeiro designado pela PORTARIA Nº. 031/2016 de 18 de fevereiro de 2016, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 05/2016, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003, Decreto nº. 7.892 de 23 de janeiro de 2013. Decreto Municipal nº. 2.130/2013 de 29 de abril de 2013 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 10:00 hrs do dia 08 de julho de 2016.

CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES e a SESSÃO DE LANCES: Às 10:00 hrs do dia 08 de julho de 2016, na Av. Jorge Lacerda, nº. 1180 - Centro, no Departamento de Compras e Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300, e-mail: compras@prefeituravidalramos.com.br.

Vidal Ramos (SC), 27 de junho de 2016

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

ANEXO EDITAL PRÉVIO DE PAVIMENTAÇÃO

		ANEXO IV RELAÇÃO DE PROPRIETÁRIOS				
DELIMITAÇÃO DA ZONA BENEFICIADA E PREVISÃO RATEIO DA PARCELA DO CUSTO DA OBRA						
CM= Valorização resultante da obra (individual) X Participação dos proprietários						
Valorização total resultante da obra						
TOTAL GERAL DA OBRA - RUA JACANÃ - R\$ 84.009,61 100,00%						
RUA JACANÃ LADO DIREITO		ÁREA DO TERRENO		TESTADA	VALOR DO TERRENO ANTES DA OBRA	
RODRIGO MENDES	420,00	m2	14,00	50.400,00		
01.04.098.0084.001.01.01						
ADILSON CARELLI	445,00	m2	12,50	50.400,00		
01.04.098.0097.001.01.02						
EPF ADMINISTRADORA LTDA	555,84	m2	29,39	56.700,80		
01.04.098.0126.001.01.01						
ROSE MARY SANTI	1.683,00	m2	12,00	66.700,00		
01.04.098.0146.001.01.01						
RUA JACANÃ LADO ESQUERDO						
ALDO BADO	394,64	m2	17,16	56.356,80		
01.04.099.0263.001.01.01						
DEISY SANTI	375,00	m2	15,00	49.800,00		
01.04.099.0246.001.01.01						

Videira SC, 22 de Junho de 2016

ANEXO EDITAL PRÉVIO DE PAVIMENTAÇÃO

		ANEXO IV RELAÇÃO DE PROPRIETÁRIOS			
DELIMITAÇÃO DA ZONA BENEFICIADA E PREVISÃO RATEIO DA PARCELA DO CUSTO DA OBRA					
CM= Valorização resultante da obra (individual) X Participação dos proprietários					
Valorização total resultante da obra					
TOTAL GERAL DA OBRA - RUA MARCULINO BRUNETTA - R\$ 85.672,26 100,00%					
RUA MARCULINO BRUNETTA LADO ESQUERDO		ÁREA DO TERRENO		TESTADA	VALOR DO TERRENO ANTES DA OBRA

SAUL DOMINGOS CARELLI	364,00	m2	13,00	43.280,00	
01.01.011.0158.001.01.02					
ABDEL MAJID CHARIF	364,00	m2	13,00	43.680,00	
01.01.011.0145.001.01.01					
PAULO ROBERTO MAIA JUNIOR	364,00	m2	13,60	43.680,00	
01.01.011.0132.001.01.01					
IRINEU ROSINEK	364,00	m2	13,00	43.680,00	
01.01.011.0119.001.01.01					
JAQUELIR HUBER	364,00	m2	13,00	43.680,00	
01.01.011.0106.001.01.01					
WILSON SOUZA	364,00	m2	13,00	43.680,00	
01.01.011.0093.001.01.02					
OLDIR FENILI	364,00	m2	13,00	43.280,00	
01.01.011.0080.001.01.01					
ITACIR PERAZZOLI	364,00	m2	13,00	43.680,00	
01.01.011.0067.001.01.01					
DOUGLAS ALEXANDRE GAIO	182,00	m2	6,50	21.840,00	
01.01.011.0054.001.01.01					
ERICO LOURENÇO DA SILVA DUTRA	182,00	m2	6,50	21.840,00	
01.01.011.0054.001.01.01					
ITACIR PERAZZOLI	364,00	m2	13,00	43.680,00	
01.01.011.0041.001.01.01					
MARIA LUIZA THIBES TURMINA	364,00	m2	13,00	43.680,00	
01.01.011.0028.001.01.01					
GILMAR DA SILVA DUTRA	436,00	m2	15,00	44.680,00	
01.01.011.0015.001.01.01					
RUA MARCULINO BRUNETTA					
LADO DIREITO					
DOMINGOS JOACIR DE OLIVEIRA	394,00	m2	19,00	46.800,00	
01.01.012.0668.001.01.01					
SAUL DOMINGOS CARELLI	427,00	m2	14,00	45.320,00	
01.01.012.0682.001.01.01					
SUELLIN CRISTIANI DE OLIVEIRA E OUTROS	390,00	m2	13,00	44.200,00	
01.01.012.0695.001.01.01					
UILIAN CAMILO	390,00	m2	12,90	44.200,00	
01.01.012.0707.001.01.01					
CLAUDEMI BEILNER	390,00	m2	12,80	44.200,00	

01.01.012.0719.001.01.02				
DARALICIA TERESINHA RODRIGUES BARONCELO	390,00	m2	13,20	44.200,00
01.01.012.0732.001.01.01				
NADIR ARESTIDES BARONCELO	390,00	m2	12,60	44.200,00
01.01.012.0744.001.01.01				
JUCELIA TEREZINHA LINS	384,00	m2	13,30	44.080,00
01.01.012.0757.001.01.03				
RAIMUNDO BARBOSA DOS SANTOS	906,00	m2	13,00	44.780,00
01.01.012.0770.001.01.01				
ALISSON JOSE GROBE	1.098,00	m2	14,60	44.080,00
01.01.012.0784.001.01.01				
GETULIO THIBES DE CAMPOS	543,00	m2	8,65	26.100,00
01.01.012.0800.001.01.01				
MARIA GENIR PADILHA DOS SANTOS	543,00	m2	8,65	26.100,00
01.01.012.0800.002.01.02				

Videira SC, 23 de Junho de 2016

ANEXO EDITAL PRÉVIO DE PAVIMENTAÇÃO

ANEXO IV RELAÇÃO DE PROPRIETÁRIOS		
DELIMITAÇÃO DA ZONA BENEFICIADA E PREVISÃO RATEIO DA PARCELA DO CUSTO DA OBRA		
CM= Valorização resultante da obra (individual) X Participação dos proprietários		
Valorização total resultante da obra		
TOTAL GERAL DA OBRA - RUA IVO ROSTIROLA - R\$ 78.332,53 100,00%		
RUA IVO ROSTIROLA LADO ESQUERDO	ÁREA DO TERRENO	TESTADA
JUCELEN ANA WEBER PAGNO	414,50 m2	28,00
01.01.010.0122.001.01.01		
MICHELE CRISTINA MOCCELINI CATTANI	364,00 m2	13,00
01.01.010.0080.001.01.01		
ADÃO PEDRO VAIS	364,00 m2	13,00
01.01.010.0067.001.01.01		
ALMIRO ALFONSO HENTZ	364,00 m2	13,00
01.01.010.0054.001.01.02		
ADRIANA LASKOSKI TEDESCO	364,00 m2	13,00
01.01.010.041.001.01.02		

ANDRE FRANCISCO PUGAS	364,00	m2	13,00	43.680,00		
01.01.010.0028.001.01.01						
SANDRA BASTOS LESNIESKY	448,00	m2	15,00	44.760,00		
01.01.010.0015.001.01.01						
RUA IVO ROSTIROLA						
LADO DIREITO						
CLAUDIO JOSÉ HEINEMANN	351,00	m2	13,00	43.120,00		
01.01.011.0406.001.01.01						
ERICA MARIA HEINEMANN	351,00	m2	13,00	43.120,00		
01.01.011.0419.001.01.02						
CLEUZA APARECIDA HEINEMANN	351,00	m2	13,00	43.120,00		
01.01.011.0432.001.01.01						
CLAUDECIR SARTOR	351,00	m2	13,00	43.120,00		
01.01.011.0445.001.01.02						
ADRIANE MEZZOMO	117,00	m2	4,30	14.800,00		
01.01.011.0458.001.01.01						
REGINALDO COGORNI	117,00	m2	4,30	14.800,00		
01.01.011.0458.002.01.01						
ISMAEL SILVEIRA	117,00	m2	4,40	14.800,00		
01.01.011.0458.003.01.01						
JACIR ANTONIO PEREIRA DA SILVA	351,00	m2	13,00	43.120,00		
01.01.011.0471.001.01.01						
ADRIANO BETTEGA	351,00	m2	13,00	43.120,00		
01.01.011.0484.001.01.02						
JEFERSON DA SILVA	333,00	m2	13,00	39.960,00		

01.01.011.0496.001.01.01

Videira SC, 22 de Junho de 2016

ANEXO EDITAL PRÉVIO DE PAVIMENTAÇÃO

ANEXO IV RELAÇÃO DE PROPRIETÁRIOS		
DELIMITAÇÃO DA ZONA BENEFICIADA E PREVISÃO RATEIO DA PARCELA DO CUSTO DA OBRA		
CM= Valorização resultante da obra (individual) X Participação dos proprietários		
Valorização total resultante da obra		
TOTAL GERAL DA OBRA - RUA MARIA INES ZILIO - R\$ 67.563,31 100,00%		
RUA MARIA INES ZILIO LADO DIREITO	ÁREA DO TERRENO	TESTADA
		VALOR DO TERRENO ANTES DA OBRA
CLAUDIR PERAZZOLI	945,94	m2 32,00
		112.594,00

01.04.138.0211.001.01.01					
IMOBILIARIA PERDIZES LTDA	388,00	m2	14,00	58.560,00	
01.04.138.0271.001.01.01					
IMOBILIARIA PERDIZES LTDA	449,00	m2	16,00	58.880,00	
01.04.138.0287.001.01.01					
IMOBILIARIA PERDIZES LTDA	682,00	m2	30,10	91.840,00	
01.04.138.0344.001.01.01					
RUA MARIA INEZ ZILIO					
LADO ESQUERDO					
INEZ SERAFINI	534,00	m2	34,10	64.080,00	
01.04.126.0297.001.01.01					
IMOBILIARIA PERDIZES LTDA	476,00	m2	13,90	56.120,00	
01.04.126.0246.001.01.01					
IMOBILIARIA PERDIZES LTDA	556,00	m2	12,50	55.720,00	
01.04.126.0233.001.01.01					
JULIANO RENATO PADILHA	524,13	m2	13,00	55.895,60	
01.04.126.0221.001.01.01					
METILDE VERONA	492,00	m2	13,00	56.040,00	
01.04.126.0208.001.01.01					
DIRLEI SURDI	460,48	m2	13,00	57.257,60	
01.04.126.0195.001.01.01					

Videira SC, 22 de Junho de 2016

ANEXO EDITAL PRÉVIO DE PAVIMENTAÇÃO

ANEXO IV RELAÇÃO DE PROPRIETÁRIOS		
DELIMITAÇÃO DA ZONA BENEFICIADA E PREVISÃO RATEIO DA PARCELA DO CUSTO DA OBRA		
CM= Valorização resultante da obra (individual) X Participação dos proprietários		
Valorização total resultante da obra		
TOTAL GERAL DA OBRA - RUA VEREADOR DINO MARAFON - R\$ 113.441,19 100,00%		
RUA VEREADOR DINO MARAFON LADO ESQUERDO	ÁREA DO TERRENO	TESTADA
		VALOR DO TERRENO ANTES DA OBRA
IGNES DOS SANTOS RIBEIRO	408,00	m2
01.01.007.0109.001.01		14,24
NATALINO LUIZ MANENTI	384,00	m2
01.01.007.0095.001.01.01		11,76
WILMAR CARELLI	373,00	m2
01.01.007.0084.001.01.01		13,00



NATALINO LUIZ MANENTI	313,00	m2	13,49	41.560,00	
01.01.007.0071.001.01.01					
NATALINO LUIZ MANENTI	329,00	m2	18,00	41.480,00	
01.01.007.0058.001.01.01					
AGOSTINHO MANENTI	550,00	m2	40,18	56.000,00	
01.01.007.0040.001.01.01					
NATALINO LUIZ MANENTI	344,00	m2	15,00	41.280,00	
01.01.012.0539.001.01.01					
OLIMAR CIVIDINI	425,00	m2	12,70	44.000,00	
01.01.012.0524.001.01.01					
ISAIAS DIAS DO AMARAL	445,00	m2	12,50	43.400,00	
01.01.012.0512.001.01.01					
RAMALINO DE SOUZA MACHADO	458,50	m2	34,50	44.020,00	
01.01.012.0500.001.01.02					
LOURDES BORGIA	660,00	m2	12,60	43.200,00	
01.01.012.0469.001.01.01					
JOÃO PADILHA DOS SANTOS	553,00	m2	19,50	43.360,00	
01.01.012.0457.001.01.01					
RUA VEREADOR DINO MARAFON					
LADO DIREITO					
ALDINO DA COSTA	561,00	m2	46,90	67.320,00	
01.01.012.0314.001.01.01					
TARCIZO SEITENFUS	360,00	m2	13,00	43.200,00	
01.01.012.0217.001.01.01					
JULIANO DE SOUZA	420,00	m2	13,00	43.400,00	
01.01.012.0204.001.01					
CLAUDETE E MARLETE BARICHELO	483,00	m2	23,00	44.960,00	
01.01.012.0363.001.01.01					
VALTER DE JESUS PADILHA	331,00	m2	13,00	41.720,00	
01.01.012.0376.001.01.01					
UTIL FRANCISCO RODRIGUES	370,00	m2	13,00	44.400,00	
01.01.012.0388.001.01.01					
OLIVAR A. CARDOSO DA SILVA	409,00	m2	13,00	42.080,00	
01.01.012.0401.001.01.01					
SALETE FERREIRA VIEIRA	447,00	m2	13,00	43.640,00	
01.01.012.0413.001.01.01					
SALETE FERREIRA VIEIRA	469,00	m2	15,00	46.280,00	

01.01.012.0428.001.01.01					
OSMAR ALBERTO CRESTANI	6.090,70	m2	13,00	56.280,00	
01.01.012.0094.001.01.01					

Videira SC, 23 de Junho de 2016

DECRETO Nº 13.067/16

DECRETO Nº 13.067/16, DE 23 DE JUNHO DE 2016.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.308/15, de 10 de dezembro de 2015.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 223.000,00(duzentos e vinte e três mil reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

09 – Secretariade Infraestrutura	
01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos	
2.047–Manutençãoda Secretaria de Infraestrutura	
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0060 – Aplicações Diretas	223.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	223.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá a conta do Superávit Financeiro do exercício de 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 23 de junho de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de junho de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

EDITAL PRÉVIO DE PAVIMENTAÇÃO Nº 005/2016

EDITAL PRÉVIO PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE MELHORIA Nº. 005/2016

O Prefeito do Município de Videira, Estado de Santa Catarina, Wilmar Carelli, atendendo disposição do CÓDIGO TRIBUTARIO NACIONAL (Lei nº 5.172/1966) e do CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, LEI COMPLEMENTAR Nº 69/85 e alterações, faz saber que será executada a obra pública de pavimentação com pedras irregulares na Rua Vereador Dino Marafon, Rua Marculino Bruneta, Rua Ivo Rostirola, Rua Jaçanã e Rua Maria Ines Zilio.

Ficam CONVOCADOS os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, de imóveis localizados na área de influência da obra, que por ela será valorizado, para tomarem conhecimento dos requisitos legais:

1 - DO MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO (art.71 – inciso I da Lei 69/85)

1.1 - O memorial descreve normas para a execução dos serviços de "pavimentação com pedras irregulares assentadas sobre uma base de pedrisco, rejuntada com pó de pedra, meio-fios de concreto pré-moldados e drenagem pluvial".

1.2 - A íntegra do memorial descritivo e a descrição individual dos serviços constam no Anexo I deste Edital.

2 - DO ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA (art.71 – inciso II da Lei 69/85)

2.1 - A área total das vias públicas a serem pavimentadas, objeto deste edital prévio, compreende 1.505,86 m² (Hum mil quinhentos e cinco metros quadrados e oitenta e seis centímetros quadrados) para a rua Vereador Dino Marafon, 1.141,33 m² (Hum mil cento e quarenta e um metros quadrados e trinta e três centímetros quadrados) para rua Marculino Bruneta, 1.066,61 m² (Hum mil e sessenta e seis metros quadrados e sessenta e um centímetros quadrados) para a rua Ivo Rostirola, 1.098,62 m² (Hum mil e noventa e oito metros quadrados e

sessenta e dois centímetros quadrados) para rua Jaçanã e 852,27 m² (oitocentos e cinquenta e dois metros quadrados e vinte e sete centímetros quadrados) para rua Maria Inez Zilio.

2.2 - O custo total prévio da obra corresponde a R\$ 113.441,19 (Cento e treze mil, quatrocentos e quarenta e um reais e dezenove centavos) para a rua Vereador Dino Marafon, R\$ 85.672,26 (oitenta e cinco mil, seiscentos e setenta e dois reais e vinte e seis centavos) para a rua Marculino Bruneta, R\$ 78.332,53 (setenta e oito mil, trezentos e trinta e dois reais e cinquenta e três centavos) para a rua Ivo Rostirola, R\$ 84.009,61 (oitenta e quatro mil e nove reais e sessenta e um centavos) para rua Jaçanã e R\$ 67.563,31 (sessenta e sete mil, quinhentos e sessenta e três reais e trinta e um centavos) para rua Maria Inez Zilio.

2.3 - Demais especificações constam no Anexo II deste Edital (orçamento prévio).

3 - DA DETERMINAÇÃO DA PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER RESSARCIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA (art.71 – inciso III da Lei 69/85)

3.1 – O ressarcimento do valor da Contribuição de Melhoria aos cofres municipais pelos contribuintes beneficiados, terá como limite o custo da obra, computadas as despesas de estudos, projetos e todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis das respectivas zonas de influência.

3.2 - A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á de acordo com a valorização do imóvel:

CM= Valorização resultante da obra (individual) X Participação dos proprietários

Valorização total resultante da obra

4 - DA DELIMITAÇÃO DA ZONA BENEFICIADA (art.71 – inciso IV da Lei 69/85)

4.1 - Os imóveis beneficiados em decorrência da execução da obra são os abrangidos diretamente, conforme mapa constante do Anexo III, contemplando as Ruas Vereador Dino Marafon, Marculino Bruneta, Ivo Rostirola, Jaçanã e Maria Inez Zilio.

5 - DA DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO (art.71 – inciso V da Lei 69/85)

5.1 - O fator de absorção do benefício, em face da valorização dos imóveis, para as zonas diretamente atingidas é da ordem de até 100% (cem por cento) dos valores constantes no orçamento prévio (Anexo II), tendo como limite máximo o custo global da obra o valor da efetiva valorização ocorrida no imóvel.

6 - DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

A contribuição de melhoria decorrente da obra, desde que comprovada valorização dos imóveis, será paga pelos contribuintes à Fazenda Municipal, obedecendo as seguintes condições:

6.1 - A Contribuição de Melhoria poderá ser paga em parcela única ou parcelado conforme o art. 78A da Lei 69/85.

6.2 - Para os pagamentos em parcela única, desde que efetuado até a data do vencimento da primeira parcela, será concedido desconto de 20% (vinte por cento).

6.3 – O lançamento da Contribuição de Melhoria será efetuada por edital de Notificação nos termos do art. 78 da Lei 69/85 - Código Tributário Municipal.

7 - DA IMPUGNAÇÃO:

7.1 – Os elementos referidos neste Edital Prévio poderão ser impugnados no prazo de 30 (dias), a contar do 1º (primeiro) dia útil à publicação oficial pelo município, mediante requerimento dirigido à Secretaria de Planejamento.

7.2 – Não serão consideradas as reclamações ou impugnações interpostas fora do prazo concedido no item retro.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

8.1 – A proposta de pavimentação via pública objeto deste edital, somente será executada após concluído os trâmites do processo licitatório;

8.2 - Os valores para fins de lançamento de Contribuição de Melhoria serão apurados após a conclusão da obra, em conformidade com o processo licitatório, incluindo-se quando necessário os aditivos de adequação de projeto.

Videira SC, 22 de junho de 2016.

ARNALDO POSANSKE

Secretário de Planejamento

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

ANEXO I – MEMORIAL DESCRITIVO

ANEXO II – ORÇAMENTO PRÉVIO

ANEXO III – ÁREA DE DELIMITAÇÃO

ANEXO IV – LISTA DE PROPRIETÁRIOS

TERMO ADITIVO Nº 64/2016

Termo Aditivo nº 64/2016

Contrato/Ata nº: CT nº 215/2015

Processo: TP nº 17/2015-PMV

Contratado: ADEMIR LUIZ BOGONI - EPP.

Objeto: Adequar material e mão-de-obra, conforme solicitação, planilha e quantitativos constantes na justificativa da Secretaria responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato e da obra, ocasionando custos adicionais no valor de R\$ 6.065,65 (seis mil e sessenta e cinco reais e sessenta e cinco centavos), correspondentes a 1,76% do valor do contrato original, e supressões no valor de R\$ 13.404,59 (treze mil, quatrocentos e quatro reais e cinquenta e nove centavos), correspondentes a 3,89% do valor originalmente contratado.

Valor do acréscimo: R\$ 6.065,65

Valor da supressão: R\$ 13.404,59

Data: 24/06/2016.

TERMO ADITIVO Nº 65/2016

Termo Aditivo nº 65/2016

Contrato/Ata nº: CT nº 217/2015

Processo: TP nº 17/2015-PMV

Contratado: RODRIGUES E DA SILVA LTDA – EPP.

Objeto: Adequar material e mão-de-obra conforme solicitação, planilha e quantitativos constantes na justificativa da Secretaria responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato e da obra, ocasionando custos adicionais no valor de R\$ 1.176,00 (um mil, cento e setenta e seis reais), correspondentes a 0,561% do valor do contrato original, e supressões no valor de R\$ 5.114,22 (cinco mil, cento e quatorze reais e vinte e dois centavos), correspondentes a 2,442% do valor originalmente contratado.

Valor do acréscimo: R\$ 1.176,00

Valor da supressão: R\$ 5.114,22

Data: 24/06/2016.

Xanxerê

PREFEITURA

AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0056/2016

AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 0097/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 0056/2016

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que está REVOGADO o Pregão Presencial nº 0056/2016, tendo como objeto o Registro de Preços para Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação Predial em 03 Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Xanxerê, conforme Justificativas no Parecer Jurídico anexo ao Processo. Informações complementares no Setor de Licitações, através do fone (49) 3441-8542 e no email licita@xanxere.sc.gov.br. Xanxerê-SC, 24 de Junho de 2016. Ademir José Gasparini – Prefeito Municipal.

DECRETO Nº AJG 119/2016

DECRETO Nº AJG 119/2016

NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA PARA O CARGO DE COORDENADORA DE PROGRAMAS DE SAÚDE, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar nº AM 2907, de 12 de julho de 2006,

DECRETA

Art. 1º. Fica nomeado a senhora Marinez Maria Zancanaro, brasileira, separada, servidora pública municipal, inscrita no cpf/mf sob nº 609.609.309-49, portadora da Cédula de Identidade nº 1.300.963-0, expedida pela SSP/SC, para exercer o cargo de provimento em comissão de Coordenadora de Programas em Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com o vencimento mensal fixado no Anexo II, da Lei Complementar nº BLB 3376/11, de 23/11/2011.

Art. 2º. Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 23 de junho de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0059/2016

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0059/2016

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: Siviero Diesel Ltda.

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Óleo Diesel S-500 e Óleo Diesel S-10, destinados ao abastecimento dos veículos das Secretarias do Município de Xanxerê.

Itens: 01 e 02 – Valor total: R\$ 1.015.200,00

Vigência: 12 meses a partir da publicação.

Xanxerê-SC, 22 de junho de 2016. Ademir José Gasparini - Pref. Municipal.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0060/2016

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0060/2016

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: Safra Diesel Ltda.

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Arla em baldes de 20 lt, destinados ao abastecimento dos veículos das Secretarias do Município de Xanxerê.

Item: 03 – Valor total: R\$ 11.125,00

Vigência: 12 meses a partir da publicação.

Xanxerê-SC, 22 de junho de 2016. Ademir José Gasparini - Pref. Municipal.

PORTARIA Nº RH- AJG 173/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AJG 173 /2016

CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTO PARA ATIVIDADE POLITICA A FUNCIONÁRIA PÚBLICA MUNICIPAL.

ADEMIR JOSE GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, em exercício,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 69 incisos VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91 artigo 85.

CONSIDERANDO a Lei nº 1.775/91 artigo 85 em sua redação que o Funcionário público Municipal terá direito a licença, sem remuneração, durante o período que mediar entre a sua escolha, em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral.

RESOLVE:

CONCEDER a pedido, Licença Sem Vencimentos a partir de 02 de julho 2016, a Servidora Pública Municipal a Sra. SILVANIA MORETTO, nacionalidade brasileira, Portadora da CI nº 1.697.385-2 e CPF nº 714.832.259-68, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - SC. nomeada conforme Decreto nº AM 108/2002, no cargo de ASSISTENTE SOCIAL, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vinculada a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

O deferimento atende a solicitação datada em 22.06.2016, até a apresentação do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 23 de junho de 2016.

ADEMIR JOSE GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH- AJG 174/2016

PORTARIA Nº RH-AJG 174/2016

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei Complementar BLB 3.112/09.

RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 10 (dez) dias a partir de 20.06.2016 à 29.06.2016. A Servidora Pública Municipal a Sra. ROSEMARY PISETTA BONA, nacionalidade brasileira, estado civil casado, portadora da CI nº 17/R-2.429.566 e do CPF nº 701.670.959-00, residente e domiciliada nesta cidade de – Xanxerê – SC, nomeada conforme Decreto Nº JB 265/1994 no cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO com 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

O deferimento atende requerimento deferido em 23.06.2016

A licença prêmio concedida refere-se ao período de:

08.06.2009 a 07.06.2012

Esta portaria entra em vigor nesta data. Passando a vigorar a licença prêmio a partir do dia 20.06.2016. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 23 de junho de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO DO DECRETO Nº AJG 105/2016

DECRETO Nº AJG 105/2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito do Município de Xanxerê SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelos incisos III e VII do Artigo 69 da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº AJG 3.821/2015 de 14.12.2015,

DECRETA

Art. 1º - Fica pelo presente decreto aberto crédito adicional suplementar no orçamento geral do Município, no valor de R\$ 28.000,00 (Vinte oito mil reais) para a suplementação da seguinte programação de despesa:

15 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.1501.10.301.1001.2028 – Manutenção das atividades da saúde

15.1501.10.301.1001.2028.33500000.0102 – Transf. a inst. Privadas R\$ 28.000,00

Art. 2º - Para satisfazer a abertura do crédito adicional especial de que trata o artigo anterior será anulado parcialmente a seguinte programação de despesa:

15 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.1501.10.301.1001.2028 – Manutenção das atividades da saúde

15.1501.10.301.1001.2028.317100000.0102–Transf. a consórcios públicos R\$ 5.000,00

15 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.1501.10.301.1001.2028 – Manutenção das atividades da saúde

15.1501.10.301.1001.2028.319000000.0102 – Aplicações Diretas R\$ 23.000,00

Art. 3º Fica pelo presente decreto aberto crédito adicional suplementar no orçamento geral do Município, no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) para a suplementação da seguinte programação de despesa:

FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO

14.1401.20.606.2001.2051 – Atividades de apoio ao homem do campo

14.1401.20.606.2001.2051.33900000.1164 – Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

Art. 4º - A suplementação de que trata o artigo anterior, tem sua origem no Convênio 2016TR000929 firmado com a Agência de Desenvolvimento Regional de Santa Catarina para a realização da Expo Leite e Beef Show.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê, 25 de maio de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

Xavantina

PREFEITURA

PORTARIA 091/2016

PORTARIA Nº 091/2016
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE AFASTAMENTO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDI BABINSKI, Prefeito Municipal Interino de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Complementar nº 002/2000, atualizada, art. 144, III, b, e;

Considerando o pedido de afastamento solicitado pela Servidora Pública Municipal Senhora Tereza Simoni Zanandréa, em virtude do falecimento de sua mãe, senhora Irene Simoni;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 07 (sete) dias consecutivos de afastamento do serviço, a Servidora Pública Municipal, Sra. Tereza Simoni Zanandréa, em virtude do falecimento de sua mãe, senhora Irene Simoni, ocorrido em 16 de junho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), 17 de Junho de 2016.
CLAUDI BABINSKI
Prefeito Municipal Interino

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA 092/2016

PORTARIA Nº 092/2016
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE AFASTAMENTO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDI BABINSKI, Prefeito Municipal Interino de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Complementar nº 002/2000, atualizada, art. 144, II, e;

Considerando o pedido de afastamento solicitado pelo Servidor Público Municipal Senhor José Silvio Zanandréa, em virtude do falecimento de sua sobra, senhora Irene Simoni;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 03 (três) dias consecutivos de afastamento do serviço, ao Servidor Público Municipal, Sr. José Silvio Zanandréa, em virtude do falecimento de sua sogra, senhora Irene Simoni, ocorrido em 16 de junho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), 17 de Junho de 2016.
CLAUDI BABINSKI
Prefeito Municipal Interino

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA 093/2016

PORTARIA Nº 093/2016
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE RESPONSÁVEL PELO DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDI BABINSKI, Prefeito Municipal Interino de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor público municipal, Sr. JOSELINO LUIZ NAISSINGER, para responder pelo Departamento de Tributação da Prefeitura Municipal de Xavantina.

Art. 2º A presente designação se fará sem ônus para o Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xavantina (SC), 20 de Junho de 2016.
CLAUDI BABINSKI
Prefeito Municipal Interino

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA 094/2016

PORTARIA Nº 094/2016
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDI BABINSKI, Prefeito Municipal Interino de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII, combinado com o art. 23, § 2º, inciso IX da Lei Orgânica Municipal, bem como Lei Complementar nº 002/2000, atualizada;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, Sra. GICELLE PARISOTTO, ocupante do cargo efetivo de Assistente Social, referente ao período aquisitivo de 14/08/2013 à 13/08/2014, a contar do período de 20/06/2016 à 19/07/2016.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Xavantina, (SC), em 20 de junho de 2016.
CLAUDI BABINSKI
Prefeito Municipal Interino

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA 095/2016

PORTARIA Nº 095/2016
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE AFASTAMENTO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDI BABINSKI, Prefeito Municipal Interino de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Complementar nº 002/2000, atualizada, art. 144, II, e;

Considerando o pedido de afastamento solicitado pela Servidora Pública Municipal Senhora Samara Siqueira, em virtude do falecimento de sua avó, senhora Natalícia Bueno dos Santos;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 03 (três) dias consecutivos de afastamento do serviço, a Servidora Pública Municipal, Sra. Samara Siqueira, em virtude do falecimento de sua avó, senhora Natalícia Bueno dos Santos, ocorrido em 18 de junho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), 20 de Junho de 2016.
CLAUDI BABINSKI
Prefeito Municipal Interino

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA 096/2016

PORTARIA Nº 096/2016
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE AFASTAMENTO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDI BABINSKI, Prefeito Municipal Interino de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Complementar nº 002/2000, atualizada, art. 144, II, e;

Considerando o pedido de afastamento solicitado pela Servidora Pública Municipal Senhora Juliana Siqueira, em virtude do falecimento de sua avó, senhora Natalícia Bueno dos Santos;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 03 (três) dias consecutivos de afastamento do serviço, a Servidora Pública Municipal, Sra. Juliana Siqueira, em virtude do falecimento de sua avó, senhora Natalícia Bueno dos Santos, ocorrido em 18 de junho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), 20 de Junho de 2016.
CLAUDI BABINSKI
Prefeito Municipal Interino

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

DECRETO 070/2016

DECRETO Nº 070/2016
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SRTA. JANAÍNA RAVADELLI PARA OCUPAR CARGO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDI BABINSKI, Prefeito Municipal Interino de Xavantina, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e, Lei Complementar nº 020/2004, atualizada;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Srta. JANAÍNA RAVADELLI, portadora do CPF nº 084.893.099-14 e RG nº 4.997.322, para exercer o cargo comissionado de Assessor de Direção, com dedicação exclusiva, percebendo a remuneração no Quadro de Vagas dos Cargos em Comissão, da Lei Complementar nº 020, de 25 de março de 2004, atualizada, gerando efeitos a contar desta data.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), em 21 de Junho de 2016.
CLAUDI BABINSKI
Prefeito Municipal Interino

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

DECRETO 071/2016

DECRETO Nº 071/2016
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SR. CLAUDIOMAR DAL BELLO PARA OCUPAR CARGO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDI BABINSKI, Prefeito Municipal Interino de Xavantina, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e, Lei Complementar nº 020/2004, atualizada;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Sr. CLAUDIOMAR DAL BELLO, portador do CPF nº 049.129.649-56 e RG nº 4.100.051-0, para exercer o cargo comissionado de Assessor de Direção, com dedicação exclusiva, percebendo a remuneração no Quadro de Vagas dos Cargos em Comissão, da Lei Complementar nº 020, de 25 de março de 2004, atualizada, gerando efeitos a contar desta data.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), em 21 de Junho de 2016.
CLAUDI BABINSKI
Prefeito Municipal Interino

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

DECRETO 072/2016

DECRETO Nº 072/2016

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SRA. KEILA RENATA OLKOWSKI OCUPANTE DE CARGO EFETIVO DE TELEFONISTA PARA EXERCER CARGO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDI BABINSKI, Prefeito Municipal Interino de Xavantina, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e, Lei Complementar nº 020/2004, atualizada;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Sra. KEILA RENATA OLKOWSKI, ocupante de cargo efetivo de Telefonista, para exercer o cargo comissionado de Assessor de Direção, com dedicação exclusiva, percebendo a remuneração no Quadro de Vagas dos Cargos em Comissão, da Lei Complementar nº 020, de 25 de março de 2004, atualizada, gerando efeitos a contar desta data.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), em 21 de Junho de 2016.

CLAUDI BABINSKI

Prefeito Municipal Interino

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

Xaxim

PREFEITURA

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE PREGÃO 50

AVISO DE ALTERAÇÃO DE PRAZO E PRORROGAÇÃO DE EDITAL MUNICIPIO DE XAXIM – SC
PROCESSO LICITATÓRIO N. 098/2016
PREGÃO PRESENCIAL N. 050/2016 - SRP

O Município de Xaxim – SC torna público a alteração de prazo referente o processo licitatório acima especificado objetivando Registro de preços para prestação de serviços de conserto de pneus, câmaras, (recauchutagem), recapagem montagem e desmontagem de pneus dos veículos e máquinas pertencentes à frota municipal compreendendo Prefeitura e Fundos Municipais. Os envelopes da documentação e da proposta deverão ser entregues até às 14h: 00min do dia 07 de julho de 2016, procedendo à abertura às 14h: 30min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site www.xaxim.sc.gov.br maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Xaxim - SC, 24 de junho de 2016
Idacir Antônio Orso
Prefeito

Decreto 247

DECRETO Nº. 247/2016.

Cessa aposentadoria por motivo de falecimento e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica cessada a aposentadoria da senhora ELVIRA ESTULANO, servidora publica municipal aposentada junto a esta municipalidade, CPF: 023.988.889-83, a partir de 08 de junho de 2016 por motivo de falecimento da mesma.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 22 de junho de 2016.

Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Rodrigo Veriato Moras
Secretario Municipal de Administração

Decreto 249

DECRETO Nº. 249/2016.

Exonera servidor municipal comissionado a pedido e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a partir de 24 de junho de 2016, a servidora municipal ILEUZA CARLA FELTRIN, ocupante do cargo comissionado de TESOUREIRA, portadora da matrícula 5995, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal da Fazenda, deste município de Xaxim - SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 24 de junho de 2016.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Rodrigo Veriato Morás

Secretário Municipal de Administração

Decreto 250

DECRETO Nº. 250/2016.

Exonera servidor municipal por aposentadoria e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações e conforme o Benefício do INSS Nº. 162.755.999-7.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, por aposentadoria, a partir de 30 de junho de 2016, o servidor municipal LUIZ MENDO, ocupante do cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, portador da matrícula 848, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Administração, deste município de Xaxim – SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 24 de junho de 2016.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Rodrigo Veriato Morás

Secretário Municipal de Administração

Decreto 251

DECRETO Nº 251/2016

DE 24/06/2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE XAXIM/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de XAXIM/SC, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e em conformidade com o Art. 5º da Lei Municipal nº 4117/2015, de 22 de setembro de 2015,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto no orçamento do Município de Xaxim/SC, crédito adicional SUPLEMENTAR, de acordo com a Lei nº 4117 de 22 de setembro de 2015, no valor de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), para suplementar o seguinte programa:

Código	Unidade	Projeto Atividade	
07.01	Secretaria de infraestrutura	1.008 - Pavimentação de ruas e passeios	
Modalidade	Fonte		Valor R\$
4.4.90.00.00	01.83		6.000.000,00

Art. 2º - De acordo com a Lei 4.320/1964, artigo 43, parágrafo 1º, inciso IV, serviram como recursos para abertura do crédito SUPLEMENTAR de que trata o presente Decreto as receitas provenientes da Operação de crédito autorizada pela Lei Municipal nº 4.117 de 22 de setembro de 2015.

Parágrafo único – Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 24 de junho de 2016.

IDACIR ANTONIO ORSO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

Luís Antonio Cipriani

Procurador Geral do Município

Associações

AMUREL

EDITAL AGO - JUNHO 2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente da ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE LAGUNA – AMUREL, no uso de suas atribuições estatutárias, CONVOCA todos os Municípios associados para ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, a realizar-se no dia 30 de junho de 2016, às 9:30 horas, com a presença de no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais um dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios, em primeira convocação, e às 10 horas, em segunda convocação, com a presença de no mínimo 1/3 (um terço) dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios associados, em sua sede, localizada na Rua Rio Branco, n.º 67, bairro Vila Moema, Tubarão/SC.

Na pauta do dia, em discussão as seguintes matérias:

- I. Aprovação da Ata Anterior;
- II. Prestação do segundo bimestre, do exercício de 2016;
- III. IN-20 TCE/SC – obrigações as associações de municípios;
- IV. Apresentação de proposta de projeto de ampliação da sede da AMUREL;
- V. Recursos federais a receber e represados junto aos ministérios;
- VI. Assuntos diversos.

Tubarão, 17 de junho de 2016.

Antônio Felipe Sobrinho
Presidente da AMUREL
Prefeito de Pedras Grandes

Consórcios

CIMCATARINA

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0019/2016 - LEITES E SUPLEMENTOS ALIMENTARES

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0019/2016

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0019/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Leites e Suplementos Alimentares, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Municípios de Arroio Trinta, Caçador, Calmon, Curitiba, Fraiburgo, Frei Rogério, Ibiam, Itá, Lebon Régis, Matos Costa, Monte Carlo, Salto Veloso, Tangará e Videira, durante o período de 01 de agosto de 2016 à 31 de janeiro de 2017. JULGAMENTO: Menor Preço POR ITEM. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 horas do dia 27/06/2016 até às 09:00 horas do dia 08/07/2016. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:01 às 12:00 horas do dia 08/07/2016. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 13:30 horas do dia 08/07/2016. REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF). LOCAL: www.bllcompras.org.br. Acesso Identificado. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01. Fone (49) 3246 1206. Site: www.cimcatarina.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 24 de junho de 2016.

Elói Rönnau

Diretor Executivo do CIMCATARINA

CIMVI

CONTRATO Nº 2016/010 - PRIMEIRA ALTERAÇÃO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

LICITAÇÃO Nº 004/2016 – PREGÃO PRESENCIAL

PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 2016/010

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI

CONTRATADO: Freitag Laboratórios Ltda EPP

OBJETO: Acréscimo de 18,31% (dezoito inteiros e trinta e um centésimos por cento) ao valor contratual.

Íntegra em www.cimvi.sc.gov.br>contratos>prestação de serviços

Timbó, 22 de junho de 2016.

HARTWIG PERSUHN

Presidente

REPUBLICAÇÃO TRIMESTRAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - LICITAÇÃO Nº 005/2015

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2015 PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI

FORNECEDOR: Jean Menin Me

OBJETO: Registro de Preços para contratação de horas máquina e horas caminhão para obras e/ou serviços no Aterro Sanitário em Timbó/SC.

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 78.247,50 (setenta e oito mil e duzentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos) – lote único.

VALIDADE DA ATA: até 31 de dezembro de 2015.

Íntegra em www.cimvi.sc.gov.br>publicações>licitações

Timbó, 21 de setembro de 2015.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS

Presidente

REPUBLICAÇÃO TRIMESTRAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - LICITAÇÃO Nº 005/2015 - PRORROGAÇÃO VALIDADE DA ATA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI
EXTRATO DE PRIMEIRA ALTERAÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2015 PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI
FORNECEDOR: Jean Menin Me
OBJETO: Prorrogação do prazo de validade da ata de registro de preços até 21/09/2016.

Integra em [www.cimvi.sc.gov.br>publicações>licitações](http://www.cimvi.sc.gov.br/publicações/licitações)

Timbó, 30 de dezembro de 2015.
SERGIO ALMIR DOS SANTOS
Presidente

CIS NORDESTE

ERRATA - CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

Errata:
Ref. Classificação Preliminar Processo Seletivo Simplificado nº 01/2016.
Onde se lê: Joinville, 23 de junho de 2015, leia-se: Joinville, 23 de junho de 2016.
José Chaves
Prefeito de Garuva
Presidente do CISONORDESTE/SC

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2016

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2016

Origem: Dispensa de Licitação

Processo Administrativo nº 12/2016

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISONORDESTE/SC.

Contratada: RBS – ZERO HORA EDITORA JORNALÍSTICA S.A. (CNPJ: 92.821.701/0001-00).

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de publicação de anúncio do Edital de Processo Seletivo Simplificado que será realizado pelo CISONORDESTE/SC.

Fundamento Legal: Art. 24, inciso II c/c art. 24, § 1º, ambos da Lei nº 8.666/93.

Valor Global: R\$ 700,00 (Setecentos Reais).

Data: 10 de junho de 2016
José Chaves
Prefeito Municipal de Garuva
Presidente do CISONORDESTE/SC
CONTRATANTE

CPIMMOC**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 002/2016 VEÍCULOS**

ESTADO DE SANTA CATARINA CONS INTER MULTIFIN DO MEIO OESTE CONT JOACABA	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 2/2016 – PR
CNPJ: 19.678.109/0001-00 Rua C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	Processo Administrativo: 2/2016 Processo de Licitação: 2/2016 Data do Processo: 10/05/2016

Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Presidente Do Consórcio, Vitor João Faccin, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 2/2016
b) Licitação Nr.: 2/2016-PR

- c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 23/06/2016
e) Data da Adjudicação: 23/06/2016 Sequência: 0

f) Objeto da Licitação A presente Licitação tem por Objeto a Aquisição de VEICULOS para estruturação do SUASA nos Municípios integrantes do CPIMMOC, conforme condições, características e quantidades previstas neste Edital e seus Anexos.

(em Reais R\$)

g) Fornecedores e Itens Vencedores: Unid. Qtdade Descto (%) Preço unitário Total dos Item

DE MARCO COMERCIO DE VEÍCULOS LTDA (58)

1 VEÍCULO, Tipo Popular, 1.0, Zero Km, de fabricação nacional, com Und 13 - 29.850,00 388.050,00
as seguintes CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS:

- Ano/Modelo: 2016/2016;
 - Motor 1.0, Flex (etanol/gasolina);
 - Potência mínima: 72 (setenta e dois) CV;
 - Caixa de Câmbio manual;
 - Com no mínimo 5 (cinco) marchas à frente e uma à ré;
 - Vidros dianteiros elétricos;
 - Limpador e Desembaçador de vidro traseiro;
 - Ar quente;
 - Ar condicionado de fábrica;
 - Direção hidráulica;
 - Sistema de Airbag duplo (motorista + passageiro);
 - Freios ABS;
 - Rodas de aço aro 13; pneus radiais sem câmara, mínimo 175x70 R13;
 - Calotas integrais;
 - Travas elétricas no clip da chave;
 - Alarme de advertência de luzes acesas, tomada de 12 volts;
 - Demais itens e acessórios normais de produção, pertinentes ao modelo ofertado, garantia de fábrica de acordo com o modelo ofertado e com o Folheto Técnico, bem como, demais equipamentos exigidos pelo Conselho Nacional de Trânsito. -
- Marca: Renaul Clio Expressi
Total do Fornecedor: 388.050,00
Total Geral: 388.050,00
Joaçaba, 23 de Junho de 2016.

Vitor João Faccin
Presidente Consórcio

ESTADO DE SANTA CATARINA
CONS INTER MULTIFIN DO MEIO OESTE CONT JOACABA

CNPJ: 19.678.109/0001-00
Rua
C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 2/2016 - PR

Processo Administrativo: 2/2016

Processo de Licitação: 2/2016

Data do Processo: 10/05/2016

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s)

Joaçaba, 23 de Junho de 2016.

Vitor João Faccin
Presidente Consórcio